

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

<u>REQUERIMENTO D COM PROCESSO</u>		08 - 0046 / 2010	DE	2010
<u>MATÉRIA LEGISLATIVA:</u>		RDP	08 - 0046 / 2010	DE 24/02/2010
<u>PROMOVENTE:</u>	VEREADOR	AURÉLIO MIGUEL		
<u>EMENTA:</u> REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - COVISA, ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE.				
<u>OBSERVAÇÕES:</u> ANEXO 01 - VOLUME 01 CNC Solutions Tipo: Processo Legislativo 21/3/2011 09:46:08 00000058967-54 				

ARQUIVADO EM / /
02 FEV 2011

CHEFE DE SEÇÃO
Adriana de França Silva
Consultor Sec. Legisl. - Bibliotecário
Supervisor Arquivo Geral - SGP-33



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS
OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - COVISA, ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO
DE PRODUTOS COSMÉTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46/2010)**

**TERMO DE ABERTURA
ANEXO 01
NOTAS TAQUIGRÁFICAS**

**Este é o anexo 01 – volume 01
do processo nº 08-0046/2010,
que se inicia a partir da folha nº 01.**

10/03/2010


**Acelina Acelismar de Oliveira
SGP-17 – RF 10.863- Secretária**



FL. Nº 01

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR
EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS
OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA),
ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE
PRODUTOS COSMÉTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL
REUNIÃO DE INSTALAÇÃO
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 de março de 2010
OBSERVAÇÕES:

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
nº 02 e 340 e folha de informação
sob nº 10 / 03 / 2010
.....

Milton Somogyi - SGP. 17
RF 11.308 - Secretário

Milton Somogyi - SGP. 17
RF 11.308 - Secretário

JUNTADA RL 01 e 240

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a reunião de instalação da comissão parlamentar de inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde, Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde. Processo RDP 8-46/2010. Estão presentes os Vereadores membros: Aurélio Miguel, Paulo Frange, Jamil Murad, Sandra Tadeu, Milton Ferreira, José Police Neto, Gilson Barreto, José Ferreira dos Santos – Zelão e Eliseu Gabriel.

De acordo com a assessoria, a presidência é nata ao proponente. Nesse sentido, presidirei com muito orgulho os trabalhos desta comissão.

Passemos à eleição da vice-presidência. Pergunto se há alguma indicação.

O SR. JAMIL MURAD – Gostaria de propor o nome do Vereador Paulo Frange para a vice-presidência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não há outro encaminhamento para a vice-presidência. Se os Vereadores estiverem de acordo com o nome do Vereador Paulo Frange, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Está eleito para a vice-presidência o Vereador Paulo Frange.

Passemos à indicação do relator. Por acordo das lideranças, indicarei o nome do Vereador Jamil Murad.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Indico o Vereador Jamil Murad para relator da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se os Vereadores estiverem de acordo com a indicação do Vereador Zelão e de demais membros desta comissão, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado para a relatoria o Vereador Jamil Murad.

A próxima reunião será na próxima terça-feira, às 10h, neste plenário. Posteriormente, definiremos as demais datas de reunião.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.



FL. Nº 03

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

Handwritten signature

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E
APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS
COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM
SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À
COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS,
ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E
SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL
TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16 de março de 2010
OBSERVAÇÕES:

- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Início da reunião não gravado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Suspensão
- Exposição em língua estrangeira
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão
- Seqüência descontínua por trecho não gravado
- OUTRAS OCORRÊNCIAS DE RELEVÂNCIA PARA O REGISTRO

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a primeira reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA previstas na Lei Municipal 13.725/2004, bem como no Decreto 50.079/2008, e respectivos regulamentos especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, RDP 08-046/2010.

Presentes, os Vereadores Aurélio Miguel, na Presidência, Paulo Frange, na Vice-Presidência, Jamil Murad, nosso relator, Gilson Barreto, José Police Neto, José Ferreira dos Santos – Zelão, e Milton Ferreira. Além disso, foi enviada, pelo Líder do PSB, indicação do nome da Vereadora Noemi Nonato para ocupar a vaga do partido nesta CPI, em substituição à indicação dele mesmo. Peço que tenham ciência todos os Vereadores de que, a partir deste momento, a representante será a Vereadora Noemi Nonato, pelo PSB.

Tenho aqui alguns requerimentos que foram elaborados pela minha assessoria. Antes, gostaria de fazer a leitura dos procedimentos em relação a esta CPI.

- É lido o seguinte: (procedimentos relativos ao funcionamento da CPI Covisa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Esses são os procedimentos que nortearão os trabalhos desta Comissão.

Gostaria de registrar a presença da Vereadora Sandra Tadeu. Pergunto se algum Vereador quer fazer uso da palavra. (Pausa)

O objetivo desta CPI é justamente nós observarmos as deficiências em relação à Covisa na cidade de São Paulo. Estamos iniciando os trabalhos. Esse é um aspecto importante da vida de qualquer cidade, e a cidade de São Paulo, uma das principais metrópoles do mundo, deve dar o exemplo para que possamos atender melhor esse aspecto da nossa sociedade, dando, assim, melhor qualidade de vida a todos.

Fiz alguns requerimentos. (Pausa) Parece que o Vereador Jamil Murad quer fazer uso da palavra, mas, primeiro, vou fazer a leitura dos requerimentos.

- É lido o seguinte: (determinar as seguintes medidas: convite à Sra. Inês Soares Romano e representantes gerências subordinadas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (oficiar à Covisa para encaminhar à CPI em 5 dias relatório contendo relação de ações realizadas por Gevisa, Vigíagua, Vigiar, Vigisolo)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só questionar se é possível darmos uma dilatação de prazo nesse primeiro requerimento, visto que a gente vai recepcionar, com brevidade, as gerências e a coordenadora e que o conjunto de solicitações é grande; e a gente já tem, por informação, ainda, da deficiência de quadros naquela unidade. Então, se a gente poderia dar um prazo mais elástico: ao invés de cinco dias, ampliar isso para 15, 20 dias, permitindo que a operação das informações para esta CPI seja na qualidade que queremos e não venha a criar nenhuma interrupção nas atividades que eles realizam para a Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Vereadores que estiverem de acordo com o requerimento do Vereador Police Neto, para que seja atendido entre 15 e 20 dias, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado, então, que esse prazo seja de 15 a 20 dias, para que eles possam fornecer, nesse primeiro requerimento, o material adequado para nós trabalharmos.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (oficiar à Central 156 para que encaminhe à CPI, em 5 dias, relatório das denúncias últimos 24 meses ref. Covisa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Próximo requerimento.

- É lido o seguinte: (oficiar à Coordenação de Covisa para encaminhar à CPI, em 15 a 20 dias: o nome do responsável pela Assessoria Técnica Especial de Farmacovigilância; nome dos profissionais dessa assessoria; relação ações realizadas por essa assessoria nos últimos 24 meses; informação se essa assessoria atua no combate ao comércio e manipulação de medicamentos e relatório dessas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão. (Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

- É lido o seguinte: (Requer oficiar à Coordenação de Vigilância à Saúde - Covisa - para que encaminhe a esta Comissão, no prazo de cinco dias, relatório com as seguintes informações: a) quantidade de estabelecimentos sujeitos ao CMVS – Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária; b) quantidade de CMVS aprovados nos últimos 24 meses; quantidade de CMVS indeferidos no mesmo período acima; c) quantidade de estabelecimentos interditados no mesmo período acima por falta de CMVS; d) quantidade de CMVS em situação de análise na presente data).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio, dá para ler o último requerimento? Porque não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Próximo requerimento. (Pausa).

- É lido o seguinte: (Requer oficiar à Coordenação de Vigilância à Saúde - Covisa - para que encaminhe a esta Comissão, no prazo de cinco dias, relatório com as seguintes informações: a) relação das inspeções de fiscalização realizadas pela Gerência de Vigilância de Produtos e Serviços nos últimos 24 meses; b) relação das interdições e autuações realizadas pela Gerência de Vigilância de Produtos e Serviços nos últimos 24 meses; c) relação das ações realizadas pela Subgerência de Vigilância de Medicamentos e Produtos nos últimos 24 meses, informando a equipe responsável pelas autuações e interdições; d) relação de ações realizadas pela Subgerência de Serviços de Interesse à Saúde nos últimos 24 meses, informando a equipe responsável pelas autuações e interdições; e) relação de ações realizadas pela Subgerência de Vigilância de Alimentos nos últimos 24 meses, informando a equipe responsável pelas autuações e interdições).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Temos aqui mais um requerimento do Vereador Jamil Murad.

- É lido o seguinte: (Requer que seja oficiado à Covisa para que preste a esta Casa as seguintes informações: 1) composição da Diretoria desde sua municipalização; 2) estrutura administrativa da Covisa; 3) composição do quadro funcional, número de técnicos, de fiscais, de supervisores, etc; 4) estrutura financeira, origem e destinação de verbas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado.

Pela ordem a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Eu acho que o requerimento do Jamil Murad poderia ser no prazo de cinco dias, porque esse tipo de informação é de extrema importância para darmos início aos trabalhos. Eu acho que, se a Comissão estiver de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Já foi convidada a responsável pela Covisa, todas as gerências, para que venha a esta Comissão. Então, nós neste primeiro momento vamos ter esse contato, vamos começar a entender como funcionam as gerências da Covisa. Agora, isso aqui também já ajuda e tudo o que houver necessidade nós vamos complementando para que possamos fazer um trabalho digno à Câmara Municipal de São Paulo e a esta cidade.

A SRA. SANDRA TADEU – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem, o Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Eu queria cumprimentar o Presidente, Vereador Aurélio Miguel, porque é o proponente desta CPI, de extrema relevância. Cumprimento os Srs. Vereadores. É uma CPI de extrema relevância porque a Vigilância de Saúde do Município de São Paulo é uma instituição, um instrumento extremamente importante para garantir a saúde da nossa população. Sem essa vigilância, pessoas podem perder a vida por problemas oriundos dessa falta de fiscalização. Nós estamos vendo aqui uma política que vai liberando da fiscalização, da inspeção sanitária, os estabelecimentos. Existe um decreto, o 50.079/08, que diz o seguinte: a concessão e atualização do Cadastro Municipal em Vigilância em Saúde - CMVS - não depende da inspeção sanitária. Quer dizer, existe um número desconhecido de estabelecimentos comerciais e de produção que estão funcionando sem a devida inspeção sanitária. Não há uma

fiscalização. Diante disso, nós queremos que a Covisa responda a esse objetivo de salvaguardar a saúde do paulistano.

Na verdade, então, a Covisa vem regulamentando a prática de não fiscalizar os estabelecimentos comerciais e de serviços, papel que lhe cabe. É necessário interromper essa não fiscalização e dotar a Covisa de uma organização, uma estrutura em condições de exercer seu papel fiscalizador.

Sr. Presidente, alguns requerimentos coincidiram com requerimentos feitos pelo Presidente Aurélio Miguel e eu, então, não apresentei; esse outro nós apresentamos. Nesse sentido, nós vamos ver a macropolítica, porque a Covisa, Coordenadoria de Vigilância e Saúde aqui no Município de São Paulo, está muito submissa às diretivas estaduais. Até mesmo a verba que vem do Ministério da Saúde para o funcionamento da Covisa municipal, mais ou menos 65%, segundo informações, permanecem no Estado e não chegam à Prefeitura, não chegam à Covisa. Existe, então, um compartilhamento, mas um compartilhamento deixando a Covisa em uma situação de atrofia, de dificuldade de exercer o seu papel realmente. Dentro disso, nós vamos apresentar, no decorrer da CPI, requerimentos e sugestões.

Eu acho que nós poderíamos solicitar o acompanhamento do Ministério Público Estadual, do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal de Idosos, do Procon e dos conselhos regionais de profissões relacionadas com a atividade da Covisa: Conselho Regional de Medicina, de Farmácia, de Assistência Social, de Nutrição. E eles poderão, então, nos ajudar, fazendo sugestões e participando do processo de discussão, de avaliação, na busca de uma Covisa mais forte, que defenda melhor a saúde do nosso cidadão. Tem o problema do tratamento do lixo hospitalar, tem a dispensação de medicamentos para tratamento de Aids. Eu queria solicitar informação de denúncias no Tribunal de Contas do Município. O Tribunal de Contas do Município tem uma relação. Também, solicitar as denúncias já colocadas, em relação a Ministério Público Estadual. E, no decorrer do tempo, nós vamos então apresentando novas sugestões e novas propostas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só para colaborar, Vereador Jamil Murad, na verdade, antigamente, para obter licença, qualquer uma dessas entidades que precisassem da autorização da Covisa, havia fiscalização. Hoje não há essa necessidade. Então a gente tem que ver quais são os critérios e por que está acontecendo isso. Agora, nós vamos ter o ano todo para debater esse assunto. É importante sempre que venha com os requerimentos prontos, porque aí a gente ganha severidade nos trabalhos. Eu creio que vamos ver como está o quadro em relação à execução dos trabalhos da Covisa; o orçamento, de que forma funciona. Porque nós podemos dar até uma proposta, a exemplo do que ocorre, por exemplo, no segmento que eu atuo forte, que é Educação Física. Hoje tem o CREF - Conselho Regional de Educação Física. Tem o Confef - Conselho Federal de Educação Física. Então, hoje, as academias, os profissionais, pagam uma anuidade para serem fiscalizados. Nós podemos, talvez, trazer um modelo. Vamos ver como está o processo, dentro da legalidade da Constituição, da Legislação, de que forma nós podemos fazer isso. Por exemplo, estabelecimento, restaurante, na Cidade de São Paulo vai pagar uma taxa para ser fiscalizado. Porque se o Poder Público mostrou que não tem competência para fiscalizar, nós temos que criar um mecanismo para que fiscalize esse segmento. Assim, sucessivamente nos diversos setores. Então, acho que é importante a gente dar essa dinâmica e agilidade na cidade de São Paulo para que ela funcione e não fique só no papel, na Constituição, na Legislação, e não acontece nada. Então, decididos os trabalhos desta Comissão. Mais algum Vereador quer fazer o uso da palavra?

O SR. PAULO FRANGE - Sr. Presidente, gostaria de propor que a gente possa deliberar a data efetiva e o horário de início dos nossos trabalhos, para que todos possam compor suas agendas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Há um consenso dos Vereadores da possibilidade dos trabalhos desta Comissão às terças-feiras. O horário pode ser às 10h da manhã. Os Vereadores que estiverem de acordo... Estão de acordo? Então, nós vamos realizar os nossos trabalhos em todas as terças-feiras, às 10h da manhã. Próxima reunião será então na próxima terça-feira, no plenário, porque precisamos dos computadores, precisamos do telão. É importante, lá tem um... já é uma facilidade, já estamos habituados com os trabalhos lá, e assim poderemos fazer um trabalho melhor. Então, está confirmada para a próxima terça-feira, às 10h. Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 06

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

[Handwritten signature]

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E
APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS
COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM
SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À
COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS,
ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E
SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL
TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23 de março de 2010

OBSERVAÇÕES:

- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 2ª reunião ordinária da CPI-COVISA - Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde (Processo RDP Nº 08-46/2010)

Com a presença dos Vereadores-Membros: Aurélio Miguel, na Presidência; Vereador Police Neto; Vereador José Ferreira Zelão; Vereador Jamil Murad e Vereador Milton Ferreira.

Foram designados para prestar assessoria jurídica permanente a esta comissão, as Procuradoras: Carolina C. Ponchio, Simona Almeida e Camila Escatena.

Foram convidados para esta reunião a Sra. Inês Suarez Romano, Coordenadora da Covisa; bom dia; e representantes das gerências da Covisa. A Secretária, os convidados estão todos aqui. A Sra. Inês, que eu já conheço de outros eventos aqui, está presente.

Agradeço a presença de todos. Bom dia a todos. Obrigado pela vinda, aqui hoje, a esta Casa.

Vou começar com a Sra. Inês. Peço que faça a leitura do Termo de Compromisso.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Bom dia a todos. Vou, então, ler o Termo de Compromisso: "Eu, Inês Suarez Romano, convocada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde (Processo RDP Nº 08-46/2010), comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os representantes da gerência vieram?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Aqui Vereador, estão todos os representantes das gerências de Covisa e alguns funcionários, assistentes nossos que estão nos acompanhando.

Gostaria de, primeiro, agradecer a possibilidade de estar podendo mostrar um pouco do que a Vigilância faz e eu queria pedir autorização até para que fizesse uma breve apresentação dos nossos trabalhos, para que, alguns Vereadores conhecem parte do nosso trabalho, o senhor inclusive, mas eu queria ter a oportunidade de estar mostrando no início dessa sessão, os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sem dúvida alguma. Os Vereadores que estiverem de acordo que se faça a apresentação – eu acho importante para nós termos conhecimento do funcionamento da Covisa.

A senhora está autorizada a explicar o funcionamento da Covisa.

Se a senhora precisar de alguma ferramenta.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – É, já temos aqui. Pedi, só, para que a Cristiane possa estar passando...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A iluminação é necessário que diminua?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Acho que não. Vamos ver. Acho que não, Vereador.

O que eu acho importante estar dizendo é que o sistema Municipal de Vigilância em Saúde, ele passou a incorporar atividades que já aconteciam na cidade de São Paulo, como a vigilância epidemiológica e o Centro de Controle de Zoonoses já existiam antes da municipalização dos serviços na cidade de São Paulo em 2003. Eles foram organizados de forma a ser coordenados pela Vigilância em Saúde, a Coordenação de Vigilância em Saúde, nós estamos instalados na Rua Santa Isabel, 181.

Queria me apresentar, também, até quero pedir desculpas pela minha pouca eloquência e didática porque sou uma técnica, sou funcionária de carreira da Prefeitura há quase 25 anos, efetiva, sou farmacêutica bioquímica de formação. Fiz saúde pública e tenho especialização em epidemiologia e em serviços de saúde, tudo pela Universidade de São Paulo.

Então, eventuais dificuldades que eu possa ter em estar esclarecendo, tenho a equipe técnica. É importante estar dizendo que a Vigilância em Saúde é uma das práticas de saúde coletiva em que exige um conhecimento interdisciplinar.

Então, compõem a vigilância, profissionais de diferentes áreas. Nós temos desde engenheiros, engenheiros químicos, agrônomos, físicos, médicos, farmacêuticos, enfermeiros, dentistas, veterinários – que já sorriu para mim uma veterinária – enfim, é uma equipe multiprofissional e que nós precisamos, porque até a gente vai poder mostrar para vocês um pouquinho das nossas atividades e exige o conhecimento específico de cada uma das áreas. A gente compõe equipes mistas.

Enfim, a nossa principal atribuição para garantir a qualidade de vida, buscar, proteger a saúde e controlar as doenças é trabalhar na detecção, acompanhamento, estudo e intervenção dos determinantes e condicionantes do processo saúde e doença. Isso está no artigo 200, da Constituição Federal.

- A Sra. Inês Suarez Romano passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Só para ressaltar a importância de que nós somos a cidade-sede de uma região metropolitana. As questões de vigilância, não se limitam ao espaço geográfico do nosso Município. A maior parte das vezes nós temos de atuar junto com os Municípios onde temos limites, os vizinhos, ou não, porque um exemplo típico é a dengue, ela não respeita limites, principalmente as áreas de contaminação, também, de solo, de ar não vai respeitar o limite geográfico nosso.

Outra consideração que nós temos de levar também, enquanto vigilância, são os deslocamentos. A cidade sofre deslocamentos pendulares, que chama, é a movimentação das pessoas que entram e saem diariamente da cidade. Então, mais 750 mil pessoas entram e saem.

Isso tudo para planejamento das nossas ações, em questões de vigilância, é fundamental, porque quando nós pensamos na questão de imunização, de garantir, de bloquear eventuais doenças, nós temos de considerar que as pessoas se movimentam. Então, nós temos de garantir à nossa população, também imunizando e tratando pessoas que circulam pelas cidades próximas.

A dimensão do turismo, que isso também a gente não pode esquecer, que a gente tem de considerar. São mais de 90 mil eventos que acontecem na cidade de São Paulo e que a vigilância também tem de atuar preventivamente, desde reuniões, como os organizadores dos grandes eventos, como participando durante o evento, também, e depois. Isso é uma atuação bastante exitosa da Vigilância, pelo número de eventos que acontecem, a gente não tem notícias de surtos de doenças transmitidos por alimentos ou de acontecimentos de agravos nessas situações.

Nós, também, aproveitamos essa oportunidade dos eventos para poder divulgar. Então, na Parada GLBT deste ano, por exemplo, coincidentemente foi na época em que estávamos trabalhando com a contenção da Influenza Pandêmica. Então, nós pudemos aproveitar essa oportunidade, também, para divulgar, orientar a população ou os participantes dessa Parada.

Aqui o perfil das regiões da Cidade. Nós temos características muito próprias, isso vocês conhecem muito melhor do que eu, até a população favelada, problemas de urbanização que nós temos, as diferenças regionais da região Sul e Leste com um crescimento populacional positivo e já com outras regiões com uma concentração maior de idosos, a população em situação de rua, na região Centro-Oeste e Sudeste, isso tudo nós temos de considerar.

Isso, para a gente, requer olhares diferenciados em cada uma dessas regiões da Cidade. Então ela não comporta comparação e nem políticas iguais para as diferentes regiões. Temos aldeias indígenas... enfim.

Nós fazemos parte do Gabinete da Secretaria de Saúde; a gente compõe. E aí eu elenquei todas as coordenações que compõem o Gabinete. A Covisa está lá, em destaque, em vermelho, que é uma delas, uma das coordenações que compõem a Secretaria Municipal de Saúde.

As instâncias da Vigilância em Saúde no SUS, para vocês saberem como a gente está organizado: no Ministério da Saúde, nós temos a Secretaria de Vigilância em Saúde e a Anvisa – tem essas duas áreas específicas. A Anvisa tem maior destaque para o setor de regulação do sistema de vigilância. A política de vigilância deve ser feita pela Secretaria de Vigilância em Saúde, embora a Anvisa tenha um destaque maior, até por interferir diretamente no interesse econômico; e a regulação de medicamentos, enfim.

A Secretaria de Estado da Saúde tem o Centro de Controle de Doenças, que coordena o Centro de Vigilância Epidemiológica e o Centro de Vigilância Sanitária, que é o nosso correspondente estadual. Aqui no Município de São Paulo é a Covisa, a SUVIS, as unidades básicas do Centro de Referência em Saúde do



Trabalhador e todos os serviços que, de forma direta ou indiretamente, atuam. Então todas as unidades têm que ter uma área que responda pela vigilância – tanto público como privado. Acho importante a gente dar um destaque: diferentemente de outras áreas da Secretaria, de Assistência, a área da vigilância atende, ou deve atender, 100% da população. Quando se fala em população SUS-dependente não se aplica à Vigilância; 100% da população depende do SUS, e, depende, especificamente, da Vigilância.

Nós fomos organizados, a partir de 2004, com o Código Sanitário, que é o nosso marco legal, que foi aprovado nesta Casa. Alguns de vocês participaram da aprovação desse Código. Em 2008, um decreto, o 50.079, que regulamenta o nosso Código Sanitário, vai dispor sobre o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde e disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde. A portaria 1930 define estrutura. Nós, habitualmente, publicamos a portaria, até para dar transparência às nossas ações, porque nós também temos uma atuação. “Nós também” não; aliás, toda a nossa atuação é pública, tem que se tomar pública. Então nós temos essa portaria, em que a gente coloca o nome de todos os responsáveis pelas diferentes áreas e as atribuições de cada um. Então a gente vai atualizando de tempos em tempos essa publicação.

A abrangência da Vigilância em Saúde: desde a vigilância epidemiológica, que não alcança; a vigilância em saúde ambiental. Em dezembro de 2009, a Secretaria de Vigilância em Saúde dá um destaque maior para a Vigilância, para que ela acompanhe, monitore a situação de saúde. Isso o Ministério da Saúde faz e vai passando dentro das instâncias, estaduais e municipais, a responsabilidade de fazer esse monitoramento. A vigilância em saúde do trabalhador também é uma das áreas pela qual a Vigilância é responsável, além da promoção de saúde e a vigilância sanitária, que, no caso da Covisa, é de produtos e serviços de interesse da saúde. Então é bastante abrangente. Essa saiu na portaria 3252, que foi atualizada agora recentemente, em dezembro de 2009.

A Covisa está assim organizada: as áreas técnicas; a coordenação, pela qual estou respondendo; a área de assistência técnica. Temos um núcleo de comunicação e informação também que nos assessoria. Temos uma demanda muito grande da imprensa diariamente. Temos cerca de três a cinco solicitações da imprensa para prestar esclarecimentos, dar orientação. Eu vou apresentar para vocês todos os programas que a gente coordena, e aí vocês vão entender o motivo de a imprensa solicitar tanto. Nós, aqui, também já participamos muitas vezes de eventos da Câmara, para poder dar orientação, prestar esclarecimentos e informações. Nós temos a vigilância de produtos e serviços. Temos um laboratório de controle de qualidade em saúde, que faz análise mais especificamente da água e de alimentos, que está dentro da Gerência de Vigilância de Produtos e Serviços. Nós temos o centro de controle de doenças, que é responsável pelo controle e monitoramento de determinados agravos à saúde. Tem o laboratório e o Centro de Controle de Intoxicações. O laboratório do Centro de Controle de Intoxicações também é responsabilidade nossa; está sob nosso gerenciamento. A vigilância em saúde ambiental e em saúde do trabalhador. Além do Centro de Controle de Zoonoses, a área de gestão de pessoas: temos a gerência administrativa e financeira. O Centro de Controle de Zoonoses tem dois laboratórios, que respondem por um grande número de análises que vamos apresentar mais para a frente; o laboratório de investigação de fauna sinantrópica e o de controle de zoonoses mesmo, que é responsável pelas sorologias da dengue, leptospirose e outras.

Como eu falei para vocês, nós seguimos diretrizes definidas pelo Ministério da Saúde, definidas no Pacto pela Saúde, nas suas diferentes dimensões: dimensão pela vida, de gestão, em defesa do SUS. Os nossos instrumentos de planejamento, além do Pacto pela Vida, que, na verdade, acaba sendo bial, agora. A programação das ações de vigilância em saúde, o PAVS, que essa é específica, além do Plano de Ação de Vigilância Sanitária, que a Anvisa também, numa iniciativa para tentar organizar o seu serviço, o seu sistema, também elaborou um plano, ou orientou para que fossem elaborados os planos, que são pactuados; isso é por quadriênio. A PPA; o Plano Municipal de Saúde também; a programação anual de saúde e programas específicos – a programação específica nossa também, além do programa de tuberculose, hanseníase e dengue, nós também elencamos diversos indicadores para monitorar as nossas ações. Os nossos instrumentos de avaliação são trimestrais, como coordenação. O estadual e federal, anualmente, nós somos monitorados pelo Ministério, pela Secretaria de Estado da Saúde. Eles acompanham todos esses indicadores; elaboram relatório a respeito da nossa atuação, enfim. Fomos agora, recentemente, avaliados, e bem avaliados, diga-se de passagem. O nosso relatório de gestão é anual.

Então nós trabalhamos basicamente com o monitoramento, e nós necessitamos de fontes de dados. De onde vêm esses dados? Das notificações das doenças dos diversos serviços públicos e privados; através do resultado de exames laboratoriais que chegam até nós, e aí a gente identifica que tem um possível surto que necessita de investigação; as declarações de óbito em serviços de saúde também deve ser acompanhadas, para que a gente possa, a partir daí, fazer as nossas investigações epidemiológicas. Nós trabalhamos também com o sistema sentinela, para que a gente possa identificar precocemente os agravos que podem acometer a população. A partir de demanda de outros órgãos também, em que outros órgãos identificam possíveis agravos. A imprensa também; nós temos que monitorar a imprensa; nós temos que ter toda a informação da imprensa. Tem pessoas que ficam acompanhando isso a todo momento. A população em geral, através dos canais de comunicação que nós temos, o nosso SAC, e o monitoramento dos produtos e serviços regulados através de coletas de amostras, análises de amostras de produtos, enfim. Nós fazemos uma análise da situação de saúde, considerando o perfil epidemiológico; a causalidade, avaliação da probabilidade da ocorrência de eventos, levando em consideração essas fontes de dados; a identificação dos fatores de risco das populações expostas, de áreas contaminadas ou possíveis situações de desastres, a gente também tem que monitorar. Precisamos ter o conhecimento técnico do risco inerente às condições de atividade. Então por isso que a gente tem que ter uma equipe multiprofissional e um conhecimento interdisciplinar. Ações: desde a coleta até o processamento dos dados. Nós temos que estar com os sistemas de informação muito bem estruturados para que a gente possa fazer a análise e a interpretação dos dados, a investigação epidemiológica de casos e surtos, oportunamente; e a recomendação e promoção de medidas de controle e prevenção. Então nós temos que ter todas essas informações rapidamente para auxiliar a tomada de decisão dos gestores.

O Centro de Controle de Doenças é uma das nossas gerências, dentro da Coordenação de Vigilância em Saúde. É responsável pelas doenças agudas transmissíveis, doenças crônicas transmissíveis, doença e agravos não transmissíveis, que o perfil epidemiológico hoje, do brasileiro, e de São Paulo, e dos paulistanos, em particular, tem exigido mudanças da nossa atuação também, uma preocupação maior. As doenças transmitidas por águas e alimentos, e o Programa de Imunização. Coordenando, em nível municipal, todas essas ações. As doenças agudas transmissíveis – doenças respiratórias, exantemáticas, os surtos, as *influenzas* –, as doenças crônicas transmissíveis. O programa de controle da tuberculose, além da vigilância, nós somos responsáveis por captanear este programa. O programa de controle da hanseníase também. DST/Aids e sífilis congênita; nós somos responsáveis pela vigilância; tem um programa específico que está na Vigilância. Hepatites virais, tracomas. E temos o Núcleo de Controle de Infecção Hospitalar. Doenças e agravos não transmissíveis – doença hipertensiva, diabetes, violência. Nós somos responsáveis pela vigilância dessas doenças e agravos. Doenças transmitidas por águas e alimentos. O programa de controle de erradicação da poliomielite, que a gente monitora as paralisias flácidas agudas, e os surtos eventuais.

O Programa Municipal de Imunização, que também é coordenado por uma área dentro da Covisa, é responsável pelas campanhas, pela vacinação de bloqueio, nos casos de surto; e notificação, investigação de eventos adversos às vacinas. A campanha nacional; aí, mostrando que este programa foi bastante exitoso. Na verdade, a Organização Mundial da Saúde, na época que a gente fez essa campanha, foi inédita. Essa campanha foi inédita. Nós vacinamos mais de três milhões de adultos jovens – três milhões e oitocentos mil adultos jovens. Conseguimos em tempo recorde – acho que foram cinco semanas. Nós conseguimos vacinar. O pessoal foi para as ruas para vacinar, porque eram homens; a população-alvo era de homens, e jovens. E homem, tradicionalmente, não gosta de ir a posto de saúde, não vai a posto de saúde e não quer se vacinar, porque também não gosta de tomar vacina. E nós conseguimos ultrapassar essa meta. Isso foi uma satisfação muito grande, porque achávamos que não iríamos conseguir. Mas o povo se mobilizou – para estádio de futebol, para as ruas, *shoppings centers*, metrô. O pessoal trabalhava até de madrugada. Aí tem fotos. Nós recebemos até um troféu concedido pelo Ministério da Saúde. Aí é o nosso campeão de natação, o César Cielo, que estava junto com a gente. Veio até São Paulo, inclusive, para trabalhar nessa campanha. Nós, depois, acabamos premiando as unidades que tiveram um êxito maior, ou se empenharam mais, e que foram criativas. Eles foram até em danceteria vacinar as pessoas. Então isso trouxe muita satisfação para a gente.

O programa de controle de tuberculose, que é uma das doenças negligenciadas há tanto tempo também é captaneado por nós na Covisa. Aliás, amanhã é o dia mundial de mobilização no combate à tuberculose. E nós temos conseguido um êxito muito grande, graças ao tratamento supervisionado, que é o DOT, pelo que se concede cesta básica, acompanha-se o paciente, tomando o medicamento. Ele vai até a unidade. Muitas vezes, o PSF vai até a casa do paciente para acompanhar a tomada do medicamento. E a gente tem conseguido também, com isso, um aumento da cura, e também uma busca de sintomáticos. Na verdade, imagina-se que 1% da população sejam sintomáticos respiratórios, e a gente tem que ir atrás, buscar esses pacientes.

O programa de controle da hanseníase. Ao longo desses anos, a gente tem conseguido diminuir os casos com maiores sequelas. Então nós estamos fazendo uma identificação, uma detecção mais precoce desses casos. Nós temos serviços de referências que também atendem a hanseníase.

O programa de controle de hepatite, que, vocês sabem, é uma doença que preocupa muito – fala-se que é a Aids do próximo século – que exige ainda trazer novos alores; a área de assistência precisa ser implementada. Precisamos orientar os profissionais médicos. O tratamento ainda é bastante caro, difícil de ser feito. Então ainda tem muito o que crescer o controle da hepatite. A vigilância de doenças oculares transmissíveis, em que a gente também tem um trabalho, uma ação também...

A Vigilância produz muito material, que serve de base para os profissionais se atualizar, com protocolos, com informações e orientações. Então nós fizemos esse manual de saúde ocular, em 2008, para a rede assistencial toda. E essa é uma foto do lançamento.

A pandemia da *influenza*, que foi exitosa, que exigiu um esforço muito grande por parte da Vigilância, o ano passado. Nós montamos, e a estratégia deu certo. Nós montamos um Comitê da *Influenza* logo quando foi declarado o estado de alerta. Nós captaneamos várias áreas dentro da Secretaria Municipal da Saúde, com atores de outras secretarias também. Então nós tínhamos reuniões diárias; acompanhávamos; produzimos material, junto com a educação também, foi muito positivo. Conseguimos um envolvimento de diferentes áreas, e todos colaboraram. E esta Casa mesmo nos chamou algumas vezes para a gente dar orientações e contar qual era a situação da *influenza* e como nós estávamos enfrentando. Foi exitoso. Eu acho que este município pode se orgulhar dos resultados que nós conseguimos no ano passado. Todos os serviços se mobilizaram. Nós tivemos poucos óbitos; esperávamos muito mais. Mas foi uma rápida mobilização em resposta. Esse é o papel da Vigilância que tem que ser considerado.

Agora, este ano, o grande enfoque da *influenza*, embora nós tenhamos um plano de contingências, estamos trabalhando nesse, nós continuamos mobilizados, mas é a vacinação, que, inclusive, está acontecendo, agora, desde o dia 8 de março até 21 de maio. Em várias etapas, nós estamos vacinando boa parte da população. Então vão ser mais de seis milhões de pessoas que a gente deve vacinar. Então nós estamos em plena campanha; mobilizados para isso. E o (Ininteligível) operacional da campanha, agora, só, são 450 unidades. Nós vamos também ter que garantir que as AMAs estejam abertas para vacinar a população que trabalha, não têm tempo de ir até os postos durante o horário comercial, durante a semana. Enfim, isso exige uma mobilização muito grande porque as unidades continuam trabalhando, no seu dia a dia, atendendo os pacientes que procuram.

Dentro do Centro de Controle de Doenças, que eu falei para vocês que nós temos o Centro de Controle de Intoxicações, o CCI, que foi criado mais 1971, que tem o objetivo de informar sobre atendimento de pessoas expostas a substâncias químicas. Eu acho que a maior parte de vocês, alguma vez, já ligou para o CCI para saber informação a respeito de produtos, o que fazer, orientação como profissional, como proceder, orientar a população em geral. Enfim, funciona 24 horas. Esse é o laboratório do CCI, que serve também de apoio para análises quantitativas de emergência.

Também dentro do Centro de Controle de Doenças, essa é uma área que também nós estamos investindo bastante, que é a vigilância de violência e acidentes. Nós tivemos, o ano passado, uma campanha de notificação de casos de violência, porque não basta só notificar; a gente tem que garantir a segurança de quem está informando, e toda a sequência de atendimentos que são necessários. Preservar o denunciante, o agredido. Enfim, a gente tem que estabelecer toda uma rede de proteção. É uma área em que também é preciso investir bastante. Foi criada por uma portaria. Temos um sistema de informação que está sendo implantado. Incentivamos a notificação. Chegamos até a dar computadores, disponibilizando, para que os hospitais, para que os maiores notificadores, ou potenciais notificadores fizessem isso. Se a gente não tem informação, a gente não tem como desencadear a ação.

A vigilância em saúde ambiental, que acho que muitos de vocês já conhecem um pouco mais. Nós estivemos aqui até colaborando com a CPI de Danos Ambientais. É responsável pela vigilância e pelo acompanhamento das alterações no meio ambiente, que interferem diretamente na saúde humana. Então as áreas de atuação, água para consumo humano, ar, solo, contaminantes ambientais e substâncias químicas, os desastres naturais, acidentes com produtos perigosos, fatores físicos, ambiente de trabalho, os vetores e zoonoses, como a dengue, por exemplo, e roedores.

As formas de abordagem da vigilância ambiental: nós já estivemos colocando aí, no ano passado, que é uma forma diferente de atuar também. A gente monitora, ao longo de alguns anos também; não é uma ação rápida, pronta. Nós temos equipes que estão acompanhando já há algum tempo as alterações que podem surgir. Então é um conjunto de ações, desde a vigilância das doenças, mesmo através do acompanhamento do acompanhamento das notificações; a monitoração de estudos específicos que ocasionam má formação congênita ou neoplasias; a vigilância de biomarcadores; a vigilância de desastres. Para que vigiar desastres? Já aconteceu? Para que não aconteçam novamente. Vocês lembram do Césio, Chernobyl, e as consequências que isso pode trazer. A vigilância das condições de risco. Então acompanhar rota de exposição. Vocês lembram da água, da história da água. Os protocolos de acompanhamento também: a Vigilância auxilia na elaboração dos protocolos de acompanhamento. Teve a Vila Carioca, onde também atuamos. Análise de efeitos que a exposição à substância pode gerar, isso tudo acompanhando. E é um ineditismo. É muita coisa: cada substância, cada agravamento acaba sendo inédito. Acho que isso é que é desafiador e instigante. Combinação de dados de saúde e ambiente com situação de risco – os estudos epidemiológicos tradicionais.

A vigilância em saúde ambiental – Vigigua –, que responde pelo monitoramento da qualidade da água do consumo humano. Colhemos amostra de água do sistema de abastecimento e das soluções alternativas de uso coletivo, também para monitoramento da qualidade da água, garantindo, ou buscando garantir a saúde da população. Aí estão os poços perfurados. São dados do DAE. Isso a gente já apresentou. São dados mais recentes. Apresentou na outra CPI.

E outra área de atuação da vigilância em saúde ambiental é a área que responde, ou que acompanha, que está atenta às mudanças climáticas. Aqui é um exemplo dos possíveis impactos que as mudanças climáticas podem ocasionar. Então desde a intoxicação por agrotóxico, pela utilização indevida, a subnutrição, pela alteração da produção. A contaminação da água – doenças de veiculação hídrica – que também pode ocasionar. Os desastres naturais: ondas de calor, inundação, tempestade, enchentes, incêndios, enfim. Os vetores da alteração da distribuição espacial, porque o calor excessivo fora de época faz com que prolifere os vetores. Isso acontece. As doenças diarreicas, que começam a surgir, cardiorrespiratória; malária; dengue. As migrações – doenças emergentes e reemergentes. Então a Vigilância sempre tem que estar atenta, porque as doenças, mesmo aquelas consideradas sob controle, ou monitoradas, podem surgir novamente. Vocês lembram de quando foi a tuberculose e a Aids, como isso acabou implicando. Então também atentos a isso, nós, através de uma portaria intersecretarial, montamos um grupo para acompanhar, estudar e propor medidas mitigadoras sobre o efeito sobre a saúde decorrentes do clima e da poluição do ar também. Então a Faculdade de Saúde Pública também acompanha, tem vários profissionais, e as diversas secretarias, para fazer propostas.

Já elaboramos alguns materiais, que já acabamos de distribuir. Então os nossos materiais, em geral, a gente disponibiliza no nosso site, para que as pessoas possam fazer uso. E acho que é importante dizer que diversos municípios e vários estados utilizam o nosso material, porque a gente disponibiliza mesmo, porque isso é importante. Não tem porque ficar... E quando as pessoas ligam, falam assim: "Eu posso usar o material?" Eu falo: "Não, você deve usar o material". "Mas é que vocês que fizeram". Eu falo assim: "Quem fez foi com recurso financiado pelo SUS; é nosso; é para 'publicizar'". Então isso é um dever. E a gente já percebeu que, mais que distribuir material gráfico, a gente disponibilizar no site, hoje tem um apelo muito maior.

Também dentro da vigilância em saúde ambiental, o Vigisolo. Aí estão identificadas áreas contaminadas. A gente já passou para vocês em outra ocasião. A vigilância em saúde dos trabalhadores em ambiente de trabalho, que também está dentro da área de vigilância em saúde ambiental, é responsável por investigar as condições e o ambiente de trabalho, para identificar, avaliar, entrever os riscos à saúde do trabalhador. A gente trabalha também com a informação, para desencadear a intervenção. Como exemplo de trabalhos que fizemos: redes de *fast food*, marmoraria, ar climatizado, lavanderias, teleatendimento. Então nós trabalhamos, sempre, com enfoque no risco, e priorizando as nossas ações. Não dá para atuar de outra forma, senão priorizar. O que tem maior risco acomete maior número da população. Todas as ações de saúde pública são assim; só estamos dando um destaque.

Tem uma intersetorialidade, para a gente garantir a integralidade das nossas ações. A saúde do trabalhador, desde a previdência social, fundações, meio ambiente, secretarias municipais, conselho tutelar, judiciário, os institutos de defesa do consumidor, os conselhos regionais de classe, o Ministério Público, que é nosso parceiro, sempre. Em quase todas as nossas ações, o Ministério Público está junto com a gente, dá um respaldo muito importante.

Aqui, a vigilância de zoonoses e agravos transmitidos por vetores, também dentro da Vigilância. Acho que é importante destacar que existem mais de 180 antroponozoonoses. Eu falo que agora a gente está vivendo a época das pragas do Egito, que começa, ainda não terminou, só termina perto do inverno, em que as antroponozoonoses todas começam a surgir, e nós temos que estar muito atentos à dengue. Estamos num período sério, em que todos nós devemos estar mobilizados, a população, em particular. É um período de maior transmissão da dengue. A leptospirose, sempre com as enchentes. Também somos

responsáveis pelo controle de roedores. A raiva humana, que a gente tem um programa de prevenção da raiva humana. Nós não temos raiva humana no município de São Paulo já há muitos anos. E as demais zoonoses.

O programa de controle de zoonoses, na verdade, uma lei municipal que instituiu o programa no âmbito do Município de São Paulo. Isso, para a gente, foi muito positivo, porque ela coloca a exigência de critérios epidemiológicos para fazer o controle e a aplicação de venenos, principalmente, porque as solicitações, a maior parte da população solicita: vem por o ratão aqui no quintal da minha casa, ou vem no bueiro; e precisa de todo um controle integrado de pragas. Tem de ter critérios, seguir critérios epidemiológicos porque senão o que a gente consegue é só contaminar ambientes e não resolve o problema.

Da população. Então, é a orientação, é o controle integrado que vai desde a orientação para que não de condições para o roedor proliferar, enfim... e foi a partir de uma lei desta Casa e coloca a Covisa coordenando este Programa.

Então, o Programa de Controle de Roedores, isso está... aquele gráfico, acho que vocês não estão vendo, mas conseguem ver, pelo menos, a curva descendente de solicitações de saque ao longo desses anos. Em 2004 e 2005 era uma queixa muito grande de roedor na Cidade, então, todo um estudo foi feito desde a elaboração de material educativo; foram elencados vários programas para estar atuando, enfim, é um trabalho que, inclusive, já foi premiado, nós já recebemos vários prêmios no município de São Paulo. Serviu de modelo para o Ministério da Saúde, para grandes capitais estarem utilizando. O CDC de Atlanta veio até aqui à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando e utilizando como modelo para o resto do mundo, para boa parte do mundo, "resto" é demais. Este outro folheto foi agora recomendação para as situações de enchentes que nós passamos nesta Cidade nos últimos tempos e esse folder, inclusive, além de estar atendendo à nossa população, também nós disponibilizamos o layout para a população do Vale do Paraíba, também foi utilizado.

Estes são os alertas de leptospirose que nós encaminhamos para as regiões, então, cada um destes de corzinha diferente é para uma região da Cidade. As regiões onde têm maior possibilidade, probabilidade, de surgirem casos novos de leptospirose. Então, este é um mapinha todo costadinho da Cidade que nós mandamos para os profissionais da Saúde.

Porque, assim, a Vigilância atua a partir da notificação dos casos, então, o médico tem de suspeitar, ou o profissional de saúde tem de suspeitar, para que nós tenhamos a informação para que possa agir: a tomada de decisão. Então, sempre tem de estar alerta. É época de suspeitar de leptospirose, de dengue, mas de leptospirose, também, e assim vai.

O Programa de Controle da Dengue. Então, em 2007, nós trabalhamos com a integração dos agentes comunitários de Saúde e dos nossos agentes de Zoonose para somar esforços e trabalhar no controle de maneira mais eficaz.

O Programa da dengue é exitoso no município de São Paulo, nós temos, conseguimos mobilizar a população e diversos parceiros para estarem colaborando com o Programa em si, mas a gente não pode descuidar. Temos um plano de contingência preparado para casos de epidemia. Nós temos, no Estado de São Paulo, várias cidades com epidemias já deflagradas, outros, como Rondônia, outros Estados com muitos casos de dengue e se a gente considerar que quase um milhão de pessoas entram na Cidade todo o dia para ver, ou contribuir com muitos casos aqui de dengue na Cidade, não é difícil. Então, isso, nós temos, podemos até ter um pouco mais de tranquilidade.

Nós temos um laboratório próprio, que é no Centro de Controle de Zoonose, que dá possibilidade de ter um resultado rapidamente. Então, na dengue temos de agir rapidamente porque, se a gente não agir, aí cresce em proporções geométricas o número de casos.

Aqui é atualizado; essa é a situação, hoje, na Cidade, os dados até 17 de março, só preciso informar a vocês que isso acaba mudando. O número de casos autóctones de dengue hoje são de 220 casos, tem um comparativo com os outros anos; os importados: 341, ainda temos 287 casos em investigação.

Essa é a época mesmo que os casos dobram de uma semana para outra e, às vezes, de um dia para outro. Então, todas as equipes estão mobilizadas para estar agindo prontamente e a gente precisa da população, também, e conto com vocês.

O SR. PAULO FRANGE - Professora, esses 220 é até agora?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – É agora, até agora.

Essa é a sensibilização que nós fizemos com os agentes comunitários de Saúde, incluindo como agente de combate à dengue.

Então, as outras zoonoses, também, que nós acompanhamos, monitoramos, a leishmaniose, a febre maculosa, elaboramos normas técnicas este ano, fizemos um grande seminário sobre febre maculosa. O que é importante destacar é que nós convidamos sempre os municípios, próximos ou não, a gente encaminha para o Estado e nós temos uma participação muito grande de outros municípios nesses nossos seminários. Eles carecem de ter essas informações, essa normatização e sempre disponibilizamos. Então, também teve um encontro para sensibilização sobre a esquistossomose. "No município de São Paulo esquistossomose?" Sim, a gente também tem que estar monitorando para que não surjam casos.

E outra intervenção interessante é dos acidentes potencialmente transmissores de raiva com morcegos, são os quirópteros. Então, na zona Leste nós tivemos um problema já há algum tempo.

Esses são os nossos profissionais em campo, eles capturam, saem pela noite nas matas capturando os morcegos para estarem fazendo as análises necessárias para saber se eles não são transmissores de raiva. Isso tudo não é só morcego, aí tem a população que nós temos de convencer, aí tinham umas práticas religiosas que aconteciam no parque. Ali nós tivemos que trabalhar também com as lideranças da região para que atendessem e se convencessem que estavam sob risco de estarem ali durante a noite naquela forma. Eu não sei se vocês tomaram conhecimento, mas as pessoas ficavam numa prática religiosa, eu não sei qual é a denominação religiosa, eles ficavam ajoelhados rezando durante a noite e os morcegos atacam essas pessoas. Eles acreditavam que só adoeceria aquele que não estava abençoado, enfim, que não era digno da graça de Deus, algo do tipo, e estavam se arriscando muitíssimo ali. E nós tivemos de fazer todo um trabalho respeitando logicamente a crença, mas alertando para os riscos que isso ocasiona, é bastante interessante.

Aqui são alguns destaques, no ano agora de 2009, nós fizemos a primeira Conferência Municipal em Saúde Ambiental que foi também coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, mas em conjunto com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e também das Subprefeituras. É uma ação que não é só de vigilância, não é só de Saúde, nós temos de envolver todos os demais atores.

A capacitação do Conselho Municipal sobre o tema Saúde Ambiental é muito novo. As pessoas pensam que é a gestão ambiental do lixo, a gestão da coleta seletiva, que é isso. Não é isso, mas isso a gente precisa, ainda precisa despertar nas pessoas a consciência sobre a importância e a responsabilidade de cada um.

Fortalecimento de relações de trabalho intersecretariais; a realização de seminários de febre maculosa, leptospirose, para todo o Estado de São Paulo; curso de epidemiologia ambiental. Nós temos que capacitar constantemente os nossos profissionais, mantê-los atualizados; curso de bioestatística também foi dado pela área, foi oferecido pela área.

A vigilância de produtos e serviços de interesse à Saúde, que elabora e participa da criação de normas tanto municipais, como colaborando com a Secretaria de Estado da Saúde e a própria Anvisa. Inspecciona e monitora estabelecimentos e produtos de interesse à Saúde através de ações programadas em atendimento a denúncias a partir das solicitações do Ministério Público e outros órgãos.

Também trabalha com a concessão de cadastro municipal de Vigilância em Saúde. E um dos pilares nossos e onde a gente investe mais é na educação sanitária.

O serviço de interesse à Saúde que compõe, que faz parte do escopo da vigilância, então, são consultórios e clínicas de fisioterapia, dispensários de medicamentos, comércio varejista com manipulação de fórmulas de medicamentos, instituições de longa permanência para idosos, salões de beleza, pronto socorro isolado, pronto atendimento, consultório odontológico, as creches, estúdio de *piercing* e tatuagem, também, é de responsabilidade da Vigilância.

A vigilância de alimentos, essa nós já estamos com, o que é importante destacar é que a Vigilância é bastante nova, a partir de 2004, a Vigilância Sanitária em particular, de produtos e serviços, é mais nova ainda no Município de São Paulo, e nós não estamos ainda com a responsabilidade de todo o segmento da Vigilância.

Os hospitais estão sob responsabilidade estadual, tanto de fiscalização como de concessão de cadastro; as indústrias farmacêuticas não estão com o Município de São Paulo, ainda; laboratórios de análises clínicas também não estão; serviços de hemodiálise também não estão, são alguns exemplos. Os demais estão com a gente. A área de alimentos está integralmente com a gente.

Tradicionalmente, a vigilância de alimentos já era feita até por outra Secretaria, que era a do Abastecimento, antes de ter ido para a Saúde. Temos a vigilância de produtos e serviços de alimentos integralmente está com a Secretaria Municipal de Saúde.

A vigilância de produtos e medicamentos, desde as farmácias com manipulação de fórmulas, drogarias, distribuidoras, comércio varejistas e produtos de interesse à saúde, também, de equipamentos, ótica, enfim - toda obra de Deus, quase.

Vigilância de produtos e serviços de interesse à saúde, essa nós também trabalhamos. Como eu falei, um dos investimentos maiores que nós fazemos é com educação sanitária, orientação. Trabalhamos com produção de material, teve uma - não sei se foi em 2007 - sobre embalagens adequadas para produtos hortifrutí, acho que foi até uma Lei aqui desta Casa que regulamentava a questão de utilização de embalagens plásticas, pelos serviços de comércio varejista de alimentos.

Também a capacitação do setor regulado que é um dos enfoques nossos, que temos de investir muito; nas creches trabalhamos com capacitação de quase 1.400 creches capacitadas quanto à utilização, enfim, desde a manipulação de alimentos, cuidados que se deve ter, as recomendações, elaboramos material, capacitamos os profissionais, enfim, isso é uma parceria com a educação que é bastante exitosa.

Também a gente investe muito em cursos de boas práticas de manipulação de alimentos para o setor de alimentos. Aqueles setores onde não tenha um responsável técnico e que é o dono a pessoa que resolve, que até ontem estava empregada, hoje não está mais, e resolve montar uma lanchonete, ou outro serviço. Nós solicitamos que ele faça um curso de boas práticas, onde ele recebe esse material e, durante oito horas, recebe orientação e, dessa forma, ele se responsabiliza em multiplicar essa informação para os demais trabalhadores do seu serviço.

Serviço de beleza, também, é uma área que cresce muito e tem uma informalidade muito grande, também temos investido bastante na capacitação. Entendendo que a gente não consegue sem a mobilização da população, sem despertar no cidadão a importância de ele ser um vigilante também, porque só a Vigilância, propriamente dita, não dá conta, nós também produzimos material de comunicação - e está disponibilizado no site também - com vários temas, desde instituições de longa permanência para idosos, consultórios médicos. Então, são orientações e informações do que o cidadão deve verificar no momento que ele está fazendo o uso de um serviço e o que ele deve cobrar. Dessa forma também a gente trabalha a questão da cidadania.

Esta é a evolução das inspeções sanitárias no Município de São Paulo, desde 2004 até 2009, o número de inspeções que foi aumentando gradualmente. Também trabalhamos com o monitoramento e análise de alimentos para consumo humano.

Colhemos amostras de diferentes alimentos e fazemos análise para acompanhamento. Ai um destaque: água mineral, a coluna mais vermelhinha é considerada satisfatória; o verde e o amarelo, insatisfatório. Então, um destaque para o mel, eu coloco; o palmito, também, tem um destaque muito grande, considerando que o mel é um alimento bastante utilizado por crianças. Então, isso direciona as nossas ações para uma necessidade de ter um controle maior na produção e na comercialização dos produtos. No mel, em particular, a produção é do Ministério da Agricultura.

A vigilância de produtos e serviços pelo universo que tem, são mais de 160 mil estabelecimentos que acreditamos que temos, pois não temos a informação de quantos estabelecimentos estão dentro no Município de São Paulo. Temos de priorizar as nossas ações, de que forma? Desburocratizando e agilizando o processo de concessão de cadastro.

O Decreto 50.079 contribuiu para dar transparência e agilização nesses processos de concessão de cadastro. Como eu falei para vocês, nós não temos esse universo cadastrado dentro da Vigilância ainda, ninguém tem no Brasil. A ANVISA não tem.

A ANVISA, inclusive, nos chamou, recentemente, para estar apresentando o nosso sistema que estivemos trabalhando já há alguns anos, que é o (Ininteligível) transformar em plataforma web um sistema que tínhamos em (Ininteligível), para dar transparência, agilidade, para que o munícipe ou o empresário, possa fazer da sua casa o seu pré-cadastramento e depois ele vá na Vigilância levar a documentação e prestar os esclarecimentos necessários, mas que ele possa fazer isso e acompanhar o seu processo dessa forma.

Para isso também, a gente está incorporando a tecnologia de mobilidade, que é o PDA. Também tivemos um esforço conjunto para elaboração de roteiros de inspeção, no qual é colocado um campo em que o técnico possa estar acompanhando, sendo que cada item de fiscalização desse roteiro, está linkado a um artigo da lei, ou uma normatização, tanto municipal, como estadual ou federal, para tirar a subjetividade do técnico, ou seja, a subjetividade do técnico no momento da inspeção, então cada item imprescindível, necessário ou recomendado, tem de ter uma legislação por trás, um escopo legal para ser cobrado. Essa é a forma como também temos investido bastante.

O Centro de Controle de Zoonoses que é um centro colaborador da OPAS, também, é responsável por várias ações. Tem como missão desenvolver trabalhos de prevenção, proteção à saúde pública, por meio da vigilância e controle de animais domésticos, boa parte das pessoas conhecem mais esse lado do Centro de Controle de Zoonoses, mas o controle de animais sinantrópicos, o saneamento ambiental e educação em saúde é o papel, também, muito importante para o qual Centro de Controle de Zoonoses é responsável.

Só para lembrar um pouco, mostramos foto dos animais sinantrópicos que povoam a nossa cidade.

A nossa atuação no controle do culex, que tanto incômodo traz na época do verão, isso é uma atuação em conjunto que temos de ter, são os nossos agentes no campo, mas dependemos também de subprefeitura para atuar, para limpar, são os catabagulhos, garantindo que não tenha emissão de esgoto nos córregos ou a fiscalização para que isso não aconteça, que é o material biológico que favorece o crescimento do culex, e o manejo da vegetação no entorno das margens dos rios e da represa. Tem cumprido seu papel.

Dentro do Centro de Controle de Zoonose - como eu falei - tem um laboratório de identificação e pesquisa da fauna sinantrópica. Ela trabalha na identificação dos animais que compõem a fauna sinantrópica toda.

Próximo. Aqui, é a coleção da fauna do Município de São Paulo que nós temos e o que é interessante, nós temos vários técnicos, biólogos que trabalham com muito carinho. Eles, inclusive, emprestam esses exemplares para as escolas e as escolas visitam esse serviço. Então, em feiras e exposições, inclusive, um curso de taxidermia, um curso rápido de taxidermia, também eles já ofereceram, porque esses exemplares chegam ao Centro de Controle de Zoonose ou são capturados nas nossas ações de campo e são identificados e alguns exemplares acabam fazendo parte dessa coleção.

Próximo. Isso, também, fazendo parte da investigação da fauna de flebotomíneos e culicídeos em parques. Esses são os diferentes tipos as armadilhas que nós temos. Isso a gente tem de passar pelos locais, recolher, fazer análise e monitorar.

Próximo. A investigação acarológica, que é um carrapato o responsável pela transmissão da febre maculosa. Então, também são coletados pelos nossos agentes em campo, onde é feita a realização de exame de hemolinfa. A gente tem um trabalho de atenção às capivaras que nós temos na marginal, no Horto, enfim. Essa, a investigação malacológica do Grajaú, nós estamos trabalhando com isso, que no ano passado, tivemos uma sensibilização para busca de esquistossomose no Município de São Paulo e nós, então, estamos trabalhando o monitoramento desse molusco.

Próximo, por favor. O laboratório de zoonose - que eu falei - que eles fazem a sorologia da dengue, leptospirose e demais, nós somos referência para o resto do Estado, além do Adolfo Lutz, somos nós que o fizemos. Então, foram mais de 44 mil diagnósticos em amostras humanas, de animais e de ambiente. É o único laboratório municipal que faz isso. Nós já fomos, junto com a Fapesp, patrocinados, financiados para várias linhas de pesquisa. É motivo de orgulho esse laboratório nosso.

Programa de Controle de População de Animais Domésticos, essa é uma área também que exige muita atenção nossa. Nós tivemos para reestruturação das nossas atividades e atendimento das leis que surgiram, a Lei Estadual, que proibiu a eutanásia. No Centro de Controle de Zoonose, eu eutanasiava animais, até abril de 2007, animais sadios. Uma lei estadual veio proibir a eutanásia de animais sadios. Tinha, por outro lado, uma lei que exigia a retirada dos animais das vias públicas, todos os animais das vias públicas, então se tomava inócuo.

Isso, ao longo dos anos, acabou trazendo - vamos dizer - por um lado, um certo conforto da população, porque quando não quer mais o animal, larga na rua, alguém vai recolher e o problema deixa de ser meu. Então, nós temos de trabalhar a reeducação - não vamos ser arrogantes - a conscientização da população sobre a guarda responsável desses animais.

Próximo, por favor. Então, todo um trabalho tem de ser feito para que a pessoa se tome responsável por aquele animal que um dia ela resolveu cuidar em casa. Enfim, trabalhar com campanha de adoção. Aquele slide anterior era sobre a Campanha de Vacinação nossa, que tradicionalmente a gente faz no mês de

AS

agosto. Isso, tanto na campanha, como de rotina, nós vacinamos os animais. Temos postos fixos de vacinação dos animais, o Centro de Controle de Zoonoses capitaneia isso.

O incentivo à adoção e à guarda responsável é uma das nossas prioridades. O projeto educativo "Para Viver de Bem com os Bichos", que se, a partir das crianças, a gente conseguir despertar essa consciência da responsabilidade sobre aquela vida que ela está trazendo para dentro de casa.

Próximo. No ano passado, o Prefeito de São Paulo instituiu esse programa Probem, cujo objetivo é estabelecer parceria com a entidade de proteção animal e colaborar com o Centro de Controle de Zoonoses para execução de programas, tanto do registro do RGA que é o registro do animal, o controle reprodutivo de cães, a castração que o Município oferece para os munícipes, a educação continuada da conscientização da população quanto à guarda responsável.

Próximo, por favor. Tem um site também, onde a gente coloca os animais que estão disponíveis para adoção no Centro de Controle de Zoonoses. Essa é uma exigência do Regulamento Sanitário Internacional. Em 2005, ele foi atualizado e ele padronizou que todos os países signatários deverão desenvolver suas capacidades básicas de enfrentamento até junho de 2012, enfrentamento das emergências em saúde pública. Nós, já há mais de um ano, estamos trabalhando na implantação deste serviço dentro da Vigilância. Os países devem notificar a Organização Mundial da Saúde, no máximo em 24 horas, as emergências de saúde pública de importância internacional.

Então, todos os agravos, os rumores são monitorados por nós. Devem ser monitorados. Nós temos vários sistemas que servem para informação, para que listas de verificação de emergências são acompanhadas. Discussões são feitas, inclusive com a Secretaria Estadual, técnicos estão sendo capacitados para isso. Recebemos alguns equipamentos no Ministério da Saúde para implantação desse centro.

Inclusive é um dos investimentos que estamos fazendo também, que precisamos fazer é instituir o plantão de vigilância. Nós, durante a epidemia da Influenza, instituímos nos finais de semana e pretendemos estender para durante a noite também. Hoje, nós temos a parceria com a Secretaria Estadual de Saúde que complementa os nossos plantões.

Próximo. A Covisa, por tudo que eu já mostrei para vocês, exige constante atualização dos profissionais tanto dos que atuam na vigilância, como os que contribuem indiretamente com a vigilância. Então, eu costumo dizer que nós somos quase uma instituição de ensino, porque o que a gente tem de capacitar profissionais, oferecer capacitação, é muita coisa e sempre utilizando, nós temos uma TLT, logicamente, um número de profissionais que não é o ideal, que não atende a todas as nossas necessidades.

Então, nós precisamos garantir que esses profissionais estejam capacitados e atuem da melhor forma possível. A informação da Vigilância em Saúde – como eu já falei para vocês – nós temos que coordenar todos os sistemas corporativos de informação. Temos o responsável pela área. Então, esses que estão abaixo dessas nuvenzinhas aí, são os sistemas que nós atuamos mais diretamente, desde os Sinans, Sevisa, Siva, que é o sistema de violência. As ferramentas que nós usamos taduim e acil-info (?), sistemas alternativos que nós criamos, também, para que possamos acompanhar a informação das nossas unidades. Tudo isso para melhorar e para possibilitar a tomada de decisão dos gestores.

Próximo, por favor. Comunicação em saúde é uma área fundamental para a gente, dentro da Covisa. Então, a gente desenvolve parcerias para as ações de divulgação, desde empresas parceiras, sempre com o cuidado, porque as nossas parcerias nunca podem configurar conflito de interesses porque também somos um órgão de fiscalização. Então, sempre com esse cuidado, mas algumas parcerias têm possibilitado um alcance maior das nossas informações, das nossas orientações.

A Assessoria de imprensa sempre tem de estar acompanhando. Nós temos de três a cinco solicitações diárias da imprensa para informações, para orientações, para explicações, enfim, os canais de comunicação, o site da Covisa, o 156, temos um SAC também. Temos uma comunicação interna, a gente tem de trabalhar, também, com a comunicação interna dos funcionários, boletins de informação de agravos de doenças específicas, como da coqueluche que fizemos recentemente, o Centro de Controle de Zoonoses, também tem um boletim informativo com temas específicos ou mais abrangentes. Aí são as peças de comunicação que acabamos produzindo dentro da Covisa também. Temos estagiários que, também, colaboram conosco e os próprios funcionários que vão trabalhando com sua criatividade.

Em Cannes, recebemos, fomos inscritos no *Shortlist* de Cannes, que foi a atualização da mobilização social e imprensa na dengue, especificamente.

Próximo. As mídias alternativas que utilizamos e que não oneram o serviço público. Então, desde boletos de ISS; boletos de IPTU; o hollerith; torpedos em parceria com a empresa Vivo, que ela manda em campanhas específicas, campanhas de vacinação. Então, por exemplo, a Vivo manda para uma determinada região, para uma população. Enfim, isso é bastante positivo.

A Vigilância em Saúde tem esta abrangência. A Secretaria de Vigilância em Saúde determina os objetos da vigilância. Além da vigilância epidemiológica, - a tradicional, das doenças transmissíveis, que é o que todos conhecem, ou que a maior parte das pessoas conhece – também a responsabilidade de trabalhar a promoção da saúde: a vigilância das doenças não transmissíveis; a vigilância de produtos e serviços de interesse à saúde; saúde ambiental; monitoramento da situação de saúde. E esse monitoramento contínuo tem o objetivo de desencadear ações oportunas para reduzir e eliminar riscos. Essa é a abrangência da Vigilância.

Por isso, sozinhos não conseguimos atuar. Precisamos, temos interfaces com diversas secretarias: Smads, para a melhoria das condições sanitárias de albergues e abrigos. O que adianta a Vigilância chegar lá, identificar e: "Olha, vocês têm ar de tuberculose. Vocês são quase uma incubadora de tuberculose". Então, precisamos, também, trabalhar com a melhoria dessa estrutura, dessas condições sanitárias de albergue. Vamos fechar o albergue? Não. Se for necessário, sem dúvida, será fechado. Mas vamos trabalhar para que eles se adequem. E não só se adequem. Que eles tratem as pessoas, que eles identifiquem os doentes, tratem as pessoas. E, também, capacitando, em Saúde Ambiental, os agentes de proteção social, que, aí, também, eles estarão multiplicando essa informação – inclusive, orientações em relação à dengue.

Aí, a Secretaria Municipal da Educação. É recente, até, essa interface. Criamos, até, o agente mirim de combate à dengue. Ali tinha um certificado que não apareceu. Não saiu, mas as crianças estão segurando. Então, fizemos uma parceria com a Secretaria Municipal da Educação - e que, prontamente, a Secretaria adotou - de estar capacitando essas crianças, orientando - com a apresentação de peças de teatro - como o mosquito entra; como ele pode transmitir a dengue; como posso trabalhar para que isso não aconteça; como posso contribuir; orientar os pais. Estamos acreditando que essa é uma grande estratégia. Então, além de grupos de discussões que temos, para discutir a questão da poluição e as mudanças climáticas, as cartilhas, a saúde ocular. A Educação é um grande parceiro e, aliás, esse é o caminho. Não tem outro.

A interface com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente também. Os trabalhos conjuntos na poluição do ar e a elaboração de curso de formação de agentes ambientais. Isso, também, dá uma visão ampliada aos nossos agentes.

Interface com subprefeitura, Defesa Civil. A Defesa Civil falo que quase bate ponto na Covisa, porque está sempre junto conosco, tem de estar sempre junto conosco para prevenir. Então, subprefeituras, principalmente.

Ministério Público é um parceiro nosso muito grande. Sempre a questão do idoso. Precisamos, sempre da parceira junto. Ação conjunta. Promotoria de Justiça. Ministério Público do Trabalho, também. É muito importante termos essa parceria.

Há interface com outros órgãos. Cetesb, para mapeamento das áreas contaminadas e a capacitação de nossos técnicos.

A participação da sociedade, para nós, é fundamental. Essa é uma foto da praça de atendimento da Covisa. Temos um SAC também, onde as pessoas podem, também, ligar, reclamar, solicitar. Enfim, o 156 para o atendimento de certas... e que, também, serve para dar orientação e para receber denúncia. SAC, Ouvidoria Geral da Saúde e do SUS.

Essa é a foto do lançamento do Boletim Saúde e Trabalhador.

Aí é o nosso pessoal trabalhando. O Fórum de Vigilância de Violências e Acidentes. A vacinação da rubéola. Era não perder a oportunidade. Essa era a regra: "Vocês não podem perder". Então, o rapaz estava lá de bicicleta e nós: "Vem aqui. Vai vacinar". Porque perdeu a oportunidade, acabou.

Próximo. Os eventos do CCZ, sempre capacitando as pessoas.

Próximo. Seminário de leptospirose. Os laboratórios. O pessoal atuando. A imunização. Seminário da febre maculosa. As inspeções sanitárias, os nossos técnicos atuando. Campanha contra a raiva, nos parques. Mobilização da dengue. Os programas educativos. Volta um pouquinho para falar sobre isso. Nossos

profissionais, hoje, mesmo, tenho um profissional que está... A Secretaria Municipal de Saúde tem uma rede, um canal de TV, que possibilita o profissional dar informação. Um dos canais – não sei exatamente como é que funciona – mas um dos canais possibilita receber as perguntas as Unidades Básicas e, aí, nosso profissional – ali é a Graça que está sentada, e é a responsável pelo programa de Controle de Roedor – e ela tira dúvidas e esclarece os municípios, ou os trabalhadores das Unidades Básicas de Saúde, que têm uma TV dessa instalada. Eles, também, podem passar, então, orientações, informações, informes. Eles, também, através dessa TV, dão aulas. Os nossos técnicos dão aulas para os profissionais de Saúde através de um canal específico. Isso facilita muito em uma cidade como a nossa, dessa dimensão.

O seminário de lepto. Próximo. Aí a nossa praça de atendimento.

Próximo. Aí as reuniões do Comitê de Influenza. Vocês podem ver que foi na Covisa.

Próximo. Aí são os técnicos em campo.

Aí não dá para enxergar. Dengue. O pessoal atuando na dengue. Os nossos agentes de zoonoses coletando água para análise. Mobilização da dengue. Nosso laboratório de alimentos. A campanha de imunização. A gravação de vinhetas - isso, também, é muito bom o que conseguimos fazer, e graciosamente.

Esse é o Fórum de Hanseníase.

Esse é o projeto do Agente Mirim da Dengue. As diferentes capacitações – que falei para vocês -, mais de onze mil.

Esse, também, da rubéola. A visita. Mobilização.

Trabalho com a população. Capacitação dos agentes. Trabalho em campo. Vacinação. Essas feiras de adoção, que fazemos em parques. Teatro. Aí é o nosso César Cielo. Vacinação no Metrô.

Essa foi a Organização Mundial da Saúde. Ela veio para o Brasil. Ela veio para diversas capitais. Para três capitais diferentes. Ela escolheu Rio de Janeiro, escolheu São Paulo e Salvador. E, aí, conversando com o pessoal, e por que escolheram São Paulo – não vou dizer porque escolheram as outras duas, porque não é muito auspicioso, não é muito positivo. Mas escolheram São Paulo porque queriam ver a organização de São Paulo porque, a partir de nossa atuação e da organização de como foi feito, eles iam implantar em grandes capitais. Então, isso, para nós, foi motivo de muita satisfação.

Próximo. A vacinação em postos volantes. A capacitação nos CEU's, inclusive da utilização das piscinas dos CEU's. Tivemos um trabalho, também, de orientação para os profissionais.

Próximo. O teatro da dengue, que é para a mobilização e, aí, também, junto com a Educação. A mobilização do pessoal.

Aí é o nosso pessoal em campo.

Próximo. Aí vai.

Então, é o seguinte. Já chegamos aqui no fim e queria deixar essa mensagem que eu falo que é graça divina começar bem. Graça maior é persistir na caminhada certa. Mas, a graça das graças é não desistir nunca.

Enfim, estamos aqui à disposição de vocês e desculpem-me, acabo me emocionando um pouco sempre que vejo esse povo todo trabalhando.

A vigilância é muito nova. Nós começamos em 2004. Não digo que nós sejamos novos, porque nós não somos. Somos funcionários de carreira, mais de 20 anos, a maior parte aqui. Você pode ver.

Então, a gente ser motivo de uma CPI, isso não estava no script, desculpem-me. Isso nos incomoda. Incomoda mesmo. Mas não vai fazer a gente desistir.

Estamos aqui e não nada a esconder. Nada. Absolutamente nada. Só não entendemos, porque nós somos o órgão mais jovem dentro da Secretaria, o mais técnico - isso eu garanto para vocês, desde 2005 que eu atuo e é o mais técnico. As nossas ações todas sempre são pautadas na técnica e na ética. (Pausa)

Estou à disposição. Meus técnicos todos estão à disposição, mas eu não quero, de forma alguma, prejudicar o nosso serviço. Nós estamos em plena campanha de vacinação - desde 8 de março, vamos até 21 de maio - e eu preciso ter credibilidade da população. Nós somos acionados pela imprensa de três a cinco vezes por dia. Como é que vai um técnico da Vigilância falar: doutora Fulana de Tal vai dar orientação sobre a vacinação e nós somos foco de uma CPI. Como que eu vou bater na porta de alguém e pedir para entrar, para dar uma orientação da dengue e ser foco de uma CPI? É muito sério isso.

Então, eu apelo à sensibilidade de vocês. Estou à disposição. Não tenho nada a esconder. Nada. Nada. Estou à disposição para dar tudo, para abrir as portas, mas não uma CPI. Deficiência, nós temos muitas. Eu aponto um monte. Vocês podem... Vocês vão descobrir isso, porque eu aponto um monte de outras deficiências. Essa foi minha vida. Há 25 anos que eu trabalho nessa Secretaria e sempre procurando meios alternativos para a gente resolver os problemas. Falta uma coisa, eu vou resolver de outra forma. Vamos procurar. É um esforço pessoal. Gente, a moral da equipe está abaladíssima com isso. Não sou eu. Falei para o Secretário, falei para o Prefeito, falei: mentira, se sou eu... Mas não pode, esta instituição tem de ser preservada. Vocês têm de ter orgulho desta instituição que a gente está aqui representando. É motivo de orgulho, gente. Não é para ter vergonha. Eu falo para os meus técnicos: vocês saiam de cabeça erguida, nós não estamos devendo nada! Não tem... Tem alguma coisa de corrupção, tem alguma coisa aí? Não tem. CPI, tradicionalmente, a gente sabe como funciona. Para a CPI, é super negativo. Eu acredito que a intenção de vocês seja boa, mas não dá para a gente ser alvo de uma CPI, um órgão técnico que tem um papel de fiscalização, que precisa da credibilidade. Eu tenho interface com muitas Secretarias e nós precisamos chegar de cabeça erguida lá, não abatidos. Desculpem-me.

O SR. PAULO FRANGE - Dra. Inês, eu quero pedir desculpas aqui pelos companheiros, até por antecipar a minha fala.

O propósito desta comissão é absolutamente tentar construir com a Covisa aquilo que ela se propôs. alguma coisa está errada no Governo. Nenhum dos membros aqui, nenhum, nem o Líder do Governo que é parte aqui, percebeu sequer uma mensagem no sentido de que não, não vamos tratar desse assunto de Covisa agora. Vamos deixar mais frente. Ninguém... Eu chego aqui todos os dias às nove da manhã e se perguntarem à nossa assessoria, sou um dos Vereadores que saem mais tarde daqui. Ninguém nunca perguntou do que se tratava.

Então, o Governo e a Secretaria de Saúde estão absolutamente dissociados. Talvez até pela distância dos prédios, mas o nosso propósito aqui não é investigar nenhuma discussão de corrupção, nada. A primeira angústia começou aqui neste Plenário mesmo quando, nesse século XXI, São Paulo não tinha Código Sanitário, no Governo da Prefeita Marta Suplicy onde nós tivemos de sapatear aqui porque tinha de ter o Código.

Eles sabem que nós aprovamos, em dezembro, para poder socorrer a cidade de São Paulo para o Município poder entrar na gestão plena, uma única linha dizendo que passaria a valer, por analogia, o Código Sanitário do Estado. Não nos permitiram escrever o Código Sanitário. Dá para entender isso?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Dá.

O SR. PAULO FRANGE - Eu sou médico aqui, tinham vários Vereadores médicos naquela ocasião. Alguns daquela gestão ainda estavam aqui. Aí nós fizemos o seguinte: eu vou arrumar uma máquina Remington, já que ninguém tem computador, e a gente vai apenas reescrever o Código do Estado, mas pelo menos que a gente possa assinar e dizer que foi feito aqui. Não. Ficou para o ano seguinte mandar um Código Sanitário do Município e a gente aprovar.

Até então, século XXI, nós não tínhamos e só foi feito porque havia o interesse em receber o dinheiro do Programa de Atenção Básica e incluir o Município na gestão plena. Naquela ocasião, Dr. Edmilson (?), nós conversamos com todos aqueles da Secretaria de Saúde que aqui estiveram e depois nos Governos sucessivos falamos isso ao pé da orelha com vários, inclusive os Prefeitos que estão aí - José Serra e Kassab - por que não fazemos um concurso e ampliamos o grupo que está trabalhando na vigilância sanitária?

A Covisa é um dos orgulhos nossos aqui da Casa. É um dos orgulhos da nossa Casa. Assim como nós temos um orgulho muito grande da Anvisa. Aliás, somos invejados por muitos países, entre eles, os Estados Unidos, pelo padrão de qualidade que nós desenvolvemos na Anvisa.

Então, nós ficamos muito angustiados... Agora a pouco aqui a pergunta do Vereador Aurélio Miguel que, com muita facilidade... Como é que fazem tudo isso com tão pouca gente? Então, um dos propósitos dessa discussão aqui é: o que nós podemos fazer para poder... Pedir ao Secretário, pedir ao Prefeito não adianta mais. Nós já pedimos isso inúmeras vezes. Por que não faz concurso, por que não amplia? Não. Aí a gente está municipalizando, cada vez mais passando a atribuição para vocês. Olhando isso aqui... Se apresentarmos isso em qualquer congresso mundial, eles vão imaginar que isso aqui é uma máquina com, pelo menos, 50 mil pessoas, um exército. Não dá para acreditar que vocês fazem tudo isso e ainda nem foi citado aqui. Trabalham também vigiando os aeroportos, que a senhora não lembrou aqui na apresentação, mas nós sabemos que trabalham também vigiando o sistema aeroportuário.

R - A Anvisa.

P – A Anvisa e tem as informações que são atreladas ao Município. Então, nós ficamos assim, assustados de ver o quanto vocês produzem, sem estrutura. Por exemplo, nós temos informação de que vocês têm dez carros. Nós não queremos investigá-los. Nós queremos fazer o seguinte: por que não dão mais equipamentos para vocês? Por que não lhes dão mais carros? Todo mundo tem frota de carro locada. Todo mundo tem carro à disposição aí. Tem Subprefeito que sequer conhece o bairro em que anda e tem um bocadinho de carro parado na porta. Vocês não têm. Têm dez carros. E eu sei que normalmente quatro ou cinco têm problemas. Falta gente. Falta municião. Falta estrutura. Falta espaço. Estão interligados a todas as Secretarias e aqui hoje perguntaste o que valeu tudo isso aqui? Eu tenho uma sugestão: nós tínhamos, hoje, de fazer uma parceria de vocês, que são formadores de treinamento e capacitação. Nós tínhamos de colocar essas informações nas Faculdades de Medicina que estão aqui em São Paulo e nas Faculdades de Saúde.

Hoje, pela manhã, a minha filha que está fazendo o terceiro ano de Medicina, disse: eu vou faltar hoje porque tem um negócio muito chato lá e tem prova à tarde. O negócio chato dela é uma aula de saúde pública onde a pessoa chega lá, não sabe o que está falando, escreve tudo no quadro, não ensina nada e vai embora. Se a gente pudesse capacitar através de você os alunos... Imaginem os milhares da saúde que estaríamos aqui formando essas informações.

Então, em hipótese alguma, esta aqui é uma CPI que é pirotecnia, que é para fazer barulho, que é para investigar vocês. O que nós queremos é uma série de informações para ver se a gente trata esse assunto de uma forma a aprimorar. Por exemplo, a gente já viu que a senhora deve ter aprimorado, porque quando falamos em vigilância, praticamente foi incorporada a saúde do trabalhador e a vigilância epidemiológica dentro de um organograma que estava separado na lei. Então, será que a gente não teria de fazer por aqui alguma coisa? Precisa da gente? O que nós podemos fazer aqui hoje, pela dinâmica – ainda comentei com o Vereador Presidente aqui agora – pela dinâmica ficou muito mais fácil do jeito que ele está fazendo, mas na verdade, na lei está escrito que é separado. Então, o que nós queremos fazer é separar.

Eu vou estender a manifestação da senhora para todos que trabalham lá. Poucas pessoas, muito poucas pessoas na rede pública do Município de São Paulo têm a credibilidade da Dra. Inês e da equipe, poucas pessoas. Eu teria aqui convicção, certeza – convicção é certeza de vida – de afirmar que a senhora é uma das pessoas mais capacitadas e mais sérias que nós já vimos nesse mundo, onde eu vivo há 12 anos como Vereador.

A senhora tem muito a nos ensinar para que possamos tentar fazer adequações na nossa legislação – e é isso o que nós estamos fazendo, estamos aí adequando legislação e consolidando legislação. E tenho certeza de que vamos poder contribuir.

Olhamos ontem exaustivamente o Orçamento de vocês: é tão pequenininho.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Nada.

O SR. PAULO FRANGE - Com esse orçamento... é menor do que um orçamento de uma Subprefeitura. Como é que a senhora pode cuidar de tudo isso, com tão pouco dinheiro?

Então, nós, assim, queríamos que a senhora nos ensinasse como é que faz milagre; pedir ao Papa Bento para de beatificar a senhora ainda em vida, porque não dá para acreditar como é que a senhora faz tudo isso com tão pouco.

Nós queremos ser parceiros e transmitir para a sociedade a credibilidade que nós temos nesse processo. Nós não estamos investigando ninguém de vocês. Queríamos agilizar o processo; queríamos entender em um minuto como é que se fiscaliza motel, como é que fiscaliza a alimentação deles, como é que fiscaliza hotel, como é que atende o 156, o que que podemos fazer para ampliar essa rede. Esse canal de comunicação, a gente fica doído aqui. Como é que a gente pode também buscar essa informação e poder receber informação e tirar dúvidas. Porque aqui esta Casa tem muito mais dúvida do que conhecimento. Cada um de nós tem conhecimento específico numa área. Então, não fique triste, não fique aborrecida. Tem aqui um grupo de parceiros. Alguns são médicos e os outros que estão aqui, estão aqui no propósito de ir buscar ser parceiro.

Agora, o que me angustia é: eu acho que o Governo deve ter visto até bem, porque ninguém falou nada conosco. Aqui tem sempre aquela história, o seguinte: "Então, olha, não mexe com isso agora, não. O mês que vem tem problema. Não mexe agora. Isso não é mais...". Ninguém falou nada. É como se nós estivéssemos fazendo um enorme serviço para o governo. Então, aqui, pessoalmente, ninguém nos abordou, não é? Senão, ... E olha, não falta está aqui. Nós temos os telefones, a Internet, até os nossos celulares estão hoje disponibilizados.

Então, estou falando aqui como...

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Vereador, ...

O SR. PAULO FRANGE - ... Vice-Presidente, em nome do Vereador Aurélio, que me deu a licença de antecipar a sua fala, mas creia, com toda a segurança, a senhora tem a credibilidade e a Covisa tem a credibilidade que nós gostaríamos que tivesse. Nós só queremos buscar aprimorar e encontrar situações sem dúvidas aqui.

O que que nós poderíamos fazer de forma mais ágil? Como que será poderia... Com que caixa a senhora poderia agir mais rápido no Jardim Pantanal numa epidemia? De onde tira esse dinheiro? Eu sei que não tira. Eu sei que vocês têm uma dificuldade enorme, têm de fazer multidão.

Então, assim, quando é para a Fórmula Indy, em uma semana faz tudo. Aí, quando é para tratar doenças, nós não temos. É isso o que nós estamos querendo tratar.

Vou passar...

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Ha-há.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quero deixar a Dra. Inês falar.

O SR. JAMIL MURAD – Não, deixa eu colocar, ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD – ... Porque ela responde junto.

Como profissional de saúde há mais de 41 anos, sempre trabalhei em hospitais públicos, então, nós temos consideração, respeito e valorizamos os profissionais que trabalham na Covisa, que trabalham em nosso sistema público e a nossa batalha é para fortalecer esse sistema.

Particularmente, a Covisa ela só pode ser um órgão do Estado, porque ele trabalha fiscalizando, intervindo. Então, só pode ser um órgão do Estado. Vocês chegam a ter uma afiliação, muitas vezes, de polícia, às vezes, para determinar certas ações.

Muito bem. Então, o Vereador Paulo Frange ele expôs um ponto de vista que eu acho que todos nós concordamos. Agora, nós também somos um órgão fiscalizador – nós, Vereadores. Uma das funções do Vereador – tem outras funções –, mas uma delas é um órgão fiscalizador.

Não fui eu que pedi a CPI, mas nós temos, primeiro, a primeira missão: defender a função pública da Covisa. Ninguém vai perseguir ou tomar uma atitude agressiva às coisas da Covisa. No entanto, a Covisa, ela é um órgão que tem relações mais amplas. Por exemplo, ela fiscaliza um produto que, às vezes, é um produto que rende muito lucro; o transporte mal feito ou errado de um determinado produto; a embalagem malfeita e assim por diante; o método de produção ou de armazenamento que acaba dando mais lucro para aquele empresário, se fizer de maneira mais econômica e pondo em risco as pessoas. Por exemplo, o palmito que vem sem controle e a pessoa pode morrer com botulismo.

Bem, então, quando vocês estão mergulhados numa função tão diversificada, tão importante e que põe em risco a vida das pessoas, então, nós temos que debater com serenidade, verificar órgão por órgão, função por função etc., dentro desse espírito. Como é, onde? Tem erros? Ninguém aqui está no banco dos réus. Onde tem problemas? Onde tem erros? Qual é a solução? Onde nós devemos mexer?

Por exemplo, tem um decreto – não sei se a senhora tem responsabilidade nesse decreto. É até uma pergunta que está aqui, está escrita aqui, eu e a minha equipe levantamos: mas o problema de liberar o funcionamento de empresas sem inspeção. Sem inspeção. Está responsabilizando a Dra. Inês ou alguém da equipe dela? Não. Nós queremos saber quais as consequências disso, por que esse decreto está funcionando dessa forma, quais os desdobramentos, quais os prejuízos para a sociedade. Quer dizer, então, tranquilidade. Vocês são técnicos, não têm obrigação de ter esse domínio do jogo político. Pode ser que o Secretário de saúde que é o responsável, pode ser o Prefeito que é responsável, pode ser...

Eu não entendo, por exemplo, muitas funções que estão nas mãos do Governo do Estado e não na mão da Prefeitura. Isso não depende dos técnicos, isso depende de um jogo político, de um jogo de interesses muito altos. Se nós não travamos uma luta, nós não vamos modificar isso. Nós queremos saber por que

que o Governo do Estado fica com tantas funções, que muitas vezes deveriam estar nas mãos da Covisa.

Então, é mais amplo, é mais diversificado o objetivo da CPI e nós queríamos, então, cumprimentar todos vocês e dizer que vocês são muito bem-vindos aqui. Vocês têm uma função pública, nós também temos e a nossa obrigação mútua é de nos respeitar, porque nós todos estamos trabalhando para nossa população e devemos cumprir essa missão e nos respeitar e cumprir com dignidade nossa missão.

Obrigado.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, o Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Mais ou menos na linha do Vereador Jamil e do Vereador Paulo Frange, um dos nossos objetivos aqui é também de contribuir, certo? Porque, quando se trata de uma CPI, vem uma imagem de que nós vamos investigar a vida de alguém.

Eu tenho uns quatro anos que conheço o trabalho de vocês, acompanho o trabalho de vocês e sou testemunha do compromisso que vocês têm, inclusive com a participação aqui na Casa, na Câmara dos Vereadores. A gente sabe que há muitos problemas na cidade, de vários setores, de vários segmentos. E aí a gente sabe, por exemplo, quando a gente pede um serviço na Subprefeitura e não é executado, nós sabemos que a debilidade da máquina não permite. Então, não por isso a gente vai aqui condenar o Subprefeito e assim por diante.

Por exemplo, agora, por não sei quanto tempo, mas, por exemplo, os Agentes Comunitários de Saúde estão ajudando no combate à dengue, na pesquisa, batendo na porta, na educação e assim por diante. Mas a gente sabe, por exemplo, que em São Paulo, a cidade de São Paulo, por exemplo, tem direito de 4.570 equipes do Programa de Saúde da Família e, até hoje, só tem implantadas 1.002 equipes. Então, quer dizer, de quem é...?

Então, é esse o objetivo dessa Comissão e nada pessoal com relação a vocês, que eu conversei aqui no pé do ouvido da Vereadora Sandra como é que uma quantidade de atribuições dessa é executada na cidade de São Paulo por esse órgão.

Então, era isso que eu tinha que colocar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dra. Inês, a gente sente a preocupação da senhora e da equipe, mas o objetivo é sempre fortalecer o trabalho que é feito por vocês na Covisa.

Já participei de diversas CPIs. Os segmentos que nos atuamos, todos eles saíram fortalecidos, sem exceção, todos eles. Agora mesmo acabamos de concluir os trabalhos da CPI do IPTU e a cidade de São Paulo lançou 3.250.000 mil metros quadrados que não estavam lançados e vieram para os cofres públicos 180 milhões de reais, que podem ajudar também na Covisa e em outras áreas da cidade.

Então, o objetivo nosso é somente fortalecer. E não havia corrupção, havia gestão: não havia gestão; falta de equipamentos; falta de programas específicos para poder monitorar, receber e destinar esses recursos. Então, o objetivo nosso é somente fortalecer esse segmento tão importante, como a senhora explicou aqui. Agora, a gente fica preocupado.

E, felizmente, eu não sou da... Estou na política hoje, mas não sou um político de carreira e hoje eu observo que, infelizmente, nos governos, são colocadas pessoas, muitas vezes, que não são de carreira e com outros interesses políticos. Muitas vezes, essas pessoas vêm com boas intenções, mas estão totalmente fora do princípio da gestão daquela área.

Então, eu fico feliz por ver, eu sei que a maioria de vocês aqui, todos da Covisa. Quem é da Covisa aqui, por favor? (Pausa) Quantos são funcionários de carreira, públicos, concursados? (Pausa) A gente fica feliz por isso. Porque eu, particularmente, defendo que sejam colocadas, nos postos de Administração da Prefeitura, pessoas concursadas, funcionários de carreira, porque esses têm responsabilidade. Aqueles que vêm de paraquedistas, esses não têm responsabilidade e vão embora e deixam os problemas aqui na nossa cidade.

Então, eu, particularmente, sou totalmente favorável aos funcionários de carreira, em fortalecer esses funcionários de carreira, em qualificá-los e dar condições de trabalho para que eles possam efetuar os seus trabalhos. Então, essa CPI é no sentido de fortalecer todo o aspecto com relação à Covisa.

Nós até estamos debatendo, a exemplo, como existe na minha área: tem o CREF - Conselho Regional de Educação Física e o Confef - Conselho Federal de Educação Física. Em São Paulo, o profissional de Educação Física, as entidades, academias que trabalham com esporte pagam para o CREF uma anuidade para serem fiscalizados.

Poderemos estabelecer isso na cidade de São Paulo, com mais recursos para vocês, porque hoje eu acredito que o Orçamento... Não sei qual é o Orçamento de vocês. É pequeno, muito pequeno. Então, ele deveria ser prioridade. A explicação da senhora... Deveria ter um Orçamento digno de uma Secretaria e não um Orçamento de 17 milhões, como nós observamos. Então, o objetivo é somente fortalecer essa questão.

Agora, claro, mexe nesse trabalho e nós vamos verificar deficiências, vamos ter de ir em vários locais, já recebemos algumas denúncias, mas nós somos responsáveis, nós não vamos aqui hoje falar, perguntar, porque nós vamos checar primeiro. A gente sabe que tem muita gente que joga pedra e não comprova o que fala.

Então, o objetivo nosso aqui é realmente fortalecer esse segmento tão importante que é para nossa sociedade, é única e exclusivamente isso. A senhora fique tranquila que a responsabilidade aqui é de todos.

Aliás, temos aqui: Dra. Sandra, médica; Dr. Paulo Frange, médico; Dr. Jamil Murad, médico; e Dr. Milton Ferreira, médico. Quer dizer... E o Zelão, que é Presidente da Comissão de Saúde por vários anos aqui nesta Casa. E o Police Neto, que não sei se ele é interino ou se vai continuar até o final dos trabalhos, também participando, líder do governo; Noemi Nonato, todos os Vereadores responsáveis. O Gilson Barreto que é Auditor Fiscal da Fazenda Estadual, todos com o objetivo de melhorar e fortalecer esse segmento.

Então, dando continuidade. Para a senhora fazer todo esse trabalho bonito e magnífico, quantos funcionários tem, hoje, a Covisa?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – A Covisa tem cerca de 1.040 funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – 1.040 de administração direta ou aqueles que são contratados por...

R – Não, não. Administração direta.

P – A senhora tem como disponibilizar para nós os quadros e em que setores atuam essas...

R – Tenho. Inclusive, aquelas requisições que foram feitas, deixarei aqui.

P – Então, vamos adiante. Não sei se a senhora está apta para falar...

R – Se não tiver a gente...

P – Quantos funcionários seriam o ideal para ter um bom funcionamento da Covisa? Seja sincera, com a mesma sinceridade que a senhora se emocionou, a senhora fale também com toda a sinceridade.

R – Tá, tá. Eu posso garantir que precisamos ter muito mais, pelo menos o dobro dos funcionários.

P – Pelo menos 2.080 funcionários, é isso?

R – Isso, com certeza nós teríamos de ter isso. Um chute. Não vamos falar...está sendo um grande chute. Claro que temos estudos nossos feitos de necessidade, estabelecendo critérios tanto de população, de serviços de saúde nas regiões para saber as necessidades, mas acredito que, pelo menos, o dobro dos funcionários não atuando necessariamente no prédio Covisa, mas atuando no sistema municipal de vigilância.

Só queria, Vereador, se o senhor me permitir, diante da fala que o senhor fez, eu entendo. Eu cheguei a falar, não sei se fui clara. Eu entendo que este órgão é fiscalizador e entendo a importância, sei da importância que tem, e que no final da história, com certeza, isso vai concorrer para melhoria do nosso serviço, mas apelo para que todos nós tenhamos cuidado na condução e que isso se estenda por muito tempo porque é um desgaste muito grande.

Vocês são um órgão de fiscalização e nós também somos. Nós fiscalizamos e nós lidamos com o interesse econômico muito grande. Nós temos consciência disso.

Então, quando o senhor fala que o senhor recebeu denúncias e que vão averiguar, nós recebemos muitas denúncias e muitas vezes nós vamos verificar e trata-se de simplesmente de um concorrente acusar ou simplesmente colocar para que perca a credibilidade, ou enfim, para que seja alvo de investigação. Espero

que vocês tenham o cuidado devido.

O nosso trabalho sempre é que prevaleça o interesse à saúde. Nós, quando falamos: "é um silêncio, a Covisa foi colocada nessa CPI", é porque somos um órgão técnico e acredito que a Secretaria e mesmo os líderes acreditam que a Covisa não tem nada a esconder porque foi sempre a gente que fortaleceu. O pouco que a gente conseguiu se fortalecer ao longo desses anos foi tecnicamente mesmo.

Pedimos a vocês, sempre quando vou as minhas reuniões fora, quando vou a Brasília, quando somos convidados, falo cheia de orgulho que não sofremos interferências aqui dentro do Município de São Paulo e não quero ter de mudar o meu discurso.

P – Mas a senhora não está sofrendo interferência.

R – Não, não estou. Deixe-me tentar explicar.

P – Por exemplo, agora vou testemunhar e não vou ficar emocionado, como a senhora ficou, porque eu venho de luta...

R – O senhor é mais fortaleza, desculpa.

P – Mas ontem, por exemplo, eu fiquei indignado. Fui em duas creches municipais com esgoto caindo no quintal na área de lazer dessas creches. Vai interditar? Claro que não, para onde vão aquelas crianças? Interditaram a parte de recreação. Eu fiquei indignado.

Um deles é vizinho a um prédio do Cingapura, hoje eu vou mostrar em plenário, está aqui no meu celular, tirei foto e filmei. Um deles o Município deu o Cingapura para as pessoas melhorarem a qualidade de vida delas, saneamento, água e, no próprio terreno que foi construído o Cingapura sobra área não edificada, claro. Nessa área não edificada, entre o prédio e a creche, um monte de favelas novamente jogando esgoto dentro da escola.

O Poder Público não faz nada. Então, a senhora verifique só, não foi uma escola, eu fui a duas ontem na mesma região e sai indignado. Com cuidado com as pessoas que são da Educação porque não pode filmar, não pode ver, precisa de autorização. Mas eu sou órgão fiscalizador, a senhora diga que não foi a senhora que chamou, que foi denúncia da comunidade mesmo para não ter problema de amanhã haver alguma represália em relação a essas educadoras.

O SR. JAMIL MURAD – Só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Fui também a uma outra área na mesma região. A área do Município de São Paulo onde seria construído o terminal rodoviário Raposo Tavares que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente não autorizou por conta de umas arvorezinhas que têm, uma coisinha, uma mata rasa. Está cheio de olho de água lá. Lá é criadouro de dengue. Tirei foto, vou mostrar hoje.

Então, a gente sabe que sempre as intenções são as melhores e são boas, mas a municipalidade tem deficiência em todas as áreas e a gente sabe disso.

Aqui nós vamos ver questão de licença de funcionamento e alvará.

Na época do Prefeito Jânio Quadros havia 1.500 agentes vistoristas, 1985. Estamos em 2010 e temos somente 700. Ou seja, ao invés da cidade aprimorar o equipamento, o número de servidores diminuiu.

Então, a senhora fique tranquila, nós temos responsabilidade e nós vamos fazer da forma coerente e com respeito.

O SR. JAMIL MURAD – Só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD – Acho que colocada as preliminares, acho que nós deveríamos tocar as atividades. Já colocamos os bons propósitos da CPI, o respeito que temos pela Covisa.

Agora, são perguntas e respostas mais objetivas que fazem parte do nosso trabalho. Ninguém vai... Acho que fica fora do objetivo a gente ficar declarando boas intenções a cada intervenção. É ser mais objetivo e ter tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu vi que a senhora veio com muitas pessoas da Covisa. Farei algumas perguntas e depois não sei se há necessidade de todos ficarem aqui, se a senhora quiser liberar a senhora libera.

Com relação aos estabelecimentos fiscalizados, a senhora citou diversos. Por exemplo, como é fiscalizado o hospital? Qual é o setor que fiscaliza e de que forma vocês escolhem? Como é que é feito? Os hospitais públicos também são fiscalizados? Os hospitais que atendem os SUS também são fiscalizados?

Não sei se é a senhora que falará sobre isso ou se outra pessoa aqui responsável pelo departamento.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Eu mesma posso falar e se for o caso eu remeto.

Todos os hospitais são fiscalizados, os públicos e os privados, mas pela Secretaria Estadual da Saúde, não é competência do Município de São Paulo, da Secretaria Municipal de Saúde fiscalizar os hospitais. Ainda é responsabilidade da Secretaria de Estado.

P – Nós não podemos interferir em nada. Por exemplo, eu fui ao Servidor Municipal, na Vergueiro. Uma pessoa precisou de internação e eu fui lá, fiquei assustado com as condições do banheiro no atendimento, no andar térreo. Eu fiquei abismado, é uma vergonha.

Nós não podemos fazer nada?

R – É a Secretaria Estadual, mas nós podemos fazer sim, encaminhar, remeter para lá caso precisar.

P – Os hospitais são de competência do Estado?

R – Competência estadual.

P – Clínicas de estética na cidade de São Paulo?

R – Clínicas de estética é de responsabilidade nossa.

P – Como é feita a fiscalização dessas clínicas? Qual o procedimento para a escolha. É feito por amostragem, na totalidade, de que forma que é feita?

R – As clínicas de estética tiveram um crescimento muito grande no Município de São Paulo e no Brasil nos últimos anos.

Tivemos, no ano passado, um aumento, na verdade uma doença que surgiu, um agravado, que era uma denúncia de contaminação por microbactéria de crescimento rápido. Considerando esse crescimento, esse número de estabelecimentos e o risco à saúde, estabelecemos um programa de fiscalização das clínicas de estética no Município de São Paulo.

Como apresentei lá, nós atendemos denúncias e programas sempre com critério de risco. Considerando essa uma área de risco é foco de fiscalização nossa.

Então, estamos fiscalizando as cadastradas e denunciadas prioritariamente em relação a outros estabelecimentos.

P – Hoje, quantas clínicas de estéticas tem na cidade de São Paulo?

R – Eu não tenho como informar aqui, mas posso passar depois essa informação para vocês.

P – Cadastradas e quantas existem na clandestinidade.

R – Está bom, podemos passar. Clandestinidade, nós não vamos ter essa informação.

P – Mas por denúncia. Muitas devem ser irregulares que não têm autorização.

R – A informação que podemos passar a vocês é e é até bom para ser elucidativo agora é que há um grande número de estabelecimentos que não têm cadastro, mas estão se adequando para que esse cadastro possa ser concedido, entender? Tem isso. Entendeu? Está em processo de adequação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador.

O SR. PAULO FRANGE – É um assunto que a gente já trata há uns 10 anos aqui na Câmara e estou acompanhando o processo em Brasília.

A profissão não está regulamentada. Então, sempre ficamos em dúvida. Como é que a gente fiscaliza uma clínica de estética se não conhecemos a grade curricular de quem está atuando? É universitária? Tem curso técnico? A grande parte das pessoas que estão na atividade não tem a formação com a grade curricular mínima preconizada pela própria associação dos profissionais de estética mesmo.

Como é que fiscaliza essa atividade se ela não está regulamentada?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Tem atividade, tem procedimento que exige a presença do médico e que seja realizado por médico. Isso é exigido. Até que tenha médico no seu quadro, enfim, e que seja o responsável.

Outros procedimentos não. Procedimento invasivo, em geral, é o médico responsável e tem de ter o médico no seu quadro de profissionais.

P – O grande problema é que nós não encontramos equipamentos com segurança na área de esterilização. Isso nos deixou muito assustados.

Nós visitamos várias delas, inclusive aquelas que tem manicure e etc, não tem a menor. Esse é um tipo de trabalho também...

R – É o tipo de trabalho que a gente faz. Nós mostramos até um material, a educação. É um segmento bastante grande que vai desde os salões de beleza - esse que abrem uma portinha na garagem e estabelece o salão de beleza - até os grandes centros de estética e embelezamento.

Para esse segmento menor, que tem menos profissionais, trabalhamos muito com educação. Então, regionalmente, fazemos reuniões técnicas não, na verdade são aulas orientando quanto a necessidade de esterilização do material, o descarte do material utilizado e da possibilidade da transmissão de doença.

Esse é um trabalho muito intenso que fazemos, inclusive com o sindicato dos profissionais, disponibilizamos o material devido a importância.

Onde há procedimento invasivo que temos o responsável técnico, o médico ou a enfermeira, enfim, aí é mais fácil cobrar esse tipo de conhecimento, mas isso é feito com grande empenho da nossa parte. É uma área prioritária. Inclusive faz parte de ações prioritárias dentro da fiscalização.

Nós temos de elencar. Essa é uma área de grande risco, como farmácia de manipulação de fórmulas é uma área de grande risco. Essas são prioritariamente atendidas tanto as denúncias quanto a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereadora Sandra.

A SRA. SANDRA TADEU – Inês, se eu quero abrir um consultório dentário, qual a conduta que tenho que tomar?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Primeiro, você vai ter que ter o local adequado, garantir todos os procedimentos de esterilização, enfim... O equipamento, se você tiver um equipamento de raios-x, tem que estar adequado. Você vai se apresentar na Covisa, vai encaminhar sua solicitação para cadastro, e esse cadastro, você estando ok, estando em condições de funcionar, você vai receber esse seu cadastro. Na verdade, o que eu preciso explicar: tem o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde. Esse cadastro é para fins de informação, o papel dele é um cadastro. Eu tenho que ter a informação dentro da Vigilância, eu tenho que ter com a Vigilância para saber que você existe, que você está lá. Você vem, preenche o requerimento com todas as informações, assina, se responsabiliza legalmente. Responsabilidade técnica, legal, criminal. Você é responsável. Vamos supor que você é dentista. Você é responsável por aquela informação e pelo seu estabelecimento. Qualquer problema que tenha, qualquer irregularidade sanitária, você responde civil e criminalmente por aquela informação e pelo que você deixou de cumprir.

P – Inês, se eu mandei toda a papelada e está tudo certo, vocês não fazem uma vistoria...

R – Fazemos.

P – Antes de eu começar a funcionar?

R – Não necessariamente antes de você funcionar, porque em 99% dos casos os estabelecimentos já estão funcionando. Todos eles. E também para que nós possamos fiscalizar e verificar se realmente os procedimentos, o processo de trabalho é adequado, na maior parte das vezes tem que estar funcionando. Como eu vou verificar se você faz a esterilização adequada se eu não consigo ver o seu processo de trabalho, o seu procedimento, por onde passa? Preciso, sim... Você vai precisar ter um manual de boas práticas. Você vai ter que ter procedimentos operacionais padronizados por escrito. Com isso, no momento, eu verifico – antes até, muitas vezes, de te dar o cadastro – se o seu procedimento, da forma como está escrito, garante a segurança do procedimento que você vai oferecer no seu serviço.

P – Eu sei. Mas, de qualquer maneira, eu te pergunto isso pelo seguinte: em 2008, como eu faço *check-up* sempre, eu constatei que eu estava com o vírus da Hepatite C sem nunca ter feito nenhuma transfusão. Em casa, nenhum dos meus filhos nem o meu marido têm o vírus da Hepatite C. Ou é dentista ou manicure. "Ah, mas você é médica, você pode ter tido..." Mas não pode ter sido de 26 anos atrás, porque minha carta viral é extremamente pequena, e não tenho ainda sequelas hepáticas, meu fígado é normal. É aí onde eu quero chegar. Acho que milhões de pessoas hoje estão contaminadas pela Hepatite C e elas não sabem. A gente vai andando pela periferia de São Paulo e vai observando que tem várias clínicas aonde as pessoas podem ir, e percebemos que não tem essa fiscalização. Hoje a gente tem um tratamento adequado, e a gente sabe o quando é difícil se tratar uma Hepatite, até se enquadrar no programa governamental. Então, é nisso que eu gostaria de estar batendo. Acho que a gente deveria ter fiscalizações...

R – Concordo.

P – ... sempre estar revisando esses consultórios dentários, esses salões de beleza e de manicure, porque só pode ter sido por ali, não tem uma outra explicação.

R – Eu concordo com a senhora, Vereadora. Tem que ter fiscalização, sim, não só por parte da Vigilância como por parte dos Conselhos de Classe, porque isso é atuação do Conselho também, é o procedimento. O que acontece? A fiscalização vai garantir... Se o profissional não estiver bem formado e bem informado a respeito e bem intencionado, eu não posso manter um fiscal durante todo o horário de funcionamento daquele consultório. Eu sei que você sabe disso, estou falando para os demais que não são da área. Se o profissional, um deslize que ele tiver, se ele não esterilizar, não mantiver pelo tempo adequado nos autoclaves, na estufa, se ele não fizer, não adianta o fiscal, no momento em que esteve lá, olhar aquele cenário armado, pronto para ser fiscalizado, se ele não garantir isso no seu trabalho cotidiano. É um desafio grande.

P – De vez em quando,...

R – Claro, claro.

P – ... abordar clínicas, consultórios dentários,...

R – E vamos. E vamos. E fazemos isso. E fazemos isso com programas. Inclusive,...

P – Eu tenho certeza de que vocês vão pegar.

R – ... na formação, nas escolas. Inclusive, nós percebemos uma deficiência – vamos dizer assim –, uma necessidade de implementar nas próprias escolas de odontologia. Nós fizemos um trabalho naquelas clínicas-escola, dentro das faculdades. Constatamos coisas terríveis e que estão na base, estão na formação do profissional. São deficiências que precisam ser sanadas. É um processo. Acho que avançamos muito, mas concordo com você.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Na verdade, este é um dos aspectos que nós observamos: a deficiência do número de pessoas para fiscalizar. Fiscalizar é Covisa, é Vigilância Sanitária. Vocês verificam isso, fiscalizam a Vigilância Sanitária. Então, é importante que vocês tenham tentáculos para poder pegar. Quer dizer, a senhora falou agora há pouco que não adianta ir lá que está tudo arrumadinho, bonitinho...

· Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora falou isso aqui...

R – Não, adianta sim, porque...

P – A senhora falou que não adiantava porque as pessoas preparam, arrumam tudo bonitinho o cenário. Mas a fiscalização, ela não avisa antes: "Olha, estou indo amanhã,..."

R – De jeito nenhum.

P – ... deixa preparado o teatro". Não, a fiscalização vai no incerto. Por isso é que ele surte efeitos e resultados. A fiscalização é fundamental. Agora, hoje, quantos servidores, desses 1.040, atuam na fiscalização?

R – Eu vou passar para vocês, porque eu tenho outros profissionais que atuam também na fiscalização, que estão fora.

P – Esse é o nosso questionamento.

R – Eu passo as informações, porque eu não tenho o número preciso aqui.

P – Eu andei perguntando para alguns donos de restaurante que eu conheço, e vocês atuam.

R – Sim.

P – Eu perguntei: "Já passou aqui a Covisa?". "Passou. Inclusive nos deram os ensinamentos sobre como nós devemos fazer com o manuseio dos alimentos. Uma vez aberto, como é que faz. Tem que colocar o rótulo...". Lógico que tem atuação, mas tem o suficiente para atender uma metrópole de 11 milhões de pessoas? Esse é o nosso questionamento. Tem? Não tem.

R – Não, claro que não.

P – Ele não tem por quê. Aí, tem que chorar para Secretário de Saúde, tem que chorar para o Prefeito...

R – Precisamos investir. Precisamos investir nisso.

- P – É por isso que vocês têm esse órgão fiscalizador, que vai cobrar do Executivo para fazer as coisas certas. É nesse sentido. Tem que fazer. Muito bem. Perguntamos de clínica de estética. Hospitais, não são competência. E clínicas de acupuntura também, e temos diversas na cidade de São Paulo, diversas. Como é feito? Temos controle pela Covisa dessas clínicas de acupuntura?
- R – Também são alvo de fiscalização nossa. Também são.
- P – Das farmácias, como é feita a fiscalização pela Covisa?
- R – Das farmácias, temos o segmento de comércio varejista com manipulação de fórmulas, que são as farmácias de manipulação, e sem manipulação de fórmulas, que são as drogarias em geral. É a fiscalização rotineira nossa.
- P – Mas qual é a frequência? Por exemplo, ele fazendo o cadastro hoje tem autorização para iniciar o funcionamento. Antigamente, era diferente: tinha que ter primeiro a fiscalização para o funcionamento.
- R – Era no papel, mas nunca foi exatamente assim, Vereador. Agora, o que a gente faz é que todos os estabelecimentos são alvo de fiscalização. Fiscalizamos estes principalmente que o senhor está perguntando, farmácias. Fiscalizamos, sim, procuramos fiscalizar todos os anos esse tipo de estabelecimento.
- O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então, nossa ideia é justamente essa, você vai lá, vou te dar exemplos de países que a gente observa, olhando, já tive uma experiência negativa da cidade que vou falar: em Paris, em 1978, num café que eu pedi tinha barata, fiquei indignado com aquilo, pensei que era... barata, barata, no café com leite. Hoje você vai a Paris e tem lá o selo da Prefeitura, da fiscalização daquele estabelecimento que utiliza, vende comida, enfim. Então, assim, a ideia qual seria de nós fazermos algo que tenha lá o selo, vocês hoje dão autorização, é um papel que a pessoa pode guardar lá nos documentos, mas o ideal qual seria: na cidade de São Paulo todos aqueles que necessitam da fiscalização da Covisa tenham em seu estabelecimento, bem a vista das pessoas que usam desse serviço, a autorização da Covisa: número tal, emitido em tal data, por validade de tal data, que a pessoa possa entrar na Internet. Hoje nós temos ali, vem na internet para colocar várias informações no banco de dados e você vê que foi fiscalizado em tal data, pelo fiscal tal, que encontrou tudo certinho ou não encontrou tudo direitinho. Tinha algumas exigências a fazer que faltava tal higiene nisso, faltava o manuseio disso dessa forma, e se a pessoa adequou ou não. Isso hoje dá para fazer, mas precisa ter gente para isso, precisa ter um número adequado de fiscalização. Podemos cobrar desse estabelecimento para ele ter lá o selo da Covisa para ter aquele estabelecimento aberto. Podemos cobrar, e o recurso vai para a Covisa, não vai para a caixa do Tesouro, vai para a Covisa se fortalecer, para ela poder fazer seu trabalho cada vez melhor, ser uma referência cada vez melhor: mundial e nacional. É nesse sentido que nós temos de fazer o trabalho porque que tem deficiência tem, nós sabemos. Bares e restaurantes, como é que é feito? Qual é o procedimento?
- A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Além do curso de boas práticas, que é oferecido, para formar um responsável técnico, entre aspas, habilitar um responsável técnico pelo estabelecimento, nós nos estabelecimentos de maior porte é exigido o responsável técnico legalmente habilitado, que aí é um profissional, um nutricionista, ou veterinário, enfim, é inspecionado regularmente, tanto quanto é solicitado. E que é um serviço em que nós precisamos fiscalizar mais rapidamente, esse é de imediato e é algo de fiscalização de programas também nosso.
- Então, quando eu coloco que a gente vê a questão da verdura higienizada, então, nós vamos ao estabelecimento, colhemos amostra e fazemos a fiscalização também do estabelecimento: supermercados, redes de supermercados, comércio varejista em geral, vários restaurantes e lanchonetes, indústrias, todas são alvos de fiscalização nosso também.
- P – Sim, mas em qual frequência?
- R – Não, não tem Vereador, eu não tenho uma frequência porque cada tipo de estabelecimento vai ler, e, cada momento também, então, a gente usa o critério também de risco e cada momento é, cada ano a gente elenca num plano de ação qual vai ser o nosso alvo neste momento de fiscalização, priorizando.
- P – Então, só fiscaliza quando chegam as denúncias?
- R – Denúncias, 100% a gente faz questão de atender. A denúncia é um bom sinalizador nosso de problemas, então, isso sempre tem de ter um olhar bastante criterioso, rigoroso, nosso porque vai até redirecionar nossas ações. Tem denúncia de um certo tipo de estabelecimento, vamos supor: a clínica de estética, como o senhor falou, aí claro que temos de priorizar esse segmento, que algo está acontecendo, funciona como um sentinela apontando necessidade.
- P – Indústria de alimentos?
- R – Indústrias de alimentos são todas para funcionamento, todas são inspecionadas. Para início de fabricação isso também tem todo um trâmite. A gente pode depois passar para vocês, que é bastante complexa essa parte de... tanto de fiscalização de indústrias como de concessão porque não é simplesmente o cadastro que a indústria tem, ela, para cada produto, tem um início de fabricação que tem de ser autorizado, de cada produto.
- P – Eu gostaria de saber, se a senhora puder nos encaminhar de cada área, quais são os procedimentos? Eu tenho de fazer higienização a cada quanto tempo? Tenho de fazer controle de baratas, ratos, roedores, tudo, a cada quanto tempo?
- R – O controle integrado de pragas...
- P – Isso, deve ter essa obrigatoriedade e eles fazem?
- R – Em diversas... na verdade tem de fazer, na verdade, não está numa regra única, numa resolução única, a maior parte. A maior parte você pega, então, tem diversas legislações, essa Casa mesmo elabora leis que a gente tem de incorporar junto às demais leis e regramentos da Vigilância para os estabelecimentos que são alvos de fiscalização nossa. Então, tem um escopo legal, bastante pesado, e naqueles roteiros de inspeção que eu falei para o senhor que a gente tem, em cada exigência, tem qual lei que está, em que artigo da lei está descrito, exigindo aquele... não é da cabeça, não pode ser da cabeça de um técnico, da vontade para que tenha uniformidade na nossa...
- P – Tem um check list?
- R – Tem um check list.
- P – A senhora pode nos remeter todos, nas diversas áreas também. Esse ano de 2010 vários estabelecimentos foram fiscalizados?
- R – Sim.
- P – Creio que diversos foram autuados?
- R – Sim.
- P – A senhora sabe precisar número, ou também não sabe?
- R – Não, aqui comigo eu não tenho.
- P – Se a senhora puder nos encaminhar também, eu agradeço.
- R – Acho que o senhor solicitou na requisição, numa requisição anterior, e o senhor já vai receber nos próximos dias.
- P – Interditado, foi algum este ano?
- R – Sim, sempre.
- P – Vários, não é.
- R – Diariamente a gente tem uma interdição. Não digo diariamente porque também não é o nosso...
- P – Os recursos das autuações, a senhora sabe dizer o montante?
- R – Não, mas posso levantar.
- P – E vai para onde esses recursos? Vai para o caixa único da Prefeitura?
- R – Isso, exatamente.
- P – Podemos mudar em lei isso, na forma da Lei. Os Vereadores aqui vão ficar sensíveis a melhorar a fiscalização e os trabalhos da Covisa. Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Frange.
- O SR. PAULO FRANGE – Dra. Inês, a multa de trânsito de São Paulo, desde 2001, tentei aprovar aqui a obrigatoriedade de a Lei Federal ser cumprida, ou seja, o Código Nacional de Trânsito. Multa de trânsito tem de ir para um fundo específico dentro da Companhia de Engenharia e Tráfego para aplicar, da multa de trânsito especificamente, nas funções que foram determinadas pelo Conselho: educação, fiscalização, etc. Demorou dez anos, mas hoje está

regulamentada. O dinheiro da multa de trânsito está lá. Até então era desviado. Aqui é uma situação muito parecida. Esse recurso da multa que é cobrada deveria ser revertido para revigorar e aparelhar a própria estrutura.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Vereador, o que a gente... a multa é uma das penalidades que podem ser aplicadas pela Vigilância, que vai desde a advertência até multa e interdição. Para um estabelecimento comercial, você mantê-lo interditado, às vezes, é muito maior o prejuízo do que você aplicar uma multa. A multa, está certo, reverte para os cofres públicos e isso se a gente tiver, não digo sorte, mas, na verdade, têm todos os recursos e, às vezes, o empresário não vai pagar, vai em juízo, enfim, isso anos a fio. Agora, às vezes, a interdição quando tem um risco iminente à saúde ali, isso é bastante mais efetivo e o prejuízo para o estabelecimento é muito maior.

P – Dra. Inês, eu acho que quando nós aprovamos o Código Sanitário aqui, nós não deixamos clara a situação da multa, ficou muito na subjetividade de vocês. Acho que nós temos de corrigir os artigos 116 a 118. Ontem, nós estudamos com bastante detalhes no meu gabinete, a multa. Vereador Aurélio, vai de 100 reais a 500 mil, nós jogamos para a responsabilidade deles de criar três categorias: de 100 reais a trinta mil; de trinta mil a 100 mil...

R – Leve, grave e gravíssima.

P – E de 100 mil a 500 mil, é muito responsabilidade do servidor estabelecer o que é mais gravíssimo, menos gravíssimo, porque a coisa é grave ou é grave, então, gravíssimo ficou de 100 a 500 mil. Acho que aqui cabe, talvez, uma sugestão de vocês desses dois artigos que foram aprovados em 2004, da lei que criou o Código Sanitário, acho que tem de ser aprimorado no sentido de proteger vocês e facilitar a ação. Não deve ser fácil definir entre 100 mil e 500 mil quando se está atuando alguém.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Não chega a ser tão difícil assim. Temos, dentro do código sanitário, como considerar as condições econômicas do estabelecimento, se ele pode, pois, não vou aplicar uma multa de 500 mil num salão de beleza, não é? É uma aberração, mas, vamos supor: entendo que entre 100, 180, 200 mil, talvez precisasse ser estudada uma gradação desse multa, sim, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Recentemente, foi divulgado na imprensa, que diversos estabelecimentos na Cidade adulteravam bebidas alcoólicas, falsificadas, inclusive. Que tipo de fiscalização vocês fazem nesse estabelecimento.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - É Polícia. Adulteração de bebidas não é conosco. Não é fiscalização da vigilância.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas há o perigo das pessoas, onde eu vi? Colocavam óleo queimado no azeite, alimentos.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - É incrível, não?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vocês não se lembram dessa reportagem?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Óleo queimado?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Óleo queimado, para dar a cor verde. Colocavam um percentual.

A SRA. EVANIZE SEGALLA – Boa tarde a todos, estou subgerente da Vigilância de Alimentos. Sobre o azeite, no caso a adulteração da cor, fizemos a fiscalização, acompanhamos a ação da Polícia, as amostras foram colhidas. O azeite é responsabilidade nossa. As amostras foram colhidas e encaminhadas para os laboratórios competentes.

Normalmente, quando temos algum tipo de denúncia nesse sentido, atuamos na fiscalização e, sempre temos a questão de melhoria de cautela: a interdição do estabelecimento quando se nota algum problema, e a coleta de análise para os órgãos competentes. Temos o nosso laboratório e temos o Adolfo Lutz como referência também.

Acho interessante colocar que, nesse caso específico, que o senhor levantou, na realidade, existia uma lata de óleo, que foi o Valvoline, para lubrificar equipamentos, que na hora em que foi filmado pela imprensa, foi colocado como se estava dentro do produto. Foi mandada para o laboratório e existia realmente uma falsificação do produto, mas, na realidade, eles colocavam clorofila, misturada com óleo de soja. Existia uma fraude, o estabelecimento foi interditado, inclusive, encerrou as atividades no local, totalmente.

Temos muito cuidado, pois a questão de óleo, azeite, é emergente, que temos bastante com frequência, sempre colhemos amostra quando existe suspeita, os lotes ficam totalmente interditados até ter comprovação de aquele produto, realmente, é para consumo humano ou não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Até é oportuno. A maioria do azeite é importado. Eles trazem em tambores, em grande quantidade. E envasam aqui em São Paulo.

A SRA. EVANIZE SEGALLA – Alguns são envasados em São Paulo, outros no interior.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como é fiscalizado nesses casos?

A SRA. EVANIZE SEGALLA – Normalmente, todas as empresas instaladas no Município, temos um problema de fiscalização. Quando existe uma suspeita, inclusive, o produto é interditado cautelarmente, e todo produto que entra no País, tem necessidade de haver a comunicação de início de importação e fabricação.

Então, é assim: vistoriamos os estabelecimentos, a amostra é colhida com uma análise chamada de controle que é paga, inclusive, pelo próprio importador ou fabricante e essa análise é feita no Instituto Adolfo Lutz. Às vezes, a análise demora um pouco e isso emperra, um pouco, a nossa ação, mas, procuramos quando existe alguma suspeita de um processo, um risco, o produto é interditado cautelarmente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quando não há possibilidade de risco, a adição do produto que não é o vendido?

A SRA. EVANIZE SEGALLA - Não. É desconsiderado risco, é uma fraude.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estamos no Brasil, e estamos acostumados, nos postos de gasolina acontece.

A SRA. EVANIZE SEGALLA – É uma fraude. Quando temos isso, o que temos de levar em consideração é se um risco, uma fraude, se é uma alteração que pode prejudicar os consumidores, o produto pode ser interditado cautelarmente até as análises serem procedidas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E se autua também a empresa?

A SRA. EVANIZE SEGALLA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em relação à bebida?

A SRA. EVANIZE SEGALLA – A bebida, não sei, desconheço essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É houve a adulteração.

A SRA. EVANIZE SEGALLA – Normalmente, o que fazemos? Quando faz uma fiscalização, tem uma denúncia, nós podemos fazer uma fiscalização, a adulteração de bebida é muito difícil ser comprovada por nossos laboratórios. Já aconteceu casos de apreender produto e é um pouco difícil de fazer as análises.

Interessante é: bebidas alcoólicas, sucos, estão sob fiscalização do Ministério da Agricultura. Assim, quando há uma suspeita de que há fraude nesse sentido, remetemos ao órgão competente de fiscalização. Temos um entendimento, se me permitem, desculpe Inês, estou falando demais!

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Não, pode falar.

A SRA. EVANIZE SEGALLA – O que é importante é a gente fiscalizar o processo produtivo, como um todo, então, muito mais importante é, muito mais importante não, muito importante é a gente fiscalizar as empresas que estão estabelecidas no Município para conseguir pegar desde o começo.

Quando as empresas estão fora e colocam o produto no mercado, como a gente pode agir? Monitorando esses produtos através da colheita de amostras. Nós elencamos alguns produtos que a gente considera risco e coleta esse produto para ver se está adequado. Porque, na realidade, isso predispõe a população a risco. Desculpem, falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Muito obrigado. Pela ordem o nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Obrigado, Sr. Presidente, a Covisa terceiriza serviço?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Como assim?

O SR. JAMIL MURAD – Todo o trabalho da Covisa apresentado aqui é realizado pelos 1.040 servidores públicos?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Isso. Tudo nosso. Sim.

O SR. JAMIL MURAD – Isso é muito importante, mostrando que a função pública, aqui fica em alto relevo porque defende a sociedade como um todo e todas as classes sociais são servidores públicos e, muitas vezes, a gente vê um bombardeio contra serviço público, servidor público, então, aqui, é um belo exemplo de que o quanto é importante o serviço do Estado, do Poder Público, em defesa da sociedade.

Quero seguir para alguns problemas. As virtudes, e tal, eu as reconheço. Os problemas não são dirigidos a pessoas, é um problema da instituição, da administração pública. Então, o decreto 51.044 de 23 de novembro de 2009, dispõe sobre a licença de funcionamento para microempreendedor individual, inclusive, estendendo às atividades industriais. O que está nas atividades industriais? Fabricação de produtos de carne, conserva de frutas, fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, fabricação de diversos alimentos, suco, farinha, laticínios, massas, gelo, comércio de produtos farmacêuticos, de artigos médicos e ortopédicos, artigos de ótica, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos. Isso tudo estaria nas atividades industriais que poderia ser enquadrado no microempreendedor individual.

Esta situação é grave porque o microempreendedor individual, com o Decreto 50.079 acaba dispensando a inspeção sanitária que disciplina o cadastro municipal de vigilância e saúde.

Quer dizer, as empresas funcionam, sendo dispensadas de qualquer licença de funcionamento e sem inspeção sanitária. São dois decretos. Então, a pergunta que eu faço é a seguinte, Dra. Inês? A senhora foi ouvida ou consultada na elaboração desse decreto? E, de preferência, seja objetiva, senão eu não consigo fazer o conjunto de perguntas que quero.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Na verdade, esse decreto, entre outras coisas, veio disciplinar o cadastro municipal de vigilância em saúde. Esse é o cadastro, que é o 50.079. Este é da Secretaria Municipal de Saúde. O outro decreto, na verdade, acaba, não digo justificando, mas complementando, um acaba complementando o outro. Isso tudo está vindo desde uma legislação federal, até que busca desburocratizar e facilitar a abertura de empresas. Então, confere uma certa independência dos órgãos para conceder o seu cadastro, para que um não emperre o outro, e o empresário não possa dar... funcionar. É isso.

O SR. JAMIL MURAD – Completando, qual o impacto desses decretos na atividade fiscalizadora dos estabelecimentos comerciais e de serviço?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Facilitou muito. Além de diminuir, de reduzir a burocratização, dá também transparência para o nosso cadastro; com mais agilidade, nós conseguimos conceder esse cadastro, e permite que a gente priorize a nossa pronta inspeção para as atividades de maior risco. Escutei até uma fala da própria Anvisa, que também está tendo essa diretriz. Enquanto nós ficamos perseguindo para conceder o cadastro, ou fiscalizar para conceder o cadastro previamente, os acidentes continuam acontecendo e os estabelecimentos continuam produzindo ou oferecendo produtos e serviços de maior risco.

P – Quantos estabelecimentos comerciais e de serviços foram cadastrados sem inspeção aqui em São Paulo?

R – Não tenho essa informação aqui disponível. Podemos até verificar e passar para o senhor.

P – Veja o número de empresas mexendo com produtos alimentícios e outros que, com esses decretos, podem estar funcionando sem a fiscalização. Em nome da desburocratização...

R – Não é só isso. Não somos irresponsáveis, de jeito.

P – Mas nós não estamos acusando. Nós estamos levantando um problema. Então, eu solicito que seja feito o levantamento pela Covisa e encaminhado para esta CPI o número de empresas que foram cadastradas e que não foi feita inspeção nem fiscalização.

R – Nós vamos levantar isso para o senhor, Vereador.

P – Quando a gente fala que é oficial, então já está oficializado o pedido dessa informação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só para entender. Na verdade, hoje, o objetivo é desburocratizar.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Um dos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Claro. Mas a pessoa, quando se cadastra, quem é o responsável?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – É isso que eu falei para a Vereadora. Na verdade, ele é o responsável. Não é só nome de cadastro. Sempre.

P – Eu sei. Mas seria interessante alguém... por exemplo, eu coloquei um projeto do engenheiro de segurança, dos eventos na cidade de São Paulo, eventos de grande magnitude. Por quê? Alguém tem que ter responsabilidade em relação às rotas de fuga, se houver pane e tal, para proteger.

R – Entendi. Legalmente habilitado aquele profissional. E isso a gente exige. Legalmente habilitado.

P – Mas legalmente habilitado em que condições?

R – Dentro dos conselhos. Os conselhos publicam. Cabe a cada um ser responsável. Ela enquanto médica; eu enquanto farmacêutica. O que eu posso assumir como responsável técnico. E é o responsável técnico que responderá. Tem o responsável legal da empresa e o responsável técnico.

P – E geralmente o responsável técnico é da área...?

R – Depende. Se for uma farmácia, uma drogaria, é um farmacêutico. Se for um consultório médico, é um médico; um consultório odontológico, um dentista, e assim por diante. Sempre legalmente habilitados pelos seus conselhos.

O SR. JAMIL MURAD – A dispensa da inspeção prévia para cadastrar empresa não acentua o risco de manutenção de atividades que causam dano à saúde da população.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – É bastante nova essa possibilidade, Vereador. Isso não é questão fechada. Tem um decreto, sim. Mas nós estamos acompanhando sempre esse processo. Qual foi a intenção desse decreto? Entre outras coisas, desburocratizar. Nós temos hoje, no Município de São Paulo, – é uma estimativa, eu não tenho esse dado certo – mais de 160 mil estabelecimentos que deveriam estar sob responsabilidade da Vigilância. Eu tenho hoje cadastrados 40 mil estabelecimentos. Então, o que eu preciso? Preciso conhecer esse universo, porque o resto está clandestino. Se vocês perguntam para mim: quantos clandestinos há? É uma estimativa. A gente usa dados do Ministério do Trabalho...

P – Nos últimos dois anos, quantas empresas foram multadas?

R – Vocês já solicitaram, eu mandei. Só não tenho aqui comigo os dados. Nós estamos mandando os dados para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Já mandou, ou vai mandar?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Vou mandar. É hoje? Não. É daqui a 15 dias. Estamos levantando.

O SR. JAMIL MURAD – Então nós estamos reafirmando esse pedido oficial para... já solicitamos essa informação. Já está feito, por escrito?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Já recebemos, sim.

P – Quantas clínicas de lipoaspiração existem em São Paulo?

R – Quantas existem em São Paulo, eu não tenho essa informação. O que eu posso levantar é quantas clínicas que nós temos registro que fazem lipoaspiração e que têm cadastro junto à Vigilância. O senhor percebeu que o que a gente precisa é ter esse serviço com a gente?

P – Então nós pedimos a informação das clínicas que fazem lipoaspiração no Município de São Paulo.

R – Cadastradas, mas que tenham a lipoaspiração.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Nós podemos fazer diferente: obrigar quem comercializa produtos para essa determinada área, por exemplo, lipoaspiração, é um produto específico. Que quem comercializa informe à Covisa quem são os compradores. AI nós vamos saber quem é e onde estão estabelecidos, se está clandestino ou se está regular.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Há alguns segmentos, Vereador, que já têm essa vinculação: as distribuidoras, com as farmácias, enfim. Uma tem que estar regular. Isso é uma legislação a nível federal, que vai repassando para os Estados e municípios.

P – Deixe eu só informar, a portaria da Secretaria Municipal de Saúde nº 1210, de 02 de agosto de 2006: regulamento técnico de boas práticas na produção de alimentos. E está aqui, no artigo I: aprovar o regulamento técnico de boas práticas, que estabelece os critérios e parâmetros para a produção, fabricação, importação, manipulação, fracionamento, armazenamento, distribuição, venda, para o consumo final e transporte de alimentos e bebidas.

R – Ela sabe. Ela que fez a portaria.

P – Estava na dúvida.

R – Não. Ela não está na dúvida. Ela vai até explicar. E antes da Ivanilde falar, é importante falar para os senhores que essa portaria, na verdade, serviu de

modelo para a resolução federal da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu vou dar um intervalo em respeito às pessoas que estão aqui, os convidados da Covisa. Uns cinco, 10 minutos. Está bem? Depois nós daremos continuidade, que fica mais tranquilo. Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Passo a palavra ao Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Dando prosseguimento, Presidente Aurélio Miguel, eu queria solicitar informação sobre o prazo médio para apuração de uma denúncia. E qual é o critério? É por ordem cronológica que chega a denúncia, ou pela gravidade, ou de origem?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Na verdade, é a gravidade da denúncia. Se precisa ser apurado de imediato, é imediato. E aí a gente vai dando uma gradação. Mas o risco é o critério, conforme o risco.

P - Nós estamos fazendo um requerimento de informação, que está sendo registrado ali, para... nos últimos 24 meses, quantas denúncias chegaram e quantas foram atendidas? A senhora tem essa informação já?

R - Temos. Mas não aqui. Está no requerimento. Eu não sei se já foi encaminhado esse requerimento.

P - Presidente, quero pedir informação sobre o orçamento da Covisa. Qual é o orçamento da Covisa?

R - Então, eu vou pedir para a Lan, que é nossa assistente na área de orçamento. Assim ela já pode falar com mais propriedade.

A SRA. LAN HEE SUH - Meu nome é Lan. Sou Gerente de Administração em Finanças da Covisa. O nosso orçamento aprovado em 2010 é de 90 milhões, entre fonte federal e Tesouro Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O nome completo, por favor.

A SRA. LAN HEE SUH - Lan Hee Suh.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Muito obrigado.

O SR. JAMIL MURAD - Quando a verba vem do Governo Federal, Ministério da Saúde, ela vem via Governo do Estado, via fundo estadual de saúde. É isso?

A SRA. LAN HEE SUH - Não. O Ministério da Saúde, o recurso que é disponibilizado para a Vigilância, em Saúde, bloco de financiamento de Vigilância em Saúde, é direto no Fundo Municipal.

O SR. PAULO FRANGE - É 90 milhões de orçamento, ou é o executado?

A SRA. LAN HEE SUH - Orçamento aprovado.

O SR. PAULO FRANGE - E o executado?

A SRA. LAN HEE SUH - Executado, gira em torno de 50 milhões, 52 milhões.

P - É mais ou menos metade disso.

R - Então, vamos esclarecer. 90 milhões é orçamento 2010 aprovado. Até 2009, o nosso orçamento girou em torno de 55, 60 milhões.

P - Tá. Agora, executado, realmente?

R - 50 milhões. Eu posso levantar...

P - Eu vi 17 milhões, é do Município?

R - Dezesesseis milhões foram do Tesouro Municipal, aprovado em 2009.

P - Na verdade, o Município coloca 16, 17. Não é isso?

O SR. JAMIL MURAD - Nós temos informação da execução orçamentária em 2009: apenas 21%.

A SRA. LAN HEE SUH - Previsão orçamentária 2009: 66,804 milhões. E estou somando fonte: repasse federal e Tesouro Municipal. Execução financeira, portanto, estou falando de liquidação inclusive: 39,620 milhões, nas duas fontes.

O SR. JAMIL MURAD - E da fonte municipal?

A SRA. LAN HEE SUH - Fonte municipal, eu não tenho em separado aqui. Mas eu posso levantar.

P - Porque nós temos informação aqui que a Covisa teria um orçamento de 42 milhões, orçado para 2009, atualizado, e foi executado apenas 21%, sendo 17 milhões congelados. É informação da Prefeitura.

R - É. Nós tivemos congelamento, sim, em 2009, assim como nós temos já...

P - Qual foi o congelamento?

R - De 2009 ou 2010?

P - De 2009. Dois mil e dez está começando.

R - É que nós começamos o exercício congelado. Por isso que eu perguntei.

P - É mais grave ainda.

R - É mais grave, gravíssimo, o início de ano congelado. Eu não tenho dado de congelado aqui para 2009. Mas eu posso levantar. Eu trouxe dados mais atualizados de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Qual é a justificativa de iniciar o ano congelado o recurso. Você sabe? Qual a informação que deram para você?

A SRA. LAN HEE SUH - A explicação é a seguinte: nós fizemos uma proposta orçamentária para 2010 no valor de mais ou menos 100 milhões. Isso entre fonte de Tesouro e repasse federal. Foi aprovado por volta de 90 milhões.

O SR. JAMIL MURAD - Quanto é do Município?

A SRA. LAN HEE SUH - Do Município, gira em torno de 45 milhões. 45, 5%, e 50% é do repasse federal desse orçamento aprovado. O que aconteceu foi o seguinte: para exercício de 2010, nós fizemos uma proposta de criar uma atividade específica para Vigilância, porque nós tínhamos muita dificuldade de monitorar os recursos, principalmente o federal. O federal entrava no órgão 1810, que é o gabinete, e quem olha para o *Diário Oficial* aquela aprovada, entra tudo junto naquele pacote, e a gente tinha muita dificuldade de acompanhar. Nós conseguimos essa aprovação, que é a atividade 4.130, no orçamento novo. No substitutivo, entrou uma outra atividade dentro da Covisa 2.200 para Centro de Controle de Zoonoses. O que aconteceu com isso? Tirou da proposta orçamentária da Covisa o valor de custeio para o Centro de Zoonoses da ordem de 6,7 milhões, mais ou menos, e da ordem de 4,8 milhões para projeto. Então foi isso que aconteceu. E o que saiu para a atividade 2.200, o Centro de Controle de Zoonoses, e as obras no Centro de Controle de Zoonoses, foi aprovado e entrou no exercício integralmente congelado. Então, nós tivemos uma dificuldade adicional, porque o exercício abriu dia 26 de janeiro, portanto, um mês inteiro sem exercício, e mais um mês congelado, nós ficamos sem execução no Centro de Controle de Zoonoses.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então prejudicou os trabalhos de vocês?

A SRA. LAN HEE SUH - Totalmente.

P - Paralisou, praticamente.

R - Paralisou o Centro de Controle de Zoonoses.

O SR. JAMIL MURAD - Se fosse só a exposição da Dra. Lan, eu já acho que me daria por satisfeito por este trabalho, Presidente Aurélio Miguel, Paulo Frange, Vereadora Sandra e Milton. Vejam: uma atividade fundamental, com metade dos servidores necessários; a saúde da população em risco. E a Administração Municipal congela o orçamento, prejudicando. A Dra. Lan está dizendo aqui. Quero cumprimentá-la pela coragem de dizer. Prejudicou gravemente a atividade da Covisa! Então, vejam como era importante essa atividade da CPI. Isso aqui terá consequências, a favor do povo, mas contra quem anda manipulando o orçamento, congelando sem poder congelar esse orçamento. Não pode congelar dessa forma! A senhora falou que tirou 6 milhões do custeio. Se tirou do custeio, vai funcionar menos.

Quer dizer, é um escândalo isso. É um escândalo isso.

A SRA. LAN HEE SUH - Posso fazer mais uma observação? Permite fazer mais uma observação?

P - Pois não.

R – Tirar de um custeio para o outro, a gente ainda conseguiu descongelar, congelando as outras ações. Eu acho que pior é tirar do custeio para projetos. Isso acho que...

P – Para?

R – Projetos, construção. Isso não poderia...

P – Projeto de construção.

R – Isso não poderia... Teria que ter vindo...

P – A atividade, atividade da Covisa, fundamentalmente gente, técnicos.

O SR. PAULO FRANGE – Tirado por (ininteligível).

A SRA. LAN HEE SUH – Foi isso que aconteceu. E para descongelar, nós tivemos que oferecer (ininteligível) de 4.130, para poder descongelar um e congelar outro. Então, assim, teremos problemas futuros.

P – Queria cumprimentá-la, pela, pelo esclarecimento aqui, de fundamental importância, que justifica essa atividade do parlamento municipal. O parlamento municipal tem relação com o Executivo, mas tem seu papel também.

O SR. PAULO FRANGE – Aqui fica muito claro. Já era a nossa intenção, de um dia, se manifestar, mas um órgão desse grau de responsabilidade e competência, com legislação específica, se não estiver, dentro de princípio de autonomia de execução orçamentária, autonomia administrativa, é quase impossível dissociar essas coisas. A Lei de Diretrizes e Bases, há 15 anos, criou a figura da autonomia escolar, porque se a escola não tem autonomia mínima, lá na frente, não adianta a Secretaria de Educação ter competência, para fazer gestão de Educação, se quem está, na ponta, para executar, não tem autonomia. Aqui é a mesma coisa. Eu acho que esse é o assunto que a gente discutir depois, aqui, na Câmara, na Câmara, não levando essa responsabilidade para vocês, que é nossa responsabilidade, administrar sobre isso. É absolutamente impossível trabalhar sem autonomia.

O SR. JAMIL MURAD – Uma outra pergunta é o seguinte: "Cinquenta por cento vem do Ministério da Saúde". É isso?

A SRA. LAN HEE SUH – É.

P – É. Bom, a informação que eu tenho, de técnicos de área de vigilância aqui disseram o seguinte: "Sessenta e cinco por cento desse dinheiro, que viria para a Covisa acaba ficando a nível estadual".

R – Dados do Estado, eu não consegui colher, na Integra. Então, o que eu posso, assim, rapidamente, resumir, é de 2007, 2008, 2009, fazendo uma evolução histórica, repasse federal ainda, não estadual, mas federal, girava em torno de 80% do nosso orçamento e só agora, em 2010, com o novo orçamento, que conseguimos reverter, aumentando a fonte do Tesouro, e aí, relativamente, o do Ministério passa para 55% e Tesouro para 35. O recurso que vem do Estado, então, como seria a distribuição? O Ministério passa para o Estado e o Estado teria uma parcela para nós. Dessa parcela, o único recurso que nós recebemos é do Programa de Tuberculose, que gira em torno de um milhão. É só esse recurso que nós...

P – Então, o que vem do Ministério para a Covisa... A nível do Estado, apenas o Programa de Tuberculose é que eles repassaram?

R – Não, do Ministério, fundo(?) municipal, nós recebemos integralmente. O que vai do Estado para nós, vem do Programa de Tuberculose, especificamente, em torno de um milhão. É só o que nós recebemos do Estado.

P – É muito grave.

A SRA. SANDRA TADEU – Um aparte. Quanto que o Estado teria de estar repassando?

A SRA. LAN HEE SUH – Esse valor que eu não consegui levantar ainda. Já foi pedido para levantar, e o dado ainda eu não consegui.

P – Justamente a partir de uma solicitação do Vereador, eu não sei se foi uma requisição mesmo, ou alguma fala que leve em relação, em torno de sessenta e poucos por cento, que ficaria... Nós pedimos para ali para a Lan levantar. Nós não tivemos tempo ainda. Não conseguimos ter essa informação, se realmente fica retido no Estado ou não.

Então, aí talvez explique a questão de ter apenas um milhão de repasse.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só uma pergunta. Quem é que está hoje no Estado na área de vigilância sanitária?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – A responsável pelo Centro de Controle? A Dra. Clélia Aranda é responsável é minha correspondente, vamos dizer assim.

P – Ela era antes da coordenadora da Covisa? Ela era ou não.

R – Não.

P – Não tinha uma que era coordenadora antes de você?

R – A Marisa.

P – Ela não está no Estado hoje?

R – Ela está no Estado, mas não na Vigilância; ela não está atuando na Vigilância.

O SR. JAMIL MURAD – Agora, aqui para o Município o orçamento estadual para a saúde também foi abaixo de 1%, em torno de 1%. Quer dizer, então, é uma política de deixar o Município sempre... Quer dizer, conta com o Ministério da Saúde, conta com o orçamento próprio da Prefeitura, mas o Estado, para colocar o seu quinhão para fazer funcionar a saúde municipal, tem tido essa marca, em todos os níveis. Eu não sabia também que chegava nesse ponto da vigilância, mas é lamentável.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Eu acho que precisamos aguardar os dados chegarem, porque nós não estamos com tempo hábil ainda...

P – Agora, de qualquer forma, Dra. Inês, nós queremos esses dados todos oficiais, porque a Dra. Lan, uma moça corajosa, expôs, mas faltam dados. É um instrumento de trabalho cotidiano dela, então pensa que diabos acontece que esses dados não vêm à mesa. Então, nós vamos solicitar por escrito, porque aí, constitucionalmente...

R – Acho que nós já tentamos também, não é?

P – Constitucionalmente, não é que vocês querem dar esses dados para os Vereadores, é que vocês são, no caso, obrigados a repassar esses dados.

R – Não temos por que esconder e são públicos também. O que acontece na prestação de contas – até amanhã o dia de o nosso Secretário Adjunto fazer a prestação de contas do ano passado, finalizando o ano passado – é o que a Lan disse, não tem a informação dos diversos órgãos da Secretaria porque não tem uma dotação, não tem uma atividade específica que especifique isso e que permita o acompanhamento.

P – Agora, aquela apresentação toda que a senhora fez fica prejudicada.

R – Como assim?

P – Um orçamento do qual se executa 20%.

(NÃO IDENTIFICADA) – Mas os senhores mesmos falaram... Desculpem minha informalidade. Pego desculpas, porque eu acabo falando...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Fique à vontade.

R – O que acontece, e um de vocês falou, é que vocês fazem milagre.

P – Quer dizer, a apresentação é maravilhosa, mas com o orçamento que executa somente 20%...

- Manifestações simultâneas.

R – Nós executamos, mas...

P – Do orçado, somente 20% em 2009. Está aqui.

R – É, mas...

P – Está aqui; são dados da municipalidade.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Da municipalidade, do orçamento de 16 milhões aprovados em 2009...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Oito milhões só. Seis milhões pagos.

R – Nós executamos 8,9 milhões, em torno de 8 milhões do Tesouro.

P – Metade. Então, quer dizer, metade dos funcionários com metade do recurso, fica difícil.

O SR. PAULO FRANGE – Acho que temos de fazer a mea culpa também, Inês. Aqui, mais ou menos como o Estatuto do Idoso, que são mais de 100 artigos, ninguém diz como é financiar a beleza daquele Estatuto e aí fica difícil realmente colocar o Estatuto do Idoso para funcionar no Brasil. O Código Sanitário tem 150 artigos, e nós Vereadores também não colocamos como seria financiada toda essa conta. Então, aqui está que despesas serão por conta de ações próprias, suplementadas se necessário. Acho que aqui cabe agora a nossa reflexão, no final deste estudo, e propomos situações de recursos eventualmente até vinculados ao tamanho da receita da Secretaria de Saúde, um percentual específico, etc. Cabe uma composição de tal forma que haja recursos que não poderão ser congelados, uma vez que são de atividades continuadas e sujeitas ainda as epidemias.

Então, eu acho que temos de tratar esse assunto na realização. Eu acho que essa é uma proposta produtiva, porque teremos de encontrar um caminho na legislação do Código e no próprio artigo que fala do financiamento para que possamos compor isso.

O SR. JAMIL MURAD – Quantos carros estão à disposição da Covisa para trabalhar?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – O senhores sabem que nós estamos com uma licitação difícil de veículos já desde o ano passado que está *sub judice*. Estamos otimistas para que isso chegue a uma conclusão, mas nós estamos realmente prejudicados com a questão da falta de veículos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas estão contratando por emergência?

R – Não, não. Foram contratados alguns veículos para serviços nas Coordenadorias de Saúde que estão prestando serviço para nós – nós, que eu digo, é para a Vigilância.

P – Desde quando isso?

R – Olha, no momento em que foi prejudicado o certame, o Secretário fez uma portaria determinando que todos os veículos da Secretaria ficassem à disposição da Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Logicamente, ninguém tem carro sobrando, então, claro que tem de ser feito um trabalho com bastante cuidado para não prejudicar os outros serviços. Então, realmente, estamos administrando um cobertor curtíssimo.

O SR. JAMIL MURAD – Dra. Inês, eu perguntei quantos carros.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Na Covisa, hoje, eu acho que eu tenho 12 carros.

P – Não, em conjunto para fazer o trabalho.

R – No restante da Cidade, hoje, por volta de 200 veículos, mas não que estejam atuando exclusivamente na Vigilância, mas preferencialmente para a Vigilância.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A Covisa tem um contrato de locação de veículos.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Não.

P – Ela ficou sem contrato de julho a dezembro.

R – De julho a dezembro e até agora nós estamos sem.

P – Muito bem. Como foi feita a fiscalização nesse período, então?

R – Com esses veículos que nós temos disponíveis.

P – Com quantos?

R – Com esses 12 que nós temos.

P – Doze? Então, não faz nada.

R – Não, isso dentro da Covisa, fora os que estão nas regiões também atuando. São uns 200.

P – A senhora está vendo? A senhora nos sensibilizou no início.

R – Então, eu estou falando a verdade.

P – Nós ficamos sensibilizados com a falta de estrutura que vocês têm.

- Manifestações simultâneas.

P – É triste.

R – Para nós não é triste.

P – Cadê o Secretário da Saúde? Um setor importante como é o da Vigilância Sanitária, que não pode ficar só na apresentação?

- Manifestações simultâneas.

P – Tem de ficar na atuação.

R – Na nossa atividade, esses veículos que estão nos atendendo agora, desde que esteve prejudicado esse certame, foi por determinação do Secretário e eu não estou em defesa de ninguém, mas tenho acompanhado todo esforço da Secretaria e está no sentido para conseguirmos resolver. Mas esse é um problema sério e, e os senhores podem ajudar de alguma forma, isso é fundamental para nós. Como eu falei, estamos entrando num período de transmissão e temos...

- Manifestações simultâneas.

R – ... Isso foge da governabilidade da própria Secretaria. Pelo menos até onde eu sei.

O SR. JAMIL MURAD - Doutora, a senhora é minha colega, merece o maior respeito, mas a senhora está investida de uma função de direção, de DI especial. Quer dizer, a sua função de direção determina se vamos ter uma boa vigilância ou não. Às vezes, o secretário não te dá condições e aqui, na CPI, a senhora tem de abrir o jogo. Tem de falar, falta isso, está difícil de executar, etc.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Tenho clareza disso, Vereador. Isso estamos fazendo.

O SR. JAMIL MURAD – Estamos com uma epidemia de dengue ou não.

R – Estamos no período de transmissão. Epidemia não estamos. Está muito longe de ser epidemia, mas assim, em São Paulo não.

P – Estamos com ameaça de epidemia; H1N1, porque agora vai começar o frio. Quer dizer, são muitas necessidades dessa população e quando as pessoas, no ano passado, morreram, mesmo com H1N1, adultos saudáveis. Não eram pessoas doentes, eram adultos saudáveis, que pegavam gripe e morriam, aqui em São Paulo, aqui no Estado.

Então, a Vigilância precisa ter condições de funcionar. Não é o secretário, o prefeito ou a Secretaria Estadual, que deixa de repassar dinheiro, eles não tem o direito de fazer isso com o povo de São Paulo. Deixar o povo de São Paulo desprotegido, porque o corpo técnico é menor do que precisa, mas tem compromisso e tem gabarito para isso. Agora, em condições é impossível defender a saúde da população. Impossível. E nós não podemos tolerar isso. A Câmara de Vereadores de São Paulo não vai tolerar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Gostaria de pronunciar o seguinte: você falou que o Estado mandou um milhão para a tuberculose. Quanto o Estado teria de mandar para a dengue, para a hanseníase e outras doenças, fora desse seu controle.

R – Foram essas informações, que não houve tempo hábil para trazer, hoje, para os senhores. Mas vamos estar respondendo isso.

P – Mas é mandado dinheiro?

R – Não achei o quanto está previsto do Estado para o Município. É essa a informação que não tenho.

P – Para a dengue, hoje, quanto o Governo Federal manda para a dengue.

R – Ah, o Governo Federal...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Governo Federal está mandando recurso. O Governo Estadual que não está remetendo quase nada para o município.

R – Não tem um recurso específico para a dengue. O recurso que vem da dengue para São Paulo, do Governo Federal para o município de São Paulo...

A SRA. SANDRA TADEU – Vai para o Estado e o Estado repassa, não é isso?

R – Não. O Estado não tem repasse para a dengue. Então assim, não tem recurso do Estado para o Município relativo ao programa de dengue. O que tem é do Governo Federal, Ministério da Saúde, mas o recurso que vem carimbado com o dengue é utilizado para folha de pagamento dos agentes. O recurso que vem

do federal para o município chama – o antigo nome – que é de controle de doenças e esse recurso vem num bloco, numa conta única, que a gente aloca para a dengue e para todos os outros programas, que a senhora se referiu.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Historicamente, em que o Estado contribuiu para a prevenção na Cidade de São Paulo?

R – Da dengue?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – De todas as doenças, tuberculose, dengue e outras.

R – Eu desconheço. O Estado tem um papel mais normativo, também de supervisionar o município. A partir do momento que o município assume as suas ações, é o município que tem a responsabilidade de executar. O Estado executa complementamente. Deve executar complementamente. E assim todas as ações.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora tem unidades em todas as subprefeituras?

R – Em todas as regiões da cidade temos unidades, que atual na vigilância.

P – Quais regiões?

R – São 25 supervisões, elas estão vinculadas às comunidades, que atuam na vigilância; elas estão subordinadas às supervisões técnicas de Saúde de todas as regiões da cidade, então são 25.

P – Quer dizer, não são em todas as subprefeituras. É por região.

R – Por região.

P – 25 representantes na cidade inteira.

R – Isso. Na cidade inteira. Vinte e cinco locais onde elas atuam, que são responsáveis, quer dizer, tem uma cobertura de todo município. Às vezes, pega mais do que uma subprefeitura, por exemplo, Mooca/Aricanduva.

P – Você lembra daquilo que nós pedimos dos quadros dos funcionários, que você vai nos mandar...

R – Posso estar mandando. A solicitação de vocês foi de Covisa, agora, a gente encaminha completa das outras regiões também.

P – Está bem. Outra coisa, o Sivisa é o Sistema de Gerenciamento ...

R – Sistema de Gerenciamento de Informação e Vigilância.

P – E quem administra isso é a Prodam.

R – Não sei o termo preciso, na verdade, quem gerencia, o gestor é o Estado de São Paulo. Ele é o responsável pelo sistema.

P – Mas é do Estado ou do Município?

R – O Estado concede para os Municípios, isso faz parte do sistema de vigilância, a utilização do sistema. Então, era um sistema que o pessoal chama VD, e nós transformamos em plataforma web. Então, estamos adaptando esse sistema para que facilite a nossa utilização.

P – Está disponível na Internet?

Quem vai responder, por favor, se identifique.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MOURA DE ALBUQUERQUE – José Olímpio Moura de Albuquerque, sou gerente do Núcleo de Informação da Covisa.

O Sivisa é o sistema que foi desenvolvido pelo Centro de Vigilância Sanitária do Estado e, foi implantado no Município de São Paulo a partir de 2003. Então, no âmbito do Município, somos nós do Núcleo de Informação, que gerenciamos o sistema, que é alimentado pelos técnicos que fazem, no caso, as inspeções pelo setor que é responsável pelo cadastro do estabelecimento e, também, por cada uma das 25 unidades, que executam atividades de inspeção. Eles também registram as inspeções no mesmo sistema e encaminham para a Covisa, onde são consolidados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor está na Internet ou na Intranet?

R – Não. Esse documento do servidor funciona no âmbito do prédio da Covisa, não é uma aplicação web.

P – Nós gostaríamos de ter acesso, também, às informações. Como poderíamos ter?

R – Acesso à informação, mediante solicitação, poderemos produzir as informações necessárias solicitadas.

P – Nós vamos solicitar então, informações, como funcionam, os pedidos...

R – O que está em relação a web é que em conjunto com a Prodam, nós do Município estamos desenvolvendo um outro sistema, para substituir o sistema desenvolvido pelo Estado, que foi denominado de Sivisa Web. Diferente desse Sivisa, que tecnologicamente é mais ultrapassado, foi feito no começo da década, nos anos 2000. E esse novo sistema vai permitir acesso pela web, como diz o nome. Por enquanto, não é isso, é um servidor local, que funciona apenas com acesso no prédio da Covisa.

O SR. JAMIL MURAD – Presidente, uma pessoa que solicita um registro, um cadastro, como é que acompanha? É obrigado a ir lá na Covisa cada vez que quer saber se saiu um registro, ou cadastro?

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MOURA DE ALBUQUERQUE – Hoje estão emitindo cadastro com muita celeridade, a partir do decreto. A forma de conhecimento, de dar publicidade à licença, ao cadastro é através da publicação no *Diário Oficial*.

Então, periodicamente é publicado no *Diário Oficial* a lista dos cadastros emitidos. É possível fazer a consulta não só do cadastro inicial como de diversos procedimentos de alteração cadastral que foram solicitados.

P – Desse Sivisa qual é o principal monitoramento dele? Eu gostaria de entender. Gostaria, inclusive, de ir lá verificar como funciona.

R – Tem dois usos principais, o primeiro é o cadastro, fazer a partir do requerimento.

P – Por exemplo, o senhor vai lá, solicita e saem todos os cadastros que estão no sistema?

R – Sim.

P – A Dra. Inês falou em 45 mil.

R – Que outros aspectos saem também em relação a esse monitoramento desse sistema.

P – Têm dois conjuntos de dados: um relativo ao cadastro e outro relativo às inspeções realizadas nos diversos estabelecimentos.

P – As inspeções saem?

R – Sim.

P – Todas as inspeções feitas estão lá?

R – Sim.

P – Quando foi feita, por quem, qual a frequência, tudo. Quando fez, se fez uma vez, duas vezes.

R – Cada inspeção está associada ao seu estabelecimento(?). Isso se eu consigo estabelecer a frequência eventualmente.

P – Como conseguimos um canal para estabelecer aqui na nossa CPI. Existe a possibilidade técnica de fazermos um canal?

R – Hoje, o acesso remoto...

P – Porque quem estabelece, ele é o técnico, nós conhecemos um pouquinho de informática também. Vocês estão alimentando o sistema. Se essas 25 unidades alimentam o sistema, eles têm acesso ao sistema. Então, podemos ter a 26ª na Câmara Municipal, tecnicamente há essa possibilidade e disso eu não tenho dúvidas.

R – Eu preciso qualificar melhor essa resposta. Hoje em dia tenho uma base local em cada unidade dessas. Ela é enviada no nível central e consolidada no nível central. Do ponto de vista do (ininteligível) especificamente falando. Nós desenvolvemos no núcleo de informação uma forma de acesso para que a (ininteligível) consegue ter acesso a esses dados e vê o conjunto da cidade.

P – Então, vamos requerer à Secretaria da Saúde que disponibilize aqui a 26ª unidade para termos acesso e fazermos os nossos relatórios de trabalho ao fim desta CPI.

O senhor deseja falar? Indetifique-se.

O SR. RICARDO ANTONIO LOBO – Sou gerente da Divisão(?) Produtos e Serviços de Interesse da Saúde. Apenas para esclarecer melhor sobre o Sivisa, que

é o Sistema de Informação de Vigilância da Saúde, que no Estado se chama Sistema de Informação de Vigilância Sanitária, ele é um sistema que tem basicamente 10 anos de uso e ele serve basicamente hoje, do jeito que está estabelecido, para colocar as inspeções realizadas. Então, hoje é um grande banco de dados das inspeções realizadas e dos estabelecimentos cadastrados.

Há praticamente dois anos e meio, trabalhamos juntamente com a Prodam no sentido de que o Estado nos permitiu todas as informações no sistema que chamamos de *virtual dave*(?), que é o atual VD(?) para transformá-lo em Sivisa Internet, onde os técnicos de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental que porventura precisem utilizar o sistema possam usar via Internet e colocar nesse servidor as informações.

Do jeito que essas informações estão sendo colocadas hoje, o cadastramento já está quase todo migrado porque já estamos trabalhando com o Sivisa novo, o cadastramento está quase completo, falta uma pequena parte, migrado para o Sivisa Web, que é esse que está sendo desenvolvido neste momento. E, uma grande parte, ou seja, o restante dos serviços da vigilância, que é a inspeção, ainda está no Sivisa VD, que é o Sivisa antigo. Estamos num momento de migração entre um e outro.

Quando o senhor coloca ter acesso a essas informações significa ter acesso a todas as inspeções de todos os estabelecimentos dos municípios de São Paulo com seus relatórios de inspeção. Apenas para deixar claro com relação ao pedido. Isso significa ter as inspeções já realizadas no município como um todo com relatório de inspeção que, hoje, é disponibilizado para as empresas e para quem recebe a inspeção. Só para deixar mais...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ótimo. Justamente é isso que nós queremos.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MOURA DE ALBUQUERQUE - Perfeito.

O SR. JAMIL MURAD – Quais tipos de relatório que o sistema emite? Por que nós queríamos esse relatório dos últimos 24 meses.

O SR. JOSÉ OLÍMPIO MOURA DE ALBUQUERQUE - Isso já foi pedido pelos senhores e a gente já está levantando, principalmente, em relação ao que já foi pedido. (ininteligível) ele tem, basicamente hoje, dois módulos. O módulo cadastro, que é onde eu tenho lá o que é emitido ao CMVS e o módulo inspeção, que ele tem os relatórios de inspeção nos estabelecimentos. É basicamente isso que ele emite.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É isso que nós queremos ter acesso.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Então, Vereador, o que a gente gostaria de, depois, é claro que vocês têm um corpo jurídico que está acompanhando também, o nosso. Nós temos, também, o dever de preservar a identidade das empresas que estão lá, as que foram autuadas e já foram penalizadas, isso é publicizado normalmente não tem... Agora, as que estão ainda, que tem o recurso, a defesa, que ainda são instâncias de recursais, nós temos, também, o dever de preservar porque então nós vamos ter de, depois, só parametrizar um pouco mais...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa eu explicar, só, para a senhora.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu presidi a CPI do IPTU que tem dados muito mais importantes que é recursos, dinheiro, sigilo bancário e nós tivemos acesso a todas informações.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Eu sei. Não vamos negar nada. Só estou querendo dizer que nós vamos (ininteligível) informação.

P – Só para explicar. Até porque não dá para negar. A CPI tem o poder de investigação e o poder de polícia. Então, quer dizer, o objetivo não é esse. Nós queremos os dados só para verificar as deficiências, os problemas. O nosso objetivo é melhorar o trabalho de vocês.

A senhora me desculpe, a senhora, no início, a senhora fez um depoimento e pelo que nós escutamos nos últimos 20 minutos, dava para ter instaurado 20 CPIs. Não tem carro, não tem o orçamento, falta funcionário, me desculpa, falta ferramentas para trabalhar. Com toda a boa intenção de todos vocês, servidores concursados – que nós somos favoráveis – mas tem deficiência.

Deficiência que não dá para você chorar para o Secretário, porque não acontece nada, porque não aconteceu nada. Não aconteceu nada. A verdade é essa. E nós temos esse poder e nós vamos usar nosso poder de fiscalizador do Executivo, para que os serviços essenciais da cidade de São Paulo funcionem.

R – Nós temos o maior interesse, Vereador, em estar colaborando e passando todas as informações. Só assim, talvez, a partir do momento que a gente conseguir nas suas reuniões, conversar para qualificar um pouco mais. Não é o caso da gente impedir que a informação chegue, mas sim garantir que a informação seja utilizada, realmente, para alavancar este serviço que...

O SR. JAMIL MURAD – Dra. Inês...

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Pois não.

O SR. JAMIL MURAD – É que este trabalho...tem gente até dentro da Câmara Municipal ou ao nível do Executivo ou ao nível do Executivo Estadual que acha que nem deveria estar existindo. Mas a vida está mostrando que com equilíbrio e com compromisso público, ele tem um lugar em benefício da sociedade. Isso que nós estamos fazendo aqui. São várias horas de trabalho.

Nós precisamos desse processo para conseguir dar um passo adiante. É impossível um conglomerado humano como esse, a senhora expôs ali que não são só os 11 milhões, 11 milhões mais o da Grande São Paulo, dá 20 milhões. Esse conglomerado humano para defender sua saúde, ele depende da Covisa. Depende da Covisa. A Covisa funcionando a todo vapor, com todas as condições.

Então, sem carro, sem orçamento, congelando o orçamento, então têm autoridades aí que estão extrapolando seu poder de autoridade. Extrapalando seu poder de autoridade. Em nome do quê? Em nome de quem? A serviço de quem que nega o orçamento, que congela o orçamento, que não repassam a cota Estadual para o Município, em nome de quem que as pessoas que fazem isso, investidas de autoridade fazem isso?

Muito bem, então, é muito importante esse trabalho nosso. Uma pergunta que eu faço: a questão do lixo hospitalar, aqui em São Paulo, está sob a supervisão da Covisa ou do Estado?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Não, é do Estado.

O SR. JAMIL MURAD – É do Estado?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Do Estado.

P – A última pergunta aqui é a seguinte, Presidente: aqui na cidade de São Paulo tem um bairro que se chama Jardim Queralux. É ao lado da USP Leste. Eu junto com a ex-Vereadora e ex-Deputada Estadual Ana Martins, nós ajudamos muito com aquele povo a não ser despejado dali, eles tinham comprado as casas e problemas jurídicos e tal, eles iriam ser despejados e hoje, eles permanecem ali. Mas nós descobrimos nesse processo, que têm áreas de solo contaminado ali. E foi contratada uma empresa privada e até agora não se têm resultados.

Qual é o papel, o trabalho da Covisa no sentido de resguardar a saúde da população que vive nessa área? Que é ali em Ermelino Matarazzo.

R – O Jardim Queralux, até nós fizemos, acho que pode até passar para a Dra. Vera, nós fizemos até uma apresentação aqui. Não é, Vera, a respeito do Queralux, também? Ela pode passar informações mais atualizadas. Ela se identifica.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa só deixar bem claro. Na verdade, essa aqui é uma nova CPI. Eu não sei a apresentação, vocês fizeram para quem? Com a CPI do Meio Ambiente, foi? Ambiental?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Foi a de Danos Ambientais, que a gente veio participar como convidada para estar esclarecendo alguns pontos e o Queralux foi um dos que nós apresentamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bom.

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO – Meu nome é Vera. Eu sou gerente de vigilância e saúde ambiental do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Desculpe, Vera, nome de família?

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO – Vera Lucia Allegro. Em relação ao Jardim Queralux, nós não temos ainda a relação de contaminantes ambientais daquela área. O trabalho da vigilância ambiental é sempre na tentativa de cortar a rota de exposição. Nosso interesse é evitar a exposição da população aos contaminantes ambientais, sejam eles em relação à água, ar ou solo.

Ali na região do Queralux foi visto os poços que existiam de água. Foi feita toda a orientação para que não sejam utilizados e fechados. E não foi encontrada rota de exposição de solo, para aquela população que está em cima da área do Banco do Brasil.

No entanto, nós não conseguimos estabelecer ainda um protocolo de atuação junto à população e à Unidade Básica de Saúde, exatamente por não ter os contaminantes de interesse e a gente não poder fazer toda a lógica de trabalho da toxicologia, de qual o tipo de controle que deve ser executado naquela população.

Então, a gente depende dos órgãos ambientais sempre, em todos os trabalhos nossos da ambiental, para que eles nos deem os contaminantes que existem em termos de solo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aproveitando que estamos falando de solo, tem aqui, em relação às áreas de contaminação, recebemos uma informação da Comissão Operação Urbana Água Branca onde a CTLU, Câmara Técnica Legislativa Urbanística, solicitou à empresa Alsa, essa empresa trabalha no segmento de alumínio e fica situado à Av. Marquês de São Vicente, levantamento histórico de uso da edificação de forma a caracterizar possível contaminação no solo, subsolo e lençol freático.

Nesses casos, o órgão é consultado ou informado?

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO – Nós funcionamos da seguinte maneira: toda alteração de uso de solo, em que é solicitada uma análise, para poder fazer a troca de alteração de uso de solo, é feita a análise pela Cetesb e eles nos encaminham à Secretaria do Verde comunicando o que está acontecendo naquele solo.

Não existe uma legislação que obrigue, que nos manifestamos favoravelmente ou contrário. No entanto temos assento no CARD e costumamos acompanhar todo esse processo e costumamos a dar nossa opinião, mas não existe uma legislação que obrigue, que a nossa manifestação seja acatada e que sejamos consultados. Isso é uma coisa, inclusive a nível de Brasil. E está havendo toda uma discussão a nível do Ministério da Saúde, na tentativa de que todo licenciamento ambiental, ou todo licenciamento instalação de pessoas morando, ou trabalhos que houvesse essa necessidade de manifestação da saúde com relação ao risco. Mas isso ainda não existe em termos de legislação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quanto ao trabalho da COVISA em relação a prevenção da água temos, aqui em baixo, temos aqui a Guarani, que é uma das maiores que tem no País. Aquífero que vai até o Paraná, se não me engano. É grande. É gigante. Se não cuidamos da infiltração dos elementos que vão nesse aquífero, no futuro vamos ter problemas. Temos de ter um cuidado muito grande. A cratera de colônia já tem esse problema, na região de Parelheiros. Lá instalou as pessoas por uma fossa séptica, começou a ter problemas de infiltração em relação aos mananciais. O que a COVISA pode fazer nesse sentido?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – O que estava falando é em relação a questão de uso de solo. Com relação a questão de água profunda, temos um acompanhamento de todas as perfurações que temos. O DAEE faz com que as pessoas venham se, atualmente é cadastro, vamos começar a fazer um cadastro para ter isso, temos a relação deles, fornecida inclusive pelo DAEE. Pela Lei 518, eles têm obrigatoriedade de fazer um acompanhamento da qualidade da água e nos encaminhar, e temos todo um gel referenciamento localizando esses poços profundos em as áreas contaminadas para que possamos ter noção do risco dessa água ser contaminada ou não. Fazemos o acompanhamento com coletas também.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E em caso da contaminação do solo, chamam a Cetesb?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Não. Na realidade a Cetesb nos informa da contaminação do solo. São eles quem tem o laboratório de análise de solo.

P- Se vocês tiverem uma dúvida de uma área que está contaminada ...

R – Temos de solicitar Cetesb. Que é órgão nosso de fornecimento de laudos.

P- Depois vou fazer um requerimento e encaminhar a vocês para verificar essa área que tinha contaminação. Está verificando só a questão urbanística temos de ver a questão da contaminação, que era uma empresa de alumínio.

O SR. JAMIL MURAD – Dra. Inês, estou com um documento aqui, que diz o seguinte: a coleta de resíduos sólidos de serviços da saúde, é feita por duas empresas: a LOGA Logística Ambiental de São Paulo, que faz a zona Oeste e a outra empresa...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Hospitalar é privada. Eles contratam. Essa é coleta de lixo. LOGA é concessão, a hospitalar é tudo terceirizada, o Município não tem nenhum vínculo. Ele diretriz onde vai ser despejado esse lixo. Geralmente são incinerados. Se não me engano destinam para São Bernardo do Campo ou Santo André. É isso?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Uma parte para Taboão da Serra. Outra parte para São Bernardo. Depende do tipo de substância. Tem Mauá.

P- Quem são as empresas autorizadas hoje a fazer a coleta do lixo hospitalar?

R – A LOGA

O SR. JAMIL MURAD – A Ecoluz e a LOGA.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Acho que tem mais empresas.

O SR. JAMIL MURAD – A informação que tenho são duas, que trabalham sob a diretrizes da Limpurb.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – São contratadas pela Limpurb.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – São terceirizadas. Ela cobra. Por exemplo, o Hospital Alberto Einstein, o lixo hospitalar lá paga para a empresa direto.

A Prefeitura do Município de São Paulo não intermídia. Só na concessão do lixo. O lixo residencial. O lixo industrial e hospitalar só unidades das indústrias e dos hospitais. O gerador é responsável pela destinação, pela coleta desses lixos.

Com a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Muitas das situações já foram respondidas. Apenas uma questão. A fiscalização de unidades próprias, do Município, UBS, AMA são feitas pela própria COVISA?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Sim. Pelo sistema de vigilância. Ora pela COVISA, ora pelas unidades regionais.

P- No caso da saúde do trabalhador fiscalização de obras públicas...

R – Relacionada à saúde do trabalhador...

P- Do trabalhador em obras públicas do município.

R – Nós COVISA tem o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador que são veiculados, tem um núcleo de vigilância lá dentro que acompanha essa fiscalização, recebe denúncia e também é um órgão que notifica de acidentes e outros órgãos.

P- Aqui na legislação fala da responsabilidade da COVISA com relação a saneamento e condições em assentamentos no Município que seria uma atribuição do COVISA. Todas essas atividades de ocupação irregular do solo que temos no município de São Paulo, inclusive no Jardim Pantanal, na verdade não tivemos a oportunidade de desprezar essas áreas, não lembro de nenhuma das ações que foram noticiadas, pelo menos, da COVISA fiscalizando essas áreas. Isso é possível?

R – Não para estabelecer ali uma comunidade. Isso não. Mas no período das enchentes em que aquela área esteve alagada, a vigilância trabalhou todos os dias, quase que 24 horas. Dando orientação para a população, monitorando os possíveis casos de Leptospirose, vistoriando junto com as subprefeituras e aplicando os raticidas nos bueiros. Orientando a população quanto ao uso proclorito, orientado os estabelecimentos que tinham sido vítimas das enchentes quanto a utilização, inutilizarão dos produtos que lá estavam. A questão relacionadas aos animais, que as famílias saíram e abandonaram seus animais, tivemos um trabalho com mutirões de castração dos animais que estavam lá soltos nas vias porque foram abandonados pelas famílias. Então, teve um trabalho bastante intenso. Temos, inclusive, até um relatório da época, que tivemos...

Os abrigos. A questão dos abrigos que foram instalados. Então, todo o acompanhamento e orientação quanto à alimentação; ao armazenamento da alimentação; o acompanhamento da saúde daquelas pessoas que, também, lá estavam; os agravos; os acidentes, que também estão mais expostos às perfurações, enfim.

O SR. PAULO FRANGE – O que estou colocando é que já há previsão demais para a Covisa. Mas o artigo 21, quando fala em avaliar impacto à saúde de projetos de organização territorial, na verdade, assentamentos humanos, saneamento ambiental que, porventura, representem risco à saúde. São Paulo tem, salvo engano, 1.400.000 pessoas vivendo em condições de favela. Uma parte dessas áreas foi ocupada irregularmente. Só que é ocupada irregularmente e a

Eletropaulo coloca luz e a Sabesp vai lá e coloca esgoto, porque cobra. E, aí, não levamos a informação específica do impacto dessas condições de vida, condições subumanas e tudo.

A senhora vê, em algumas dessas situações, onde possamos criar alguma situação para que, nesses locais que não deixam de ser assentamentos irregulares, possamos interferir nessas?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – O que a Vera colocou agora, da importância de termos assento nessas discussões e que o próprio Ministério da Saúde também está recomendando que deve trabalhar com legislações para garantir que a Saúde seja ouvida nesses casos desses assentamentos. Agora, essas situações que o senhor citou, está dado. Está aí. O que podemos fazer, também, é um trabalho de política de redução de danos, de monitorar essas regiões. Mas a governabilidade da Saúde, gostaríamos de ter governabilidade para falar: "Não pode. Tira e acabou", porque naquela região do Pantanal, nas reuniões que tínhamos logo no início, cheguei a falar para o Secretário: "Não tem ação de Saúde que dê conta se não tirar aquelas pessoas que estavam debaixo da água". Era a única saída que tinha. Então, porque aquilo acontece. É uma região pantanosa. Aquilo vai alagar. Então, gostaríamos de ter essa governabilidade. Lembro-me que ele falava: "Se pudesse, tirava todos agora". Mas, então vamos impedir que elas fiquem transitando por lá. Então, todo o esforço foi feito nesse sentido, mesmo. Então, a nossa governabilidade também é limitada. Mas, sim, devemos informar e monitorar essas áreas.

O SR. PAULO FRANGE – Uma outra pergunta para encerrar. Temos uma discussão antiga aqui, que levei ao Secretário Eduardo Jorge, várias vezes fomos discutir esse assunto porque trabalhei - e trabalho muito junto à Aprac: Associação Paulista de Controle de Pragas Urbanas – dissociar o serviço de limpeza dos serviços de controle de praga urbana.

Quando temos a contratação, por qualquer entidade - o Banco do Brasil contrata alguém para manter limpas suas agências, fica realmente limpo, limpinho. Acabou de sair a pessoa que está passando o pano. Em seguida, as baratas já começam a andar porque os ralos estão abertos. Não há controle de isolamento mecânico, não há nada que possa...

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Controle integrado, né.

O SR. PAULO FRANGE – E, em um determinado momento, houve um avanço, onde as empresas de limpeza e higiene passaram a ter um responsável técnico, ou alguém com formação nessa área – um veterinário, ou um biólogo, ou um farmacêutico – alguém que conhecia o mínimo daquilo ali. Mas acaba voltando atrás. Ou seja, joga-se veneno ali. Aqui no prédio, desde que cheguei, tínhamos a maior concentração de barata por metro quadrado do planeta. Hoje, já temos uma concentração de barata bem menor aqui, à custa de muito veneno. Ou seja, não temos dissociado, e pedimos ao Governo que pudesse, na hora de fazer licitação para os prédios públicos, contratar a empresa de higiene e limpeza e contratar, também, paralelamente, uma de controle de praga urbana. Ou as duas se juntassem em uma única contratação.

Que tipo de avanço podemos fazer? Porque toda essa documentação já tramitou, já discutimos. Alguns foram até lá e não sei com quem eles trataram, na Secretaria, ao longo dos anos, para tentar encontrar um ponto de equilíbrio entre controle de pragas urbanas e limpeza. Essas empresas de limpeza são muito grandes na Cidade. Elas são terceirizadas em todas as atividades: hospitais, grandes clínicas, Bancos, prédios públicos. Mas elas não têm o controle de praga urbana dentro da qualificação que essas pessoas trabalham com o controle de praga urbana. É simplesmente alguém que joga o veneno. Não tem controle com armadilha etc e tal.

Assim acontece nos condomínios residenciais. Por isso que não conseguimos controlar baratas e ratos dos prédios. Chega lá, limpa, fica realmente cheiroso, passa um produto no chão com alguma base de eucalipto e fica, até, muito limpinho. Virou as costas e lá estão os ratos, as baratas, etc.

Em que ponto poderíamos evoluir...

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Para mim, estou pensando, me falta conhecimento. Temos aqui os técnicos...

O SR. PAULO FRANGE – Com secretários, a primeira reunião eu tive, em minha vida, foi em 1998 com o Dr. Pagura. De lá para cá, já falei com todos. Nunca conseguimos evoluir nada. A não ser a Aprag, que passou a fazer reuniões lá mesmo para, do ponto de vista técnico, achar um equilíbrio entre o controle de praga urbana e limpeza. Não há conflito de interesse. Procurei o pessoal das empresas de limpeza e eles falaram: "Seria um presente de Deus se esse pessoal pudesse cuidar dos bichos e nós da limpeza". E o pessoal que cuida dos bichos, queria cuidar dos bichos e não queria se meter com o pessoal da limpeza.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – O que defendemos, enquanto saúde ambiental, é que, na verdade, apliquemos menos veneno possível e que seja efetivo o controle integrado de pragas. Então, desde as barreiras físicas, não ter o abrigo adequado, a alimentação adequada – porque estamos fornecendo. Se ele está lá é porque estamos dando abrigo, água e alimento. E essas barreiras mecânicas. Então, temos de ter muito cuidado mesmo para que, de repente, essas aplicadoras não ganhem – não que vamos ser contra a atividade em si – mas que não se sobreponham ao interesse à saúde, que é ter, sim, o controle desses (ininteligível).

O SR. PAULO FRANGE – Hoje, elas trabalham com controle integrado.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Isso. Perfeito.

O SR. PAULO FRANGE – E aquelas que trabalham são associadas a uma associação que as fiscalizam. Da mesma forma como o Vereador Aurélio Miguel colocou sobre a fisioterapia. Eles passaram a ter controle próprio daqueles que eles recomendam no site deles. E, aí, tem a turma do veneno, que vai jogando de qualquer jeito e vai embora. Não tem responsabilidade técnica nenhuma. Grande parte dessas empresas, hoje, qualquer D.D.Drin que tem por aí, estão fora de São Paulo e anunciavam, até a pouco tempo, depois de insistentemente falar com a Veja, eles anunciavam pelo celular. Não tinha nem sede, nem responsável técnico, nem endereço fixo. Você ligava pelo celular e aparecia o cara com veneno na porta.

Então, para não demandar muito tempo, sei de sua sobrecarga de trabalho, mas todo esse trabalho que fizemos, vou pedir para que alguém possa, depois, encaminhar, até para poder apreciar.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Tem os técnicos e posso pedir depois, encaminhar para as áreas técnicas que têm conhecimento. Vereador, sinceramente, não tenho conhecimento. Sei do geral. Não recomendamos que seja aplicado veneno aleatoriamente e defendemos o controle integrado de pragas. Quem vai fazer e como isso vai ser feito, aí me falta o conhecimento. Aí, até queremos ter esse conhecimento, mas, com certeza, dentro da Covisa temos gente...

O SR. PAULO FRANGE – Já foi tema, doutora, e alguém já deve ter me visto falar em abertura de congresso da Aprag, porque, às vezes, eu falo um pouco bravo quando vou lá. Não consigo me conter porque, todos os anos, estamos, praticamente, no mesmo lugar.

Já foi motivo de dois congressos internacionais e o assunto foi abordado aqui, de novo, e esse problema é um problema de muito estudar. Alguns municípios conseguiram separar o que é contratação de limpeza e o que é contratação de controle integrado de pragas urbanas. Encaminharei, depois, para a senhora para que a senhora possa distribuir esse trabalho lá, porque faz parte do código, também.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Está certo. Sim. Sem dúvida.

O SR. JAMIL MURAD – Uma pergunta monossilábica, uma resposta, também, monossilábica.

Quantos casos de leptospirose tivemos, em São Paulo, nos últimos três meses?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Então, não vai ser tão monossilábica assim, porque não tenho o dado de cor, comigo, mas posso mandar.

Agora, sem dúvida, esse é um período em que temos o maior número de dados.

É o período que, por conta das chuvas, por conta das enchentes, é esperado.

P – É por isso que estou perguntando.

R – Agora, posso encaminhar para o senhor na próxima semana. Não estou nem com o relatório, mas fazemos relatórios semanais de casos de leptospirose, óbitos e casos...

P – Acho estranho que depois de tanta chuva e enchentes não se noticiou casos de leptospirose. Me lembro de um caso que morreu e arrumaram um laboratório particular para dar uma declaração de que não era por leptospirose.

R – Eu também fiquei bastante indignada por conta disso enquanto saúde pública. Mas, na verdade, depois isso foi confirmado e não era mesmo. Em particular, com esse me tranquilizou, mas...

P – Tecnicamente é condenável. Tira da mão do Adolfo Lutz, da mão de um instituto centenário, de respeito, com trabalho comprovado por um século para

colocar num laboratório particular para fazer um laudo. Pode ter dado certo dessa vez, mas não é dessa forma que se faz.

R – E não deve ser. Agora, por outro lado, vereador, podemos destacar a importância do trabalho das pessoas. Estavam todos de alerta. Vimos quantos alertas acabamos encaminhando; e, aí teve o monitoramento. Casos de leptospirose podemos ter, o que não é admissível é um número de óbitos muito elevado. Porque se tiver a suspeita e for tratado no tem oportuno não chegamos no óbito.

P – Infelizmente, tem uma porcentagem de 15% que mesmo bem tratado ainda morre. Me lembro de um paciente que tratei como nefrologista há uns 30 anos atrás que era um ginecologista que morava no Alto de Pinheiros. Ele pegou leptospirose e sobreviveu. Ele até hoje está vivo.

Eu aquele povo no pantanal. O poder municipal poderia ter distribuído uma bota para a pessoa não entrar e sair pisando na água toda hora.

R – Eu também falava isso, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Temos diversos documentos sobre a mesa. Os Srs. Vereadores que concordarem que sejam dados como lidos os requerimentos permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos permaneçam como estão. (Pausa) Aprovados todos os requerimentos.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Inês, aqui está escrito até pela nossa preocupação com esse assunto. Depois a senhora pode nos encaminha? Antes do Decreto 49968/2008, os pedidos de alvará de funcionamento antes da sua exposição passavam pela Covisa para a inspeção sanitária e eram deferidos ou não.

Hoje isso não ocorre mais. A senhora não acha que isso é um erro ou um afrouxamento dessa fiscalização. Porque depois que já se tem o alvará fica muito mais difícil de pedir a cassação do alvará por uma situação que (ininteligível) só a Covisa?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO – Na verdade, são processos apartados que temos de pensar. Teve o decreto da subprefeitura que é o 50.079, que é o nosso, e o que acontecia? O processo passava pela subprefeitura, vai para Covisa ou para a Vigilância, fica lá um tempo, sanitariamente ele se adequa. Ele não pode estar naquele local e ficar naquele jogo de "a culpa é sua, a culpa é sua".

Começamos a receber muitos mandatos de segurança, por conta de não conseguir também a Subprefeitura liberar. Então, as empresas também. E aí foi um entendimento de todos que, na verdade, sanitariamente, o que me interessa é que ele se adeque sanitariamente, que aquele estabelecimento dê condições de produzir, de conceder um serviço, de produzir um produto seguro sanitariamente.

Se ele não pode estar lá, a Subprefeitura tem de... Tem que a Subprefeitura e os outros órgãos também vão estar fiscalizando e vão ter que dizer para ele.

E outra: ele não pode fazer isso. Ele não pode fazer isso. Não quer dizer que ele tem o cadastro junto à Vigilância que ele pode funcionar. ... (ininteligível)... Tanto que isso diz, é independente, ele vai ter que estar adequado. Porque não adianta nada ele estar lindo, maravilhoso - né? - sanitariamente e ele não poder estar lá, está numa área de manancial ou está numa área que o uso e ocupação do solo não permite ele estar, não é?

O SR. PAULO FRANGE - A Covisa tem como visitar efetivamente todos antes do alvará?

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO - Depende do tipo. A gente... Todos serão inspecionados, todos são inspecionados. O alvará não é um... ele vai ter eternamente isso. Nem o alvará, o cadastro nosso.

O que acontece é que não é necessariamente ele vai ser inspecionado antes de ter o cadastro, mas todos vão ser inspecionados, todos são inspecionados. Então, isso é importante, até para a gente não prestar um desserviço para a população, porque, senão, as pessoas também veem e falam: "Não vem aqui a Vigilância". Não, nós vamos, sim. Só que aí a gente tem condições de priorizar: conforme o risco maior da atividade, nós vamos inspecionar antes do que outros. Para eu não ficar indo, vamos supor, num boteco da esquina que vende pinga, vamos dizer assim, e deixo de ir numa clínica de estética, que tem alto risco, numa farmácia de manipulação. Eu vou primeiro nesse. Eu vou nele, sim; mas, primeiro, eu vou no outro que tem maior risco. Essa foi a lógica. E essa é a lógica, Vereador - é isso o que eu queria dizer, do mundo todo.

Nós estamos avançando e nós vamos ter de puxar essa fila, o Município de São Paulo, as grandes capitais. Nós não estamos querendo deixar de fazer. O que nós queremos é fazer de forma inteligente, porque, senão, a gente deixa para trás. A gente fica segurando aquele que vai pedir o cadastro, porque aquele já tem uma boa intenção de se adequar e de estar regular, para deixar passar todos os outros que nunca vão se adequar. Nunca, por mais que a Vigilância ou que a Prefeitura insista, porque não vão mesmo, porque eles não têm interesse, porque isso claro que gera gastos também, não é?

É isso.

O SR. PAULO FRANGE - Estar bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em relação à... Eu ia encerrar, mas, em relação a supermercados e até padarias, eu tenho observado, principalmente produtos que são... Eles dividem ... (ininteligível)... queijo, eles cortam. Eu observei o seguinte: quando você compra, ele está lá, validade... Hoje é dia 23/03. Validade: 23/03. Quando foi embalado? Dia 23/03. Foi cortado naquele dia e já está encerrando a validade naquele dia. Quer dizer, isso aí eu estou observando que são diversos supermercados, as grandes redes, estão utilizando disso. Como é que a gente protege a população em relação a isso? Porque já expirou o prazo. Aí, ele corta...

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO - Os que são embalados no próprio supermercado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Principalmente queijo. Eu tenho observado isso.

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO - Tem uma validade menor.

Evanize, fala.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu observei já há em diversos, no Carrefour...

A SRA. VERA LUCIA ALLEGRO - Inclusive, nós já participamos de algumas audiências públicas aqui que tinha algo, não é?

A SRA. EVANIZE SEGALLA - Eu sou Evanize, novamente. Gostaria que o senhor explicasse quais redes, porque nós temos um trabalho inclusive com redes de supermercados...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pediria que a senhora se identificasse.

A SRA. EVANIZE SEGALLA - Evanize, Evanize Segalla, de Subgerência de Alimentos.

A legislação, como o senhor próprio diz, que é a 1210, ela preconiza o fracionamento nos estabelecimentos.

Esse tipo de produtos ele tem validade, depois de fracionado... Porque uma coisa é o produto fechado, na embalagem original. Ele tem uma determinada validade. Após o funcionamento, com a abertura da embalagem, o prazo de validade se reduz.

Laticínios: recomendamos três dias de validade. Então, é estranha essa prática de vencer no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pode observar.

A SRA. EVANIZE SEGALLA - Não, observaremos. Inclusive, nós estamos com um trabalho com a Associação Brasileira de Supermercados, com os responsáveis técnicos, porque a gente acha que a gente... Nós somos um órgão fiscalizador, mas, principalmente, a gente tem de ser um órgão de orientação, porque nós temos um grupo de trabalho com a Associação Paulista de Supermercados que se reúne uma vez por mês para discutir a própria legislação, as adequações que a legislação... Nós temos uma legislação, mas pontos que podem ter dúvidas, a gente reúne o pessoal e discute. Isso é bastante interessante, porque a gente reúne pessoas da Cidade toda, todos os representantes das regiões e dos supermercados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É feita ata dessas reuniões?

A SRA. EVANIZE SEGALLA - É feita ata. Nós fizemos a última reunião há um mês. Como a gente estava há um ano trabalhando sobre isso, nós paramos e vamos... inclusive, há proposta de mudança de legislação, que a gente vai montar um grupo de trabalho sobre isso.

Então, assim, a... O que eu acho interessante é que nós somos abertos à sociedade, que é fiscalizada - a gente não é que é amiguinho -, mas a gente aceita também sugestões, porque, muitas vezes, a realidade muda; os processos tecnológicos mudam. Então, é importante isso para atualizar a legislação, inclusive.

Agora, o senhor falou da questão de um dia de validade. Vou pedir para as equipes estarem verificando isso, porque normalmente não é o que a gente observa - são três dias de validade.

Esclareci?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E outra coisa: por exemplo, outro dia eu fui vítima disso. Eu comprei pistache no Pão de Açúcar. Eu comprei pistache no Pão de Açúcar. Eu até fiquei de voltar lá para mostrar. E, quer dizer, como eles que reembalam, eles colocam a validade como eles querem. Quer dizer, e o controle disso? E aí eu levei lá com os amigos. Quando eu abri, eu vi que tinham várias... (ininteligível)... Eu fiquei horrorizado com aquilo e falei: "Meu Deus do céu!".

Quer dizer, eu não tive tempo de voltar lá correndo, está guardado lá em caso. Agora, ele vai falar que expirou já. Mas ainda está dentro da validade. Quer dizer, essa é a preocupação, nesses que são fracionados e que são reembalados, eles podem colocar...

A SRA. EVANIZE SEGALLA - Surgira que ele faça a denúncia e nós vamos investigar lá.

- Manifestações simultâneas.

O SR. JAMIL MURAD – Quantas... (ininteligível)... a senhora tem para supervisionar os supermercados?

A SRA. EVANIZE SEGALLA - Oi? Desculpa, não entendi.

O SR. JAMIL MURAD – Quantas equipes?

A SRA. EVANIZE SEGALLA - As equipes regionais são as...

O SR. JAMIL MURAD – Quantas são, somando tudo em São Paulo?

A SRA. EVANIZE SEGALLA - São as 25 equipes que a Dra. Inês comentou.

O SR. JAMIL MURAD – 25.

A SRA. EVANIZE SEGALLA - São essas equipes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Bem, depois, vocês vão mandar o quadro de cada equipe nessas, não é?

Eu agradeço...

Pois não.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Não são exclusivas, viu? Elas atuam... É claro que, depois, vai adquirindo uma certa especialidade e tal - não é? -, dependendo do tipo de estabelecimento. Aí tem uma equipe que é quase que exclusiva para estar fiscalizando aquele tipo de estabelecimento.

É, então, a Regiane aqui está me lembrando que, na solicitação que nós... que vocês, no requerimento que vocês mandaram anteriormente, que os senhores mandaram na semana passada, nós informamos Covisa, porque foi Covisa que foi solicitada. Até ficamos: "É Covisa? É tudo?" e tal o número de funcionários, o número de técnicos.

Então, nós vamos mandar agora, complementando e dando a distinção necessária para facilitar o entendimento, tá?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bem.

Qualquer sugestão que vocês tenham, que possam encaminhar aqui à Comissão, nós agradeceremos.

Se quiser se omitir de fazer, sem denominar, não há problema algum, pode mandar também, que nós vamos entender. A gente sabe como funciona o serviço público. Pode mandar também, que nós acataremos e vamos também analisar para melhorar as condições de trabalho de vocês.

Agradeço a presença.

Vamos continuar pedindo informações. Espero que vocês possam nos mandar todos os pedidos e qualquer dúvida, nós chamaremos alguém, numa dúvida que nós tenhamos aqui. Está bem?

Muito obrigado pela presença.

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Muito boa tarde.

Ah, deixe eu só pedir... Você trouxe, se não me engano, a Assessoria de Comunicação, né?

A SRA. INÊS SUAREZ ROMANO - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Você trouxe dois. Se puder trazer mais, são nove membros, a gente agradece. E deixar uma na CPI.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Para você mandar para os membros, isso.

Já tem dois. É só mandar mais sete, porque aí tem todos os procedimentos e por ser um material bastante interessante. (Pausa)

A Secretaria enviará aos membros a convocação para a próxima reunião.

Agradecemos a participação de todos. Tenham uma boa tarde.

Estão encerrados os nossos trabalhos de hoje.

Obrigado. Boa tarde a todos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 30

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E
APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS
COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM
SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À
COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS,
ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E
SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL
TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 30 março de de 2010
OBSERVAÇÕES:

- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 3ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para Averiguar e Apurar Eventual Deficiência no Desempenho das Competências Outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde (Covisa), Especificamente no que Tange à Comercialização e Manipulação de Produtos Cosméticos, Alimentícios, Farmacêuticos, Serviços de Saúde e Substâncias de Interesse da Saúde (Processo RDP nº 08-46-2010), com as presenças dos Srs. Vereadores Membros: Jamil Murad, Zelão, Police Neto e Milton Ferreira. Foram convidados para essa reunião o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, representado pela Dra. Tatiana Ferraz e Silva Pelucio; Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, representado pela Dra. Simone Iisot e o Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo.

A senhora tem alguém acompanhando-a que queira ao seu lado?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Tem sim. Dra. Sheila Picinatto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quero agradecer a presença da Dra. Tatiana e Dra. Sheila que a esta acompanhando.

Passo a palavra o nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Dra. Tatiana e Dra. Sheila, são representantes do Conselho Regional de Medicina Veterinária. Esse convite para a participação aqui na CPI é no sentido de contribuir para investigar o funcionamento da Coordenadoria da Vigilância em Saúde do Município de São Paulo. Para proteger a saúde da população precisamos investigar como está funcionando, quais são as deficiências e o que fazer para superar essas deficiências. Vamos pedir para a senhora responder de maneira sucinta um conjunto de perguntas. Haverá algumas que a senhora irá dar mais detalhes.

A primeira questão que faço: quero saber quais são as atribuições do Conselho?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – O Conselho Regional de Medicina Veterinária, assim como os demais conselhos regionais, a função é de ser o órgão fiscalizador da profissão. Ao contrário que muita gente confunde com a do Sindicato, não é lutar pela classe e sim lutar pela sociedade. Eles foram criados pelo governo, porque o próprio governo não tinha condições de fiscalizar os profissionais, criou os conselhos para representar a sociedade e levar essa segurança à saúde pública.

P – Qual sua função no Conselho?

R – Sou Assessora Técnica da Presidência e atual Ouvidora.

P – A senhora já ocupou algum cargo na esfera municipal, estadual ou federal?

R – Já fui funcionária do Ministério da Agricultura. Trabalhei como agente de inspeção e trabalhava com produtos de origem animal.

P – Produtos de origem animal?

R – Isso.

P – Quantos associados o conselho tem no Estado?

R – Por volta de 27 mil.

P – E no Município de São Paulo?

R – Por volta de 7 a 8 mil.

P – Com relação ao Centro de Controle de Zoonose do Município de São Paulo, o conselho já recebeu alguma denúncia sobre esse Centro? As condições do Centro de Zoonose? O funcionamento dele?

R – Recebemos algumas manifestações, de algumas organizações, inclusive de maus tratos, de serem contra a realização de eutanásia, mais nesse sentido. Não do funcionamento.

P – Os procedimentos adotados pelo Centro de Controle de Zoonose, estão de acordo com as normas?

R – Os que chegam ao nosso conhecimento sim. Até tem essa norma nova, uma lei estadual, proibindo a eutanásia, e realmente estão sendo realizado só em casos que não tem mesmo solução. Temos recebido reclamações sim do Centro de Controle de Zoonose de ter diminuído o recolhimento de animais na rua. Mas o eles acabam justificando é que não tem mais espaço. Justamente por não ter mais a realização de eutanásia, e com isso os animais são recolhidos e não tem muito espaço para poder colocar os novos que serão recolhidos.

P – Então o Centro de Controle Zoonose deixa de recolher os animais que deveriam ser recolhidos por não ter acomodação para esses animais?

R – Exatamente. Isso sim, o que a sociedade acaba reclamando para nós.

P – Quais as consequências para a sociedade?

R – São muito sérias. Porque animais soltos nas ruas podem levar uma série de doenças, não só um para os outros, mas para a população. Temos aí leishmaniose, está bem presente no Estado, que é fatal para o ser humano e a transmissão é muito fácil de acontecer. Então esses animais estando nas ruas, não sendo recolhidos, eles são fontes de contaminação. Isso é um risco muito sério para a população.

P – O Centro de Zoonose, nessa questão, não cumpre o seu papel que é o de proteger a sociedade recolhendo os animais?

R – Ele cumpre o papel até onde ele tem as condições para isso. O trabalho sempre foi feito. Não tínhamos tido reclamação até essa lei nova que proibiu a eutanásia. A partir do momento que a eutanásia foi proibida não tinha mais onde colocar esses animais recolhidos e acabou diminuindo a atividade do recolhimento por não ter destino para os animais.

O SR. JAMIL MURAD – Mas o poder público municipal poderia expandir os locais de colocar animais?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Assim, o Conselho, a posição do Conselho é de que deveria sim retomar ao que era antes, à prática da eutanásia. O Conselho é favorável à prática da eutanásia, justamente porque você mantém animais presos sem condições de higiene e alimentação, mas têm vários animais presos no mesmo local, é considerado mais maus tratos do que a própria eutanásia em si, em que o sofrimento dele é diminuído.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dê-me um aparte, por favor, Vereador? A senhora é favorável à eutanásia mesmo em animais saudáveis?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Eu acho que eles têm de ficar destinados à adoção, mas quando não é possível a realização, se não tiver um local adequado para ele viver com uma condição adequada, com espaço e com alimentação, ele vai sofrer muito mais se não tiver a eutanásia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O não ter o lugar adequado, o poder público não está oportunizando esse local adequado.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Exatamente.

P – Se ele criasse vários locais, abrigos transitórios e fizer campanhas de adoção, sem dúvida alguma...

R – Com certeza, com a castração, não precisaria da eutanásia. Se tiver local adequado para manter esses animais.

P – Então a senhora é favorável à eutanásia, primeiro cumprindo os abrigos transitórios, os programas de doações, aí sim, você poderia...

R – Isso, tem de ter um programa todo em volta disso, não é?

P – É um absurdo, quer dizer, a gente sacrificar animais saudáveis na cidade de São Paulo.

R – É, o que a gente pensa sempre é minimizar o sofrimento deles. Se for para manter 200 animais presos num local onde cabem 50, ele vai sofrer muito mais do que se ele for eutanasiado. Então, assim, tem de ter um programa todo em volta, que envolva castração, que envolva um local adequado para eles ficarem, alimento para todos, para que eles não sofram.

P – E esses programas que a senhora acaba de dizer, estão sendo feitos na cidade de São Paulo?

R – Não tenho conhecimento.

P – Mas a senhora é do Conselho Veterinário, a senhora não sabe?

R – Então, não chegou nada para a gente, assim, de projeto nesse sentido.

P – A senhora não sabe se tem um programa nesse sentido?

R – Não sei.

P – Não sabe. Agora, quais são as atribuições do Conselho?

R – Então, a atribuição do Conselho é, principalmente, fiscalizar o exercício profissional do veterinário.

P – Só o exercício profissional?

R – É o que acontece é assim: o Conselho, ele fiscaliza o que? Empresas que são relacionadas à área veterinária. Por quê? A gente quer que as empresas, o ideal é que as empresas não tenham veterinários responsáveis técnicos que se responsabilizem pela saúde pública.

Então, assim, o local que tenha um veterinário responsável, ele vai tomar os cuidados necessários para que, por exemplo, uma carne contaminada não chegue à população, um leite contaminado não chegue. Então, tem todo um histórico de como tem de ser a produção animal, essas coisas, é um exemplo, né, para proteger a sociedade. Então, a gente fiscaliza não só os veterinários, mas as empresas relacionadas à profissão para que mantenham veterinários como responsáveis.

O SR. JAMIL MURAD – É comercializado carne aqui em São Paulo sem a fiscalização? Abatimento de animais?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Esse é um grande problema que a gente enfrenta. Porque assim, têm os níveis dos serviços de inspeção, né? Então, o serviço de inspeção federal, para quem comercializa entre países ou entre estados. O Estadual para quem comercializa dentro do estado e entre cidades, mas no Município, um estabelecimento que só produz dentro do Município, tem de ser pelo serviço de inspeção municipal. E isso não tem aqui em São Paulo, o serviço de inspeção municipal. Então acaba tendo mesmo muito estabelecimento clandestino, muita carne ou outros produtos de origem animal sendo comercializados sem fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Concede-me um aparte? Vocês têm algum contato com algum veterinário da Covisa, já que fazem a fiscalização de alimento, de procedimentos?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Tem. A gente tem uma comissão técnica de alimentos no Conselho e tem a Dra. Sueli, se não me engano, é Sueli Stringari, sobrenome, que ela é presidente da comissão. Eu não tenho assim, muito contato porque eu não participo de todas as reuniões das comissões, mas tem a comissão técnica de alimentos sim no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E aí que vocês têm contato com a Covisa?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – É. Não, porque na verdade ela está lá representando os veterinários. Ela não está como representante da Vigilância.

P – Sim, mas vocês não mantêm contato com a Covisa para saber procedimento, aconteceu isso, aconteceu aquilo, vocês não têm nenhum contato?

R – Não, porque assim, as discussões nas comissões são sobre resoluções que o Conselho faz. Então ela vai lá para a gente elaborar resoluções para normatizar o que os veterinários fazem no modo geral dos veterinários, não para conversa entre os órgãos. Ela não está lá como representante da Covisa e sim como uma médica veterinária.

P – Sim, mas quando vocês vão fiscalizar algum local, algum manuseio de alimentos que vocês vêem que está impróprio, vocês não chamam ninguém da Covisa para interferir?

R – A gente encaminha ofício diretamente para a Covisa.

P – E, geralmente, quer dizer, quantos casos, nesse sentido, teve por exemplo, o ano passado.

R – No ano passado, a gente encaminhou 82 casos para a vigilância. Foram 81, mas a gente encaminhou direto para as Subprefeituras, que normalmente a gente já encaminha para a área que a gente encontrou o problema.

P – A senhora tem como encaminhar cópia desses 80 e...

R – Tenho. São 82. Ah, desculpa, foi em 2008. O ano passado, para a Covisa, especificamente, 143 ofícios.

P – Está bem, a senhora pode mandar o de 2008 e 2009?

R – Posso.

P – Esse ano já mandou algum?

R – Esse ano, não, ainda não.

P – Ainda nada. Se puder mandar, agradeço?

R – Tá.

P – E qual foi o retorno da Covisa?

R – O retorno é baixo, a gente não sabe se está sendo tomada providência ou se somente a gente não teve o retorno disso, porque isso acontece, na verdade, com vários, na maioria dos Municípios que a gente manda.

P – E 2007, quantos tiveram?

R – Oitenta e dois e foram direto para as Subprefeituras, para a Covisa não foi nenhum.

P – E 2006?

R – Em 2006, não peguei, porque assim a gente pegou da gestão atual, do presidente atual.

P – Está bom, então a senhora mande de 2007 até hoje, por favor, todos os encaminhamentos, tanto à Subprefeitura, quanto à Covisa.

R – Tá. Só uma observação, nem todos esses ofícios são no sentido de produtos de origem animal, alguns são sobre funcionamentos irregulares de *pef shops*, essas coisas.

P – Sem problema. Obrigado pela participação.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sr. Relator, me concede um aparte?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - É só para entender um pouco a lógica do processo de fiscalização do Conselho. O Conselho tem a responsabilidade de fiscalizar abatedouros, matadouros, frigorífico, curtiúmes, fábricas de conserva de carne, de banha e gordura animal para certificar a presença de um médico veterinário conforme Resolução 592, de 26 de junho de 92, amparada pela Lei Federal 5.517, de 23 de outubro de 68, que constituiu o Conselho.

Portanto, a gama de fiscalização do Conselho é a identificação do profissional responsável por aquele abatedouro, ou no caso que a gente está falando aqui, do abatedouro, do matadouro, do curtiúme, da fábrica de conservas. Então, na realidade, o que o Conselho vai verificar é se tem um médico veterinário responsável e não tendo, qual o procedimento do Conselho?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Então, o Conselho é assim, ele verifica se tem veterinário responsável, se não tiver, a gente faz uma autuação para poder obrigar esse estabelecimento a ter o veterinário lá e também encaminha para a Prefeitura, para o Ministério, dependendo do órgão que for responsável para o problema encontrado, se forem encontrados problemas, para tomar providências, assim, sanitárias que a gente consegue fazer autuações para manter o veterinário. Mas se a gente chega lá e vê uma coisa absurda acontecendo e não tem um veterinário para a gente cobrar isso dele, a gente encaminha, por esse motivo, justamente para poder os órgãos sanitários tomar providências.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Dentro desses casos apurados pelo Conselho, de 2007 a 2009, mais de 300 casos, algum desses absurdos foram encontrados no Município de São Paulo?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Foram, foram encontrados, a gente já encontrou, principalmente, comercialização... É assim que, na verdade, são muitos problemas, então a gente não sabe medir o que é mais grave que o outro, mas acontece de ter maus tratos. É que a gente acabou com os abates de aves, teve a Legislação Municipal, então a gente não está encontrando mais abatedouros de aves, mas muitos casos de maus tratos, falta de higiene e muita falta de higiene, carnes expostas ao sol em feiras, então isso acontece bastante.

P – E nestes processos, a maior parte deles, você ainda tem um veterinário responsável ou neles você não tem o veterinário responsável?

R – Na maioria não tem.

P – Então, na realidade, quando se identifica a ausência do médico veterinário é quando se verifica as ocorrências acessórias a ela, carnes expostas ou maus tratos aos animais.

R – É, não só isso, mas todo o processo de produção, desde a hora do abate do animal até a hora que o produto sai para ser comercializado no varejo, ele tem

de ter toda uma fiscalização do veterinário durante todo o processo lá.

P – Sim, mas a pergunta é: essa ocorrência de anomalia, ela é com a presença de um veterinário responsável ou sem a presença dele? Por que tem duas coisas distintas. Imagina a gente chega lá num abatedouro e não tem o veterinário responsável, portanto o que faz o Conselho é identificar a ausência e, possivelmente, prestar alguma ação de punição a aquela empresa por não ter o veterinário.

Tem outra que é com a presença deste profissional, você ainda tem. Então, o que eu queria com um pouco de informação, é: com a presença do médico profissional, técnico daquele estabelecimento - seja a finalidade dele, seja um apicultor, seja lá fábrica de ração - com a presença do médico veterinário, quais as anomalias que vocês têm reconhecido de 2007 para cá e quando é ausente o médico veterinário, qual é essa anomalia?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO - Então, normalmente, a maioria... É difícil a gente encontrar algum com um médico veterinário. O pessoal ainda tem, principalmente os comerciantes, os produtores têm uma... Aquela ideia de que veterinário cuida de clínica veterinária. Então, eles não sabem, muitos não sabem - é por desconhecimento mesmo - de que tem de ter um veterinário responsável. Em alguns municípios é até interessante, porque a gente vai... A própria Prefeitura tem leis que obrigam ter um veterinário. Então, já é mais tranquilo. É bem mais difícil a gente achar anomalias nesse sentido de coisas graves. Mas, quando não tem o veterinário, principalmente... O principal é higiene e problema no processo de produção e é bastante.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Obrigado, relator.

O SR. JAMIL MURAD - Obrigado. Existe número de veterinário suficiente para funcionar aqui em São Paulo?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO - Existe. Existe porque é assim: a gente está com inscrição no estado de São Paulo, mais ou menos de dois mil veterinários por ano e a maioria das universidades está em São Paulo.

P – E a cobrança de existência de veterinário, além do Conselho cobra, não é? Mas, o Poder público reage positivamente agindo no mesmo sentido, cobrando das empresas que tenham veterinário?

R – Não.

P – Que não funcione sem veterinário?

R – A gente tem muito pouco apoio nesse sentido. Assim, algumas cidades têm isso, em supermercados.

P – E aqui em São Paulo?

R – São Paulo não. São Paulo não...

P – Vocês têm tido bom apoio ou não?

R – Não, não tem.

P – Não tem?

R – Não tem justamente por falta de amparo legal mesmo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor me concede um aparte? Quais cidades que têm uma legislação que...

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO - Se não me engano, Franca tem. Eu não tenho certeza.

P – Bom, mas só Franca?

R – Eu não tenho certeza. Eu tenho que puxar que são muitas cidades. A gente fiscaliza o Estado inteiro. Então, para a gente fica meio complicado lembrar de todos assim.

P – Depois a senhora pode remeter para nós?

R – Posso. Posso, sim.

P – Quais que têm essa obrigatoriedade do designado?

R – Muitas delas têm até em comércio varejista. No de Franca têm em açougues. Quer dizer, eu falo isso porque quando os nossos fiscais vão, eles acabam encontrando uma realidade diferente. Então, eles voltam e falam: "Nossa, a gente foi em Franca e fomos em açougue e tem o certificado de regularidade lá, tem o veterinário". Então, a realidade já é outra totalmente diferente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Pela ordem, relator.

O SR. JAMIL MURAD - Pois não.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Só para aqui tentar contribuir. O Conselho acha necessário em todo açougue do Município de São Paulo ter um médico veterinário responsável? Só para entender esse encaminhamento. Você falou que a lei é boa. Mas eu preciso saber do Conselho se este é um conselho que vocês estão dando ao Parlamento de São Paulo.

Vamos imaginar que todo o açougue de São Paulo, seja ele dentro de supermercado ou fora de supermercado, a partir de uma Lei Municipal passará a obrigar ter um médico veterinário. Estou tentando entender o conselho do Conselho. A lei é boa para Franca, a lei é boa porque o Conselho reconhece que ela consegue produzir um efeito favorável ou as outras medidas de vigilância sanitária tomam a presença de um médico veterinário dentro de um açougue não obrigatória? É um pouco para a gente entender a importância da lei e a eficiência dela e o resultado prático.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO - É. Mais importante que se tenha um veterinário no processo de produção. Então, é até onde produziu e a carne chegou ao açougue. O grande problema é que no açougue tem muita manipulação. Então, não tem quem garanta que aquela carne que chegou lá foi inspecionada na origem; que a pessoa que está manipulando tem as condições de higiene; que ela sabe o que está fazendo. Então, é assim: a gente tem consciência de que não precisa ter um médico veterinário o tempo todo presente num estabelecimento desse. Mas, que ele se responsabilize, que ele fique... Que ele vá lá, que ele oriente, que tenha o nome dele lá. Não precisa ficar lá o tempo todo dentro do açougue.

O SR. JAMIL MURAD - Quer dizer, um veterinário poderia fiscalizar certo número de estabelecimentos e não em cada estabelecimento ficar o dia todo um profissional.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO - Não, não. Isso é feito até com os outros tipos, como por exemplo, casa de ração que não tem necessidade de ficar o tempo todo o veterinário lá.

P – Exato.

R – Mas ele é responsável 24h por dia.

P – Quando vocês acionam a Covisa, informando-a... Ela informa as providências que foram tomadas para vocês, para o Conselho?

R – Não.

P – Vocês informam: olhem, não tem veterinário ou tem irregularidade de funcionamento em tais estabelecimentos. Eles respondem ao Conselho as providências que eles tomaram?

R – Normalmente, a gente não recebe resposta. Quando a gente recebe alguma resposta é quando a gente solicita fiscalização em *pet shops*, que daí a vigilância responde informando que não é competência da vigilância fiscalizar esse tipo de estabelecimento. Então, quando a gente recebe resposta, normalmente é negativa.

P – Na sua opinião, houve alteração na fiscalização depois que municipalizou a Covisa, a vigilância? Tem alguma mudança? O comando era do Estado, aí municipalizou uma parte da atividade.

R – É, eu acredito que apesar de estar longe de ser o ideal, eu acho que teve uma melhora, porque é assim: o Estado acha que realmente dava menos conta do que dá a Covisa. A gente vê, infelizmente, que às vezes, as coisas acabam não sendo prioridade. Então, muitas vezes as pessoas têm ideia de saúde pública, saúde pública humana e esquecem dessa parte todinha que é a área veterinária, que é de ter os produtos de origem animal que são fontes de transmissão de doenças. Até queria fazer uma observação. A maioria desses ofícios que a gente enviou, tanto para a Covisa quanto Subprefeitura, um dos maiores problemas que a gente encontra em São Paulo é a falta do CNPJ na empresa. Então, é assim: a gente vai numa empresa, a empresa não tem CNPJ, a gente não consegue fazer a autuação. Então, a gente nem consegue autuar por não ter veterinário. Então, a gente tem de encaminhar para cá para poder tomar providências com relação à abertura de firma.

P – Então é comércio clandestino?
R – Comércio clandestino. Não só de produtos de origem animal, mas de tudo: *pet shops*, casas de ração.
P – Foi amplamente divulgado pela imprensa inúmeros casos de diarreia, vômitos que atingiram o estado de São Paulo e...(Pausa) Ah, desculpem, era outra...
(Pausa) O Conselho tem recebido reclamação dos seus associados com relação a essas fiscalizações?
R – Normalmente recebem, mas poucas são formais. Normalmente, eles telefonam para lá reclamando até de outras coisas pertinentes, mas reclamando, mas não formalizam. A gente tem pouca coisa formalizada.
P – Foi feita uma Comissão de Estudos aqui na Câmara e a resolução dessa Comissão de Estudos indicava que havia péssimas condições de funcionamento dos Centros de Zoonose do Município de São Paulo. A senhora tem informação sobre isso?
R – Não.
P – Tem reclamação dos profissionais veterinários sobre o funcionamento do Centro de Zoonose?
R – Não, não tem.
P – O Conselho pode punir o infrator ou ele tem de acionar a Covisa para punir?
R – Somente se o infrator for médico veterinário.
P – Só o profissional?
R – Só o profissional. Por essa razão, a gente se preocupa tanto em colocar um profissional nos locais, para justamente a gente ter de quem cobrar.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quando não tem o profissional, qual é o procedimento?
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Então, quando a empresa é uma empresa constituída, tem CNPJ, a gente pode fazer autuação para obrigar que ela tenha um veterinário. Mas, a gente não consegue fazer uma punição para o infrator se ele estiver cometendo, por exemplo, um crime, sei lá... Um crime muito... Tiver com problema sanitário, tiver uma manipulação errada de um alimento, estiver comercializando clandestino, a gente não tem esse poder.
O SR. JAMIL MURAD – Vocês dependem da Covisa?
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – A gente depende da Covisa.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ai vocês acionam a Covisa?
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – A gente aciona a Covisa.
P – E a resposta vocês recebem prontamente?
R – Não.
P – Não recebem?
R – Não recebemos. A gente, assim... Isso não é um problema aqui de São Paulo. A gente recebe pouca resposta.
P – Esse é o maior problema de São Paulo?
R – Não. Não é só daqui, não é exclusivo. Poucas prefeituras acabam respondendo para a gente, mas muitas tomam providências e a gente não fica sabendo.
P – A senhora falou de crimes? Crimes, quer dizer...
R – Até pedir desculpas de ter mencionado o termo.
P – Não. Não há problema. Quais são as maiores faltas aqui que acontecem na nossa cidade de São Paulo ou então no Estado?
R – Então, para a gente, o maior problema na parte de alimentos de origem animal é justamente com sanidade. É justamente com carne contaminada, com manutenção errada de temperatura.
São coisas muito graves, pode até matar uma pessoa e não tem ninguém respondendo por isso.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só para concluir. Esse é o número um, mas têm outras...
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Têm outras, é. Uma coisa que atrapalha muito a gente é a falta de CNPJ nas empresas.
P – Então, falta de CNPJ. Qual é o procedimento que vocês têm?
R – Todos a gente encaminha para a Prefeitura.
P – Para a Covisa?
R – Não, esse para a Subprefeitura.
O SR. JOSÉ POLICE NETO – Vai para a Subprefeitura. A Subprefeitura que tem de lacrar.
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – A gente só encaminha para a Covisa quando o problema é sanitário, de higiene sanitária.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, mas o que não tem CNPJ e está impróprio?
R – Ai não, a gente encaminha, se forem os dois.
P – Você encaminha para os dois?
R – Se fomos ao local e eles simplesmente não tem CNPJ, mas não tem veterinário também. Ai a gente encaminha para a Subprefeitura para providenciar a abertura de firma da empresa.
P – Esses que você encaminhava que não tem CNPJ, você tem como mandar cópia para nós?
R – Tenho sim.
P – Por favor, então.
O SR. JAMIL MURAD – Sobre acidentes com cães *pit bull*, por exemplo, aqui no Município e no Estado. Estamos tratando mais do Município, mas você pode fazer um comentário sobre o Estado. Qual é a observação que o Conselho pode fazer em relação a isso?
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Então, tivemos conhecimento há algum tempo de que há um projeto de lei sobre isso no Senado falando sobre a extinção da raça, mas por meio de castração. Eles estão querendo obrigar a castração de todos os animais existentes para proibir a reprodução e ir acabando com a raça que, por si só, não é violenta, mas é muito forte e se é maltratada, realmente vira uma arma na mão do ser humano, infelizmente. Acho que o ideal seria...
P – Vocês têm noção do número de acidentes com esse tipo de animal no Estado e também no Município?
R – Não, a gente sabe que é alto e pouco relatado. Muitos acontecem e não são divulgados. O que acontece é que muita gente telefona para a gente, fala, mas na hora que falamos para formalizar, para mandar direitinho para ver quem é o responsável, as pessoas entram pouco em contato. Então, eles ligam lá e como isso não é competência do Conselho por ser animal particular, acabamos não tendo muito acesso mesmo aos números.
A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem.
Os supermercados são obrigados a terem o veterinário?
A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Hoje não.
Na verdade é assim, a Lei 5.517, que é a lei que fala da veterinária, é muito antiga, de 1968, e não é muito clara.
O que aconteceu é que a gente fiscalizava os supermercados, obrigava a ter o veterinário e os supermercados começaram a entrar na justiça falando que não precisava. Então, acabou que a justiça determinou que não precisa ter.
Hoje, não conseguimos mais fiscalizar os supermercados.
P – Hoje, não?
R – Hoje, não.
P – Há alguns anos tinha. Era obrigatoriedade de 24 horas.
R – Há supermercados que mantiveram os veterinários, principalmente os grandes. Mas o Conselho não tem mais esse poder de autuação. A não ser em casos, como citei, em que a própria prefeitura do município obtenha uma lei municipal que obrigue aos supermercados manterem os veterinários lá.
P – Aqui em São Paulo tem essa lei?

R – Não.

P – Uma boa lei para nós, Vereadores, colocamos no Município.

R – Com certeza.

P – Se nem tem nos supermercados, quem dirá nos açougues, nas casas de carnes um responsável?

R – No comércio varejista nós já perdemos todos os casos. Não conseguimos mais fiscalizar. Nos de produção, que é até mais importante, temos perdido até para outros conselhos a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espera aí, não entendi.

Vocês, no comércio varejista, perderam...

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – É, o que aconteceu, muita gente começou a entrar na justiça e acabou que perdemos o efeito.

P – Cite um exemplo de um comércio varejista.

R – Supermercados, açougues, a gente não faz mais autuação. Então, o Conselho pode até passar se tivermos uma denúncia, vamos verificar, mas não podemos atuar por não ter médico veterinário responsável técnico.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, nobre relator, só para tentar contribuir um pouquinho.

O SR. JAMIL MURAD – Pois não.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – O CRMV tem uma coluna que você assina durante um tempo que se trata do Reclame Aqui. Ali você explica um pouco os procedimentos que chegam a multa para as empresas. Explique como é que funciona esse processo de fiscalização. É um processo por denúncia? Ou é por amostragem? Como você sai do ambiente do Conselho, vai até um tal *pet shop*, reconhece que lá não tem um veterinário; ou vai até uma fábrica de ração para animais e verifica que lá não tem a presença de um médico veterinário? Qual é a rotina do conselho para identificar e, depois de identificado, qual é o procedimento para punição, aplicação de multa, seja uma ou duas multas, enfim, para a gente entender como funciona esta ação fiscalizatória do conselho.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Então, dividimos o Estado de São Paulo em regiões e começamos a fiscalizar, assim: a região de Araçatuba, a região de Prudente, fomos em cima do mapa e começamos a descer com os nossos fiscais, que eram todos aqui de São Paulo. Então, todos os fiscais eram de São Paulo, não eram veterinários, e faziam essa fiscalização de rotina.

Como vimos que estava tendo muito problema, porque até a gente retomar no local... Então, o que fizemos? A gente continua essa fiscalização de rotina, onde os fiscais vão e fazem a varredura nos municípios e, mesmo assim, a gente contratou, esse ano, dez fiscais veterinários para ficarem nas delegacias regionais e atuar em casos de problemas mais sérios. Então, quando tem algum problema de denúncia, ou algum problema de falta de higiene em alguma empresa, esse fiscal, médico veterinário, que já é um fiscal técnico, vai lá, especificamente nesse local, para fiscalizar.

Além disso, a gente recebe denúncias da população. Então, essa solicitação de fiscalização não precisa ter identificação, ela pode ser anônima, a pessoa comunica o endereço do local e a gente vai lá fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado. Só para colaborar, quantos fiscais vocês tem no Conselho?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Hoje a gente está com dez fiscais médicos veterinários e 6 de nível médio.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dezesseis?

R – Sim.

P – Para todo o Estado?

R – Para todo o Estado.

P – E é suficiente?

R – Não, não é. A gente tinha, o ano passado, mais fiscais, mas aí acabaram saindo, por motivos outros, prestando concursos locais.

P – O orçamento de vocês advém de onde? É de contribuição?

R – Contribuição dos profissionais médicos veterinários e zootecnetistas e das empresas, também.

O SR. JAMIL MURAD – É uma autarquia federal, não?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – É uma autarquia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com a palavra o nobre Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA – Dra. Tatiana, em relação aos animais de ruas que a senhora relatou, e que as pessoas ficam frágeis a essas doenças, e que também a senhora relatou, que é uma deficiência de espaço físico e controle pela Zoonose. Nesta Casa, há um Vereador, que prefiro não dizer o nome porque ele não me autorizou, mandou 1 milhão de emendas o ano passado e não foi usado. Porque?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Ele mandou para onde?

O SR. MILTON FERREIRA – Para a Zoonose.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Não sei porque não foi utilizada. Assim, acho que isso é uma causa grave, tinha de ter uma atenção mais especial com isso, porque o tempo está passando, o Conselho chegou a entrar com mandado de segurança para tentar demubar essa legislação que proíbe a eutanásia, mas não conseguiu. Então, assim, está sendo um problema que está meio que sendo deixado de lado, e é algo sério.

Isso não está acontecendo só aqui em São Paulo, é que aqui acaba tendo um número maior de animais do que nas cidades menores, mas é um problema muito sério a falta de espaço e de alimentos para os animais no Centro de Controle de Zoonoses.

P – Você tem a relação sobre os pombos, que transmitem também doenças graves à população pelos fungos?

R – Não. Na verdade, nem a dos animais a gente tem uma estimativa, quando pedem para nós, a gente solicita justamente para o Centro de Controle de Zoonoses. Como cuidamos da profissão, dos veterinários, temos números relacionados aos profissionais. Quando é relacionado a animais, acionamos o próprio Centro de Controle de Zoonoses do município que a gente está fazendo levantamento, para poder fazer os estudos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só uma pergunta. A senhora disse anteriormente que, em relação a *pet shop*, vocês encontraram diversas irregularidades, encaminharam para a Covisa e a Covisa disse que não tinha competência, é isso? A senhora disse anteriormente.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – É isso. Todas as vigilâncias sanitárias estão na mesma linha, elas citam a CVS Nº 1, de 2007, que é da Secretaria Estadual de Vigilância, falando que... Tirando a competência da onde não vende medicamento controlado. Então, eles dizem que é competência da Vigilância, isso é geral, no Estado inteiro, todas as cidades respondem da mesma maneira.

P – A senhora disse que tinham fiscalizado *pet shop* e verificou irregularidades, encaminhou para a Covisa e a Covisa disse que não era competência dela? Isso que eu não entendi.

R – Não tenho informação.

P – Ou não é competência da senhora?

R – Não, não, é da Covisa mesmo.

P – A Covisa respondeu para vocês que não era competência dela?

R – É, eu não sei se isso aconteceu aqui em São Paulo também, mas sempre quando encaminhamos, falando de *pet shop*, já até meio que paramos de encaminhar, na verdade.

P – Pois é, nós estamos aqui nesse momento falando somente de São Paulo.

R – De São Paulo.

P – Nossa competência é o limite da Cidade, é só a Cidade de São Paulo.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Eu não tenho essa informação se teve de São Paulo, que realmente são ofícios demais que a gente encaminha para todo mundo, porém a gente não está mais nem encaminhando justamente pela resposta padrão que todas estão dando de que não é competência da Vigilância fiscalizar banho e tosa, *pet shop* por não comercializar medicamento controlado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas, em São Paulo já aconteceu?

R – De ter essa resposta? Eu tenho de verificar, mas quando eu for mandar os ofícios eu mando.

P – A senhora verifique e remeta, por favor.

R – Está bom.

P – Tem a palavra o nobre Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – A senhora disse que hoje o Conselho tem dez fiscais, não é isso?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – É dez médicos veterinários, que estão lotados no interior, aqui na Capital a gente tem cinco de nível médio.

P – E não é o suficiente para atender. E para atender qual seria o número de fiscais, de médicos veterinários?

R – Acredito que a gente precisaria pelo menos do triplo do que a gente tem. O que acontece é o que? A gente, como Conselho, não pode ultrapassar, o nosso salário dos funcionários não pode ultrapassar 50% do valor da receita do Conselho e a gente está gastando muito com funcionário porque o Conselho ficou muito tempo parado, porque ele ficou com intervenção judicial, então, a gente tem muito problema com informática, então, a gente precisa de muita mão de obra de funcionário e a gente está gastando muito em folha de pagamento. Então, assim, o que a gente está fazendo com o tempo é informatizando para conseguir diminuir o número de funcionários e aumentar o número de fiscais porque, senão, a gente não consegue mesmo manter essa média que é de 50% da folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Conselho é convidado ou consultado a participar das campanhas promovidas pela Covisa na área pertinente ao Conselho?

R – Não.

P – O Conselho questiona ou já questionou algum procedimento da Covisa?

R – Não, procedimento não.

P – Nunca, nada?

R – Pelo menos não me foi passado pela presidente.

P – O Conselho acha correta e eficaz a fiscalização efetuada pela Covisa aos prestadores de serviços dos estabelecimentos da área veterinária?

R – Não. Não justamente por tudo isso que eu coloquei por, muitas vezes, não, a gente não é nem...

P – Não acha correto?

R – É, a gente acha que devia ter principalmente o serviço de inspeção municipal, não é, que eu acho que acaba fugindo um pouco da Covisa, mas a gente acha que tinha de ter ou um setor de veterinária específico para ver isso ou sessão de serviços de inspeção municipal para ver os produtos de origem animal, porque hoje está acontecendo pouco isso. Acaba que a veterinária está sendo um pouco deixada de lado mesmo.

P – Então, a senhora acha que não é correto porque não há inspeção, não há profissionais suficientes para fazer a fiscalização?

R – Geralmente não têm suficientes, mas não é realizado, justamente, por não ter implantado o setor de inspeção municipal em São Paulo.

P – Não está implantado?

R – Não.

P – Em quais cidades está implantado?

R – Têm muitas cidades que estão implantados. A maioria, na verdade, muitas cidades do interior já têm. Eu fiquei surpresa quando fiquei sabendo que São Paulo não tinha, eu achava que tinha o serviço de inspeção municipal em São Paulo, porque é uma coisa muito importante, já que tem o CIF, tem o CISP e não assim o que é o Municipal. Então, acho que de todas as providências assim que eu acho que a Prefeitura tem de tomar, acho que a principal é implantar o serviço de inspeção municipal.

P – Qual a cidade que a senhora acha que é exemplar nesse sentido, hoje, no Estado?

R – A gente tem algumas leis municipais que tenho salvo na pastinha, mas não sei as cidades para citar.

P – A senhora pode encaminhar?

R – Posso encaminhar e bastantes cidades têm o serviço de inspeção municipal.

A SRA. SANDRA TADEU – O que seria a inspeção municipal?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Então, na verdade, a inspeção municipal é voltada totalmente para produtos de origem animal, então, ela não funcionaria para *pet shops*, para banho e tosa, que também é uma coisa que está carente, porém o risco que esses produtos que estão sendo comercializados em São Paulo estão levando para a população é muito grande e está faltando esse serviço de inspeção, doenças mesmo, carne, leite...

A SRA. SANDRA TADEU – Então, nós precisaríamos de maior número de veterinários, é isso?

R – Eu não sei, porque tem o número de veterinários aqui, eu não sei qual a função que cada um exerce, então, eu não sei se precisa de mais veterinários.

P – Estou perguntando para você o que seria a inspeção. O que falta é inspeção municipal? Qual é o serviço?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – É, não tem a inspeção.

A SRA. SANDRA TADEU – Como é esse serviço?

R – A inspeção, o que ela faz? Ela fiscaliza, assim como faz o Ministério da Agricultura com o SIF, todo o processo de produção de um produto de origem animal, como, por exemplo, uma carne num frigorífico.

P – Já começa no frigorífico?

R – Começa no frigorífico. Na verdade, começa na fazenda de onde vem o animal, que até isso o frigorífico é responsável. Então ele tem que ver da onde está vindo o animal, se ele é saudável, se tem alguma doença. Tem que ver todo o tratamento que esse alimento vai receber, durante toda a produção, para poder chegar no consumidor com...

O SR. JAMIL MURAD – Em São Paulo, nós estamos na contramão do que ocorre no mundo. No mundo, eles exigem cada vez mais inspeção – a origem da carne, a qualidade da carne, o controle –, senão eles...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Como a madeira.

O SR. JAMIL MURAD – Até madeira, né, senão eles interrompem a importação de carne do Brasil.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Exatamente.

P – Agora, o Município de São Paulo está o inverno. Quer dizer, o Poder Público deixa de inspecionar, deixa de fiscalizar e deixa livre o mercado, ignorando que, para a gente manter a nossa saúde, é necessário controlar a qualidade dos produtos que estão sendo comercializados aqui.

R – Com certeza.

P – Então esse depoimento que a Tatiana faz tem uma filosofia profunda, tem uma ideia de ir tirando a fiscalização e deixar livre a comercialização, mesmo que prejudique a nossa sociedade, a saúde do nosso povo.

R – Isso. Eu sempre me preocupei com isso, porque eu já trabalhei no Ministério da Agricultura com isso, com o SIF – eu trabalhava no SIF. E a gente vê que é tão rigoroso esse processo todo de produção, para nem ter o municipal. Então é uma coisa que preocupa muito, preocupa demais. Eu falo que eu sempre aconselho as pessoas a verificar se tem o selinho de inspeção federal, ou se tem o selinho do SISF, que é a Inspeção estadual, porque a municipal não existe.

P – Esse depoimento, hoje, aqui, é muito importante, porque a Câmara de Vereadores e esta CPI podem tomar providências enérgicas. Nós, depois vamos estudar na Comissão, Presidente Aurélio Miguel, as medidas que nós vamos tomar, porque não é possível a sociedade estar ingenuamente comendo produtos que podem prejudicar dessa forma.

R – Exatamente. Então assim, o Conselho, preocupado com isso, o que a gente fez também: desde o ano passado, a gente está tentando conscientizar a população; para a população cobrar isso do estabelecimento. Então a gente está orientando. Falando: "Por trás de uma carne, por trás de um leite, tem que ter um médico veterinário. Verifiquem se tem inspeção, se foi inspecionado, se o local onde está sendo comprado tem um veterinário". Então a gente está tentando

tomar a população um fiscal nosso, para poder conscientizar mesmo, porque a gente está muito preocupada mesmo com o rumo que tudo isso está tomando.

P – A Covisa encaminha os levantamentos estatísticos que ela faz? Ela encaminha para o Conselho, ou não, não tem essa relação?

R – Não. Na verdade, a gente tem pouquíssima comunicação com a Covisa. A gente teve algumas conversas com o Conselho do Paraná, e eles fazem a fiscalização em conjunto com a Vigilância Sanitária. É uma coisa muito legal o que eles fazem lá. Então é uma coisa que seria legal a gente tentar fazer essa fiscalização conjunta mesmo, do Conselho com a Covisa. Ia ser muito bom para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora disse que, na Comissão Técnica de Alimentos, a presidente é da Covisa.

R – Isso.

P – E vocês não têm uma ligação com essa pessoa, para remeter à Covisa? Um elo, uma ligação?

R – Então, a gente até teria. Normalmente, a gente encaminha diretamente. Ela está lá. Ela pode ser melhor aproveitada até. Porque, na verdade ela está lá para auxiliar a gente a fazer as resoluções, alguns projetos de lei. A gente está revendo o Decreto 40.400, que é estadual. Então a gente chama esses veterinários que têm maior experiência com essas coisas de legislação, de saúde pública, para auxiliar a gente nesse sentido. A gente não a usa como ponte entre os dois órgãos. A gente acaba enviando direto para o responsável superior que seja dela para essas providências.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem. Tem alguém da Covisa, hoje, aqui, que poderia responder algumas questões dessa área? (Pausa) Ricardo, venha aqui, só um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor, o senhor, venha à frente, aqui. Pode utilizar o microfone, à frente, por favor. A senhora pode ficar sentada, Dra Scheila; ele senta ao lado. Por favor, o senhor pode vir aqui. O senhor senta aqui, na terceira cadeira, por favor. Só se identifica, por favor.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Meu nome é Ricardo Antônio Lobo. Eu sou gerente da vigilância em produtos e serviços de interesse da saúde da Covisa. Nós aqui estávamos hoje como ouvintes da questão dos conselhos, e a gente está anotando todas as informações pedidas e as perguntas, para estar respondendo da maneira mais adequada. Eu sou uma das gerências de Covisa, como a Dra. Inês já colocou, na apresentação anterior. Eu acredito que as respostas tenham que vir de uma maneira global, da Covisa como um todo. De qualquer maneira, eu acho que qualquer dúvida que tiver, a gente pode tentar esclarecer. Algumas coisas que me deixaram apreensivos em relação aos questionamentos é aquela pergunta colocada em relação aos supermercados. Eu acho que a doutora pode até colocar, hoje diversos estabelecimentos varejistas têm, como obrigatoriedade, o responsável técnico. Alguns menores não têm, e esses responsáveis técnicos, o que acho que a doutora quis colocar dos conselhos, é que não necessariamente hoje, pela legislação, tem de ser um médico veterinário, mas aí tem outros conselhos que também têm os seus responsáveis, que é o Conselho de Nutrição e assim vai outros conselhos, que a doutora pode dizer melhor do que eu, inclusive, que pode ser responsável técnico. Então, assim, não significa que um estabelecimento não tenha responsável técnico. O que ele pode não ter, eu imagino que é isso, ter o responsável técnico da área de medicina veterinária. Essa é uma grande discussão, em relação à categoria profissional que deve ou não ser responsável.

A SRA. SANDRA TADEU – Bom, Ricardo, a minha pergunta é o seguinte: a Covisa...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor é veterinário?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Não, não. Eu sou médico infectologista.

P – Médico infectologista.

A SRA. SANDRA TADEU – Não, mas ele é da área.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Eu tenho, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, não, tranquilo. Só queríamos saber a formação.

A SRA. SANDRA TADEU – A minha pergunta é o seguinte: "Como nós, aqui no município, não temos essa inspeção, como ela disse, o município tem a origem de onde vem essa carne, por exemplo, que é vendida aqui, na capital? A gente tem esse controle?"

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Então, durante as inspeções sanitárias, nós verificamos a origem dos alimentos.

A SRA. SANDRA TADEU – Só na inspeção?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Durante as inspeções sanitárias, a origem. A origem, como a própria doutora colocou, o SIM, que seria o serviço municipal, que, em outros municípios pode, já existe, ela pode até complementar em relação a isso, de quem é a competência dessa fiscalização. Na maioria desses estabelecimentos não é da Coordenação de Vigilância em Saúde e nem da Vigilância Sanitária. São órgãos federais, que é o SIF, que é o Ministério da Agricultura. Quando ela coloca essa deficiência do município em relação ao Serviço de Inspeção Municipal, eu acredito que ela pode complementar, em relação a que tipo de órgão. É a Covisa responsável por isso ou um outro órgão? Eu passaria a pergunta, até para ela responder.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – O responsável é a Secretaria da Agricultura. O SIF é o Ministério da Agricultura, o Sisp(?), que é o estadual, é Secretaria da Agricultura. Então, é sempre ligado à Agricultura e não à Vigilância Sanitária.

A SRA. SANDRA TADEU – Por exemplo, vamos supor: eu gostaria de marcar com a Covisa para nós fazermos uma inspeção em alguns lugares, e aí a gente vai constatar a origem. Vai estar especificado, nesse estabelecimento, a origem desse alimento, dessa carne?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Durante a fiscalização dos estabelecimentos é verificado nota fiscal de compra, Selo de Inspeção Federal e Estadual, que, para o município, por não ter o serviço de inspeção municipal, esse selo não vai poder ser municipal, mas ele tem de ser estadual ou federal. E lembrem, é outro órgão que fiscaliza. No caso aqui, Secretaria de Agricultura. Essa é a diferença. Nós fiscalizamos a origem do varejista, mas quem carimba esse alimento de origem animal acaba sendo o Ministério da Agricultura hoje.

A SRA. SANDRA TADEU – Mas se nós tivéssemos essa inspeção, aí sim, a gente teria esse poder.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Não, quando ela diz da inspeção municipal, ela pode complementar melhor que eu, mas quando ela diz a inspeção municipal é que se, por acaso, o município tivesse o Serviço de Inspeção Municipal, poderia ter estabelecimentos que realizam o abate e a produção desse alimento aqui, no município, mas, ainda assim é o Ministério da Agricultura. O Serviço de Inspeção Municipal seria um órgão municipal do Ministério da Agricultura, mas ela pode complementar em relação a isso, que acho que é mais adequado.

A SRA. SANDRA TADEU – Mas, Ricardo, não está errado isso, se eu não sei de onde veio essa carne, se eu não sei de onde veio isso?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa eu só, deixa eu só... Quando você tem todo o alimento, tem lá o SIF.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – SIF é federal.

P – Então, mas não é ele que controla?

R – Exatamente.

P – Então, aí vem o selo do... Tem o selo.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – É isso que eu estava explicando aquela hora. Quando é federal, o que eles cuidam? O que é comercializado, no Brasil inteiro, e para exportação. Quando é o estadual, é o que é no Estado, e o municipal é só no município. Então, por exemplo, eu tenho um abatedouro aqui, eu produzo carne, mas não posso comercializar para Guarulhos, porque eu tenho só o Serviço de Inspeção Municipal.

A SRA. SANDRA TADEU – Bom, mas aí vai ter um carimbo.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Vai ter um carimbo. Isso que eu estou falando. Já é feito...

P – Aquela pessoa que vende a carne aqui de São Paulo, que comprou aqui, em São Paulo, se tiver lá, no açougue ou no...

R – É, se ela não comercializar para outra cidade, ela teria que ter um registro só municipal. Então, ela não precisaria ter o estadual, e aconteceria de ter menos esses, justamente comércios clandestinos que têm por aí, de...

P – Então, mas como é que a Sanitária, a Covisa vai poder fazer esse diagnóstico após uma fiscalização?

R – Então, na verdade...

P – A Covisa nunca vai poder ter esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa eu só...

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – É que ele estava falando. Eu também entendo que isso não é competência da Vigilância Sanitária. Eu acho que isso é Secretaria da Agricultura mesmo, municipal, mas é mais um órgão voltado para a Agricultura.

A SRA. SANDRA TADEU – Então, não vai ter nunca a procedência da carne então?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – Tem. Não, os que têm, é serviço de inspeção, tem a origem do alimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas, vamos lá então. Eu, eu vou lá, no Carrefour, o Carrefour recebe a carne, viu, Sr. Ricardo, recebe a carne de um frigorífico. Quer dizer, tem a origem da carne. Vem lá um meio boi. Não é isso? É dessa forma que, às vezes, vem. Tem o SIF lá, tem o SIF lá. Está carimbado, não sei de que forma é o procedimento, se é um selo, tal. Aí essa carne, vai lá o cliente compra um quilo de alcatra, que é embalado. Quem garante que aquela carne é daquela carne que tem aquele SIF? Quem garante? Eu pergunto para os dois.

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELÚCIO – É justamente... É por isso que a gente gostaria que tivesse um veterinário lá, para ver esse controle.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor entendeu, Sr. Ricardo?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Sim.

P – Quer dizer, vem uma carne, vem lá o frigorífico e entrega vinte bois, vinte carcaças lá no Carrefour. Ele começa a dividir essa carne. O SIF só veio para a carne. Agora, quando começa a embalar, não tem lá mais SIF.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Então, eu vou pedir permissão...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se nós não tivermos um controle municipal, a gente descaracteriza e começa entrar clandestino, entra tudo o que você quiser.

R – Sim, mas aí ela não está querendo dizer do SIM. O SIM, que é o Serviço de Inspeção Municipal, é para produção municipal de carne.

P – Porque aqui, na cidade tem muito pouco.

R – Exato.

P – Se tiver ainda. Não sei se tem, muito pouco.

R – Eu vou pedir permissão, para passar para a subgerente de alimentos, que é a Dra. Ivani...

P – Mas eu só vou pedir antes para o senhor ler o termo de compromisso.

R – Claro, claro.

P – Nós vamos passar também para a doutora.

R – Sim. "Ricardo, eu, Ricardo Antônio Lobo, convidada para..." Na verdade, eu não fui convocado, mas a partir de agora, eu estou convidado.

P – Como o senhor estava presente, o senhor está convidado.

R – Sem problema. "... para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, para Averiguar e Apurar Eventual Deficiência no Desempenho das Competências Outorgadas à Coordenação de Vigilância e Saúde, Covisa, Especificamente no que Tange à Comercialização e Manipulação de Produtos Cosméticos, Alimentícios, Farmacêuticos, Serviços de Saúde e Substâncias de Interesse da Saúde, processo RDP número 08-46/2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal, e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. 30 de março, Ricardo". Eu vou passar para a Dra. Ivanize. A gente vai tentar esclarecer a questão das competências em relação a serviço municipal de inspeção, que é o Ministério da Agricultura, e serviço de inspeção de Vigilância Sanitária, de estabelecimentos de interesse da Saúde. Dona Ivanize, por favor.

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Bom dia a todos. Prazer em retomar aqui. Eu preciso ler o compromisso, Vereador?

A SRA. SANDRA TADEU – Precisa.

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – "Eu, Ivanize Segala de Araújo, convidada a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, para Averiguar e Apurar Eventual Deficiência no Desempenho das Competências Outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde, Covisa, Especificamente no que Tange à Comercialização e Manipulação de Produtos Cosméticos, Alimentícios, Farmacêuticos, Serviços de Saúde e Substâncias de Interesse à Saúde, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal, e artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei sobre a matéria enfocada".

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu peço também para a Dra. Tatiana, se puder, que faça a leitura também do termo de compromisso, por favor.

A SRA. TATIANA FERRAZ DE SILVA PELÚCIO – "Eu, Tatiana Ferraz de Silva Pelúcio, convidada para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, para Averiguar e Apurar Eventual Deficiência no Desempenho das Competências Outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde, Covisa, Especificamente no que Tange à Comercialização e Manipulação de Produtos Cosméticos, Alimentícios, Farmacêuticos, Serviços de Saúde e Substâncias de Interesse da Saúde, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada".

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Desculpe eu sair da sala uns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só se identifica.

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Dra. Ivanize. Eu estou da Vigilância Sanitária de Alimentos. Sou médica veterinária, formada pela Universidade de São Paulo há quase trinta anos.

Eu queria só pontuar algumas coisas a respeito da legislação municipal. Preocupou-me um pouco a fala da Sra. Tatiana, desconhecendo a legislação municipal no que tange à responsabilidade técnica de estabelecimento de alimentos no Município. Eu gostaria de esclarecer que nós temos uma legislação municipal, de que eu já falei na semana passada, de alimentos e bebidas - depois, eu gostaria de esclarecer o "bebidas" ao Vereador - que exige a responsabilidade técnica em estabelecimentos comerciais de alimentos. São Paulo é considerado pioneiro nessa matéria. Nós exigimos pelo porte do estabelecimento. Então, eu vou dizer para a senhora que os supermercados, pelo porte, exigem responsáveis técnicos. Não é exigido, justamente em função do porte do estabelecimento, para pequenas e micro empresas - para a gente não sobrecarregar, também, o pequeno e microempresário muitas vezes com a sobrecarga de um valor - um responsável técnico. Para supermercado é exigido...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Açougues têm responsável veterinário?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Dependendo do porte do estabelecimento, sim.

P – Mas eu digo...

R – Desculpe, posso completar? O senhor estava me falando a respeito da procedência da carne etc. Eu gostaria de esclarecer que quando os agentes de fiscalização, os fiscais... Não vou usar o termos "fiscais", vou usar o termo correto, "autoridades sanitárias", que são todos os profissionais de nível superior, graças a Deus, no município de São Paulo. Eles procuram verificar a origem dessa carne. Pode haver, realmente, infelizmente, a comercialização de alimentos clandestinos? Sim. Mas, durante o processo de fiscalização, preocupa-se bastante com a origem do produto.

O senhor questionou se ao fatiamento, se, ao se fatiar o produto, isso pode acontecer. Infelizmente, pode acontecer; mas, normalmente, quando o senhor tem a origem, consegue-se bater por notas fiscais. O produto está entregue naquele dia, pelo frescor da carne se consegue ter uma rastreabilidade.

O que é importante, principalmente em mercados? Mercados não desossam carne. Normalmente, até por uma questão de logística de mercado, as carnes já vêm preembaladas. Elas são fracionadas.

P – Eu comprei já no Pão de Açúcar Morumbi, porque eu moro ali perto. Eu vou lá e peço dois quilos de alcatra. Ele vem com uma peça desse tamanho e corta na minha frente.

R – Desculpe, Vereador, eu falei que não havia a desossa da carne. A carne vem preembalada...

P – Sim, mas desossar e cortar, para mim, é a mesma coisa. Por quê? Porque ele veio com uma peça que tem um SIF. A partir do momento em que ele cortou aquela peça e desmembrou, acabou o SIF.

R – Por isso é que nós exigimos dos supermercados e estabelecimentos de grande porte um termo, que é um procedimento operacional padronizado, em que o

senhor consegue fazer a rastreabilidade do produto. Como a doutora colocou muito bem, a importância de um produto de origem animal de qualidade é desde a produção até o consumo final. Então, há necessidade de se fazer o rastreamento do produto. O produto, quando chega, tem que ter a origem e se saber realmente... Quando acontece um problema para o consumidor final, a gente tem que saber de onde veio essa carne – como qualquer outro tipo de produto – para se conseguir fazer a rastreabilidade do produto. Então, quando há o fracionamento, há sempre a questão de quem é o fornecedor, de procurar se identificar esse tipo de situação. Pelo menos tentamos fazer isso.

P – Mas aí é que está a fragilidade do processo.

R – Infelizmente, a única maneira de se corrigir isso totalmente seria todo mundo comprar a peça embalada do frigorífico. É a única maneira nesse sentido, mas a gente procura fazer o procedimento em que haja rastreabilidade.

O SR. JAMIL MURAD – Eu queria dar ciência, à Comissão e aos senhores, dessa reportagem do jornal *Agora*, de 29-10-2009: "Carne vencida era servida em hospital e escola. A Polícia Civil fechou ontem um frigorífico que armazenava mais de 30 toneladas de carne com validade vencida ou prestes a vencer. O alimento era reembalado com datas de validade falsas e vendido para hospitais, creches, escolas e penitenciárias de São Paulo e mais dois estados. O frigorífico ficava na rua João Graeber, 164, no Parque São Lucas - zona leste de SP. No local havia carne bovina, suína, de peixe e embutidos em cinco câmaras frias repletas de sujeira e bolor. Havia alimentos armazenados sem refrigeração em corredores. (...) A reportagem encontrou no frigorífico peças de carne com validade vencida há um ano e meio que haviam recebido novo prazo de validade datado de janeiro de 2010."

Aqui em São Paulo, na Rua João Graeber, 164. A CPI é para ver isso. Uma coisa são as autoridades instituídas, que dizem: "Estamos organizados e as coisas estão funcionando bem"; outra coisa é usarmos a CPI para ouvir a sociedade, e repercutir, e buscar a verdade que vem da sociedade. A sociedade alerta: "Está acontecendo isso, não está tendo vigilância". Estamos nos apoiando, querendo ouvir o Conselho Regional de Medicina Veterinária, e a Dra. Tatiana veio contribuir, colaborar com a CPI. Isso mostra que a exposição dela tinha fundamento; porque, se não tivesse fundamento... O próprio Governo do Estado, através da sua Polícia Civil, foi que detectou 30 toneladas, distribuídas para creches, hospitais, de carne que foi reembalada e era do ano passado. Quer dizer: que fiscalização é essa que está ocorrendo? Onde?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com a palavra, o Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Eu queria perguntar para o Ivanise e para o Ricardo o seguinte: vocês estiveram aqui na última terça-feira e disseram que os recursos humanos da Covisa são insuficientes. Nós sabemos disso. Minha pergunta é a seguinte: como são as inspeções que vocês fazem? Elas são programadas, agendadas, ou através de denúncia?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Permita-me, Vereador, só tentar responder a pergunta do Dr. Jamil em relação ao frigorífico. Eu até passaria a resposta dessa situação para a Dra. Tatiana, que já foi do MAPA, inclusive, e poderia responder sobre a competência em relação à fiscalização de frigoríficos em todo o País. Só esta primeira colocação: acho que ela poderia responder para a gente em relação ao frigorífico.

Respondendo à mesma pergunta do Dr. Jamil e do Vereador Zelão em relação à situação da fiscalização no Município. Nós temos a fiscalização no Município sendo realizada por profissionais, hoje, de nível superior da área de saúde. A maioria dos nossos técnicos ficam hoje na categoria profissional – aquilo que nós encaminharemos ao senhor – de médicos veterinários, no setor de alimentos, também outros profissionais de saúde, que envolve nutricionistas, engenheiros alimentares e assim por diante, basicamente na situação de alimentos.

Isso é feito de diversas formas. Denúncia é algo muito focado na questão da Vigilância Sanitária, porque nós já havíamos feito estudos, desde o Início da Vigilância, em 2004, quando, na investigação epidemiológica de estabelecimentos denunciados, estabelecimentos que pediram cadastro ou estabelecimentos que são fiscalizados por programa, quantos deles estavam satisfatórios ou não. O que a gente verificou na investigação epidemiológica desses casos é que realmente os que tinham mais problemas eram os denunciados. No momento em que a gente racionaliza a ação, não podemos abrir mão de nenhum dos focos – nem por programação, nem por cadastro, nem por denúncia. Mas a denúncia, não há dúvida de que, na investigação epidemiológica, ela aparece com maiores problemas. Hoje nós focalizamos basicamente, no comércio varejista de alimentos, nas denúncias, mas também nos programas daqueles que merecem uma inspeção mais de perto, principalmente os grandes estabelecimentos. Então, a gente utiliza as três formas que o senhor colocou: a programação, o cadastramento e as denúncias. Não há dúvida.

P – A cidade de São Paulo, por exemplo, tem centenas de feiras livres. E dentro das feiras livres há disputa pelos espaços: quem vende carne bovina, carne de porco, carne de frango, essas coisas. Nós sabemos que em quase todas têm lá o comércio clandestino, mas o que não é clandestino, o que é legalizado, quem é que fiscaliza? É a Semab, é a Covisa? Quem fiscaliza? Bom, essa pergunta eu estou fazendo para a Covisa.

A SRA. IVANISE SEGALA DE ARAÚJO – Inicialmente, respondo ao Vereador Jamil a respeito desse caso que o senhor citou. Com a própria competência, como a Dra. Tatiana falou, quando existe um comércio ou uma atividade que tem caráter interestadual, a competência é da Vigilância ou da Secretaria de Estado da Agricultura. Esse estabelecimento em foco que o senhor citou era um estabelecimento sob vigilância do Estado, da Secretaria de Estado da Agricultura. Nós acompanhamos a ação, nós fomos chamados para atuar junto, mas não era o estabelecimento que estava sob competência municipal.

Como ele fazia essa manipulação de alimentos, manipulação de produtos caros e fazia o comércio interestadual – inclusive, várias prefeituras de outros municípios compravam esse tipo de alimento –, quem atuou, quem fez a ação fiscalizadora com a lavratura dos Autos de Infração foi a Secretaria de Estado da Agricultura. Nós deslocamos uma equipe técnica para dar suporte, para ajudar o pessoal da Secretaria de Agricultura, mas foi uma ação do Estado. Só para classificar nesse sentido e até para esclarecer. Foi uma situação bastante complicada encontrada e a Secretaria da Agricultura tomou as medidas administrativas, e o nosso pessoal acabou acompanhando a fiscalização. Só para esclarecer nesse sentido.

- Manifestações simultâneas.

O SR. JAMIL MURAD – Só uma questão, Vereador. Semana passada nós questionamos um decreto que liberava o estabelecimento sem inspeção prévia. Muito bem. Esse estabelecimento, esse grupo de empresas, por informações que temos da nossa assessoria – inclusive consta da reportagem –, foi autuado quatro vezes pela Vigilância e mudava. Como não precisa inspeção nenhuma para funcionar, continuava funcionando irregularmente, cometia o mesmo crime. Então, mostra que a legislação feita pela Covisa está errada. Está aqui a prova. Quer dizer, libera dispensando a inspeção e os prejuízos ficam com a sociedade.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Tentando responder ao questionamento, em relação ao cadastramento, não necessariamente com inspeção prévia, que é o que o decreto coloca, isso a gente tem para diversos CNAEs, que são atividades econômicas, mas eu volto a insistir que esse tipo de estabelecimento, frigorífico, não é de competência municipal. Então, não há dúvida de que nem cadastramento conosco ele deveria ter.

P – Não, doutor.

R – Eu só estou colocando a informação.

P – Sim, mas o que eu quero dizer...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espere aí, se funciona no Município de São Paulo tem de ter licença. Desculpe-me. Ele tem de ter licença e o senhor me fala um absurdo desses.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Volto a dizer...

P – Então, corrija, por favor.

R – Não é questão de corrigir, é questão de esclarecer em relação à licença e ao Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde. Alguns estabelecimentos no Município de São Paulo precisam de licença de funcionamento da Subprefeitura e precisam do Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde. Não é o caso desse frigorífico. Imagino, sim, que ele precisaria de licença para funcionar, como em qualquer outro no município, mas não o Cadastro Municipal da Vigilância em Saúde, porque ele não é um estabelecimento por nós organizado quanto à fiscalização; ele é um estabelecimento dos órgãos do Ministério da Agricultura. Isso só para deixar, porque existem diversos estabelecimentos que têm licença de funcionamento na Prefeitura de São Paulo, mas não cadastro conosco.

Agora, em relação ao cadastramento no Município de São Paulo, quanto a Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde, o que nós temos é uma vasta gama de estabelecimentos que, sim, precisam de cadastro conosco. Alguns, sim, recebem cadastramento prévio, tipo publicação, e inspeção a posteriori. Com alguns

outros, dependendo do risco, não acontece esse tipo de situação; eles recebem uma inspeção prévia, porque têm o risco mais aumentado em relação àqueles outros. No comércio varejista de alimentos, não há dúvida de que, pela demanda de quantidade de estabelecimentos, é o que mais ateu benefício com o cadastramento com inspeção *a posteriori*. Não há dúvida. Até porque, nós temos uma demanda de cadastramento no Município de São Paulo, com a desburocratização em relação às micro e pequena empresas e a outros estabelecimentos muito grande. Não tem porque ficarmos esperando a Subprefeitura licenciar um estabelecimento, porque nós já até sabemos de locais no Município de São Paulo que sem licenciamento nunca vão conseguir funcionar.

O SR. JAMIL MURAD – Mas nós não podemos nos embaralhar no jogo burocrático.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Exatamente.

P – Eu quero saber o seguinte: quais os efeitos de comer uma carne nessas condições; são crianças de creche. Essa é a questão. Quer dizer, do ponto de vista de agente público, sejamos nós nesta Mesa ou V.Sa., é um agente público. Um fala que cumpriu sua parte, outro fala que cumpriu também, e as crianças estão comendo carne desse jeito. O senhor entendeu?

R – Não há dúvidas.

P – Quer dizer, a primeira coisa que V.Sa. deveria fazer é falar que tem um buraco na legislação e isso não pode, porque um não consegue fiscalizar o outro, diz que não é sua responsabilidade e a sociedade fica desprotegida, meu amigo.

R – Eu diria que é muito sério, mas que não há um buraco na legislação em relação a essa inspeção. O que teve foi uma falha de inspeção, porque esse serviço merece uma inspeção. Provavelmente, quem foi do Ministério da Agricultura – e a Dra. Tatiana podia me ajudar – recebe um serviço de inspeção dentro desse estabelecimento; diferentemente de Vigilância Sanitária, que tem seus órgãos centrais e de Governo fiscalizando outros órgãos. O serviço de inspeção...

P – Veja, o senhor continua defendendo, mas foi fechado quatro vezes e foi reaberto. Então...

R – Mas, Vereador, em relação a isso, o que nós temos de ter? Exatamente agora, como foi feito ontem, ter chamado a Covisa e nós passar, por exemplo, para onde foi vendido todo esse alimento. Corremos atrás do comércio varejista, mas, realmente, a fiscalização desse estabelecimento...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu vou ser objetivo. Nós temos aqui mais pessoas para serem ouvidas hoje e eu vou ser prático, curto e grosso.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Sim.

P – Aqui está dizendo que a Vigilância Sanitária autuou quatro vezes. Se ela autuou quatro vezes, ela autuou algo que estava cometendo crime. Aqui na matéria, não sei se é verídico ou não – o jornal que está colocando.

R – Vereador, só...

P – Vamos ser breves.

R – Sim.

P – O senhor verifica que tem um local que tem uma carne – e aí o senhor fala que não é competência do senhor – que está vencida há um ano e meio. O senhor comunica alguém, a Polícia; alguma coisa o senhor tem de fazer, porque o senhor é da Vigilância Sanitária. O que o senhor faz? Vamos ser práticos. O que o senhor faz nesse caso? Por favor.

R – Então, no caso do frigorífico na região central de São Paulo no qual nós entramos – não é de nossa competência entrar em frigorífico – porque fomos chamados pelo Promotor...

P – Isso o senhor pode fazer todo momento. Quando o senhor verificar que tem algo que está suspeito, o senhor pode chamar os órgãos competentes para acompanhá-lo.

R – E nós oficiamos diversos órgãos competentes, inclusive o CIF em relação a isso.

P – Isso.

R – Mas, nesse caso específico, nós vamos até verificar, porque não é competência, de onde veio a informação de que a Vigilância viu quatro vezes. Eu gostaria de ter visto, porque esse serviço não teria esse problema se visto pela Vigilância uma única vez. É isso que estou querendo dizer. Não foi a Vigilância Sanitária que viu esses estabelecimentos, até porque, nas ordens de competência de fiscalização, esse serviço não é...

P – Então, a Covisa não tem competência para fiscalizar frigorífico?

R – Não.

P – Não tem?

R – O frigorífico é competência do Ministério da Agricultura.

P – De forma alguma. Quer dizer, na cidade de São Paulo, o órgão federal também não deve ter fiscalização suficiente, como a Covisa também não tem. Federal tem menos.

R – O órgão federal...

P – Eu sei que tem menos porque minha família sempre teve indústria e nós sempre fomos fiscalizados pelo ICMS e por IPI nunca foram lá. O órgão federal só vai às grandes empresas; nas pequenas eles não vão porque a renúncia fiscal, a perda é muito pequena. É a realidade do nosso país. Então, o órgão federal fiscaliza muito menos do que deveria fiscalizar. Então, quer dizer, quem tem de fazer esse papel é o órgão municipal, com todo respeito. É lei federal? Nós temos de melhorá-la, nós temos de criar algum mecanismo para protegemos nossa população, porque está aqui – foi o Dr. Jamil que trouxe – e é um absurdo. Agora, outra coisa que nós deveríamos já colocar em lei, a partir do momento em que um estabelecimento que manuseia alimentos pede, pela legislação, o Alvará de Funcionamento do estabelecimento, – que não é com vocês – automaticamente, deveria ter na legislação, comunicar a Covisa, que isso também é uma falha. Ou acontece isso no Município?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Isso já existe na legislação municipal. Quando o estabelecimento tem a concessão da Licença de Funcionamento, ele assina um Termo de Ciência, que tem que entrar no Cadastro Municipal de Vigilância. Isso já existe em legislação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E já entra para o cadastro? Mas isso não é um impedimento de ter a Licença?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Não.

P – Antigamente era, agora não é mais?

R – Na legislação atual, ele tem que comunicar. Ele assina um Termo de Ciência.

P – Quer dizer, a desburocratização é importante, desde que nós tenhamos um corpo de... A senhora diz... agente sanitário. E não de fiscalização. E tem autoridades sanitárias suficientes para atender as necessidades da população da cidade de São Paulo. Quando não tem, tem que continuar da forma que estava, que é uma forma de nós protegemos a Cidade.

R – Eu gostaria só de defender um pouco o meu serviço, acho que é interessante. Nós não deixamos de fiscalizar. Mas existem algumas coisas que a competência legal pertence a outras esferas de Governo. Neste caso específico, eu gostaria de citar isso bastante, embora tenha sido colocadas pela Imprensa: "Quatro autuações da Vigilância Sanitária", eu, como Subgerente de alimentos, desconheço essa informação, podemos até verificar. O que eu volto, reiteradamente, a falar: era um estabelecimento que fazia o comércio e a manipulação de carnes em caráter intermunicipal, e a competência de fiscalização específica era da Secretaria de Estado da Agricultura. E nós, como Vigilância municipal, acompanhamos o processo de fiscalização, nossos técnicos foram deslocados para a área, para inclusive dar suporte para a Vigilância estadual, caso houvesse necessidade. Nós não nos omitimos, só que a competência legal, neste caso específico, estava sob o Estado. Desconheço essas quatro autuações.

P – Existe um relatório desse acompanhamento? A senhora, depois, pode nos remeter, por favor?

O SR. JAMIL MURAD – O Decreto 50.079, de 2008, continua em vigor?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Eu preciso confirmar. Mas, sim. Acho que é o mais recente.

O SR. JAMIL MURAD – O artigo 16 diz assim: "Quaisquer locais, produtos, equipamentos, procedimentos e ambientes, que possam, direta ou indiretamente, acarretar riscos à saúde da população, devem ser objeto de monitoramento em inspeção sanitária, independentemente da obrigatoriedade de sua inscrição no Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde".

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dr. Jamil, nós temos aqui uma ordem de convidados. Por acaso tinha representantes da Vigilância Sanitária e nós chamamos para dirimir uma dúvida. E agora nós estamos entrando muito em Covisa que, na verdade, não eram os convidados. Só uma pergunta que o Vereador Zelão gostaria que o senhor respondesse: quem fiscaliza as feiras livres na cidade de São Paulo?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Nós temos três órgãos de fiscalização em feiras livres: as Subprefeituras, a Secretaria de Gestão e a Covisa.

P – E é fiscalizado a contento? Porque a Subprefeitura vai fiscalizar somente a licença do feirante, se ele está apto a estar lá. Agora, em relação aos alimentos, a Subprefeitura não entende nada.

R – Não. A fiscalização sobre os alimentos é da Covisa.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Quais são os três?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – A Secretaria de Gestão, que fornece as licenças...

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Que agora Semab está vinculado, não é?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Exatamente. E a Subprefeitura, que fiscaliza inclusive o funcionamento, e a parte da Vigilância Sanitária é a qualidade dos produtos servidos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Comida é somente vocês, não é?

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – É.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado.

A SRA. IVANIZE SEGALA DE ARAÚJO – Desculpa a emoção.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu que agradeço a participação. Eu peço desculpa aos convidados que estão aqui, que nós estamos tardando para escutá-los. Dra. Tatiana, só uma pergunta: quantos frigoríficos, no Estado de São Paulo, estão autorizados a abater cordeiro, ovelha, carneiro?

A SRA. TATIANA FERRAZ E SILVA PELUCIO – Não tenho esse número.

P – Então a senhora verifique e remeta para nós, porque a cidade de São Paulo tem uma procura grande por esse tipo de carne e a gente sabe que tem poucos estabelecimentos que são autorizados no Estado de São Paulo a abater esse tipo de animal.

R – Isso não é Estado?

P – É no estado, mas nós somos os maiores clientes, talvez, do País em relação a vários tipos de carne. E a gente sabe que tem uma certa dificuldade para ter essa autorização. Na cidade de São Paulo, quantos frigoríficos têm?

R – Esses números nossos estão bem comprometidos. Eu nem fiz o levantamento justamente por estarem totalmente defasados.

P – Mas na cidade de São Paulo a senhora sabe quantos...

R – Não, não. Justamente por causa disso. A gente está pegando muitos estabelecimentos clandestinos, sem CNPJ. Então, assim...

P – Nós vamos fazer então um ofício, pedindo para a senhora encaminhar os que a senhora tem conhecimento.

R – A gente pode até fornecer a listagem dos estabelecimentos, com endereço, tudo direitinho.

P – Está bem. Eu agradeço a presença da senhora. A senhora, hoje, não está na Presidência do Conselho, ou a senhora está na Presidência?

R – Não. Sou assessora da Presidência, assessora técnica.

P – O Presidente, hoje, quem é?

R – É o Dr. Francisco Cavalcante de Almeida.

P – Está bem. Muito agradecido pela presença, Dra. Sheila. Eu queria convidar a Dra. Simone Lisot, que é representante do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. Dra. Simone, obrigada pela presença da senhora. A senhora tem um Termo de Compromisso. A senhora poderia fazer a leitura, por favor?

A SRA. SIMONE LISOT – “Eu, Simone Fátima Lisot, convidada para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para Averiguar e Apurar Eventual Deficiência no Desempenho das Competências Outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa – Especificamente no que Tange à Comercialização e Manipulação de Produtos Cosméticos, Alimentícios, Farmacêuticos, Serviços de Saúde e Substâncias de Interesse da Saúde, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do art. 342, do Código Penal, e do art. 203, do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada”.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Passo a palavra ao Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Dra. Simone, eu queria, primeiro, solicitar as atribuições do Conselho, a sua função no Conselho, se ocupou já algum cargo na esfera municipal, estadual e federal, se ocupou, qual era esse cargo, quantos associados no Estado... Quer que eu vá fazendo um a um?

A SRA. SIMONE LISOT – Acho que eu lembro o que o senhor perguntou.

O SR. JAMIL MURAD – As atribuições, sua função no Conselho e se ocupou algum cargo.

A SRA. SIMONE LISOT – O Conselho Regional de Farmácia tem por atribuição legal fiscalizar o exercício da profissão farmacêutica, visando sempre o bem da Saúde Pública. Sou fiscal do Conselho Regional de Farmácia, hoje estou superintendente geral do Conselho e nunca ocupei nenhum cargo público.

P – Quantos associados têm no Estado?

R – Hoje temos em torno de 40 mil profissionais inscritos no CRF e, aproximadamente, 30 mil empresas inscritas no CRF.

P – E no município de São Paulo?

R – No Município de São Paulo são, aproximadamente, 17 mil farmacêuticos e, aproximadamente, 15 mil empresas.

P – O Conselho acompanha, de alguma forma, o trabalho da Covisa.

R – Não.

P – Qual a relação? A Covisa procura ter um diálogo, uma interlocução com o Conselho?

R – Nós temos bem pouco contato com a Covisa. Como o outro Conselho já falou, temos como prerrogativa legal, tudo que a gente verifica nos estabelecimentos que não são de nossa competência realizar autuação, nós encaminhamos para os órgãos competentes. Então, a gente sempre encaminha algumas denúncias para a Covisa em relação à irregularidades sanitárias verificadas nos estabelecimentos que são fiscalizados pela nossa equipe de fiscais. E quando temos algum problema mais pontual, procuramos fazer reuniões com a Covisa, mas elas são bem poucas.

P – Costuma receber resposta das questões encaminhadas?

R – Muito pouco. Oficialmente, muito pouco. Em uma reunião que tivemos com a Covisa nos foi informado que o fato de não nos encaminhar resposta via ofício, não quer dizer eles não estão verificando o que a gente encaminha. Mas são muito poucas as respostas.

P – Tem de ter fé.

R – É.

P – O Conselho questiona ou já questionou algum procedimento da Covisa, ou alguma omissão?

R – Não.

P – Qual é a avaliação do Conselho sobre o funcionamento da Covisa?

R – A gente, na verdade, tem dificuldade de acesso a algumas informações com a Covisa. A gente busca, às vezes, parceria, convida, principalmente quando são ações realizadas na área de fiscalização, a gente convida a Covisa para participar, mas eles não costumam comparecer. Principalmente, quando são atividades que a gente consegue parceria, para realizar junto com a Anvisa, que é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

P – Eles não...

R – Não tem comparecido.

A SRA. SANDRA TADEU – Mas que tipo de fiscalização, por exemplo?

R – Não. As fiscalizações, às vezes a gente pede fiscalização em conjunto porque temos limitação legal de acesso a algumas inspeções.

A SRA. SANDRA TADEU – Que tipo de inspeção?

R – Por exemplo, um estabelecimento que está, às vezes, há alguns anos sem farmacêutico responsável...

A SRA. SANDRA TADEU – Uma farmácia, por exemplo?

R – Uma farmácia, por exemplo, a gente não consegue agendar inspeções em conjunto. Mas os eventos a que me refiro são, por exemplo, quando a gente consegue, agora no começo do ano, conseguimos fazer com a Anvisa uma capacitação para todos os fiscais do Estado. Inicialmente, era só para os fiscais do Conselho, mas quando convidamos a Anvisa para trazer uma capacitação de identificação de medicamentos consultados, esse convite foi estendido a todas as vigilâncias sanitárias do Estado de São Paulo. E não houve, por exemplo, participação da Covisa.

A SRA. SANDRA TADEU – Do município.

R – Do Município de São Paulo, não teve a presença de ninguém.

O SR. JAMIL MURAD – E deram alguma explicação para isso, ou simplesmente não aceitaram.

R – Não. Para o Conselho não. O convite foi encaminhado pela própria Anvisa.

O SR. JAMIL MURAD – A senhora chega a supor o motivo, por que isso ocorre?

R – Não.

P – E acha normal isso, para um órgão que tem de funcionar protegendo a sociedade e que precisaria de inter-relação com outros órgãos?

R – Não.

P – Com relação às farmácias de manipulação, o seu Conselho apurou denúncia sobre medicamentos adulterados? Chegou a alguma conclusão?

R – Na verdade, o Conselho não faz esse tipo de análise. Quando existe alguma denúncia, a gente fiscaliza para verificar se o local tem a presença do profissional; se ele está lá e as irregularidades que a gente verifica, encaminhamos para os órgãos competentes para fazer as inspeções, para fazer as verificações. Dependendo da gravidade, a gente não encaminha só para o município, a gente também encaminha essa denúncia para o CVS, que é o Centro de Vigilância Sanitária e para a própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

P – Nós tomamos conhecimento de uma pesquisa, que foi realizada pelo Conselho de Farmácia, no ano de 2009. A que conclusões se chegou? Quantas farmácias estão funcionando em São Paulo? Gostaria de saber. Depois têm outras perguntas.

O SR. PAULO FRANGE – Permita-me, Vereador Jamil, fazer um questionamento à Dra. Simone. Dentro dessa linha de raciocínio, quando a farmácia não tem farmacêutico, o Conselho vai e fecha, não fecha?

R – Não. O Conselho atua. O Conselho não tem competência legal para fechar o estabelecimento.

O SR. PAULO FRANGE – Al ele atua. Vocês atuaram um número muito grande de Unidades Básicas de Saúde, em São Paulo, que não tinham farmacêuticos, com toda legitimidade, acho que não pode deixar de ter farmacêutico. Esse processo foi ficando pesado demais, que quando vi, o Município já devia de multa mais de cinco milhões. Fui até a Secretaria de Saúde, com o Secretário atual, e tentamos fazer uma composição, para discutir esse assunto, para que pudesse recepcionar a figura do farmacêutico dentro da rede. Isso já tem uns dois anos.

Disseram que era impossível ter farmacêutico em cada área onde haja dispensação de medicação. Eu não acho, porque tem farmacêutico demais na cidade. O Conselho não pode fiscalizar uma farmácia e deixar a do Município fazer o que quiser. Argumentaram: mas em nome de dois milhões de receitas que são aviadas; em nome do interesse público e do alcance social dessa grande obra paga com dinheiro público, ficou o dito pelo não dito e, tentamos até encontrar uma saída, mas não sei se a senhora estava naquela reunião conosco...

R – Estava.

O SR. PAULO FRANGE – Lembra? De tentar, pelo menos, compor a cada quatro ou três unidades começar com um farmacêutico. De lá para cá não tivemos mais resposta da situação do município. Eu nem sei qual é a sua resposta, mas imagino que eles não devam ter evoluído muito, porque senti que não há a menor intenção de acolher o farmacêutico na rede pública municipal, no que tange à área de dispensação.

Entendeu o secretário, naquela época, que a área de dispensação de medicação não é farmácia. Eu discordo. Sou médico, dou receita lá, aí você receita Atenolol de 25, faz em duas vias, escreve uso contínuo, vai lá na unidade de saúde, eles dizem: não tem, só tem de 50. Mas se o farmacêutico está lá, ele diz: quebrando ao meio você pode tomar, uma vez que não vai ficar um mês quebrado ao meio; amanhã o senhor vai tomar o outro meio, então não perde nem mesmo a eficácia da medicação.

O que o Conselho pode fazer de mais efetivo, porque nós, Vereadores, não conseguimos fazer a Secretaria de Saúde mudar a postura. Acredito que a gente não consiga.

O que vocês podem fazer? Porque na época ficou muito claro, nobre Vereador Aurélio Miguel, eles abriram mão sem o menor interesse de cobrar a multa. O Conselho tem interesse se cobrar multa. A ideia era se compor e resolver tudo isso. E nada até agora. A senhora tem alguma posição a respeito daquele assunto?

A SRA. SIMONE LISOT – Na verdade não houve evolução. Hoje, com as OS, a terceirização dos serviços de saúde, algumas unidades tem profissional farmacêutico, mas porque foram contratados nessas parcerias. O que efetivamente ainda continua sob responsabilidade da Prefeitura do Município de São Paulo não houve a contratação dos profissionais farmacêuticos. O Conselho, infelizmente, não tem poder legal de fechar um estabelecimento quando entende que ele não atende a necessidade da população, e temos uma ação judicial contra a Prefeitura do Município de São Paulo...

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio, na época a Dra. Simone, participando, deve ter lembrança disso, é uma autarquia, o Conselho é isso. Olha, é uma autarquia e nós apresentamos a sugestão, por que a Prefeitura do Município de São Paulo, já que não quer fazer concurso para trazer esses farmacêuticos, por que não faz um termo de cooperação de convênio e contrata via Conselho? Não há nenhuma dificuldade. Para contratar para empreiteira, tudo tem monte de jeito, emergência, tem de tudo. Mas uma situação como essa, lá na periferia quando o médico não está presente, é o farmacêutico que entrega, ele quem acompanha. Ele quem orienta como toma o remédio. Só para vocês terem uma ideia, a pesquisa feita na Universidade de São Paulo, no grupo de glaucoma, para quem tem a obrigação de usar uma gota de colírio por dia, mais de 70% das pessoas que usam não sabem colocar o colírio dentro do olho. O velhinho com Parkinson, imaginem ele tentando colocar a gotinha no olho. E tem a neta em casa que poderia fazer isso por ele. Essa pesquisa nós acompanhamos com o grupo da ABRAG- Associação Brasileira do Glaucoma. Imaginem uma pessoa com colírio na mão, se não tem quem possa... Só o farmacêutico que pode estar do lado.

Então acho que essa CPI hoje pode contribuir muito utilizando a força que o Conselho tem. Sabemos da competência do Conselho, a seriedade, buscar com o Secretário algum termo de ajuste de conduta, alguma situação, nem que seja impositiva dessa Casa, para que as unidades de saúde de São Paulo não deixem de ter. Ele não precisa contratar em concurso público, porque demora muito. Com certeza vai chamar uma OS para montar uma OS de farmacêuticos. Então, vai chamar ou repassar para a própria OS fazer esse tipo de trabalho. Pode fazer um termo de convênio, termo de cooperação com vocês mesmos. Quando sai daquela reunião, sai aliviado, achei que tinha resolvido o problema. Como eu continuo no consultório, continuo recebendo os pacientes. Olha lá não tem remédio. Eu ligo tem. Ah, mas tem de quebrar ao meio. Ou então quando você dá não pode tomar dois de cada vez. Esse assunto, Vereador Aurélio, podemos depois em reunião de trabalho nossa, encontrar uma situação que seja adequada, vamos resolver o problema. Quantas farmácias têm o município hoje?

A SRA. SIMONE LISOT – Em torno de 450.

P – Quantas tem farmacêuticos?

R – Hoje com as OS, aproximadamente 150.

P – Já avançou muito. Tem 150 de 450. E nos hospitais? Nos hospitais sabemos que tem o farmacêutico responsável. Mas tem um farmacêutico na dispensação? Por exemplo, o Dante Pazzanese, hospital referência, tem farmacêutico na dispensação.

R – Nos hospitais, a maioria deles tem o farmacêutico responsável.

P – Imagino que essa tenha sido a angústia de muita gente, mas como participamos desse processo lá atrás não conseguimos mais acompanhar. Obrigado.

O SR. JAMIL MURAD – Apenas concluindo meu questionamento. Em 18 de agosto de 2009, foi noticiado o fechamento, pela Anvisa, de sete farmácias em

São Paulo, por meio da operação Fênix, realizada pela Polícia Federal, pela polícia Civil, pela Covisa, e Conselho Regional de Farmácia. Essa operação Fênix continua?

Quantas irregularidades e de que espécie foram constatadas nessa operação policial aqui em São Paulo? Quais as irregularidades? Tinha falsificação de medicamento? Medicamento sem registro?

A SRA. SIMONE LISOT – Na verdade, nessas operações foram constatadas venda de medicamentos sem registros, venda de medicamentos falsificados, venda de medicamentos contrabandeados. E, em algumas delas, irregularidades com a venda de medicamentos sob controle - que são os psicotrópicos -, venda desses produtos sem o receituário ou medicamentos fora do controle de estoque desses produtos.

O SR. JAMIL MURAD – Quais medicamentos que são mais contrabandeados?

A SRA. SIMONE LISOT – Normalmente é o Pramil, que é um medicamento que vem do Paraguai e que, no Brasil, ele é parecido..., ele é o Viagra, só que produzido no Paraguai. Ele não tem registro no Brasil, então não pode ser comercializado aqui.

P – A senhora tem cópia do resultado dessa investigação?

R – Tenho.

P – Quería solicitar uma cópia para esta CPI. Quantas farmácias de manipulação têm aqui? Presidente, a Dra. Simone colocou um problema muito grave nessa Operação Fênix, realizada pela Polícia Federal, Polícia Civil, Covisa e Conselho Regional de Farmácia. Aqui existem inúmeras irregularidades: comercialização, fraude, medicamento fraudado, medicamento contrabandeado. Isso é gravíssimo. Se uma pessoa tem uma meningite e toma um medicamento fraudado, que não tenha a dose correta do antibiótico, o indivíduo perde a vida. Não tem como voltar atrás. E assim por diante. No caso do remédio do Paraguai, o sujeito pode perder a namorada, se ele não funcionar.

R – Pode.

P – Quantas farmácias de manipulação têm em São Paulo?

R – Não sei precisar, neste momento, quantas têm no Município de São Paulo. No Estado de São Paulo são, aproximadamente, 2.500. Mas posso encaminhar esse dado.

P – De manipulação, né.

R – De manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E as regulares?

O SR. JAMIL MURAD – As regulares, ela falou 15.000.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Na cidade de São Paulo ou no Estado?

O SR. JAMIL MURAD – Na Cidade.

A SRA. SIMONE LISOT – Não. Estabelecimentos farmacêuticos na Cidade de São Paulo, aproximadamente, 15.000. Mas farmácias e drogarias, no Estado de São Paulo, são 17.000. Também posso mandar esse dado da Cidade de São Paulo que consta em nosso cadastro. Mas não sei te fornecer...

O SR. JAMIL MURAD – Há irregularidades nessas farmácias de manipulação?

R – Há. Não em todas. Mas, assim,...

P – Quais?

R – Existem, que o Conselho fiscaliza se elas possuem registro perante o Conselho e perante os demais órgãos que ela deve estar como uma empresa cadastrada. Existem... Também verificamos se ela possui um farmacêutico responsável, porque isso é uma atividade privativa do profissional farmacêutico. A manipulação só pode ocorrer com a presença de um profissional farmacêutico. E se a empresa tem um farmacêutico e se, de fato, ele está lá prestando assistência farmacêutica, fazendo cumprir toda a legislação sanitária. E se verificamos alguma irregularidade sanitária, encaminhamos para a Covisa tomar as providências.

P – Temos conhecimento que entre 2000 e 2003, o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz – a Fiocruz – comprovou, entre as denúncias contra remédios manipulados, 27 ocorrências graves, que levaram a óbitos, comas e intoxicações. É claro que o percentual é mínimo ante o número de receitas aviadas. Entretanto, o dano pode ser fatal. Vocês têm dados atualizados das ocorrências das farmácias de manipulação? Quer dizer, isso foi de 2000 a 2003.

R – Não. Só temos, na verdade, conhecimento daquilo que nos chega através de denúncia, porque, assim, quando as pessoas não fazem a denúncia no Conselho, mas quando elas fazem em outros órgãos, normalmente, também, os outros órgãos nos comunicam. Porque, assim, existe tanto a questão da penalidade ética, como da penalidade sanitária. Então, cabe ao Conselho verificar se houve uma falha do profissional quando é detectado esse tipo de problema. E, se caso detectado que foi uma falha do profissional farmacêutico o erro que ocorreu, penalizar esse profissional.

P – Simone, qual a avaliação que você faz da fiscalização pelo órgão sanitário aqui? Está a contento?

R – Temos, desde 2000, algumas normas sanitárias para melhorar a questão da qualidade das farmácias de manipulação e...

P – De maneira geral?

R – De maneira geral, a Covisa tem feito cumprir essas normas, sim.

P – Quería relembrar os Srs. Vereadores e os participantes desta audiência pública, que o setor farmacêutico, no mundo, movimenta em torno de 670 bilhões de dólares por ano. A Saúde, um trilhão de dólares por ano. Sendo que, destes um trilhão, 670 bilhões são da área de medicamento. Os senhores imaginem, então, o poder econômico desse ramo da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dra. Simone, passarei um vídeo que saiu no Programa do Fantástico. Então, é importante que os representantes da Covisa estejam aqui também, e outros representantes de conselhos. São 13 minutos. Ai fala sobre o manuseio dos médicos da Medicina Ortomolecular que, primeiro, é proibida a manipulação, nos consultórios, por eles. Então, a matéria fala por si só.

Gostaria que dessem o início da matéria.

- Apresentação audiovisual : (Médico ortomolecular atribui sintomas a problemas espirituais - <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT0,,MUL1539131-15605,00.html>)

"Você vai ver agora, cenas que aconteceram dentro de um consultório médico. Nossa produtora disse que sofria de desânimo, queda de cabelo, sono perturbado. Veja como o médico explicou esses sintomas: 'A sua mãe, ou a sua avó materna, ou você, você ou sua mãe, ou sua avó materna mexem com espiritismo'. 'Espiritismo?' 'Espiritismo'.

Ele se diz praticante da chamada Medicina Ortomolecular: uma especialidade médica que está na moda. Tão na moda, que o Conselho Federal de Medicina emitiu uma regulamentação para evitar abusos e práticas indevidas. Mas, como nossa reportagem vai mostrar agora, o que ainda se vê, em muitos consultórios, é de assustar.

Nas quatro clínicas visitadas, nossa produtora contou uma história parecida: 'Desânimo, queda de cabelo, problema de memória, domindo mal, já tive depressão'.

Sintomas iguais, diagnósticos diferentes: 'Isso pode ser ou deficiência de vitamina C ou de taurina, que é um aminoácido que está presente na carne'; 'Isso daí é deficiência de iodo'; 'Provável processo degenerativo crônico em andamento'; 'Isso aqui indica uma leve sobrecargazinha nos rins. Isso aqui indica uma sobrecargazinha no fígado'.

Para chegar a essas conclusões, um mesmo exame: o da gota de sangue. Só que o teste não tem comprovação científica e é vetado pelo Conselho Federal de Medicina.

'Isso aqui é o quê?' 'Isso é um cristal de colesterol' 'Isso é um cristal de colesterol?' 'É. Com uma cândida em cima' 'Cristal de colesterol com uma cândida em cima?' 'Cristal de colesterol com uma cândida em cima. Isso é um absurdo!'

Mostramos as imagens para um especialista em doenças do sangue. 'Ele pode chamar aquilo do que quiser, mas isso não corresponde a uma infestação por cândida. Isso não é visualizado dessa maneira, através de um exame como esse e, muito menos, em cima de um cristal de colesterol'. 'Eu poderia ter cândida no sangue?'

'Nessas condições, nenhuma possibilidade. As pessoas que têm cândida circulante no sangue estão gravemente doentes'. 'Está vendo que tem umas bolinhas aqui dentro das hemácias? Chama Micoplasma. É um fungo bem comum de aparecer. Ele aumenta muito a vontade de comer doce'. 'Micoplasma, na verdade, não é um fungo, é uma bactéria, e ela não pode ser visualizada dessa maneira e, sem dúvida nenhuma, não existe nenhuma associação entre o aparecimento de micoplasma e o desejo de comer doce'.

Nesse outro consultório, onde quem atende é uma terapeuta, formada em administração de empresas, surge uma expressão chave no mundo ortomolecular: radicais livres. 'Radicais Livres são esses buracos brancos'. Mostramos as cenas para esse cientista que estuda Radicais Livres para o Instituto do Coração em São Paulo. 'Essas placas brancas são os radicais livres'. 'Essa imagem, professor, o que dá para dizer que ela é?' 'Posso dizer é que esses pontos brancos, muito provavelmente, correspondem a reflexos'. 'Então tem uma luz vinda daqui de baixo?' 'A luz reflete na superfície da célula e aquilo tem uma certa luminosidade, como se fosse um espelho, e ele promove esses reflexos brancos'. Radicais livres que, como explicou o cientista, não têm nada a ver com reflexos numa lâmina, são pedacinhos invisíveis de moléculas. Eles são produzidos na respiração e circulam naturalmente pelo corpo, são muito instáveis, precisam reagir com alguma coisa para sossegar. 'Ao reagir, eles causam danos às células, desencadeando, então, doenças, causando o próprio envelhecimento e a morte das células'. Estima-se que existe no Brasil seis mil médicos adeptos da medicina ortomolecular, ou biomolecular, como ela também é conhecida. Essa medicina, que tem como foco o combate aos radicais livres, foi criada por um químico. 'Ortomolecular foi fundada por um grande pesquisador, duas vezes Prêmio Nobel, Dr. Linus Pauling'. Isso foi nos anos 60, mas a Medicina Ortomolecular só chegaria com força ao Brasil quase duas décadas depois, defendendo que um organismo saudável é um organismo quimicamente equilibrado e esse equilíbrio químico poderia ser atingido usando-se altas doses de vitaminas. As vitaminas também chamadas de antioxidantes atacam os radicais livres e, portanto, poderiam retardar o envelhecimento. Porém... 'Existe muita controvérsia sobre o fato de se a ingestão de doses altas desses antioxidantes, de fato, vai prevenir uma doença e vai ajudar a controlar o envelhecimento ou seu estado de saúde'. Ou seja, não existe fórmula mágica para bloquear os danos causados pelos radicais livres. Radicais, é bom lembrar, que são invisíveis e não aparecem em microscópios simples de consultórios. 'Eu tenho poucos radicais livres?' 'Está vendo esse branco? Que eles estão ficando marromzinho?'. É seu organismo que está se recuperando'. 'Realmente ela não pode ver os radicais livres, quanto menos os radicais se fechando, eu não consigo entender o que é radical se fechando'. O Conselho Federal de Medicina reconhece a Medicina Ortomolecular, mas faz ressalvas. 'É uma prática que tem uma ação terapêutica muito eficaz, e com valor científico em determinadas circunstâncias e parâmetros bem estabelecidos. Mas não dentro dessa busca de rejuvenescimento, de antienvelhecimento, como hoje é proposto de maneira muito ampla dentro da sociedade brasileira'. No início deste mês entraram em vigor novas regras do Conselho para a Medicina Ortomolecular. Além de proibir o exame da gota de sangue, elas limitam o uso de um outro teste, típico dessa modalidade, o exame do fio de cabelo. 'Se houver necessidade, a gente vai fazer o exame do fio de cabelo e mandar para os Estados Unidos. A gente pega um pouquinho de fio de cabelo e manda para os Estados Unidos. Eles vêem todos os minerais que estão deficientes, todos'. 'O exame do fio capilar e o sangue do dedo, a gota espessa, não devem ser feitos, não têm valor científico'. As promessas de combate ao envelhecimento, de mais disposição física, e até de emagrecer, atraíram muita gente. 'Está na moda. Estou fazendo dieta ortomolecular, já fiz oitenta vezes, já furei todos os dedos, você bola lá, está com deficiência disso ou daquilo'. 'Já utilizei da Medicina Ortomolecular, inclusive, quando isso virou uma febre. Até hoje eu tomo reposição de vitaminas. Até hoje, como falei, tomo a vitamina C e ferro...(Ininteligível). É simples assim?...(Ininteligível)'

Nova resolução do Conselho Federal também determina: altas doses de vitaminas e minerais só se o paciente tiver falta dessas substâncias no organismo. Fora isso, basta se alimentar direito. 'Esta é a mensagem que tem sido transmitida pela comunidade médica e pela comunidade de químicos e bioquímicos que trabalham com radicais livres: consumam legumes, frutas e verduras.

Mas neste consultório Ortomolecular...(Ininteligível) 'Não há evidências científicas que o cobalto, o chumbo e outros minerais possam ter ação prática no rejuvenescimento ou mesmo no tratamento de doenças crônicas'. Nossa produtora não saiu dos consultórios só com receitas de vitaminas e minerais. Recebeu também a indicação de uma injeção de procaina, um anestésico...(Ininteligível)

Procuramos o dono do consultório onde uma bióloga indicou a procaina. Ele é dono de cinco clínicas. 'A procaina nós usamos dentro daquilo que se é permitido. Por exemplo, a procaina inibe uma enzima que provoca aquelas depressões leves. Essa é uma das funções que nós usamos aqui a procainoterapia. E também como antioxidante.'

'A aplicação da procaina como uma medicação antioxidante de rejuvenescimento não está permitida. Não tem valor científico...(Ininteligível)

Nesta clínica, no Rio, outra indicação: soro com água oxigenada na veia para desentupir veias e artérias. ...(Ininteligível)

'Água oxigenada é para uso externo, não para uso interno'. (Ininteligível)

Foi nessa mesma consulta que o médico, dono de quatro clínicas em dois estados, atribuiu os sintomas de nossa produtora a problemas espirituais. (Ininteligível).

'O senhor está dizendo que pelo o meu sangue eu tive contato com espiritismo na minha família?' (Ininteligível)

'Mas o que o espiritismo tem a ver com o meu sangue e meu processo degenerativo?' (Ininteligível)

Além de ouvir essas coisas, a nossa produtora-paciente saiu dessa consulta com receita para vários remédios. Todos vendidos na própria clínica. (Ininteligível)

'Não pode oferecer, não pode comercializar produtos, medicamentos em seu consultório. Configura-se como prática de farmácia e isso é vedado pelo Código de Ética e por lei.'

Voltamos a procurar o Dr. Carlos Carvalho. Ele disse que vai mudar. 'Ou eu cumprio o que o Conselho manda ou vou perder o meu diploma, então eu vou cumprir. Mesmo discordando, eu vou cumprir'.

A venda de produtos em consultório também é praticada pela terapeuta de São Paulo, aquela que não é formada em Medicina.

'A senhora é médica?' 'Não, sou terapeuta. Sou ortomolecular. Estudei cinco anos...(Ininteligível)'

Nós levamos esses remédios para o laboratório credenciado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Agora nós vamos fazer um teste crucial. Será que estes produtos, de fato, contêm aquilo que o rótulo informa? E mais: mesmo que tenham o que está no rótulo, será que essas substâncias trazem algum efeito benéfico para as pessoas?

Alguns produtos tinham uma descrição tão genérica no rótulo que nem foi possível testá-los. Já este complexo de vitaminas foi examinado. Ele continha o que o rótulo dizia: milionésimos de gramas de vitaminas, que é a dose diária recomendada dessas substâncias.

'Se a pessoa se alimenta bem, se alimenta de acordo, não haveria necessidade. Não há nenhuma evidência que este tipo de prescrição cause benefício terapêutico, cause um bem para a pessoa', afirma o médico responsável pelo laboratório, Gilberto de Nucci.

Procurada pelo Fantástico, a terapeuta Marina Pieroni disse apenas o seguinte: 'Eu estou fazendo uma coisa totalmente legal, não estou fazendo nada ilegal. Não tem por que eu ficar dando entrevista'.

'Ortomolecular chegou ao Brasil um pouco com o pé quebrado. Fizeram propagandas indevidas. Por isso, eu uso biomolecular. Agora, eu respeito a ortomolecular do início, do Linus Pauling, uma molécula certa no lugar certo', diz José de Felipe Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Biomolecular.

'Como em qualquer comunidade, existem indivíduos sérios que têm uma vontade de ajudar o paciente e que acreditam profundamente naquilo que estão fazendo, mesmo no caso da medicina ortomolecular. E há o outro extremo, que são casos praticamente criminais de indivíduos que eventualmente nem médicos são, que estão aplicando procedimentos sem a menor base', afirma o cardiologista Francisco Laurindo, que estuda radicais livres no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo.

'E aumenta muito a vontade de comer doce'.

'Vou fazer...(Ininteligível)...'

Em caso de dúvida, tem o telefone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bom, não é?

A senhora vê os absurdos que nós escutamos aqui agora.

O pessoal da Covisa também está presente.

Você vê: tem essa clínica em São Paulo. Precisamos descobrir onde é e verificarmos todas - não é? -, porque hoje, em cada esquina, tem uma medicina ortomolecular. A gente não sabe se eles estão em tratamento espiírita ou não, não é? Porque, aí, um deles é.

O SR. PAULO FRANGE - Vereador Aurélio, se me permite, antes da fala da Dra. Simone?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Claro. Pela ordem, o Vereador.

O SR. PAULO FRANGE - E quero falar aqui, com certeza, em nome dos colegas médicos aqui, não é? Se me permitem, nós sentimos muita vergonha de um quadro desses. Muito envergonhado, tanto quanto aqueles que fazem hoje aborto ainda, em periferia, com objetos estranhos absolutamente à técnica médica e em condições onde a indicação não é precisa.

Eu me sinto muito envergonhado, porque essa relação médico/paciente é uma relação de absoluta fé, de confiança, é uma relação intransferível, uma das mais fortes das relações humanas. Eu acho que talvez seja a mais forte das relações humanas, a relação médico/paciente e uma pessoa que tem a prerrogativa de, em nome da ciência médica, oferecer o que há de mais técnico, o mais ético para aliviar sofrimento e tratar dessa forma o paciente, dessa forma comercial, sem nenhum embasamento técnico e científico, só há um lugar para isso: acho que é a cadeia. Não tem nenhum outro lugar em que possa ser tratado.

Com certeza, Vereador Aurélio, ninguém chega a ter um resultado prático nas ações contra esses cafajestes, porque eles, tendo dinheiro, contratam bons advogados e quem tem bom advogado acaba ficando aí na Justiça por um bom tempo e a nossa Justiça é muito lenta para tomar alguma ação; o Conselho de Medicina também é lento demais para poder tomar alguma ação.

Você veja o caso do Dr. Roger que, mesmo com tudo o que havia, ninguém cassou o CRM dele, apenas bem depois. É muito lento, é muito lento esse processo e, muitas vezes, falta coragem.

Então, quero falar aqui em nome dos colegas que são médicos. Acho que nós médicos nos sentimos profundamente tristes, quando a gente vê uma matéria dessas. Eu não tinha assistido. E choca, nos entristece porque não é esse o perfil do médico que nós temos hoje prestando serviço para muitos milhares de pessoas.

Na área da indústria farmacêutica, há seriedade. Quem aqui trabalha... Eu faço parte da Sociedade Brasileira dos Profissionais de Pesquisa Clínica. A responsabilidade no tratamento do sujeito da pesquisa, da forma como se cumprem protocolos do Coneb. O Brasil hoje tem dado exemplo para mundo de que está habilitado para trabalhar com pesquisa clínica. E a gente vê essas pessoas tratando de forma empírica e até mesmo profissionais não... fora da Saúde.

Então, é apenas um desabafo. Mas eu acho que nós temos de tomar uma atitude. São Paulo hoje é uma cidade que tem a melhor e a pior medicina do mundo, na mesma cidade; o melhor e o pior profissional, na mesma cidade.

Hoje, temos aqui não o perfil médio do profissional, temos o melhor e o pior, nas mesmas condições operacionalizadas legalmente, muitas vezes, com todos os títulos etc. e as pessoas lesam as outras. Penso que isso aqui é uma situação criminal, temos de levar isso adiante.

Quanto à medicina ortomolecular, infelizmente, uma grande ideia e grande proposta e foi utilizada como instrumento de tomar mais ricos os que entraram na Medicina para ganhar dinheiro. No meu grupo de médicos, Vereador Aurélio, dos que trabalharam comigo antigamente, os que deixaram a cardiologia e a geriatria para fazer a medicina ortomolecular todos moram em grandes coberturas, têm carros e passam metade do ano viajando. Os companheiros do lado continuam trabalhando, olhando o que acontece e não conseguem.

O resultado é esse mesmo: produtos vendidos nas próprias clínicas, isso existe demais em São Paulo, vamos ter de investigar, lamentavelmente pela Câmara que já tem, da população, muitas vezes, uma visão antipática de que nós ficamos nos intrometendo em tudo, mas penso que nós temos de tomar uma atitude. Uma situação como essa numa Casa de Leis, temos de tentar coibir por meio da legislação municipal, sempre restritiva, sempre passível de ser aplicada. Ainda mais agora que a Covisa é municipalizada e está em nossa mão, podemos agir e, com certeza, formando uma força tarefa: o Conselho de Medicina, Conselho de Farmácia, Covisa têm de estar conosco, a Polícia tem de acompanhar, por que uma vez uma situação dessas sendo encontrada, teremos de tomar uma atitude. É apenas um desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Pergunto à Dra. Simone, para entender melhor, em relação às farmácias de manipulação, vocês não têm acesso à questão do alvará dessa farmácia.

A SRA. SIMONE LISOT - Nós verificamos o alvará.

P – Vocês é que dão o alvará?

R - Não, não. A Covisa é que libera o alvará. Nas inspeções, além das questões técnicas, nós também verificamos se o estabelecimento cumpre a legislação. Então, nós solicitamos que apresentem o alvará, emitido pela Vigilância Sanitária, até porque no próprio alvará é que está descrito qual o tipo de atividade ele pode realizar naquele local. Então, a nossa fiscalização solicita para verificar se a empresa pediu o alvará, se o possui.

P – Não, eu estou perguntando é o seguinte: foi pedido o alvará, vocês fiscalizam junto ou quando têm alguma denúncia, ou vai fazer a fiscalização depois de a farmácia estar pronta?

R - Não, não fiscalizamos junto. O Conselho emite um documento para os estabelecimentos farmacêuticos que se chama certificado de Regularidade Técnica. Se o fiscal do Conselho for lá e verifica que ele cumpre toda a legislação sanitária – segundo o que a gente verifica, que é uma inspeção muito diferente da inspeção da Covisa -, se tem o profissional, se o profissional presta assistência em período integral, o Conselho emite um documento que chama Certificado de Regularidade Técnica.

P – É nesse ponto que eu quero chegar. Parece-me que, no início das perguntas, você disse que vocês convidam muitas vezes a Covisa para interagir junto com vocês, parece que no mês de janeiro houve reuniões com a Anvisa e o Conselho e a Covisa não participou desse tipo de treinamento, de reuniões. É isso?

R - É.

P – Não tem essa interação com o Conselho?

R - Não, nós não temos a interação.

P – Fica difícil as normas interagirem no mesmo sentido, não é? Porque a Covisa pode dar uma norma para essa farmácia de manipulação, dar alvará nesse sentido e depois você vem com outra regulamentação.

R - Não, não.

P – Não acontece isso?

R - Não. A regulamentação sanitária é única. É estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, alguns municípios têm algumas legislações próprias e o Conselho se baseia para ver alguns aspectos sanitários nessas normativas. Temos resoluções próprias no que diz à ética profissional, como esse profissional vai desenvolver o trabalho dele. E uma das coisas que nosso código de ética prevê é que o profissional deve fazer cumprir toda legislação sanitária, tanto do Município, como do Estado e da própria Agência da Vigilância Sanitária. Cabe a ele fazer cumprir essa legislação dentro do estabelecimento.

A SRA. SANDRA TADEU – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra o Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA – Obrigado. Concorro com o pronunciamento do Vereador Dr. Paulo Frange, que profissionais dessa natureza nos envergonham muito. Tanto em nível do Conselho Estadual de São Paulo como Federal. Sobre as farmácias de manipulação, gostaria que a Dra. Simone respondesse, tenho observado pessoalmente com a entrada dos genéricos houve uma procura muito grande e esse comércio aumentou muito. Muitos médicos até manipularam, o que é legítimo. Por exemplo, tem o Enalapril, hipertensivo, o médico manipula, isso é legítimo. Mas a diferença é essa, o que vem pela indústria tem validade de dois anos, o que é manipulado tem validade de quatro meses, a dúvida é essa: quem fiscaliza essa matéria prima para que a população, realmente, fique

segura, o que não acontece com o que o Dr. Jamil relatou há pouco, até caso de intoxicações e falecimento. A população está, realmente, segura com isso?
A SRA. SIMONE LISOT - Há uma normativa da Anvisa que determina quais são os tipos de testes para atestar a qualidade do medicamento manipulado. Essas empresas devem ter isso por escrito, todos os testes que realizam devem armazenar e, no ato da inspeção das fiscalizações, tanto do Conselho quanto das Vigilâncias Sanitárias, é verificado se essa empresa tem realizado esses testes de controle de qualidade dos produtos manipulados, tanto da matéria prima como do produto acabado.

P - Em caso de punição aplicada às farmácias que não mantêm o farmacêutico, você relatou que não pode fechar o estabelecimento, isso repete com frequência e a população fica à mercê desse, tendo acesso a esse medicamento sem ter o farmacêutico?

R - Na verdade, na ausência do profissional farmacêutico não poderia ocorrer a manipulação, toda vez que o Conselho detecta que não tem o profissional farmacêutico trabalhando no local emite multa para a empresa e encaminha denúncia para a Vigilância Sanitária, que é quem tem o poder de fechar o estabelecimento. Há um período legal para tramitar esse auto de infração feito quando o estabelecimento não tem farmacêutico e, cumprido o prazo legal, a nossa fiscalização retoma porque monitoramos todos os estabelecimentos irregulares. Tanto que as inspeções nesses estabelecimentos são mais frequentes, do que nos que são constatadas regularidade. Toda vez que aplicamos um auto de infração nesse local encaminhamos ofício comunicando à Vigilância Sanitária qual irregularidade está ocorrendo naquele local.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Concede um aparte, Vereador Milton. A senhora pode nos remeter um relatório desses envios à Covisa?

R - Posso.

P - Deve ter vários?

R - Tenho.

P - A senhora está há quanto tempo à frente do Conselho?

R - Trabalho no Conselho há 15 anos, mas internamente estou há cinco anos.

P - A senhora pode mandar de 2005 para cá? Consegue mandar?

R - Consigo.

P - Então, por favor, nos remeta. A senhora obtém resposta? Dão respostas para a senhora, aconteceu esse procedimento ou não tem essa interface depois do encaminhamento.

R - Muito pouco.

P - A senhora disse que o Conselho verifica os estabelecimentos, vão lá e dão atestado que está tudo de acordo com a legislação, com que frequência se retorna a esse estabelecimento?

A SRA. SIMONE LISOT - Então, nos estabelecimentos regulares, a inspeção do Conselho vai, ao menos, duas vezes por ano. E se a gente emitiu esse certificado no começo do ano e detecta alguma irregularidade, o nosso fiscal recolhe esse documento e o farmacêutico responde pela falta que foi verificada lá. E nos estabelecimentos irregulares, a gente chega a ir a cada dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Qual é o número de pessoas que estão hoje nas ruas fiscalizando na cidade de São Paulo?

A SRA. SIMONE LISOT - Hoje, a equipe de fiscais do Conselho é composta por 40 fiscais, todos farmacêuticos. E na cidade de São Paulo e Grande São Paulo eu tenho uma equipe de 17 fiscais, sendo que cada uma fica responsável por mais ou menos 600 estabelecimentos farmacêuticos.

P - E como é que ela consegue duas vezes ao ano?

R - É porque a meta... Os nossos fiscais não realizam atividades administrativas, eles só trabalham a campo. Então, eles fazem uma média de dez inspeções por dia e aí conseguem atingir esse número de inspeções. No ano de 2009 nós conseguimos fazer 62 mil inspeções no Estado. São metas estabelecidas pelo Conselho Federal de Farmácia.

P - Vocês passam, verificam se tem a documentação, verificam se tem o farmacêutico responsável.

R - Exatamente. E a gente vê as condições em que ele está trabalhando. Se ele cumpre a legislação sanitária.

P - Vocês têm uma Ouvidoria para saber se a pessoa que está em campo está fazendo bem feito o trabalho? Há reclamações também nesse sentido?

R - Nós temos um setor de denúncia no Conselho.

P - E há denúncias com frequência ou são pequenas?

R - Tem. Nós temos... A gente recebe denúncias tanto por telefone - nós temos o 0800 - como via e-mail. As pessoas podem ir até o Conselho fazer denúncia por escrito.

P - Mas qual é o tipo de denúncia mais frequente?

R - Ausência do profissional prestando assistência.

P - Essa denúncia é por parte da comunidade, da população?

R - Da população.

P - Ia perguntar: há alguma denúncia em relação às equipes que fazem a fiscalização?

R - Formal, não.

P - Mas, informal?

R - Às vezes, as pessoas reclamam de algumas atitudes tomadas. Mas, quando a gente pede para fazer isso por escrito, aí as pessoas acabam não procurando mais o Conselho.

P - Mas, que tipo de reclamação?

R - Da demora para conseguir um alvará de funcionamento, da postura adotada nas inspeções, mas às vezes...

P - Sim, mas o alvará não depende de você, não depende... É municipal?

R - É. A pessoa só consegue a licença quando ela sofre uma inspeção. Mas aí não depende de...

P - A senhora é favorável nesse sentido, de que para toda a licença deve ter a fiscalização primeiro?

R - Com certeza.

P - Em todos os estabelecimentos?

R - Em todos.

P - Eu devolvo a palavra. Obrigado.

O SR. MILTON FERREIRA - Obrigado. Em caso de medicamentos falsificados e lote roubado, existe um protocolo de investigação entre a Covisa e o Conselho?

A SRA. SIMONE LISOT - Não. Não existe um protocolo de investigação. Na verdade, quando existe lote de medicamento roubado, as indústrias comunicam tanto o CVS que emite notas comunicando que aquele lote foi roubado e ele é de acesso a todos os estabelecimentos, para saber que aquele lote foi roubado. Quase todos os dias tem publicação nesse sentido, mas não existe uma parceria entre o Conselho e a Covisa para fazer esse tipo de investigação.

P - No caso de um laboratório clandestino que fabrica o medicamento... Nesses casos, então, a população pode estar recebendo esse medicamento roubado, sem uma devida tarja de controle?

R - Na verdade, quando o estabelecimento é clandestino, a fiscalização sedetecta a existência desse laboratório, normalmente, encaminha... Toma todos os procedimentos e encaminha, porque normalmente esse laboratório acaba sendo fechado pela vigilância, uma vez que ele não tem autorização para funcionar e nem produzir ali. Então, não se sabe qual é o tipo de produto que está saindo desse estabelecimento.

P - Está bem, obrigado. Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem, Vereador Jamil Murad e, em seguida, Vereador Paulo Frange.

O SR. JAMIL MURAD - A Covisa já encaminhou denúncia ao próprio Conselho?

A SRA. SIMONE LISOT – Já. Na verdade quando a Covisa encaminha é em relação à atividade do profissional, porque as providências em relação às irregularidades sanitárias é ela que toma e quando ela detecta algum problema em relação ao profissional, ela encaminha para o Conselho. Mas isso não é muito frequente.

O SR. JAMIL MURAD – Nós temos visto pela imprensa, em certos momentos, a notícia do crime organizado que atua preferencialmente no roubo de carga de medicamentos. Quais são as consequências para a população, quer dizer, para a saúde da população? Porque o crime organizado da mesma forma que ele faz o assalto, ele também pode fraudar o medicamento, como foi levantado aqui.

A SRA. SIMONE LISOT – Na verdade tanto o medicamento roubado como o medicamento fraudado, você não consegue garantir a qualidade desse produto para o paciente. Por exemplo, o medicamento roubado, não se tem conhecimento de como é que esse medicamento ficou armazenado, se ele esteve sob calor intenso ou se ele esteve alguma outra intercorrência física que possa inativar a ação do produto que está ali e às vezes a pessoa fazendo o uso desse produto, ela não vai ter o resultado que é esperado com a utilização do produto.

P – Obrigado. Outra questão: hoje nós temos redes enormes de venda de medicamento, de comercialização de medicamento. Então é a Drogasil, é Drogão e etc. Bom, qual é a porcentagem comercializada através dessas redes comparadas com farmácias, drogarias, farmácias de comércio mais individual? De propriedade individual.

R – Eu não saberia precisar qual é a porcentagem de venda dessas redes de farmácia. Com certeza, ela é superior às farmácias individuais, mas eu não sei precisar.

P – Em termos de volume, a maior parte do comércio de medicamento é feito por redes ou por farmácias de propriedade individual? Tem essa noção?

R – Não, mas acredito que sejam pelas redes.

P – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com a palavra, o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Simone, estamos alugando a senhora hoje, hein! São duas situações: uma é, nós sabemos que nas farmácias, os produtos também vem assim, alguns vem e mudam a característica, tem problema no próprio acondicionamento e esses produtos têm de ser descartados para a própria indústria. Nós não conseguimos ainda entender, não é a própria indústria que busca, na verdade ela busca das farmácias tudo o que está ali que tem problema. Para onde eles levam, onde acondiciona e qual é o destino final?

Então, essa situação, nós estamos tratando produtos farmacêuticos e como é que é desde esse processo da detecção dessa medicação até o destino final. Onde ele é incinerado, onde ele é tratado e etc. Essa é uma.

A outra é motivo, inclusive, de um projeto de lei que eu estou tratando aqui na Casa e já têm muitas cidades que vêm insistindo nisso, que o Vereador Aurélio Miguel com certeza deve conhecer bem. Nós temos academias, casas que vendem produtos nutricionais para esporte, nutrição esportiva, e o pessoal não para de vender as bombas.

Nós temos, hoje, uma pesquisa no Brasil, cerca de 6% dos nossos jovens já utilizaram bomba de alguma forma. Eu já tenho as consequências delas no consultório, garotos com hipogonadismo, sem conseguir ereção, com mama e dependência física e química do remédio, dos anabolizantes e dos produtos que vem sendo utilizados. Usam indiscriminadamente hormônios.

Nas mulheres, então, a situação vem se tomando mais crítica porque começa a aparecer pelo, bigode e, aí, elas param. Nós não vamos conseguir, através da informação, levar isso. Nós queríamos veicular nesse projeto de lei, onde se coloca que o fumo faz mal à saúde etc. e tal e causa dependência, também colocar que produtos utilizados dessa forma, anabolizantes, causam dependência e fazem mal à saúde. Era esse o projeto de tratar o assunto, na tentativa de mudar o conceito da juventude com relação à academia: em vez de fazer ginástica, alguém vende para ele uma proposta, parecida com essa que vimos na tevê: com dois meses fazendo ginástica, ele fica com o braço desse tamanho. E fica, e isso encanta.

Nós contratamos esse projeto na Câmara, conversamos na própria Casa e descobrimos que muitos dos nossos companheiros, que estão começando a ficar um pouco mais sarados, também usam, porque foi oferecido na academia, foi oferecido na casa de nutrição etc. Nesses locais, não tem médico que prescreve, não tem orientação, acaba o fisioterapeuta orientando. O que nos deixa mais preocupados, porque a fisioterapia tem evoluído tanto e nós estamos tão impressionados com a qualidade com que ela vem sendo tratada e com seu desenvolvimento. E nos impressiona mesmo, a qualidade da fisio mudou completamente. Ontem mesmo tive acesso a laudos de fisioterapeutas, de pacientes com AVC, e nos impressiona a qualidade do texto que veio, da informação que o fisioterapeuta está oferecendo hoje ao médico.

Não sei como é que são fiscalizados esses espaços, como é que o Conselho de Farmácia poderia nos ajudar nesse sentido, mas hoje isso passa a ser um problema de saúde pública. Falamos inúmeras vezes, e a *Folha Teen*, da *Folha de S. Paulo*, de semana passada tem um bloco inteiro só sobre essa situação, explicando onde age etc. e tal. Mas isso vai só para um público, não conseguimos divulgar isso. Como é que o Conselho pode agir nessas situações? Depois, vamos ouvir também os nossos colegas do Conselho de Medicina. Como é que nós podemos agir efetivamente sobre isso? Não sei. O Vereador Aurélio é atleta, ele já foi campeão mundial, deve ter visto fora do Brasil, eu sei que nunca usou, é um defensor de que não se use. Mas nós estamos vendo os atletas nossos, do futebol. Quem aqui fechar os olhos vai ver um jogador que saiu do Brasil há uns anos, impressiona o tamanho das pernas com que esses moços voltam de lá pará, depois de dois, três anos. Não é só ginástica, com certeza. A própria levê, quando mostra um jogo de quatro anos atrás e mostra um cidadão jogando na Europa hoje, impressiona a musculatura que ele ganha. Ele não ganhou aquilo só com fisioterapia, mas, talvez, acompanhado, orientado. Não sabemos o que acontece. Aqui está muito. Nas academias, a gente tem que insistir com os filhos: "Se ofereceram alguma coisa, não pegue", porque lá tem de tudo. Hoje são verdadeiras prateleiras que oferecem de tudo, e a ampolinha do tal Durateston, por exemplo, está escondida lá atrás, e aplica lá mesmo, sabe Deus em que condições.

Não sei se vocês já tentaram fiscalizar esse tipo de espaço, ou se isso seria atribuição só da Covisa, ou se nós temos que formalizar esse tipo de situação para que vocês possam fiscalizar conosco. Hoje, não estou falando de duas ou três academias: mais de 80% delas trabalham com isso como fonte de renda, inclusive. Então, eu gostaria de ouvir sua opinião a respeito dessas duas situações.

A SRA. SIMONE LISOT – Primeiro, sobre o descarte dos medicamentos. Hoje as indústrias são obrigadas a recolher os medicamentos que têm algum desvio de qualidade ou comprovadamente algum outro problema que tenha sido detectado. Quando o medicamento vence, ele acaba sendo descartado pelo estabelecimento que está comercializando. Todos os estabelecimentos devem ter um plano de gerenciamento de resíduos, e nesse plano está descrito como esse medicamento é recolhido e como é que ele vai ser descartado – normalmente, através de incineração. Os municípios acabam tendo legislação própria sobre isso, mas é uma coisa nova, que está sendo cobrada hoje dos estabelecimentos, não é há muito tempo que está sendo cobrada. As indústrias também têm que ter um plano de gerenciamento de resíduos. Esse plano é aprovado pelos órgãos competentes de controle do descarte desses produtos.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Simone, nesse assunto, as empresas, as indústrias – aí que se cria o problema mais sério – terceirizam essa conversa, ou seja, passaram para uma outra empresa, que sai catando nas farmácias aquilo que é de cada um dos laboratórios, que leva para um outro espaço, que a Covisa tem que fiscalizar. Lá ele tem que estar acondicionado, tem que ser guardado nas mesmas condições, tem todas as regras de boa prática desse tipo de atividade. Depois, vai para uma destinação final, absolutamente correta, deve ser. Mas a grande parte das farmácias, tenho conversado, depois que tive acesso a isso, nem sabe para onde vai e com quem fala a esse respeito. Nas farmácias – e, aí, cabe ao Conselho talvez –, não tem a orientação desse tipo de situação. "Ah, mas tem. Aqui na Avenida Sumaré tem, Drogaria São Paulo tem". Mas se for a Perus, a Brasilândia, se for a Itaquera, não tem. A não ser que seja grande rede, mas lá as pequenas farmácias não têm. Tanto não têm que estive numa delas e disse: "Essa camisinha que você está vendendo mal vai conseguir segurar gravidez", porque o sol bate de frente na farmácia e fica a 32, 35 graus no vidro da farmácia. Esse poro da camisinha já está literalmente aberto, não temos nenhuma condição de dizer que aquela camisinha está própria para uso, pelo menos para prevenção de DST. Para espermatozoide, pode ser que não passe, mas o vírus passa. E não é difícil: fazemos o teste colocando a garrafa de coca cola com água e viramos; ela começou a abrir e estourou. E tenho usado as outras, passa um litro e meio, dois litros de água, e eu seguro ela na mão, ela não arrebenta. Essa, que eu fiz lá, mostrei para o farmacêutico: ela arrebentou na mão. Se coloca pouco mais de 500ml, ela explode, ou seja, já acabou a qualidade do látex.

Essa eu acho que é uma atribuição do Conselho, que poderia contribuir muito, porque nas periferias, elas têm porta aberta para a rua, e o sol bate – ou de manhã, ou à tarde – diretamente nos balcões onde justamente está a camisinha. E esses produtos não retomam para indústrias, esses vendem mesmo.

R – Na verdade, na nossa fiscalização, além de verificar... Lógico, o Conselho busca orientar o profissional. Porque não basta eu cobrar, eu preciso orientá-lo de como ele deve agir. O Conselho tem uma série de cursos, que a gente chama de cursos essenciais, que a gente entende que é o mínimo que o profissional deve conhecer para atuar em determinada área. Também nas inspeções, quando os fiscais verificam alguma irregularidade, fazem uma orientação por escrito para o profissional, onde ele toma ciência do que foi verificado que não está correto para que ele não incida naquele erro. Até porque, se ele reincidir, ele vai responder um processo ético por isso, e, assim, a gente evita de ele chegar e falar: "Ah, eu desconhecia, não sabia que podia fazer isso". Então, os nossos fiscais hoje fazem esse trabalho de orientação no local quando verificam alguma falha na atividade do profissional farmacêutico, porque, de fato, cabe a ele verificar como esses produtos estão expostos, qual a melhor maneira de acondicionar. Cabe ao profissional farmacêutico esse tipo de verificação.

P – Há outra pergunta, Vereador Aurélio. Eu vou fazer um requerimento para que a Covisa nos informe quais são os estabelecimentos que hoje, terceirizados, recebem mercadoria danificada, ou vencida, ou com algum problema de qualidade, para que a gente possa visitar e saber o que é feito com isso e para onde está indo. Eu não imagino em que lugar deve estar sendo incinerado isso. Aqui em São Paulo não é, não temos área para isso. Pelo menos sei que não é. Disseram que era em Mauá. Depois, disseram que era em Guarulhos. Ai, alguém falou Paulínia. Em Paulínia é mercúrio. Estamos mandando resíduos de mercúrio para lá; termômetro quebrado está indo para lá. Agora, não sabemos para onde vai. São Bernardo? Santo André? Ninguém diz onde é. Então, vamos precisar pegar com a Covisa a relação disso. Porque até para cobrar o ISS dessas empresas, o código deles é diferente, é uma atividade que ainda não tem nome. Mas tem código de cobrança na Secretaria de Finanças, porque eu fui lá, chequei e tem, do ISS deles.

Outra situação era em relação aos anabolizantes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, o Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Uma última pergunta. O Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis, do Ministério da Saúde, indica o preservativo como um item obrigatório nas farmácias de postos de saúde no sentido de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, particularmente a AIDS, doença muito grave.

Aqui no município de São Paulo foi feito um levantamento, publicado nessa reportagem do dia 11 de outubro de 2009. O título é: "Unidades básicas de saúde criam barreiras para entregar camisinhas". Quer dizer, tem uma determinação no Ministério da Saúde dizendo que é para facilitar a distribuição da camisinha exatamente para evitar doenças sexualmente transmissíveis, particularmente a AIDS. E aqui, na Unidade Básica de Saúde da Vila Curuçá, por exemplo, as mulheres precisam participar de conversas sobre planejamento familiar para depois ela poder receber a camisinha. O homem, nesse mesmo local, às vezes, tem mais facilidade, menos exigências. De certa forma, a reportagem fez um levantamento e constatou que duas em cada três unidades não cumprem a determinação do Ministério da Saúde. Isso está sob responsabilidade do profissional farmacêutico, não está?

R – Se o profissional farmacêutico estivesse na unidade, provavelmente seria dispensado na farmácia da unidade.

P – Porque eles exigem documento, e, na verdade, não precisa exigir documento. Não precisa exigir palestra prévia. A única exigência é: "Eu preciso da camisinha". Mas eles colocam uma série de pré-requisitos, o que acaba dificultando o uso do preservativo e que pode, então, colocar a pessoa sujeita a uma doença até muito grave. Esses problemas têm sido discutidos no Conselho?

R – Não, não tem. Na verdade, nós nunca recebemos nenhuma denúncia nesse sentido no Conselho. Os farmacêuticos que hoje atuam nas unidades básicas, que são os ligados às OSs, também nunca relataram esse tipo de problema ao Conselho.

P – Tem uma outra informação. Dependendo da organização social, se ela tem um viés religioso, ela dificulta ou nem distribui preservativo. A senhora tem informação sobre isso?

R – Não, não tenho.

P – O profissional farmacêutico acaba sendo proibido de exercer bem a sua profissão, porque ele não colocaria obstáculos ao uso de preservativo. E há religiões que proíbem o uso de preservativo, ou orientam para não usar. Isso alteraria o exercício profissional do farmacêutico.

R – Com certeza.

P – O Conselho já tratou desse assunto?

R – Não. Na verdade, esse tipo de queixa nunca chegou ao Conselho - nem por parte dos profissionais farmacêuticos nem por parte da população.

P – Então, eu estou transmitindo ao Conselho, neste momento, porque nós chegamos até a propor um debate na Comissão de Saúde da Câmara sobre esse assunto. Porque chegou a nós este tipo de queixa: que determinadas organizações sociais com viés religioso dificultavam a distribuição do preservativo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Algum Vereador quer fazer uso da palavra?

O SR. PAULO FRANGE – Está faltando a resposta do anabolizante e das...

A SRA. SIMONE LISOT – Na verdade, o anabolizante é produto que deve ser vendido só mediante apresentação de receituário médico. Então, o Conselho, na verdade, só fiscaliza as academias quando recebe alguma denúncia da comercialização desse produto. Então, se a gente recebe alguma denúncia, a nossa fiscalização vai até a academia. Na verdade, como é uma venda feita de forma escusa, normalmente, como o fiscal do Conselho não tem... Ele não pode abrir espaços. Só se é permitida a inspeção dele que ele pode verificar, então, a gente não tem conseguido bons resultados com isso. A gente busca uma parceria com o Conselho de Educação Física, que é quem efetivamente fiscaliza as academias. Quando a gente tem uma forte suspeita ou é verificada alguma coisa no local, além de encaminhar para os órgãos competentes, a gente tenta... A gente inclui esses estabelecimentos nessas parcerias que a gente faz inspeção com a Vigilância Sanitária, com a Anvisa e com a Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora me dá um aparte? Um momentinho só. A senhora disse que passa para o Conselho de Educação Física.

A SRA. SIMONE LISOT – Não. A gente tem... A gente procura fazer parcerias com eles para fazer inspeções em conjunto nesses locais quando a gente recebe denúncia.

P – E quando há denúncia e se verifica, também se manda para a Covisa?

R – Manda para a Covisa também. Quando a gente detecta, porque aí se... A gente constata venda do produto no local, o Conselho faz uma autuação dessa academia, como praticando atividade de comércio de medicamentos.

P – Agora, esse tipo de medicamento que a gente sabe que é tão usado, infelizmente, na melhora da performance no esporte. Infelizmente, se utiliza. É uma realidade e é triste. Não há como controlar melhor esses medicamentos, que a gente sabe que tem essa utilização? Porque a fabricação é limitada, é mais para uso terapêutico, para tratar de algo, de alguma doença, de algum problema que a pessoa teve. E hoje está se utilizando para outros fins. Não deveria ter um controle melhor, a senhora que é do Conselho Regional de Farmácia, em relação a esses medicamentos, por exemplo, você pega o hormônio de crescimento; deve ser para pessoas que têm... A gente sabe que no esporte está se usando, não só no esporte, tem pessoas fazendo tratamento antienvelhecimento, que é um absurdo, é o tal do GH. E a gente sabe que estão usando de forma absurda, quer dizer, não tem como a gente controlar melhor isso?

R – É. Na verdade, esses produtos, quando estão dentro das farmácias e drogarias, há, sim, uma forma de controle da venda desses produtos. Esses medicamentos que são vendidos em academias, tanto na própria internet, a gente não sabe qual é a procedência desse medicamento.

P – Eu sei. A senhora vai nos distribuidores de... Têm vários distribuidores aqui na cidade de São Paulo. Por exemplo, GH, têm vários distribuidores e outros produtos desses que precisam de realmente da receita médica. A gente sabe que tem. Os distribuidores, eu posso trazer na próxima reunião. Eu faço uma pesquisa e trago rapidamente.

R – Mas os distribuidores também têm um controle da venda desses produtos. E na documentação que a gente verifica nas inspeções, tanto o Conselho como as Vigilâncias Sanitárias, a gente vê de quem ele compra, para quem ele vende, controle de estoque. Então, assim: os medicamentos que estão sendo vendidos - que seria o mercado negro - estão vendidos de forma escusa e, por exemplo, na própria Operação Fênix, que o Dr. Jamil mencionou, também foram apreendidos uma série desses produtos anabolizantes, tanto de fabricação no Brasil, como importado de outros países, que estão sendo vendidos sem a devida comprovação de onde ele veio, de como é que está sendo vendido e sem registro do próprio Ministério da Saúde.

P – Vocês controlam, por exemplo, vendeu lá o GH, o hormônio do crescimento. Vendeu, não sei, tantas mil unidades, aí vamos pegar por receitas: o médico tal da clínica de... É um endocrinologista; o outro é outro tipo, mas vocês pegam também essa... Fazem essa medição, esse scout?

R – O Conselho de Farmácia não faz isso. É de competência da Vigilância Sanitária.

P – A Vigilância Sanitária está aqui, depois a gente pergunta se faz ou não. Por quê? É muito fácil. Você pega um endocrinologista, começa a usar muito o GH, ele está usando para outra coisa e não para um tratamento terapêutico de alguma utilização. A gente sabe disso. Então, deveria se verificar muito bem isso.

R – É. O controle...

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Simone, quando a senhora fiscaliza para uma denúncia, é feito um documento de que foi encontrado ali o anabolizante?

A SRA. SIMONE LISOT – É. É feito.

O SR. PAULO FRANGE – É? Nobre Vereador Aurélio, quem sabe a gente não pode depois conversar com a Anvisa, Covisa para que a gente possa estabelecer uma relação onde esse documento praticamente seria o BO e isso seria encaminhado para a Polícia Civil, para a Covisa e tem de ter retorno de qual foi a atitude, porque senão vai embora e se perde o controle. No outro mecanismo, eu não sei, se vocês fazem o documento que identificou o produto lá e a quantidade, vocês não podem fazer a apreensão deles, podem?

R – Não. Não podemos. Quando a gente verifica que tem esse medicamento, a gente relata, coloca o número de lote e aí encaminha assim para a Vigilância Sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quais são os procedimentos, por exemplo, em relação às clínicas de endocrinologia? A gente sabe que eles dão anfepramona que, na verdade, é uma divisão da própria cocaína que estimula; a pessoa fica sem fome e depois eles dão calmante, quer dizer, uma bomba para o organismo. A gente sabe que as mulheres são mais suscetíveis depois de terem problemas de depressão. Muitas mulheres têm problema de depressão em função – o doutor está aqui, deve estar aqui, ele sabe melhor do que eu, do Conselho de Medicina – mas, a gente sabe que têm muitas mulheres que depois têm problemas. Até onde a forma que estão fazendo é permitida no nosso país?

A SRA. SIMONE LISOT – Na verdade, o Conselho de Farmácia não fiscaliza clínicas médicas. Não é de nossa competência, a não ser que a gente receba denúncia de venda de medicamento nessas clínicas.

P – Sim, mas ele, ele, ele...

R – Ele prescreve.

P – Ele prescreve e vai para uma clínica...

R – Existe uma legislação que determina o que ele pode prescrever em relação a esses medicamentos. Aí nas farmácias de manipulação, a gente verifica se o farmacêutico está aviando corretamente essas receitas. Então, por exemplo, se o médico fizer uma prescrição de uma anfepramona com benzodiazepínico, essa prescrição é ilegal. E cabe ao farmacêutico avaliar a prescrição e não realizar, porque senão também ele também está descumprindo essa legislação e aí ele vai ser penalizado por isso.

P – Mas ele pode fazer uma compra de anfepramona e outra dissociada e a pessoa pode tomar os dois que teria o mesmo...

R – Mas a legislação não permite isso. Só em alguns casos, quando há a indicação do prescritor e ele justifica porque está fazendo essa fórmula, porque se for prescrito esses dois produtos para emagrecer, essa prescrição não é permitida ao médico e nem ao profissional farmacêutico aviar essa receita.

P – E como há fiscalização e controle disso? Por exemplo, eu sou médico. Eu sei que não é permitido, eu faço uma prescrição: você faz em tal laboratório isso e faz em tal laboratório isso. Já dissociou. Aí logicamente que cai a receita que deve... Eu não sei o controle que vocês fazem. O controle veio lá que é medicamento que é controlado.

R – Exatamente.

P – Então, aí o laboratório tem de fornecer para vocês?

R – É. Todo medicamento controlado sofre um... É feito um registro do que foi aviado. Hoje é por um sistema da Anvisa que é informatizado e que é possível cruzar os dados dessas prescrições. Mas essa fiscalização compete à Vigilância Sanitária.

P – Mas toda a receita que é controlada, que eu vou lá, que eu sei que é controlada, tarja preta, eu vou lá na farmácia, eles pegam lá e fica retida aquela receita?

R – Exatamente.

P – Essa receita é encaminhada para quem?

R – Não. Essa receita é registrada, agora de forma eletrônica, pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados e o estabelecimento guarda esse receituário por um determinado período para quando a fiscalização for ao local, verificar se o que foi registrado confere com a receita que ele tem lá e com o que ele comprou.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E é o próprio estabelecimento que dá entrada nos dados?

A SRA. SIMONE LISOT – Exatamente.

P – Quem foi o médico que prescreveu, quem foi o consumidor. É isso?

R – Isso é função do farmacêutico.

P – Isso vai para uma base de dados da...?

R – Da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

P – E vocês têm acesso a essa...?

R – Não.

P – Quem é que tem acesso?

R – O Conselho Regional de Farmácia, não. As Vigilâncias Sanitárias.

P – Então, a Covisa tem acesso a isso?

R – Acredito que sim. Deveria ter.

P – Alguém da Covisa pode informar se vocês têm?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor pode vir aqui na frente, Ricardo? Eu só vou aproveitar, porque, como o horário já adiantou bastante, já é uma da tarde e nós temos mais dois Conselhos para serem ouvidos, eu vou pedir que o Sr. João Rosa, representante do Conselho Regional de Medicina, poderia voltar aqui na próxima terça-feira, se tem problema. Eu peço desculpas, porque a gente...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Às 10h. Pode ser?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, eu agradeço a presença do senhor.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio, só para pedir ao Dr. João Rosa, que terá de ter muita paciência também para nos acompanhar aqui, para que a gente possa ter um inventário, uma relação, se é que tem, de clínicas de oftalmologia onde o serviço de ótica praticamente está no mesmo espaço e dentro do mesmo espaço do atendimento de oftalmologia. Se isso é frequente, se isso já foi detectado e tudo. Porque tem tempo que eu conheço. Agora, se o Conselho já teve acesso a esse tipo de informação.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Está bem. Obrigado, Dr. João.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado e desculpa ter demorado muito aqui hoje.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Meu nome é Ricardo Antônio Lobo. Boa noite. A respeito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos

Controlados, ele é um grande avanço na saúde pública no Brasil em relação a informatizar realmente os medicamentos controlados. Ele vem de uma demanda ampla já de organismos internacionais de a gente controlar de fato os medicamentos chamados de controlados. Ele foi instituído basicamente há um ano e meio, dois anos pela Anvisa e o sistema é gerenciado todo pela Anvisa – Agência Nacional – e o acesso que nós temos é um acesso restrito a estabelecimento, mapa do estabelecimento. Infelizmente, ele não nos dá acesso por nome, nem de paciente nem de médico. Agora, a Anvisa tem esse acesso e no momento em que houver uma necessidade de cruzamento de informações, será possível a Vigilância entrar em contato com a Anvisa e pedir a informação. Nós já entramos em contato diversas vezes pedindo um acesso maior, mas, como o sistema é muito novo, a alegação da Anvisa foi de que ele está sendo desenvolvido de maneira mais adequada para que as Vigilâncias regionais possam fazer cruzamentos de informação. Não há dúvida de que em breve a gente vai ter grandes avanços com isso.

Inclusive existe um agente de Polícia Federal dentro da Anvisa, que investiga crimes, crime organizado basicamente, que trabalha principalmente com esses medicamentos contrabandeados do Paraguai ou medicamentos falsificados de grande venda, de grande apelo de venda. E eles vêm, realmente, com investigações que duram anos em relação a alguns estabelecimentos, a algumas redes, para ter essa informação.

O SNGPC eu imagino que seja uma estratégia bastante interessante para agir dessa forma.

P – Mas nós, a cidade de São Paulo, não poderíamos, então, obrigar os estabelecimento que comercializam medicamentos, quando tem a receita controlada, a nos enviar as informações?

R – Então, hoje...

P – Porque seria uma forma de a Cidade controlar melhor o...

R – Hoje ele é obrigado, por legislação federal inclusive, à manutenção de envio de mapas, que são listas que não contemplam a informação total do SNGPC, ou seja, o sistema informatizado é o grande avanço. O mapa, do jeito que ele é hoje, pela quantidade de informação, é inviável você tentar fazer cruzamento com ele, até porque nós temos o Sistema Nacional de Gerenciamento que permite essa função. A Vigilância Municipal tem tentado, diversas vezes, em conversas com a Anvisa e tem adiantado já a necessidade de alguns cruzamentos, e o que eles nos colocam é que em breve serão lançados. Até imagino que alguma coisa está sendo investigada, principalmente de crime relacionados, infelizmente, aos colegas médicos que estão utilizando, de forma inadequada, a prescrição e a autorização de prescrever e até de estabelecimentos que fazem venda inadequada. Até por isso que não se abre uma informação ampla e restrita para as Vigilâncias municipais antes que seja investigada essa apuração de crime. Imagino que seja isso e isso é algo que eu tirei de uma última reunião que tive na Anvisa, quando foi colocado que, sim, há disponibilidade, eles já fizeram algumas incursões em alguns municípios do Brasil, em relação a médicos que prescrevem quilos e quilos de anfetamina, para investigar, mas que isso ainda não está liberado para acesso às Vigilâncias regionalizadas ou municipais. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Só para colocar que eu não sei onde está o peso da indústria, o lobby, nesse processo, de tal forma que nós não temos esse controle no Brasil, ou seja, o que eu tenho como venda com nota fiscal e o que é casado com as receitas que são emitidas. Al você vai me responder: "Não, mas é quase impossível, porque nós temos no Brasil cerca de 300 mil médicos". Está bem. Nós temos 1,5 milhão de produtores rurais e hoje eu não consigo registrar um bezerro de número 31 se eu comprei 30 dólares de sêmen. Não consegue. Você não tem como explicar, não entra no sistema.

Então, o campo andou mais rápido do que a Medicina. A Asbia – Associação Brasileira de Inseminação Artificial – tem um controle completo disso. Então, eu compro lá 100 dólares de sêmen, porque eu trabalho com isso, e insemino 100 fêmeas. Se eu falar que inseminei 101, não entra no sistema, eu não registro o filho. Agora, como pode ter Nota Fiscal Eletrônica, controle de tudo isso, a Receita Federal autuar todo mundo que sonega e eu não consigo fazer o cruzamento de controle de estoque com o controle da receita? Entendeu?

Aqui falta alguma coisa da comunicação e é um programa de gestão de TI, um programa que não é difícil, a partir do qual pudéssemos controlar isso. Eu acho que aí é que está exatamente o ralo por onde passa tudo isso. Posso lhe assegurar com toda tranquilidade, no campo isso não acontece mais, não acontece nem com semente, ou seja, não tem como explicar que tenha milho colhido e não ter comprado a semente. Não casa, porque eu não consigo vender o milho se eu não apresentar a nota da semente.

Então, nós aqui estamos perdendo para a turma do campo e com coisa muito mais séria. Eu não sei se você consegue entender o raciocínio que eu estou fazendo, se você entendeu exatamente o que eu estou querendo dizer. Nós não temos como cruzar essa informação. Olha, eu vejo que a partir de ontem, ou de hoje, a sibutramina passa a ser receita azul. Imagine como vai ser daqui para frente com a sibutramina tendo receituário azul.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – A respeito dessa colocação, não há dúvida de que há uma resistência de controle. Não há dúvida de que tenhamos isso no Brasil. De qualquer maneira, a Anvisa vem vencendo algumas etapas e a primeira que já foi colocada, a do comércio varejista, já se conseguiu um grande êxito. O próprio Conselho pode dizer que, basicamente, todas as farmácias que mexem com medicamento controlado, hoje, regulares, estão com o sistema nacional e utilizando esse sistema nacional. O avanço do SNGPC vai caminhar agora para as distribuidoras, ou seja, tem um prazo para que isso aconteça e fecha o ciclo com as indústrias e as distribuidoras e importadoras. Nesse momento, você fecha o ciclo e consegue ter o controle mais próximo disso que o doutor colocou e também a gente vai ter de vencer algumas situações mais críticas em relação a poder de controle ou não.

No Município de São Paulo, nós tivemos uma curiosidade, mas também conseguimos vencer, de algumas grandes redes de drogarias de quererem retomar – e conseguiram liminar inicialmente, depois perderam – o sistema de papel. Nós tínhamos o grande avanço do sistema de medicamentos controlados e, na hora em que o eletrônico funcionou, quiseram voltar ao papel. Isso mostra algumas coisas, não dá para afirmar com certeza, mas que há alguns interesses que vão ser combatidas. Não há dúvida.

P – Eu estou colocando isso, Vereador Aurélio, porque eu fui assaltado em 82 e me levaram o carimbo. Imagine só a que nós estamos presos, a um carimbo e ao receituário azul. Além de o ladrão ter levado dois talonários que eu tinha dentro da bolsa, ele deve ter imprimido muito. Um dia, nós prendemos esse cara vendendo produtos para emagrecer, todo tipo de produto, na porta do Hospital Mandaqui, com carimbo meu. Na região Norte, eu era muito conhecido lá, porque eu era diretor do São Camilo, em Santana, e começaram a chegar e me dizerem: "Vereador, você está receitando muito. Está vindo aqui com seis caixas e só vendem três". Aí, começaram a ligar, e nós fomos lá e pegamos o cidadão com a "boca na botija". Ele fazia isso e vendia também atestado para poderem faltar no trabalho, com o mesmo carimbo.

Nós estamos numa época tão dinossáurica que, se não tiver o carimbo, não vende, mas o carimbo você pode mandar fazer. Eu lhe dou meu CRM agora: Paulo Jesus Frange, 25.950, e você manda fazer um ali, carimba e está pronto. Carimbo pode. E a gráfica faz aquele azulinho fácil; qualquer gráfica faz aquilo. Então, nós temos de achar um mecanismo de controle, mas eu acho que tem de prosperar. Eu acho que você tem toda a razão, é muito difícil esse controle e vai depender desses cruzamentos mesmo. A farmácia não pode segurar a evolução desse acompanhamento eletrônico que nós tínhamos.

R – Nós da Vigilância não temos dúvida de que o avanço é o sistema informatizado e o SNGPC. Toda força nele no sentido de controlar, de fato, a prescrição desse medicamento e o consumo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em relação a essas dietas que a gente vê nas emissoras de TV, na Luciana Gimenez, dieta disso, a Adriane Galisteu em diversas revistas e meios de comunicação, qual é o controle desses produtos?

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Isso a gente parte para o controle de propaganda. Nós temos a propaganda de medicamentos, regras estabelecidas, e controle de alimentos. A tentativa de utilizar um alimento, que é registrado como alimento, com uma finalidade terapêutica, é proibida. Então, temos diversas situações em relação a estabelecimentos que são inspecionados que mostram o alimento e dizem que faz emagrecer ou que cura tal doença. Isso é proibido e o que a gente faz é a autuação disso tudo. A gente tem, infelizmente, alguns canais de comunicação que continuam perpetuando essa informação, que não deixa de modo claro que é um alimento, mas tenta, nas entrelinhas, colocar que isso vai melhorar a vida em relação à cura de doenças. A Anvisa tem um órgão específico que cuida das propagandas e de todas essas denúncias; além de serem autuadas, nós encaminhamos para que sejam feitas a busca e a autuação de quem está propagando isso até em nível nacional, porque é uma rede grande. A internet é um grande campo de discussão disso, principalmente a discussão de crimes pela internet em relação até a domínios de site ou não. Nós já tivemos algumas conversas com a Polícia Civil em relação a crime organizado para a

gente tentar encaminhar, porque ela tem um grupo específico de investigação de crimes pela internet, assim como a Anvisa também. Então, geralmente, a gente remete crimes pela internet tanto para a Polícia Civil como para a Anvisa, para continuar essa investigação.

P – O senhor tem como nos remeter cópia, tanto de propaganda como de internet?

R – Isso, a gente tem algumas autuações.

P – Esses que vocês encaminharam para a Polícia vocês podem nos encaminhar também.

R – O.k., sem problema.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio, só um nome: Nutri Diet. Faça a pesquisa no Google para ver a quantidade enorme de Nutri Diet que existe com composições absolutamente diferentes, que vai desde medicações fitoterápicas até produtos com todo tipo de coisa dentro. Inúmeros Nutri Diet, inúmeros produtos feitos em lugares diferentes, que não têm farmacêuticos responsáveis, não tem nada. Eu fiz uma pesquisa esses dias e fiquei impressionado de ver. Tem cápsula, tem produto em pó, tem alimento, tem de tudo e é vendido diretamente sem nenhum controle.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – E, se a gente for perceber, antigamente alguns usavam ainda o domínio ".com.br". Com o tempo, percebendo a autuação da Polícia e da Anvisa em relação a isso, começaram migrar para sites internacionais, o que impede de a gente conseguir saber o local de sede desse domínio. Isso dificulta um pouco mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Outro aspecto, aproveitando que o senhor está com a palavra, é que nós não recebemos, até o momento, nenhum ofício que foi encaminhado à Covisa, desde o início da CPI. Nós não recebemos nada ainda e também não tivemos informações a respeito do acesso ao sistema informatizado Covisa; o técnico falou que haveria possibilidade de colocarmos aqui uma unidade.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Eu levo essa demanda para a Coordenadoria, até para responder em relação aos petições que já chegaram ou que não foram respondidos.

P – E já vamos aproveitar também... Na próxima quarta-feira, pela manhã teremos aqui o Sr. João Rosa virá aqui. Então, na próxima segunda ou na próxima quinta, vamos avisar o dia, gostaríamos que vocês nos acompanhassem, porque nós vamos fazer umas diligências.

R – Sem problema. Comunicando-nos, a gente já se prepara.

P – O.k. Muito agradecido.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor quer falar ainda em relação à Covisa?

O SR. JAMIL MURAD – Em relação à Covisa, só que não é em relação a medicamento, mais é do item anterior, aproveitando sua presença aqui. Aqui em novembro: "Polícia apreende 60kg de carne de cachorro e gato vendida a restaurantes de São Paulo". Quer dizer, então, nós precisamos tomar medidas e, se depender de nova legislação, nós estamos aqui à disposição, seja em nível da Câmara ou para ajudar a articular mudança de legislação em nível estadual ou federal. Mas o que não pode é continuar acontecendo isto: restaurante do Bom Retiro e do Brás...

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Se o senhor me permite, até agradeço pela oportunidade de esclarecer essa situação, porque a mídia colocou de forma bastante veemente a questão de venda de carne de cachorro no Município de São Paulo e esse abate estaria em outro município da região metropolitana. Realmente, o Departamento de Polícia que cuida dos crimes de saúde pública nos comunicou a possibilidade de que alguns estabelecimentos comerciais varejistas de medicamentos, restaurantes, no caso, poderiam estar comercializando carne de cachorro. prontamente, nós fomos até esses estabelecimentos e em novembro mesmo nós coletamos e tinham algumas situações de higiene sanitária inadequadas, foram interditados e nós coletamos as amostras que existiam naquele estabelecimento. E já havia no passado o projeto da famosa carne de gato, era algo como sim e não, existe ou não existe, e já havia um processo, junto com a Faculdade de Medicina Veterinária da USP, de análise de DNA dessas amostras de carne.

Então, nós já havíamos feito o projeto há mais tempo e até aquele momento não havíamos conseguido nada referente à carne de gato ou de cachorro e quando teve esse assunto em relação, sim, a abate, visualmente, acontecendo na região de outro município, em Suzano, e que isso poderia estar sendo vendido no município, nós fomos até lá. Coletamos a amostra e, infelizmente, das amostras coletadas, o resultado disso foi passado para a mídia, mas não havia interesse de divulgação. O que tivemos de resposta é que nenhuma daquelas carnes que foram apreendidas junto com a Polícia nos restaurantes da região central eram de cão ou gato; eram de bovino, eram de suíno, mas nenhuma delas de cão ou gato. Significa que eles não vendiam? Não sabemos. A Polícia vai ter que continuar investigando, mas naquele momento, a apreensão dos alimentos apurados por DNA realizado pela Faculdade de Medicina Veterinária da USP comprovou que elas não eram de cão e gato. Agora, merece, com certeza, a apuração de todos esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixe-me só falar uma coisa. Eu tenho um conhecimento grande em relação a isso. Eu, felizmente, ganhei a Olimpíada na Coreia, a medalha de ouro, em Seul. Lá, na época, eu me lembro bem que no entorno de 100 quilômetros da capital ficou proibida a comercialização e venda de cães e gatos durante a Olimpíada. Por quê? Para não pressionar os ocidentais. A reportagem, eu me lembro bem, da Bandeirantes, foi, viajou e gravou escondido. Todo tipo de cachorro, todo tipo de animal pendurado, abatido, matando na hora. Uma coisa que impressionou. A mim impressionou. Sabendo dessa denúncia, a Vigilância deveria ir a esses locais onde tem os restaurantes coreanos. E, sem dúvida alguma, se é da cultura deles – aqui é proibido, mas é da cultura deles –, eles vão tentar burlar de alguma forma.

Então, seria interessante os senhores verificarem com uma fiscalização mais intensa nessas regiões, principalmente onde tem os restaurantes coreanos na cidade de São Paulo, porque, sem dúvida alguma, deve haver.

R – Isso. A gente já tem uma ação relacionada a isso. Agora, realmente, a investigação para saber onde esse tipo de carne fica precisa ser apurada melhor pela Polícia. Porque, infelizmente, durante as nossas ações e as coletas de amostra que a gente já fazia antes dessa reportagem e durante a reportagem, na qual a Polícia foi junto, nós não conseguimos comprovar serem carne de cão e gato aquelas apreendidas, porque nós apreendemos tudo o que existia dentro do restaurante. Provavelmente, por ser algo ilegal no País, esse material deve ficar de uma forma diferente.

Assim como a gente tem... Voltando a falar de medicamentos, que nas apreensões que foram realizadas na operação da Polícia Civil junto com o Conselho, a Anvisa e a Covisa, esse material geralmente não está exposto de uma maneira fácil de avaliação. As investigações duram anos, duram bastante tempo. E, quando você encontra... O próprio policial federal que trabalha na Anvisa nos colocou, por capacitação que foi feita na Covisa, que se pode encontrar junto outras drogas e até armas, ou seja, é o crime organizado mesmo se infiltrando em medicamentos.

P – Mas vocês, em relação aos restaurantes, não precisam da Polícia. Vocês vão lá com a fiscalização e verificam, pegam várias amostras e levam para fazer as...

R – Sem dúvida nenhuma. Mas isso que eu estou colocando, que nós já fizemos várias e até agora nós não conseguimos em nenhuma delas amostra de DNA.

P – Mas em restaurantes coreanos?

R – Sim, coreanos. Já havíamos feito antes da ação.

P – Quando foi isso?

R – Isso... A Ivanise pode dizer.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, só fala, não precisa...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Seis meses antes de novembro – é isso que ela está colocando – já existia o projeto DNA, que era um projeto bastante interessante e a gente ficou com o projeto bastante quieto em relação à informação, até porque a gente ia informar depois o resultado disso. Veio a carne de Suzano, do abate clandestino, mas aqui a gente não conseguiu confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Outra coisa. Teve algumas pessoas que foram ao Circo de Soleil e lá está se vendendo alimentos. Eles não têm autorização nenhuma da Vigilância Sanitária. Por favor, verifiquem.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – Circo de Soleil?

P – Circo de Soleil, lá no Parque Villa-Lobos. Já acabou?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ainda não.

O SR. RICARDO ANTÔNIO LOBO – O.k.

P – Vai até dia 11, se eu não me engano.

R – Será verificada a denúncia.

P – Dá uma olhadinha para ver se ele tem todas as autorizações municipais para vender alimentos que eles estão vendendo lá.

R – Perfeito.

P – E, pelo que a pessoa disse, não tem autorização nenhuma municipal. É Circo de Soleil, lá no Parque Villa-Lobos. Muito agradecido.

R – Obrigado.

P – Bom, algum Vereador quer fazer alguma pergunta mais à Dra. Simone?

O SR. PAULO FRANGE – Não, Vereador, eu só quero agradecer à Dra. Simone, que está conosco hoje, pela paciência que tem e dizer, Vereador Aurélio, que nós já conhecemos o trabalho desse Conselho, que é absolutamente competente e tem a eficiência que a gente gostaria. Nós compreendemos, Dra. Simone, que nem tudo depende e essa situação está muito atrelada, principalmente ao Conselho de Enfermagem, ao Conselho de Medicina e aos órgãos municipais e estaduais. Então, é muito difícil, é uma atividade difícil e nós entendemos a dificuldade que a senhora tem para conduzir esse trabalho lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora tem alguma proposta, algo que a senhora queira dizer para melhorar essa questão da Vigilância Sanitária, da questão dos medicamentos? O que a senhora contribuir com a Cidade, nós gostaríamos de escutar nesse sentido. Se não for agora, neste momento, se a senhora achar, neste momento, que não tem informações suficientes, mas, posteriormente, nos encaminhar para que a gente possa melhorar realmente, porque São Paulo é uma metrópole, uma das grandes metrópoles do mundo e o andar da carruagem vai colocar o nosso país entre uma das grandes potências do mundo. Então, vai ser referência e nós temos que estar à frente até para proteger nossa população.

A SRA. SIMONE LISOT – Com certeza. Eu gostaria de encaminhar essa proposta posteriormente, porque eu estou aqui representando a diretoria do Conselho e tenho certeza de que essa proposta virá através deles.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bem. Nós vamos fazer diversos requerimentos para que a senhora nos forneça algo que nós conversamos aqui hoje durante essa oitiva. Está bem?

R – O.k. Nós estamos à disposição. Obrigada.

P – Muito agradecido. Muito obrigado pela presença e, se precisar, nós a chamaremos de novo para tirar alguma dúvida. Está bem?

R – O.k. Obrigada.

P – Muito agradecido. Obrigado. O Conselho Regional de Enfermagem enviou um ofício pela impossibilidade de comparecer no dia de hoje e requer que seja convidado, o seu Presidente Cláudio Alves Porto, para prestar informações relativas à atividades desempenhadas pela Covisa no dia 13/04. Então, a gente marca o Conselho de Enfermagem para o próximo dia 13, terça-feira.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Há vários requerimentos sobre a mesa. Requeiro dos Srs. Vereadores que sejam dados como lidos todos os requerimentos. A votos. Os Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovada a leitura do requerimento.

- É lido o seguinte: (Leitura requerimentos)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos os requerimentos. Os Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados todos os requerimentos.

A Secretaria enviará aos membros convocação para a próxima reunião, que ocorrerá dia 06/04. Agradecemos a participação de todos e tenham uma boa tarde. Estão encerrados os trabalhos de hoje. Obrigado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 53
Anexo – Notas Taquigráficas
Proc. nº 08-0046/2010
CMSP – CPI-COVISA
Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E
APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS
COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA
EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À
COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS,
ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E
SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)**

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 06 de abril de 2010

OBSERVAÇÕES:

- Manifestação fora do microfone



O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para a averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, Processo RDP - 046/2010, com a presença dos Vereadores membros Aurélio Miguel, José Polício Neto, Zelão, Jamil Murad e Milton Ferreira.

Foram convidados para esta reunião o representante do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Dr. João Ladislau Rosa. Já está presente? (Pausa) Bom dia, Sr. João. Além dele, a representante do Conselho Regional de Nutricionistas do Estado de São Paulo, Dra. Lúcia Helena Lista Bertonha, que ainda não chegou.

Convido o Dr. João Ladislau para que se sente a frente. Anuncio também a presença do Vereador Paulo Frange.

Bom dia, Sr. João. O senhor tem o termo de compromisso, que, se o senhor puder ler, eu agradeço.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - "Eu, João Ladislau Rosa, convocado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa - especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, Processo RDP 46/2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado pela presença. Agradeço em nome de todos os Vereadores. Já passo a palavra ao relator, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Bom dia. Queria agradecer a presença do Dr. João Ladislau Rosa, representando o Conselho Regional de Medicina, e a do Sr. Mário.

Nós queríamos iniciar fazendo uma apresentação. Vou levantar várias perguntas, e você pode responder em conjunto: as atribuições do Conselho Regional de Medicina, a sua função no Conselho, se já ocupou cargos.

Inicialmente, as atribuições do Conselho e a sua função no Conselho.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Bom dia a todos. Eu queria apresentar o Dr. Mário Scheffer, que é jornalista, nosso assessor de imprensa do Conselho. Ele está me acompanhando para me ajudar se for necessário.

O Conselho Regional de Medicina foi criado... Quer dizer, os Conselhos foram criados em 1957 pela Lei Federal 3.862, que, desde então, não foi atualizada. Ou seja, é uma lei bastante defasada. O nosso Conselho tem uma função cartorial, que é o registro de pessoa física, ou seja, a emissão da carteirinha de médico e registrar os médicos, habilitando-os para o exercício da Medicina no Estado de São Paulo. O registro de empresas. Gostaria de lembrar que o Conselho Regional de Medicina é o único conselho profissional que tem a atribuição de registrar as empresas.

É o único Conselho que faz o registro de empresa de saúde. Nós temos essa atribuição cartorial. Temos uma atribuição judicante que é avaliação do desempenho do médico, então, nós temos um tribunal que julga a prática de medicina dos médicos do Estado de São Paulo mediante denúncias.

Por último, a fiscalização do exercício profissional. Essa fiscalização, na verdade, só tomou um corpo maior há uns 15 anos com a criação do primeiro departamento de fiscalização dos conselhos de todo o país, que foi aqui em São Paulo. Até então, quem fiscalizava eram os próprios conselheiros. Esse departamento foi criado com o objetivo de fiscalizar o exercício profissional, e só o exercício profissional. O Conselho tem sob sua alçada somente os médicos e não as empresas. Nós atuamos somente os médicos e não as empresas.

Esse departamento foi criado com o objetivo de dar suporte a nossa atividade judicante, ou seja, a demanda inicial das fiscalizações é decorrente de processos contra médicos que correm no Conselho. Essa fiscalização iniciou pontualmente dessa maneira, dando esse suporte.

O Conselho, como tem esse papel de registrar as empresas, ele também é o único que pode fiscalizar uma instituição de saúde complexa, como um hospital, visitando, ou seja, fiscalizando, vistoriando todas as áreas do hospital, não só onde o médico atende.

O Conselho fiscaliza o berçário, a UTI, o centro de material, o centro cirúrgico, a nutrição, o setor de lavanderia, fiscaliza todos os setores, diferentemente dos outros que conselhos cuja atribuição é somente a área de atuação de seus profissionais.

Então, o nosso Conselho tem essa atribuição, apesar de que esta fiscalização só atua médicos, não atuamos empresas. Nós atuamos, num hospital, seu responsável técnico ou seu diretor clínico como pessoa física, médico, e nunca pessoa jurídica.

Basicamente, é essa a nossa atribuição. Nós não temos, como a Vigilância Sanitária tem ou mesmo o Conselho de Farmácia, atribuição de fiscalizar os estabelecimentos da sua área continuamente. Ou seja, a nossa fiscalização é pontual. Nós não temos a periodicidade de a cada seis meses ou um ano fiscalizar todos os estabelecimentos de saúde do Município ou do Estado de São Paulo. É pontual.

Historicamente, esse departamento cresceu e ganhou um certo conhecimento e algumas instituições, principalmente públicas, começaram a se utilizar do Conselho para fiscalizações, como o Ministério Público.

Hoje, o Ministério Público é o segundo gerador de solicitações de fiscalização no nosso departamento, em torno de um quarto de todas as fiscalizações são geradas pelo Ministério Público. E outros órgãos, Tribunal de Justiça, juizes e uma série de órgãos públicos de todos os setores também solicitam as nossas fiscalizações.

A Vigilância Sanitária também é um dos solicitantes das nossas fiscalizações. Eles fazem a sua fiscalização e se eles têm indício de algum problema no exercício da profissão eles nos comunicam e nós fazemos a fiscalização do Conselho.

Além disso, esse órgão - historicamente, fomos sentindo a necessidade de alguns anos para cá - tem feito fiscalizações mais abrangentes, mas com trabalhos definidos, com metodologia definida, ou seja, problemas nos pronto-socorros de São Paulo, faz-se uma amostragem, cria-se uma amostragem, cientificamente determinada, e nós fiscalizamos. Esses trabalhos são, em geral, publicados.

Os mais recentes que nós temos foram em 2006, 2007 sobre os AMAs. Nós fiscalizamos todos os AMAs existentes na cidade de São Paulo a época e foi um trabalho que teve uma repercussão grande. Chamamos a Secretaria de Saúde, na época Dra. Maria Aparecida. Ela foi até o Conselho e nós apresentamos todo o trabalho e realmente houve uma modificação.

Nós detectamos vários problemas nos AMAs e houve a correção desses problemas, como por exemplo: o AMA tinha uma observação mista, sexo masculino e feminino, isso, posteriormente, foi separado, alguns AMAs; outros AMAs tinham contratações, relações de trabalho de médico muito precárias, os médicos trabalhavam através de cooperativas, terceirizados como pessoa jurídica. Isso, no Município de São Paulo, acabou. Todos os parceiros hoje no Município contratam pela CLT. Essa relação precária acabou.

Esse foi um trabalho que deu um reflexo, no nosso entender, importante no Município de São Paulo.

Posteriormente, nós fiscalizamos a infecção, as comissões de infecção hospitalar numa amostragem grande de hospitais. Nós detectamos também vários problemas e esses problemas vêm sendo corrigidos.

Por último, fiscalizamos os CAPs, Centro de Assistência Psicossocial. É um trabalho que foi publicado recentemente. Também detectamos vários problemas. A totalidade dos CAPs não está registrada em nosso Conselho. Percebemos deficiência das equipes multiprofissionais, de instalação que, hoje, este trabalho deve ser levado ao Governo do Estado para que haja uma... O trabalho é feito no sentido de uma crítica positiva, para que as autoridades possam...

O SR. PAULO FRANGE - Um aparte, Vereador Murad, só para não perder a sequência.

Dr. João, qual o cargo do senhor no Conselho Regional de Medicina?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Eu sou conselheiro. Eu não tenho um cargo de direção. Sou conselheiro eleito para a gestão 2008 até 2013.

P – O senhor tem alguma atividade específica na fiscalização?

R – Não. Já fui coordenador da fiscalização por duas gestões, nesta gestão eu não sou coordenador.

O SR. JAMIL MURAD – O senhor já ocupou outros cargos no Conselho?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – No Conselho, já. Eu fui coordenador das delegacias e fui 1º Secretário do Conselho.

O SR. PAULO FRANGE – Vou aproveitar a presença do senhor, é uma oportunidade ímpar para nós que estamos isolados no Legislativo para nos expressar. Até porque se o Secretário da Saúde fosse médico, ele teria uma facilidade maior em falar desse assunto.

Gostaria que o senhor até pudesse anotar, já que está com o assessor de imprensa aí. Por exemplo, AMA é um espaço específico para atendimento das pessoas em substituição aos pronto-socorros porque é a primeira porta de chegada da população. Portanto, o paciente que está mal passa por lá antes de ir ao pronto-socorro.

No AMA morre gente. Na planta dos AMAs de São Paulo foi esquecido que deveria ter uma sala, pelo menos, para que o corpo ali ficasse em caso de óbito e ele acaba saindo pela porta da frente com todas as pessoas esperando. Eu já falei isso mais de uma centena de vezes para pessoas que são responsáveis por isso no Município, até hoje não fui ouvido.

Acho que o Conselho poderia, quem sabe, fazer alguma manifestação, do tipo uma recomendação, para que as unidades de atendimento médico e ambulatorial do Município tivessem a oportunidade de terem uma salinha de dois por três para colocar um corpo. Por quê? Quando lá morre alguém às 17h, estou falando de fatos concretos, que já aconteceram, às 19h os AMAs fecham, nenhum médico vai ficar lá esperando buscar o corpo às 23h. Aí, fica com um guarda, o guarda do patrimônio que fica com uma chave para poder depois liberar o corpo e a família do lado de fora. Ninguém fica ali até oito, nove ou dez.

O senhor sabe que aqui em São Paulo o Instituto Médico Legal ou quem busca esses corpos não busca rapidamente, nem prioriza. Então, não há nem a prioridade, sabendo que nesses locais não há uma salinha sequer para recepcionar um óbito e eles existem.

O curioso é que não sai na imprensa, e não saindo na imprensa o senhor não tem conhecimento, a população não tem, o Ministério Público também e ninguém cobra também essas ações. Essa é uma situação dos AMAs que gostaríamos muito de ver resolvida, mas não conseguimos. Falei até agora com todos aqueles que participaram, desde o projeto do AMA até o final. Essa é uma situação que o Conselho poderia ajudar muito.

A segunda situação é que o Conselho também poderia contribuir muito, se pudessemos impor, pelo Conselho, já que ele tem essa prerrogativa, as condições mínimas de pré-requisitos para ser um médico de plantão de hospital, ou das unidades, ou mesmo das AMAs, e até dos Prontos Socorros Municipais. O que temos visto hoje, e convido a quem quiser visitar os hospitais privados, inclusive os hospitais privados de bacanas, para ver e vocês encontrarão todos os médicos com apenas os quatro, cinco anos de formados.

Teríamos de estabelecer uma relação onde, acima de um determinado número de médicos presentes, tivéssemos a oportunidade de contar com alguém que tenha, no mínimo, 10 anos de formado. Darei um exemplo de ontem, mais ou menos às 21h, ou 19h, ou 18h, atendi uma moça de 12 anos, filha de uma funcionária de um médico, Vereador desta Casa, a qual, aos 11 anos, depois de ter passado por pediatra a vida inteira, descobrimos que ela tem o coração do lado direito, o fígado do lado esquerdo, o apêndice do outro lado e até então a mãe, chocada, não sabia disso.

Quem fez o diagnóstico acabou sendo um Vereador desta Casa que não é médico e que estranhou alguém ter dito que esses órgãos estavam ao contrário. E aí essa chapa veio parar aqui, nessa Mesa, onde estou, na semana passada e, daí, levei a moça para atendê-la no meu consultório. É um *síndrome de situs inversus totalis*, embora de certo não é uma patologia, mas, por 11 anos passou em todos os hospitais, de Taboão da Serra a São Paulo, e nunca foi diagnosticado o coração do outro lado. Não imagino que alguém possa tê-lo ouvido do outro lado. O coração está de cá, e não de lá.

Esse fato está aqui na Casa, nesta Mesa, e o Vereador não é médico, mas é membro da Mesa. Portanto, nos falta a oportunidade do Conselho impor essas situações, nas quais teríamos de ter essas condições.

Levo o senhor também em alguns hospitais públicos do Município, inclusive os novinhos, administrados por OS, para que vejam por si mesmos a média de idade dos colegas que estão lá. Podemos pegar essa mesma menina, e sou capaz de engolir todos os exames, se algum lugar desses que formos, ela voltar com o diagnóstico de que não tenha o coração do lado direito.

Estou muito preocupado, porque ao longo de 33 anos, 34 anos de formado, não tenho mais paciência para discutir formação médica. Já passei por essa fase, fui professor de residência, não aguento mais ouvir a história de que precisamos melhorar nossa formação.

O que precisa é alguém de cabelos grisalhos acompanhar os mais novos, meninos, e atendendo junto, pois não tem. Nem nos hospitais de bacanas, classe AAA, *triple A*, aqui de São Paulo, nem nas UBS, não tem.

O senhor falou de CAPS, o Vereador Jamil Murad viu aqui a matéria do CAPS, o trabalho que vocês fizeram do CAPS foi de grande contribuição. Acho que foi um dos melhores que o Conselho fez, mas nos deixa estarecidos, o Conselho é um órgão que registra, e temos 18% do CAPS sem médico! Sem médico responsável!

A pesquisa de vocês mostrou que 16% não tinha médico responsável, mesmo entre os que tinham responsável médico, 66% dos serviços não possuíam registro no Conselho de Medicina. Então, é muito complicado.

E, por fim, só para encerrar, diminuí um pouco, mas os bolivianos continuam à solta, os colombianos também, dando plantão na periferia de São Paulo, sem CRM, e atendendo como médicos. Recentemente, uma grande empresa, a única do planeta a assumir todo o diagnóstico de imagem do Município de São Paulo, que aqui ficou, e agora foi banida do Sistema de Saúde do Município, os colegas que estavam atendendo, embora competentes, fui ver fazer o ultrassom de um caso complexo, competente o rapaz, que estava ali, e fazia o ultrassom numa pessoa que precisava do exame com certa urgência no AMA, e perguntei: "Onde você mora?" e ele respondeu: "Em Niterói". Questionei ainda: "E o Conselho de Medicina?", resposta "É do Rio". Perguntei novamente: "O que você está fazendo aqui?" e a resposta foi: "Aqui paga bem".

Então, não era um, eles vinham até de ônibus, do Rio de Janeiro, para dar plantão na Cidade de São Paulo e não voltavam.

Essa é uma situação. Outra, para encerrar o aparte, Dr. João, temos um carinho extraordinariamente grande pelos companheiros médicos, porque, mais ou menos como a Madre Tereza de Calcutá, pelo que eles ganham, acho que só Deus faria a mesma coisa. Ganham muito pouco, mas têm um compromisso assumido com a sociedade e, portanto, tem que fazer bem feito, mesmo ganhando pouco. E o Conselho, todos os anos, e essa vai para o jornalista, curiosamente somos presenteados, como médicos, no Dia dos Médicos, com matérias que mostram erros médicos e todas as desgraças da atividade médica publicadas nos jornais.

Isso nos deixa extremamente tristes, porque temos uma matéria bombástica, onde aparece denúncias relacionadas a médicos, cassações de médicos, aí começa: quantos por cento cassamos; quantos por cento expulsamos; quantos por cento faziam aborto; quantos por cento estão presos; e isso, na semana anterior ao Dia dos Médicos. Depois, aparece a Johnson parabenizando os médicos pelo Dia dos Médicos; a empresa tal comemora..., ou seja, temos um presente, mas deveríamos ter uma outra data para tratar dessas publicações que o Conselho faz e que acabam culminando com a data comemorativa, mas que maculam toda nossa relação com a sociedade.

Vejam, continuo atendendo em consultório e levo tapa na cara todas as vezes. Vou ao consultório e escuto: "Viu, doutor, quantas denúncias, quanto erro, o senhor viu o que o cirurgião plástico está fazendo, quantos já morreram, quantos foram cassados?". E completa: "Parabéns pelo Dia dos Médicos". Aí dá vontade de dizer que não é parabéns, ficamos mais tristes e, na verdade, é a data que mais tememos.

Tenho uma matéria só, publicada pelo Conselho, dia 09 de outubro de 2007, se pegarmos a série histórica das publicações do Conselho de Medicina, todas são anteriores ao Dia dos Médicos. Então, fazemos um serviço para a sociedade para mostrar que o Conselho de Medicina pune, é importante, mas não precisaria ser às vésperas do Dia dos Médicos. É mais ou menos como se alguém tivesse noivo, pronto para casar e, na semana anterior contássemos ao noivo que a moça tem hanseníase, mas isso vai ser resolvido com o tempo. É triste, mas acontece insistentemente.

Não sei quem é, no Conselho, que teria a sensibilidade de mudar a data dessas publicações para que nossa relação com o paciente, que, aliás, já não é boa, pois virou uma relação médico-máquinas-máquinas-máquinas-relatórios e máquinas-paciente. Deixou de ser uma relação espiritual, uma relação forte médico-paciente, esta deixou de existir. Isso é coisa de três décadas atrás. Quem aqui teve oportunidade de se formar há 30 anos, ainda viveu esse momento maravilhoso em que nós falávamos e o paciente acreditava. Hoje, a relação é: médico com medo e paciente com receio. Médico com medo de processo e paciente com receio do diagnóstico.

Essas situações expostas gostaria que fossem levadas como consultiva para nossa relação médico com o Conselho. E essas ações sobre o CAPS, aqui no

Município de São Paulo, se o senhor tiver a relação das clínicas que não têm os médicos ou que não foram registradas, mas onde estão, nós da CPI, vamos fazer o trabalho junto com a Covisa e vamos fechá-las mesmo. Mas não é pedir para fechar, é fechar, porque não poderiam estar abertas.

Na mesma linha, as casas onde temos o casas de repouso dos pacientes idosos. Situações que extrapolam completamente uma casa para recepcionar o idoso: não tem assistência médica, não tem assistente de enfermagem. Quem está lá é uma ex-dona de casa que sabe cuidar direitinho de alguém, porque cuidou do avô, mas não tem formação técnica para aquilo, não é técnica de enfermagem, nem enfermeira, não tem um responsável na hora de uma situação extrema.

Para concluir esta manifestação, a situação dos atestados de óbitos. Eles continuam sendo vendidos na Cidade de São Paulo. Quem não tem como comprar um atestado de óbito aqui em São Paulo, em Osasco, que é do lado, tem onde vende. Apenas para o pessoal ficar sabendo, porque não conseguimos compreender porque um médico que atende um paciente numa Unidade de Saúde, num Pronto Socorro, e aí é um problema nosso, médico, nosso, o paciente de 78 ou 80 anos de idade morreu, com tomografia de que tem um tumor na mão, trata naquela instituição, e ele diz que tinha que estar lá 24 horas intemado. Não sei de onde tiraram isso. É quase que da época de Hipócrates. Que 24 horas?

Onde eu tenho de escrever? Onde está escrito que eu sou obrigado a dar atestado de óbito só depois de 24h? O cara tem uma neoplasia, tem um raio-x de broncopneumonia de ontem. Eu não dou atestado de óbito. Isso entre seis da tarde e oito da noite é o que mais acontece, porque o plantão termina às 19h. O problema não é do médico das 19h para trás e nem do próximo que acabou de chegar e ele não assina.

Essa situação... Eu acho que é um trabalho que nós pretendemos fazer junto aos médicos no Município de São Paulo e talvez no Brasil todo. Mas, no Município a situação é pior, porque como não há um responsável pelo Pronto-Socorro, não tem ninguém que tenha coragem de colocar. E eu participei da discussão lá atrás, da estruturação dos atestados de óbito. Tem lá médico substituto. Ficou um quadrinho para isso. Então, ele está tratando com alguém, está tudo muito claro. Ele tem todo o diagnóstico que poderia levá-lo à morte e aí ele não assina nem como substituto ou manda o prontuário do paciente na própria clínica. E ninguém o obriga a fazer, porque não é obrigado a fazer. E aí sobra para a família sair procurando. E cai nas garras desses malandros, que não conhecem o Código de Ética Médica, não conhecem nenhum código na vida de postura e que vendem. Quem não tem aqui busca fora, porque o limite é físico, é muito próximo. Osasco tem quem vende. É um negócio maluco, mas acontece demais aqui na cidade de São Paulo.

Essas situações são aquelas que mais nos agide como profissional da saúde aqui na Cidade. Eu vou passar ao Vereador Murad. Eu queria que depois o senhor fizesse algumas considerações sobre esse assunto. Mas isso tem nos incomodado muito aqui na Câmara, porque como também se sabe que se é amigo de alguém que tem algum poder político ele pode ajudar, aqui com muita frequência, procura o Gabinete e diz: "Olhe, minha mãe morreu em casa e agora a Polícia já foi lá, fez o Boletim de Ocorrência, como é que eu faço?" Ou então, encontrou o médico: "Como é que eu tiro agora da delegacia?" A gente precisa ficar fazendo as ligações para poder resolver uma situação que já era legítima. Era só localizar o médico do paciente.

Nós não temos essa oportunidade. Acho que o Conselho tem muito para contribuir. A experiência do Conselho de Medicina de São Paulo talvez seja uma das mais importantes da América. Ninguém tem o que nós temos aqui. Aqui, o Conselho... Eu conheço os outros. Nós trabalhamos em 14 Estados na área da saúde. Os outros estão muito distantes do nosso. Quando a gente vai para o Pará, vai para o Espírito Santo, principalmente, que distância! Que distância eles estão do nosso trabalho aqui como Conselho de Medicina. Aliás, tudo é copiado daqui, não é? No Nordeste, então! Os estados do Nordeste copiam mesmo ou então andam com o livrinho do próprio Conselho nosso mostrando o que já foi julgado, o que já foi discutido e tudo, que traz um benefício muito grande para lá. Mas nós somos modelos aqui como Conselho de Medicina no Brasil.

Era essa a manifestação, Vereador Murad. Obrigado pela oportunidade de a gente se manifestar.

O SR. JAMIL MURAD – Quería agradecer o Vereador Paulo Frange que, pela sua intervenção, mostra que tem um largo conhecimento da área da saúde como médico da Cidade e como Vereador.

Eu gostaria de dar prosseguimento aqui. Até aproveitando essa intervenção do Vereador Paulo Frange, quer dizer, se há lacunas na legislação, se há problemas, nós precisávamos identificar nesse processo desta CPI para sugerir uma reformulação da legislação. Esse vai ser um processo que não se esgota nesta audiência de hoje, mas que até o fim da CPI, nós gostaríamos de realmente conseguir resolver. Esse problema da saúde, eu lembro aqui, a saúde no mundo mobiliza... Tem um faturamento de um trilhão de dólares por ano. Um trilhão de dólares! E a área de medicamento mobiliza, desses um trilhão, 670 bilhões. Então, é a terceira economia do mundo. Antes dessa, tem a indústria da arma e outra que me foge da memória nesse instante.

O SR. PAULO FRANGE - Das drogas?

O SR. JAMIL MURAD – Das drogas. Então, a... E até os jomais de ontem falavam que os hospitais chamados de ponta, de primeira linha aqui em São Paulo estavam pegando 3,4 bilhões de reais do BNDES para expandir as suas instalações. Então, cuidar da saúde, tratar dessa legislação e da aplicação da legislação protegendo a sociedade é muito importante. Esse problema do atestado, como disse aqui o Dr. Paulo Frange, o atestado é um instrumento de defesa da sociedade. Do que morreu? Porque alguém pode matar, pode envenenar, pode... Então, ali tem um profissional que está assinando aquilo e que vai responder por aquilo criminalmente, no próprio Conselho.

Eu fiquei assim, atônito, quando eu vi uma notícia, alguns anos atrás, de que um caso rumoroso em Brasília, a esposa do indivíduo com 40 anos morreu. Era a esposa do PC Farias. Faleceu. Se não me engano era a Sra. Elma. Do coração. E aí liberaram para ser cremada. Num caso rumoroso daquele, jamais poderia - na minha opinião - ser cremada, porque o Judiciário logo em seguida, ou alguns meses depois, poderia requisitar exames para saber se ela não foi envenenada, já que era um processo muito complexo, não é mesmo?

Então, esse problema do atestado, esse problema da cremação, esse problema... Tudo se relaciona com a segurança da sociedade. Então, nós estamos aqui em uma sessão muito importante. Eu vou continuar rapidamente aqui para... Você tinha terminado a sua exposição, João?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Estava no finzinho.

O SR. JAMIL MURAD – Então, poderia terminar?

R – Eu posso falar um pouco também sobre os comentários do Dr. Paulo Frange?

P – Eu acho que eu vou colocar essas questões e você...

R – Eu vou só terminar falando do Conselho. Então, a nossa fiscalização age nesse sentido. Então, as... Eu acho que se estuda o momento político, quais são os problemas que mais afligem o exercício da profissão e a saúde da população e nós fazemos esses levantamentos como a gente já citou aqui.

Agora, no início, eu citei que a lei que criou os Conselhos é realmente defasada para a situação atual. O estado de São Paulo, hoje, conta com 101 mil médicos na ativa, ou seja, 1/3 dos médicos do Brasil estão no estado de São Paulo. E no Município de São Paulo, são 57.270 médicos na ativa, só residentes no Município. Nós fazemos a conta e nós temos um médico para cada 200 habitantes no Município de São Paulo. É uma concentração muito grande. Até aí surge essa... E por que não conseguimos contratar para a Unidade Básica e para o AMA na periferia, o que ocorre aqui? Essa é uma discussão que eu acho importante trazer para a Câmara.

Nós temos, hoje, inscritas no Conselho, 34.990 empresas no estado de São Paulo. No Município, 15.403 empresas médicas, estabelecimentos de saúde. Aí desde serviços de Unidades Básicas de Saúde até hospitais de alta complexidade, clínicas e outros tipos de instituição. Esse volume é muito grande. O Conselho, para fiscalizar e tomar conta disso tudo, precisaria de um grande número não só de conselheiros, como de médicos fiscais.

Nós somos 21 conselheiros titulares e 21 conselheiros suplentes – igualzinho ao Acre, que tem 300 médicos. Lá também tem 21 conselheiros titulares e 21 suplentes. Então a lei realmente distribui desproporcionalmente, inclusive os recursos financeiros são distribuídos desproporcionalmente. Uma boa parte do arrecadado aqui vai para outros estados, e isto diminui a capacidade de ação do Conselho. Isso eu acho que tem que ficar muito claro: São Paulo é muito grande. É muito grande. E nós estamos defasados em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – De que forma é feita essa distribuição?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Distribuição do...

P – Para os conselhos, em todo o país.

R – A distribuição dos conselheiros ou... dos recursos?

P – Dos conselheiros e dos recursos.

R – Não, a lei prevê 21 conselheiros titulares e 21 conselheiros suplentes para cada estado da nação. Então cada estado tem 21/21. O Acre tem, acho, 500 médicos; Roraima, 300; Tocantins, 1.000; São Paulo tem 101 mil; Rio de Janeiro e Minas têm 50 mil, cada um; depois vem Bahia e Rio Grande do Sul, com 10, 20 mil médicos; e o resto é um número irrisório, e tem a mesma proporção.

Um estado com 300 médicos não consegue manter uma estrutura financeira para garantir uma sede, funcionários trabalhando o seu cartório. E da onde que esse recurso sai? De São Paulo. Então São Paulo mantém a maioria dos conselhos do resto do país. Com exceção de Rio, Minas e alguns poucos estados, São Paulo mantém o restante. Um terço da sua arrecadação vai para outros estados via Conselho Federal de Medicina. Para os que são médicos lembrar que os presidentes nunca são de São Paulo – do Conselho Federal. São Paulo nunca consegue eleger ninguém. Mas, de qualquer maneira, este é o outro problema; não é pertinente à CPI. Porém, só concluindo: pelo tamanho do Estado de São Paulo e pela estrutura que nós temos, nós somos incapazes de fiscalizar rotineiramente tudo que é necessário no Estado de São Paulo – não só fiscalizar como autuar. Os médicos, a gente consegue autuar e levar os processos em frente. Hoje, nós não perdemos prazos de processos; conseguimos manter. Mas, mesmo assim, a dificuldade é muito grande.

O SR. JAMIL MURAD – Desses 101 mil médicos, o meu número é 15.158.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Começou cedo, hein, Vereador Jamil.

P – Bom, o senhor já ocupou cargos na esfera municipal, estadual ou federal?

R – Eu sou funcionário público municipal. Já fui diretor do Hospital do Jabaquara e diretor do Hospital do Campo Limpo.

P – O Conselho acompanha, de alguma forma, o trabalho da Covisa?

R – Acompanha. Nós temos uma atividade parecida, e fiscalizamos na área da saúde. Então o Conselho detecta problemas. Eu fiscalizo um hospital. Então o meu médico foi processado e o conselheiro que está instruindo o processo acha que existe um problema estrutural no hospital que dificulta o exercício da medicina e pede uma fiscalização. Ao fiscalizar, se nós detectamos problemas, o processo do médico continua, e nós...

P – Quais tipos de problemas?

R – Tipo inadequação: não tem comissão de infecção hospitalar; o centro cirúrgico não está adequado com a RDC 50, do Ministério da Saúde; condição de higiene não é adequada. Notamos, por exemplo, que a geladeira que guarda insulina não tem controle de temperatura. E por aí vai. Todo tipo de problema que nós podemos encontrar, a gente encaminha isso para a Covisa, e, dependendo do tipo de problema, também para o Ministério Público.

P – O Conselho é consultado ou convidado a participar de atividades da Covisa, ou de campanhas da Covisa?

R – Não. Muito pouco. Nós já fomos chamados para discutir questão dos medicamentos. Algumas discussões ocorreram; mas muito pouco. A gente mantém uma relação mais formal, mas ela é bastante cordial. Mas eu acho que aí a falta é bilateral talvez.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor me permite um aparte?

O SR. JAMIL MURAD – Sim, um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor consegue nos encaminhar... dos encaminhamentos que foram feitos para a Covisa e a resposta que obtiveram?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Então, veja bem. A partir do momento que eu detecto um problema, eu encaminho para a Covisa, mas eu não tenho retorno, e é bilateral, porque aí a atribuição é deles.

P – Está bem.

R – É bilateral. Eles nos encaminham, também, denúncias; nós encaminhamos. Se é necessário, é instalado processo, mas realmente a gente não dá...

P – Então vamos fazer diferente: então o senhor nos encaminha, nos últimos dois anos, três anos, o que foi encaminhado em relação a algo que os senhores entenderam que estava errado, para saber se tomaram as medidas cabíveis.

R – Eu vou fazer...

P – Os senhores retomam depois? Por exemplo: encaminha lá, foi no hospital público e verificaram que tinha lá alguma anomalia, encaminharam à Covisa. Espera um tempo, seis meses, e voltam novamente para verificar se foi sanado aquele problema. É dessa forma que é feito?

R – É, não... Quer dizer, este papel é de Covisa, não é do Conselho. Nós detectamos o problema. Quem vai acompanhar e dar os prazos para resolver os problemas detectados é Covisa. Agora, o retorno só existe em situações muito conflitantes.

P – Mas o senhor tem como encaminhar, então, os encaminhamentos feitos à Covisa?

R – Eu vou levantar. Agora, isso demora um pouco, porque nós não temos isso de pronto. O levantamento que eu trouxe mostra que 5% dos nossos encaminhamentos das nossas fiscalizações foram para a Vigilância; 5% do resultado das fiscalizações foram para a Covisa – nem todos vão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só um aparte nessa questão dos encaminhamentos?

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Primeiro, aparte, Vereador.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Ah, desculpa, Vereador.

O SR. JAMIL MURAD – O Vereador Zelão tinha pedido.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – A minha pergunta foi praticamente respondida na pergunta do Vereador presidente Aurélio Miguel. Mas assim, durante as visitas que vocês fazem a hospitais, seja lá onde for, em que vocês fazem um comunicada à Covisa, eles não dão a resposta, e fica por isso mesmo, vocês não cobram? É essa a pergunta que eu queria fazer.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não. Veja bem...

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Eu sou o Vereador Zelão.

R – Pois não. Não existe essa prática entre nós. Eu não vou negar. Não existe essa prática de ter uma devolutiva sobre o que nós encaminhamos. Veja: morreu um paciente no pronto-socorro. Eu vou lá e identifico o seguinte: está cheio de maca no corredor, não tem pia para lavar a mão, o foco da sala de emergência está quebrado. Eu denuncio para a Covisa; encaminho isso para a Covisa. Covisa vai e verifica, e daí trata com o responsável técnico do hospital, com o diretor, a resolução do problema. Agora, esta resolução é da área de Covisa, e não da conselhal. Então não existe esse retorno. Só quando... Esse retorno existe em grandes envolvimento, grandes problemas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade, eu queria fazer dois questionamentos em cima desta ação fiscalizadora que o senhor relatou para esta Comissão que realiza, em que 5% resulta em encaminhamento à Vigilância. Então, de 100% que vocês realizam, 95% é afeto ao Conselho, e 5% é encaminhado à Vigilância. Desses 5%, o que é Vigilância, responsabilidade do município, o que é Vigilância, responsabilidade do Estado, e o que é Anvisa? Quer dizer, para a gente entender também, deste 5%, o que é a competência do órgão municipal, o que é a competência do órgão federal e o que é a competência do órgão estadual. Porque um dos grandes conflitos que a gente tem notado é, ainda, a compreensão de quem é a competência. Então a competência é do Conselho, a competência é de um ente público? Mas que ente? É a União, é o estado, é o município? A gente já compreendeu que é muito recente o papel da Vigilância nesses moldes descentralizados, que está claro para todo mundo que tem que ser assim. Quanto mais longe a Vigilância, se ela estiver em Brasília, por óbvio, mais difícil detectar as ações que ela tem que fazer junto do cidadão. Para quem estuda um pouco a formação das cidades, a ação de urbanização nasce junto com a ação sanitária. A cidade nasce para combater os maus que a cidade produz: vivemos próximos. O que não ficou claro ainda é esse processo de competência. Até porque, como o senhor mesmo relatou, o Conselho, ou os conselhos, são de 1950, e a ação de vigilância é o ano 2000. E ela se implanta em São Paulo no final de 2004. Inicia o seu processo de implantação no final de 2004.

Teve um pequeno amparo, pela primeira vez, em legislação municipal quando se discutiu o Plano Diretor da Cidade, lá em 2001, 2002. Então, ali começa a aparecer a legislação que vai dar suporte a essa ação. Então, para ficar muito claro este processo de ação fiscalizatória do Conselho, com todas as dificuldades que tem desde 1950 e agravados com os mais de 57 mil médicos que têm na cidade de São Paulo, o que resulta da investigação que é feita pontualmente, porque a fiscalização que é realizada pelo Conselho é uma fiscalização pontual, ela não é também universal, mas quando da sua potencialidade ela gera uma

identificação de algo que vai para Vigilância. Esse algo, 5% que vai para a Vigilância, vai para qual agente de Vigilância? Município, estado, União? E destes três não tem resposta, que é uma das questões que aqui deixou perplexidade aos Vereadores, só porque não tem uma concertação entre os órgãos ou porque sempre foi assim?

Vamos aqui entender que é feita quase uma denúncia pelo Conselho quando ele identifica na sua fiscalização. É de se compreender, portanto, que todas as denúncias não terão nem resposta do Conselho e nem dos agentes de fiscalização, sejam eles estaduais, federais ou municipais. Porque daí entra nessa questão da competência para gente também conseguir reagir no campo Legislativo que a gente tem e indicar para os outros estados e União quais as mudanças na Legislação que são necessárias para o bom andamento deste modelo de Vigilância Sanitária descentralizada.

O SR. PAULO FRANGE – Só comentando a fala do Vereador José Police Neto, nós depositamos no Conselho uma fé muito grande porque há uma continuidade das ações e se o Conselho não buscar de volta aquilo que ele denunciou, ninguém vai buscar.

Na mesma época que o Conselho foi criado, logo em seguida, em 1953, nasceu o Ministério da Saúde como o responsável pela Saúde. De lá para cá, passaramos 57 anos, nós tivemos menos de um Ministro por ano, a média é menos de um Ministro por ano, isso levando em consideração que na ditadura nós tivemos dois Ministros por quase 15 anos e tivemos o Dr. Adib duas vezes Ministro. Levando tudo isso em consideração dá menos de um Ministro por ano, portanto, não há nenhuma continuidade administrativa na política do Governo.

Veja o senhor que todos os dias nós temos uma morte anunciada por lipoaspiração. Diz o Vereador José Police Neto, onde está o limite do Município e do estado para agir? Bom, agora, se é hospital, ou se é uma atividade que tem intervenção, nós temos nível um, dois e três para cada uma dessas clínicas. O nível um faria só anestesia local e mais nada, dois se fizesse uma anestesia com sedação, mas não está escrito se tem de ter ou não UTI. Desde ontem, depois de mais uma morte, agora, só vai fazer cirurgia plástica em ambiente de hospital ou de clínica com UTI. Demorou muito isso, para mim é inconcebível você sedar alguém, fazer uma aspiração de três a quatro litros de gordura e achar que não vai ter nenhum problema e não ter uma UTI para tratar sequer uma embolia gordurosa. É um negócio absurdo.

Não houve nenhuma iniciativa do Ministério da Saúde porque ele acha que é atribuição das Vigilâncias estaduais, que acha que é da municipal, nós achamos que era do Conselho e nós não sabemos com quem falar nesta hora. Veja, acaba não ficando com ninguém, todos são responsáveis pelo mesmo problema e não tomamos nenhuma atitude para que essas mortes não continuassem acontecendo, e vai continuar acontecendo mais porque até implementar tudo isso vão continuar operando em clínicas. Então, eu acho que se o Conselho não tiver o retorno de cada provocação dessa feita, ninguém tem.

Resumindo o que aconteceu neste mesmo cenário aqui há poucos meses atrás. Vereador José Police Neto, V.Exa. que representa aqui o Governo, aqui foi dito para nós, a Comissão da CPI que investigou meio ambiente, de que não havia nenhum risco dos cemitérios da cidade de São Paulo com relação a lençol freático, insistentemente repetido, está na Taquigrafia e, agora, fomos surpreendidos com essa enorme matéria dizendo que o néctar chorume contamina mais de 70% dos nossos cemitérios e que o caminho é a cremação, etc. e tal e tudo aí. Nós temos tudo taquigrafado, foi dito aqui por quem fiscaliza de que risco não tem nenhum, agora, eles mesmos admitem todo o risco e não passaram três meses. Depois nós vamos encaminhar, Vereador José Police Neto, as cópias das Notas Taquigráficas das afirmações junto com a matéria, parece que estamos em duas São Paulo que nós não conhecemos, vamos ter de convocar todo mundo que nós chamamos da outra vez e perguntar se não sabia de tudo isso.

Nós temos cemitérios onde o lençol freático é muito superficial, os da zona Sul, todos. O lençol freático da zona Sul começa com 50 centímetros, é diferente do lençol freático lá do Chora Menino, que está numa região rochosa. Mas nós temos ali, onde tem o cemitério da Cachoeirinha, tem nascente de água ali do lado, e nós estamos construindo ainda um cemitério privado em Pirituba com várias nascentes de água que já foram cobertas e o lago Toronto do lado. E, ali, dizem que não vai contaminar; daqui a dez, quinze anos, com certeza, o Vereador Aurélio vai ter aqui um sucessor, um sobrinho, um filho, etc, com o mesmo nome, aqui e presidindo uma CPI sobre o cemitério de Pirituba contaminando todo mundo do mesmo jeito.

Então, o que está acontecendo é que nós estamos repetindo as mesmas coisas. É um ciclo de trabalho muito grande para o mesmo fato.

O SR. JAMIL MURAD – Eu ia sugerir aqui, queria combinar com os senhores Vereadores, para dar uma sequência para finalizar a parte do relator, das perguntas preparadas aqui pela assessoria e por nós para gente conseguir dar um ordenamento e terminar a sessão com bom êxito.

Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Dr. João, quando o senhor ou o Conselho faz estas vistorias no AMA ou nos hospitais, em algum momento alguém pega algum prontuário de paciente para olhar uma anamnese ou olhar algum exame clínico escrito por um médico? É feito isso? Eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. JAMIL MURAD – A próxima pergunta que eu vou fazer, Vereadora, ela tem esse sentido também, mas abordando outros aspectos, mas inclui esse. É o seguinte: nessa questão da fiscalização do exercício profissional, inclusive, o Conselho autua o médico, pode até perder o diploma, perde a profissão, então, é uma coisa muito rigorosa, muito séria. Como disse o Vereador Paulo Frange é uma situação, o Conselho tem credibilidade, tem um trabalho aberto, um trabalho onde é transparente, acompanhado pela sociedade, cada problema grave que surge, o resultado daquele julgamento, daquele... Bom, a pergunta que eu faço é a seguinte: como as empresas de saúde são registradas, hospitais públicos, seja uma UBS, seja a AMA, seja um hospital, um pronto-socorro público ou privado, quer dizer, quais são os problemas, as irregularidades encontradas? Quais são as deficiências?

É comum a gente ouvir falar que o aparelho está quebrado faz um ano, a ressonância magnética, em tal lugar, faz três anos que está lá para ser instalada. Isso quando os conselheiros vão acompanhar e investigar a atuação dos profissionais para julgar sobre determinado problema, o que é encontrado em relação às instituições de saúde, sejam públicas, sejam privadas? Seja de atenção primária ou de média ou alta complexidade. O que é encontrado aqui no município de São Paulo?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Tem alguma ordem para eu responder ou posso começar pela pergunta do relator? Eu trouxe aqui alguns dados, eu não tenho dado específico das fiscalizações realizadas no Município, eu tenho no Estado mas que na verdade, metade disso é no Município. Nós realizamos 946 fiscalizações em 2009. Elas foram solicitadas: 46% pelo próprio Cremesp; 26% pelo Ministério Público; 8% por médicos dos serviços; 5% por usuários; 5% pelo Poder Executivo - o Poder Executivo, em geral, é a própria Vigilância que nos provoca solicitando a fiscalização - 2% Poder Judiciário e depois outros solicitantes. Destes, quais foram os motivos dessas solicitações? Primeiro, diagnóstico do serviço, quer saber como está funcionando o serviço? 32%; 16% é solicitação de clínicas que têm segundos procedimentos e pedem um desconto da parcela de pessoa jurídica, oftalmologista, por exemplo, ele faz uma série de procedimentos, então tem um desconto. Nós fiscalizamos, vemos se tem o procedimento na clínica para dar o desconto da anuidade; 10% condição do exercício profissional; 7% procedimentos ilegais; 6% exercício ilegal da medicina; 5% tratamento inadequado; 5% publicidade médica e outras inadequações.

Vistorias realizadas por tipo de serviços: 34% em hospital; 20% consultório; 8% pronto socorro AMA; 7% clínica estética. Ai entra aquele comentário dessas clínicas que fazem procedimentos sem os centros cirúrgicos e ai vai outras. Eu entendi sua pergunta, estou só tentando mostrar o que nós fiscalizamos.

O SR. JAMIL MURAD – Quero saber o que foi encontrado. As coisas estão regulares, o sistema está funcionando. O nobre Vereador Paulo Frange levantou a questão: tem gente, e a imprensa divulgou, aliás o próprio CRM, tem médico, tem lugar que falta médico. Como é isso aqui em São Paulo? Tem gente atuando sem diploma, de vez em quando tem gente que coloca uma roupa branca entra dentro de um hospital e trabalha um ano. Depois vai verificar, não é que ele é médico e não está registrado. Ele nem médico é. Risco para a sociedade. Tem médico registrado, tem médico trabalhando sem registro. Tem unidades que não tem médico aqui em São Paulo. Vocês têm esse conhecimento? Detectaram oficialmente pelo órgão fiscalizador. Como é isso?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Essa pergunta é muito difícil de responder, porque não tenho o dado organizado dessa maneira. Eu realizei 900 fiscalizações dos mais diversos tipos. Agora, a grande maioria das suas afirmações são verdadeiras. Podemos citar algumas coisas, o próprio trabalho do CAPS, mostrou o CAPS sem médico, sem psiquiatra. Quando fiscalizamos, as solicitações de fiscalização em AMA....

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Na visão do senhor, esses CAPS que não tem responsável, não tem médico, o que deveriam ocorrer?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – A Vigilância precisa autuar a instituição responsável para que coloque o médico.

O SR. JAMIL MURAD – E qual é a atuação da Covisa? Porque vocês podem deixar sem o médico ali. Vocês falam: não tem. E a Covisa é comunicada e aí?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Veja bem, são dois aspectos que temos de levar em conta. Temos de estudar o motivo que ocorre isso. Acabei de citar que

temos um médico para cada 200 habitantes em São Paulo, 50 mil.

O SR. JAMIL MURAD – Sobre médico...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Sobre médico. Onde estão esses médicos? Esse diagnóstico é muito difícil de fazer. Na região central todos os CAPS, AMAs, Unidades Básicas, estão lotadas. Está completo o quadro. Mas nas regiões de difícil acesso, regiões mais precárias, temos essa dificuldade de colocar o médico. Temos de identificar o problema. Eu, particularmente, se fala - já ouvi muito isso - tem de interditar o serviço. Será que é caso de interditar ou o caso de resolver o problema? Interditar é deixar sem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas nesse caso de assistência psicossocial uma má recomendação é pior ainda.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – No caso é psicossocial. Pessoas que tem algum tipo de problema psiquiátrico. Não é isso?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Psiquiátrico.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Uma má recomendação pode ser o caso até da pessoa cometer suicídio. Se não tem um profissional apto, é complicado. Ainda mais hoje em dia, nesse mundo moderno, que hoje a depressão tomou conta da sociedade. Sabemos, que se não cuidar, ela tem começo, meio e fim e se não cuidar a pessoa faz o pior, se suicida. E hoje é comum na nossa sociedade.

O SR. JAMIL MURAD – A questão é a seguinte: tem um médico para cada 200 habitantes em São Paulo.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – No município.

O SR. JAMIL MURAD – No município. O administrador, o Governo Municipal tem material humano, tem profissionais para exercer a função, porque tem unidades – nós precisamos de uma rede maior do que existe – mas a rede que está existindo não tem médico. Qual é o problema? Então é o seguinte: o médico sem registro, sei que tem organizações sociais que são ligadas a faculdades de medicina, quero saber se poderia estar havendo trabalho de estudante substituindo médicos. Não que não possa ter estudante, mas tem de ter o médico registrado, responsável.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Por que falta médicos? O número de fatores porque os médicos não vão para a periferia, é muito grande. Esse é o problema: é o médico ir periferia. Agora há outros fatores: problema salarial, salário é baixo. Segundo, a precariedade do acesso. Tem de haver um meio de se resolver esse problema do acesso aos locais. Quem conhece o Parque das Flores, em Cidade Tiradentes, sabe o que é subir um morro de terra. Segundo...

O SR. JAMIL MURAD – Mas a AMA de São Mateus ou da Cidade Tiradentes falta médicos?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não sei. Não conheço essa região.

O SR. JAMIL MURAD – Porque a distância é a mesma. O bairro é o mesmo. A população é a mesma. A informação que temos é que a AMA não falta médico, não é mesmo nobre Vereador Zelão?

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Funciona a AMA e a UBS. Na UBS está defasado o quadro médico. Mas na AMA, que é no mesmo prédio, está ok.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Só vou terminar. E a outra coisa é a própria condição de trabalho. Em algumas unidades que vamos – sou do serviço público conheço – a condição do trabalho é precária. Falta material, equipamento. A unidade está feia, suja, precisa pintar, precisa reformar. Isso tudo espanta as pessoas, ninguém gosta de trabalhar nesses locais. Eu acho que existe uma série de outros fatores que tem de ser avaliado. Agora é um problema da administração direta. Estamos fugindo um pouco da discussão de Covisa, que eu queria voltar a essa discussão. Mas só terminando esse raciocínio da dificuldade de local médicos. Por que no AMA tem mais? Porque o AMA paga mais. Fui fiscalizar o hospital do Tatuapé, tinha um AMA dentro do Hospital do Tatuapé, em que o médico ganhava quatro mil reais no AMA e o plantonista que tem 25 anos de casa na porta do pronto socorro, ganhando 2.500. O plantonista recebia todas as urgências, emergências, o médico do AMA recebia o pronto atendimento, se era grave, mandava para aquele plantonista que tem 25 anos de casa, ganhando a metade do que ganhava o médico recém formado no AMA. O que isso gera? Essas diferenças salariais são complicadas. Hoje, sabemos que no município tem salários diferentes da administração direta, de organização social para organização social, PSF é um salário, AMA é outro salário, unidade básica é outro salário. Qual o estímulo que as pessoas tem de fixar nesses locais? Agora o salário não é o único determinante. Insisto que a condição de acesso, a questão de periculosidade da região, eu trabalho na zona Norte o Parque Novo Mundo, o Parque 1 e o Parque 2 é uma região muito pobre, que tem violência, é difícil local médico lá, muito difícil, não só médico e outros profissionais também, e também essa condição que a própria unidade possa oferecer para o trabalho do colega e dos outros profissionais, todos os profissionais de Saúde. Então, eu acho que isso é o problema, mas eu acho que estamos fugindo da discussão. Eu gostaria de voltar. Eu acho que a coisa, mais assim, importante, que foi colocado aqui, foi o Vereador Netinho, não é?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Police Neto.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Oi?

P – Police Neto.

R – Police Neto. São, a questão das competências. De quem é a competência do quê? E isto é que a gente tem que deixar muito claro. Quer dizer, a fiscalização, a competência do Conselho é fiscalizar o exercício profissional. Vigilância Sanitária, suas competências, Covisa, são muito amplas. Não fica, simplesmente, na vigilância local, epidemiológica, não, é vigilância em Saúde. Todos os aspectos da Saúde são atribuições da Vigilância Sanitária, desde a vigilância epidemiológica, cuidar das epidemias, das endemias, até as condições de funcionamento do serviço de Saúde e as condições dos estabelecimentos que mexem, que afetam, indiretamente a Saúde, principalmente as farmácias e os estabelecimentos que vendem produtos alimentícios. Então, é muito grande. No momento em que foi municipalizado, há cinco anos atrás, que, historicamente, a Vigilância não é uma coisa recente, não. A Vigilância é muito antiga. Oswaldo Cruz já falava disso no começo do século passado. Vigilância, nós tivemos a Sucan, nós tivemos a Sucen. Semab fazia uma parte, que era um departamento, aqui, em São Paulo. Essa vigilância era de estabelecimentos comerciais era feito por Semab. Isso tudo foi sendo modernizado e hoje nós temos a Vigilância em Saúde, que é centralizada em alguns órgãos. Reduziu o número de órgãos, e a Vigilância do município, na área, especificamente da Saúde, que é onde eu atuo, se falar de vigilância de estabelecimentos comerciais, realmente, eu não tenho atuação nenhuma, mas, onde a gente atua, o município ficou responsável pelas unidades básicas e prontos-socorros, e o Estado pelos hospitais e serviços de alta complexidade, e a Anvisa amplia mais essa sua área de atuação. São Paulo é, realmente, muito à frente do restante do país. Os outros estados não têm essa vigilância que nós temos, na forma que nós temos aqui, em São Paulo. Ainda depende muito do Ministério da Saúde do Governo Federal. Então, eu acho que nós temos que clarear essas competências e têm outros órgãos. O Ministério da Agricultura também tem um papel de vigilância na produção de alimentos, e qual o momento que o Ministério fiscaliza? Então, eu acho que nós que clarear essas competências. Quando eu falo de clarear as competências, eu queria deixar clara a competência do Conselho e da Vigilância. Essa devolutiva que os senhores perguntam, ela não existe mesmo. Ela não existe. Ela nunca foi estabelecida. Por quê? O Conselho, quando recebe uma denúncia do serviço público, qualquer que seja, inclusive de Covisa, o serviço público nunca é denunciante. Ele é transformado em denunciante *ex officio*. Ao ser denunciante *ex officio*, e eu vou, os processos do Conselho são sigilosos. O processo contra o médico, a fase de sindicância processual é sigilosa. Ela só vai se tornar pública se o médico for culpado e a penalização for pública. Se ela não for pública, as advertências e censuras confidenciais ficam sob sigilo, sigilo profissional e processual. Ao se tornar pública, a sociedade inteira vai ficar sabendo. As censuras públicas, suspensão do exercício profissional e cassação são publicadas nos jornais de grande circulação e nos locais em que esse médico atua, nos jornais daquela região. Por isso, não existe essa devolutiva, até porque, a partir do momento que se torna denunciante o Cremesp *ex officio*, a outra parte inexistente, inexistente, e a Vigilância, quer dizer, não é o nosso papel, não é o papel do Conselho tratar do acompanhamento da resolução dos problemas detectados no hospital. A competência é da Vigilância, não nossa, ou da municipal ou da estadual, dependendo do tipo de estabelecimento. Por isso que não existe. Por isso que eu insisto: nas situações mais conflituosas, existe até debate entre as várias instâncias. Os senhores viram algumas fiscalizações mais rumorosas que ocorreram, foram feitas, conjuntamente com o Ministério Público, Conselho, Covisa, Coren, e nós debatemos isso. Ai existiu uma troca de informações muito grande, mas, no dia a dia, isso, realmente, não ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O hospital que o senhor está lá hoje, na zona Norte, de quem é a competência da fiscalização?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – O hospital é da estadual. A unidade básica é da municipal.

P – Mesmo sendo um hospital público municipal?

R – Mesmo sendo um hospital público municipal.

P – Sim, mas se é um hospital público municipal e a Covisa verifica que tem algo errado lá, não deveria...

R – O hospital é Vigilância Estadual.

P – Mesmo municipal?

R – Mesmo municipal. Pelo menos, é assim que nos foi passado.

P – E a Vigilância Estadual faz um bom trabalho?

R – Acredito que sim. Pelo menos, a atual Vigilância Estadual, quando eu era coordenador da fiscalização do Conselho, não existia a Covisa ainda. Fizemos fiscalizações conjuntas. Nós interditamos hospitais. O Hospital Evaldo Foz foi interditado, conjuntamente, por Vigilância Sanitária do Estado e Conselho Regional de Medicina, até que eles acertaram e melhoraram o hospital, voltou a funcionar. A gente tinha essa prática. Pelo menos é a informação que a gente tem. Essa coisa, a Vigilância é boa ou ruim, é um coisa complicada. A Legislação Sanitária Brasileira é boa, é muito avançada, é rigorosa. É muito mais avançada que a grande maioria dos países da América Latina, muito mais avançada e mais avançada que alguns países, é mais rigorosa que alguns países desenvolvidos, e o problema, na verdade, que eu vejo aqui, é a estruturação que existe hoje de Covisa. A Covisa iniciou há cinco anos. Ainda não conseguiu ter uma estrutura adequada. Quando a gente ouve falar que têm mil agentes fiscais para 15 mil estabelecimentos de Saúde, quantos bares a mais têm na cidade? Quantos botecos, quantas farmácias? Como é que mil funcionários vão fazer, vão fiscalizar tudo isso? Agora, a legislação, ela é avançada. Precisa de, obviamente, sempre ser modernizada. Hoje, o exemplo que o Vereador Paulo Frange deu: os AMAs. O AMA, ele não é previsto na legislação. A RDC 50 do Ministério da Saúde, que prevê a estrutura dos estabelecimentos em Saúde, está lá escrito: Unidade Básica de Saúde: "O consultório médico tem que ter 7,5 metros quadrados, tem que ter pia, tem que ter isso, tem que ter aquilo". Está descrito item a item. É reconhecido Unidade Básica de Saúde, pronto-socorro, clínicas e hospital, ambulatórios. Você não tem o serviço de pronto-atendimento. Nunca foi previsto, na legislação brasileira, o serviço de pronto-atendimento. Deve agora... que tem uma proposta do Governo, de montar as UPAs, que, na verdade, é uma cópia dos AMAs de São Paulo. São as unidades de pronto-atendimento. No Rio, já existem. Deve vir uma nova normatização, e talvez venha aí o necrotério nessas unidades, mas não existe. Então, ela tem que ser modernizada. Mas no tocante a controle de medicamentos e uma série de outras situações, a legislação sanitária é avançada, pelo menos, na minha visão. E a última coisa, a questão da vistoria dos prontuários, que a Vereadora perguntou. A nossa fiscalização, ela pode ser dirigida. Eu posso pedir... Um dia desses, pediram para fiscalizar o Incor. Nós colocamos dois médicos fiscais e levou um mês para terminar a fiscalização, que é um negócio muito grande. Mas eu posso pedir para fiscalizar somente o berçário daquele hospital. O problema é no berçário? Está morrendo crianças de infecção hospitalar? Então, nós vamos fiscalizar o berçário, e é lá que está o problema. Não vamos fiscalizar o resto do hospital. E se existe necessidade, nós verificamos também os prontuários. É comum, numa fiscalização, digamos, morreu o paciente no centro cirúrgico. O anestesista estava cuidando de duas salas, ao mesmo tempo, que é proibido. Então, vai se ver o prontuário, ver se ele preencheu adequadamente, quem preencheu. Vamos ver o livro de anestesia, quem era os responsáveis, e a fiscalização, ela aprofunda, e nós temos o poder de entrar nesses locais. Por exemplo, aqueles caminhos de emergência que são lacrados, nós vamos lá, deslacramos e observamos, contamos ampola por ampola. Nós olhamos se existe medicamento vencido ou não, se tem adrenalina, se tem nitroprussiato. Dependendo do tipo de fiscalização, ela é rigorosa, e nós entramos em todo e qualquer setor do hospital, todo e qualquer setor. Nas câmaras frias, para ver se a carne está bem conservada, a gente vai até lá.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria também que quando o senhor fosse vistoriar uma Unidade Básica de Saúde, mesmo que não tivesse a denúncia, o senhor pegasse um prontuário de uma paciente, de uma criança, de qualquer pessoa lá, o senhor puxasse o prontuário, o senhor vai ficar extremamente desgostoso, como eu fiquei, quando fui Secretária de Saúde. Eu não imaginava a ideia de pegar prontuários. Eu só pegava quando tinha uns pepinos e pintava na sua mesa, imediatamente. Então, eu acho assim, alguns meses atrás, eu li um artigo do Dr. Bráulio, que é lá do CRM, e ele disse que também não é só uma questão salarial dos médicos hoje. Hoje também é uma questão de uma formação acadêmica. Hoje está se perdendo vínculo médico e paciente. Hoje se têm muitas filas, tanto nos AMAs, porque hoje, a maioria dos médicos, eles não querem nem pôr a mão no paciente. Muitas vezes, não é a minha especialidade, mas eu, muitas vezes, eu poderia resolver aquele problema. Não precisaria mandar aquele paciente do AMA voltar para a unidade básica para procurar uma dermato, para procurar uma outra especialidade, ficar numa outra fila. Então, eu acho que o CRM, ele tem que bater ou... Agora, a Comissão de Saúde está junto com o CRM, a gente assinou esse convênio. Eu espero que o CRM compareça mais às nossas reuniões, para que a gente possa estar conversando, para que a gente possa conseguir fazer um trabalho, para que a gente melhore. Eu sei que esse não é o momento para a gente falar, mas, já que você está aqui, João, posso estar chamando você assim, para a gente melhorar essa relação. A gente sai pela periferia, a gente vê poucos casos que têm esse vínculo, médico-paciente. Essas médicas que estão, médicos, há vinte anos na porta daquela unidade básica, e essa diferença salarial eu também concordo, isso é um absurdo, não deve existir. Mas que o CRM tem que bater mais, a nível dos médicos, para que haja um atendimento melhor entre os pacientes, eu acho que o CRM deve apertar um pouco mais a corda. De que maneira, eu não sei, mas nós aqui, na Comissão de Saúde, estamos para ajudar vocês e vocês nos ajudarem. Era isso que eu tinha a dizer para vocês.

O SR. JAMIL MURAD – Eu estou afunilando aqui, para terminar as minhas perguntas, e depois os Srs. Vereadores também vão completar. Era o seguinte: Eu fui visitar alguns hospitais, hospitais municipais, e ali a própria direção do hospital, não é o caso de dar nome, mas a própria direção do hospital dizia: "Aqui falta isso, falta aquilo". Quer dizer, as condições de trabalho do profissional, que é representado pelo CRM, as condições estão absolutamente inadequadas, por incompetência da Administração, porque um aparelho que está quebrado, por que ele fica um ano sem conserto? Quer dizer, representando o Conselho Regional de Medicina, quer dizer, são quantos profissionais aqui? São 21 titulares e 21 suplentes, mas o senhor é porta-voz desses 42, que estão recebendo as informações, estão julgando, estão fiscalizando. Quer dizer, quais são as condições de funcionamento das unidades de Saúde aqui, em São Paulo? Elas são... Nós poderíamos dizer que as condições são adequadas aqui?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não, é impossível afirmar que a condição é adequada. Todos nós sabemos que não é.

Eu acho que existe uma quantidade de falhas muito grande. A gente detectou isso nos AMAs e algumas fiscalizações de hospitais. A gente detecta essas dificuldades citadas pelo senhor: ...

O SR. JAMIL MURAD – Mas, se nós...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Falta de médicos, falta de medicamentos, equipamentos quebrados. Isso é uma constante. Aí, ao fiscalizarmos e detectarmos isso, essas fiscalizações a gente encaminha para a Secretaria de Saúde sempre e para a Vigilância, obviamente.

Aqui eu quero fazer um comentário que é meu.

P – Nós queríamos pedir uma cópia das insuficiências, das falhas que existem nessas unidades fiscalizadas.

Eu tenho aqui na Comissão de Saúde uma cópia - está registrada aqui, os membros da Comissão de Saúde têm -, por exemplo, do Hospital Campo Limpo. Foi há um ano ou oito meses atrás. O CRM encaminhou, tem umas 200, 300 páginas. Mas nós queríamos, quer dizer, seja hospital público ou seja privado, seja uma clínica, seja uma unidade básica ou uma AMA ou um pronto-socorro. Quer dizer, nos queríamos, nos últimos dois anos, quais são... Qual é o resultado da fiscalização feita pelo Conselho Regional de Medicina.

Eu solicito uma cópia para nós podermos ter...

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sr. Relator, me concede um aparte?

O SR. JAMIL MURAD – ... As condições concretas de atendimento que existe aqui. Senão, nós ficamos discutindo princípios, como deveria ser etc. "Olha, tem falhas nisso", mas nós queremos saber os resultados concretos.

A outra questão é a seguinte, foi falado aqui: tem clínicas que atraem as pessoas iludidas, assim, querendo resolver o problema, às vezes, até psicológico. Então, é o problema de lipoaspiração, é o problema de cirurgia plástica estética, sem condições. Aqui em São Paulo tem isso? A pergunta que a gente faz: vocês têm o controle de quem faz cirurgia estética, quem faz lipoaspiração na Cidade, se está em condição adequada para dar segurança para o paciente ou...

Porque a gente vê, em certos lugares, pelos jomais...

O SR. PAULO FRANGE - Vereador Murad, só complementando: e também passar para a gente a informação de quais clínicas de urologia que fazem apologia à cura dos problemas de ordem sexual que foram fiscalizadas. Porque hoje tem em todos os jomais, em revistas, na revista *Veja* e tudo. É de conhecimento do planeta - até porque agora todos acessam a Internet - há as informações dos milagres sobre disfunção erétil e nós sabemos como é que isso funciona, vendendo produtos - inclusive dentro das próprias clínicas - que não são permitidos.

Essa fórmula, Dr. João, é muito difícil a gente fazer um comparativo. Mas a mesma imprensa que acusa os políticos de tudo é a mesma imprensa que anuncia as coelhinhas a 150 reais, 200 reais, o nome e tudo. Tem páginas inteirinhas nos jomais de grande circulação anunciando todo tipo de sexo, à vontade. Todos os dias, jomais inteiros, páginas inteirinhas.

Então, aí, alguém quer... Não quer permitir que a moça ande com a saia mais curta e com a bolsa numa determinada avenida. Mas o mesmo poder da mídia vende esse mesmo produto nos jomais que nós recebemos em casa. Então, não dá para a gente dizer que tem uma coisa certa e a outra errada, não é? Está muito complicado ver esse clima. Isso vem aumentando cada vez mais. A própria revista *Veja* e todas as outras também anunciam.

Essa situação das clínicas de urologia nós não conseguimos ir além, mas aqui nós tínhamos uma situação muito mais grave, que são aqueles que jogam veneno dentro das nossas casas, os D.D.Drín da vida e que não tinha responsável técnico. Nós insistentemente falamos com a imprensa que tinha que colocar o responsável técnico por essas empresas que tratam de produtos domissanitários e não fizeram. O telefone continua ainda sendo anunciado, o celular, e a maior parte delas está na região de Diadema/Mauá e lá é uma casinha. E esse produto sai distribuindo veneno nos nossos condomínios, nos nossos condomínios! Produtos proibidos inclusive na Anvisa, pela Anvisa, produtos que vêm de Foz do Iguaçu.

Então, essas clínicas de urologia entram dentro do mesmo perfil da pesquisa do Dr. Jamil Murad. É a quem mais nos preocupa hoje, porque, na verdade, o pessoal está tomando injeção e utilizando de situações milagrosas.

E, por fim, a mesma situação envolve a aplicação de botox, ...

O SR. JAMIL MURAD - Isso.

O SR. PAULO FRANGE - Que hoje está na mão de todos, não é? São as clínicas de estética e tudo e mais a aplicação do botox, que nós estamos muito preocupados. Tem mulher aí ficando com o lábio muito grande e está exagerando na dose e, depois, não tem como a quem recorrer, porque não tem responsável técnico essas empresas, essas firmas, essas empresas que estão registradas aí, muitas vezes, em nome de cirurgia plástica e ali tinha alguém que fez o procedimento e não está lá mais.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sr. Relator, consegue me dar a palavra?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Poderia fazer um comentário?

É sobre o fornecimento dos relatórios. Quer dizer, esses trabalhos amplos que a gente faz é o que a gente tem de maneira organizada, visando a determinado foco, e eles são públicos.

As fiscalizações específicas, elas não são públicas. Elas ficam para o Conselho, vão para o órgão fiscalizado e são mantidas guardadas em sigilo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Só concluindo, desculpe.

Eu tenho que pedir autorização para o Conselho para fornecer.

O SR. JAMIL MURAD - A Comissão Parlamentar de Inquérito tem esse poder.

R - Eu acho que sim. É isso que eu...

P - Nós vamos fazer por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Nós já estamos requerendo, através...

O SR. JAMIL MURAD - Isso.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Agora, eu não tenho isso de maneira organizada. Eu vou levar um tempo para levantar quais hospitais foram vistoriados e o que nós temos. Eu não tenho, neste momento, assim. O que a gente tem organizado são esses trabalhos.

P - Sim.

R - Eu queria lembrar que a gente também tem um termo de cooperação celebrado com esta Câmara aqui...

P - Com a Comissão de Saúde.

R - Com a Comissão de Saúde.

P - Mas a relação com a CPI, essa CPI foi aprovada em Plenário da Câmara de Vereadores e ela representa o interesse da sociedade de São Paulo.

Então, o requerimento que nós fazemos das informações, ele tem um tempo para ser devolvido, encaminhadas essas informações. Mas, como é de interesse da sociedade, ele não pode ser negado. Ele tem de ser encaminhado para nós para podermos trabalhar em benefício da própria sociedade.

Agora, ...

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sr. Relator, me concede um aparte em cima dessa questão da fiscalização?

O SR. JAMIL MURAD - Era só uma pergunta.

Aqui, nos termos da Resolução 1.609 da Anvisa, os procedimentos diagnósticos ou terapêuticos, para serem reconhecidos como válidos e utilizáveis na prática médica nacional, deverão ser submetidos à aprovação através de Câmaras Técnicas e homologados pelo plenário do Conselho Federal de Medicina.

Há denúncia, existe denúncia da utilização de equipamento em diversas clínicas, entre elas a Onodera, do aparelho Powershape, que combina tecnologia de radiofrequência, sucção e laser. E é usado para tratamento de celulite, de flacidez, gordura localizada, sem o devido registro da Anvisa.

Qual é a situação em São Paulo? O Conselho Regional de Medicina...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Veja bem, o Conselho, eu volto a insistir, ele prevê o exercício da Medicina. Se um médico está operando um aparelho não reconhecido, o Conselho vai autuá-lo.

Nós temos, por exemplo, hoje, uma chamada ozonioterapia - não sei se os senhores já ouviram falar. Ozonioterapia. É o máximo da charlatanice. Eles pegam um aparelho desses de ozonizar água, dizem que esterilizam, passam o sangue das pessoas por esse aparelho e devolve na veia das pessoas, dizendo que ele está recebendo o sangue ozonizado.

Eu participei, eu fui chamado outro dia para depor, tentar explicar o que era isso. Eu também não sabia. Aí eu fui investigar na área científica o que era isso. Não tem nada, não existe nada.

O SR. JAMIL MURAD - A Covisa tem fechado essas clínicas?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Aí, isso era um processo que estava na mão de uma juíza numa vara comum, aqui da Justiça comum. Nós denunciemos...

O SR. PAULO FRANGE - Esse caso, é o caso realmente absurdo de tratar ozônio dessa forma. A ozonioterapia, a utilização de ozônio, hoje, tem também pesquisa científica no desenvolvimento, mas aplicando, inclusive aqui no HC tem, hoje, um desenvolvimento de uma pesquisa. Não desse jeito que o senhor falou. Desse jeito, realmente, é uma situação que é curiosa.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Mas isso, estou falando de charlatanice.

O SR. PAULO FRANGE - Isso é charlatanice. Agora, não só para deixar... porque nós já tratamos desse assunto de ozônio aqui na Casa. Existem pesquisas sendo feitas na utilização de ozônio para algumas patologias. Em Cuba tem sido feito, fora do Brasil tem sido feito e o HC já começou a fazer tratamento, pesquisa específica para algumas patologias, mas utilizando ozônio, ozônio. Não esse, dessa forma. Essa, realmente, é charlatanice.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - E aí tem uma série de outras coisas...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas o senhor estava falando que a juíza, na zona Sul, está com processo. Não sei.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Não, não. Uma juíza, numa Vara da Justiça, chamou-me para falar sobre ozonioterapia, eu fui investigar e não encontrei

absolutamente nada. Nada, em nenhum periódico, nada. Nem mesmo... Eu perguntei na Escola Paulista, perguntei para alguns professores, o Conselho tem professores da Paulista e da Faculdade de Medicina da USP, ninguém conhecia o assunto, absolutamente ninguém. Foi investigado. Nós colocamos nossos bibliotecários atrás disso e não se encontrou. Tudo que se encontrava, era uma forma sensacionalista: Sociedade de Ozonioterapia, esse tipo de coisa.

Agora, os senhores acompanharam, os senhores viram, trouxeram aquele vídeo do *Fantástico* e viram quanta coisa tem correndo por aí. Mesmo a medicina biomolecular, ela não é reconhecida, mas, na verdade, aí a gente sabe que existe gente pesquisando. Mas é muito pouco conhecimento para você já criar uma especialidade na área e fazer o exame do cabelo, exame do sangue, sem corante, nada. Aquilo que aquela mulher falou, é um absurdo. E aí, vai.

Esses dias, eu recebi um material de uma faculdade de medicina aqui de São Paulo, particular, que junto com a medicina tinha curso de quiropraxia, iridologia e uma série de outras coisas. Aí, eu perguntei para eles: mas isso é reconhecido pelo MEC? Disseram que sim. Eu nunca ouvi falar dessas... Massagens com pedras quentes. Eu nunca ouvi falar dessas coisas, enquanto ciência. Nós precisamos tomar muito cuidado com...

O SR. PAULO FRANGE – Dr. João, só para raciocínio. O senhor se lembra muito bem, com certeza, das indicações éticas da câmara hiperbárica. O Conselho Federal de Medicina estabeleceu regra no momento onde estava se usando câmara hiperbárica para tudo, até para rejuvenescimento, coisas aqui na Brigadeiro Luis Antonio, tinha de tudo isso, câmeras gigantes e tal.

Depois elas passaram a ser monoplays, passaram a ter utilizações claras, definidas. Foi preciso o Conselho Federal de Medicina criar regras. Então, é usado em gangrena, é utilizado em alguns casos de necrose, é utilizado em alguns casos de doenças com infecções anaeróbicas, é utilizado em alguns... Mas ainda tinha paciente usando, tinha pessoas usando isso para melhorar memória, Parkinson, AVC e até em pré-operatório, como preventivo de deiscências e tudo.

Mas eu acho que esse papel do Conselho é muito importante. Eu acho que vocês têm um papel importantíssimo, principalmente quando, partindo daqui, possam essas normas serem dirigidas pelo Conselho Federal, porque aí o Brasil todo passa a ser norteado.

Eu tinha uma câmara hiperbárica quando surgiu a orientação do Conselho. Foi a melhor coisa do mundo, porque a gente queria provar para todo mundo que o que estávamos fazendo estava correto porque tinha, na literatura mundial, reconhecidamente essas situações como éticas e com a prudência necessária, utilizada tinha resultado.

Quando surgiram aquelas regras, nós ficamos absolutamente tranquilos. Veja que a importância desse papel. Eu não sei qual é o caminho, talvez com a imprensa própria. Vocês são muito fortes nessa relação com a imprensa, quando dizem é porque partiu de um colegiado, é uma afirmação muito sólida para poder tirar o charlatanismo desse processo.

A gente não vê outra forma. É muito difícil a gente tratar isso em lei, tratar isso em prisão. Prisão, hoje, dura poucas horas. O advogado tem *habeas-corpus* para tudo, já tem pronto. É difícil a gente conseguir resolver isso, senão pelo convencimento da população.

Como é que o senhor vê situações como essas da urologia, da cirurgia estética, das aplicações indevidas, partindo de resoluções que possam se transformar em recomendações para a população que não é da saúde, para a população... Num intervalo de uma novela da *Globo*, para que a gente possa esmiuçar isso para a população comum.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Então, veja. Quer dizer, a medicina e as diretrizes aceitas no Brasil são definidas pelo Conselho Federal através de Câmaras Técnicas que são montadas com pessoas de notável saber do País inteiro e, às vezes, até de outros Países, onde se discute quais as técnicas aceitáveis que possam ser utilizadas no Brasil.

A Anvisa colabora muito com isso. Existe um trabalho conjunto com a Anvisa, uma relação boa, porém a gente sabe que a má fé existe, né? Não é porque é médico que são todos de boa fé e a gente vê isso. A ganância que leva a esse tipo de coisa.

Esses dias tinha um médico vendendo ômega 3 recoberto por nano partículas e saiu aí no *Fantástico*. Só concluindo essa coisa. Então, é muito difícil o controle de tudo isso. Nós não temos pernas para tudo. O que a gente tenta é ação educativa, no tocante ao que disse a Vereadora Juliana, nós tentamos fazer isso.

A questão da letra do médico, do preenchimento do prontuário, nós montamos comissões de prontuários, palestras. Nós temos um programa de educação continuada para orientar os médicos...

O SR. JAMIL MURAD – Só uma questão de ordem, aqui. Têm uns problemas concretos aqui, porque senão nós ficamos na descrição das coisas. Olha aqui. Esse documento diz o seguinte: "O trabalho realizado na cidade de São Paulo, pioneiro em criar um plano constante de fiscalização, serve como indicio das irregularidades que acontecem em todo o País. No ano passado, foram visitadas 70 clínicas estéticas, foram encontradas irregularidades em 33% das 70 clínicas visitadas. Entre as irregularidades, estava o seguinte: reutilização de material como seringa, cânula, agulhas, sobra de medicamentos", quer dizer, isso afeta a saúde da população de São Paulo. Quer dizer, o que essa sociedade, a pessoa está sendo sujeito, ela é atraída para ficar... Fazer um tratamento estético ou fazer um determinado tipo de tratamento ou uma doença grave, algo alternativo, mas está sujeito a pegar outra doença. Uma agulha reutilizada ou uma cânula reutilizada, uma seringa reutilizada, não é? Isso é coisa real que está no Município de São Paulo.

O Conselho Regional de Medicina, eu queria saber se tem constatado realmente isso. Como que é?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Esse relatório é de quem, Dr. Jamil?

O SR. JAMIL MURAD – Esse relatório é do Conselho Federal de Medicina.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – O Conselho Federal fiscalizou clínicas aqui em São Paulo? Não...

P – Aqui, é o Conselho Regional, do Estado de São Paulo.

R – Então, é do nosso Conselho? Eu desconheço esse trabalho aí.

P – Aqui, olha, Guerra, Sebastião Guerra.

R – Não, esse nome não é do nosso Conselho.

P – Não, Sebastião Guerra é da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. "Guerra faz referência ao trabalho feito pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Cremesp.

Em análise dos processos contra médicos contra médicos, abertos entre 2000 e 2008, foi apurado que a maior parte deles envolve a cirurgia plástica, 289 casos, e que 97% dos médicos citados não apresentavam nenhuma especialização na área". Quer dizer, essas coisas interessam muito para esta CPI, a sociedade de São Paulo está sujeita a ser induzida a se tratar com gente que não tem aquelas condições de especialidade, não está preparada para fazer aquele tratamento, ou clínicas que reutilizam material. Isso tudo está acontecendo em São Paulo.

A Covisa fez vistoria em 21 estabelecimentos no primeiro semestre de 2009. Destes, oito apresentavam risco elevado de comprometimento da saúde da clientela; quatro foram fechados; outros quatro interditados; quatro apresentavam problemas secundários e apenas nove atendiam em condições satisfatórias. Isso foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 29 de agosto de 2009. A Covisa fez vistoria em 21 estabelecimentos é muito pouco, pelo número de estabelecimentos que tem em São Paulo, encontrou um alto índice de irregularidades, de inadequação, de incompetência etc. Alguns problemas: falta de higiene; esterilização inadequada de equipamentos; profissionais não habilitados; uso de medicamentos vencidos; reutilização de seringas, agulhas ou sobras de anestésicos e até falsificação de receita em clínicas para aplicação de botox, lipoaspiração e depilação a laser.

Quer dizer, a população de São Paulo está sujeita a um número enorme de clínicas, que estão fazendo atendimento sem as condições, com material inadequado e com complicações. Aqui temos fotografias mostrando aplicação de laser e a pessoa ficou pior do que estava. Então, existe uma área fronteira entre o trabalho do profissional, ou daquele que deveria estar com um compromisso ético, que é da esfera do Conselho Regional de Medicina e o trabalho da Covisa.

Agora, quanto ao Conselho Regional de Medicina, solicito mais uma vez a informação, para a gente saber como está, em São Paulo, o atendimento das pessoas que procuram qualquer tratamento desse tipo. Está ampliando o número de hospitais, ou os existentes, 3,4 bilhões de reais sendo aplicados para aumentar os hospitais. Então, atrai público até do exterior para vir se tratar aqui, mas ele chega aqui e é enganado. Chega aqui, a clínica às vezes é muito bonita, parece um hotel cinco, seis estrelas, mas na verdade ele vai ser tratado de maneira absolutamente inadequada. E esse é um trabalho nosso. Por exemplo, quantas clínicas de estética dermatológica têm registrado no Cremesp?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Isso eu posso ver agora. Clínicas de estética não são registradas no Conselho. Após esses incidentes, a gente não entende que estética seja uma especialidade médica. Não existe medicina estética, enquanto especialidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas não tem o cirurgião plástico responsável?

R - Cirurgia plástica é uma especialidade; estética não. Cirurgião plástico corrige queimadura e outros problemas.

O SR. PAULO FRANGE - O Brasil ainda não reconheceu a atividade estética como atividade profissional.

O SR. JAMIL MURAD - Quantas clínicas de cirurgia plástica?

R - Deixa eu achar aqui, vamos ver se tenho classificado desta maneira.

O SR. PAULO FRANGE - Eles não tem conselho próprio, porque a atividade não é regulamentada no Brasil ainda. Esse projeto ainda está tramitando. Está em última etapa para poder regulamentar, portanto, não há conselho nenhum. Existem associações.

R - Eu não tenho classificado dessa maneira, como estética. E nem clínica específica de cirurgia plástica.

O SR. PAULO FRANGE - Como estética, com certeza, não tem.

R - Vem como clínica especializada. Ai entram as clínicas de cirurgia plástica, de estética não. Estética é uma área de atuação, em que vários profissionais atuam e não só o médico. Entendemos que alguns procedimentos médicos podem ser utilizados na área de estética, porém não reconhecemos isso como especialidade.

O SR. JAMIL MURAD - Solicitamos então, Dr. João, que nos informe posteriormente o número de clínicas dermatológicas inscritas, de cirurgia plástica.

R - Preciso ver se é possível.

O SR. JAMIL MURAD - Sim. Posteriormente, pode ser verificado no jurídico do Conselho Regional de Medicina.

R - Isso é possível. Temos um departamento de registro de empresa, que as empresas são registradas, aí temos uma classificação, podemos investigar isso, porque existe no Município de São Paulo.

O SR. JAMIL MURAD - E quantas clínicas de idosos têm registradas?

R - Esse tem. Clínica de repouso, no Município de São Paulo, 42 registradas. Deixa eu ver se tem mais alguma coisa que possa ...

O SR. JAMIL MURAD - É feita fiscalização das condições em que aquele médico está trabalhando?

R - É. Nós fiscalizamos. Inclusive, um dos objetos de um dos nossos médicos fiscais, a Dra. Isaura Cristina, ela fiscalizou várias dessas clínicas e, realmente, algumas clínicas são adequadas, mas a grande maioria, a condição é complicada. A condição é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor encaminha à Prefeitura, essas clínicas que estão cadastradas no Conselho?

R - Claro. Com isso não temos problema.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Os senhores encaminham sempre a Covisa?

R - Sim. As que têm problema sim; as que não têm não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas até para a Covisa fiscalizar, porque a Covisa, hoje, a pessoa entra com o cadastro e não é fiscalizada. Depois, vai ser fiscalizada. É no sentido de agilizar o procedimento, que é uma parceria.

R - Esse mecanismo da fiscalização prévia, não existe em nenhum órgão fiscalizador. Parte-se do princípio, e o Conselho também funciona assim, qualquer estabelecimento de saúde só vai ser registrado, receber o alvará de Covisa após o registro no Conselho. Tem de ter um contrato social; tem de ter um regimento interno; um diretor; um responsável técnico e, dependendo do número de médicos, as comissões obrigatórias e o diretor clínico eleito. Só com esses dados é que Covisa vai dar alvará.

Nós, também, não fiscalizamos previamente. A gente verifica a existência desse responsável técnico e, ele seria responsável por isso, a partir daquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O procedimento de vocês é todo informatizado?

R - É.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem como disponibilizar para nós, por especialidades, e encaminhar para nós os endereços e telefones das 15 mil instituições médicas?

R - Tem. Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Porque acho que por ser informatizado é rápido.

R - Agora, a Covisa tem todas as empresas registradas no Conselho...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sim, mas nós vamos pedir para os senhores.

R - A gente fornece, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pode ser?

R - Pode. Claro.

O SR. PAULO FRANGE - Muitas dessas clínicas não são do conhecimento nem do Conselho e nem da Covisa, porque uma grande parte delas, a Vereadora Sandra sabe disso, estão em áreas residenciais e jamais poderiam estar lá, e estão estabelecidas há 20, 30, 40 anos e não têm alvará, porque o zoneamento não permite e é quase impossível uma subprefeitura chegar lá e desocupar uma clínica dessas, porque à luz da sociedade aquela fila de camas velhinhas saindo é uma coisa muito negativa politicamente para a subprefeitura. Portanto, eles não têm... Uma boa parte está na Lapa, em regiões que são residenciais, até mesmo em Pinheiros temos clínicas, em Perdizes, áreas estritamente residenciais. É uma situação difícil, não conseguimos resolver isso aqui pela legislação do uso e ocupação do solo, elas estão instaladas lá há muito tempo e não têm documentação do uso e ocupação do solo.

Muitas delas funcionam até regularmente, com médico, com tudo direitinho, mas tem um problema do uso e ocupação, essa é uma outra situação que temos de tratar aqui depois.

O SR. JAMIL MURAD - Obrigado, com a palavra o Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - A minha pergunta, Dr. João, é a seguinte: entendi aqui que o número de médicos do estado chega a 101 mil, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - E que o Município é 57.200? É isso?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Isso.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - A minha pergunta é a seguinte: como as AMAs não são consideradas, as UBSs sim, as AMAs, não, a minha pergunta é a seguinte: esses médicos que hoje prestam serviços nas AMAs estão contabilizados dentro desses 57.200 ou não?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - A contabilização é feita pela residência, pelo endereço residencial do médico, são os médicos que moram no Município, e a gente acredita que, praticamente, todos que moram no Município trabalham no Município. É difícil morar aqui ... Eles trabalham também na Grande São Paulo, mas esses residem no Município de São Paulo, não é pelo local do emprego.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - Obrigado.

O SR. JAMIL MURAD - Com a palavra a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU - Dr. João, quantos médicos são julgados durante o ano, ou afastados?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Esse dado vou tentar falar rapidamente o que ocorre: nós recebemos de 3.500 a 4.000 denúncias, por ano, no Cremesp. Dessas denúncias, 80% são arquivadas na fase de sindicância. É feita, inicialmente, uma investigação preliminar pelos nossos delegados e 80% são arquivadas. Uma boa parte são denúncias não pertinentes, como por exemplo: "Cheguei no consultório às 10h00 e minha consulta era às 10h30, o médico chegou às 12h00". Quer dizer, não vou chamar o médico para justificar por que ele atrasou. Ai vai uma grande quantidade que se percebe são denúncias ...

P – Vazias.

R – Não vazias, mas não pertinentes. Então, de 15 a 20% são transformadas em processo disciplinar. Esses processos disciplinares que são julgados. Nós conseguimos julgar, por ano, em torno de 500 a 600 médicos, destes, em torno de 300 são considerados não-culpados, ou seja, absolvidos e, os outros 300, são considerados culpados. As penas mais frequentes são as chamadas penas didáticas, que é a censura e advertência confidencial, as penas públicas têm um menor número. Não tenho este dado, especificamente, mas podemos passar para a senhora, se quiser.

P – Por exemplo, Dr. João, no caso dessas clínicas de estética que são usados materiais, reutilizam os materiais, o médico é o responsável por isso, onde é enquadrado um médico desses, nesse quadro?

R – Veja bem, quando vocês falam em clínica de estética, se há médico, imagino que seja um dermatologista ou um cirurgião plástico e seja responsável pela clínica. Se ele for, ele é o responsável. Uma boa parte das clínicas de estética não tem médico, não tem médico. Então, nós não podemos fazer nada, não é nossa área, é a área da polícia. Se está fazendo isso é a polícia que tem de agir e a Vigilância. Agora, o médico é punido.

O que temos feito, atualmente, devido ao volume e ao aumento desse tipo de coisa, porque a gama de problemas gerados por essa área estética é muito grande. Hoje, o problema maior nosso é a propaganda enganosa que é feita e a venda de maneira que a gente fica até amarrado, sem solução. Hoje, entra no Google e põe: "plástica parcelada", vai aparecer inúmeras páginas de empresas que financiam a cirurgia plástica. Escondidos atrás dessas empresas têm um sem número de médicos que eles não contam para nós quem é. A pessoa vai lá, compra um plano desses de parcelamento e a financeira indica um médico para ele ir. Mas a gente não consegue, porque aí a pessoa já vai com o dinheiro para pagar o médico.

Isso tem gerado uma série de problemas, porque a pessoa vai fazer uma cirurgia de mama ou uma dermolipectomia, ela tem cinco mil reais para pagar, dá um problema anestésico e vai para a UTI, não tem dinheiro do financiamento para pagar a UTI e não tem plano de saúde. Isso tem gerado problemas, para o usuário e para a população, graves. Aí vende o carro e a casa para pagar a UTI do desastre que aconteceu numa situação irresponsável dessas.

Já temos, junto com a Sociedade de Cirurgia Plástica, o Conselho e o Ministério Público – quem está acompanhando isso com a gente é o Dr. Reynaldo Mapelli – temos uma discussão para ver como vamos agir. Uma boa parte dessas financeiras não tem nem registro no Banco Central como financeira, não tem carta do Banco Central para fazer financiamento. E aí vai, essas propagandas que prometem e não podem cumprir, o número é muito grande.

Temos feito uma ação também educativa, esses colegas que têm infringido têm sido chamados no Conselho, além de receber a denúncia, têm sido chamados no Conselho, têm sido feitas palestras sobre o resultado disso, uma orientação. Pedimos que assinem um termo – uma espécie de TAC com a gente – de evitar repetir não só a propaganda como as incorreções da clínica e de corrigir os problemas da clínica. Esse é o tipo de ação que estamos fazendo. Mas é nessa área, realmente, é uma área complicada onde a gente tem enfrentado muito problema desse tipo.

Essa é uma área, existe aí no Largo 13, se os senhores forem visitar lá, um dia, tem um sem número de clínicas de soroterapia – os senhores que são médicos sabem o significado disso. O pessoal vai lá, entra, parece uma sala daquelas do fim do século retrasado, onde as pessoas iam tomar ópio, as pessoas ficam meio no escuro, deitadas em macas, uma do lado da outra, cada uma com um sorinho, com vitamina C, Complexo B, gluconato de cálcio, sem prontuário, sem nada. Os nossos médicos fiscais têm medo de entrar nesses locais e são colegas que estão fazendo esse tipo de coisa.

Além de outras barbaridades que...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E não está fechado esse estabelecimento? Não fecharam ainda?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não podemos fechar, a gente encaminha isso ...

P – Covisa, Covisa.

R – ... para o Ministério Público e Covisa.

P – O senhor tem os endereços de onde tem isso?

R – Deve ter, nós já fiscalizamos.

P – O senhor pode também nos remeter, por favor.

R – Claro.

P – Para nós é importante.

O SR. JAMIL MURAD – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Porque temos de expulsar o charlatão de São Paulo, charlatão não pode ficar aqui.

R – Tem de expulsar da sociedade.

P – Da sociedade.

R – Vai mandar para o Rio de Janeiro? Não pode.

P – Mas nós aqui não podemos permitir. Já que somos organizados, não vamos permitir.

R – Então, a sorte de coisas complicadas nessa área é muito grande. Felizmente, o que a gente percebe – eu quis até tentar demonstrar – é que dos 100 mil médicos do Estado de São Paulo, quer dizer, são punidos, você detecta essas situações e organizando esses serviços dessa maneira, o número ainda é muito pequeno. Não chega a 1% dos médicos de São Paulo fazendo esse tipo de coisa.

Parece muito grande porque isso se concentra no Município de São Paulo, no Interior não temos muita coisa desse tipo, é bem diferente. Não que a fiscalização seja mais rigorosa, mas lá o médico é muito mais exposto do que aqui, é muito mais exposto. Aqui a individualidade das pessoas é preservada, no Interior o médico faz uma besteira tem de mudar de cidade, todo mundo sabe disso. Aqui se concentra, mas, mesmo assim, relacionando ao número de médicos do estado de São Paulo o número é pequeno. O número é pequeno (Segue Rod. 25)

O número é pequeno. De qualquer maneira, a ação é complicada, porque isto é a ilegalidade. Muita coisa é ligada ao crime. Então, é difícil para nós. Muitas vezes, tivemos que pedir apoio à Polícia Federal, à Polícia Militar, para nos ajudarem em ações de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor tem um exemplo que é ligado ao crime?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Um exemplo que é ligado ao crime, essas contravenções?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Veja bem, a utilização de médicos, falsos médicos, falsos médicos. Isso aqui posso citar, e estava fazendo o levantamento das cooperativas médicas no Estado de São Paulo, com exceção das Unimed's. Levantamos 70 cooperativas no Estado de São Paulo. Descobrimos que existem 10.000 médicos ligados a essas cooperativas. Na verdade, não são cooperativas. Elas não têm formato de cooperativas, não são inscritas no Instituto de Reforma Agrária – onde tinham de estar inscritas –, não têm benefícios de cooperativas para os médicos. Não passam de agências locadoras de médicos. Então, o que eles fazem? Eles têm uma lista de médicos e ficam negociando com prontos-socorros, hospitais. Aí, o pronto-socorro de Piracaia precisa de um clínico para sábado à noite. Liga lá e eles mandam um clínico para dar plantão no pronto-socorro de Piracaia. Às vezes, esse médico sai com o dinheiro na mão.

E, ao investigar essas cooperativas, em uma delas a nossa médica fiscal ligou e: "É da cooperativa tal?" "Sim" "Vocês têm vaga?" "Ah, temos vaga, sim, para fazer transporte em ambulância" "E quanto paga?" Aí, a mocinha do outro lado perguntou: "Com CRM ou sem CRM?" Ou seja, isto é crime.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é a...? O senhor pode nos falar?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não me lembro de cabeça, agora.

P – Não sabe?

R – Não. Mas isso foi para o Ministério Público do Trabalho.

P – Mas, para nós, é interessante. O senhor não sabe? Não tem de cabeça?

R – Não tenho de cabeça. São 70 cooperativas, como é que vou lembrar?

P – Sim, mas esse aí é um caso escabroso, né.

R – Mas não consigo me lembrar no momento. Isso foi feito há quatro anos, há três anos.

P – E qual funciona irregularmente, diante do que o senhor falou agora a pouco? Não tem autorização do Ministério do Trabalho e outros? O senhor acabou de dizer anteriormente. O senhor disse que essas Uni's são todas irregulares.

R – Não. As Unimed's não. As Unimed's são todas regulares. Estou falando dessas cooperativas.

P – Sim. E quais dessas cooperativas atuam em São Paulo de forma irregular?

R – Não sei citar para o senhor, agora, nominalmente. Investigamos 70 cooperativas.

P – Então, depois o senhor pode nos encaminhar?

R – Esse trabalho, temos pronto e podemos encaminhar. Já foi encaminhado para o Ministério Público do Trabalho e eles iam investigar todas elas.

O SR. PAULO FRANGE – São cooperativas que funcionam como biombo na legislação trabalhista, entendeu, Vereador Aurélio.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – E, aí, descobrimos, então: essa aqui contrata falso médico; contrata estudante. Isto é, em minha opinião, ligado ao crime. Isto é crime. No Brasil, o exercício ilegal da Medicina é crime. Então, isto existe.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Falsidade ideológica.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – É, falsidade ideológica. Então, temos essas dificuldades todas e vamos investigar. Até o nosso médico fiscal, ao fazer determinadas investigações, tem medo de ir até lá, em determinadas clínicas. Fomos, um dia, tentar investigar esses fornecedores de atestado na Praça da Sé. O pessoal chegou no velhinho, com aquele pirulito, vestido de pirulito: "Atestado médico, carteira de trabalho" e disse: "Quero ir até lá. Você me dá o endereço?" "Não" Você só vai com ele. Aí, não conseguimos investigar todas essas clínicas. Pegamos algumas por denúncia. Aí, levamos em frente a investigação e encaminhamos, também. Porém, não conseguimos – enquanto Conselho – atingir esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, vamos fazer uma parceria. Além da parceria que o senhor tem com a Comissão de Saúde, vamos fazer com a CPI também. Nesses casos, que o senhor tem dificuldade, vamos ajudar o senhor.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Seria ótimo. Porque esses atestados falsos, na verdade, isso gera... Isso é roubo do dinheiro da União, porque vai para a Previdência. É roubo de dinheiro da União.

Tentamos... Existe, não sei qual é... é uma delegacia previdenciária, mas não conseguimos entrar em contato com esse pessoal, para ver se nos ajudavam.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor já disse que, em relação às plásticas parceladas, o senhor tem dificuldade e vamos ajudá-lo. Nesse caso, aí, também, dos atestados, o senhor também tem dificuldade e vamos ajudá-lo.

O senhor, também, verifique lá quais as dificuldades que o senhor tem e vamos montar um aparato para expulsar, banir essas pessoas aqui da Cidade. O senhor não tenha dúvida. Nós vamos fazer nosso trabalho. Pode passar para nós, que nós vamos fazer. Estamos aqui para isso, para proteger a nossa sociedade.

Antes de passar a palavra para o Vereador Milton Ferreira, há vários requerimentos sobre a mesa, e gostaria de dar como lidos os requerimentos. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

- Requerimentos dados como lidos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados os requerimentos.

Passo a palavra ao Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA – Dr. João, o Conselho, hoje, tem infraestrutura para dar um atendimento de qualidade à população de São Paulo? O senhor referiu que existem 42 clínicas de repouso. Qual a periodicidade dessas fiscalizações? E de quanto em quanto tempo é realizado o cadastramento das clínicas e consultórios médicos em São Paulo?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – O Conselho não faz fiscalizações periódicas. Não é esse objeto do nosso departamento de fiscalização.

P – E só através de denúncias?

R – É só através de denúncia e solicitações de alguns... Em geral, de órgãos públicos. Então, as pessoas podem fazer a solicitação, o serviço público pode fazer a solicitação. O Ministério Público é o maior gerador dessas solicitações. E os conselheiros, para darem apoio à instrução de processos. Nós não fazemos de rotina. O registro é feito no Conselho. As empresas devem registrar no Conselho. Nós não fazemos fiscalização prévia, também não. Nós acreditamos que o responsável técnico responderá por isso. E se houver denúncia, obviamente que ele responderá. O cadastramento das empresas deve ser feito anualmente. E sempre que houver mudança de diretor, mudança de objeto da empresa, do estabelecimento, mudança de endereço, isso deve ser renovado.

P – Em relação às delegacias, como que funcionam?

R – As delegacias do Conselho, na verdade, são subseções do Conselho. Então, nós temos a sede, que é na rua da Consolação, onde funciona todo o corpo do Conselho; e a subseção da Vila Mariana, onde funciona uma parcela do Conselho, departamento pessoal, área burocrática. E as delegacias, na verdade, existem para facilitar o acesso do médico às dependências do Conselho. Então, nós temos uma delegacia em cada região da Cidade: Norte, Sul, Leste e Oeste, para facilitar o acesso dos colegas que moram na região. E nós temos mais 29 delegacias em cidades do interior, que também o objetivo é esse: o estado é subdividido em regiões, e cada região tem uma delegacia. Essas delegacias são de responsabilidade sempre de um conselheiro, e elas funcionam também com a ação de delegados, que não são conselheiros eleitos, mas são indicados por conselheiros. E essas delegacias fazem todo o serviço do Conselho: serviço cartorial, registro de empresas; registro de pessoas física, jurídica; e outras demandas; emissão de certidões; acompanhamento. Se o médico é de Franca, tem uma delegacia em Franca. Se ele tem um processo, será instruído lá em Franca, para ele não ter que vir a São Paulo depor. Então, esse é o motivo da existência das delegacias.

P – O senhor acha que se tivesse uma fiscalização periódica aconteceria como já aconteceu, de paciente passar por um profissional e vai realizar um procedimento e tem uma parada cardiorrespiratória e não tem um desfibrilador que possa reanimar ou um suporte mais eficiente?

R – Veja bem: eu volto a insistir na questão das competências. Eu acho que tem que ter fiscalização periódica. Gostaria até que esse fosse o papel do Conselho. Nós não temos estrutura para isso. Essa fiscalização é atribuição da Covisa, da Vigilância Sanitária e não do Conselho. A existência do desfibrilador, a existência de isólete adequada: essa atribuição, a garantia disso tem que ser feita pela Vigilância Sanitária, e não pelo Conselho. O Conselho tem esse papel de fiscalizar o exercício. O próprio médico está descontente. Existe um artigo do Código de Ética Médico, que o senhor se lembra: se a condição é inadequada de trabalho, o médico deve denunciar ao Conselho. E eles denunciam, com frequência, 8% das denúncias do Conselho são geradas por colegas insatisfeitos. É feita a denúncia, o Conselho vai lá, fiscaliza e encaminha isso para a Vigilância Sanitária, ou para o Ministério Público, dependendo da situação. O Ministério Público Estadual interfere muito e ajuda muito a gente, no estado inteiro. Volta e meia o próprio Ministério solicita que a gente vá lá fiscalizar, discutir com os médicos, ver qual é a condição de assistência em determinada região, em determinada cidade. E a gente tenta fazer dentro do possível, porque com 42 conselheiros no estado, com 100 mil médicos e 600 municípios, fica muito difícil a gente ter uma ação mais ampla, como a gente gostaria de ter.

P – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só uma pergunta, Dr. João: o senhor disse que as AMAs, na verdade, não tem uma legislação específica federal em relação às AMAs. Em que situação elas se encontram então, se não existe a legislação federal? A contratação dos médicos, a atuação. Quer dizer, preenchem requisitos para estarem funcionando?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Tentarei responder. A AMA foi criada há alguns anos com objetivo – pelo menos é o que eu entendi na época – de reduzir parcialmente o movimento nos prontos socorros. Seria um pronto atendimento para os casos mais leves. Agora o usuário não tem o discernimento para dizer: “o meu caso é grave, ou não é”. Uma mãe sabe quando a criança está com febre, e leva no médico. Agora uma dor no peito, ele não sabe se é infarto, ou se é simplesmente uma distensão do estômago. Então ele pode achar que está com uma gastrite, e ir até o pronto socorro e está enfartado; e ir até a AMA, e estar enfartado. E aí começou a se criar: “Precisa ter eletrocardiograma, precisa ter isso, ter aquilo”. Então, esse sistema de pronto atendimento foi criado naquele momento, e ele foi encaixado no Município de São Paulo como atenção básica. Os dados colhidos nessas AMAs são encaminhados, as informações são encaminhadas ao SIA/SUS, aos órgãos que coletam os dados, como atenção básica. Não é atenção secundária ou terciária. O pronto socorro, o hospital, já se caracterizam como atenção secundária. Então, foi criado. Teve uma certa dificuldade, mas foi caracterizado como atenção básica. Mas, não existe, porque veja, volto a insistir, a RDC 50 do Ministério de Saúde, de 2001, se não me engano, é muito precisa em definir. Pega a descrição de uma unidade básica, ela diz a metragem de cada setor, que equipamento. É muito precisa. O berçário, UTI neonatal, está tudo muito bem descrito lá, é um calhamaço imenso que tem classificação de todos estabelecimentos de saúde, como devem ser. Não existe a previsão de um pronto atendimento, porque não faz parte, não fazia parte à época do modelo de atenção que estava sendo implantado pelo SUS no País inteiro. Então esse pronto atendimento não é previsto.

P – Mas, então, eles estão regulares, a forma que estão?

R – Então.

P – E se ocorrer um óbito, – como diz o doutor, professor, aqui – acontece, quem se responsabiliza?

R – O médico que está lá.

P – No pronto atendimento?

R – No pronto atendimento.

P – Ele se responsabiliza?

R – Ele é o gestor. Porque, veja bem, essa coisa de ocorrer o óbito... Eu trabalhei em unidade básica, em postinho de saúde, e chegou gente morrendo lá, eu não tinha nada para fazer. Você entuba, massageia, tem o ambu para ventilar, põe numa ambulância e vai para o hospital. E morre gente na unidade básica de saúde. Como eu disse, ele sabe que lá tem o médico. Não diferencia... O mais próximo que eu tenho é o médico daquela unidade básica.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Todas essas AMAs têm ambulância permanente no local, à disposição?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Eu não sei se todas. Deveriam ter.

P – Mas o Conselho foi, vistoriou algumas?

R – Nós vistoriamos em 2006, depois nós não voltamos...

P – Mas tinha ambulâncias em todas as AMAs?

R – Na época, não.

P – Não tinha.

R – Não tinha.

P – Ah, o senhor vai encaminhar para nós todos os encaminhamentos que foram feitos à Secretaria de Saúde e ao Ministério Público também.

O SR. PAULO FRANGE – Com licença, Vereador Aurélio. O que o senhor colocou, que parece mais irregular, não é nem a dinâmica e a logística do atendimento; é o uso do dinheiro da atenção básica para uma atividade que não é atenção básica na verdade. Não é isso? Porque, na verdade, é financiado com o recurso da atenção básica. Isso sai do limite da atenção básica e entra num outro limite, o da atenção de nível secundário.

R – Veja, é difícil para a gente...

P – Estou colocando pelo seguinte. Vamos fazer uma analogia. No Rio de Janeiro é UPA, e é o que acontece no Brasil. Então, esse recurso não vem da atenção básica.

R – Não sei responder. Realmente, não sei responder.

P – O Estado banca uma parte, ou seja, a UBS sim, o PSF sim. Aqui na AMA temos ainda uma discussão, mas essa é uma discussão da Secretaria, que vai ter que achar um mecanismo para resolver essa questão, porque acabamos tirando recursos da atenção básica.

R – Mas eu queria fazer um comentário sobre isso. Nós criticamos muito o AMA quando ele foi implantando, por fugir ao modelo que estava sendo implantando no País inteiro, que a gente queria que se centrasse na UBS, priorizasse a UBS. Hoje nós temos um AMA para cada quatro UBSs no Município. São 115, 116 AMAs, não sei exatamente quanto. E esses AMAs estão sendo integrados à ação das unidades. Então, você tem uma série de situações. Hoje existe a chamada reserva técnica, em que duas a quatro consultas em cada médico são reservadas para aqueles que foram atendidos no AMA e precisam ser inseridos no sistema. Então, chega lá, está com dor de cabeça, tem pressão alta, trata, abaixa naquele momento e já encaixa nessa reserva técnica na unidade básica mais próxima da casa dele, independente de em que AMA ele foi atendido. Encaixa e ele já passa a fazer parte do sistema para tratar a hipertensão dele, e aí ele vai receber o remédio.

Então, essa integração entre o AMA e a unidade básica passou a existir de um tempo para cá. Eu tenho impressão que também foi decorrente do diagnóstico que nós fizemos em 2007, que apresentamos para a Secretaria. A gente via que era dicotomizado, existiam problemas sérios de dicotomia entre AMA e unidade básica; porém, hoje ele já se encaixa. Acho que hoje a gente tem que olhar com outros olhos. O AMA está aí, está funcionando, está se integrando com a unidade básica. Acho que a gente tem que olhar isso com mais cuidado. De uma certa maneira, a gente se preocupa, porque, se a gente olhar, o pronto atendimento deseduca a população. Porque é mais fácil ir ao AMA do que marcar consulta para daqui a 15 dias, um mês. Lá ele vai ser atendido na hora. Mas, se a gente consegue criar esse usuário para ele se encaixar no sistema, eu acho que ele está cumprindo um papel adequado dentro da atenção básica.

Agora, veja bem: é uma posição pessoal minha, um olhar que eu tenho em relação aos AMAs. Mas, inicialmente, houve muita crítica, e ainda existem críticos desse sistema de pronto atendimento.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Um aparte, Vereador Paulo. Dr. João, isso que o senhor acabou de colocar, acho que isso pode até acontecer, mas na teoria, porque na prática não está acontecendo. Por que eu estou dizendo isso? Porque, até onde eu tenho conhecimento, a AMA e a UBS não conseguiram fazer essa conexão. Tem casos em que – a maioria deles –, quando o camarada passa na AMA, que detectou que ele está com febre alta, que tomou um medicamento qualquer para poder passar o remédio, eles pedem para que ele vá à Unidade Básica de Saúde para marcar a consulta, e essa consulta, às vezes, demora de um mês a dois meses. O que vem acontecendo em alguns casos, doutor? Aí, as pessoas não conseguem esperar esse tempo todo, não acreditam e vão aos prontos socorros. Eu já presenciei casos de pessoas que passaram pela AMA. Aí, como a data do agendamento era muito longe, ele foi ao pronto socorro, passaram um outro medicamento; quando foi à noite, a pessoa morreu. Uns dois casos como esse. Então, eu acho que tem que ser isso que o senhor colocou.

Outra coisa que eu acho gravíssima, doutor, é que as pessoas, quando conseguem passar na consulta do clínico, o clínico dá um encaminhamento para ele procurar um especialista. Eu acho que tem que ser diferente. A Unidade Básica de Saúde tem responsabilidade de arrumar a especialidade para o paciente. Não: ela solta ele na rua, e ele é que tem que se virar. Acho que isso é um absurdo. Era isso. Obrigado, Vereador.

O SR. PAULO FRANGE – Mudando um pouquinho o foco, nós temos um outro problema na cidade de São Paulo, que me parece também difícil de resolver, que são as clínicas de exames médicos e psicotécnicos. Essas têm de tudo. Primeiro, Minas Gerais vem apurando isso com mais competência e insistentemente cobrando. No Estado de Minas, localizaram inúmeras dessas clínicas onde o sócio era servidor público ou era alguém ligado aos políticos da própria cidade. Ou seja, havia claramente uma interferência política na composição e na autorização dessas clínicas. Eu gostaria de receber... Sei que esse é um trabalho difícil para o senhor, mas eu precisaria de receber a relação dessas clínicas, onde estão e, se possível, os responsáveis técnicos, se também tiver a composição societária dessas clínicas da cidade de São Paulo, que, com certeza têm os mesmos vícios. São funcionários inclusive que trabalham no Detran e entes políticos que são sócios das mesmas clínicas, o que é irregular e não é permitido.

R – Eu não sei se eu tenho isso inscrito dessa forma no Conselho, mas vamos requerer e perguntar. Se a gente conseguir fazer o levantamento...

P – Vamos também fazer o mesmo pedido à Covisa, que deve fiscalizar, para que a gente possa juntar e cruzar, porque algumas delas são do desconhecimento de todos. As autoescolas encaminham, e mesmo não permitindo abrir uma outra clínica, funcionam como se fossem filiais, absolutamente ocultas da investigação. Essas existem aqui em São Paulo, a gente conhece até algumas, nós vamos depois tentar levar a fiscalização para poder mostrar o que nós temos lá.

Outra situação que me preocupa muito são as clínicas de reprodução no município de São Paulo. Tentei apresentar um projeto, discuti com a Secretaria de Saúde por muito tempo. É uma atividade extremamente rentável. Aí, de repente, o médico, proprietário da clínica de reprodução, resolve se casar com uma milionária, fecha a clínica e vai embora. A guarda do DNA, das informações, daquilo tudo fica para ninguém. Tentamos juntar essas informações para que o Município tivesse a guarda dessas informações – informações que envolvem todo o processo de reprodução. O prontuário ficaria na clínica. Mas essas clínicas, ao encerrarem, esses prontuários teriam que ir para algum lugar. O que acontece é que alguns colegas são mal sucedidos, fecham a clínica, mudam daqui – nós temos um daqui que mudou para o Acre, e lá ele está se dando bem – e, aí, nós não temos mais informação. O dia em que tivermos problema ligado a DNA ou a alguma situação dessa que envolva paternidade, ou tentativa de conhecimento de qualquer situação, nós não temos onde encontrar.

Então, eu acho que o CRM poderia dar um passo além nessa regulamentação das atividades dessas clínicas de reprodução, até porque aquilo que envolveu o Dr. Roger, que oferecia óvulos de mulheres mais jovens para mulheres mais velhas – e nós sabemos que a fertilização e a clivagem é muito maior e, portanto, tem muito mais chance de ter um embrião viável –, isso, com certeza, deve estar acontecendo aqui em São Paulo.

Eu sei da dificuldade, como é difícil controlar isso pelo Conselho, mas nós deveríamos ter uma forma de ter esse controle. Nós não temos essas informações. Ou seja, número de óvulos colhidos tem de ser comunicado, em algum momento, rapidamente e não da forma como vem sendo hoje.

Eu estou colocando para o senhor uma situação que não é segredo para ninguém aqui. Eu trabalho com isso no campo, mas milhares de vezes melhor do que se faz aqui em São Paulo. Quando o veterinário aspira uma vaca, ele imediatamente comunica o registro da associação competente, on-line, quantos óócitos foram aspirados. E no sétimo dia, quando o embrião é considerado viável, ele comunica a mesma associação quantos são viáveis. E uma vez implantado, logo que faz o diagnóstico da gravidez, imediatamente comunica. São três vezes e quando nasce, faz o DNA dos dois para dizer: essa é a mãe, esse é o pai, mesmo. E esse animal só recebe seu registro de nascimento com esse DNA na mão.

Aqui, as crianças nascem sem nada disso. O senhor veja que no campo, nós estamos anos-luz na frente e ninguém faz isso, em nenhum lugar do Brasil sem que esse procedimento aconteça. E só pode ser feito com a senha eletrônica de um veterinário responsável. Veja que é feito hoje dentro do curral pela internet e nós não conseguimos fazer isso dentro de São Paulo.

Hoje, quem tem um filho de proveta, não sabe de que óvulo veio e de que espermatozoide que veio na cidade de São Paulo. Acredita na boa fé do médico. De repente, nós temos alguém tão famoso, como foi Dr. Roger, que fazia utilização de outros óvulos. Esse processo já acontece no campo, aqui no Brasil, com competência maior, inclusive, do que na Europa, no Canadá e tudo há mais de 15 anos.

Então, nós estamos perdendo a oportunidade. A guarda do material e o acompanhamento em tempo real da utilização, sem contar o descarte que vai para a pia, daquilo que sobra e, hoje, nós estamos jogando fora esses embriões que não são utilizados, muitas vezes. Não existe o processo da guarda, até porque ele custa.

Então, essa ação aqui, eu acho que essa ação é efetivamente de competência do Conselho, só vocês teriam conhecimento suficiente para poder trabalhar esse processo junto, talvez, com Covisa, nessas clínicas de reprodução.

Outra situação, que nós temos muita preocupação é o que está acontecendo com a guarda dos prontuários dos pacientes da rede pública municipal? Os hospitais de grande porte, por exemplo, Einstein, Sírio Libanês e outros grandes hospitais, já digitalizaram todos esses prontuários e a guarda está na mão de

empresas gigantes, que são as mesmas que guardam os prontuários da história financeira dum cliente de 20, 30 anos do banco. Eles guardam, inclusive, "backupeado" em outro ponto para que não haja risco nenhum, monitorado com câmera de infravermelho, em salas mantidas a 22 graus, com todo cuidado, em galpões de propriedade da empresa que faz isso, dos prontuários do Hospital Albert Einstein e do Sírio e outros hospitais desse padrão. Inclusive, a guarda biológica, material que tem de ser guardado, está hoje nas mãos de terceiros com capacitação e expertise para isso.

Na rede pública municipal, sabe Deus onde estão os prontuários. A gente vê, a cada vez, se faz um papelzinho novo para o paciente e nem sempre nós temos os prontuários. Qual é o destino desse prontuário, se ele fica geralmente no quartinho do fundo da UBS ou da AMA, e quando chove, tudo aquilo é derretido com a chuva. Nós não temos este documento em mãos e o CRM cobra muito a guarda desses prontuários e a responsabilidade do diretor clínico e técnico desse processo.

Na rede municipal, eu até agora não entendi, se o senhor tiver, depois, a informação, quem é que está guardando isso? Das intimações então, nós não sabemos para onde vai.

E uma última pergunta, para o senhor responder todas: como é que ficam as empresas que estão hoje aqui e elas já estão caminhando para mais de cem, das empresas que fazem a atenção domiciliar, com o nome de *home care*. Como é que fica a responsabilidade técnica, a equipe que vai até o domicílio e o prontuário desse pessoal. Onde é que está o prontuário desse paciente acompanhado um, dois, três anos em casa, que nós não temos? Como é que está o registro dessas empresas junto ao Conselho?

Eu vou deixar o senhor responder essa, que eu tenho só mais duas...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não sei se anotei tudo aqui, mas objetivamente acho que a questão é o prontuário. Hoje, nós nem chamamos mais de prontuário médico, é prontuário do paciente. Por quê? Esse prontuário é propriedade, é de responsabilidade do médico, tanto do médico como do paciente. Esse prontuário não é só médico porque tem anotação médica, de enfermagem, de psicólogo, e toda a equipe multiprofissional que atende esse paciente. Todos os locais, hoje, nós trabalhamos com equipes multiprofissionais.

Da mesma maneira que os óvulos devem ser guardados, que as células-tronco devem ser guardadas adequadamente, são todas informações que pertencem ao paciente. Esse médico que muda daqui e deixa os prontuários perdidos em algum lugar é um irresponsável. A regra existe, ele deve guardar esses prontuários com ele. É ele que tem que ser acessado.

Agora, nós temos dificuldades quando morre um médico, como é que guarda? Isso num consultório, numa clínica própria, no hospital é responsabilidade do diretor técnico sempre. Todo prontuário de hospital é responsabilidade do diretor. Hospitais fecham, o senhor já viu fecharem muitos hospitais nesta Cidade, na Grande São Paulo.

O SR. PAULO FRANGE – E clínicas também.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – E desaparecem os prontuários, desaparece o responsável, desaparece tudo. Então, na verdade, essa informação que é sobre a vida das pessoas, tem lá as coisas da vida íntima dela, são perdidas por irresponsabilidade.

P – Neste caso o senhor, com a experiência que tem, há quantos anos na profissão, com certeza, muitos. O senhor já viu algum médico ao encerrar as atividades como profissional, ir lá entregar a carteirinha do CRM e perguntar onde deposita os prontuários? Estou dizendo isso porque tenho 34 anos de formado e conheci um, Dr. Valdemar Caldas, nunca mais me esqueço, dermatologista em Goiânia, morreu com quase 90 anos de idade. Quatro anos antes ele foi ao CRM, entregou a carteirinha de médico e levou tudo aquilo que ele tinha juntado de prontuários que ainda estava na ativa e uma caixa enorme de material que ele tinha, inclusive, de lâminas da dermatologia. E lá não aceitaram, e disseram: "Isso aqui não é comigo". Como é que alguém que quer cumprir a regra do Conselho, para onde ele entrega? Alguma viúva alguma vez procurou o CRM e disse: "Meu marido tem 30 mil prontuários de pacientes".

R – Já.

P – Como é que faz numa situação dessas?

R – É assim, nós não temos como guardar os prontuários de todos os médicos que fecham clínicas e morrem no Estado de São Paulo. É impossível. O que a gente... A regra é que a família guarde, notifique o CRM e esta situação desse médico é uma raridade total. O que acontece: os médicos quando se aposentam, eles procuram o CRM, eles querem cancelar a inscrição, mas não querem entregar a carteirinha, eles querem manter a carteirinha. Alguns mantêm pagando a anuidade para não deixar de ser médico, eles querem manter a carteirinha com eles. É uma coisa engraçada, mas é a realidade. Ninguém quer cancelar a sua inscrição no CRM, o cancelamento...

A maioria das famílias não notifica o CRM. Então, hoje, nós temos lá um passivo muito grande, você vê, o número ultrapassou os 140 mil, nós temos 101 mil na ativa. E esses 30 mil? Será que morreram todos? Será que aposentaram, foram embora? Nós não sabemos o que aconteceu. Pode ter morrido uma parte, os familiares não foram lá notificar. Aqui no Município a gente tenta com o Pro-Aim saber as informações, se já morreu, mas no estado inteiro a gente não consegue ter isso, esses dados todos.

Então, este final de carreira é complicado. A guarda dos prontuários é difícil, nós não temos uma solução para guardar, quando morre é para ficar com a família. Se o hospital fecha, o último responsável técnico do hospital continua responsável, só que eles também desaparecem e nós temos aqui vários hospitais que fecharam e perdeu-se tudo, tem processo correndo lá...

P – Tem uma saída, veja com as coisas acontecem. Tem um hospital na Lapa que fechou, chamava Hospital São Bento, hoje tem um monte de torres lá, puseram fogo. O dono levou para a fazenda, tocou fogo na perua e nos prontuários. Disse que foi incêndio, e acabou. Então eu não sei como é que nós faríamos isso. Por exemplo, na rede pública, como é que fica essa guarda? O Conselho tem cobrado essa guarda?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – A gente cobra. Mas a gente cobra... Nós entendemos que a guarda dos prontuários fica lá com o responsável técnico do hospital. Em geral, os grandes hospitais da Prefeitura tem um diretor de Same, que é responsável pela guarda dos prontuários. O que a gente tem de problema é que, frequentemente – não sei se é tão frequentemente –, existe alguma denúncia, nós precisamos do prontuário, e ele desapareceu. Eu já fui diretor de hospital. Ai é aquela confusão para encontrar o prontuário. Aquela dificuldade. Em geral, se encontra, mas existe uma desorganização. Agora, a Prefeitura tem que modernizar. E para modernizar tem que informatizar o prontuário, digitalizar. Nós não temos a menor dúvida de que a saída hoje é esta: informatizar. A guarda, em papel, durante alguns anos, tem que ser... Ou monta um esquema próprio ou terceiriza na forma que esses grandes hospitais particulares fazem. Mas tudo isso depende de investimento. É investimento.

O SR. PAULO FRANGE – Clínicas e exames médicos psicotécnicos – como é que é a sua informação a respeito disso?

R – Então, nós temos até uma Câmara de Medicina do Tráfego no Conselho. Eu não saberia responder como é que elas estão funcionando. Elas são ligadas ao Detran; elas são autorizadas pelo Detran. Mas eu tenho pouco conhecimento. Que existem situações semelhantes, como a de venda de atestados nessas clínicas, a gente sabe que existe. Agora, eu não saberia me aprofundar. Nós podemos é fazer algum trabalho conjunto de conhecimento disso.

P – As empresas de atenção domiciliar – os *homecare*.

R – Os *homecare* devem ser registrados no Conselho, e devem ter um responsável técnico; que *homecare* são empresas pequenas. Às vezes, adquirem porte grande. Porém, a maior parte da atenção do *homecare* é de enfermagem – é muito mais atendimento de enfermagem do que médico. E, de qualquer maneira, as pessoas que necessitam de *homecare* necessitam de atenção médica.

P – Mas há um responsável médico?

R – Tem que existir um responsável médico. Deve existir, e eles devem ser registrados no Conselho; todos eles.

P – Dr. João, a situação de remédios fracionados. Sempre em campanha política – daqui a pouco tem uma pela frente aí; vamos começar a ouvir tudo de novo o que já foi discutido por tantos anos. Como é que fica essa situação, se o próprio Conselho Federal de Medicina afirma que os médicos não receitam porque não há remédio fracionado para serem receitados? O Conselho diz que não tem o remédio fracionado. A indústria diz que não vende porque não tem receita. E o programa dos remédios fracionados parece que fica entre a imprensa e a promessa. Nós não temos a medicação fracionada.

R – Esse é um problema econômico grave.

P – A Vigilância Sanitária garante que é obrigatório ter.

R – É obrigatório ter; a indústria farmacêutica não quer. A gente sabe por quê. Agora, o médico pode receitar. Eu acho que existe uma dificuldade mesmo em fazer a receita. Eu acho que o serviço público, nesse momento, deveria tomar a frente disso. As Unidades Básicas de Saúde... Todas as unidades têm farmacêuticos, têm o medicamento que vem na dose certa. Já poderia...

P – O senhor tem como nos ajudar a sensibilizar o secretário da saúde com uma recomendação do Conselho, uma câmara técnica, onde todas as unidades de dispensação, obrigatoriamente, deve ter o farmacêutico responsável? Porque ele não concordou com isso. Da última vez o senhor estava aqui, ouviu. Das 450 farmácias, só 150 têm farmacêuticos. Eu não acredito que tenha tudo isso ainda não. Quando eu fui ver, tinha muito menos. Mas que haja uma recomendação para a Secretaria de Saúde de que as unidades de dispensação médica, obrigatoriamente, deve contar com a presença do farmacêutico.

P – Quem tem que fazer isso é o Conselho de Farmácia. É uma negociação. Agora...

P – Porque com o Conselho nós já fomos lá. Nós ouvimos um não solene, porque ele, pessoa física, secretário, entende que a dispensação não, necessariamente, tem que ser feita por farmacêutico; é uma simples entrega à pessoa de um remédio que já é conhecido e padronizado. Então são 174 produtos que estão padronizados naquela dosagem. Então ele não entende que tenha que ter o farmacêutico ali, porque não se manipula a medicação. Ora, se não manipula, também não tem o fracionado e também não tem como orientar. O paciente toma Tenol de 25, lá tem o de 50, ele não explica que pode quebrar ao meio, para o no dia seguinte. O Conselho de Farmácia não vai ter força para isso. O senhor acha que o Conselho de Medicina pode fazer uma recomendação? Se nós fizéssemos essa pergunta ao Conselho, como consulta, o senhor nos responderia, pela câmara técnica? O Vereador Aurélio já vai fazer um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está aprovado.

R – Veja, nós não legislamos sobre as outras profissões.

O SR. PAULO FRANGE – É apenas uma consulta, porque não pode uma única pessoa pensar por todos. Nós temos um único secretário que só ele acredita que não tem que ter farmacêutico. Você sabe que em nenhum outro município do interior a gente viu isso? Até Bitirama tem e não deve ter 500 pessoas lá. O postinho do lado tem um farmacêutico.

R – O que nós entendemos é que da mesma maneira que a responsabilidade técnica do médico pode ser por duas unidades de saúde – eu posso ser diretor de um hospital e posso ser responsável técnico por uma Unidade Básica de Saúde –, nós entendemos que os farmacêuticos também podem agir dessa forma. Agora, nós temos essa dificuldade. Quer dizer, uma coisa é eu falar como conselheiro. Como conselheiro, eu acho que eu vou ter pouca influência em relação ao Secretário. Agora, enquanto médico e funcionário público, e olhando os programas de saúde de atenção básica, eu entendo que nós temos uma série de programas relacionados a medicamentos – medicamentos para tuberculose, distribuição gratuita, remédio em casa, uma série de programas – que necessitam da ação do farmacêutico. Então eu vejo dessa maneira. Eu entendo assim. Agora, o Conselho legislar e dar parecer sobre outras profissões seria, eu acho, complicado. Vai ferir suscetibilidades.

P – Com relação à farmácia, para a gente é muito difícil. Eu vou apresentar ao Vereador Aurélio agora, inclusive, nós vamos convocar aqui os presidentes da Cbfarma e ABC Farma. São duas instituições que foram montadas para buscar liminares e ações na justiça para impedir qualquer tipo de regulamentação que envolva farmácias. Todas as tentativas, eles automaticamente buscaram na justiça e não deixaram prosperar. Como o tempo na justiça é lento demais, as decisões judiciais vêm ultrapassando todos os limites impostos – tudo aquilo que foi imposto por Anvisa, Vigilância, tudo. Ou seja, existem aqui dois grupos que representam as indústrias, representam os interesses das farmácias, e não permitem, por ações judiciais. E são competentes; devem ter bons advogados. Porque, até agora, não perderam nenhuma. Estão totalmente amparados pelas decisões judiciais. Nós vamos chamá-los aqui, para que eles possam explicar para a gente de onde vem essa competência. Impediu até o chamado "comboio fiscalizador". E vem desobedecendo as ordens, até mesmo judiciais, com outras liminares. Então nós vamos tentar trazer isso para cá. Mas eu acho que, com a farmácia, com a indústria com o peso que tem, nós não vamos conseguir. Mas nós vamos criar uma provocação com relação a essa situação das farmácias aí. E uma última questão: como é que está... Eu participei do primeiro momento da instalação da primeira Comissão de Infecção Hospitalar no Brasil, quando o Conselho Regional de Medicina foi pioneiro nesse momento. E a gente estava a frente de um grupo de hospitais, constituindo as comissões de infecção hospitalar. Nós achávamos, naquele momento, que seria um grande avanço, um grande passo. Como é que estão agora as informações das comissões de infecção hospitalar para o Conselho de Medicina? Porque, na verdade, lá tem o responsável, o infectologista, tudo bem composto. Mas quando o limite ultrapassa, como é que vocês têm controle disso?

R – O que significa o limite?

O SR. PAULO FRANGE – O limite do crítico da infecção hospitalar em alguma determinada área. E aqui a gente fica sabendo só pela imprensa, quando tem algum hospital interditado. Na verdade, porque vazou para a imprensa, alguém chamou o Datena e aí resolve. Aí resolve logo, logo a situação... Como aconteceu no Maranhão, lá no Norte, aqui no estado de São Paulo também, em algumas situações que envolveram infecção. Ou seja, o Conselho Regional de Medicina criou a criança, é uma criança bonita, deu certo, implantaram e agora eu não tenho o *feedback*, ou seja, o Conselho não tem esse retorno. A Covisa não tem, a Vigilância Sanitária do Estado também não tem ou quando tem, os números são burlados e vão os números. O que eu mais ouvi na vida como administrador hospitalar, Dr. João, foi o seguinte: "Aqui no meu hospital não tem infecção!". Então, deve ser *shopping center* porque todo hospital tem de ter.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Até no *shopping center* tem.

P – No *shopping* não tem, mas aqui tem. "Ah, não! Aqui nós não temos. Aqui é zero." É zero porque nunca foi pesquisado. E como vocês fazem esse controle?

R – Então, nós fizemos e publicamos - o ano passado, não é Mario? – um trabalho. Nós investigamos cento e poucos hospitais, 160, para ver a existência da Comissão de Infecção Hospitalar, se existia, qual era a situação, se funcionava ou não. Bom, desses 160, acho que 130 tinham problemas. Cento e trinta tinham problemas. Isso foi por amostragem. É impossível fiscalizar todos os hospitais. Desses, a gente... Todos eles foram notificados pelo Ministério Público. O Ministério Público acompanhou. Nós passamos a lista dos hospitais para o Ministério Público e eles foram um a um, o Juiz ou o Promotor do Ministério Público de Piracicaba foi visitar o hospital de lá que tinha problema. E chamou o diretor. E nós estamos refiscalizando esses hospitais. Nós estamos repetindo, a cada seis meses, para ver especificamente a Comissão de Infecção Hospitalar: como está implantada, se está funcionando ou não. Em junho, nós vamos fazer um balanço disso junto com o Ministério Público. Os senhores estão convidados a participar. Vai ser no Conselho mesmo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – No Ministério Público Estadual. Nós formalizaremos o convite para a Comissão de Saúde da Câmara para participar desse evento.

O SR. PAULO FRANGE – Nós não sabíamos dessa ação. É importante. Eu acho que isso é muito importante, muito importante. Além de tudo é pedagógico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estenda o convite também à CPI.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Sim, senhor.

O SR. PAULO FRANGE – A CPI com certeza vai. Então, essa ação é pedagógica. Concorde que além das correções naturais, outros que não foram visitados têm essa visão de tentar corrigir antes que seja fiscalizado? Acho que aquela história que foi plantada há muitos anos dentro do Conselho, de instruir para não punir, esse é o canal. Mas, para instruir, algum tem de ser fiscalizado, alguém tem de ser fiscalizado para poder ser tratado dessa forma.

R – Com esse volume de empresas, estabelecimentos que nós temos no Estado, nós só podemos fazer por amostragem. Fiscalizar tudo é uma impossibilidade. Fazendo por amostragem, nessa hora a imprensa tem prestado um papel positivo com a sociedade, porque ela publica e a sociedade inteira vê que tem problema nas Comissões de Infecção Hospitalar. Até os hospitais não fiscalizados acabam tomando atitudes para resolver.

P – Para encerrar e deixar uma pergunta para o senhor, eu vou encaminhar por escrito, depois se o senhor quiser consultar a câmara técnica também, acho que é interessante. Como fica a situação da acupuntura junto ao Conselho Regional de Medicina? É ato médico? Nós vamos permitir que outras pessoas que tenham formação em Fisioterapia, em nada, continuem? Porque continua a agulha rolando aí para todo o lado, e a única garantia que a pessoa diz é: olhe, ela é esterilizada e é de prata. Essa semana foi um familiar meu: "Quem está te tratando?"; "Ah, uma mocinha que eu conheci no salão. Excelente, ela sabe tudo, inclusive a agulha é esterilizada, em um salão de *shopping*." E aí veio para me mostrar que realmente é das boas. Mas da moça eu não tenho informação.

R – Veja bem: acupuntura - existem defensores e existem pessoas que acham que a acupuntura também é efeito placebo como a homeopatia. Então, essa discussão rola aí na sociedade médica. Existe um trabalho já, se não me engano, Inglês, que demonstra que o efeito da acupuntura é placebo. Mas, tem gente que defende e tenta demonstrar que ela tem fundamento científico, mas... Então, a discussão está colocada. O Conselho Federal reconhece a acupuntura como área de atuação médica. O problema fica por conta do seguinte: eu tenho uma lombalgia. Por simples que seja, aí uma mocinha qualquer vai lá, põe agulha, se ela tem algum efeito analgésico ou que seja placebo, a dor passa e aí você vai ver: é a metástase de um tumor, alguma coisa. E essa ação do acupunturista não médico, que não investigou a causa da dor, deixou passar um problema sério. Então, nós entendemos que esses procedimentos, eles devem ser feitos por médico.

A mesma coisa do oftalmologista e optometrista. Optometrista, ele não mede a pressão, ele não faz o fundo de olho e deixa passar um diabetes, deixa passar uma retinopatia outra qualquer e só faz o óculos. E as doenças vão se encaminhando e aquela pessoa não tem, aquele técnico não tem a condição de fazer o diagnóstico.

É mais ou menos como disse a terapeuta biomolecular que apareceu. A diferença é só o CRM.

O SR. PAULO FRANGE - Dr. João, eu prometo que é a última, mas...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Pois não.

O SR. PAULO FRANGE - ... É uma oportunidade tão rara...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Tem uma que eu queria responder, que passou, viu?

P - Qual?

R - A do atestado de óbito.

P - Ah, sim.

A outra é: o senhor acredita que, recente, há pouco tempo, a Inglaterra obrigou os pediatras a medir pressão das crianças. Nós achamos aquilo um absurdo, não é? E aqui, para nossa surpresa, os pediatras não medem mesmo pressão de criança.

Eu sou cardiologista e eu tenho encontrado crianças com dez anos, 11 anos, 12 anos, hipertensas. E nunca viram o aparelhinho de pressão na frente. E aí nós fizemos aí um circuito para conversar com o pessoal da Pediatria e realmente não é, não está incluído na prática da Pediatria a medida da pressão arterial, para nossa surpresa - ainda mais com a concentração de sal que tem nos produtos industrializados, entre eles aí a Coca Zero; criança tomando Coca Zero, com 40 vezes mais sódio do que uma Coca normal. Essa recomendação, essa sim, poderia partir do Conselho, via Conselho Federal? Teria que a partir de vocês para provocar o Conselho Federal para que isso seja uma regra no Brasil? Porque, na área pública, os consultórios de Pediatria, tem até consultório de Pediatria que não tem o aparelho, o aparelho infantil: não medem pressão, não aferem a pressão em criança, aqui na cidade de São Paulo.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – É, o ato médico, ele consiste em examinar na sua totalidade, na sua... O ser humano na sua totalidade, independente se é criança ou não, deveria ser examinado.

Agora, a gente sabe que uma série de procedimentos não são feitos. Não é só a medida da pressão arterial na criança, como tem outros que não são feitos, como, possivelmente, alguns oftalmologistas não fazem o fundo de olho ou não medem a pressão intraocular. E eu acho que isso ocorre. São falhas da atenção médica. Mas eu acho que, se é uma coisa gritante dessa maneira, eu acho que nós podemos alertar não só o Conselho Federal como a Sociedade de Pediatria. A Sociedade de Pediatria pode ajudar a gente a atuar nessa área. Nós atuamos muito bem com as sociedades.

Olá? Não, o atestado de óbito, é mais uma curiosidade. Mas o atestado de óbito é ato médico. É ato médico e é obrigatório. Da mesma maneira que eu atendo uma pessoa que ele faltou do trabalho naquele dia, tem a obrigação de dar o atestado, é obrigação minha. Eu não posso negar. É obrigação do médico. Faz parte do ato. O atestado de óbito também. Se nós temos o diagnóstico, nós somos obrigados a dar o atestado de óbito.

E essa coisa de 24 horas é uma lenda medieval, porque não se sabia fazer diagnóstico de morte, esperavam-se 24 horas para saber se morreu mesmo, se não ia levantar do túmulo - vai que enterra vivo... Hoje, acho que nós temos tecnologia suficiente e conhecimento suficiente para constatar o óbito no momento que examina o paciente, não é? Acho que hoje o médico tem essa condição e essa formação.

Tendo diagnóstico ou indícios de diagnóstico, é obrigação do médico dar o atestado, onde quer que esteja - no consultório particular, no serviço público, em qualquer lugar. E ele pode assinar como substituto também, não tem problema. Olha o prontuário e assina e deve fazê-lo.

Por que que não faz? É uma coisa cultural. O médico quer ter um... Eles chamam do atestado de óbito de uma estrelinha a mais na história deles. Eles não querem uma cruzinha, não querem ter muitos atestados nas suas costas. Mas é, na minha opinião, uma besteira e falta de conhecimento. Essa coisa de 24 horas, alguns acreditam que é uma regra verdadeira. Não existe nenhuma...

O SR. PAULO FRANGE – E é uma lenda - não é? -, porque...

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – É lenda, é lenda.

O SR. PAULO FRANGE - ... Não havendo médico, naquele espaço lá no meio da Amazônia, alguém que testemunhe o cadáver com uma pessoa de fé pública, tendo ou não tendo... Eu tenho um caso desses, porque era a região de Trombetas, no Pará - eu estive trabalhando em Altamira também -, nós tivemos uma situação dessa: eu era estudante e alguém me trouxe um policial militar e uma testemunha que era um senhor idoso da região e eles preencheram e foi sepultado com aquilo e hoje tem no atestado de óbito isso bem claro em baixo: no município, num lugar onde não tenha nenhum médico pode-se atestar a presença do óbito sem *causa mortis*, não é?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – É. E qualquer cidadão se torna autoridade, nesse momento, na ausência de outras autoridades, qualquer cidadão.

O SR. PAULO FRANGE - Quero agradecer, Dr. João. Obrigado pela orientação.

Nós vamos encaminhar algumas sugestões que a gente gostaria de ver o Conselho pró-ativo nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado pela presença, Dr. João.

Eu queria pedir ao senhor também a possibilidade de nós fazermos alguma diligência. Talvez, se senhor também ou alguém do Conselho pudéssemos acompanhar, quando houvesse alguma diligência, nas áreas que os senhores realmente fiscalizam na cidade de São Paulo.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Em relação a isso, quer dizer, nós já temos um termo de cooperação e nós gostaríamos de continuar trabalhando com a Câmara de São Paulo, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bem.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA - Eu só alerto para as nossas limitações também. Mas esses trabalhos todos aqui que a gente mostrou - todos eles, não - alguns foram provocados pelo Ministério Público. A Câmara pode nos provocar para fazer determinadas fiscalizações, sim. O que não pode é de maneira não planejada. É muito difícil para nós: "Vamos fiscalizar amanhã". Nós não temos essa condição. Nós temos só sete fiscais na Cidade.

Mas, se houver alguma solicitação, vai fiscalizar determinado tipo de serviço, a gente monta um protocolo e fazemos conjuntamente. Se for possível, a gente até publica conjuntamente com a Câmara. Eu acho que, talvez, aí, mais com a Comissão de Saúde, porque a CPI é um processo investigatório, não é? Mas a Comissão de Saúde talvez tenha mais esse papel de desenvolver trabalhos conjuntos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas as limitações que o senhor tem é em relação a estabelecimentos, mas não em relação a fiscalizar os profissionais, como o senhor disse anteriormente.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Não. Nós fiscalizamos o estabelecimento. Nós não autuamos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É, então, mas há possibilidade de nós irmos juntos também.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Claro. Há aquelas dificuldades que eu citei: ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – ... com os vendedores de atestados, essas coisas mais clandestinas, sim. Al nós precisamos de apoio.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, o Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Da minha parte aqui, como Relator, queria agradecer a excelente participação do Dr. João Ladislau Rosa e do Mário, que veio também como Assessor do Dr. João.

Aqui foram prestadas informações de excelente nível, de maneira transparente, de maneira compromissada. O Conselho Regional de Medicina de São Paulo é um órgão, é uma autarquia, é federal e funciona a contento e ficou demonstrado aqui pela apresentação do Dr. João esse compromisso público da instituição e de seus membros.

Então, nós queríamos registrar publicamente esse agradecimento e esses esclarecimentos e a essa contribuição para essa CPI.

Obrigado.

O SR. PAULO FRANGE – Deixa eu só fazer um comentário antes, Vereador Jamil.

O senhor é funcionário público Municipal também?

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Sou.

O SR. PAULO FRANGE – Em algum momento, nessas situações, o senhor sofreu algum tipo de constrangimento ou de pressão para não vir, para não participar ou para não comentar, por parte do...?

R – De jeito nenhum. Em absoluto, eu não tive nenhum...

P – Que bom.

Dr. João, eu particularmente vou estender esse assunto para a Comissão e para a Comissão de Saúde. Nós estamos fazendo um movimento para que a Anvisa venha aqui para que a gente possa tentar sair da lista do último país do mundo a usar talidomida ainda, distribuída pelo Ministério da Saúde, distribuída, ainda, pelo próprio Governo Federal para tratamento específico das interações que envolvem a hanseníase.

O Brasil, nós ouvimos o Presidente da Anvisa – que eu respeito muito – Dr. Dirceu Raposo, dizendo que pelo fato de ser uma medicação barata e eficiente, ele não tem como retirar isso no momento. Mas, ocorre que a insegurança é muito grande. Nós tivemos um evento aqui, eu sou membro da Sociedade Brasileira dos Profissionais de Pesquisa Clínica e há um movimento muito grande para que essa medicação seja banida do País. Nós, ainda temos isso distribuído, lógico, de forma responsável e tudo, pelo Ministério da Saúde para casos específicos das manifestações da hanseníase. Mas, nós não queríamos a talidomida mais no Brasil. Esse é um sentimento da população que trabalha com essa doença e que tem as vítimas, aí, da talidomida.

O mundo inteiro já abandonou, utiliza-se outras medicações. Está certo que são mais caras, mas o número de hanseníase no Brasil não, com certeza, não vai quebrar o Sistema Único de Saúde para oferecer uma medicação melhor.

Nós vamos convidar o Dr. Dirceu Raposo, até, para uma conversa aqui na Câmara para poder esclarecer essa situação melhor conosco, no sentido de tentar sensibilizá-lo e nesse ato, quando nós o convidamos, nós gostaríamos da participação do Conselho de Medicina também ou de alguém da câmara técnica, para que a gente possa formar um consenso no entorno dessa situação que envolve a talidomida, desde 54 aqui, ainda, no Brasil.

O SR. JOÃO LADISLAU ROSA – Posso usar a palavra? Eu queria agradecer o convite, eu acho que o Conselho fica até honrado numa CPI desta importância, ser ouvido aqui. Eu acho fundamental esse tipo de trabalho da Câmara para que a gente, cada vez, melhore. Eu acho que o objeto disso, não é uma crítica à Covisa ou ao Governo e sim, auxiliar no sentido de melhorar o funcionamento dessas vigilâncias e, obviamente, como resultado, a saúde da população.

Queria agradecer e colocar o Conselho sempre à disposição desta Casa para as necessidades que possa haver, que a gente possa continuar desenvolvendo um trabalho conjunto.

Obrigado a todos. Tenham uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, senhor. Queria convidar a Dra. Solange de Oliveira, representante do Conselho Regional de Nutricionistas do Estado de São Paulo. Está presente? Tudo bom, Dra. Solange? Pode sentar aqui à frente. A senhora está com mais alguém acompanhando a senhora?

- Pausa

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dra. Solange, bom dia.

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Bom dia, boa tarde, né? Para todos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Boa tarde, já. Obrigado pela presença. A senhora, acho que tem um Termo de Compromisso?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Já, já preenchi.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas, precisa lê-lo.

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Tem de ler em voz alta?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso.

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – “Eu, Solange de Oliveira Saavedra, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e na forma do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

Eu só estou justificando aqui que não seria eu a estar presente hoje. Foi avisado ontem à tarde, seria a minha colega a Lúcia Helena. Ela teve de viajar a serviço e estou chegando aqui, meio, um pouco perdida na atividade da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bem. Se nós tivermos qualquer dúvida depois, a gente convida...

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Aí a gente remete, depois as informações.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bem. Eu passo a palavra ao Vereador Paulo Frange, Dr. Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Lúcia?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Solange.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Solange, qual o cargo da senhora, hoje, no Conselho?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Eu sou Gerente Técnica.

P – Gerente Técnica? A senhora já foi funcionária pública municipal, estadual ou...

R – Municipal. Eu trabalhei no Estado, mas não era, era no Hospital das Clínicas.

P – Que cargo ocupou no Município?

R – Do Município, eu só fui nutricionista. Não tive cargo, só no Estado.

P – Nutricionista de hospital ou da Secretaria?

R – Eu trabalhei, primeiro no Estado, não funcionária pública, porque era contrato CLT. Então, eu fui até de nutricionista a diretora de serviços do Hospital das Clínicas, no Instituto Central. E depois, eu fui concursada para a Prefeitura e trabalhei no Hospital Maternidade-Escola da Vila Nova Cachoeirinha e onde eu só tive o cargo de nutricionista.

P – Na Semab, a senhora nunca trabalhou?

R – Semab não.

P – Tá. Como é a relação hoje do Conselho com a Covisa?

R – Muito pouca.

P – Tem alguma interação entre vocês e a Covisa?

R – É muito pouca a interação. As atividades de fiscalização do Conselho, elas são, assim, feitas pela própria diretoria da entidade, da autarquia. Em algumas situações em locais que a gente visita e vê que condições estruturais, de funcionamento e tudo, há um perigo, há um risco de atendimento à população, de serviço à população, nós encaminhamos como denúncia para a Covisa ou, dependendo do caso, para o Ministério Público.

P – A senhora fiscaliza consultórios onde tem manipulação de alimentos, produtos, outros produtos que envolvam nutrição?

R – Não, consultórios, quando o fiscal faz a visita é para conhecer e conversar e ver o trabalho do profissional nutricionista. Não é com outro intuito.

P – E clínicas de nutrição?

R – Clínicas de nutrição é a mesma coisa que seria, na realidade, para conhecer o trabalho do atendimento do profissional, de como ele está atendendo a população, a clientela.

P – Na última vez, eu fiz um comentário aqui, que estava me preocupando muito com relação a anabolizantes, a utilização de produtos para chamar as academias e nutrições do esporte e que vão junto outros tipos de produtos que não são reconhecidos pela Anvisa. Vocês já fiscalizaram alguma academia, algumas dessas clínicas de produtos esportivos?

R – Nós visitamos algumas academias, mas, na realidade, não está dentro daquele grupamento de empresas, essas que a gente tem na legislação para fazer.

P – Encontrou alguma irregularidade em algumas delas?

R – Não, onde tem nutricionista, que a gente sabe que o profissional está atendendo, a gente vai ver esse trabalho. Agora, o que acontece muito nas academias, isso é conhecimento, acho, que bem, até público, que essas indicações de anabolizantes, de vários produtos, até

de orientação nutricional, às vezes, é feito por... (Segue Rod. 39)

...de orientação nutricional, às vezes, é feito por outros leigos ou profissionais de educação física, que a gente, às vezes, quando sabe disso, a gente passa isso para o Conselho Regional de Educação Física.

O SR. PAULO FRANGE – No caso da merenda escolar, o Conselho foi acionado alguma vez, participou alguma vez da avaliação da discussão da merenda escolar?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Não, nunca foi convidado.

P – Não, nunca foi convidado? Nem pelo...

R – Nós visitamos assim... A cidade de São Paulo é muito complexa, ela tem uma realidade totalmente diferente de outras cidades porque, por exemplo, nossa jurisdição do Conselho, do CRN3, do nosso Conselho Regional de Nutricionistas é todo o Estado de São Paulo e o Estado de Mato Grosso do Sul. Até 2005 também o Paraná, agora não é mais.

A cidade de São Paulo é tudo muito complicado em termos estruturais e de funcionamento, mas os nossos fiscais, que são nutricionistas, eles têm já por própria meta do Conselho visitar os municípios da nossa jurisdição e verificar esse trabalho da merenda escolar. Só que quando chega em São Paulo é tudo mais difícil de a gente estar acompanhando porque a cidade é muito mais ampla em termos de trabalho, tem uma atividade...

P – Então, a fiscalização do Conselho não alcança a merenda escolar?

R – Alcança a merenda escolar, mas, no caso de São Paulo, a gente, às vezes, faz esse contato com os profissionais, procura conhecer o trabalho, mas a gente não tem tanta atividade em cima da estrutura da merenda escolar do município de São Paulo.

P – Na rede pública municipal de hospitais, por exemplo, como é que é feito o acompanhamento e a fiscalização das nutrições enterais, que são preparadas dentro desses hospitais, muitas vezes. Eu já apresentei um projeto de lei aqui que partiu de nutricionistas mesmos e que nós tínhamos que regulamentar isso, que no município de São Paulo era feito de uma forma não adequada e isso até hoje não teve resposta. Foi para a Secretaria, ficou lá para ser apreciado, para melhorar o texto, e o texto é bastante interessante. Partimos daqui, discutimos bastante com nutricionistas.

Eu tenho facilidade que eu sou da sociedade São Camilo, durante quase três décadas eu tenho ligação com eles, e a faculdade de nutrição tinha bastante informação. Levei, também não conseguimos evoluir neste assunto. Nutrição enteral, como é feita a fiscalização?

R – Olha, a nutrição enteral, bom, a gente tem duas realidades: quando a gente vai fazer esse atendimento à população, tem a realidade de que você tem hoje recursos no mercado da nutrição enteral industrializada, que, às vezes, até se adapta a determinados pacientes, e tem algumas situações em que você vai trabalhar com uma nutrição, às vezes, até artesanal.

P – Isso, mas essa já vem pronta? Vem com marca da Nestlé?

R – É industrializada. Isso, industrializada.

P – E a outra que é feita artesanalmente em casa, que é o grande volume das pessoas que precisam e não têm condições de comprar aquela outra e, muitas vezes, o alto custo não fomenta? Como é feita essa orientação?

R – Quem vai dar essa orientação para o paciente, normalmente, vai ser a nutricionista que atendeu o paciente, que talvez esteja indo para um atendimento domiciliar, uma atenção domiciliar em casa, no seu domicílio, e também no hospital se houver necessidade de fazer uma adaptação dessa alimentação enteral para especificamente um caso de um determinado paciente. Você pode, muitas vezes, mesclar uma questão enteral com alguma coisa artesanal, vai ser o nutricionista do hospital que vai estar fazendo essa orientação junto, geralmente, com a equipe, porque em hospitais de maior porte você tem uma equipe de nutrição enteral.

P – Empresas que fabricam produtos de nutrição enteral e parenteral no município de São Paulo são fiscalizadas por vocês?

R – Não, eles nem são inscritos com a gente.

P – Não estão?

R – Não, com a gente não, provavelmente, estão inscritos no Conselho Regional de Química.

P – Mas, não é estranho isso.

R – E, hoje, na realidade o que acontece? Hoje, você tem até legislações que foram publicadas recentemente pelo Conselho Federal de Farmácia e pelo Conselho Federal de Química que está dando esta parte da indústria de alimentos como sendo responsabilidade de outros profissionais.

P – Quando você pega, desculpe pelo você, a composição desses produtos que já vêm de empresas diferentes, várias marcas, as composições são bastante diferentes entre uma e outra. A quantidade de caloria para cada 100 ml também muito diferente, preços diferentes, acondicionamentos diferentes, ou seja, não há nenhuma interação?

R – Algumas indústrias de grande porte, desses grandes fabricantes, eles têm nutricionistas na equipe de profissionais de saúde sim, mas não é o nutricionista o responsável técnico da empresa. Dependendo da empresa talvez esteja envolvido com o engenheiro de alimentos, com o químico, mas não é o RT nutricionista.

P – Quantos associados têm o Conselho hoje?

R – O nosso, a gente tem de nutricionistas, não tenho esse número exato, agora, mas mais de 20 mil.

P – Vocês têm fiscalizado a presença de nutricionistas em todos os hospitais do Município, ou seja, todos têm?

R – Todos, a gente não consegue visitar porque a realidade...

P – Todo hospital tem de ter nutricionistas.

R – Deve ter. Acontece que nós temos um problema, tivemos um problema há alguns anos atrás, que hoje está melhor, mas o que acontece: nós temos de

visitar hospitais sim, não é atividade básica do hospital, a área de nutrição não é atividade básica do hospital, é atendimento médico-hospitalar, mas tem o serviço de nutrição funcionando. Então, nós visitávamos os hospitais e visitamos até hoje, mas tivemos de parar há um tempo atrás, uns anos atrás, porque no momento em que o nosso fiscal entrava no hospital para conhecer o trabalho do nutricionista, ou dos nutricionistas, como estava funcionando esse serviço de nutrição, nós tivemos problemas com o Sindhosp.

O Sindicato dos Hospitais conseguiu intervir judicialmente, atrapalhar o nosso trabalho dentro dos hospitais. Então, eles alegavam que nós fazíamos uma cobrança de que os hospitais deveriam ser registrados no Conselho nosso, enquanto, a atividade básica para eles serem registrados no Conselho de Medicina. Isso nunca foi feito desse jeito, nós nunca cobramos, nunca suplantamos a nossa visita, obrigando o hospital a fazer um registro com o nosso Conselho, sabendo que ele é da área de Medicina. O que nós pedíamos era um cadastro, informações do profissional daquele hospital e do serviço de nutrição. E nós ficamos alguns anos sem fazer visita porque legalmente, judicialmente, nós não podíamos visitar.

P – Eu já acho um prejuízo grande para a sociedade a ausência do nutricionista no PSF e a ausência do nutricionista obrigatoriamente na atenção domiciliar, no *homecare*. Porque a ausência de um profissional com a formação que vocês têm, ela é absolutamente sentida por nós médicos e pelos pacientes. Por exemplo, vinte anos atrás quando frequentava Cuba, o nutricionista acompanha junto a visita do médico. Aliás, ele fala mais com a família do que o próprio médico, agora, a ausência de vocês no PSF já é uma situação delicada e, no atendimento domiciliar, nos *homecare*, mais ainda porque a família não sabe preparar e muitos pacientes utilizam sondas e tem de ser injetado. E fazem artesanalmente todo o processo em casa. Então, não sabe a reutilização da seringa, a luva que usa, deixa entupir. O número de internações e reinternações de pacientes que utilizam sondas enterais em jejuno ou sondas nasogástricas que vão ao hospital à noite porque está entupido porque ninguém explicou direitinho como é que faz. Essa é uma atribuição que seria uma contribuição enorme da nutricionista na rede de Saúde. Eu não entendi porque o Conselho de nutrição não impõe isso.

R – O problema é ter uma reestruturação Legislativa Federal que quando criou a equipe mínima do PSF não contemplou nutricionista. Agora, com a criação do Nasf, que na realidade, teoricamente, o Nasf não chega diretamente à população, ele é um intermediário de suporte para as equipes de PSF. Na legislação do Nasf, então, contemplou uma série de profissionais e essa série de profissionais o nutricionista não está incluído.

P – Desculpa, mas vocês estão passivos nesse processo porque se você encontra um paciente desses, se eu encontrar um paciente desses com uma equipe de atenção domiciliar que tenha a sonda que já foi entupida três ou quatro vezes, ele voltou ao hospital para poder resolver o problema da sonda, basta tomar uma medida para que eu possa incluir esse profissional orientando essa equipe, ou seja, se você não tomar essa atitude, vai continuar acontecendo outras vezes.

R – Na realidade o que é que acontece? A legislação do PSF e do Nasf é uma legislação Federal; quem batalha, quem tem batalhado de tentar essa inserção é o nosso Conselho Federal e nem sempre a gente está conseguindo.

P – Vocês têm alguma parceria junto ao Ministério Público, junto à Covisa no sentido de trabalhar em conjunto?

R – Nós temos aqui no Estado de São Paulo, o nosso Conselho fez uma parceria um termo de parceria com o Ministério Público, com a Covisa a gente não tem.

O SR. PAULO FRANGE - Com o Ministério Público está funcionando?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Quando nós temos demanda e encaminhamos eles também estão nos pedindo ajuda nas situações técnicas.

P - Demanda. Qual é a demanda?

R - Como?

P - Que tipo de denúncia chega para você? Lembre-me duas, que chegam para você, as mais comuns.

R - Que eu lembre agora, o problema maior, que nos preocupa muito, são as instituições geriátricas.

P - Os geriátricos.

R - Isso. Muitas vezes...

P - Com relação a hotéis e flats?

R - Não podemos agir.

P - Como?

R - Não podemos agir.

P - Não podem agir?

R - Nós estamos fazendo visitas, inclusive, porque, a área de atuação do nutricionista, além da área de Saúde, é a área de alimentação, assim, estamos fazendo visita em restaurantes comerciais, pedindo para que tenha o profissional responsável, porque ali é uma promoção de saúde, é um controle de saúde também. Às vezes, a pessoa tem de ser treinada, super orientada, as condições da alimentação, hoje sabemos, não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro, espalhou-se os restaurantes por quilo, e nem sempre os cuidados são dentro das regras técnicas corretas para a saúde da população.

Recebemos um processo judicial, do Sindicato dos Bares e Restaurantes, Hotéis e Similares e, pelo despacho hoje, neste momento, da Juíza, podemos continuar visitando e cobrando o profissional que seja responsável técnico pelo restaurante, mas não podemos fazer visita e cobrar do hotéis, mesmo fornecendo alimentação.

P - Seria um profissional para cada restaurante?

R - Não. Isso vai depender, no caso, o profissional pode até ser responsável técnico por mais de um local.

P - Por mais de um, claro.

R - Desde que o conselho avalie. Ele deve pedir ao conselho, vamos ver em que locais ele está atuando, que dedicação de carga horária ele está fazendo.

P - É legítimo. Você tem o engenheiro que pode ser responsável por quatro ou cinco obras, mas não por duzentas.

R - Isso. Mas, no caso dos hotéis, hoje não podemos nem fazer visitas, nem cobrar nutricionista, porque foi o despacho da Juíza. Estamos ainda travados.

P - No caso de uma situação que encontremos, suponha, uma creche, que haja um problema com a alimentação das crianças, eu acabo chamando a Covisa. Mas, por exemplo, ali tem a assessoria de uma nutricionista que encaminhou para lá. A Covisa aciona vocês para poder cobrar da nutricionista a melhor performance nesse trabalho de... A Covisa lhe dá esse tipo de informação?

R - A Covisa, dificilmente, retoma para nós esse tipo de trabalho. Mas, se por exemplo, tiver feito visita em uma escola, escolinha ou creche, encontrou problemas estruturais e de prestação de serviço, e tem o profissional nutricionista, se mandar essa demanda para nós, vai ter entrando como uma denúncia. Então, vai para a Comissão de Ética.

A SRA. SANDRA TADEU - Pela ordem, só uma pergunta. Solange, na questão do Corem, a Secretaria Municipal de Saúde, quando fui secretária em outra cidade, é obrigatório você ter um número x de atendentes de enfermagem em alguns locais, em salas de vacina. No Conselho de Nutrição não tem essa obrigatoriedade?

R - Não, as legislações são diferentes. Fazemos o nosso Conselho Federal publicou, inclusive, uma resolução com uma certa quantidade ideal de profissionais para determinado segmentos de atendimento de nutrição e alimentação, mas temos até um problema com o Sindicato de que não deveríamos estar cobrando esse quadro técnico, que seria a equipe ideal, que nós podemos exigir o RT.

P - Por exemplo, numa creche, num hospital público não há obrigatoriedade de ter uma nutricionista?

R - Não, não. Tendo uma atividade privativa, porque temos uma lei de regulamentação com atividades privativas, é por essas atividades privativas, é por aí que a gente briga com os segmentos, porque tem de ter nutricionista, porque é uma atividade que ele é quem tem de exercer.

P - Lógico.

R - Que é privativo dele. Se ele tiver fazer inadequadamente, o Conselho terá de trazê-lo para uma comissão de ética e avaliar o que está acontecendo e penalizar, se for o caso. Agora, o quantitativo, quer dizer, a equipe...

P – A pessoa, eu digo, a pessoa, o nutricionista, a pessoa, dentro de uma creche, dentro de um hospital público, pronto socorro...

R – É isso, estamos fazendo visita para isso. Fazemos visita justamente para estar cobrando isso.

P – Não é obrigatório isso, pela Lei?

R – É para cobrar, porque é atividade privativa. Administrar o serviço ali, de alimentação, é responsabilidade do nutricionista e ele tem de assumir. Nós temos problemas, claro, as entidades entram com recurso, ficam argumentando, postergando a contratação, mas a gente faz.

P – Mas eu digo na atividade municipal, que é a nossa discussão, hoje no Município.

R – Fazemos visitas também, mas quando estamos na relação com o serviço público é mais complicado.

P – Mais complicado em que sentido?

R – Atender. Atender as nossas solicitações.

P – Ah é?

R – Até merenda escolar. Visitamos os municípios do interior e, às vezes, encontramos leigos sendo responsável pela merenda. Nós levamos isso para a denúncia de Ministério Público. Primeiro, tentamos entrar em contato, diretamente, com a Prefeitura e, às vezes outros profissionais, de outras áreas, que nada têm a ver, assumem a merenda escolar. Então, tentamos fazer esse trabalho, mas o atendimento para essa nossa solicitação, às vezes, é muito prolongado, porque não tem o cargo, não tem previsão, tem de fazer concurso, então, tudo isso vai postergando.

P – E aqui na Capital, também é essa situação?

R – Na Capital, não sei hoje a quantidade. Não posso dizer, agora, certamente a quantidade de profissionais que estão envolvidos, por exemplo, com merenda escolar. Até porque quando recebemos – já recebemos, há uns dois anos, uma listagem da Prefeitura com essa relação de profissionais distribuídos pelas várias secretarias, mas isso muda com uma frequência que não conseguimos acompanhar. Muitas vezes, o profissional é deslocado de uma secretaria para outra, de uma atividade para outra.

P – Nas questões, por exemplo, de denúncias de merenda, que ouvimos e também vemos nos jornais, vocês vão até lá, observam, fazem algo, fazem algum relatório, tem algo nesse sentido no Conselho?

R – Os profissionais já foram chamados para prestar depoimentos, é algo que ainda está se desenvolvendo em outros trâmites da Prefeitura e, no Ministério Público, não consta nada. Fizemos uma pesquisa recente e não consta nada. Então, até esse momento não temos o que dizer, de como está essa situação da merenda escolar do Município de São Paulo. Nós temos os profissionais que sabemos estarem lá. Muitos foram deslocados, tirados de uma secretaria para outra.

P – Na verdade, temos uma merenda que é feita pela própria Prefeitura e uma merenda terceirizada.

R – Terceirizada.

P – Então, essa merenda terceirizada, não temos uma avaliação de uma nutricionista, não sabe o...

R – Das empresas que assumem a terceirização, são concessionárias de alimentação.

P – Sei.

R – Elas são registradas no Conselho.

P – Ah, essas empresas são.

R – Então, elas vão mostrar o quê? A Prefeitura, como cliente dela.

P – Ah, tá.

R – Não só a Prefeitura de São Paulo, como outras.

P – Outras.

R – Outras do Interior. Elas aparecem como cliente da concessionária, então, para essa empresa, foi feita até uma pergunta sobre recadastramento, fazemos anualmente o recadastramento das empresas, avalia o quantitativo de profissionais, que clientes essa empresa tem, por exemplo, no caso da concessionária, onde estão distribuídos, quantos profissionais estão envolvidos em cada uma, qual é o volume de refeições que elas estão atendendo e procuramos cobrar mais profissionais para cobrir e fazer a devida supervisão.

P – O que você não tem é a merenda feita pela própria Prefeitura? Que você não tem esse controle.

R – É esse controle da autogestão.

P – Não. Nós temos merenda que não é terceirizada.

O SR. PAULO FRANGE – Dentro dessa linha, o momento mais importante para que possamos ter a nutrição absolutamente adequada, com grande ganho na vida da criança, é de zero a dois anos e onze meses. Nem nesse espaço a presença da nutricionista não é cobrada pelo Município. A senhora não acha que seria interessante a presença de vocês neste acompanhamento? Porque não adianta uma única nutricionista, lá na secretaria, que contrata e deixar na mão do contratado cuidar disso. Quem é que vai acompanhar a criança, pesá-la, olhar a criança? Se ficarmos esperando o pediatra fazer isso, esquece, não estará lá. Mas alguém que tenha formação em nutrição, que vocês têm, a presença da nutricionista, nesses espaços, principalmente nesse espaço de até dois anos e onze meses, seria extremamente interessante.

É curioso nunca ter sido chamado.

A SRA. SOLANGE – Nunca ter sido chamado? Não entendi.

P – O Conselho não ter participado dessas...

R – Na realidade, temos de tomar cuidado nessa questão da terceirização. É importante, na terceirização, quando você terceiriza um serviço público, que o edital seja muito bem feito. Você estarão exigindo das empresas terceirizadas tudo que está escrito no papel, no contrato que ela está assinando.

E, às vezes, o que acontece? São Paulo - acredito até que o último - em um dos editais houve participação de nutricionistas na questão da merenda escolar. Agora, em muitos outros locais que a gente visita de Municípios, às vezes o profissional não é nem integrado na equipe que monta o edital. Então, se você não monta um edital adequadamente com relação a tudo o que essa terceirizada tem de prestar de serviço e dar supervisão de profissionais num número adequado, fica complicado depois você cobrar fora do contrato.

O SR. JAMIL MURAD – Um aparte? No dia 12 de dezembro a Polícia de São Paulo, quer dizer, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a polícia apreendeu 60 quilos de carne de cachorro e gato vendidos em restaurantes de São Paulo. A Dra. Tatiana, do Conselho Regional de Medicina Veterinária, esteve aqui semana passada e disse que há abatedouros clandestinos no entorno e em São Paulo. Qual é a... Os nutricionistas têm um controle da qualidade do alimento que é ofertado aqui em São Paulo, seja nos mercados, supermercados, restaurantes?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Vai depender do segmento. Por exemplo, a aquisição de produtos primeiro tem de ser certificados. Eu acho que você deve adquirir com lastro de fornecedor e com os devidos registros que o Ministério da Saúde exige. No caso de alimentos de origem animal, tem de ter um lastro do médico veterinário. Então, supermercado, às vezes, tem médico veterinário, tem nutricionista, tem outros profissionais que atuam na equipe quando o supermercado tem certo porte maior. Agora, o importante é você, no segmento em que atua, verificar que fornecedores está selecionando para comprar e comprar coisa com lastro, porque senão corre o risco de comprar sem nenhuma certificação e uma coisa de condições sanitárias duvidosas para a população.

P – Nós vimos aqui, recentemente, uma notícia na imprensa com inúmeros casos de diarreia e vômito aqui no Estado e atingindo a cidade de São Paulo, grandes hospitais, os principais hospitais de São Paulo: o Sirio Libanês, Samaritano, Oswaldo Cruz, São Luiz, Santa Izabel, Santa Catarina, Beneficência Portuguesa. Quer dizer, isso aí é claramente uma contaminação de alimentos.

R – Tem de ver se foi só alimento, porque contaminação pode estar em outros produtos ou outros ambientes do hospital que possam estar contribuindo para isso. Aí a Comissão de Infecção Hospitalar tem de estar acompanhando e fazendo a investigação para saber exatamente qual foi o motivo, porque esses

hospitais que o senhor citou são hospitais que têm estrutura muito boa de serviço de nutrição, com vários controles que são feitos, uma equipe de profissionais lá no serviço atuando. E tem de ver se foi pesquisado realmente o lastró dessas contaminações. Pode não ter sido diretamente só o alimento.

P – Obrigado. Uma última pergunta que eu queria fazer, em relação às clínicas de emagrecimento. Elas têm nutricionistas?

R – A grande parte não. Eu acho que nem sei se são inscritas no Conselho de Medicina também, porque na realidade o RT aí seria o médico e não o nutricionista. O nutricionista faria parte da equipe multiprofissional.

P – Exato. Mas é isso que estou perguntando.

R – Algumas têm nutricionistas e a gente visita. Outras não têm nutricionista e, às vezes, o médico alega que ele assume a orientação do paciente e, às vezes, não quer nem contratar, nem nos apresentar... Diz que tem o profissional, mas não nos apresenta. Então, às vezes, a gente manda essa questão para o Ministério Público para fazer algum tipo de investigação.

P – Existe obrigatoriedade, já que é clínica...

R – Clínica de emagrecimento?

P – De emagrecimento.

R – Não.

P – Porque você teria de manter um equilíbrio alimentar do doente.

R – Na realidade, o que acontece? A gente... O Conselho de Medicina colocou que ele faz a visita baseada mais em denúncia. Nós fazemos visitas até de rotina. Então, é claro que a denúncia é prioridade, mas se a gente percebe em algum tipo de informação, jornal, revista, televisão, alguma coisa que informa que há orientação nutricional, alimentar, a gente procura fazer visita para descobrir se aquilo lá, se aquela prestação de serviço está acontecendo pelo profissional nutricionista realmente.

P – Por exemplo, a Covisa faz o controle... Por exemplo, esse sanduíche de grego... (Pausa) É que aqui no Centro de São Paulo você tem aquela carne virando ali, não é? (Risos) É que é um meio de cultura para bactérias, não é? Ali cresce. E ele não vai jogar. Se ele não vendeu tudo aquilo... É uma pessoa com pouco poder aquisitivo. Ele não pode jogar fora aquilo. Ele guarda para o dia seguinte, depois para o outro dia também, não é mesmo? Quer dizer, aquilo ali fica... Qual é o controle disso pela Covisa?

R – Pela Covisa eu não sei, mas esse aí é um tipo de ambulante. Ele está ali funcionando na rua. Eu acho até que o pessoal estava tendo dificuldade em fazer uma legislação para controlar isso, porque a gente acha importante que tenha fiscalização e haja regras para quem vai comercializar produto direto na rua. É um risco muito grande de saúde pública.

P – Então, mas é esse comentário que eu queria... Para provocar esse tipo de comentário, quer dizer, os alimentos que são consumidos pela população de São Paulo: tem o do restaurante, na residência da pessoa, do restaurante, restaurante da empresa, restaurante comercial, na rua. Quais são os cuidados, qual a observação feita pelo Conselho?

R – Pela nossa legislação, esse tipo de segmento do comércio ambulante não está ao nosso alcance de fazer fiscalização. Nós não fazemos. Não temos como fazer, porque se eu vou fazer uma fiscalização, eu vou aonde?

P – Mas qual é o comentário em relação à saúde pública?

R – Eu acho extremamente preocupante. Os yakissobas também da vida aí que se proliferaram em São Paulo. Você quando olha assim do lado uma lata, onde ele está fazendo, começando a fazer aquela preparação é uma coisa assustadora, embora o pessoal ache uma delícia também, não é?

Mas, acho sim, essa questão de alimentos em via pública, comércio ambulante de alimentos é uma coisa que tinha de ter uma fiscalização, talvez, bem mais intensa porque não tem. Ali você está no meio da rua, você não tem muitas condições ideais para ler todas as condições de higiene e conservação para oferecer para a população.

P – O restaurante por quilo oferece: a comida japonesa, a macaronada e outras coisas da culinária italiana, depois ali do lado tem a oferta de carnes, tem a oferta de feijoada... E para o dono do restaurante, o proprietário do restaurante, a pessoa, quanto mais consumir, melhor. E, às vezes, ele tem uma nutricionista contratada, que sabe que o exagero na alimentação é prejudicial à saúde. Como é que o Conselho resolve esse conflito?

R – O que a gente...

P – Como é que intervém nesse conflito?

R – O que nós fazemos é o seguinte: a partir de...

P – Porque a nutricionista deveria estar alertando que ele não...

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Mas nós estamos brigando com os donos de restaurantes, esse é que é o problema. Porque estamos fazendo assim: a realidade, essa realidade de segmento comercial, é muito grande. Nós, até uns três anos atrás, tínhamos uma quantidade pequena de fiscais. Nós temos que fazer concurso, temos que fazer o concurso para contratação, treinamento, o treinamento é longo, às vezes quatro meses, até mais para treinar o fiscal para ele poder atuar na rua.

E o que acontece? Até mais ou menos 2007, a gente não conseguia nem fazer muita visita em restaurante comercial. No momento em que inauguramos as nossas delegacias no interior de São Paulo - em Campo Grande, também - e que nós fizemos o concurso e contratamos e treinamos os nossos fiscais, não só da Capital como do Interior, nós começamos a colocar como meta de trabalho visitar os restaurantes comerciais.

Então, a gente fez até um paralelo: um pouquinho antes, nós fomos a algumas reuniões com os sindicatos - porque a gente sabe que eles são muito fortes, os sindicatos dos bares e restaurantes, hotéis e associações, são muito fortes, politicamente fortes, em Brasília - e a gente fez reuniões: fomos para Santos, falamos com os proprietários de restaurantes, fomos para São José dos Campos, falamos com Presidente Prudente, e São Paulo também, com a Abrasel e tudo. Depois, nós começamos a fazer as visitas e pedir para que, solicitar para que, por meio de um termo de visita, que contratasse um nutricionista para que ele se responsabilizasse por essa alimentação que está sendo servida na rua, comercialmente, para a população.

Estamos encontrando resistência, tanto que eles entraram com uma ação na Justiça. Alguns proprietários de restaurantes aceitaram a visita, contrataram o profissional, viram que está fazendo diferença, mas outros estão resistindo nessa contratação. Então, entram com recurso, recorrem ao sindicato. Tanto que o sindicato foi para a Justiça, mas pela posição da juíza nós podemos continuar fazendo a visita aos restaurantes comerciais, mas não aos hotéis.

A SRA. SANDRA TADEU - Solange, segundo a Organização Mundial de Saúde, as doenças transmitidas por alimentos são as consideradas como as que mais problema de saúde pública do mundo. Você tem ideia das que mais ocasionam aqui na Capital?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Aqui, não. Agora de pronto, não tenho essa informação.

A SRA. SANDRA TADEU - Eu já fiz algum levantamento e aqui a gente não observa o caso de cisticercose, caso de teníase, a gente não ...

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - São casos de origem duvidosa de carne.

A SRA. SANDRA TADEU - De carne. Como nós aqui na Capital não temos a inspeção municipal, segundo o Conselho de Veterinária, a gente não observa. Porque pela Anvisa a gente tem dados de 99 até 2007 - que eu consegui -, o Sul e São Paulo têm casos altíssimos até 2007. Eu acho que aqui na Capital era uma coisa que a gente deveria estar ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Implementando.

A SRA. SANDRA TADEU - Implementando e observando isso, porque é extremamente importante isso.

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Mas aí eu acho que está focado, aí eu acho que a direção desse tipo de prevenção para alguns desses problemas de saúde aí, é a fiscalização sanitária de São Paulo e entorno que, como todo mundo sabe e a Covisa acho que também sabe, com certeza, de como tem abate clandestino até na cidade de São Paulo e no entorno, e a carne acaba chegando em alguns consumidores, em algumas partes. Não digo em locais onde há profissionais, onde a empresa prima pela compra de carne certificada e de origem correta, mas às vezes alguns estabelecimentos mais humildes, mais simples, a gente sabe que muitos restaurantes por quilo, muita empresa entre aspas que fornece marmitta, é família que cuida, família que

prepara e família que vende. Ai é um problema, ele vai comprar onde for mais barato. Então, eu acho que o cuidado seria antes, não deixar nem que esses estabelecimentos funcionem.

A SRA. SANDRA TADEU - Está OK.

O SR. JAMIL MURAD - Mas aí não é por ele ser pequeno? Porque tem uma lei, aqui em São Paulo tem o Decreto 51.044/2009, que dispensa da licença de funcionamento o microempreendedor individual. Então, ele está regulamentado. Incluindo, entre outros, os que trabalham na produção artesanal dentre outras abre aspas: "Fabricação de produtos de carne, fabricação de conservas de frutas, fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, fabricação de diversos alimentos tipo sucos, farinhas, laticínios, massas, gelo". Quer dizer, isso está regulamentado, é o microempreendedor individual e que está dispensada a licença de funcionamento, ele está autorizado.

Tem outro decreto aqui que disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde, e que ele suspende a prévia inspeção sanitária. Então, você vê que ...

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - É preocupante, mas aí é uma questão que tem que se mudar a legislação. Mas eu garanto, tenho quase certeza que onde o profissional nutricionista está como responsável técnico ele não vai começar a adquirir, para colocar no seu cardápio, essas preparações que não têm os devidos registros, porque ele vai ficar numa situação delicada se acontecer uma situação de saúde lá na frente, porque ele vai ser responsabilizado. Ele é o responsável técnico, há o problema, tanto pelo Conselho quanto pelo outro órgão que zela pela saúde pública, ele vai estar envolvido nisso.

O SR. JAMIL MURAD - Mas ele está regulamentado... 2008 e 2009, foi agora. Está legalizando o funcionamento dele e suspende a inspeção.

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Algumas, às vezes, algumas dessas empresas até contratam o nutricionista, embora não seja um tipo de segmento que a gente vá fazer visita porque não está na nossa legislação, mas às vezes contrata o profissional, registra a produção, começa a organizar os controles, os procedimentos que a gente chama de procedimentos operacionais padronizados, dentro das regras técnicas. Embora, às vezes, a legislação não exija, ele tem o profissional que acaba organizando a linha de produção dele nesse sentido.

O SR. PAULO FRANGE - Doutora, só para eu encerrar, o que percebo é que ainda não compreenderam a atividade da nutricionista e a importância dela no contexto da saúde. Fica claro para a gente que muitas atividades deixaram de utilizar dessa informação, dessa expertise, e isso não foi bom para ninguém, ou seja, o hospital não é obrigado, deve ter, mas não é obrigado; as creches deveriam ter, mas não é; não temos uma ação mais próxima do Conselho junto às nossas creches, às nossas áreas de alimentação, os estabelecimentos comerciais, depois de uma sentença judicial é que vocês conseguiram ...

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Não, não. É diferente. Nós fizemos, está contemplando a legislação do Conselho Federal, a gente começou a fazer visita e eles não queriam contratar o profissional para assumir. Então, nós conseguimos continuar fazendo o trabalho.

O SR. PAULO FRANGE - No debate da doença celíaca, e o STJ acabou decidindo por incluir no rótulo a presença do glúten para as pessoas, talvez não tenham utilizado da informação de vocês e da experiência que vocês têm para poder compor uma relação melhor, acabou a Justiça tomando a atitude. Os programas de saúde à família, atendimento domiciliar, as clínicas de idosos - um absurdo o idoso ser tratado com alimentação comum, como temos visto, com arroz, feijão carne dura, não têm como mastigar. Falamos tanto em geriatria, gerontologia, nutrólogos, etc. e na hora de ...

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Mas acho que esse segmento - não interrompendo - esse segmento ele é extremamente delicado, porque muitas casas funcionam sem conhecimento público, não têm nenhum tipo de identificação. Então, a gente chegar lá para fazer a visita e descobrir que ali tem um asilo, é por denúncia ou por você ter captado alguma coisa estranha na vizinhança.

Porque às vezes o fiscal também pode ter percebido alguma coisa, mas muitas, acho que muitas entidades gerátricas em São Paulo, em outras cidades também, funcionam sem o conhecimento público, até da Covisa. Funcionam, discretamente, e, às vezes, a gente só chega lá por denúncia ou por alguma percepção, de que ali está funcionando uma estrutura de atendimento a idosos. Então, é um segmento extremamente importante para a fiscalização. Às vezes, nós temos, nesse segmento, a gente tem uma relação mais, mais assim, frequente com o Corem. O Corem faz muita visita. Então, às vezes, em certas entidades que não tenham nutricionista respondendo pela alimentação dos idosos, o Corem nos remete o relatório do fiscal, e a gente passa a fazer visita também, e, às vezes, até o Ministério Público também nos remete, a gente passa a fazer ...

O SR. PAULO FRANGE - Vocês participam do Conselho de Alimentação Escolar?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA - Do Estado, sim.

P - Do Estado. Do município, não? Não tem nada?

R - Do município, não. Acho que não tem, não temos vaga no conselho, acho que municipal.

P - O município tem uma nutricionista, e o resto, ela decide por todos. Com certeza, deve ser assim. Enfim, eu acho que... Nós vamos aprofundar essa discussão, porque eu acho que nós temos mais a contribuir para o conselho de vocês do que a gente esperava, porque, com legislação, inclusive municipal, impondo algumas regras aqui, no município, para que a gente possa estabelecer, mesmo que digam que as regras têm que ser oriundas do poder central, federal e tudo, se a gente criar o problema aqui, isso vai ecoar, com certeza, por lá, porque o que nós temos sentido é que não há uma interação. Eu acho que o Conselho de Enfermagem talvez seja o que mais possa contribuir com vocês. Tem que ter um *link* muito grande com eles, porque, no restante, vem sendo atropelada a atividade de vocês. As clínicas de emagrecimento não contam com a nutricionista do lado. A de cardiologia, eu posso dizer que nós nos associamos demais com a presença do nutricionista, porque o cardiologista percebeu logo que se ele gasta tempo demais nas consultas, tentando explicar aquilo que ele também não sabe, muitas vezes. É muito mais fácil ter uma nutricionista para orientar o paciente, tirar dúvida, frequentemente etc. Ficou muito mais fácil. Mas mesmo assim, algumas coisas passaram por cima. Por exemplo, eu sou lá do Funcor, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, e nós temos o selo daquele alimento saudável, que não é indicado, é recomendado, com menos teor de gordura, de colesterol e tudo, e foi tratado por nutricionistas de lá, mas agora me recorreu que nós não consultamos vocês também. Eu mesmo, estou fazendo aqui a minha culpa, nós não consultamos. Vocês não lembram de ter sido consultados pela Associação Brasileira de Cardiologia, não é? E nós temos aquele selo, que ele é colocado em alguns alimentos que compram essa pesquisa, para saber se aquele produto é ou não saudável, não recomendado, mas é menos rico em gordura saturada do que os outros, e não, não provocamos o Conselho.

R - E isso aí, eu acho assim, o nosso trabalho, a formação e o trabalho do nutricionista não é só na parte de enfermidades, não é só na parte do curativo. É importante que a gente passe mais educação para a população, a promoção de saúde, porque muitas coisas podem ser evitadas, lá na frente.

P - Agora, veja, Vereador Netinho, que é representante do PSDB nesta mesa, o Bom Prato tem a nutricionista.

R - Tem.

P - Você vai lá na periferia, é muito interessante ver a alimentação realmente equilibrada, tudo. Ou seja, não é porque foi vendida a um real que não precisa de ter nutricionista lá.

R - E está equilibrado.

P - Não é isso, Vereador Netinho? Tem nutricionista. Nós participamos de algumas inaugurações, e vimos a presença, a orientação, o pessoal paramentado, completamente protegida a alimentação de contaminações. Não é possível que a gente não consiga isso num hotel cinco estrelas.

R - E é por isso que a gente tem muita dificuldade no segmento de restaurante comercial, porque o restaurante institucional, de trabalhadores, as empresas já estão acostumadas a conhecer esse trabalho do profissional, sabe até onde vai. O comerciante, ele não conhece bem o trabalho que o profissional pode fazer pelo negócio dele. Então, a gente está tendo uma resistência que, estamos vencendo aos poucos, porque eles percebem que há um diferencial, que pode até evitar desperdício também, além dos controles rigorosos da produção de alimentação para a população.

P - Vou deixar aqui um pedido para a senhora, junto aos seus, lá no Conselho. Se tiver alguma oportunidade de nos encaminhar sugestão, para que a gente possa trabalhar no sentido de agregar a atividade de vocês daquilo que o município precisa, que é prerrogativa do município, nos encaminhe.

R - Uma coisa vital, que eu acho que a gente tem uma deficiência muito grande, são as Unidades Básicas de Saúde. A maioria nem tem nutricionista.

P - Não, não tem. Eu sei que não tem.

R – E ali é o ponto que você encontra a população, que você pode fazer muito trabalho, dentro e fora da unidade. Você também pode ir falar com a comunidade. A gente não tem quase profissional. Então, na hora que você faz algum tipo de colocação, às vezes, não tem o cargo, tem que criar, tem que fazer concurso. Então, por isso que demora um pouco mais o trabalho a nível de órgãos públicos, porque tem um trâmite mais complicado.

P – Vamos ver se a gente faz um intercâmbio, a senhora possa encaminhar, para que a gente possa agregar, no relatório, e, eventualmente, até tratar de tramitar, com maior brevidade, o projeto de lei que possa incluir a atividade da nutricionista. A gente poderia fazer, assinado pelos Vereadores todos da CPI.

R – Até a questão hoje do Nasf, a gente nem sabe, exatamente, como está, porque a cidade tem organizações sociais que assumiram trechos da cidade, e eles iam fazer um processo seletivo, um concurso, contratar os profissionais para montar essas equipes multiprofissionais, para dar suporte para o PSF, e a gente, uma outra informação que a gente teve um tempo atrás, nem todas as organizações sociais já tinham feito o seu processo seletivo para montar as equipes de Nasf. Acho que aí o município também está perdendo investimento público federal.

P – Eu vou pedir a minha Assessoria depois, que encaminhe para a Dra. Solange o projeto de lei que nós fizemos, há uns anos atrás, que está tramitando, na Casa, sobre nutrição interal e parenteral, para que depois se possa apreciar e encaminhar para a gente alguma sugestão.

R – Está bom.

P – Obrigado.

R – Está joia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dra. Solange, a Covisa menciona que mantém regulamento técnico de boas práticas na produção e manuseio de alimentos. Há cursos ou divulgação ampla dessas orientações? Há capacitação de nutricionistas nessa área?

A SRA. SOLANGE DE OLIVEIRA SAAVEDRA – Não. Aí seria para os proprietários dos estabelecimentos e para os representantes deles.

P – Mas deveria ter nutricionista lá.

R – Sim. Eu, eu vou dizer uma situação que eu vivi, que eu participei, numas reuniões, uns anos atrás, não era Covisa, era Semab, e esse treinamento, esse curso que eles davam para o pessoal dos estabelecimentos comerciais eram de quatro horas. Não dá para aprender nada em quatro horas.

P – Era de quatro horas e não dava para aprender nada?

R – Não, não dá. Você vai falar de microbiologia, vai falar um monte de coisa, um monte de procedimento...

P – Mas procedimento de guarda dos alimentos?

R – Não, até de processo mesmo.

P – De manuseio.

R – De manipulação, todos os cuidados. Tem uma série de regras, e o manipulador, você tem que conscientizar ele, gradativamente, com várias informações. Mas, nesse caso do curso, podia ser o proprietário do estabelecimento ou alguém por ele indicado. Pode ser um melhor funcionário, pode ser um sócio, e, naquela época, a gente conversando, achou muito pouco. Então, passou, a Semab acabou passando para oito horas, não sei se continua oito horas, mas eles disseram que não dava para tirar o proprietário do negócio muito tempo, com uma carga horária maior. Então, esse curso, acho que até hoje, está em oito horas, são dadas várias informações e até certificação pela, agora, Covisa, eu acho.

P – E é suficiente da forma que é feita hoje, a senhora tem conhecimento, ou a senhora acha que deveria ser feito de outra forma?

R – A carga horária é mínima. São noções básicas. A programação hoje, eu não sei o que eles passam, mas devem ser só noções básicas, porque é muito difícil você, toda aquela cadeia alimentar, todos os procedimentos que você tem que ter cuidado para não contaminar o produto final, é muito difícil de você passar em pouco tempo. Então, o que acontece? A gente visita esses estabelecimentos, pede para contratar o profissional, porque eu acho que fica muito difícil também exigir do proprietário todo esse conhecimento, que é muito amplo, para ele poder controlar tudo o que acontece. Ele acha até que controla, mas...

P – E o profissional de nutrição tem todo esse conhecimento?

R – É claro.

P – Então, a senhora sugere sempre que o profissional esteja lá?

R – Importante.

P – Está bem. Muito obrigado pela presença.

R – Obrigada.

P – Qualquer dúvida, entraremos em contato novamente.

R – Está bom. Obrigada.

P – Transmita à Dra. Solange também os agradecimentos, aliás, à Dra. Lúcia.

R – Lúcia.

P – Que não veio. A Dra. Solange é a senhora.

R – Obrigada pela convite.

P – Obrigado, viu. Até logo.

A Secretaria enviará aos membros convocação para a próxima reunião, que se realizará dia 13 do 4. Agradecemos a participação de todos. Tenham uma boa tarde.

Estão encerrados os nossos trabalhos de hoje.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 48

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13 de abril de 2010

OBSERVAÇÕES:

- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 5ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa. Especificamente, no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde - Processo RDP nº 08-46-2010, com a presença dos Srs. Vereadores Políaco Neto, Paulo Frange, Jamil Murad, Milton Ferreira e Zelão.

Vou suspender a sessão por dez minutos. Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Foram convidados para o dia de hoje o Conselho Regional de Enfermagem do Estado de São Paulo e o Conselho Regional de Serviço Social. Estão presentes os representantes do Conselho Regional de Enfermagem, Dra. Maria Angélica Azevedo Rosin.

Peço a Dra. Maria Angélica Azevedo, que faça a leitura do termo de compromisso.

A SRA MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – “Eu, Maria Angélica Azevedo Rosin, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quero agradecer a sua presença. Obrigado por aceitar nosso convite.

Passo a palavra ao relator, nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Bom dia. Quero cumprimentar a Dra. Maria Angélica Azevedo Rosin, representando a superintendente técnica do Coren e representando a instituição.

Qual as atribuições do Conselho? Qual sua função no Conselho e se já ocupou algum cargo público: federal, estadual ou municipal?

A SRA MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Sou enfermeira, com especialização em administração de serviços de saúde. Tenho uma experiência de 10 anos como coordenadora de saúde municipal e estou há 13 anos no Conselho de Enfermagem. Nesse período em que estive no Conselho de Enfermagem ocupei o cargo de fiscal, depois coordenação da fiscalização, gerente de fiscalização e hoje respondo pelo cargo de superintendente técnica, no qual está sob a minha responsabilidade a fiscalização do exercício profissional, desde as inscrições à fiscalização das instituições de saúde de todo o Estado de São Paulo. Temos como finalidade principal fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de enfermagem.

O SR. JAMIL MURAD – Quantos associados têm o Conselho, no Estado e no Município de São Paulo?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – No Estado de São Paulo, nós temos um contingente de 350 mil profissionais de enfermagem, contando com as três categorias: enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Na cidade de São Paulo, eu não tenho o número exato, mas é o maior contingente entre os municípios.

P – O Conselho acompanha a atividade da Covisa? Qual o diálogo, a relação institucional entre a atividade do Conselho e a Covisa?

R – Nós temos uma parceria, vamos dizer assim, com a Covisa, pela qual eles nos atendem. E eu tenho que enaltecer o trabalho da Covisa em relação ao nosso trabalho, porque nós fiscalizamos todas as instituições de saúde do Estado de São Paulo, principalmente as instituições de longa permanência, que são as casas para idosos, estas que nos dão o maior problema; hospitais, ambulatórios, laboratórios, *home care*, APH, banco de sangue, clínicas médicas, comunidades terapêuticas. O nosso volume de trabalho é muito grande, e quando nós realizamos a nossa fiscalização, cujo enfoque principal é a profissão enfermagem, nós acabamos detectando outros problemas que não são da nossa competência: problemas estruturais, de limpeza e higiene, esterilização, controle de psicotrópicos, insuficiência de leitos, número reduzido de profissionais habilitados para o trabalho. Então, são problemas de competência da Vigilância Sanitária, e não do Coren. Nós então notificamos a Covisa para que tome as providências cabíveis. E a gente tem tido um retorno muito bom em relação a essas notificações, tem nos atendido. Porém, nós entendemos que o volume é muito grande e que nem sempre nós temos uma resposta em tempo hábil para que a gente possa resolver um problema de imediato. E quando eu digo isso não é pensando simplesmente num retorno para o Conselho, mas sim para a sociedade, onde nós encontramos maus tratos, um número grande de mortalidade de idosos. Temos também um índice alto de infecção hospitalar. Então são situações emergenciais e que nem sempre a Covisa pode nos atender de imediato, porque nós temos um grupo de trabalho muito grande no Estado de São Paulo, e quando detectamos cárcere privado, maus tratos, nós temos que agir de imediato. A partir do momento em que nós tomamos conhecimento, não dá para esperar, porque é um risco de morte, vamos dizer assim, dessas pessoas que estão em situação precária nesses ambientes. Esse é o trabalho, a relação que temos com a Covisa, e não só a coordenação, mas também nós temos uma parceria com a Visa municipal, de cada um desses municípios do Estado de São Paulo, que são muitos, são mais de 600 municípios, mas pela própria municipalização existe também uma morosidade. É muito difícil a gente ter uma resposta a contento principalmente dos municípios. As equipes são pequenas. Na verdade, foi dividido: parte foi municipalizado, parte ficou com o Estado, e é uma dificuldade muito grande do Conselho em relação a Covisa.

P – Então, como fica o paciente, já que a Covisa responde com mais morosidade? Isso ocorre também no Município de São Paulo? A senhora falou de maneira genérica aqui, resposta dos municípios. Isso ocorre no Município de São Paulo?

R – Ocorre. Principalmente no Município de São Paulo, porque o maior número de instituições de saúde está aqui no Município de São Paulo. Então, ocorre sim. É generalizado o problema. Agora nós temos problemas emergenciais, e não temos respostas tão rápidas, nós lançamos mão então de outras parcerias. Nós trabalhamos com o Conselho Regional de Medicina, temos parceria também com a Promotora Pública de todo o Estado de São Paulo, e estendida a todos os municípios do Estado de São Paulo. Então, uma vez detectado um problema muito sério, lançamos mão de todas essas outras vertentes, que poderiam estar nos ajudando, inclusive realizando Boletim de Ocorrência policial, de imediato.

P – A senhora falou que há falta de condições de funcionamento. E depois tem resposta se foram tomadas providências, ou não?

R – Sim. O que eu digo é uma morosidade. Porém, o trabalho da Covisa tem sido muito importante, porque, realmente, quando eu notifico, a Covisa também faz essa visita, notifica todos os problemas estruturais ou condições que há dentro dessas instituições e nos comunica. E a gente acompanha a regularização desses problemas.

P – Essa comunicação, logicamente, é por escrito. Seja do Coren para a Covisa, ou da Covisa para o Coren, é por escrito?

R – Sempre formal.

P – Então, nós solicitamos cópias dos últimos dois anos de comunicação do Coren para a Covisa e as respostas. E é uma particularidade, porque outros representantes de outros conselhos falavam de falta resposta. Não há uma fluidez nesse diálogo, nessa inter-relação das duas instituições: o conselho de uma determinada profissão e a Coordenadoria. Então, eu estou notando aqui, pela exposição da senhora, que existe, no caso do Coren, um diálogo, uma reciprocidade de correspondência. E nós gostaríamos de ter essas cópias então para estudar e para ver porquê dessas diferenças entre os conselhos.

R – Sim. Nós temos condições de apresentar esses documentos. Eu vou até providenciar uma amostragem, porque o quantitativo é enorme de notificações que nós fazemos para a Covisa, e as respostas. E também demonstrarei o tempo, a morosidade, e há também aqueles de que nós não obtivemos resposta. Tem condição, sim. Só peço um prazo para apresentar.

P – Os profissionais representados pelo Coren têm uma posição privilegiada nos serviços de saúde. Eles ficam o maior tempo com o paciente, dentro da instituição, portanto, são observadores privilegiados das coisas positivas e das negativas que ocorrem ali. Então eu queria saber: os serviços de saúde aqui em São Paulo têm insuficiências? Quais são registradas pelos profissionais no Coren?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Bom, o principal problema... nós temos instituições de grande, pequeno, médio porte. Então a diversidade de instituições de saúde é muito grande. Mas, falando de uma forma mais generalista, principalmente na questão de urgência e emergência, de serviços especializados dentro dos hospitais, como UTI, serviço de hemodiálise, é bem comprometedora a questão do quantitativo de profissionais. E isto a gente

percebe na maioria dos hospitais. Então nós precisamos de um número maior de profissionais de enfermagem que atuem 24 horas. Nós temos também aqueles outros profissionais da saúde, como os médicos, fisioterapeutas, assistentes sociais, mas que estes não respondem diretamente nas 24 horas junto ao paciente. Então o quantitativo é um problema – o quantitativo de recursos humanos – e a questão estrutural.

O SR. PAULO FRANGE – Permite-me, Vereador Murad, só um aparte? Maria Angélica, primeiro, nessa mesma questão, antes de fazer um questionamento: eu não tenho a menor dúvida que, dos conselhos profissionais de saúde da cidade de São Paulo e do Estado, o Conselho de Enfermagem é um dos mais proativos; não fica apenas sentado, dentro de gabinete, aguardando denúncia. Vocês vão a campo, e nós conhecemos essa atividade de vocês há muitos anos. Então eu não tenho a menor dúvida. A permanência dentro do hospital, da enfermagem, realmente, como o Dr. Murad disse, é a maior entre todos os profissionais de saúde. Quem fica com o paciente é a enfermagem. E vocês têm informações realmente muito importantes. E há um limite que nós gostaríamos: o dimensionamento da equipe acaba ficando na responsabilidade de ninguém. Vocês têm a visão de um dimensionamento de uma equipe que está equivocado, que falta profissional, que falta, às vezes, o médico, que falta a assistência do fisioterapeuta, que falta a fisioterapia pulmonar dentro da UTI, que falta o fonoaudiólogo – o paciente que está com AVC não vai voltar a conversar nunca mais, porque não tem ninguém que faz nada. E vocês presenciam esse fato o tempo todo, e deve ser uma angústia enorme. A pergunta: quem é que fiscaliza essa atividade hoje? A responsabilidade deveria ser do diretor clínico e técnico do hospital. A responsabilidade, na verdade, é deles. Agora, vocês, quando anunciam uma irregularidade à Covisa, ela é só específica da enfermagem, ou esses desvios vocês podem também informar a Covisa, ou à própria administração do hospital?

R – Veja, primeiro nós fazemos uma visita, detectamos os problemas e notificamos a responsável técnica, que é a enfermagem. Ela deve ser o elo de ligação entre o Conselho de Enfermagem e a gestão hospitalar. Nós orientamos a questão do dimensionamento. Nós temos uma resolução para chegar a um número ideal de profissionais de enfermagem. Trabalhamos junto com a enfermeira, que é gerente, para apresentar para a gestão um número adequado. Então nós fazemos esse trabalho, e cabe à enfermeira apresentar ao diretor clínico, ao superintendente, seja lá quem for, que tem a competência de contratar os profissionais de enfermagem.

P – E quando o dimensionamento não é correto na enfermagem? Número de enfermeiros para número de técnicos, para número de outros profissionais ligados à enfermagem?

R – Isso. Nós notificamos a necessidade da contratação, e notificamos o gestor. Agora, normalmente fazemos uma reunião com o gestor, e negociamos um atendimento à contratação desses profissionais. Então veja...

P – Deixe eu colocar, Angélica, qual é a nossa angústia aqui: por absoluta teimosia, ignorância, inoperância, e todos os "in" na frente, a Secretaria de Saúde de São Paulo foi a última, talvez, do Estado, a aceitar a figura do técnico de enfermagem. Aceitou na marra. Na legislação do hospital municipal, só passou aqui quando eu briguei, pessoalmente, para enfiar o nome "técnico de enfermagem", porque eles não acreditam nisso lá. E depois, no reequilíbrio das carreiras, na mudança das carreiras, foi uma briga enorme, que foi parar lá dentro do Palácio. O Vereador Netinho estava lá, e lembra o tamanho de desaforos que nós tivemos que falar um para o outro para poder fazer o pessoal engolir a figura do técnico de enfermagem. Pasme: o mundo inteiro já tem há mais de 50 anos, 20 anos. A Itália deixou até de ter – hoje só tem enfermagem. E nós, aqui, brigando para poder transformar o auxiliar que já tinha curso técnico, que estava em desvio de função, não era técnico e não recebia como técnico. Eu apresentei essa lei aqui, e foi vetada pela Prefeitura Marta Suplicy, porque alegou que não havia o quadro – o QSP – para poder incluir o técnico. E isso depois de um acordo com o Secretário da Saúde, Eduardo Jorge, que garantiu que precisava mesmo do técnico de enfermagem; era só colocar, e dava certo. A Prefeita vetou, à revelia do Secretário. Eu achei que o outro governo que ia entrar ia aceitar o técnico, felicíssimo. Pelo contrário: engoliu, e eu não sei se até hoje tem. Como é que está a situação do técnico de enfermagem no quadro da rede pública municipal?

R – Veja: hoje nós temos um contingente de técnicos de enfermagem suficiente para atender a demanda...

P – Na rede pública municipal?

R – A demanda da rede pública. O que nós temos hoje, o panorama atual, é que a maioria dos auxiliares de enfermagem que, hoje, estão nas instituições já são técnicos; porém permanecem com...

P – Mas não recebem como técnico; estão em desvio de função.

R – Não recebe como técnico, e acabam fazendo desvio de função. Existe uma obrigatoriedade...

P – Eu sugiro, Maria Angélica, que vocês autuem a Secretaria de Saúde. É uma vergonha. O maior município do planeta não aceitar a figura do técnico de enfermagem, e ainda estar com auxiliar de enfermagem, mesmo em desvio de função. É um desrespeito ao auxiliar. O Secretário não gosta da gente. E nós, aqui, temos também... Não gosta da gente, não gosta da Câmara. Detesta o Parlamento; não pode ouvir falar no Parlamento. O mundo inteiro fala que o técnico de enfermagem tem que estar... Não aceita. É um negócio impressionante. Não dá para acreditar. Por que nós temos que massacrar a coitadinha da auxiliar de enfermagem – e aqui vai o "coitadinha" com muito carinho – que fez o curso técnico, carregando filho no colo, e aí nós não permitimos a essa moça receber como técnica que é? Eu trabalhei muito fora de São Paulo; me lembra muito os hospitais do Nordeste. Continua tudo ainda com atendente, mesmo depois de ter extinto. Lá no Nordeste tem. É que o Conselho de Enfermagem de São Paulo é uma casta, dentro da enfermagem do Brasil, completamente diferente. Nós aqui somos o primeiro mundo do Brasil mesmo. E aqui, Vereador Aurélio Miguel, V.Exa., que é um homem que gosta muito de fiscalização, nós tínhamos que aprender a fiscalizar no Conselho. O Conselho, eu não sei como está agora, quando implantou, eu vi com muito entusiasmo, junto com a Ruth Miranda, um *palm top*. Ele é carregado pela manhã. O fiscal sai à rua com quem tem que fiscalizar e que itens tem que perguntar. E só passa de um item para o outro quando preenche o anterior. Então chega e diz: "Tem responsável técnico?" "Tem". Aí aperta, coloca o nome: ela não está inscrita no Conselho. "Pau" na instituição. Até se a anuidade está paga ou não está ali. É um critério impossível de ter jeitinho, de ter corrupção. Esse mecanismo que vocês criam no Conselho, de fiscalizar, quando eu fui ver, com o *lap top* na mão, é tudo o que nós gostaríamos que a rede pública tivesse nos seus fiscais das subprefeituras. Aí eles não iam deixar de fiscalizar o amigo e fiscalizar só o inimigo. E volta, viu, Vereador, com tudo carregado. E aquilo vai. Aquilo é sorteado pela manhã. Eu não sei se continua desse jeito ainda.

R – Sim, continua.

P – Mas é um dos melhores instrumentos de fiscalização que nós temos no Brasil. Nasceu de vocês. E o que vocês têm na mão nós não temos no Município, nem nas subprefeituras, nem nos hospitais, nem no Conselho de Medicina, nem em nenhum outro conselho. Só vocês tiveram coragem de agir desse jeito.

Eu acho que esse modelo tinha de ser apresentado aqui em telão para que pudéssemos copiar de vocês o instrumento que vocês têm na mão. É uma das mais fantásticas ferramentas de fiscalização que nós já vimos. Aqui não tem jeitinho, não tem amigo, não tem inimigo, não tem perseguição e não tem política. Aqui fiscaliza mesmo.

É por isso que eu acho que o Município tinha de passar por um pente fino desses.

O SR. JAMIL MURAD – Um aparte, Vereador?

O SR. PAULO FRANGE – Tem técnico de enfermagem? Tem. Está como auxiliar de enfermagem? Pau.

O Município vai recorrer das multas, vai ficar brigando 20 anos, mas tem de ser autuado.

A SRA MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Claro.

O SR. JAMIL MURAD – Um aparte, Vereador?

Com essa descrição das qualidades do Coren, da instrumentalização, da organização – que eu endosso e fico satisfeito de divulgar isso, como o Vereador Paulo Frange –, gostaria de saber, então, como é que está, aqui no Município, o número de profissionais: se está adequado, desde a UBS até pronto-socorro, os prontos-socorros municipais que atendem. São 11 milhões de municípios que dependem, em certa urgência, do pronto-socorro municipal. Qual é o número de enfermeiras, técnicos de enfermagem, auxiliar de enfermagem? O número é adequado? Qual o aparelhamento que tem ali? É adequado ou não? Quais são as informações, já que existe um sistema de fiscalização de como o profissional está funcionando, quais são as suas... O cumprimento do seu dever, como que

é?

A SRA MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Então, nós temos um sistema informatizado de controle do número de profissionais de enfermagem em cada instituição. Isso é atualizado diariamente. Então, quer dizer, ... Isso de todas as instituições do Estado de São Paulo.

Mas, falando da Cidade de São Paulo, ...

O SR. JAMIL MURAD – Sim.

A SRA MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – ... Eu tenho, nesse sistema informatizado, o número de profissionais que ali atua hoje e qual a condição dele em relação ao Conselho, se está regularizado, a categoria profissional, tudo isso.

O SR. JAMIL MURAD – Eu gostaria que a senhora descrevesse quais as situações anômalas, ...

A SRA MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Sim.

O SR. JAMIL MURAD – ... Porque a Câmara tem que fiscalizar para corrigir.

R - Claro.

P - ... Para melhorar para a sociedade

Então, quais as situações insuficientes...

R - Críticas.

P - ...Críticas, problemáticas?

Então, eu queria que a senhora descrevesse, já que tem esse conhecimento real.

R - É, veja, se a gente for levantar hoje, levantar um hospital municipal ou um pronto-socorro, vamos dizer assim, analisando rapidamente, eu vou dizer: "O número de profissionais atende aquilo que é colocado por lei - tá?". O dimensionamento está adequado? Está.

Mas nós não podemos esquecer que existem férias, licença médica, faltas. O número de faltosos dentro do sistema público é muito grande. Então, veja, não é suficiente. Aqueles que a gente já entende que o número é adequado. E nós temos aquilo que está... Aquelas instituições que estão aquém, que realmente não cobrem, não têm enfermeiros 24 horas, não têm enfermeiros em todas as unidades especializadas dentro de um hospital.

Então, veja, eu tenho enfermeiros respondendo por três unidades, por três setores diferentes. Como que um enfermeiro pode atender a 50 pacientes? Como que ele vai fazer a consulta de enfermagem? Eu não tenho. Eu só não vou dizer aqui para vocês, eu não vou pontuar um hospital específico, um pronto-socorro específico. Mas nós podemos apresentar, sim, uma situação, quer dizer, analisando aleatoriamente alguns ambulatórios, prontos-socorros e hospitais. Podemos fazer por amostragem como é que isso acontece. E que foram notificados. E, complementando aquela questão de como fica, se é o gestor o responsável. Então, se o enfermeiro, que é o técnico, faz o dimensionamento, coloca qual é o número ideal de profissionais que deve existir, e este gestor não atende, nós comunicamos o Ministério Público. Então, ele tem que se entender com o Ministério Público.

O SR. JAMIL MURAD – a Covisa tem tomado providências? Por exemplo, está faltando profissional ali. A Covisa tem tomado providências

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Ela aponta isto, e como nós temos, nós fazemos isso, é rotina. Toda a vez que nós comunicamos à Covisa, nós comunicamos à Promotoria Pública, e a Promotoria Pública nos dá um retorno muito bom. Quando ela nos chama para entender melhor a situação, a Covisa nos acompanha também.

P – Porque o administrador tem que funcionar. Ele está ali para isso.

R – Sim.

P – Independente do Judiciário. Quando chega no Judiciário, é porque as outras etapas falharam.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Murad...

O SR. JAMIL MURAD – Então, precisa da Promotoria para corrigir isso? É a pergunta que eu faço.

O SR. PAULO FRANGE – Só na pergunta dele. A interferência do empregador é muito grande. O empregador não quer contratar a enfermagem, não contrata. O administrador, o diretor clínico não tem capacidade de obrigar a administração do hospital em responder por essa situação, ou seja, contratar. O diretor técnico...

R – Sim.

O SR. PAULO FRANGE – Ele pode fazer isso, deve. É responsabilidade dele. No caso do diretor técnico, ele é não eleito pelo corpo clínico. A representatividade do diretor técnico, dentro do hospital, é nenhuma. Ele é empregado da administração.

R – Isso.

P – Eu fui diretor clínico 16 anos, eleitos, sucessivamente, todos os anos, e representava o interesse do hospital. O diretor técnico, quando entrou, era um empregado da administração. Então, nós levávamos o problema, e ele não resolvia. Então, o diretor técnico, viu, Vereador Aurélio Miguel, funciona assim: ele é empregado da administração, e cumpre normas. Aqui o interesse do empregador é muito grande. Se ela pedir mais cinco enfermeiros, não sai. Al, só com o Ministério Público. Vocês têm termo de cooperação com o Ministério Público?

R – Temos.

P – Al, Vereador Aurélio. Um bom momento. As informações de vocês, junto à troca de informações, com o Ministério Público, de entidades que não atenderam aquilo que vocês solicitaram, se encaminhar para a gente, nós vamos, pessoalmente, lá, fazer cumprir.

O SR. JAMIL MURAD – Vamos solicitar, por escrito.

O SR. PAULO FRANGE – Solicitar. Nós vamos...

O SR. JAMIL MURAD – Nós estamos solicitando.

O SR. PAULO FRANGE – A CPI pode ir.

R – Sim, acho que só vem a colaborar.

P – O Vereador Aurélio tem uma dúvida aqui. No caso, por exemplo, os hospitais hoje, com relação à Covisa, eles têm uma distância, porque essa é uma instância de trabalho da Vigilância do Estado, e a Covisa tem uma barreira de chegar até lá, uma dificuldade de chegar até lá. Vocês, não. Vocês fiscalizam hospitais do estado e do município, não é?

R – Sim.

P – Então, nós podemos, tranquilamente, via Coren, buscar essas informações e poder checar.

O SR. JAMIL MURAD – Hoje, os jomais, os jomais, não, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulga uma matéria positiva de um hospital, que mudou de proprietário há dois anos, e passou de balanço negativo para positivo, e, então, divulgava, como um trunfo de eficiência, que teve um lucro de 36 milhões de reais nesse ano de 2009, 36 milhões. Então, a gente sabe que existe uma lógica do lucro, uma lógica, mesmo quando é serviço público, que não funcionaria na lógica do lucro, mas o administrador procurar economizar numa determinada área, para aplicar o dinheiro em outra área. E onde costuma economizar? Muitas vezes, no número de profissionais, na qualidade dos profissionais, na remuneração do profissional. Eu trabalhei em hospitais, onde a enfermeira cuidava de três andares, um hospital enorme, de mil leitos. A auxiliar de enfermagem cuidava de uma ala de 70, 80 doentes, sozinha, distribuindo os comprimidos, medindo a temperatura, medindo a pressão do doente, a noite inteira, dessa forma. A noite inteira, dessa forma.

Então, eu quero saber, pela informação da representante do Coren, a Dra. Maria Angélica, qual é essa situação aqui. Existem serviços de saúde que estão com o número de auxiliar de enfermagem, de técnico de enfermagem e de enfermeira menor do que o necessário?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Olha, sem dúvida. É difícil eu apontar um hospital que não tenha esse problema. Agora, também é muito complicado, porque depende de concurso público, depende... Nós não podemos simplesmente trabalhar sempre com a contratação emergencial - que tem essa saída, nós sabemos, mas que não realmente atende aquilo que a gente precisa.

Nós precisamos é de uma força de todos os órgãos empenhados em resolver esse problema. Nós precisamos disso, porque é muito complexo. Foi o que o Dr. Paulo Frange disse, que o diretor técnico, ele está, hierarquicamente, subordinado à Secretaria de Estado da Saúde. E a Secretaria de Estado da Saúde tem de cumprir todos os seus papéis, no sentido de fazer uma contratação lícita, através de concurso público e isso é moroso, nós sabemos disso.

O SR. JAMIL MURAD – Mas a senhora acha que, por exemplo, o Secretário de Saúde, por exemplo, do Estado está há mais de 12 anos aí, não é? Então, essa morosidade vai até quando? Não dá para prever ou planejar?

R – É, a gente tem trabalhado nesse sentido. O Coren trabalha no sentido de...

P – Então, dá para justificar? A pergunta que eu faço é: dá para justificar a dificuldade de fazer concurso quando o gestor é o mesmo há muitos anos? Pergunto. R – Ai nós podemos dizer que... Da necessidade.

Agora, como tratar essa questão, já dentro da própria Secretaria de Estado, tem de partir dos gestores. Nós, enquanto técnicos, temos a competência e a obrigação de mostrar as falhas. Nós, a partir do momento que nós tomamos conhecimento dos problemas, não podemos segurar isso...

P – A pergunta que eu faço...

R – ... Nas nossas mãos.

P – A pergunta que eu faço para a senhora é a seguinte: "A senhora acha que há eficiência do gestor estadual para responder a essa necessidade de profissionais nos hospitais?"

R – Veja, eu não posso, aqui, analisar a competência da Secretaria.

P – Não, aí, é aritmético. É aritmético.

R – Eu vou dizer o seguinte: ...

P – Existe um problema...

R – ... Não atende aquilo que é necessário. É o que eu posso lhe dizer. Ainda não está atendendo.

Mas nós, por exemplo, nós tivemos um problema muito sério aqui em São Paulo que é a questão do SAMU. O SAMU estava com um número deficitário de profissionais. Foi feito o concurso. Estão sendo chamados esses profissionais, sendo treinados. Mas eu tenho acompanhado muito de perto, porque isso foi junto à Promotória também, junto ao Coronel Wilker, que responde pelo serviço aqui em São Paulo, e a gente percebe, sim, uma dificuldade. Quer dizer, foi feito o concurso; existe uma morosidade para ser chamado; depois, tem a questão de que os profissionais também não acatam muito a questão do serviço público, porque eles têm outros empregos.

Não sei se vocês viram uma matéria no jornal, de quantos leitos estão sendo criados aqui em São Paulo, na rede privada. E eles acabam indo para a rede privada, pelas condições colocadas pelo Estado.

O SR. JAMIL MURAD – Doutora, doutora, o CRM, o Conselho Regional de Medicina, na semana passada, falou aqui que, no Município de São Paulo, existe um médico para cada 200 habitantes. Quer dizer, esse número é excepcional. Não existe outro lugar que tenha tanto médico para cada habitante.

Se falta esse tipo de profissional, na unidade, no hospital, ou no pronto-socorro, ou no SAMU, se falta esse tipo de profissional, não é porque não existe no mercado, é por inépcia em oferecer condições para aquele profissional aceitar o emprego.

R – Com certeza.

O SR. JAMIL MURAD – Obrigado.

R – Isso aí é muito claro para nós.

P – Essa declaração é muito importante.

R – É muito claro para nós...

P – É uma inépcia da Administração para suprir de profissional...

R – É muito clara para nós a deficiência do profissional enfermeiro e do profissional médico, principalmente nas unidades de periferia, mais distantes e mais necessidades. Então nós temos, na cidade de São Paulo, este problema grande. Nós precisamos fixar esses profissionais na periferia. Nós precisamos atender a Grande São Paulo.

P – Quais são os problemas para fixar?

R – Olha, a questão de transporte, a questão salarial, a questão de segurança – a gente vê depoimentos de profissionais que não aceitam por falta de segurança nessas unidades. Então, veja...

P – Uma pergunta que eu faço: quando você tem a AMA num local desse, consegue pôr o profissional ou não?

R – Sim.

P – É mais fácil ou não?

R – Olha, o que tem facilitado para pôr os profissionais nos AMAs é a questão das OSs, que aí ela...

P – Por que é mais simpático, ou tem algum fator material?

R – Tem um fator estrutural, que as AMAs estão bem estruturadas. Existe o fator salarial.

P – Ah, o fator salarial.

R – Salarial. Por um outro lado, a gente vê que sim, que há um grande número de profissionais sendo colocados nesses AMAs, mas que existe uma rotatividade grande, que isso também vai...

P – Por que da rotatividade?

R – Porque, veja, ele aceita aquele emprego. A partir do momento que é oferecido algo melhor, ele acaba indo para um hospital privado, em outras condições, mais próximo de casa, e assim por diante. Mas o grande problema aí é a questão da distância, transporte e segurança. Olhe, entra o fator salarial? Entra. Mas eu vou dizer para vocês: é muito mais grave a segurança e o transporte do que propriamente salarial.

O SR. PAULO FRANGE – Doutora, acho que esse assunto a gente pode deixar, porque vou falar agora do alto de 35 anos como médico. Eu não faria o que eu fiz até hoje em hipótese nenhuma na vida. Eu acho que o Vereador Jamil, hoje, se fosse voltar atrás, não daria para imaginar... O médico começa a vida por volta dos 30 anos. Basta observar as médicas, que estão começando a vida, tendo o seu primeiro filho, aos 32, 33, 34 anos de idade, bem diferente do que a população normal. Tem que se formar, tem que fazer seis anos, mais quatro de residência, e começar a vida em algum lugar. E aí você começa a vida ganhando dois contos. Não dá. Real não existe. Conto não muda nunca – desde Anchieta até agora não mudou a moeda. Então, com esse dinheiro, nós não podemos exigir que o médico vá para a periferia, que a enfermagem, que tem a mesma formação nossa hoje, a mesma estrutura, o mesmo tempo, a mesma técnica de aperfeiçoamento, ano a ano... Quem tem filho em casa: eu vejo a minha, e vocês devem ter filhos fazendo medicina, enfermagem, em casa. É uma dedicação. Não tem sábado, não tem domingo. Muda o perfil completamente, e aí você, depois, quer pagar para ele uma miséria, e mandar ele lá para o Itaim Paulista, correndo risco de vida para ir, para voltar, a 50 quilômetros de casa, e aí diz que tem que obrigar o médico a ficar lá. Aí ele deveria morar lá. Mas lá, pelo Plano Diretor da Cidade, nós não temos apartamento de três dormitórios. O médico precisa de um dormitório só para juntar a muamba dele. Tem tudo lá: aparelho de pressão, estetoscópio, livro, computador, chapa dos doentes. Não adianta, não tem. E o próprio Plano Diretor da Cidade inviabiliza a presença do médico de Itaquera para a frente da zona Leste, e de Santo Amaro para baixo. Qual é o médico que mora na Capela do Socorro? Nenhum. Se é que mora lá, talvez tenha tido uma opção, por algum lugar perto da represa. Não tem condição de levar o profissional de saúde para onde não tem onde ele morar. A mesma coisa aconteceu quando nós queríamos levar médico para Tocantins. Ficamos brigando um tempão, até que descobrimos que tinha médico em Cuba que topava ficar no Tocantins. Quando virou um Eldorado, aí todo mundo queria ir para Tocantins; expulsaram os cubanos de lá. Então isso acontece aqui. Eu acho que esse assunto é mais ideológico, é filosófico. Nós não vamos conseguir. Eu não sei se hoje você resolveria só com o salário, porque pesquisa do Conselho Federal de Medicina, de 1996, mostrou que apenas 4% dos médicos do Brasil fariam greve por melhores salários. Trabalhariam, mesmo com o salário

insuficiente. Mas eles não gostariam de trabalhar sem condições mínimas de trabalho. Então, Vereador Jamil, quando você vai dar um plantão lá na zona Leste, lá no extremo sul, a primeira coisa que acontece no pronto-socorro, na AMA, é que o laringoscópio não tem pilha. E quando tem pilha, a luz dele está queimada. E aí, na hora de intubar um paciente com parada cardíaca, não tem como fazer, e o paciente morre na sua frente, à mingua. Você, com a arma na mão, sem munição. Ele não volta lá mais. Então nós temos que dar para o médico o mínimo de condição de estrutura. Você coloca numa UTI e chega lá ele tem um Bird Mark 7, a pressão, e ele sabe que, com aquilo ali, o paciente vai morrer, ele precisaria de um Bird Volume, e aí não tem; um hospital da OS tem. Aí você vai na Cidade Tirantes, ou vai ao Hospital do Einstein, no M'Boi Mirim, aí tem tudo. Aí o médico se fixa lá. Outra coisa que falta, só para encerrar, é que a presença do aluno da medicina dentro dessas unidades traz uma nova capacidade de absorção do médico, porque ele tem que estudar para poder trocar ideia, para poder ensinar. Isso faz parte da formação do profissional de medicina e de enfermagem. Imagina se você tivesse estagiário acompanhando a enfermeira, acompanhando o médico. Nos hospitais que tem, a qualidade é muito superior. Por isso que todo hospital-escola é melhor do que qualquer hospital privado – não tenho dúvida. Vejam a Santa Casa. É tão importante que, no entorno de um hospital, criaram uma escola de medicina. É o único exemplo que tem no Brasil – mas começou assim. Lá não começou com uma universidade. O M'Boi Mirim, hoje, os estagiários da Unisa estão lá, os alunos. Mudou o perfil do hospital. Mudou completamente. A Fundação ABC, vai lá para ver. A presença do aluno faz com que o profissional tenha outra postura, não falte, não atrase, porque ele tem que dar exemplo. Então eu acho que nós trabalhamos em cima de uma situação bastante delicada, e esse assunto acaba não sendo objeto desse assunto.

O SR. JAMIL MURAD – Muitas vezes, se comparam coisas que não são comparáveis. Se eu pego o Pronto-Socorro de São Miguel Paulista, que existe... A minha irmã mora a meio quarteirão do Pronto-Socorro há muito tempo; os filhos dela já são moços, já têm netos. Então eu conheço ali. Então eu fui lá fazer uma visita à diretoria. Então faltam quase 100 médicos, faltam profissionais da enfermagem, faltam aparelhos. Quer dizer, nos fomos no Hospital de Itaquera: um teto que tinha caído em cima da enfermaria dos doentes psiquiátricos. Caiu o teto. Aí perguntamos para o diretor. Fazia um ano que tinha caído; hospital municipal. Aí eu falei: "Quanto que fica esse conserto?" "Ah, 250 mil reais". Para isso não tinha dinheiro. Então o Hospital de M'Boi Mirim, que está lá, primeiro, não recebe qualquer um; tem que ser encaminhado, Pronto-Socorro recebe, mas, para internar, tem que ser só doente encaminhado. Muito bem. Segundo: não falta dinheiro. Aí a Secretaria de Saúde repassa para o Hospital Alberto Einstein um determinado dinheiro; a Fundação do Alberto Einstein, um determinado dinheiro, e não falta dinheiro lá. Agora, para o diretor do Hospital de São Miguel Paulista, da Administração Direta, falta tudo. Primeiro que é um prédio de mais de 40 anos, e o outro é novinho. O novinho não gasta com manutenção, com consertos elétricos, encanamento, etc. O outro tem um prédio com mais de 40 anos. Então tem todas as deficiências, e gasta uma parte do dinheiro com aquilo. E eu também acho o seguinte: é impossível...

Tenho dito o seguinte: você está precisando de um profissional de informática. Ofereça 510 reais por mês, um salário mínimo para ele. Você ficará um ano inteiro divulgando no jornal que você quer o profissional de informática e não vai contratar. Assim também é um médico, uma enfermeira. Não vai contratar. Ou se contrata e, depois de dois, três meses, arruma algo melhor, e vai embora. Então, numa sociedade que tudo é comprado, a pessoa precisa de meios para sobreviver, não adianta falar que vai trabalhar por um salário insuficiente, até indecente.

O SR. PAULO FRANGE – Deixe-me só entrar na questão técnica para a gente poder continuar. Se alguém souber de algum hospital público onde o plantonista tenha café quente na garrafa térmica, me avisa que eu quero ir lá tomar um golinho, porque os que eu tenho tomado nos últimos 30 anos são gelados. E as delegacias funcionam do mesmo jeito. Só tem um cafezinho melhor porque geralmente o vizinho da frente faz e traz para o delegado. Quem duvida disso, vai comigo até a zona Leste e mostrarei os distritos onde só tem café quente porque tem na frente. Então, nem condição mínima de tomar café à noite para ficar acordado o coitado não tem e a enfermeira também. Falta tudo, ou seja, há um desrespeito muito grande. Como é que nós queremos que esse pessoal retribua em carinho? Eu vou fazer uma pergunta para a senhora com relação à Portaria CVS 4, de 2005, que atualiza e institui formulários de notificação e comunicação de suspeita de reação adversa a medicamento e a desvio de qualidade de medicamento. Tem que ser comunicado ao Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde – São Paulo, quando se têm alterações nocivas à saúde e alterações que envolvam a qualidade dessa medicação. Como estão essas notificações? Passam por vocês essas notificações, ou seja, há alguma informação a respeito de medicação que tem problema de qualidade, medicação que está vencida dentro do próprio hospital, suspeita de reação adversa de medicação?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Esse problema não é da nossa competência, mas em algumas visitas que fazemos encontramos sim medicamentos vencidos, inadequados; falta de controle de medicamentos psicotrópicos.

O SR. PAULO FRANGE – A condicionamento irregular, molado em cima, caixa aberta.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Exatamente. Então, nós temos várias situações relacionadas aos medicamentos mal acondicionados, e tudo mais.

P – O Vereador Aurélio já fez essa investigação em São Paulo e encontrou bastante. Vocês notificam a Covisa nesse caso?

R – Notificamos. Não só a Covisa como também o Conselho de Farmácia, porque nós trabalhamos também em parceria com todos os outros conselhos. Não é raro de acontecer a questão dos medicamentos. Dentro dessas questões estruturais que foram ditas, não nos compete ver a parte estrutural, mas quando ela interfere no trabalho do profissional de enfermagem, aí cabe a nós. Então quando nós entramos numa instituição onde o teto caiu e continuam lá os pacientes, estes estão em risco de vida, interfere no nosso trabalho, que é o cuidado. Como é que eu cuidarei do paciente se eu sei que pode cair mais um pedaço dessa cobertura em cima dele. Então nesses casos nós trabalhamos.

P – Então, vocês participam da CCIH?

R – Sim.

P – Quando vocês têm o aumento do percentual de infecção hospitalar, qual é a conduta do Conselho?

R – Normalmente, nós solicitamos para a Comissão nos comunicar qual é o índice, e se há controle, porque o que mais acontece não é que o índice está alto, é que não se tem esse índice. Isso é mais complicado. Então nós notificamos o enfermeiro, que faz parte, que é de interesse, e ele tem que participar, ele tem que estar atento para isso.

P – E se já saiu da luz amarela? Ou seja, já está em risco o atendimento à população?

R – Nós fazemos uma comunicação imediata à Vigilância Sanitária. Imediata.

P – Comunica quem?

R – A Covisa.

P – Isso tem acontecido?

R – É rotina. Para nós, Conselho de Enfermagem, é rotina.

O SR. JAMIL MURAD – Nós solicitamos, e encaminharemos por escrito, cópias de comunicações dessa situação que a senhora descreveu, e a resposta da Covisa.

O SR. PAULO FRANGE – A gente não consegue... Só é pego de surpresa, porque geralmente só ficamos sabendo disso quando a Globo noticia que algum hospital foi fechado por problema de infecção.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Eu quero discordar de uma fala aí, que o médico, não só pelo fato do salário ser baixo, ele não vai para a periferia porque não tem segurança. Precisa ver qual é a segurança, porque tem aqueles que têm medo de atender dentro do consultório de uma periferia ou se é a segurança no trânsito, e assim por diante. Por que eu digo isso? Conheci um médico que morava em Santo Amaro e ele trabalhou três anos na UBS do Jardim Romano, sem falhar um dia. E o carro dele era uma Ferrari. E nunca foi dado pelo menos um risco na Ferrari dele. Ele foi embora, deixou a UBS, porque o pai dele morava em Minas Gerais, ficou doente, e ele tinha que cuidar do pai dele. E ele ia todos os dias trabalhar lá. Então, eu imagino... Porque, na saúde, é a mesma forma... não está em discussão a educação. Mas, por exemplo, eu tenho testemunho de professores que vão dar aula e depois dizem que estão com dor de cabeça e vão jogar bingo. Então, eu acho que o quer precisa é, de ambas as partes, do Governo e dos próprios profissionais, é o compromisso e a responsabilidade.

Queria dar uma informação: a Comissão de Saúde esteve essa semana no Hospital do Tatuapé, e uma das questões muito discutidas lá foi a questão da maternidade, que foi fechada, aleatoriamente, o Governo fechou por conta. Segundo ele, tinha pesquisa, mas não apresentou pesquisa. Disse que o Hospital do Tatuapé não tinha demanda de parto, parturiente.

O SR. JAMIL MURAD – E é parto de alto risco.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – E outra questão que foi debatida muito lá foi a queda do teto do centro cirúrgico. E nós conversamos com o Diretor do Hospital, e ele disse o seguinte: ele tem uma verba de 30 mil reais por mês para gastar dentro do hospital, só que tem uns itens que ele pode gastar, tem outros itens que ele não pode gastar. Então, eu acho que nós devemos discutir a questão do Orçamento na Cidade, para poder agilizar. O Hospital de Ermelino Matarazzo está com os elevadores todos quebrados, e para a reforma do hospital tinha o dinheiro. Ficou um ano lá para descobrir que eles não podiam contratar obra com mais de 150 mil reais. Demorou um ano para descobrir e depois mandou para o órgão competente para poder licitar a obra. E nesse meio tempo, como fica o povo? Então, eu acho que a gente tem que discutir esse ponto. Mas eu queria fazer uma pergunta para a doutora: vocês têm acompanhado as AMAs, fiscalizado as AMAs e os PSFs?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Sim, temos trabalhado com isso, sim. Então, isso é rotina. Nós não esperamos que aconteça alguma coisa. Não trabalhamos em cima só de denúncias, nós trabalhamos com uma fiscalização de rotina. Então, temos ido, sim.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – E quanto à AMA e ao PSF, vocês têm encontrado alguma irregularidade, ou está funcionando tudo bem?

R – Veja: a equipe do PSF tem correspondido quanto ao número mínimo de profissionais, tem feito um trabalho bom. É lógico que a gente sempre encontra um problema aqui, outro ali. Estou falando da cidade de São Paulo,...

P – São Paulo.

R – ... porque temos o PSF do interior. Mas, de uma maneira geral, PSF é um bom trabalho, e os AMAs estão bem equipados em relação ao que nós encontramos nas UBSs. O AMA está mais equipado, tem um número melhor de profissionais de enfermagem. Nós entendemos que o AMA é o pronto atendimento, e o que entendemos é que precisamos reforçar a questão das UBSs e PSF justamente para trabalhar preventivamente, e é o que é muito difícil de a gente encontrar hoje. Acabamos trabalhando com a questão pontual, já com o problema da saúde. Então, precisamos voltar os olhos para a prevenção. Se o AMA está equipado, a UBS também tem que estar equipada. A UBS tem que ser valorizada. Veja: o AMA tem enfermeiros, tem sempre mais de um enfermeiro, sempre tem três ou quatro enfermeiros, enquanto a UBS tem um enfermeiro por unidade trabalhando seis horas. É muito pouco. Quando ele sai para fazer uma visita domiciliar, não fica ninguém no lugar dele. Então, que trabalho preventivo pode-se fazer dentro de uma UBS, dessa forma? Precisamos de um maior número de enfermeiros nas UBSs, que são a porta de entrada, que é o trabalho preventivo, onde são instalados todos os programas de saúde: saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso. É aí que nós temos que dar um enfoque maior.

P – Obrigado.

O SR. JAMIL MURAD – Obrigado, Vereador Zelão. Dra. Maria Angélica, é muito sério, isso. Nós temos em torno de 430 UBSs no município de São Paulo, dirigidas pela Secretaria Municipal de Saúde, e as AMAs são em torno de 115. Quer dizer que a maior parte da rede instalada está funcionando de maneira precária, pela sua opinião, pela sua observação, porque a senhora tem dados.

R – Sim.

P – Há um enfermeiro enquanto deveria ter três ou quatro. É isso?

R – É isto. Veja: todos os programas...

P – Porque nós temos UBS em local com segurança, em local que tem metrô. Ou não?

R – Temos. Com certeza, temos.

P – E a situação de alocação de profissionais é insuficiente. O que é isso? É inépcia, é incompetência do administrador, ou má vontade. Ou má vontade do administrador. Ele não quer colocar a rede para funcionar. Quer dizer, ele abandona a UBS e patrocina a AMA.

R – Veja: todos esses serviços são importantes.

P – Não sou contra a AMA, quero que ela atenda a nossa população.

R – Sim, eu também sou.

P – Mas o problema é que existe uma posição ideológica contra a estrutura oficial do sistema de saúde mais tradicional, que é a Unidade Básica de Saúde. A AMA é um pronto atendimento e deveria estar vinculada a uma UBS, que teria mais profissionais e marcaria as consultas dali para a frente; mas foi montado um sistema para fazer o pronto atendimento, e depois deixam o paciente, porque ele dependeria da UBS. A UBS está insuficiente, ela tem um enfermeiro enquanto deveria ter três ou quatro. Se formos analisar o número de médicos, é a mesma coisa. Então, o indivíduo vai marcar consulta na UBS, Vereador Aurélio Miguel, e ele não consegue, mas ele teria que passar na UBS para marcar na especialidade. E se for um câncer? Se for um câncer, o tempo passa e a doença fica incurável. Então, essa medida, essa posição ideológica de dar força para a AMA e abandonar a UBS é uma posição ideológica que afeta e prejudica a nossa população.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Jamil Murad, posso fazer alguns questionamentos? Angélica – agora, já é pedido de ajuda -, essa história já foi tratada há muitos anos. Há um bom tempo, já foi tratada na Secretaria de Educação, com Estado, e com a vossa Presidente, Ruth Miranda, no momento em que ela estava bastante a frente desse processo. As creches do Município têm um número muito grande de crianças com dois anos e onze meses. Agora, temos que ter o auxiliar de enfermagem, o técnico de enfermagem dentro desse corpo funcional para que possa prestar os primeiros socorros no caso de engasgo, que possa orientar a medicação dessas crianças etc. Havia um problema, que era como pagar esse profissional, já que o *per capita* que se paga para essas creches praticamente não cobre o custo. Depois, tentaram ajustar esse valor, quando nós nos deparamos com uma decisão importantíssima do Conselho de Enfermagem – não somos contrários – de que quanto nós temos o técnico de enfermagem numa determinada atividade, é preciso que tenha a supervisão de uma enfermeira. E, aí, não cabe no orçamento das CEIs, das creches, o salário de uma enfermeira supervisora.

Levamos esse assunto para a Educação, que não resolveu, que passou para o Estado, que não resolveu, e o Conselho de Enfermagem também não abre mão disso, até porque acho que não tem que abrir mesmo. É uma decisão que cumpre uma hierarquia, e a técnica tem que estar mesmo subordinada a uma supervisão de enfermagem. Nós tentamos inúmeras soluções do "jeitinho" para resolver isso. Por exemplo, que pudesse ter uma enfermeira que pudesse ser supervisora de um grupo. Tentamos fazer isso junto à Secretaria de Saúde, onde uma enfermeira poderia supervisionar um grupo de creches perto, num raio de ação onde ela pudesse ser a supervisora desse pessoal, pudesse acompanhá-lo. Nós não conseguimos ainda encontrar.

Isso ainda não é uma pergunta. Vou passar a você esse problema para que agora, à luz de uma nova realidade – as coisas vêm mudando muito -, encontre, conosco, uma situação para conciliar a obrigatoriedade da supervisão – que nós entendemos como legítima – com essa situação da Secretaria da Educação. Porque a Secretaria da Educação não consegue falar com vocês, tem dificuldade de sentar à mesa, tem dificuldade de sentar com o Estado, porque a enfermagem poderia estar, como está, distribuída na cidade – tanto estado como município – nas mesmas regiões. Então, poderíamos ter uma enfermeira que pudesse supervisionar a atividade dessas creches. Nós estamos falando de creches conveniadas e diretas, que são muito mais do que mil. Então, teríamos que achar um mecanismo.

Hoje, Vereador Aurélio, essa situação não está resolvida. Nós temos o técnico, nós temos o profissional habilitado para poder resolver, mas ele está sem supervisão. Então, depois, nós vamos tentar encontrar um caminho. Não sei como você pode nos ajudar nisso, mas nós precisamos resolver essa situação junto à Secretaria de Educação e junto ao Coren. Você tem alguma sugestão para isso? Eu gostaria de ter, de vocês, uma sugestão sobre como é que nós desataríamos esse nó. Porque se for para esperar a Secretaria de Educação encontrar uma saída com vocês, nós não vamos encontrar, porque desde quando nós começamos a tratar esse assunto, até hoje não evoluiu.

R – Realmente. Esse tempo todo em que eu estou no Coren, a gente tem tentado uma conversa com a Secretaria de Educação a respeito das creches e temos

conhecimento de como isso está acontecendo. Mas, veja: sempre esbarramos na lei do exercício profissional, que diz que o profissional técnico, que é o auxiliar de enfermagem, deve trabalhar sob supervisão do enfermeiro. E isso é importantíssimo para nós porque estamos trabalhando com crianças. Não dá para haver uma supervisão a distância porque a criança fica doente naquele momento, ela precisa da assistência imediata, ela precisa de uma avaliação; e o técnico e o auxiliar de enfermagem não estão preparados ou não têm essa competência para avaliar uma criança, quais as condições dessa criança. Então, não conseguimos chegar a um acordo por conta disso.

Agora, a única saída que eu vejo, pelo número que nós temos de equipes de PSF em cada região, é essas equipes – nada mais justo – darem essa assistência às creches. É uma questão de parceria, já que essas creches são do município. O PSF é do município. O PSF é para atender não só os domicílios, mas toda a sociedade. Então, nós temos que detectar...

P – Maria Angélica, o PSF passa na porta da creche e não entra.

R – Pois é, não entra.

P – Nós fomos lá levar essa sugestão.

R – Então, essa referência... Tem que existir essa proximidade.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - São Paulo só tem 32% de PSF, não tem nem 40% de PSF...

- Falas simultâneas.

R – Mas já podem ser utilizados.

O SR. PAULO FRANGE – A cobertura é bem ampla, Vereador. O que estamos colocando é o seguinte: se se resolver essa situação de o PSF entrar na creche... Porque é inconcebível imaginar que não entra. Eu passo por lá. Se a gente tiver essa oportunidade, nós vamos resolver...

R – Pelo menos parte do problema.

P – ... pelo menos uma grande parte do problema. Você sentaria para discutir esse assunto de novo?

R – Com certeza. Nós precisamos ter protocolos...

O SR. JAMIL MURAD – Isso é importante, Vereador Paulo Frange,...

O SR. PAULO FRANGE – O Vereador Aurélio está sugerindo melhor ainda: fazer aqui um encontro, um *workshop*, uma tarde, trazer as Secretarias de Educação e de Saúde e vocês, para que a gente pudesse encontrar o melhor caminho e solucionar de vez, porque esse problema fica parado. Vocês não têm que transgredir a sua regra, eu tenho certeza de que vocês estão certos. Agora, o que eu não consigo entender é como é que passa o PSF na porta e não entra.

R – O que a gente pode trazer para a Secretaria de Educação são situações com que nós já nos deparamos, que são críticas. Vira e mexe, a gente vê uma criança que acabou morrendo dentro da creche ou um acidente grave que veio a causar deficiências permanentes. Então, são coisas muito sérias, que a gente tem que trabalhar preventivamente, não depois que aconteceu. Então, se realmente a gente pode mostrar qual é a realidade, o número de denúncias que chegam para a gente, queixas dos pais em relação a essa assistência à criança e realmente trabalhar com protocolos, com parcerias, com referências, a gente precisa ter isso, sim.

O SR. JAMIL MURAD – Ainda nesse assunto, o *Diário de S. Paulo* noticiou nos dias 10 e 11 de abril – faz dois dias – a morte de um bebê de cinco meses numa creche clandestina na zona Sul.

O SR. PAULO FRANGE – Que funcionava há dez anos.

O SR. JAMIL MURAD – A creche era ilegal, funcionava há dez anos no Campo Limpo.

R – É grave, é gravíssimo. E, agora, como é que nós vamos saber como as coisas aconteceram? Vai haver uma investigação, e tudo, mas não podemos...

P – É importante essa proposta do Vereador Aurélio Miguel, comentada aqui pelo Vereador Paulo Frange, que é a seguinte: surgem na Câmara muitos projetos. É legítimo que o Vereador eleito, representando a sociedade, receba propostas, sugestões. Então, ele põe no papel, com sua assessoria, e encaminha. Só que, muitas vezes, acontece o seguinte: "Quero que contrate o assistente social em tal unidade", "Quero que tenha um médico ou uma enfermeira na creche". Aí, fica uma sobreposição de contratações e fica impossível não é? E quem sai no prejuízo é a população. Então, nós temos que ir buscando caminhos. Eu tinha feito, inclusive, um projeto que foi aprovado aqui, de ter psicólogo, assistência psicológica, assistência social nas escolas. Aí, teve a contestação que seja de professor, falou: a isso aí vai ser pago pelo dinheiro da educação e nós não queremos.

Bom, qual é a questão? Não, você pode fazer um arranjo institucional em que a Secretaria da Saúde tem os seus psicólogos e cobre a escola. E se você tem um arranjo institucional em que a Secretaria de Assistência Social tenha os assistentes sociais e cobre o trabalho da escola. Quer dizer, você não precisou incorporar aqueles profissionais na folha de pagamento e isso é em relação à creche, em relação a outras instituições.

Isso é muito importante porque viabiliza atender a necessidade sem superpor serviços. Você não pode superpor, você pode compor serviços, entrelaçar serviços, mas não superpor.

O SR. PAULO FRANGE – Angélica...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Só complementando o que o Dr. Jamil colocou, é o seguinte: o que é o ideal? O ideal é que em todas as creches tenhamos lá o enfermeiro, assistente social, o psicólogo, este é o ideal. Nós queremos chegar aí. Porém, nós temos de percorrer um caminho mais lento pelas próprias condições que hoje temos.

Então, por que não? Só que não pode instituir alguma coisa que realmente não funcione ou só para atender uma legislação. Nós temos de pensar nesse sentido.

O SR. JAMIL MURAD – Uma pergunta. Vocês têm encontrado, os profissionais de enfermagem, têm levado para o Coren a reclamação de que falta medicamento para ser distribuído?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Não, não, esse tipo de...

O SR. JAMIL MURAD – E medicamento vencido?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Também não. Não partindo da população. Esporadicamente, encontramos isso em visita fiscalizatória.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Angélica, posso?

O SR. JAMIL MURAD – Isso é encontrado eventualmente?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Eventualmente é encontrado sim.

O SR. JAMIL MURAD – Nós recebemos reclamações de que o normal é a pessoa precisar de um preservativo e existe a orientação para não se cobrar nada. Não precisa apresentar documento para falar: "Eu sou o fulano de tal, não é, moro em tal lugar, meu RG é número tal", porque em certas circunstâncias o indivíduo não quer se expor ou a mulher não quer se expor dizendo: "Olha, eu sou a fulana de tal, moro em tal lugar, meu RG é tal e eu quero um preservativo". Isso cria um constrangimento.

Mas, nós temos informação que isso é cobrado em certas unidades de distribuição de preservativo. Aqui tem uma descrição de uma situação em que as mulheres, 33% das Unidades Básicas de Saúde distribuíam preservativos masculinos, sem solicitar documentos, enquanto, por exemplo, a UBS da Vila Curuçá cobrava reunião para planejamento familiar para as mulheres e mas, ... A questão é a seguinte: a regra é não cobrar nada.

O SR. PAULO FRANGE – Essa matéria é tão absurda que...

O SR. JAMIL MURAD – São barreiras para entregar a camisinha.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Murad,...

O SR. JAMIL MURAD – E não deve ter barreiras para entregar.

O SR. PAULO FRANGE – Essa atividade é tão absurda que os motéis, o motel é uma atividade econômica que pela ordem tributária do Município não

identifica o consumidor.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Permite aparte, Relator?

O SR. PAULO FRANGE - Agora, veja, se lá não identifica o consumidor, nós temos de identificar aqui quem está e quem não está levando o preservativo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor me concede, veja bem, precisa perguntar à Secretaria qual é o intuito quando ele pergunta, ele está dizendo aqui para em relação a planejamento familiar. Esse nosso país precisa de planejamento familiar, principalmente essas comunidades menos favorecidas que têm oito, sete, nove, quatro, eu não sei qual o intuito. Precisaria saber.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Na realidade, como o Vereador Relator é médico e eu vi que ele fez uma distinção ao ler o documento que está em sua mão, dizendo que é o preservativo feminino. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É o feminino, isso.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - E aí, ele faz uma ressalva de que ao entregar o preservativo feminino, a equipe daquela unidade, no mínimo, deve informar a este demandante como é o correto uso deste preservativo feminino.

O SR. PAULO FRANGE - É complexo o uso, não é?

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Vamos entender que a gente não pode descartar, cercar informação, porque só falta agora eu entregar e não fornecer nenhuma informação. Então, só para a gente entender o que está sendo relatado, só para a gente não criar um fantasma em cima de uma informação.

O SR. JAMIL MURAD - Isso é mais que um esclarecimento, Sr. Presidente. O Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde indica o preservativo como item obrigatório nas farmácias de postos de saúde de todo o País e não impõe restrição para consegui-lo. Todo cidadão tem direito a fazer o pedido no guichê da farmácia, sem necessidade de passar por cursos ou por identificação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sim, pela ordem. O senhor me concede um aparte. Na verdade...

O SR. JAMIL MURAD - Isso está publicado no jornal *Agora*, no dia 11 de 10 de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vereador JAMIL, na verdade, se a Secretaria toma esse cuidado de ensinar o manuseio em relação ao preservativo feminino. Não? O que está dizendo aqui é isso. Para orientação. E se chama a família para debater sobre um planejamento familiar, quer dizer, a pessoa pode vir ou não, mas é positivo em relação a nossa sociedade. É interessante esse debate.

Agora, não é obrigatório, é facultativo. A pessoa... Hoje é obrigatório ou é facultativo? É isso que tem de ver. Não é?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Eu acho que são duas coisas aí diferentes. Uma, conceder o preservativo sem identificação. Isso está previsto no programa de controle das doenças sexualmente transmissíveis. A outra é a educação da população. Então, só que não pode associar uma coisa à outra. Eu vou dar educação e vou ceder o preservativo. Entendeu? Então, o que não pode é vincular uma coisa à outra.

Por isso que eu volto, da necessidade de instituir os programas de saúde nas UBSs, ou nós temos até unidades especializadas das doenças sexualmente transmissíveis. Mas veja, como é que uma enfermeira única dentro da unidade pode administrar todos esses programas da saúde que eu disse, que é mulher, criança, idoso, trabalhador, as doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, hanseníase, tudo isso está sendo deixado para trás.

E o que acontece? Se eu não tenho os programas de prevenção, eu aumento o quê? A procura nos ambulatórios, pronto-socorros

O SR. JAMIL MURAD - Isso acontece em São Paulo, doutora?

R - Em todo o Estado de São Paulo.

O SR. JAMIL MURAD - Isso acontece em São Paulo, doutora? E na cidade de São Paulo?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Também.

O SR. JAMIL MURAD - Também?

O SR. PAULO FRANGE - Dra. Angélica, posso? Eu vou fazer três perguntas bem rápidas, pode me responder rapidamente porque é bastante simples e eu quero encerrar a participação aqui.

Não, não vou embora, vou ficar aqui, mas eu quero não cansar a Maria Angélica. Aliás, parabéns pelo seu posicionamento até agora, absolutamente técnico e traz uma contribuição grande para a CPI. Até mesmo no sentido de nos informar de como continua trabalhando. Não esperava outra posição do Conselho de Enfermagem. Tenho uma paixão especial pelo Conselho de Enfermagem, pela qualidade que ele tem.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Eu agradeço, mas o nosso trabalho é, realmente, de assessoria e consultoria. E vou estar sempre à disposição de vocês.

O SR. PAULO FRANGE - Com relação às empresas que trabalham hoje em programas de atendimento de enfermagem domiciliar, as empresas de *home care*. Enfermagem domiciliar, como é que está a regulamentação dessas empresas, hoje?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Olha, nós tivemos, quando iniciou esse tipo de trabalho, a *home care*, houve um boom aí e acabou havendo muitas distorções.

Hoje, o mercado já equilibrou. Nós temos uma assistência domiciliar responsável, trabalhando conforme a necessidade da população.

Então, hoje, vemos uma coisa bem técnica, bem produtiva, importante, mas ainda temos algumas empresas que realmente não atendem a legislação nem da Vigilância Sanitária, nem do Coren e muito menos do CFE.

O SR. PAULO FRANGE - Tem relação dessas empresas ou não?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Algumas.

P - Conhece?

R - Algumas. Temos.

P - Poderia nos encaminhar?

R - Olha...

P - Nós estamos fazendo aqui um fórum de debates com a Anad, Associação Nacional...

R - Pode. Temos esse trabalho também junto com o Anad e outras associações de *home care* e é um trabalho muito bom.

P - Na regulamentação, fala-se que deve ser enfermeiro devidamente registrado no Coren ou por outro profissional. Qual?

R - Veja, às vezes, depende qual é a finalidade da empresa de *home care*. Hoje, temos algumas diferenças. Há aquelas que só há assistência médica no domicílio, temos assistência de cuidados somente de enfermagem, temos empresas que prestam serviços de enfermagem e médicas, temos somente de fisioterapia.

Então, a assistência domiciliar...

P - Mas se fosse somente de assistência a enfermagem, o responsável técnico tem de ser só enfermeiro?

R - Sempre, só enfermeiro. E mesmo que tenha o diretor clínico, temos de ter o responsável técnico. Um independe do outro. Cada um responde pela sua equipe.

P - A figura desse *baby sitter* que anda solto por aí. Como é que vocês integram? Porque, na verdade, não tem nenhum tipo de formação na área de vocês. Como é que fica?

R - Não, veja, esse tipo de assistência que entendemos que são atividades de cuidados das necessidades diárias, sem que se realizem procedimentos técnicos. Então, se um cidadão tenha essa ocupação, como *baby sitter*, colocando-se como profissional de enfermagem, para nós é tido como exercício ilegal da enfermagem.

P - Ele não pode estar no atendimento domiciliar, então?

R - Ele entra como...

P – Um cuidador?
R – Um cuidador. Uma ocupação que não tem relação nenhuma com enfermagem.
P – E só pode trabalhar com a supervisão de vocês, então?
R – Não. Veja. Ele é autônomo, quer dizer, não sei, às vezes é vinculado a alguma empresa de prestação de serviço, mas a atividade dele tem de ser restrita ao cuidado diário. O que é isso? Higiene, alimentação, deambulação. Coisas simples. Não pode trabalhar com procedimentos de enfermagem ou procedimentos clínicos.
P – O atendente de enfermagem já está extinto?
R – Ele está extinto como profissão, quer dizer, ele não é profissional, nunca foi. Mas ainda existem os atendentes, mas que não podem realizar nenhuma atividade de enfermagem.
P – Ou seja, passa tudo a ser cuidador.
R – Exatamente. Está extinto porque não pode prestar nenhum tipo...
P – Mas existe, porque até anunciam esse tipo de trabalho como *baby sitter* e assistente de enfermagem.
R – Sim, mas se nesta atividade ele não realizar nenhum procedimento, não cabe a nós. Agora, a partir do momento que tomamos conhecimento de que está realizando atividade de enfermagem, nós fiscalizamos e atuamos.
Essa questão da assistência domiciliar, nós estamos preparando uma campanha para o segundo semestre à sociedade, porque a sociedade desconhece essas diferenças e precisa ser informada.
P – Nós vamos convidá-la para participar de um evento que estamos fazendo com a Anad aqui, com o Sindicato dos Hospitais inclusive, para que vocês possam trazer uma colaboração.
Descobrimos até sindicatos clandestinos.
R – Eu imagino. Porque, veja, essas pessoas se propõem a trabalhar como cuidador ou *baby sitter* e aí o que acontece? A pessoa deixa de prestar o serviço à criança ou ao idoso, não passa 30 dias e eles entram com um processo querendo indenização e equiparação salarial com o profissional de enfermagem. Aí, o próprio cidadão que o contratou já está lesado porque ele desconhecia tudo isso.
P – A segunda questão, nesse processo, como fica a guarda desse prontuário num atendimento domiciliar numa empresa especializada só em atendimento domiciliar em enfermagem? Hoje, o Conselho Federal de Medicina tem mais uma situação que envolve o Código de Ética Médica, o prontuário é do paciente, não é mais prontuário médico. O prontuário é do paciente, é propriedade dele, vistas e tal. Como fica a guarda do prontuário numa empresa que tem como responsável técnico só o enfermeiro? A primeira pergunta é essa.
A segunda é: quando ele encerra a atividade da empresa, mudou daqui e vai trabalhar num hotel na praia, encerra, onde fica esse prontuário? Para onde ele vai? Para quem ele delega a responsabilidade da guarda disso?
R – O prontuário para a assistência domiciliar obrigatoriamente deve ficar junto do paciente, na residência. Se é do paciente, o paciente também tem responsabilidades sobre esses documentos ou aquele que responde pelo paciente.
Normalmente, as empresas de assistência domiciliar mantêm em duplicidade o prontuário do paciente até a sua alta. A partir do momento da alta do paciente domiciliar, poderá então, o paciente ficar com uma cópia do prontuário e o original aos cuidados da empresa de *home care*.
Então, isso está garantido em legislação, então, não temos problemas.
Agora, a guarda dos prontuários, quando se encerra uma empresa, eu acredito, isto não cabe a nós, mas quando do fechamento da empresa, ele notifica a Vigilância onde vai ficar a guarda dos prontuários, porque algumas vezes eu preciso de prontuários de empresas já fechadas. Normalmente, eu as encontro em endereço fixo.
P – Eu notifico. Obrigatoriamente tem de notificar. Tem de manter a guarda?
R – Tem de manter a guarda, atendendo a legislação.
P – Agora, Angélica, o outro extremo. A situação das clínicas, chamadas casas de repouso, os espaços de longa permanência dos nossos idosos. Isso é uma coisa que nos preocupa demais. Vamos fazer umas diligências, inclusive.
Como é que está essa situação com relação ao Conselho de Enfermagem? Nem sempre, a grande maioria delas, não tem enfermeiro responsável. Nós vamos e encontramos uma técnica ou uma auxiliar que faz função de técnica, às vezes nem o curso tem, e encontramos até atendentes antigas, velhinhas, boazinhas, o pessoal às vezes chama até de vó. E estão lá cuidando. Como fica a situação de vocês junto à fiscalização dessas clínicas? Vocês têm fiscalizado?
R – Fiscalizado e muito. É o nosso maior problema hoje dentro da fiscalização.
Essa parceria com a Promotria dos Idosos tem beneficiado muito nosso trabalho e também a Covisa tem participado, sim, efetivamente.
P – Tem encontrado muita irregularidade?
R – Muita irregularidade. É o maior problema dentro da fiscalização. Então nós encontramos ali não são só problemas estruturais, que isso é comum, mas de maus tratos, de cárcere privado, de situações, assim, críticas.
P – Angélica, eu sou cardiologista, então eu lido com o extremo da vida que utiliza muito esse espaço. Alguns saíram de São Paulo e foram para asilos, chamado de casas, asilos, aí pelo interior de São Paulo em lugares até muito bonitos, fui visitar alguns, aí eu precisava de informações sobre um paciente e ligo a noite e quero falar com a enfermeira, não tem.
R – Não tem.
P – Aí atende o porteiro. O porteiro. São casas caras. Nós ficamos chocados com isso. Não sabemos o que fazer porque às onze horas, meia-noite, a família procura, sabe que o paciente não está bem, você liga e fala com o porteiro que atendeu, depois de muito tempo tocar o telefone. No interior de São Paulo tem muito disso. Aqui em São Paulo também?
R – Também, sem dúvida. O senhor não imagina o número de casas de repouso que temos dentro de São Paulo.
P – Aqui, sabe quantas o Conselho de Medicina falou que tem? Só 45. Falou aqui. O Conselho Regional de Medicina diz que só tem 45.
R – Nós temos 1.121 casas de repouso no Estado de São Paulo.
O SR. PAULO FRANGE – Então, Vereador Aurélio, o Conselho Regional de Medicina disse aqui para a gente que nós temos na cidade de São Paulo só 45 casas de repouso, 45 têm no meu bairro.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor me concede um aparte?
O SR. PAULO FRANGE – Então, no Município, quantas a senhora acha que tem no Município?
A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Olha, eu tenho mais de mil no Estado, mas aqui São Paulo, no Município, vamos colocar de 300 a 500 casos. Sem contar aquelas que nós não temos informações.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dra. Maria Angélica, eu vou requerer aqui que a senhora encaminhe para nós essas casas que têm aqui na cidade de São Paulo relativo a...
O SR. PAULO FRANGE – E vamos fazer o requerimento, Vereador Aurélio, que o Conselho de Medicina nos encaminhe os 45 que ele tem, vamos cruzar, porque tem coisa muito estranha nesse meio.
A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – E olha, sem contar aquela que nós não temos conhecimento.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vocês também, em relação às clínicas de cirurgias plásticas, vocês têm o controle delas?
A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Olha, de cirurgia plástica normalmente é mais médico, nós não temos clínicas grandes...
P – Mas, não tem o quadro...

R – Tem algumas, mas vou dizer para vocês, a clínica de cirurgia plástica nem sempre tem profissionais de enfermagem.

P – Mas, então, se não tem, só tem médico? Não, tem de ter alguém auxiliando, tem de ter uma enfermeira?

R – As clínicas onde são realizados os procedimentos nós temos, mas não são muitas.

P – E a cirurgia que é feita nas clínicas?

R – Isso, essas nós temos. Eu posso até levantar o número.

P – E tem uma incidência grande de óbito na nossa Cidade.

R – É tem acontecido alguma coisa.

P – Eu tenho dois amigos que perderam as esposas, só eu tenho dois amigos que perderam as esposas.

R – São várias situações que a gente tem visto na questão de cirurgia plástica, nós tivemos agora a cassação de um médico que tinha uma clínica de cirurgia plástica onde morreu um paciente que tudo foi desencadeado pelo Conselho de Enfermagem. Veja, a gente fiscaliza sim, mas nem sempre nós temos conhecimento de todas essas clínicas. Apesar de hoje a gente ter um registro de mais ou menos 20 mil instituições já visitadas, dentro dessas 20 mil, hoje, não são todas ativas porque com o tempo houve fechamento, mas abertura de outras, e assim por diante. Mas, mesmo assim se abrem clínicas todo o dia, toda a hora.

P – Dentro da área médica que vocês participam, qual é a área que a senhora vê que é crítica, hoje, que é importante se fiscalizar? A senhora falou que têm muitas clínicas de idosos, tem essa questão da cirurgia plástica que a gente quer ir a fundo.

O SR. PAULO FRANGE – As clínicas de imunizações, doutora?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Essas são visitadas, permanecem...

P – Tem regularidade?

R – Tem enfermeiros.

P – Permanece sem enfermeiro?

R – Tem enfermeiro.

P – O acondicionamento dessas vacinas, vocês checam?

R – Está ok, mesmo porque a Vigilância Epidemiológica é muito rigorosa também. Nós tivemos um período onde não tinha um enfermeiro, hoje, já entenderam a necessidade e realmente, lógico que uma ou outra sempre me dá problema, mas não é o maior problema. Aquilo que a gente precisava... Nós visitamos todas, não posso dizer que deixamos de visitar algum segmento da área da saúde, mas as clínicas de... Não, não. As clínicas de... Eu anotei aqui, as comunidades terapêuticas, isso também é um problema.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é o problema, nós gostaríamos de entender?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – É não ter o profissional de enfermagem porque eles dizem, são pessoas que utilizam de drogas, mas são pessoas fisiologicamente saudáveis e acabam não mantendo o profissional enfermeiro por todo o período de funcionamento e aí acaba que pessoas que não são da área de enfermagem, administradores e tal acabam ficando responsáveis por esses pacientes e nós entendemos que são pacientes.

O SR. JAMIL MURAD – O médico não fica o tempo todo.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Não fica.

P – Não tem enfermagem, então, a comunidade terapêutica é só o guarda.

R – Nós temos, sim aquelas...

O SR. JAMIL MURAD – O homem da segurança.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Nós temos algumas comunidades terapêuticas muito sérias.

O SR. JAMIL MURAD – Não é comunidade terapêutica, é um presidio.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas, quantas nós temos na cidade de São Paulo? A senhora tem noção?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Não, não trouxe dados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas, então, nós vamos colocar também no requerimento para a senhora encaminhar para nós.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Foi o que eu disse, Nós temos hoje em torno de 20 mil cadastros hoje institucionais e estes cadastros eu posso solicitar o nosso sistema de informação por categoria: hospitais, ambulatoriais, clínicas. Eu posso passar tudo isso e posso também colocar para vocês só o estado de São Paulo. Estou falando do Estado inteiro, só da cidade de São Paulo.

O SR. PAULO FRANGE – Só da Cidade é importante. Angélica, uma última pergunta, só para encerrar minha participação, não vou perguntar mais, prometo. Depois eu vou ao Conselho e vou ficar lá, lá tem café quente, água gelada. Como é que fica a situação... É bom que vocês saibam: os pais pagam a escola dos filhos, pagam a faculdade, paga pesadamente a escola para formar os instrumentadores cirúrgicos e têm muitas escolas de instrumentação cirúrgica no Brasil inteiro.

A profissão não é regulamentada e aí os hospitais não contratam, e aí há um debate antigo, desde a época do Ministro Adib Jatene, nós estivemos lá para poder resolver esse problema com ele; não conseguimos, que seria a vinculação à enfermagem. Ou seja, primeiro ser formado em enfermagem, com especialização em instrumentação cirúrgica. Isso até hoje não está resolvido. Como é que está a situação disso? E como é que o Conselho de Enfermagem vê o profissional instrumentador cirúrgico, com uma profissão não-regulamentada, dentro dos centros cirúrgicos, trabalhando junto com as equipes cirúrgicas?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Olha, eu entendo da seguinte forma: não é uma profissão regulamentada ou não regulamentada, a instrumentação cirúrgica faz parte de algumas profissões, quer dizer: enfermagem, o técnico auxiliar o enfermeiro, podem realizar essa atividade, quer dizer, esse procedimento. Vamos colocar como procedimento porque já são profissionais da área. Assim também o médico pode fazer isso, o residente pode, e isso está numa portaria do próprio Conselho Federal de Medicina que diz quem é que pode instrumentar. Se não me engano é a Portaria 146, que ele determina.

Então, nós tivemos um período, no passado, onde os médicos delegavam para pessoas leigas. Elas simplesmente levavam como sua instrumentadora, quer dizer, ensinavam o procedimento e essas pessoas iam fazer a instrumentação cirúrgica. Hoje, com a nossa fiscalização, com a nossa orientação, todos esses instrumentadores são da área de enfermagem. Eu não tenho tido muitos problemas. Claro que uma coisa ou outra aparece, mas eu trabalho em cima disso para não acontecer mais.

O SR. PAULO FRANGE – E a contratação é feita na carteira como enfermagem?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Pode ser contratado como instrumentador, mas ele tem de apresentar a formação na área da enfermagem. Hoje a gente está exigindo isso. Por quê? Porque o enfermeiro que é responsável do centro cirúrgico, ele tem de saber quem é que está lá dentro, se essas pessoas estão habilitadas tecnicamente e se atendem a uma legislação. Então, por meio da nossa lei do exercício profissional a gente tem conseguido isso.

O SR. PAULO FRANGE – A senhora sabe por que não conseguiram regulamentar a profissão?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Porque ela não é profissão, ela faz parte da profissão da enfermagem.

P – Mas, foi aprovado no projeto em Brasília, eu estava lá.

R – Sim, um PL.

P – E um grupo de Deputados do Nordeste, eu tenho nome, endereço, CRG e CPF, está tudo lá ainda porque ninguém vai embora, esse pessoal não sai de lá nunca, proprietários de hospitais no Nordeste entenderam que isso ia encarecer o seu quadro de empregador e velaram, sem sequer saber o que significava, sem sequer discutir essa posição com a enfermagem, simplesmente velaram. Porque é mais fácil aceitar o cirurgião trazendo o instrumentador a tiracolo do que contratar pelo centro cirúrgico, e é o que acontece até hoje. Mas, na verdade, lá foi um lobby dos Deputados do Nordeste, eu estava lá, vivi aquilo, um negócio

horível, para não voltar mais a Brasília, e não ouviram nem enfermagem, nem ninguém, nem argumento. E na época o Ministro era o Dr. Adib Jatene, não conseguiu sequer levar esse debate com mais profundidade na época.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Mas, ele não foi esquecido.

O SR. JAMIL MURAD – O próprio Dr. Adib Jatene é do Norte, não é nem Nordeste, e é de alta qualidade, não é porque...

O SR. PAULO FRANGE – Então, mas uma alta qualidade. Ele fez um grande estágio na vida que foi Uberaba, minha terra, e o que o tomou realmente conhecido, com certeza, porque foi lá que ele começou a bomba extracorpórea. Foi na minha cidade, no hospital em que eu me formei. E embora seja do Xapuri, ele só nasceu no Xapuri, na verdade, a estrutura é aqui. Agora, eu disse Nordeste. O nordestino que estava lá, os Deputados do Nordeste que estavam lá não têm o menor pudor nesse processo. Eram proprietários de hospitais e legislar em causa própria é contra a discussão desse assunto com profundidade.

O SR. JAMIL MURAD – Agora V.Exa. entrou no mérito.

O SR. PAULO FRANGE – No mérito, por quê?

O SR. JAMIL MURAD – Eles eram proprietários de hospitais.

O SR. PAULO FRANGE – Proprietários de hospitais.

O SR. JAMIL MURAD – Não é o problema de ele ser nordestino.

O SR. PAULO FRANGE – Não, não.

O SR. JAMIL MURAD – Porque aqui, como nos Estados Unidos... Nós vimos agora o lobby nos Estados Unidos para não deixar aprovar a reforma da saúde lá. É um problema econômico, quer dizer...

O SR. PAULO FRANGE – A interferência do empregador na atividade dela, Jamil Murad, a atividade de enfermagem... A interferência do empregador na atividade é muito grande.

O SR. JAMIL MURAD – Isso.

O SR. PAULO FRANGE – Ela acaba orientando a chefe de enfermagem do hospital, administradora, diretora do instituto de enfermagem para poder colocar, mas o empregador tenta.

O SR. JAMIL MURAD – Vereador Paulo Frange, eu citei esse caso que está no *O Estado de S. Paulo* de hoje como uma notícia positiva. O Hospital Nove de Julho teve 36 milhões de lucro em 2009. Mudou de dono, reorganizou, fez certos investimentos. Não estou falando nada contra o hospital. Eu estou dizendo o seguinte: anunciou que teve 36 milhões de lucro. Então, isso influi nos parlamentos, seja... Qualquer nível, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, Congresso Nacional. É o poder econômico que procura privilegiar ações que vão render ainda mais lucro. Então, ajuda a aprovar a legislação a favor deles, etc. E nós também temos o nosso compromisso de ajudar a aprovar a legislação que favoreça o conjunto da sociedade, quer dizer, que democratize a assistência, não é?

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio, só para encerrar, eu vou pedir para fazer um requerimento. Peço à Assessoria. Na verdade, a comunidade terapêutica no Município são os CAPS. Acabam ficando na figura dos CAPS, institucionalizada pelos CAPS. Nós vamos fazer um pedido específico para que o Conselho possa nos informar ou possa fazer uma visita aos CAPS para nos dar o real mapa dos CAPS do Município de São Paulo. Eu não sei se é possível a gente pedir isso ao Conselho para que possa olhar por nós, porque vocês têm um olhar diferente.

O SR. JAMIL MURAD – As informações que eles têm hoje...

O SR. PAULO FRANGE – Eu não sei que informações que vocês têm hoje. Vereador Aurélio, é um olhar diferente. Nós, se formos lá, veremos os CAPS de uma forma, vocês têm uma visão técnica. Eu não sei se vocês já têm essa informação.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Olhe, quando eu falo comunidade terapêutica, estou dizendo de instituições fechadas para tratamento de drogados. Os CAPS, estes nós temos visitado e está muito bem.

O SR. PAULO FRANGE – Está bem?

R – Está bem e é um bom trabalho. Posso dizer porque eu fui pessoalmente.

P – Que bom, hein?

O SR. JAMIL MURAD – A filosofia é muito positiva. É aberta.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Não. Realmente é muito bom. Agora, veja: ele sofre as consequências da desospitalização da psiquiatria. Temos um grande problema com a psiquiatria.

O SR. PAULO FRANGE – O Conselho de Medicina disse o contrário. Disse que a situação do CAPS é caótica.

R – Não. Não sei na parte médica. Em enfermagem eu tenho acompanhado...

P – Pela parte de enfermagem está bem?

R – Está bem, está bem. Agora, eu só queria complementar, Dr. Paulo Frange, a questão da instrumentação cirúrgica e não ficar só nessa questão do instrumentador cirúrgico; mas nós temos ainda o técnico de gesso, nós temos problemas com parteiras, nós temos vários problemas que são polêmicos, não só na questão São Paulo, mas no Brasil, mas que não são esquecidos. Eu faço parte da Câmara de Regulação do Trabalho do Ministério da Saúde. Represento o Conselho Federal e esses assuntos estão sendo debatidos para informar o próprio Congresso Nacional de como entender cada atividade e tomar as suas decisões.

P – Como é que está a situação das parteiras aqui em São Paulo, então?

R – Não, aqui em São Paulo nós não temos esse problema.

P – E no Guarujá tem um hospital sendo construído com o nome de Ana Parteira. É um hospital que está sendo feito em Vicente de Carvalho.

R – É uma nomenclatura, não é? Mas...

P – É um nome, até porque ela era a parteira da região inteira e ganhou o nome do hospital. É importante.

R – É uma homenagem. Mas nós entendemos que é um problema, sim, no Norte e no Nordeste, mas que também hoje...

P – Mas e a obstetriz?

R – É outra questão. A obstetriz...

O SR. JAMIL MURAD – A USP Leste está formando obstetriz e não tem mercado de trabalho.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Veja, nós temos de entender o que está acontecendo. A obstetrícia, hoje, deve ser exercida por profissionais médicos e de enfermagem e tida como uma especialização, até que surgiu esse curso na USP Leste. Mas, veja, não atende...

O SR. PAULO FRANGE – Mas foi dito aqui. Quando colocaram obstetriz como uma das formações da USP Leste, que ótimo! Vamos formar obstetriz e não vamos ter onde colocar, porque não vão recepcionar esse pessoal nos seus quadros de trabalho.

R – Ela não enquadra na legislação de enfermagem, entendeu?

P – Então. Isso porque é USP, hein?

R – Isso aí é uma discussão que também está acontecendo. É um problema até um pouco sério, mas está tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade, era tentar aprofundar um pouco dessa área que foi aqui relatada da desintimação. Os instrumentos que hoje se buscam por Movimento Antimanicomial, no reconhecimento de que os CAPS são uma boa alternativa; de que os CECS são alternativas complementares a esses também e de que as residências terapêuticas são mais recentes do que esses dois últimos.

Então, na realidade, o CAPS e o CECS, pelo menos em São Paulo – o CECS só há em São Paulo, em outros Municípios não tem – a cidade de São Paulo hoje tem um Termo de Ajustamento de Conduta junto com o Ministério Público do Estado e por isso instala um volume de CAPS com certa frequência para oferecer

a rede, quer dizer, para ter uma rede de atendimento básico na área de atendimento psicossocial. Na realidade, os CAPS vão cumprir essa etapa acordada com o Ministério Público.

É verdade que na última reunião que tivemos, o Conselho Regional de Medicina apontou ainda fragilidades nessa implantação que está em curso. Na realidade, você deve ainda ter unidades sobrecarregadas porque você há o número de unidades pactuada com o Ministério Público. É diferente nos outros Municípios? Não. É que São Paulo tem conseguido, à luz desse entendimento com o Ministério Público, ampliar a sua rede de maneira muito forte. O que está demandando, inclusive, a transferência para cá de atendimento de toda a região metropolitana nesse meio aberto. E esse é outro fator positivo que reforça a necessidade dos CAPS terem a atenção, não só dos profissionais de saúde, como dos profissionais de enfermagem.

Mas a pergunta que eu queria deixar é: qual é hoje o sistema privado que corrobora com o CAPS, porque estamos entendendo que o CAPS só tem no setor público. Eu não encontrei na cidade de São Paulo nem no País instrumentos similares ao CAPS para atendimento no setor privado. A gente tem hospital, tem pronto-socorro, você tem uma rede que se assemelha dentro do Sistema Único de Saúde. No caso do CAPS e do CECS, eu só enxerguei até hoje a oferta de serviço público. Não vi nenhum serviço correlato privado sendo ofertado. Como o trabalho de vocês acaba por percorrer muitas unidades de saúde, existe algum sistema de atendimento privado que se assemelhe a este modelo que hoje a Cidade, o Estado e o País têm chamado de CAPS?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Não, não tem. E eu tenho de dizer que realmente o CAPS faz um trabalho excepcional. Não vai atender toda a necessidade da sociedade, mas que é efetivo, é. É um bom trabalho, precisa ser ampliado.

O SR. PAULO FRANGE – Angélica, a empresa de medicina do trabalho, como está a participação na enfermagem?

R – Nós fiscalizamos todas as empresas de enfermagem de trabalho. A procura por essa especialização dos próprios profissionais de enfermagem é grande. Temos acompanhado os cursos de especialização, as empresas, cada dia, necessitam de um número maior desses profissionais, então, a gente está acompanhando, sim. O maior problema nesta área é que as empresas confundem a questão da enfermagem do trabalho com a assistência, e quando isso se confunde já fere um pouco a nossa legislação.

O SR. PAULO FRANGE – E deve ter uma confusão grande, porque tem muito pouco profissional nessa área, na especialização de enfermagem do trabalho para tanta empresa que procura no mercado. A gente encontra, na verdade, uma enfermeira fazendo as duas coisas.

A SRA. MARIA ANGÉLICA – Mas a própria ANR-4, que trata sobre isto, ela não exige a presença do enfermeiro e até contraria a nossa lei. Isso também é uma questão polêmica, muito discutida que não conseguimos acertar ainda.

P – Como é a interação de vocês com a Fundacentro?

R – Perfeita. Nós temos um trabalho conjunto, sem problema algum. O problema não é a Fundacentro, não são os profissionais desta área, mas, sim, com as empresas, que não atendem, muitas vezes, a própria ANR-4, mas como também, querem fazer a assistência com este profissional, que é da enfermagem do trabalho, que é aí não caberia como competência desse profissional.

O SR. PAULO FRANGE – Pelas respostas, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quero agradecer. Pela ordem, o Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA – Dra. Maria Angélica, o CRM esteve aqui, em questão da fiscalização, que eles não vão a campo fazer uma preventiva na fiscalização. O Conselho de Enfermagem tem a mesma filosofia ou são diferentes? Em caso da sobrecarga do trabalho de enfermagem foi relacionado que um profissional pode estar, ao mesmo tempo, em três alas, então, quer dizer que a qualidade desse serviço, evidentemente, é precária. Nesses casos que vocês se defrontam, quais são as condutas realizadas? Em relação aos serviços públicos e os serviços particulares. Gostaria que você discorresse um pouco sobre esse assunto. E também os funcionários que têm uma sobrecarga, hoje, como auxílio de doença, em decorrência da sobrecarga do próprio trabalho que são as depressões, stress agudo, até tem uma doença chamada de Síndrome de Burnout, o qual dá direito a auxílio de doença, ocasionado, justamente, pelo excesso de trabalho e stress que o profissional encontra hoje, em São Paulo.

A SRA. MARIA ANGÉLICA – Querida deixar bem claro que não temos diferença de tratamento com as empresas públicas e privadas. Isto nós trabalhamos com igualdade. Quando encontramos um problema de número insuficiente de enfermeiros para supervisionar os diversos setores, solicitamos, de imediato, que a enfermeira faça um dimensionamento de acordo com a nossa legislação. Ela vai, então, colocar no papel, qual é o número ideal de profissionais de enfermagem e comunicar isso ao gestor.

Trabalhamos com o próprio gestor, quando ele recebe esse documento do enfermeiro, nós reunimos com o gestor e trabalhamos o tempo de regularização para contratação desses profissionais. Sabemos, muitas vezes, que não dá para a gente resolver isso de um dia para o outro. Eu chego numa instituição e digo: "Olha, preciso de 10 enfermeiros para amanhã." É inviável. Mas eu posso conversar com o gestor, dizendo: "em que tempo nós vamos colocar os 10 enfermeiros?" Daí, solicitamos isso por escrito. Então, fica um compromisso do gestor, do enfermeiro, com o Conselho de Enfermagem. É dessa forma que nós trabalhamos.

Quando ele cumpre aquele cronograma, pré-estabelecido, ótimo. Não cumpriu, aí, eu já envio essa comunicação direto para o Ministério Público.

P – Vocês têm esse trabalho, a preventiva, ou não?

R – Preventivo. É preventivo. Veja, temos um problema sério com os profissionais de enfermagem, porque, é o maior contingente, é um número que fica 24 horas dentro do hospital. E os erros acontecem. Então, temos de trabalhar preventivamente, porque o número de processos éticos é muito grande dentro do Conselho.

P – O serviço público, na verdade, tem a estabilidade. Se o funcionário defronta com uma situação, ele pode estar levando o atestado, porque ele tem estabilidade, e o funcionário de uma empresa particular já não tem essa estabilidade. É onde ele se submete, às vezes, a uma carga horária excessiva, porque ele precisa do emprego.

R – Mas, olha, quero deixar também registrado aqui essa questão do excesso de trabalho. No serviço público, temos a questão dos plantões, não é? Que é dado os plantões para os enfermeiros, auxiliares e técnicos também. É concedido isso. Mas, no primeiro momento, se vê como uma vantagem, pois ele pode aumentar a renda, ele pode estar prestando esse serviço nos finais de semana, mas isto acarreta uma sobrecarga, que poderá levá-lo ao erro. Isto é muito comprometedor.

Então, às vezes, eu chego numa instituição pública e digo: "O número é insuficiente". "Não, Angélica, nós trabalhamos com a questão de plantões extras com os profissionais já da casa". Mas isso acarreta uma sobrecarga que pode... E o risco de erro é muito grande.

O SR. MILTON FERREIRA – Está bom. Obrigado. Devo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o Sr. Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Essa questão colocada pelo nobre Vereador Milton Ferreira, e que V.Sa. respondeu com precisão, é um problema seriíssimo na área da Saúde. Todos os profissionais, sejam enfermeiros, técnico, auxiliar ou o médico, eles fazem a chamada hora extra, que tem o nome, na área da saúde, de plantão. Plantão extra. É um número incalculável de hora extra.

Me lembro de um médico, neurologista, que ele, praticamente, morava dentro do hospital. Ele já faleceu, e trabalhava com grande dificuldade. Família numerosa e vivia, quem aparecesse no hospital durante o dia, ou durante a noite, encontrava esse neurologista de plantão.

Mas, eu poderia falar: é esse caso. Mas não é esse caso. É a maior parte dos profissionais faz isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Enfermagem, 12 horas também?

O SR. JAMIL MURAD – O plantão? Doze horas. Logicamente isso é ruim para o profissional. Subtrai a vida familiar e social dele. E também pode induzir a erros, por excesso de cansaço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Noites mal dormidas.

O SR. JAMIL MURAD – Não são... dia e noite mal dormida.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Insalubre.

O SR. JAMIL MURAD – Insalubre.

O SR. PAULO FRANGE – Viu, Vereador Aurélio, aí é uma discussão que envolve o Ministério do Trabalho e que também o empregador, hoje, evita, muitas vezes, a contratação, até por esses problemas.

Nós trabalhamos com gestão em administração hospitalar e alguns juízes entenderam que um plantão de 12 horas, tinha, na verdade, seis horas cumpridas, o restante era hora extra e, a partir da hora extra, extrapolava os valores e ia sendo aplicado os valores, e se entrava a noite, tinha mais adicional noturno, e mais tudo.

Então, a figura do plantão, no Ministério do Trabalho, não está clara, mesmo sendo 12 por 36, mesmo sendo estabelecida, quando isso vai para um juiz que não tem a informação de como funciona a vida dentro de um sistema de saúde, ele aplicando uma regra onde tem seis horas trabalhadas, mais as horas extras... E, aí, a conta fica tão grande, que tivemos, na Bahia, uma conta trabalhista coletiva, onde entregaram o prédio em troca do valor da ação trabalhista. E o prédio está vazio até hoje e não mais funcionou como hospital. Apenas a igreja, que estava ao lado dessa Santa Casa, é que está funcionando.

Então, é uma situação muito delicada. Acho que é bastante delicada, mas é um assunto que envolve o Ministério do Trabalho e, até hoje, não temos uma relação clara para estabelecer isso. E, quando tem, temos entre nós e não avisamos o Judiciário. Quem aplica a sentença não conhece essa regra de trabalho. É um problema sério.

O SR. JAMIL MURAD – Eu queria - estou terminando também -, mas queria introduzir esse aspecto. Estamos tratando, aqui, de um ramo econômico. Não são só relações humanas. É um ramo econômico. É a terceira economia do mundo: é um trilhão de dólares, por ano, que gira em torno da Saúde pública e privada, no mundo. É quase o PIB do Brasil. E o setor público, o IBGE fez um cálculo outro dia, 26% dos brasileiros têm plano de saúde. Dá 49 milhões. Temos, praticamente, 200, então 74%, 75% dos brasileiros depende do setor público: prefeituras, estados e União. O SUS une essas três partes para atender, para dar assistência à população.

Para atender três quartos, temos, em torno de 90 bilhões, quando se soma o dinheiro da União, Estado e Município. Somando os três, dá, mais ou menos, 90 bilhões. O setor privado, para atender os 49 milhões - quer dizer, um quarto disso - tem os mesmos 90 bilhões. Quer dizer, tem muito mais dinheiro no setor privado do que no setor público. O setor público trabalha, então, sempre com necessidades, sempre com carências. Carência de profissional, carência de material. E muita gente para ser atendida.

Então, existe, aí, dificuldade de regulamentar leis já aprovadas no Congresso, como a Emenda Constitucional nº 29. Os gestores - governadores e Presidência da República - um joga no colo do outro, mas o Ministério da Fazenda não quer que aprove. Também tem governadores, também tem prefeitos que não querem que aprove, e de partidos variados. Então, é um problema sério. E há a necessidade de fazer isso porque precisa de mais dinheiro.

Agora, quando você soma - Vereador Police - quando você soma os 90 bilhões do setor público com os 90 bilhões do setor privado, por ano, são 180 bilhões de reais, no Brasil, que giram em torno do setor Saúde. Você pega grandes empresas aqui, de outro ramo da economia, elas têm um movimento extraordinário: às vezes, 20 bilhões, 30 bilhões, 10 bilhões, é uma grande empresa. Na Saúde, são 180 bilhões. A Petrobras teve um lucro de 30 bilhões, está dizendo aqui.

Então, o fator econômico, o interesse econômico, ele atua na Saúde, atua na Saúde. O Vereador Police levantou a história da reforma da saúde mental. Isso foi uma revolução. Por quê? Porque a maior parte dos leitos era hospitais para depositar doentes e entrava muito dinheiro aí. E eles não queriam que fosse reformulado.

Muita gente tem um parente, um amigo, um vizinho que é alcoólatra ou é dependente de algum agente químico. Isso a humanidade ainda não resolveu, porque as pessoas, às vezes, entram em depressão, entram não sei o quê, e acabam tomando estimulantes, etc.

Muito bem. Mas o cidadão fora daquele período é um cidadão normal. Ele é pai. Ele é profissional, nos mais diferentes ramos. Ele é banqueiro, é um cirurgião, é um engenheiro de grande prestígio. E, às vezes, em certos períodos, tem uma porcentagem de brasileiros que usam uma determinada droga ou fica alcoolizada. Muito bem. Mas ele não precisa ficar internado. Em 1898, um estudo da Associação Paulista de Medicina, detectou, comprovou que, em 1898, tinha uma pessoa internada aqui no Juqueri porque usava cocaína. Usava cocaína. Quer dizer, mais de cem anos. Cento e dez, cento e doze anos atrás já havia isso. Estou citando para mostrar que não é novo o problema. E ficar internado por isso? Sendo que você comprova que o indivíduo pode ser tratado.

Então, o Caps - Centro de Assistência Psicossocial - dá atendimento hospitalar para quem precisa, naquele momento, de hospital. E não é só com droga. Vocês estão vendo, no jornal, que um psicopata mata meia dúzia de crianças, de jovens, é um psicopata. Ele precisa de internação. Agora, fora isso, esse, talvez, tenha de ficar permanentemente hospitalizado. Isso aí o psiquiatra tem de dizer.

Mas, o que quero dizer é que têm períodos que o indivíduo - seja usando droga, seja por doença natural - ele, às vezes, precisa de internação em um período. E no outro período ele vive em família, vive em sociedade, até trabalha, cuida da família, etc.

Então, o Centro de Assistência Psicossocial é um grande progresso, porque ele cuida do indivíduo durante o dia - quando ele precisa - e libera-o para a sociedade, para a família, para se virar, para viver em sociedade, para viver em família, etc.

Usei isso - e quero, até pedir desculpa por dizer isso, neste momento - porque achava necessário defender essa opinião, de que o Centro de Assistência Psicossocial precisa receber o apoio da sociedade, das autoridades, porque é uma solução para nós, é uma solução para a sociedade. Muita gente tem parente, ou tem amigo, ou tem vizinho, ou na empresa tem gente que, às vezes... E ele pode receber um tratamento em um período e continuar vivendo bem, contribuindo com a sociedade.

Então, queria defender esse ponto de vista. Aqui foi feita uma blitz, publicada na *Folha de S.Paulo*, no dia 24 de março de 2010, dizendo o seguinte: que os fiscais do Conselho Regional de Medicina encontraram clínicas sem retaguarda hospitalar para atender um surto de... Aquela crise que precisava de hospital. Então, 42% dos locais não tinha para onde encaminhar o doente na hora do surto, que precisa. E, depois, encontrou outras questões: de reintegração social - 27% não tinha; sem médico responsável, tinha 17% desses CAPS; e sem registro no CRM - 66%.

Então, a CPI procura identificar os problemas para corrigi-los. É necessário corrigi-los, é indispensável corrigi-los, se fechar os olhos o problema vai se acumular, vai ter mais problema, até que surja alguém que resolva. Nós queremos, já que estamos representando a sociedade na Câmara, queremos contribuir com a solução, todos os Vereadores que compõem esta Comissão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Vereador concede um aparte?

O SR. JAMIL MURAD - Quería cumprimentar V.Sa., mostrou grande competência, grande capacidade e nós agradecemos a sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Na verdade só para corroborar com o que o nosso relator aqui aponta, a contribuição hoje dada pelo Conselho, dada pelas duas profissionais que vieram nos trazer informações, e mais, todo o estudo que a Comissão fez assim que soube que eram vocês que estavam aqui, acompanhando as diversas palestras que tão noticiadas na rede mundial de computadores, de todo o esforço que vocês vêm fazendo na relação do que são os processos éticos e o que são as sindicâncias.

Então, nessa relação muito respeitosa e muito equilibrada com o tratamento do ser humano, a abordagem do encerramento do nosso relator deixa claro o nosso esforço. Na realidade, sem dúvida nenhuma, o tratamento da medicina para essa área, quase que ainda não desvendada, que é a cabeça do homem, nos traz muitos acertos, mas também muitos erros.

Para quem assistiu de perto o esforço, no Congresso Nacional, na época do Paulo Delgado, numa discussão muito intensa para que nós saíssemos de um ambiente de absoluta exclusão, de absoluto abandono, de absoluto esquecimento, de uma parte ponderada da nossa cidade, a gente verifica que hoje é, e sempre pareceu, tão simples tratar esses casos. Quando você vai a um CAPS e você vê a tranquilidade que temas que no passado eram tratados acorrentados, com choque, a gente sente que o efeito do legislador, quando ele aborda de maneira correta as questões, acaba por devolver à sociedade o ânimo de viver.

Então, acho que esse é um dos bons exemplos que a gente pode trazer para o campo legislativo, para apresentar novos bons resultados, esse é o espírito que essa Comissão Parlamentar de Inquérito se apresentou. E a contribuição que vocês deram hoje para a gente é importantíssima, exatamente para isso, para apresentar um modelo de fiscalização que ele é pedagógico. Ele é punitivo? Sem dúvida nenhuma, quando está errado tem de punir, mas ele é pedagógico, ele há de se apresentar com muito equilíbrio, com muita responsabilidade, é um pouco disso que a gente quer trazer a cada dia mais para outros setores públicos, já que, enquanto autarquia federal, na representação aqui no Estado, vocês também operam com esta função pública e operam com muita competência. Então, era só um agradecimento da Comissão pelo trabalho de vocês e pela oportunidade do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE - Vereador Aurélio, não sei, Maria Angélica, se haveria condição de uma apresentação em multimídia, do *palm top* que funciona. Acredite, o Município colocou *palm top* para os marrazinhos e não funcionou, e o de vocês funciona muito bem. É o mesmo *palm top*. É aquele programa de fiscalização simulando uma visita, se tivesse oportunidade de ter aquilo, até o final da Comissão, seria extremamente pedagógico para que o Município pudesse absorver esse tipo de gestão no processo fiscalizatório. Porque hoje ...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Sim, não tem problema.

O SR. PAULO FRANGE - ... fica muito dirigido, fica, a subjetividade está muito implementada nessa fiscalização, está muito profunda, e ali não. Nós, vimos, acompanhamos, eu entendo que não tem nada melhor do que nós vimos até hoje em termos de controle e de gestão do processo fiscalizatório, como aquele que vocês implementaram.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Sem problema nenhum. Eu me coloco à disposição, é uma questão de a gente programar e trazer para vocês.

O SR. PAULO FRANGE - Eu vou pedir ao presidente, e à Comissão, para encontrar uma data que vocês tenham livre na agenda para que possam trazer aqui, porque é pedagógico para todos nós, fazer uma apresentação rápida de como é que vocês fiscalizam. O Vereador Aurélio vai ficar apaixonado. É tudo o que a gente gostaria de ter.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vereador, eu acho que antes nós poderíamos inverter, poderíamos participar junto com o Conselho, se possível, acompanhando algumas das fiscalizações que fazem, para nós termos conhecimento de que forma que é feita, e aí nós vamos ver em campo como é feito, e depois a gente tem isso também de forma didática para a gente apresentar, até para diversos quadros aqui do serviço público da nossa cidade.

O SR. PAULO FRANGE - Está bom, obrigado.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - OK, sem problema algum, as nossas diligências são diárias.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vamos agendar uma data em que a gente possa ...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - ... em conjunto ir nos diversos setores que vocês fiscalizam.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - OK.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Para nós seria de muita importância e de conhecimento.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - À disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Fiz uma anotação aqui, assim resumidamente: há maus tratos dos idosos em certas clínicas; tem problema de infecção hospitalar em alguns hospitais, algumas clínicas; tem morosidade nas respostas dos municípios e do Município de São Paulo; tem o problema que a Secretaria de Saúde não reconhece a atendente que fez o curso de auxiliar, porque ela teria de ocupar uma vaga de auxiliar, ganhar como auxiliar, ela fez o curso, está à altura de responder, já é profissional há muitos anos e não é reconhecida; o número de profissionais está abaixo do necessário, em muitos hospitais e mesmo em Unidades Básicas de Saúde, como foi colocado; em alguns locais foram encontrados medicamentos vencidos; o problema da clínica de cirurgia plástica que, muitas vezes, não têm o profissional de enfermagem e as comunidades terapêuticas que, às vezes, não há enfermeiro, e aí o médico também não fica ali o tempo todo, portanto, fica com o guarda, o administrador ou o guarda da comunidade terapêutica, de maneira absolutamente inconveniente. São algumas questões que foram levantadas eu quis...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Resumir.

O SR. JAMIL MURAD - Resumir, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pergunto se há mais algum Vereador ou Vereadora querendo fazer uso da palavra? Não. Então, eu gostaria de agradecer à Dra. Maria Angélica pela presença, Dra. Débora, que também acompanhou a senhora e, se tivermos alguma dúvida, vamos chamá-las novamente e, se possível, depois, fazer a apresentação, mas nós vamos agendar para fazermos as diligências conjuntas.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Ok. Eu agradeço pelo convite de estar aqui e parabenizo esta CPI porque a importância é muito grande e me coloco - coloco o Conselho - à disposição, como os assessores, os consultores e o que mais precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Se a senhora tiver alguma coisa que possa somar aqui aos esforços da nossa Comissão e melhorar o serviço na cidade de São Paulo, a senhora encaminhe também para nós.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Com certeza, encaminharei e, com certeza, tenho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Obrigado. Há vários requerimentos sobre a mesa. Requeiro que sejam dados como lidos os papéis. A votos. Os Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovada a leitura dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Os Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos, permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados os requerimentos.

A assessoria técnica encaminhará ou disponibilizará na *intranet* desta Comissão as oitivas que teremos nas próximas semanas, estão todas agendadas até o dia 01-06, com os diversos temas que vamos debater e as pessoas que foram convidadas para prestar esclarecimentos à nossa CPI.

Agradecemos a participação de todos, tenham uma boa tarde.

Estão encerrados os trabalhos de hoje.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 93

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20 de abril de 2010

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa, especificamente no que tange a comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde, substâncias de interesse da saúde, processo RDP 0846/2010.

Foram convidados para esta reunião os senhores: representante da Covisa, a Sra. Vera Lúcia Anacleto Cardoso Allegro, Gerente; o representante da Cetesb, o Sr. Elton Gloeden, geólogo, que está sendo representado; o Decont, Maria Raquel Pacheco e o representante do Serviço Funerário do Município, o Sr. Celso Jorge Caldeira.

Antes de começarmos as oitivas, gostaria de ler trecho do livro *Ameaça dos Mortos*, que trata da negligência na operação de cemitérios e os riscos causados à saúde pública.

- É lido o seguinte (trecho do livro *Ameaça dos Mortos*)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Esses dados são de pesquisas recentes: 2008/2009. Da mesma época da ação do Ministério Público 2006/2007.

Enfim, desculpem por me alongar nesta introdução aos nossos trabalhos, porém queria mostrar aos senhores como o problema tratado aqui, hoje, é de extrema importância.

Temos de ter soluções e não apenas ficar no debate, precisamos sair daqui com propostas factíveis que entrem em ação imediatamente, pois o quadro apresentado é da maior gravidade não só na contaminação, como também na operação dos serviços funerários nos cemitérios.

Suspenderei por alguns instantes esta reunião.

- Suspendo, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Peço que a representante da Covisa, Dra. Vera Lúcia Anacleto, sente-se a frente, por favor.

Com a presença dos Vereadores José Police Neto; Sandra Tadeu; Jamil Murad, o relator; Milton Ferreira; e Aurélio Miguel, na presidência.

Peço para a Dra. Vera Lúcia que faça a leitura do Termo de Compromisso, por favor.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO - "Eu, Vera Lúcia Anacleto Cardoso Allegro, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado pela presença.

Gostaria de saber qual é a formação da senhora.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Eu sou médica com pós-graduação em gestão de serviços e sistemas em saúde, epidemiologia e pediatria.

P – A senhora ocupa qual cargo, hoje, na Secretaria?

R – Eu sou Gerente de Vigilância em Saúde Ambiental.

P – A senhora é funcionária efetiva?

R – Sou efetiva há 25 anos.

P – Já ocupou algum outro cargo na esfera municipal, estadual ou federal?

R – Não. Eu faço gestão na Prefeitura há 24 anos.

P – A Covisa possui dois serviços diretamente ligados à questão a ser analisada na sessão de hoje: o Vigisolo e a Vigigua.

Como funcionam esses dois serviços e quem são os responsáveis por suas atividades?

R – A Vigilância em Saúde Ambiental trabalha com enfoque de populações expostas não só no Vigisolo, como também no Vigigua, em toda a parte que tange a questão ambiental. Tanto o Vigisolo como o Vigigua, estão dentro da Subgerência de Saúde Ambiental que fica dentro da minha gerência.

P – E qual a equipe que vocês têm para poder fazer...

R – Atualmente, eu conto com 17 técnicos.

P – Para toda a cidade de São Paulo?

R – Para toda a cidade de São Paulo desta área de Vigisolo e Vigigua.

P – Com relação à fiscalização dos cemitérios, quais as ações efetivas desses dois serviços desde 2007, época das denúncias até a presente data?

R – Com relação aos cemitérios, como para nós o interesse é em relação às populações expostas, nós trabalhamos com acompanhamento mais em relação à água porque o solo em si, em termos de população exposta, ele só teria os próprios trabalhadores. Dificilmente, uma pessoa da população em geral teria risco de se contaminar.

P – Quer dizer, então, os cemitérios vocês não fiscalizam?

R – Não, não foi isso que eu falei.

P – Para ficar bem claro.

R – Não, os cemitérios estão dentro dos órgãos que são fiscalizados, dentro de todo o componente que é fiscalizado. Nós trabalhamos com enfoque de risco à população exposta, como eu falei. Em qualquer local que haja condição de ter rota de exposição que a gente chama, a gente avalia se há rota de exposição e trabalha com o enfoque do que está acontecendo em termos de exposição.

A partir do momento em que não há exposição à população, mesmo que haja uma questão de contaminação ambiental, ela não nos compete. Isso passa a ser dos órgãos ambientais. Para nós, o que interessa é se essa contaminação está efetivamente expondo a população a algum tipo de risco.

Então, se não tem rota de exposição, como a gente fala, para nós, não é o nosso foco. O nosso foco é quando tem a população exposta e é nesse sentido que eu quis falar.

P – Mas quando vocês veem alguma irregularidade, vocês denunciam à Cetesb, aos órgãos competentes?

R – Quando nós encontramos, em qualquer fiscalização nossa, alguma irregularidade que seja responsabilidade de órgão ambiental, nós comunicamos aos órgãos ambientais; da mesma maneira como quando eles percebem qualquer irregularidade que seria da nossa competência, eles nos comunicam ou mesmo chamam.

P – É frequente essa comunicação que vocês...

R – A Vigilância em Saúde Ambiental ela é bastante nova, não só no Município de São Paulo, como no Brasil. Ela vem sendo construída desde o ano de 2000 no Ministério da Saúde. No Município de São Paulo a construção vem desde fins de 2004.

É uma área que faz cinco anos que está em processo de construção. É uma área intersetorial muito grande. A gente trabalha não só com órgãos ambientais, como com outras Secretarias há a necessidade da gente trabalhar. Essa construção da intersetorialidade ela vem sendo feita e implementada.

Atualmente, a gente tem um relacionamento muito bom tanto com a Cetesb, como com a Secretaria do Verde em termos de trocas de informações e ações conjuntas.

P – A Covisa fiscalizou os cemitérios da capital, em especial, esses que saíram nas matérias do *Estado* e no livro, *Vila Nova Cachoeirinha* e *Vila Formosa*?

R – Nós costumamos fazer o que chamamos de PE, porque dentro da minha gerência, a gente tem também a Gerência de Vetores. Para a nossa lógica, o termo dos riscos, a gente tem tanto o risco de proliferação de vetores, como risco da saúde do trabalhador.

Duas vezes por mês é feita uma vistoria nesses cemitérios da capital, como um todo, porque são considerados pontos estratégicos por causa da complexidade de proliferação de vetores e a gente faz esse acompanhamento, se está tendo alguma alteração.

No caso, quando eles encontram alguma coisa que dizem respeito às outras áreas, eles comunicam.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Quantos cemitérios nós temos hoje na Cidade de São Paulo?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO - São 40 cemitérios, 19 são municipais e 21 são privados.

P - A Covisa analisou o lençol freático no entorno desses cemitérios que foram atingidos?

R - Então, os cemitérios municipais, os cemitérios do Município de São Paulo possuem apenas, conosco, de nosso conhecimento, seis poços cadastrados e uma mina. Desses seis poços cadastrados e a mina, três poços estão em acompanhamento e têm potabilidade, e a mina também, embora superficial, está potável. Os outros três poços, nós já fizemos a inspeção e já notificamos para que seja regularizada o acompanhamento conosco.

P - E quais as efetivas ações que foram tomadas contra o serviço funerário nesse sentido, porque houve infiltração, né?

R - Então, normalmente, os poços profundos, a infiltração não costuma chegar até o aquífero cristalino, que é onde a maioria dos poços profundos são colocados. Poços superficiais são os que têm maior risco de contaminação e nós não temos conhecimento de nenhum deles que tenha esses poços superficiais, a não ser essa mina que, por incrível que pareça, ela deu potável a água.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Pela ordem, o nobre Vereador Jamil Murad, o Relator.

O SR. JAMIL MURAD - Como é feito duas vezes a análise desses locais, duas vezes por mês, queríamos a relação de ocorrências nesse período?

A SRA. VERA - A análise é feita pelo pessoal de vetores. Se eles encontram poço ou mina, alguma coisa, eles nos comunicam. Não é análise de água, até porque, como eu falei, só seis poços existem.

P - Exato, Vera. Nós queríamos um relatório...

R - Sim?

P - ...das ocorrências registradas, então, nesses, pelo menos, nesses três meses recentes.

R - Nós podemos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Na verdade, assim, quantas vistorias foram realizadas nos cemitérios nos últimos dois anos? A senhora tem noção?

A SRA. VERA – Em termos do pessoal que a gente fala de vetores, eu tenho...

P – É...

R – ...tenho a contabilidade.

P – Então existe, deve existir relatório disso.

R – Sim, um minutinho só.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Mas não é só de vetores, né? Questão sanitária?

R – Não. Então, mas eles, eles observam tudo, e eles nos comunicam, porque é tudo, faz parte de uma gerência só, e a gente não dispense saída de duas, três equipes para fazer o mesmo serviço. Uma equipe vai, ela observa, e ela comunica. Se ela encontra alguma coisa, que mesmo que seja das outras áreas, se ela observar alguma coisa, ela nos avisa. Se ela não nos avisa, não há porque eu dispender outra equipe.

P – A senhora que é médica, a senhora entende que, da forma como está sendo utilizado, aqui, os cemitérios na Cidade de São Paulo, está de forma correta?

R – Há, na realidade...

P – Não há prejuízo nenhum ao meio ambiente... e à saúde humana?

R – Então, há, na realidade, foi feita uma discussão toda no ano passado, onde foi feita uma norma técnica, que é a número 35, há, que houve, inclusive, também, a participação do serviço funerário, onde foi dado o prazo de um ano pra readequação. Seria mais ou menos como um TAC.

P – Quando foi feito isso?

R - Novembro do ano passado, 17 de novembro do ano passado.

P – A senhora tem... deve ter uma ata, né?

R – Tem. Tem a Resolução, me parece que até foi publicada? Foi a Resolução do CADES publicada: 35 de 2009. Nessa Resolução foi feito, ela funciona como se fosse um TAC. Eles têm um ano para se readequar à Resolução Conama 402, que é uma Resolução que veio complementar a 335. Há, e nesse prazo eles têm de se readequar.

Isso quer dizer que eles não estão de acordo com a Resolução Conama, que seria a pergunta, mas eles estão dentro desse prazo de adequação e, durante esse período, a gente acompanha, tentando evitar qualquer tipo de exposição. Quando não há exposição, aí eu volto só a falar, aí, para nós, não há risco à saúde, há risco ambiental, e aí, em termos de Covisa, não nos compete, gente remete ao órgão ambiental mesmo.

P – Mas é um risco ambiental que pode, futuramente, prejudicar a...

R – Desde...

P – ...questão da saúde?

R – ...e desde que haja a contaminação do lençol freático. Em termos, como eu falei, de população exposta, seria mais ligado a trabalhador mesmo, se não usarem os EPIs, conforme a NR-06.

P – E quais as exigências que não foram atendidas que vocês deram esse prazo de um ano para eles poderem estar de acordo com a legislação?

R – Alguns, há, você quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Um momentinho só, a senhora parece que tem bastante informação técnica também, se ela quiser falar, não há problema, ela também só lê o Termo de Compromisso, né? Se você achar que é interessante, não há problema algum. Nós queremos, aqui, o máximo de informação para poder melhorar os serviços na Cidade de São Paulo. A senhora fique à vontade.

A SRA. VERA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Só peço, então, que a senhora faça também a leitura do Termo de Compromisso.

A SRA. SOLANGE PAPINI – “Eu, Solange Papini, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde (Processo RDP Nº 08-46/2010), comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 29 de junho de 2009.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Desculpe, a senhora só repete o seu nome para eu anotar.

A SRA. SOLANGE – Solange Pappini.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – A senhora que a está acompanhando, vai se manifestar também, não? Não.

A senhora é doutora também? É médica?

A SRA. SOLANGE – Não. Eu sou bióloga, doutora em biologia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Bióloga. (Pausa).

Então, agora, a senhora pode responder, por favor.

A SRA. SOLANGE – Só para esclarecer, como bem disse a Dra. Vera.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – O ano passado foi montado uma comissão especial de estudos, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, com a participação da Cetesb e do Serviço Funerário, em atendimento à Resolução Conama 402.

Porque isso? Porque os cemitérios do Município de São Paulo, eles são anteriores à Resolução 335 de 2003, onde se estabelece uma série de parâmetros ambientais, né?, visando aí, uma prevenção à contaminação, a uma possível contaminação ambiental, não é? Essa Resolução Conama de 2003, ela estabelece profundidade, do sepultamento, em relação ao nível máximo do aquífero, distanciamento do nível, do limite do perímetro do cemitério, entre outros aspectos.

Mas os cemitérios municipais, eles são anteriores à essa legislação, à essa Resolução Conama, bem anteriores, alguns com 50 anos, antes, né?

Então, é lógico, quando eles foram implantados, não se tinha esses critérios. Então, a Resolução Conama 402, de 2008, ela estabelece que os municípios, os estados, estabeleçam critérios para adequação dos cemitérios implantados antes de 2003, que foi o que o Município de São Paulo fez, no ano passado, em, juntamente com o Estado. Então, os órgãos ambientais, os órgãos de saúde, o serviço funerário, é, com representantes, tem uma comissão especial de estudo, coordenada pelo CADES – Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente de São Paulo, onde, através de uma série de reuniões, estabeleceu um parecer técnico, desenvolveu um levantamento e uma série de discussões, e culminou com uma Resolução. Essa Resolução 35, de 2009, foi publicada no *Diário Oficial* do Município, e ela estabelece uma série de tópicos, onde os cemitérios, eles têm de apresentar, fazer um estudo ambiental, seguindo aqueles tópicos, apresentar para o órgão ambiental, para uma avaliação e conseguir a sua regularização.

Então, dentro desses tópicos consta aí um levantamento de uma possível contaminação do aquífero, é... o posicionamento das sepulturas, entre outros aspectos, até referentes à saúde do trabalhador.

Os cemitérios têm um prazo para fazer isso, então, eles têm um ano de prazo para entrar na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, porque ela é que vai ser responsável por esse, por essa adequação, solicitar a adequação apresentando um estudo ambiental e, nesse estudo, eles vão contemplar esses tópicos, onde vai ser avaliado tecnicamente, feita alguma exigência, ou alguma...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E o que que foi cumprido até o momento das exigências que foram solicitadas?

A SRA. SOLANGE – Poderia passar... Na realidade, assim, cada cemitério, ele tem um prazo para entrar, pedindo a sua regularização. Na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Talvez, então, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente possa falar alguma coisa.

P – Mas, em relação à higiene sanitária dos cemitérios, quais os maiores problemas que vocês verificaram?

R – Nós colocamos... Não. Na realidade, existem, como....

P – Veja, bem, a senhora viu que eu li, no início, um livro, inclusive, que foi publicado, né? "Ameaça dos Mortos".

R – Hum, hum.

P – Tem matéria, aqui, de O Estado de São Paulo, também, dizendo dos problemas. Quer dizer, não é uma coisa surreal, existe, não é? Está aí, na nossa Cidade. Então, nós temos de tentar solucionar isso.

Então, por isso que eu pergunto: quais foram os problemas que encontraram em relação à higiene sanitária.

R – Então, os possíveis problemas, realmente são contaminação da água.

P – É, isso.

R – Eu não posso dizer que hoje estão contaminados, se eu não tenho um laudo. Então, existe uma possibilidade.

O SR. – Permite um aparte, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa ela só concluir, aí, depois, eu permito o aparte.

A SRA. SOLANGE – Da contaminação da água, a exposição do trabalhador, a proliferação de vetores e a disseminação de doenças. Então, são problemas.

P – Quais são os principais doenças?

R – Mosquito, né? A dengue. Roedores. Até baratas, vetores mecânicos, né, de algumas patologias. Escorpiões também, né? Então, são coisas, fatores relacionadas à saúde.

Como a Dra. Vera colocou, em relação a vetores, é, eles são acompanhados, quinzenalmente, os cemitérios, já são acompanhados, então, existe um acompanhamento quanto à proliferação de vetores e controle.

Em relação à água, aqueles cemitérios que têm poços profundos, eles são cadastrados também e apresentam relatório como a Dra. Vera comentou, e, inclusive, aquele que tem mina superficial, também apresentou relatório, não deu contaminação.

Então, assim, esses possíveis problemas, né, e alguns são acompanhados. Em relação à contaminação de solo, contaminação de água, de todos os cemitérios, aí cada cemitério terá de apresentar seus laudos. Terão de fazer um estudo dessas condições para que seja analisado tecnicamente. Tem de apresentar as condições.

O SR. JAMIL MURAD – Um aparte aqui, V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Concedo aparte ao Vereador Jamil Murad e, em seguida, ao Vereador Paulo Frange.

O SR. JAMIL MURAD – Aqui na CPI tem as regras, as normas. Sempre é importante. Mas também temos de tratar de coisas concretas.

Então, no dia 05 de abril de 2010, foi veiculada uma notícia que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente classificou as áreas dos cemitérios da Vila Formosa e Cachoeirinha como suspeitas de contaminação desde 2006.

Qual providência foi tomada?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Em relação ao que sai – vou falar no geral para poder chegar nesse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Um minutinho só. É a Dra. Vera Lúcia que está com a palavra.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Vera Lúcia. Desculpe, esqueci.

Em relação ao que é veiculado normalmente nos meios de comunicação, nós temos um sistema em Covisa de estar acompanhando e checando se estamos fazendo acompanhamento e algum trabalho ou se aquela denúncia que está saindo é um denúncia, vamos dizer assim, desconhecida por nós e que vai estar sendo necessário fazer uma ação específica...

O SR. JAMIL MURAD – E nesse caso?

R – Era nisso que eu iria chegar.

Nesse caso, como tanto o cemitério da Vila Nova Cachoeirinha como o da Vila Formosa fazem parte de todo esse contingente de cemitérios que a gente está trabalhando com a questão da resolução, da inspeção de vetores que é feita quinzenalmente, e com a questão dos aquíferos que são todos georeferenciados; quando temos notificação de um poço, tanto via DAEE como no cadastro nosso e, agora, a gente fez uma lei, em novembro, em que é obrigado a ter cadastro municipal de vigilância em saúde para que a gente consiga acompanhar mais adequadamente. Quando nós já temos o conhecimento do que está saindo no órgão de veiculação em geral e nós já estamos tomando providência, nós continuamos fazendo o nosso trabalho que já está sendo executado.

Então, assim, quais as providências? Nós continuamos acompanhando a questão dos vetores, nós continuamos acompanhando a questão dos poços. Como falei no início, os três poços que existem no cemitério, que não estão cadastrados, já havia sido feita a notificação um pouco antes para que eles regularizassem e, inclusive, nos apresentassem os laudos de água.

Com relação à normatização de saúde do trabalhador, o acompanhamento da saúde do trabalhador não é feito por nós. Nós fazemos somente a questão da fiscalização. Nós estamos montando uma norma técnica e o grupo foi criado logo após a produção dessa Resolução 35.

P – Aqui nós temos a informação que a Covisa é responsável pelo acompanhamento da população exposta aos contaminantes.

R – Isso.

P – E qual é o resultado disso?

R – Como funciona a questão do Vigisolo? Nós só podemos acompanhar a população exposta quando a gente sabe efetivamente que o solo está contaminado e qual o tipo de contaminante que tem no solo. Ai nós fazemos o acompanhamento dessa população. Quando existe...

P – Tudo bem.

R – Desculpe, só queria terminar se o senhor permitir.

P – A senhora vai falando genericamente...

R – Não, mas eu estou explicando o programa...

P – Como se fosse uma aula. Para nós é importante, mas como o tempo é curto eu quero saber na nossa cidade, na nossa vida, por exemplo: o que foi encontrado de área contaminada e quais as providências tomadas?

R – Em termos de área contaminada em cemitério nós não temos nenhum laudo comprovando o tipo de contaminante que tem ou se é que existe o contaminante.

O que foi levantado nesses trabalhos que foram falados em relação ao necrochorume é, principalmente, em relação ao risco de contaminação do aquífero. Isso, temos o acompanhamento desses poços como eu falei.

P – Sim. Nesta matéria também de jornal, coloca o seguinte, que no fundo do cemitério de Vila Nova Cachoeirinha tem um campo de futebol onde umas 300 crianças frequentam. Moram também ali, na mesma área, umas 20 famílias e há, quer dizer, o risco que a área esteja contaminada com metano, gás metano. Nós queremos saber qual foi a atitude em relação a essa área no fundo do cemitério da Cachoeirinha?

R – Dentro do cemitério, eu realmente não tenho conhecimento dessa área que o senhor está falando.

P – Não é dentro do cemitério. Nessa área anexa.

R – Nós não fomos comunicados de uma área que esteja com contaminantes comprovados.

P – Porque nessa área já existia um lixão.

R – Bom, existem alguns lixões que são realmente habitados no Município, que são acompanhados pela Cetesb e por nós pelo risco de explosividade. Não risco de contaminação por outras vias, por outras rotas e sim por risco de explosividade.

Todos os que nós fomos comunicados e fizemos inspeção – se o senhor quiser, a gente pode estar encaminhando –, estavam sob controle, inclusive tinham as saídas para controle da eliminação do gás metano e não estava tendo problema. Agora, esse, especificamente, eu não sei referir qual era.

O SR. JAMIL MURAD – Doutora, para a gente analisar o conjunto, eu peço o relatório sobre isso, seja em relação aos lixões de São Paulo, eu tenho outras perguntas a serem feitas.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Sim.

O SR. JAMIL MURAD – Aos lixões de São Paulo e também em relação aos 40 cemitérios. Porque pelo que a senhora descreveu, não há problema nesses 40 cemitérios.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Não, desculpe não foi bem isso o que eu falei. O que eu falei em relação aos 40 cemitérios, nós temos três tipos de problemas em relação a cemitérios e exposição da população. Um são os vetores e não falei que não há problema. Falei que nós acompanhamos, nós fazemos os treinamentos, nós fazemos os controles dentro do possível. A outra...

O SR. JAMIL MURAD – Por exemplo, atualmente...

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Desculpe, se o senhor me permitir terminar.

O SR. JAMIL MURAD – Só sobre os vetores. Atualmente, tem mais de 900 casos já registrados aqui na cidade de São Paulo de dengue. Quer dizer, isso, infelizmente, é o começo, quer dizer, está crescendo. Então, é um problema grave, porque encontra os vetores que transmitem a dengue.

O segundo, que a senhora ia falar e eu interrompi.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Isso, então, nós acompanhamos exatamente por conta disso, da complexidade do vetor e do risco que tem.

A segunda questão são os aquíferos, que não é que não tenha problema. Nós não detectamos até o momento, dentro dos laudos que nós temos e dos poços que nós temos. Isso não quer dizer que não possa abrir um poço amanhã e encontrar contaminado ou mesmo pela movimentação da pluma que venha a se contaminar.

O SR. JAMIL MURAD – Eu gostaria do relatório, então desse trabalho porque a senhora pode dizer assim: nós fizemos algumas análises. Só que eu quero o relatório sobre isso, desses últimos dois anos, porque eu quero saber se o planejamento está adequado ou não. Porque a senhora tem aqui, pelo que a senhora descreveu, 17 técnicos só. Dezessete. Isso é suficiente?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Com certeza não. É uma área muito nova...

P – Quanto precisaria?

R – Olha, Vereador, nós temos mais de 780 áreas contaminadas no Município, nós temos...

P – Então, temos 780 áreas contaminadas no Município? E isso tem de ser acompanhado por 17 pessoas, 17 técnicos?

R – Essas áreas contaminadas, elas têm que...

P – A senhora acha que isso é suficiente?

R – Não, foi o que eu falei para o senhor, não. Com certeza, não.

P – Então, a população está desprotegida? Sim ou não. Está desprotegida ou nós podemos dormir tranquilos?

R – Eu não diria... É isso que eu queria colocar para o senhor. São 780 áreas que precisam ser analisadas – um minutinho só, se o senhor me permitir – que precisam ser analisadas para verificar as rotas de exposição. Com certeza, com 17 técnicos, eu não consigo fazer isso com essa agilidade toda até porque – só terminando. Como eu falei, a área de vigilância em saúde ambiental é uma área que está sendo montada agora, eu gosto de falar, eu sei que o senhor falou que eu estou sendo...

P – Só que quem perde a vida não vai conseguir aguardar a montagem final. Não sei em quantos anos. Começou a montar em 2004. Nós estamos em 2010, nós vamos esperar até quando? Sujeito a doenças evitáveis.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só um momentinho. A senhora disse que tem 780 áreas para serem... E qual a capacidade anual de inspeção?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Então, o que eu queria colocar aqui, que o nobre Vereador falou que eu estava sendo professoral, é assim, a lógica do nosso trabalho, porque a maioria das pessoas não costuma entender muito a lógica de trabalho da Vigilância em Saúde Ambiental porque ela não é só de inspeção. Nós trabalhamos muito em cima da questão epidemiológica. Nós fazemos análises epidemiológicas e tiramos as áreas de risco.

Das 780 áreas, não obrigatoriamente, todas são necessárias de acompanhamento e nem sempre a solução é a inspeção. A questão dos contaminantes ambientais é uma coisa bastante complicada de ser tratada porque primeiro, nós não temos profissionais no mercado que tenham esse conhecimento técnico. Há necessidade de formação dos profissionais. Então, eu estou querendo colocar a complexidade.

Nós trabalhamos com profissionais que não são da área da saúde. Nós temos químicos, engenheiros químicos, engenheiros civis, além dos profissionais que são oriundos da área de saúde. Esses profissionais, eles não têm a lógica da saúde e eles têm a necessidade de serem treinados. Aliado a isso, nós temos toda uma questão que muitas vezes, quando esses profissionais são treinados, nós o perdemos para o mercado de trabalho por uma questão lógica de não termos um plano de cargos e carreiras.

Então, assim quero...

O SR. JAMIL MURAD – Pergunta, doutora. Pois não, Dra. Vera, mas...

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Por favor, Vereador, se o senhor permitir, eu terminar de...

O SR. JAMIL MURAD – Mas a questão é a seguinte: a senhora justifica por que nós estamos desprotegidos, por que não tem profissional, por que não é feito o trabalho de proteção, por que não é feita a vigilância, não é assim?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO - Eu gostaria de colocar a lógica se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa só ela concluir, Vereador Jamil e em seguida o senhor se...

O SR. JAMIL MURAD – Mas era o seguinte, Presidente. Esse diálogo aqui é importante pelo seguinte: o governante – não importa o nome do governante – se ele precisa desses técnicos, ele tem de ver as condições para fixar esses técnicos, para ter esses técnicos. Os anos passam e continua dessa forma? Significa que é uma incompetência do governante para suprir um serviço essencial de profissionais para proteger a população.

O SR. PAULO FRANGE – Permite-me, Vereador, só para...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Vera, não sei quem de vocês pode responder, mas as minhas questões são muito práticas, eu só queria ter porque nós já levamos um susto com o cemitério aqui. Na última comissão de estudo que nós fizemos aqui, nós descobrimos que você pode, à vontade, aprovar cemitério em São Paulo, onde quiser e a única pessoa que não fica sabendo é o Serviço Funerário de São Paulo.

Não há link, ou seja, nós descobrimos, o Dr. Celso estava aqui presente, quando nós contamos para ele que tinha um cemitério com 200 mil metros na zona Leste e ele sequer tinha sido informado, já aprovado, já em andamento. Tentamos aprovar uma lei para poder obrigar a Secretaria a consultar o Serviço Funerário. Não, não pode porque o Serviço Funerário de São Paulo apenas faz a gestão dos cemitérios públicos e eles não têm de saber onde estão os privados sendo instalados, enfim, é um negócio absolutamente... A máquina não se fala e tudo. E aí o pessoal, Vereador Aurélio, antes do Plano Diretor, aprovou planta e protocolo, direito de protocolo vale, e colocou o cemitério onde quis em São Paulo, inclusive não tem como voltar atrás porque aprovaram e... Para aprovar, quem aqui quiser montar um cemitério, tem de montar uma entidade sem fim lucrativo em São Paulo, essa entidade sem fim lucrativo se encaminhar para o Ministério, todas são fraudes e eu gostaria até que a gente pegasse as entidades que são delas constituídas a quase totalidade – para não ser generalista, não generalizar demais, poderia cometer pecado com um ou dois – são fraudulentas, constituição de famílias e tudo.

Ninguém, Vereador, é de São Paulo. São entidades do interior, pessoas do interior, moram em Salvador, no interior de São Paulo e tudo, constituem essas ONGs e aqui compram áreas e montam cemitérios privados. Na zona Leste, na região de São Mateus, tem um, ali na divisa, com 200 mil metros. Está quase prontinho já. Não está em funcionamento, mas já está tudo montado.

Todos eles, não tivemos como alcançá-los. Por quê? Porque estava aprovado, aprovado anterior ao Plano Diretor e essas entidades, nós vamos pedir os contratos sociais dessas entidades - quero que faça um requerimento dos cemitérios privados de São Paulo - que nós vamos pedir uma avaliação do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas elas responderam às exigências municipais em relação à proteção, às questões de meio ambiente?

O SR. PAULO FRANGE – Não, nenhuma. Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aí é outro aspecto. Aí nós não podemos...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PAULO FRANGE – Primeiro estou colocando do que tem de gatunagem nesse processo. Não é com vocês. Isso aqui é um assunto que nós vamos tratar daqui, com a polícia e Ministério Público. É com o Ministério Público. Essas entidades são fraudes. Eu já falei isso aqui uma vez, ninguém tocou, mandamos a comissão para frente, notificamos, também ninguém responde. Agora vamos encaminhar direto esses contratos para o Ministério Público dar um parecer a respeito deles.

Mas, eu quero colocar para a senhora, por exemplo, a fiscalização realmente é difícil, sei que vocês não têm quadro, eu fico até preocupado em saber como é que vocês conseguem trabalhar com tão pouco, nessa multiplicação de pães, porque vocês têm de multiplicar para poder fazer o que tem de fazer em São Paulo.

Área de sepultamento – nós temos recuo mínimo de cinco metros da parede do cemitério. Temos certeza absoluta de que os cemitérios de São Paulo, público e privado não obedecem esse recuo mínimo de cinco metros. Portanto, a situação lindreira ao cemitério, o transeunte está passando por ali, com certeza está andando em solo com contaminação. Esses cinco metros não são observados, numa grande maioria. Alguém já identificou o cemitério nessas condições, ou seja, que não tenha o recuo mínimo de cinco metros em relação ao perímetro do cemitério ou não?

Segundo, entre uma sepultura e outra é obrigado a manter um metro e meio. Quem anda aqui no cemitério de São Paulo, mal cabem os nossos pés entre uma sepultura e outra. A gente passa quase que em fila indiana com a pontinha do pé. Essa resolução é do Conama, é de 2003. É a 335 e está valendo.

Terceira situação – cemitérios que não obedecem a distância de um metro e meio de sepultura, com certeza também não estão observando o limite máximo do lençol freático. Já foi identificada situação como essa? E quais são os critérios, hoje, que têm poços profundos para irrigação e abastecimento das edificações e fins operacionais? Eu acho que valeria a pena ouvir a senhora e também pedir ao Celso que tem informações dos públicos, porque nós ficamos procurando uma coisa e temos de saber se os públicos estão adequados também.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, antes de a Dra. Vera responder, vou pedir para que o Sr. Celso, que é o Superintendente do Serviço Funerário, faça a leitura do termo de compromisso, porque ele pode participar do processo do debate.

O SR. PAULO FRANGE – Só identificando aqui, Sr. Presidente, um metro e meio de profundidade junto ao lençol freático.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Sr. Presidente permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em seguida, deixe só o Sr. Celso fazer a leitura e eu passo em seguida ao senhor.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – “Eu, Celso Jorge Caldeira, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância e Saúde – Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, processo RDP nº 0846 de 2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 20/04/2010.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, aqui quero retomar uma questão que me parece fundamental e o esforço que a Dra. Vera e a Solange fizeram para tentar se fazer compreender de qual é a tarefa da Vigilância em Saúde, no caso específico do Vigilância e do Vigisolo acabou sendo truncado pela tentativa dela explicar qual a competência e atribuição. Aí ficamos apenas a conseguir reconhecer que talvez falte gente. Eu quero aqui julgar que a nossa investigação não vai ser para verificar se faltam dois ou três funcionários em qualquer órgão público para que ele funcione bem e sim se essas competências estabelecidas e se essas responsabilidades vêm sendo cumpridas.

O esforço que a Dra. Anacleto e a Dra. Solange fizeram era de mostrar que os vetores, portanto, o enfoque do risco é perseguido pela Vigilância em Saúde. Portanto, a população, embora existindo risco nos cemitérios, é protegida porque se estuda o meio e se afasta o risco. É óbvio que, para qualquer pessoa que conhece um pouco um espaço de cemitério revela-se ali um espaço de risco. A explicação dela foi objetiva. Fazemos duas visitas mensais. Portanto, anunciando que se tem risco nos 40 cemitérios apontados da Cidade. Então, para isso se tem um esforço claro de identificar aquilo chamado de rota de exposição para afastar da população, risco. Esse esforço, durante os primeiros 40 minutos, ela tentou aqui nos apresentar e infelizmente não teve a oportunidade. Espero que tenha agora quando eu vou ler um pequeno trecho de um último estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde em cemitérios no Brasil, dois na cidade de São Paulo.

Por incrível que pareça, dois desses que recentemente foram notícia do jornal que, diferentemente daquilo que o jornal revela, o estudo patrocinado pela Organização Mundial de Saúde não revela isso. E vai lá: “No Brasil, três cemitérios foram estudados e cada um apresentou diferenças geológicas e geofísicas.

A bacia do Cemitério de Vila Formosa é composta de segmentos terciários com alteração da camada de solo e tamanhos de grãos variáveis com frequência. O Cemitério da Vila Nova Cachoeirinha - a bacia é derivada de alteração de granito, com camadas predominantemente ricas em argila. O Cemitério Água Branca é composto de areia quaternária e sedimentos marinhos com alta porosidade e permeabilidade." Esses foram os três cemitérios investigados naquela ocasião. "Em cada um foram analisadas águas subterrâneas para verificar sua contaminação bacteriana. Não foram detectados colifagos, vírus, parasitas de bactérias dos grupos assim assinalados nessas águas e isso pode ter ocorrido por causa de vírus que não são frequentes naquela região." O que era importante aqui sinalizar... E aí ele continua apresentando que não... Os estudos já realizados, inclusive aqueles, afastam aquilo que ela fez um esforço para mostrar: olha, não tem identificação de contaminação da água.

Nós estamos em cima dos vetores, afastando a população do risco. Por que estou falando isso? Para a gente conseguir tirar das profissionais de Covisa que estão aqui tudo o que elas têm para nos auxiliar, sabedores que temos aqui o pessoal da Cetesb, que aí sim vai nos ajudar a reconhecer se essas informações trazidas por estudos já realizados, hoje mantêm relação com a atualidade. Esses estudos já têm dois anos. Aparentaram certa fragilidade? Aparentaram, sim. Mostraram contaminação da água? Até aquele momento, não. Por isso, o esforço de recepcionar da Covisa aquilo que é competência e atribuição dela. E quem sabe, auxiliado pela Cetesb, reconhecer aquela competência dos profissionais da Covisa. Então, era esse o esforço que eu queria fazer para que...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Darei a palavra ao Vereador Paulo Frange primeiro, só lembrar...

O SR. JAMIL MURAD – Só por uma questão em relação ao Netinho...

O SR. PAULO FRANGE – Senão não termina a questão do Vereador Netinho. Senão fica... Olha, eu vou presentear o Vereador Netinho com um livro de cardiologia cujo título é *O Cigarro não faz mal à saúde*. Foi patrocinado pela Philip Morris nos Estados Unidos onde vários cientistas publicaram, mostrando que não há nenhum dano à saúde para quem fuma.

Vereador Netinho, nesse estudo onde tem uma amostragem no Brasil de três cemitérios, precisamos saber quem indicou os três, porque essa não é a realidade de São Paulo, não. Eles não foram ao Cemitério São Luiz. Não foram lá para a zona Sul onde tudo é arenoso e o lençol freático é bem superficial. Eles foram exatamente em três áreas onde o solo é bastante conhecido. Esse estudo que eles fizeram do solo... Eu sei o tanto que é importante aquele solo lá.

O SR. JAMIL MURAD – Só um aparte, Vereador?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A gente estava falando desses dois cemitérios, por isso que eu fiz questão de trazer a informação dos dois cemitérios que estavam matando.

O SR. PAULO FRANGE – A amostragem é tão pequena que não tem significância estatística. E eu gostaria de indicar dois ou três para eles procurarem. E eles procuraram e alguém mostrou o que deve ser feito para não criar problema. O que estou colocando com relação a essa situação vai até mais além. A própria Resolução do Conama diz que, no caso de sepultamento, o corpo tem de ser envolvido em material biodegradável ou o caixão tem de ser de material biodegradável, desde 2003. É assim em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Antes de a Dra. Lúcia responder...

O SR. PAULO FRANGE – Então, nós não cumprimos nem as regras básicas de sepultamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós vamos chegar nesse ponto.

O SR. PAULO FRANGE – Agora, eu fiz as perguntas e eu queria que me respondessem. Primeiro, a situação da área limdeira ao perímetro. Segundo, a profundidade do sepultamento. Terceiro, essa questão do envolvimento do corpo com material biodegradável que permita a transpiração ou a uma seja biodegradável. Desde 2003 que é exigência. E outra, quem é que tem lençol profundo, quem é que tem poço profundo, quem reutiliza essa água, quem usa na jardinagem e nos outros processos. E outra, eu gostaria de saber: alguém aqui conhece algum cemitério em área de preservação permanente, em APP? Então, eu vou deixar para vocês responderem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em seguida. Deixa eu só passar a palavra ao Vereador Jamil Murad e só lembrar também ao Vereador Netinho que, na verdade, a Dra. Vera Lúcia disse que deveria inspecionar 780 pontos, só que eles... Setecentos e oitenta, a senhora falou.

R – Desculpe, eu não falei que deveria inspecionar 780 pontos.

P – Fiscalizar. Teria necessidade.

R – Na realidade, o nosso... É o que eu estava, desde o começo, falar... Desculpe, é que eu nunca consigo terminar a fala por inteiro. Eu volto a falar uma coisa que eu já falei desde o começo: para a saúde, o que nos importa é a rota de exposição. Se é contaminado ou não, só nos importa se tiver população exposta. Então o que eu falei é que nós temos 780 áreas contaminadas; eu não falei que nós temos 780 áreas contaminadas com rota de exposição. O que eu, e naquela hora eu estava me referindo é assim: nós temos muito problemas ambientais no Município. Um município como o nosso, que veio de um foco industrial, e com uma cultura como a nossa, em que não se deu importância nenhuma ao meio ambiente – e isso é uma coisa que todos nós temos a nossa mazela a carregar.

P – *Mea culpa*.

R – Eu acho que todos que estão nesta sala têm a sua parte a carregar. Vai ter muitos problemas. Esta cidade é uma cidade de 11 milhões de habitantes, e acho que os senhores sabem muito melhor do que eu os problemas que têm aqui em relação a tudo. Então o que eu estava colocando é assim: que a questão ambiental e a questão de saúde ambiental são questões extremamente complexas, que os órgãos não conseguem trabalhar sozinhos. Existem algumas respostas que eu não posso dar, porque não são afeitas à saúde; são dos órgãos ambientais, são eles que têm que dar a resposta. E a partir da resposta deles, eu vejo se tem um enfoque à saúde a ser dada ou não, e, a partir daí, a gente atua. Com relação aos cemitérios, a distância do muro, e tudo o mais, nós é importante, Vereador, desde que a população esteja exposta. E retrocedendo ao começo da minha fala: para nós, a população, como rota de exposição no cemitério, tem três vertentes. A primeira são os vetores, que é o que nós temos trabalhado, e para nós tem sido o principal, até por conta do que o próprio Vereador falou: a questão da dengue. Nós estamos tendo dengue em grande quantidade nas cidades vizinhas, e isso o jornal tem dado constantemente. A nossa população desce para a baixada, se contamina e sobe. Nós temos que dar conta de tentar bloquear essa transmissão. Então essa vertente é uma vertente muito importante, e nós fazemos o controle quinzenalmente. A segunda vertente, que é a vertente da água, que a gente faz através da 518. Como eu falei no início: nós temos só seis poços em cemitérios que sejam do nosso conhecimento, que nós tenhamos detectado, por cadastro ou por visita; uma mina. Os que estão sendo acompanhados não deram contaminação, nem mesmo essa mina superficial, que, para nós, sou clara, foi até uma surpresa, por conta de tanto que se fala a respeito de cemitérios. Os outros, que não estavam cadastrados, nós fizemos inspeção, já notificamos que nós queremos esses laudos. Portanto, fizemos o que nós consideramos de nossa competência. E a terceira vertente, que é a vertente de saúde do trabalhador, que só permanece exposta se não cumprir a NR06, que é a legislação que nos diz qual o tipo de EPI essa população deve utilizar. Nós temos um sistema de controle que se chama SINAN, onde ocorrem as notificações. Nós tivemos, de 2006 a 2010, apenas 16 notificações de acidentes e de problemas com os trabalhadores. Dessas notificações, uma foi por briga entre eles; uma foi acidente, que a gente chama de trajeto, que todo trabalhador pode passar por isso; e as outras foram de pequenos acidentes. Então, para nós, pelo nosso sistema de controle, nós também não estamos detectando problemas em relação à rota de exposição dos trabalhadores. Eu quis esclarecer para fazer entender. Normalmente, mesmo as pessoas da saúde – que era a isso que eu estava tentando chegar naquela hora que eu estava falando – muitas vezes misturam – os que não são afeitos à área – o que é o papel do órgão ambiental, o que é o papel da administração e o que é o papel da saúde. E até um pouquinho mais, eu diria: o que é o papel de uma política pública mais ampla, que não envolve, única e exclusivamente, a Vigilância, ou o Executivo, mas envolve também o Legislativo e a própria população.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Vera, como é que fica a exumação, o destino final desse material? Como é feita a paramentação do pessoal que faz a exumação? A senhora já viu fazer exumação em São Paulo?

R – Não, eu não acompanho.

P – Dá medo. Celso, você já viu exumação aqui em São Paulo? Não dão medo, não? O pessoal fica paramentado? Você tem segurança de ver aquilo? Qual é o destino final daquele material? Está na resolução do Conama como tem que ser feito e tudo. Não é feito daquele jeito. Eu já vi exumação.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – São duas perguntas, nobre Vereador. A primeira: se eu tenho medo? Não, nenhum.

P – Não, você já viu fazer?

R – Várias.

P – A paramentação do pessoal...

R – Sim.

P – A forma de proteção do trabalhador que está ali envolvido?

R – Não temos...

P – O destino final desse resíduo, para onde vai... A Covisa fiscaliza isso?

R – Com relação à saúde do trabalhador, nobre Vereador, nenhuma receio, absolutamente nenhum, risco zero, comprovado, como vou dizer mais tarde para o senhor. Com relação à destinação, eu acho que é um problema. É um resíduo classificado como 2A, e tem toda uma norma para destinação.

P – É resíduo sólido?

R – Particularmente, o serviço funerário faz a destinação correta...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor pode definir o que é resíduo 2A, por favor?

R – É mais ou menos como se fosse lixo doméstico, nobre Vereador, não inerte.

O SR. PAULO FRANGE – Os resíduos sólidos não humanos, os resultantes da exumação dos corpos. Tem que ter destinação ambiental e sanitária adequada. Esse é o artigo 9º da Resolução do CONAMA. Isso aqui não tem, Celso.

R – Posso responder?

P – Acabou a exumação, é uma correria, "vamos todo mundo embora", e a coisa fica por ali.

R – Com relação à Norma 335, eu gostaria de esclarecer o seguinte: essa Norma 335 foi editada em 2003, como a doutora disse ainda há pouco, na tentativa de criar parâmetros para licenciamento ambiental de cemitérios. Na tentativa, não; efetivamente, conseguimos estabelecer novos parâmetros para licenciamento ambiental dos cemitérios. Ocorre que o próprio Conama, e o seu Conselho, entendeu, mais tarde, e aí ela exemplificou isso na Conama 402, que era impossível estabelecer certas normas contidas na 335, para cemitérios existentes anteriormente a 2003. Daí nasceu a necessidade de o Município, via Conama 402, de criar uma comissão multidisciplinar, com a finalidade de estabelecer uma resolução ambiental para os cemitérios já existentes. Portanto, nobre Vereador, algumas normas estabelecidas em 2003 ficam sujeitas à adequação ambiental dos cemitérios, que tem prazo até 10 de dezembro de 2010 para se adequar a essas normas.

P – É no sepultamento, com relação às mantas ou caixões biodegradáveis?

R – Bom, tanto as mantas como os caixões biodegradáveis são falácias, Vereador. Verdadeiras falácias.

P – Não existe?

R – Elas não têm comprovação científica de nenhuma forma. Não existe nenhum estudo que diga que elas têm que ser biodegradáveis; nenhum estudo técnico. Assim como a reportagem do *Estado* não cita nenhum estudo técnico, nenhuma base científica para as afirmações que faz. A Norma Conama 335 se propõe, inclusive o Conselho, a rever esse invólucro que um certo biólogo que dá entrevistas para jornal, criou e pantenteou uma tal de Necroblenda. Nada mais é que um colchonete, que mais parece um... Como se fosse um fraldão geriátrico, que também não tem comprovação científica nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Celso, segundo o Dr. Paulo Frange, o senhor é o homem que mais entende de cemitérios no País.

R – Não é verdade.

P – As condições dos cemitérios na cidade de São Paulo estão em condições, no seu entendimento, de segurança? E o que precisa ser feito? Creio que não está. O que precisa ser feito, e qual a iniciativa que o Executivo, junto com o Legislativo, deve ter em relação a fortalecimento de leis, procedimentos...? Nós precisamos fortalecer. É para isso que tem essa CPI: para a gente ver essa questão de vigilância sanitária.

R – Bom, nobre Vereador, se o senhor me permite, eu gostaria de fazer um breve, realmente, um breve histórico. O Serviço Funerário existe há 50 anos na Cidade de São Paulo, e não tem, nos seus quadros, nenhum especialista em meio ambiente, o que já demonstra que ele nunca teve essa preocupação, historicamente. Também essa mesma lei que o criou permite ao superintendente de plantão que faça a besteira que ele quiser fazer no âmbito do cemitério. Isso aconteceu com os nossos cemitérios, que perderam a vocação inicial, e acabaram tendo, dentro da sua configuração arquitetônica, inclusive, múltiplos cemitérios – áreas inadequadas sendo ocupadas. O que se discute com relação à poluição dos cemitérios? Não é se polui ou não polui; é o potencial poluidor. Esse potencial poluidor é uma razão direta do manejo. Se o manejo é equivocado, não há dúvida de que esse potencial poluidor aumentará. Se esse manejo é acertado, não há dúvida de que ele funciona como uma ação mitigadora. E foi com esse espírito, inclusive, que o Cades trabalhou durante 12 meses. Alguns profissionais trabalharam conosco lá – a Solange, o Amós –, que podem testemunhar isso. O que aconteceu com o Serviço Funerária? Historicamente, ele foi ocupado por pessoas não técnicas, e que trabalhavam numa relação oferta-demanda, da mais básica possível: onde precisa de sepultamento, criam-se sepulturas, criam-se gavetas, criam-se covas, criam-se gavetões, criam-se jazigos, mausoléus e assim por diante. Isso pode, ao longo do tempo, ter elevado o potencial poluidor, potencial esse não comprovado em nenhum cemitério na cidade de São Paulo – nem no Vila Nova Cachoeirinha e nem no Formosa. Toda essa polêmica, que resultou, inclusive, nessa convocação que eu acho muito oportuna, nasceu com o Prof. Pacheco, que fez, no início dos anos 2000, um estudo, não autorizado, diga-se de passagem, no Vila Nova Cachoeirinha e no Vila Formosa, para detectar eventual potencial poluidor. Contrariando todas normas técnicas de pesquisa de solo, esse estudo foi concluído e colocado na internet e em todos os meios de comunicação, o que acabou gerando um frisson nacional em função desses resultados. Ao ser questionado, esse Prof. Pacheco, não respondeu nenhuma questão científica ou técnica. O Prof. Lezire, que o nobre Vereador Aurélio citou, nunca fez uma pesquisa em nenhum cemitério municipal. Nenhuma. Nenhuma.

O SR. PAULO FRANGE – Dr. Celso, o senhor está lá desde 2005, não é isso?

R – Dois mil e seis.

P – Quando o senhor assumiu, lembra, nós tivemos uma conversa...

R – Tivemos.

P – Eu tinha ido até a França, na década de 90...

R – Sim.

P – E trouxe a ideia da tanatopraxia, porque o potencial contaminante seria muito menor se a gente pudesse implementar isso no Município de São Paulo.

R – Isso.

P – Com certeza com um custo até muito barato. Por que não andamos nada de lá para cá?

R – Não, andamos, sim, nobre Vereador.

P – Conseguimos evoluir nesse processo?

R – Gostaria de citar algumas coisas. Por exemplo, com relação ao potencial poluidor e devolver (?). No Vila Formosa – eu acho que a maioria das pessoas aqui sabem que ele tem 780 mil metros quadrados e é considerado um dos maiores do mundo; maior, em tese, da América do Sul; eu digo "em tese", porque parece que, no Rio de Janeiro, estão inaugurando um maior –, os corpos eram sepultados nas quadras, previamente determinadas e aprovadas, de forma aleatória. Bom, descobrimos, nós, numa análise básica no Vila Formosa, que ele tem 90 mil metros quadrados – 90 mil metros quadrados – com lençol freático a meio metro. Então retomo o conceito: é poluidor? É. Qual é o potencial? Óbvio que se sepultarmos com lençol freático a meio metro, obviamente teremos impacto. Obviamente teremos impacto. A um metro e meio, como preconiza a Norma Conama ratificada pela Resolução 131 do Cades, que aprovou o Parecer 035, todos ficaremos seguros. Então veja: o que se trata hoje é, primeiro, atuar em cima de bases sólidas, científicas e técnicas, comprovadas – isso é a primeira coisa. Segundo: não esconder eventuais mazelas que certamente existem, em função do mau manejo do passado. Não esconder, muito ao contrário.

O serviço funerário, hoje, está bastante comprometido com a questão ambiental. Por quê? Porque permite a ele estabelecer um Plano Diretor de Manejo de Cemitérios, de tal forma que, independentemente dos profissionais que eventualmente nos sucedam, há um compromisso público com a Câmara dos Vereadores, com o Ministério Público, com a entidade ambiental, para que se cumpra esse plano, e que se resgate esse déficit ambiental eventualmente criado ao longo dos anos.

P – A tanatopraxia, Celso? Por que não implementamos isso em São Paulo?

R – Vereador, a tanatopraxia não tem nenhum dispositivo legal que nos permita atuar de forma explícita, porque não está na nossa mão o serviço funerário. A tanatopraxia, como o senhor mesmo citou – e eu até fiquei feliz que citou – também é um serviço que, em que pese ter uma relação direta conosco, não nos compete. Então nós não a regulamentamos; gostaríamos muito de regulamentá-la.

P – O senhor não acredita que seja realmente um redutor do potencial de contaminação?

R – Não tenha dúvida. Além de ser uma técnica e um elemento de dignidade para todas as famílias.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Esperem aí, os senhores têm que explicar qual técnica é essa. Nós estamos “boiando” aqui. Nós não entendemos nada dessas questões técnicas, e nós gostaríamos de entender. Por favor, poderiam definir para nós o que é isso. Qual técnica é essa?

R – Eu não sou médico; o médico é o Dr. Paulo. Mas se o Dr. Paulo quiser...

O SR. PAULO FRANGE – Pode explicar, Celso.

O SR. PAULO FRANGE – Não, pode explicar Celso, fique à vontade.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Se é uma técnica para tratar corpos, a depender da origem, da *causa mortis*, a tanatopraxia não só conserva como elimina certos componentes que originaram a *causa mortis*. Portanto, pode eliminar ou mitigar os efeitos maléficos do ponto de vista do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E qual é o procedimento, como é o uso da técnica, como é feito?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Desculpa, a população conhece a tanatopraxia como maquiagem, ou necromaquiagem. Aliás, eu gostaria até, nobre Vereador Presidente, se o senhor me permitir, que a Câmara pudesse não falar mais em necrochorume, porque eu admito por parte dos senhores, mas um jornalista que escreve necrochorume não tem a menor noção do que está falando. Primeiro, não é chorume, chorume é uma coisa oriunda de lixo e corpo não é lixo, independentemente de qualquer religião, estamos falando de dignidade humana...

P – Mas em decomposição não é?

R – Não é. Ele se chama liquame funerário, ou produto da liquação. O necrochorume significa que a par e a despeito de todos os nossos conceitos de ordem filosófica, humana e religiosa, quando morremos, viramos lixo.

O SR. PAULO FRANGE – Só para entender, no caso da tanatopraxia o paciente tem, com uma pequena bombinha, retirado o sangue e re-injetado um produto siliconizado que vai ocupando a capilaridade do corpo. Então, o morto, naquele momento, fica absolutamente lívido como era antes. E todo o material ceroso, líquidos, etc, vão para uma câmara onde é tratado, transforma-se em produto inerte. Portanto, o potencial de poluição é muito menor. Hoje se tem isso em cemitérios privados, em funerárias privadas, etc.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa é uma técnica muito cara?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Não, ao contrário. Inclusive, se oficializada, se legalmente instalada...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estou perguntando isso porque podemos propor projeto de lei nesse sentido.

O SR. JAMIL MURAD – É sobre isso que eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu quero saber o custo.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Se legalizada, se oficializada em São Paulo em função da economia de escala, certamente o custo será bem baixo.

P – Mais ou menos qual o custo?

R – Eu diria que é algo em torno... Depende da causa mortis e do resultado que se pretende.

P – O senhor sabe, o senhor preside o Serviço Funerário, o senhor sabe...

R – Eu não faço tanatopraxia.

P – Mas o senhor sabe quantos sepultamentos gratuitos as unidades fazem...

R – Sim.

P – Se ela tem condições de arcar com isso...

R – Certamente, não. Nós teríamos de ter um aporte... Desculpa, Vereador, só para estabelecer o custo médio que o Vereador está querendo. Eu diria que vai depender de como vai ser o sepultamento. Por exemplo, se o sepultamento é hoje, e são 72h de velório, o custo é um. Se for em 12h, o custo é outro. Então, o custo médio seria entre 200 e 300 reais, custo médio.

O SR. JAMIL MURAD – Mas o problema aqui, no meu entendimento, não é quanto ao custo. O problema é o seguinte: a tendência, mesmo quem é religioso e quem não é, o problema, o corpo é intocável, mas todos permitem, aceitam que aquele corpo desapareça. Então, hoje surge a cremação. Quer dizer, somos hoje seis bilhões de seres humanos no mundo, se você tomar permanente esses corpos, esses seres humanos que vão morrendo e eles não se decompõem, como é que ficaria, qual seria a situação? Eu acho que não existe, a meta não é tomar como se fosse o tempo do faraó porque eles eram poucos. O problema é que o ser humano morre, independente da religião, ele, tem que ser respeitado o seu corpo, ele é inviolável, mas é esperado que a decomposição seja um processo natural, é processo natural, aceito milenarmente. E por outro lado hoje existe a cremação que resolveria também o problema mais moderno, o problema de espaço, de possibilidade. Não há mais terrenos para cemitérios. Hoje, existem cemitérios de andares, como edifícios, enormes e as pessoas ali colocadas porque não há mais área extensiva, porque o cemitério frequentemente é extensivo ou são três, quatro, cinco gavetas.

Mas tem um problema, a questão é a seguinte, são 90 mil metros quadrados em Vila Formosa. Eles estão meio metro do lençol freático. Pela técnica deveria ser um metro e meio. Então, é três vezes menor, três vezes mais raso do que deveria. Só que aqui, em São Paulo, quase não se encontra problema. Além dos vetores já relatados pela Dra. Vera, quase não existe problema, é estranho. Eu posso achar que os problemas não estão surgindo porque a Vigilância está malfeita, está insuficiente, está deficiente, tem pouca gente para trabalhar, 17 pessoas. Quantos carros vocês têm na Vigilância no seu setor?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Nós não temos carro específico para o nosso setor. Estou querendo dizer que nós trabalhamos, normalmente, com um pool de carros e nós solicitamos o carro cada vez que vamos sair. Não existe um carro dessa ou daquela pessoa para poder fazer a parte administrativa de forma adequada.

O SR. JAMIL MURAD – Está bem. Mas a vigilância relatada aqui, ela está ainda em desenvolvimento. E ainda temos a ideia, que existe a ideia na sociedade de encobrir aquilo que não dá para encobrir aquilo que não dá para encobrir. Por exemplo, isso citado pelo Vereador Netinho, Police Neto, a Organização Mundial de Saúde vem e fez um exame. Ora, se a Organização Mundial da Saúde vier na praia na Baixada Santista, no litoral, e colhe uma amostra e der 100% sem contaminação, não quer dizer que no mês seguinte, que no verão seguinte não vai estar contaminado. Então, ele usa um dado... Isso tem que ter vigilância permanente, os exames têm que ser repetidos metodicamente, periodicamente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Me concede aparte, Vereador?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É só para afastar que longe de eu imaginar que a gente não vai continuar fazendo as análises! Eu fiz questão de mostrar um estudo que foi feito e é recente e que dos três cemitérios escolhidos, dois a gente está abordando, só isso. Usei isso para quê? Para reposicionar a tarefa, a atribuição e a competência que tem a Covisa, só isso. Como a gente sabe que também chamou para nos acompanhar os técnicos da Cetesb, saber para quem que a gente pede que tipo de informação e para quem a gente investiga cada um dos procedimentos adotados. Só para a gente não pedir para a Covisa fazer a investigação da qualidade da água porque é competência da Cetesb. É só isso que...

O SR. JAMIL MURAD – É como alguém vir e ter um entreviro, um tiroteio entre criminoso e polícia. Teve um tiroteio em São Paulo e não morreu ninguém naquele episódio. Al se faz uma tese de que os tiroteios em São Paulo não matam ninguém. É como isso de ir lá e fazer uma análise, um dia, e não encontra contaminação se tira à conclusão de que os cemitérios de São Paulo não têm risco.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Desculpa, Vereador. O senhor é mais experiente que eu, é nosso relator, é o professor dos nossos encaminhamentos, mas não foi isso que eu disse, embora o senhor queira repetir que foi isso que eu disse. Eu fiz questão de revelar a presença dos técnicos da Cetesb para nos auxiliar na investigação da água. Eu não vou pedir para a Covisa fazer a investigação porque não é ela, porque eu sei da importância da investigação dos vetores para garantir saúde ao nosso Município.

Então, aqui quero conseguir entender a atribuição, entender a competência e cobrar pela competência. Não vou cobrar pela incompetência, não da atividade, da incompetência por não ter atribuído a eles tal competência. Vamos, portanto, fazer um esforço para aquilo que é competência da Covisa, cobrar da Covisa. O que é competência de outros, cobrar dos outros. Para que? Para que a população saiba a quem recorrer em cada uma das anomalias.

No caso, o esforço que a Covisa tem feito é mostrar-nos onde ela atua. Para que? Para podermos, ao investigar, auxiliá-los, o que me parece ser a tarefa de todos. Agora, atribuir à Covisa a responsabilidade de investigar a qualidade da água, todos nós sabemos de quem é a competência, não dá, eles afastarão os vetores e reconhecerão o risco à população e nos auxiliarão nisso.

O SR. JAMIL MURAD – Sr. Vereador, a gestão municipal é integrada. Então, por exemplo, nessa recente notícia: "A Cetesb aguarda que o Serviço Funerário envie estudos complementares para confirmar essas suspeitas e o grau de contaminação". Quer dizer, de quem é a responsabilidade?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vejam bem, na verdade, nosso objetivo é tentar solucionar e melhorar o procedimento em relação à vigilância sanitária da cidade de São Paulo. A Dra. Vera informou que o Vigisolo e o Vigiágua é um departamento novo, recém-criado, foi criado em 2006, 2007, é isso, que tem suas deficiências, que tem de melhorar, tem de se aparelhar. Tem. Tem porque é responsável, sim. Ela não pode fazer uma série de avaliações, pode encaminhar à Cetesb quando desconfia, mas tem de fazer, e com eficiência. Que hoje não tem, a senhora mesma disse. Não tem a eficiência desejada, que deveria ter.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não tem. A senhora disse que tem poucos técnicos. Não dá para fazer de acordo com a demanda da Cidade de São Paulo, que a senhora muito bem sabe. Nosso objetivo, então, é nesse sentido.

A minha preocupação são esses cemitérios. Hoje, o debate é sobre isso, que não estão adequados à Resolução do Conama, que eles tem de se adequar. Não há perigo de continuar tendo sepultamento nesses cemitérios, que existem há 50 anos e não atendem a nada da resolução hoje imposto pelo Conama? Essa é uma preocupação.

Temos de saber se tem perigo nesses cemitérios, devemos proibir os sepultamentos nesses cemitérios. Há estudo nesse sentido? Não há estudo? Vamos esperar um ano e vamos continuar deixando ter uma possível contaminação? A contaminação de liquame funerária é igual à contaminação dos postos de gasolina, que vocês também fiscalizam, avaliam, estão monitorando. Por exemplo, a Vila Carioca, vocês monitoram ou não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Monitoram. Então também é competência de vocês, sim.

O Dr. Celso quer fazer uso da palavra, por favor.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – É só para citar o nobre Vereador Jamil, que fomos notificados, em 2006, pela Cetesb, a partir desse infeliz estudo do professor Pacheco. Em 31 de julho de 2007, aliás, perdão, em 9 de agosto de 2007, processo licitatório 2007, 0.250.7462, o Serviço Funerário contratou investigação confirmatória, via esse procedimento licitatório, apresentado à Cetesb, que comprovou a presença de chumbo e cromo, que não fazem parte da decomposição humana.

O SR. PAULO FRANGE - Que data foi, Celso? Que data?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Nós fizemos o processo licitatório no dia 09 do oito de 2007. Processo licitatório 2007 0.250.7462, para contratar uma empresa para fazer investigação confirmatória nos dois cemitérios.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Sr. disse que tinha qual substância?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Cromo e chumbo.

P – Qual?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Cromo e chumbo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ah, e chumbo.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Que não decorrem, certamente, da decomposição...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Do solo.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Então, aí, houve um questionamento enorme de parte do Serviço Funerário e também de parte da Cetesb, com relação também às técnicas empregadas nessa investigação confirmatória. Acionamos a empresa, essa empresa, hoje, está respondendo um processo junto à gente, inclusive, até para devolver o dinheiro. E, no aguardo da finalização da Resolução Cades 131, já temos, hoje, já soltamos, hoje, dia 8, se não me engano, no dia 8, novo Termo de Referência para contratação de nova investigação confirmatória, desta vez, detalhada, conforme orientação da Cetesb.

O SR. PAULO FRANGE – Essa contratação que é feita, é por empresa que a Cetesb já pré-qualificou?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Sim, um dos itens do edital é que essa empresa seja qualificada pela Cetesb.

O SR. PAULO FRANGE – Tá. Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só uma pergunta, o senhor disse que é impraticável. Hoje, essa técnica, aliás, quantos óbitos, hoje, quantos sepultamentos a Prefeitura de São Paulo realiza com recurso próprio?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, mas qual o número?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Ah, sim, a gente faz algo...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Média, mês.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Vereador, toda vez que falamos em óbitos, temos de falar em números médios.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Médios, claro.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Nós fazemos algo em torno de 150, 160 sepultamentos por dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mês?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Dia. Isso significa perto de cinco mil/ mês.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mês, portanto, 60 mil/ano?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Sim, perto disso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – 60 mil vezes 300, qual é o valor? 18 milhões.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Vereador, eu trouxe o número exato, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – 18 milhões. A Prefeitura não tem condição de...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Só um minutinho, Vereador, o número exato de sepultamentos, em 2009: 46 mil. Sepultamentos feitos diretamente pela Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quantos? 46 mil?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Isso. Em 2009, feitos pela Prefeitura em cemitérios municipais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – 5 vezes 3, 15: 15 milhões de reais, para usar essa técnica que o senhor falou que seria ideal?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Não, não, eu não acho que essa técnica é ideal, indiscriminadamente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, nós vamos fazer diferente. O senhor, segundo o Dr. Paulo Frange, é o maior entendido de serviço funerário do Brasil. Qual é o modelo ideal, por exemplo, qual é a referência que o senhor tem, no mundo, sobre essa questão do serviço funerário.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – O Sr. está perguntando para mim em termos da indústria cemiterial?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, estou perguntando em relação ao que deveria ser o ideal para nossa Cidade, em relação...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – O ideal para nossa Cidade é que o manejo dos cemitérios fossem...

O SR. PAULO FRANGE – Isso. Sepultamentos seguros.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Absolutamente seguros, como eles o são. Quando o senhor pergunta, por exemplo, para a doutora, se existe risco de sepultamento hoje, eu lhe garanto e proponho que a Comissão vá nos visitar a qualquer momento, inesperadamente, hoje não existe riscos...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Públicos e privados, eu digo.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Públicos e privados. Porque hoje não se sepulta em área com lençol freático aflorado. Hoje, já se sepultou, no passado. Não adianta esconder isso. Já se sepultou no passado. Hoje, por exemplo, eu tenho problema no Lapa, em que eu tenho criado áreas de concessão, para fazer uma permuta, para quem comprou jazigo, porque nas épocas de chuva, os corpos ficam todos dentro da água. Eu diria que qualquer pessoa, minimamente preparada, não teria autorizada aquela área a ser área de sepultamento. Mas foi, no passado foi. E as pessoas, os municípios, infelizmente, compraram e pagaram por isso. Têm direito adquirido, então, nós, do Poder Público, temos de minimizar essa situação e criar uma concessão alternativa para eles.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é o modelo ideal para a Cidade de São Paulo? Nós gostaríamos de ajudá-los.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – O modelo ideal é que nós cumpramos todas as exigências da Resolução Cades, façamos todas as investigações confirmatórias, detalhadamente, tomarmos todos esses dados públicos, e estabelecemos um novo plano de manejo, de forma a mitigar e eliminar o déficit ambiental criado pelo Serviço Funerário ao longo dos anos.

A cremação...

O SR. PAULO FRANGE – O que o Sr. pensa do cemitério vertical, então.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – O cemitério vertical, a depender da situação, é muito bom. Se bem que ele também, a decomposição é feita por aeração, é um novo tipo de tratamento, mas ele também é bom.

O SR. PAULO FRANGE – Por exemplo, na zona Sul...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Eu, particularmente, como profissional, apenas para colocar, eu defendo a cremação. Particularmente, como profissional.

O SR. PAULO FRANGE – Na zona Sul, onde o lençol freático é superficialíssimo. Na última CPI, nós tivemos problemas, tem até as empresas construindo os prédios com garagem de sobressolo e não de subsolo, porque o lençol freático está muito próximo e...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – O senhor me deu uma boa oportunidade para citar um exemplo. O São Luís, na zona Sul, tem um lençol freático em algumas áreas, razoavelmente, razoavelmente não, bem aflorado, áreas essas em que proibimos o sepultamento. Administrações anteriores, como não sou político, e não preciso dar tom político, ao contrário, aterraram, compactaram, ou seja, não se presta para sepultamento do mesmo jeito. Nós teríamos que abrir valas com trator e, quando colocarmos um corpo lá, a gente mumificaria os corpos, porque não há interação com os solos.

O SR. JAMIL MURAD – O senhor já citou dois casos.

O SR. PAULO FRANGE – ...Organização Mundial de Saúde, porque não indicaram o Hospital das... Eu estava preocupado, porque vai exatamente no Vila Formosa, porque lá é uma região completamente... O solo, é diferente, eu conheço bem os solos aqui, o Chora Menino, com certeza não tem esse tipo de problema.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Não tem.

O SR. PAULO FRANGE – Conheço o solo de Santana a dedo, agora, dá um pulo no São Luís e vê a área arenosa que nós temos de Capela do Socorro para baixo, o solo arenoso, tinha até estação de areia por lá. Como é que a gente faz com o lençol freático naquela região? Não seria mais interessante o cemitério vertical estar indicado para essas áreas?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Seria. Não tenha dúvida que seria.

O SR. PAULO FRANGE – Deixa eu perguntar aqui para o pessoal da Cetesb e da Covisa. Vocês conhecem algum cemitério em Área de Preservação Permanente, em APP? Tem alguns, Celso? Conhece algum?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Depois a gente pergunta para o pessoal da Cetesb. Só perguntar ao Sr. Celso. Sr. Celso, o senhor acabou de falar agora que tem dois cemitérios com grande problema. O senhor acabou de dizer que a Lapa tem problema na época das chuvas, que...

O SR. JAMIL MURAD – Da inundação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Inunda e os corpos ficam na água, e o senhor disse que, no São Luís, que aterraram...

O SR. JAMIL MURAD – É bem superficial.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É recente ou é uma coisa antiga esse aterramento?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Antiga.

P – Antiga.

R – Não sei precisar necessariamente a que data.

P – E o senhor, inclusive, se referiu a manejo.

R – Sim.

P – Tem algum modelo em relação a esse manejo?

R – Tem, por exemplo...

P – Não sei. Deve ter algum estudo nesse sentido.

R – Não, veja só. Vou citar os dois exemplos. No caso do Lapa, todo eventual estrago que tivesse que ser feito, já foi feito, porque nós estamos... Eu estou te dando um dado histórico. Estou falando de mais 40, 50 anos atrás. Portanto, o estrago que tinha que ser feito, já foi feito. Hoje já não tem mais esse problema.

P – O liqüame funerário já se extinguiu.

R – Já se extinguiu.

P – Mesmo com a chuva que tem hoje, já foi tudo embora.

R – Até porque ele percola a 14 centímetros por ano. Então, vai depender do tipo de solo. Então, esse do Lapa, o que nós temos que fazer é restabelecer a dignidade para o município, mais nada. Com relação ao meio ambiente, não há mais, efetivamente, nenhum dado concreto.

O SR. JAMIL MURAD – Só um aparte, Presidente. O senhor citou três cemitérios importantíssimos aqui, em São Paulo, e com problema: O da Lapa, que inunda...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Cujo problema já não existe mais.

P – Sim.

R – Já não existe mais. Nós estamos falando de 50 anos atrás.

P – O de São Luís, que é muito superficial, não é?

R – É, que, em cujas de área de lençol freático, não existe sepultamento.

P – Isso, mas, é superficial. E o da Vila Formosa, que é meio metro, 90 mil metros quadrados.
R – Que também não há sepultamento.
P – Que é meio metro. Quer dizer, então, as áreas disponíveis para cemitérios aqui, quando se analisa, de acordo com a boa técnica, há várias áreas que não podem ser utilizadas como cemitério.
R – Não várias áreas, algumas áreas. Eu, particularmente, citei as que são do nosso conhecimento.
P – Sim. Existe alguma outra ou só essas três?
R – Não, nenhuma outra que nós tenhamos conhecimento. Por isso que eu acho importante nos adequarmos ao estudo de viabilidade ambiental requerido pela resolução Cades, para que, eventualmente, se houver alguma outra distorção que, por falhas nossas, eventualmente, tenham passado despercebido, possa ser analisado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que nos servirá, como alerta, para estabelecer medidas remediadoras.
P – Quería que o senhor expusesse esse problema da cremação.
R – Pois não. O que o senhor gostaria de saber?
P – Não, como opção.
R – Eu acho que o senhor citou aí que, só para esclarecer, a tanatopraxia, ela não mumifica.
P – Por exemplo, o senhor... O Vereador Paulo Frange O apresentou como um especialista.
R – Sim.
P – Um estudioso na questão dos cemitérios. Então, poderia expor aqui qual é a situação nossa. A São Paulo, qual é a disponibilidade de áreas, qual é a demanda, qual é a possibilidade de nós resolvermos isso, e qual a necessidade de uma política pública em relação à cremação.
R – Perfeito. No final do ano passado, o Prefeito Gilberto Kassab e o Secretário Alexandre de Moraes já aprovaram uma ideia que oferecemos, da instituição de um novo crematório, na cidade de São Paulo, particularmente na zona Sul. Já é compromisso público, foi noticiado pelos jornais e foi exposto na prestação de contas de janeiro de 2010. Eu entendo que cremação é uma saída não só para São Paulo, que é uma megalópole, mas é uma saída para o mundo inteiro. Se verificarmos a estatísticas de cremação no mundo, vamos verificar que não existe, no mundo, nenhum país, a exceção de Israel, obviamente, em que a cremação não cresce assustadoramente. Na Grã-Bretanha, hoje já temos 70%; Estados Unidos, estamos com, na média com 36%; Califórnia, com 70%; a Costa Leste, com 53%; Japão, 100%. Pois é, Vereador. Esse é o fato assustador. Quando nós entramos no Serviço Funerário, a nossa taxa estava em torno de 5%. Hoje ela está em 10%. É um crescimento muito grande. Por isso nós agora estamos adquirindo dois novos fornos para o Vila Alpina e estamos abrindo um novo crematório, uma área que inclusive vamos visitar para conhecer, se é pertinente ou não, na sexta-feira que vem. Com relação à cremação, ambientalmente, ela está aprovada em todos os níveis ambientais, com padrões de EPA que, aliás, é utilizado pela Cetesb, são padrões EPA californiano, que é um... Para emissões, é um padrão bastante exigente. Os fornos hoje têm detectores de opacidade. Eles não permitem dioxinas, não permitem furanos, não têm odor, não têm cor, enfim, a cremação hoje, ambientalmente, digamos, é um processo bastante limpo.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E o custo?
O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Também bastante razoável.
P – Qual é o custo?
R – Ele é muito menor, nobre Vereador, do que qualquer implantação de qualquer cemitério. Um bom equipamento crematório...
A SRA. MARTA COSTA – O custo...
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em relação ao custo público.
O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Ao custo público.
O SR. JAMIL MURAD – A implantação do forno crematório e o custo...
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Per capita, que é o que interessa.
O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Perfeito.
P – Ver se além de qualidade tem condição.
R – Então, eu gostaria de esclarecer o seguinte: O Serviço Funerário hoje, ele é autônomo financeiramente. Ele vive dos próprios recursos. Hoje ele paga 335 reais a cada cremação que ele realiza. Hoje o Serviço Funerário subsidia a atividade de cremação no município. Nosso custo médio cobrado... Médio por quê? Ele evolui, ele depende da uma que é utilizada. A uma determina qual é o valor final da cremação. Nosso custo médio é em torno de 300 reais e o nosso custo operacional é em torno de 650. Então, esse é o custo, 650. Agora, como eu entendo que esse serviço é um serviço público, publicamente, tem que ser gerido. Então...
P – Mas hoje se paga...
R – Por isso é subsidiado.
A SRA. SANDRA TADEU – Não, mas é 350 individual, não é?
O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Não entendi.
P – Individual.
R – Isso.
P – Mas, na hora de cremar, você, quantos corpos?
R – Um só. Um por vez.
P – Um por vez?
R – É. Não é coletiva a cremação, Vereadora, é individual.
O SR. PAULO FRANGE – Vereadora Sandra, veja o que nós estamos discutindo agora. Celso, o pessoal reclama muito. O Vereador Jamil é um deles. Não tem médico, não acha médico, etc., Vereador Jamil. Esse custo é uma vez e meia o que SUS paga por um parto cesariana para a rede pública conveniada. Veja quando alguém reclama do médico, é bom saber que o médico recebe menos de 200 reais por cesariana ou por parto no país inteiro. Então, é bom a gente ver esses números, porque assusta, assusta. É um custo pequeno demais. Eu acho que, dentro daquele raciocínio seu, não há dúvida, a cremação é a grande saída, é a grande expectativa. Nós precisamos de criar essa cultura. Nós não temos essa cultura. É uma cultura que precisa ser divulgada. Tem que ser introduzida na sociedade brasileira. Na sociedade paulistana, até tem razoavelmente. Mas o grande impeditivo sempre era ter que ir até à zona Leste. Eu acho que a presença de um crematório, na zona Sul, vai mudar bastante esse...
O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – A intenção é, neste ano, um crematório na zona Sul, e, se possível, se tivermos as coisas andando, como estamos projetando, também fazer um crematório, mais um na Zona Leste e um na zona Norte.
P – Só uma pergunta a mais, Celso. Os cemitérios privados nem sabem que você existe. Desculpe a expressão, ou seja, eles não dão a menor satisfação para ninguém, em São Paulo, exceto para quando é fiscalizado.
R – Não, não é bem assim, não.
P – Olha que é. Eles conseguem construir sem te avisar. Eles fazem o que querem, sem comunicar o Serviço Funerário.
R – Não, não é bem verdade. Eles conseguem ser aprovados, sem sequer saber o nosso endereço. Isso sim, isso é verdade, mas eles não constroem um jazigo, uma gaveta, sem a nossa autorização. Eles são fiscalizados, normatizados e tabelados por nós.
P – Apreciam a aprovam?
R – Não entendi.
P – Apreciam e aprovam, por exemplo, a expansão?

R – Não, não. Eu aprovo a construção funerária, que já está previamente aprovada.

P – Está, mas uma expansão...

R – Eu aprovo só a construção.

P – Mas uma expansão...

R – Não, expansão, não. Não existe cemitério em expansão em São Paulo. Veja, o cemitério, ele apresenta um projeto.

P – Se você tem um banco de dados, então. Então, você tem informação do número de jazigos que a cidade tem.

R – Vou tentar te explicar. O cemitério aprova um projeto de, por exemplo, 50 mil jazigos, cada um com três gavetas. Ele aprova e todo esse processo de aprovação, o Serviço Funerário não participa. Uma vez aprovado, ele tem que implantar, e, obviamente, ele não constrói 50 mil jazigos de uma vez. Ele constrói 500, depois constrói 500, e assim vai. Vai ocupando a área, conforme ele vai vendendo, e a gente aprova a construção funerária, a gente aprova o que já foi aprovado.

O SR. JAMIL MURAD – O Vereador Paulo Frange tem razão.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Ai a gente fiscaliza a obra.

P – Que vai existir um determinado cemitério privado, não dá bola para o Serviço Funerário. Depois é que...

O SR. PAULO FRANGE – Nem para a subprefeitura, nem para ninguém. Eu não acredito. Aprovou, o Aprov meteu o carimbo lá, aprovado, daí para frente, é só olhar Pirituba, o que fizeram lá. Olhem o Cemitério de Pirituba. Da outra vez, Celso, nós falamos disso. Aquilo que está, em Pirituba, é uma agressão à imagem de São Paulo, é uma agressão econômica. Para quem não sabe aqui, mais de 20 torres foram construídas e vendidas na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, com um *folder* desse tamanho, dizendo: "Vista eterna para o parque". Parque Toronto, na frente, etc. e tal. Quando, de repente, alguém acorda com as máquinas, lá na frente, derrubando árvore. Era um cemitério na frente. Isso é lesão econômica. Isso é um absurdo. E aí nós fomos correr atrás. Não tinha o que fazer, porque estava aprovado em 2003, lá atrás.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Dois mil e quatro.

P – Dois mil e quatro.

R – Dezembro de 2004.

P – Isso. Antes do Plano Diretor. Está lá, está locando. Não está em funcionamento, mas está terminando já. Não tem quem para. Vai lá, autua, vai, coloca e...

R – É só para orientar o nobre Vereador Aurélio, não está em funcionamento, e, nas condições de hoje, não entrará, porque o Serviço Funerário não vai aprovar a construção funerária, não vai aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós podemos ficar tranquilos.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Nas condições atuais, porque eles não cumprem a legislação do Serviço Funerário.

O SR. PAULO FRANGE – Celso, se você conseguir isso, vai ganhar um busto na avenida. É o nosso movimento lá.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Se eles cumprirem as exigências, Vereador, nós não vamos poder fazer nada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quais exigências que eles não estão cumprindo? É isso que a gente gostaria de entender.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Bom, eles estiveram conosco...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Que o senhor descrevesse.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Eles estiveram conosco há, se não me engano, há um ano e meio atrás. Eles não são entidades religiosas.

P – Primeiro...

R – São duas pessoas físicas, donas do empreendimento. O primeiro item é esse. Só esse já não permite que eu, prosseguir nada.

P – Questões técnicas é o que nos interessa.

R – Eu desconheço.

O SR. PAULO FRANGE – Celso, se eles venderem, se eles venderem...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Antecipadamente...

P – Agora esse direito para uma entidade religiosa, nós conhecemos quantas fantasmas têm por aí, mas suponha que quando você vai examinar, ela é legítima, ela está ali e está constituída. Existe, no papel. Ai, não tem jeito, porque as outras só existem no papel. Eu tenho como demonstrar isso nas outras que estão aí. Existe no papel. Você não acha nem o endereço. Tem cara com endereço de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O que o senhor está me falando me assusta mais ainda. Me assusta mais.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Não era a minha intenção.

P – Porque se vê que, na verdade, estão montando esse cemitério, no sentido de uma indústria do serviço funerário, indústria do cemitério. É uma entidade, é uma empresa.

R – É indústria.

P – É uma entidade que não tem, que não está apta para ter a autorização municipal.

O SR. PAULO FRANGE – Na planta, não tinha que estar escrito o proprietário, o nome da entidade religiosa? Quando eu aprovo uma planta, sai lá proprietário. Inclusive, durante a aprovação, se eu vendo, eu vou lá para mudar o nome do proprietário. Então, houve equívoco. Nós perdemos oportunidade de segurar isso, na época, se a gente tivesse atentado para esse fato.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Só para esclarecer, de fato, nós não participamos nada. Eu sei que a data, porque eles me mostraram, a data de aprovação foi dezembro de 2004. Não sei exatamente que data, qual a data, se 14 de dezembro, alguma coisa assim. Quando vieram nos procurar, para saber qual era, como seria definido o relacionamento de Serviço Funerário com o cemitério, eu disse, claramente, a eles: "Olha, aqui vocês não serão aprovados, porque..." "Não, mas nós fomos aprovados". Eu falei: "Aqui vocês não vão prosseguir, porque vocês não cumprem a legislação interna do Serviço Funerário."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E não há como impedir? Segundo o Vereador Paulo Frange, diz que a obra continua.

R – Não, eles não estão fazendo construção funerária, Vereador, que é o que me cabe.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós temos interesse nesse...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Olha, o município tem atuado bastante. O próprio Ministério Público tem atuado bastante. Eu sei que as medidas estão atrasadas, em relação à formação de cemitério, mas eu confesso que nós não temos autoridade.

O SR. PAULO FRANGE – Celso, você deve ter intimidade, com certeza, com o Prefeito Kassab. Peça a ele, pelo amor de Deus, para fazer uma DUP, desapropriar aquilo para integrar o Parque Toronto. As nascentes eram ali e iam para lá. Nós temos foto do Google da época, imagem das nascentes que foram aterradas.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Sim.

P – Nós acompanhamos tudo aquilo, as árvores que desapareceram. Se o senhor for aqui na região de São José dos Campos, onde tem essas imagens armazenadas, e olhar o que aconteceu lá em 2001, em 2002, 2003, 2004 e depois, é um absurdo o que aconteceu. Essas imagens estão armazenadas. Nós, na época, sugerimos; o pessoal não quis. Só que toda a resistência do entorno, o pessoal do cemitério já conseguiu quebrar. Quem era contra, hoje já não é contra mais. Já tem até quem gra contra e acha que é interessante morar em frente ao cemitério. Eu sugeri aos donos que mudassem para lá, e, aí, quase me bateram na reunião lá, ficaram agressivos. Tinha um moleque lá, da família de um deles, que veio fazer graça comigo. Pena que ele não ficou muito tempo na frente, porque ia levar um sopapo. Veio dizer para mim, numa reunião com senhoras, que morar em frente ao cemitério traz muita paz. "Então muda para cá". É interessante isto: mudar para lá. E é na entrada de São Paulo. Então, nós vamos entrar em São Paulo por essa porta.

Mais um assunto: como fica a situação dos velórios e desses espaços que os hospitais têm, e o traslado daí até o sepultamento? Quem fiscaliza isso? Eu vou

te explicar o que é. Fui visitar uma família, um paciente da minha clínica. Eu cheguei e disse: "Está vazando". Debaixo do caixão estava pingando. O paciente ficou muito tempo na UTI, tinha muito líquido etc, estava vazando e pingando ali. Essa é uma situação, que queria que você respondesse.

A outra, eu queria conversar com você sobre gestão do cemitério mesmo.

R – Bom, quem fiscaliza, se o corpo está vazando... Como foi o traslado... Eu não entendi a pergunta.

P – Quem fiscaliza esses espaços?

R – Que espaços, Vereador?

P – Os velórios dos hospitais.

R – Eles são autônomos.

P – Eles são autônomos...

R – São autônomos.

P – Não há fiscalização? A Covisa...

R – Eles são aprovados... Os cemitérios dos hospitais são aprovados como mais um empreendimento do hospital. Ele não está aprovado como equipamento de prestação de serviço funerário.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dra. Vera, a Covisa fiscaliza? Tem um trabalho nesse sentido?

A SRA. VERA LUCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – A parte de fiscalização em termos de hospital ainda está com o Governo do Estado...

- Manifestações simultâneas.

R – O CVS.

P – Mesmo em relação ao velório...

R – Isso, é o CVS.

P – Aos óbitos que ocorrem.

R – Toda a fiscalização em nível de hospitais.

O SR. PAULO FRANGE – Celso, nós já conversamos esse assunto uma vez. Eu vou torná-lo público até pela nossa preocupação, eu sei que você está caminhando nesse sentido. A dissociação da figura do sepultamento e da figura do velório. O velório, na verdade, dos cemitérios públicos do Município é a sala da própria família para recepcionar os amigos num momento tão difícil. Nós tínhamos uma situação muito difícil. Lembro que em 2006, quando você assumiu, eu fui lhe reclamar, primeiro, da ingenuidade do administrador do cemitério, que, muitas vezes, era de nível médio, não tinha nenhuma capacidade de gestão, não tinha conhecimento dessa discussão de contaminação etc. Você ficava no cemitério empurrando mosca etc. Não tinha onde sentar, não havia conforto nenhum para a família e, quando dava dez e meia, onze horas, vinha logo alguém dizendo o seguinte: "Tem que sair daqui correndo, fechar, porque, como não tem segurança, tem assalto à noite". Isso acontece no da Lapa até hoje. Quando dá dez e meia, onze horas da noite, é um pânico. Lá no cemitério da zona Norte, recentemente, com uma família que veio do interior, foi a mesma coisa. Eles ligaram para mim e disseram: "Avisaram que eu tenho que sair daqui porque dez e meia, onze horas a coisa aqui pode pegar". "É melhor levar os anéis, levar tudo para casa, documento, tudo". Como é que ficou essa situação da dissociação da figura do manejo do cemitério, da administração do cemitério com o velório? Porque aqui não tem nada a ver com esse espaço, aqui é um outro espaço, ou seja, estamos recebendo famílias, visitantes etc. As pessoas saem, vão para suas casas. Se tem contaminação nesse local, levam junto no sapato, na mão, pega em tudo. E não há o mínimo de conforto. Até mesmo para tomar o cafezinho etc. há uma dificuldade muito grande. Quando você chega ao cemitério, você encontra uma garrafa térmica, tudo. Eu e o Celso somos amigos de cemitério, viu? De vez em quando, eu vou visitar alguém da minha família, e está ele lá acompanhando alguém da família também. Até nisso nós já tivemos oportunidade de cruzar nesses espaços, não é, Celso? Em maus momentos.

A gente acaba discutindo isso porque é uma relação difícil de estabelecer: a separação entre gestão do velório e o manejo do cemitério.

R – De fato, nós já conversamos muito a respeito disso, e é bom esclarecer que o ideal seria que essa administração e essa gestão fossem separadas e com enfoques diferenciados. Cada uma lida com um tipo de situação. Portanto nada mais natural do que elas terem tratamentos diferenciados. Ocorre o seguinte, Vereador: o Serviço Funerário, em 2006, era altamente deficitário. Então, como eu costumo dizer, a gente pegou uma situação em que – como minha mãe dizia – "em casa que não tem pão, todo mundo grita e ninguém tem razão". Então, todo mundo tinha solução para tudo, mas dinheiro para fazer não se tinha.

O superávit do Serviço Funerário consolidou-se a partir de 2008, 2009. Hoje nós temos uma verba razoável para poder investir nessa separação. E começamos, a partir da aprovação da ata da Siurb, que foi semana retrasada – não é, Coronel? ... Semana retrasada, a Siurb soltou uma ata de reforma e manutenção, a que a gente aderiu, e vamos começar as reformas agora, no início do próximo mês.

Alguns velórios terão e serão contemplados de acordo com o que o senhor pensa. Outros, infelizmente não, por absoluta falta de espaço, por arquitetura... Aliás, não arquitetura, por disposição. Nós não temos mais espaço para absolutamente nada em alguns cemitérios. Alguns serão contemplados, conseguiremos atingir esse objeto; outros, confesso que não.

P – Celso, o Secretário Eduardo Jorge tinha dificuldade nos parques com a mesma situação. Ele encaminhou para cá uma proposta de lei, e nós aprovamos aqui que o gestor do parque hoje obrigatoriamente tem que ter uma pré-qualificação. No Serviço Funerário, se você precisar disto, encaminhar para a Casa, eu não tenho a menor dúvida de que a Câmara aprovaria. Agora, você precisaria dizer qual seria a pré-qualificação para ser administrador do cemitério. Ou se nós vamos colocar a figura separada: gestão do cemitério e gestão do velório? Se seriam dois cargos separados com formação. Essa contribuição, a CPI pode dar para você.

R – Perfeito. Eu até agradeço e me comprometo, aproveitando a acolhida, para enviar um projeto desse. Em termos de gestão, é verdade, o Vereador sabe disso. Nós temos uma péssima qualificação para o administrador, que tem que ter uma formação muito mais elaborada do que a que ele tem hoje. Infelizmente. Ele não está preparado para lidar com a enorme gama de situações com que ele se depara no dia a dia. Não está. O Serviço Funerário hoje suporta, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tenhamos profissionais mais qualificados. Eu me comprometo a enviar uma sugestão; e, se os nobres Vereadores puderem apoiar, o Serviço Funerário agradece.

P – Vai ter todo o apoio. Só para ilustrar isso, eu estava num cemitério da Cidade quando, saindo por volta de três hora da tarde: "Está indo embora?". Ele falou: "Não, não, doutor, eu ainda vou receber mais uns quatro presuntos aqui hoje". Isso, com outras pessoas do lado, inclusive familiares. Não faz por mal, mas o cara tem nível baixíssimo. Como é que pode lidar com essa terminologia num ambiente onde estão até as famílias? "Eu não vou embora, que ainda vou receber mais quatro presuntos hoje".

R – Vereador, eu não quero desculpar o funcionário que usou uma expressão inadequada, também nem justificar, mas "contextuar". Os 1,6 mil funcionários, ou servidores do Serviço Funerário, eles não têm, há 50 anos, nenhuma espécie de política de RH, nenhuma espécie de amparo psicológico-emocional para lidar com uma atividade que é dura, que até hoje a todos comove, inclusive a mim. Eu tenho certa dificuldade de lidar em algumas situações, apesar de trabalhar com isso há 21 anos. Esses funcionários não tiveram apoio de jeito nenhum. Esses funcionários ficaram expostos a tudo e a todos, a situações, a intempéries, a salários baixos...

P – Alcoolismo lá em cima.

R – Embruteceram. Como reação, elevaram-se os níveis de dependência química. Não quero nem explicar, nem justificar, mas "contextuar". O Poder Público tem obrigação de resgatar o próprio valor humano e funcionar desse sujeito que presta o serviço.

P – O transporte hoje é terceirizado, não é isso?

R – Não.

P – Nós não estamos com um serviço de terceiros?

R – Não.

P – Tinha um serviço de terceiro, que prestava serviço?

R – Não, não temos. Nós temos o serviço de limpeza parcialmente terceirizado.

P – E o transporte do...?

R – Não é terceirizado.

P – Ah?

R – Não é terceirizado, é efetuado por funcionários do Serviço Funerário.

P – Em carros próprios?

R – Em carros próprios... Não, não, em carros locados. Perdão. Agora entendi a tua pergunta. Ele não é terceirizado.

P – Ah, é locado.

R – Em determinada altura, resolveram, ao invés de terceirizar, locar automóveis. Terceirizar seria locar automóveis com motoristas. Mas só locaram os automóveis...

- Manifestações simultâneas.

P – A pergunta vale para a doutora. Nós temos a mesma situação com o SAMU. A higienização desses veículos nesse transporte, tanto eles como os do SAMU, onde é feita, como é feita e como a gente pode fiscalizar, acompanhar? Tem uma higienização chamada higienização terminal desse veículo, ou seja, é feita uma limpeza terminal, como é feita em centro cirúrgico. Qual a periodicidade com que é feito isso, como é feito e para onde vai esse líquido resultante? Al é que está. Eu estou falando, Celso, pelo seguinte: eu já vi se higienizar uma ambulância do SAMU, e foi tudo para a galeria pluvial. O pessoal ali com a vassoura foi locando, lavando, lavando; e ambulâncias da rede privada lavam os carros que vêm com paciente com sangramento e tudo, lava tudo, higieniza tudo direitinho dentro, fica cheirosa, e a água desce toda para a sarjeta e vai para a galeria pluvial. Eu não sei onde são higienizados esses veículos, porque eles têm, com certeza, um potencial de contaminantes alto. Porque ele recepciona o corpo num primeiro momento, num momento em que as bactérias ainda estão ativas e o nível de contaminação é alto.

R – De nossa parte, nós fazemos a limpeza dos carros diariamente num lava-rápido. Nós temos dois lava-rápidos, por incrível que pareça. Confesso que a nossa destinação não é das melhores, mas isso está incluso no plano de 2010 de gerenciamento de resíduos.

P – Poderia se utilizar o mesmo instrumento que se usa hoje nos postos de gasolina, uma caixa de coleta com decantação ou algum produto que pudesse ser adicionado.

- Manifestações simultâneas.

P – O hipoclorito de sódio resolve mais de 99% dos problemas, não é isso, doutora? O hipoclorito de sódio resolve enormemente os problemas da gente hoje, tão baratinho, 1 real e 20 centavos o litro.

O SR. JAMIL MURAD – Para a política do Serviço Funerário, eu estava analisando, nós poderíamos propor a implantação de uma política de cremação, a ser gratuita. De 49 mil seres humanos que falecem, se todos fossem para a cremação, se a família optasse por isso, a 600 reais, daria 30 milhões.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – O senhor está falando exclusivamente do custo de cremação, do ato da cremação. Se considerarmos todos os serviços paralelos, esse custo dispara. Nós somos obrigados por lei – Lei 4.100 – a manter o equilíbrio econômico-financeiro da autarquia. Eu não tenho a menor dúvida de que propor a cremação gratuita é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas pode alterar, pode vir subvenção, como vem para outras áreas também.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Não entendi, desculpe, Vereador.

P – Pode ter subvenção. O sistema de transporte na cidade de São Paulo tem subvenção.

R – Sim. O modelo...

P – Um bilhão de reais. Assim como pode ter...

R – Veja, é que o Serviço Funerário tem como se fosse uma Lei Orgânica interna. Essa Lei Orgânica teria que ser modificada porque na Lei Orgânica do Serviço Funerário...

P – Mas nós podemos alterar, é isso que nós estamos falando.

R – Não, não tenha dúvida. Só estou fazendo um alerta. Na Lei Orgânica, o Serviço Funerário é obrigado a manter o equilíbrio econômico-financeiro. Então, nós temos uma tabela de preços que é vulgarmente conhecida como "hobbinwoodiana".

P – Que só os ricos são cremados nesta cidade.

R – Não.

P – A maioria.

R – Eles tiram do rico e passam para o pobre. É que a cremação, Vereador, não é uma opção financeira, ela é uma opção cultural: 87% a 90% dos corpos cremados têm nível superior. É uma população estritamente cultural, como tudo o que se refere a óbito é cultural. Se não é determinado por questões óbvias e diretas religiosas, é cultural.

O SR. JAMIL MURAD – Famílias de trabalhadores, bem empobrecidas, têm que arcar com o custo do serviço funerário; recorrem à ajuda de amigos e parentes e, muitas vezes, ficam endividadas para fazer o serviço funerário. Agora, se fosse oferecido o serviço da cremação.

R – Mas existe cremação gratuita no Município hoje.

P – Existe?

R – Existe.

P – Quais são os mecanismos para obter.

R – Olha, a população, hoje em dia...

O SR. JAMIL MURAD – Como obter uma cremação gratuita? Qual o pré-requisito?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Que ele declare-se pobre, ou que ele seja indigente. Qualquer cidadão, hoje, no Brasil, se assinar uma Declaração de Pobreza dizendo que com aquele custo público ele não pode arcar sem prejuízo do sustento da sua família, nenhum serviço público pode ser cobrado, no Brasil.

P – É que introduz ali toda uma comprovação de que ele é pobre, de que ele não conseguirá.

R – Ao contrário, eu já tive gente ligada a Fiesp pedindo...

P – Então, propondo a facilitação disso, para ele provar...

A SRA. SANDRA TADEU – Celso, desses 10% que são cremados aqui em São Paulo, quantos são de pessoas carentes? Você tem esse dado?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA – Eu não tenho esse dado de cabeça, mas certamente não passará do universo, de 100% de cremados, não passará de 5%, com certeza. Eu só não tenho os dados aqui para te passar.

P – Qual é o orçamento da sua autarquia?

R – Cento e vinte e quatro milhões. É um orçamento fictício. Ele, real, é 100 milhões.

O SR. PAULO FRANGE – Doutora, com relação à limpeza do terminal, tem alguma informação a respeito desses veículos...?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – A parte de suporte avançada, a fiscalização é feita também pelo Governo do Estado. As ambulâncias que não são de suporte avançado é feito pela área de serviços e produtos de Covisa. Eu não saberia especificar, porque não faz parte da minha gerência.

O SR. PAULO FRANGE – Em relação ao cemitério em área de APP, alguém aqui tem alguma informação se tem em Área de Preservação Permanente?

O SR. CELSON JORGE CALDEIRA - Olha, eu tenho a impressão que dois, mas não tem certeza. Eu posso me informar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só se identifica. Não fez o Termo de Compromisso, mas é uma informação técnica.

A SRA. MARIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS PACHECO - Sou Maria Raquel, Coordenadora do Grupo Técnico de Avaliação de Impactos Ambientais do Decont. Pelo parecer CADES nº 35, que foi aprovado pela Resolução 131, houve então uma comissão que se reuniu 11 vezes com vários representantes do Município, Cetesb e Serviço Funerário. E nesse relatório consta que, dentre todos os cemitérios do Município, são dois em APP.

O SR. PAULO FRANGE - Onde? A senhora sabe onde é?

A SRA. MARIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS PACHECO - Quais são eles? Não tenho essa informação. O senhor tem?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA - Parque dos Pinheiros, zona Norte; e Girassóis, zona Sul.

O SR. PAULO FRANGE - São cemitérios privados?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA - Privados.

O SR. PAULO FRANGE - Aprovado em APP? Aprovado anterior à criação da APP?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA - Olha, não sei te dizer nem a data de aprovação. Posso levantar esse dado e te fornecer oficialmente.

O SR. PAULO FRANGE - Vou pedir a Assessoria para levantar o local desses dois, para que a gente possa, depois, avaliar...

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA - Está sendo orientado de que APP é uma lei de 1965. Então, eu tenho a impressão de que os dois foram aprovados posteriormente a isso. Mas eu posso fornecer por escrito.

O SR. PAULO FRANGE - Posteriormente. Então, vamos pedir depois informação sobre esses dois, porque eu tenho esse questionamento já há um tempo, e não tinha só a informação de onde e quantos eram. Acho que esse é um outro caminho que a gente deve percorrer, até porque nós temos outras atividades envolvidas em APP em São Paulo, inclusive fontes de água, outras atividades até industriais nessas áreas que industrializam não produtos poluentes, mas que quebram o conceito de APP.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra o Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA - Dr. Celso, em relação à denúncia que ocorreu no *Estatão*, essa contaminação procede? E quais foram as medidas tomadas? E se há outros cemitérios alvos dessas denúncias?

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA - A reportagem do *Estatão* diz respeito à contaminação, pelo que ele chama de necrochorume. Essa contaminação não existe. Nos dois cemitérios, há suposta contaminação por dois outros elementos verificados na primeira investigação confirmatória feita em 2007 e que serão refeitas com mais detalhes ainda por orientação da Cetesb. Então, essa contaminação explicitada pela reportagem, via lixame funerário ou o que ele chama de necrochorume, não existe.

P - Existem outros cemitérios que podem estar na mira dessas denúncias?

R - Não. Até porque essas denúncias tiveram origem num estudo do Prof. Pacheco, e ele só fez esse malfadado estudo nesses dois cemitérios.

P - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Algum Vereador quer fazer mais alguma pergunta ao Sr. Celso? O Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Eu quero tratar do problema do lixão em São Paulo: quais as providências que a Covisa tem tomado e a Cetesb?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vou pedir então para o representante para a Cetesb e do Decont sentarem-se aqui na frente, porque a qualquer dúvida já consulta todos. O Sr. Celso fica também, porque se precisar... E o do Decont, é a Maria Raquel que está representando? Por favor. Então eu vou pedir que os senhores façam a leitura do Termo de Compromisso.

O SR. MAURO KAZUO SATO - "Eu, Mauro Kazuo Sato, convidado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde -Covisa-, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde - Processo RDP nº 08-46-2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada".

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Obrigado, Sr. Mauro Kazuo, pela presença, por aceitar o convite. A Sra. Maria Raquel, por favor.

A SRA. MARIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS PACHECO - "Eu, Maria Raquel Pereira dos Santos Pacheco, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde - Processo RDP nº 08-46-2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada".

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Agora, devolvo a palavra ao Vereador Jamil Murad, que estava fazendo a pergunta.

O SR. JAMIL MURAD - Nós temos a situação aqui. Todos têm conhecimento dessa tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, particularmente na cidade de Niterói. E foi fruto da construção sobre um lixão. Aquilo deu condições, com a chuva, de desmoronamento e perda de mais de 200 vidas. Aqui em São Paulo, nós temos informações da existência de ocupação, de moradia sobre lixões. Foi veiculado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, dia 13 de abril deste ano, a existência de favelas sobre antigos depósitos de lixo. Um deles: quadra de futebol na Freguesia do Ó e a Willin no Ipiranga. Nelas vivem 520 pessoas. Outras 12 favelas da capital são vizinhas das áreas onde funcionaram lixões. Aqui nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu vou liberar o Sr. Celso, porque eu acho que as perguntas que os Vereadores tinham para fazer para o senhor já foram feitas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE - Não, Dr. Celso, apenas agradeço-o e voltando a insistir na afirmação do Vereador Aurélio: poucas pessoas têm a sua formação, e nós depositamos uma esperança muito grande que o senhor possa mudar esse processo em São Paulo. É lógico que é um serviço grande que funciona com muita qualidade em relação a muitas outras cidades, mas, todos esses avanços, nós gostaríamos de receber, se tivéssemos oportunidade, as sugestões para que a CPI pudesse apresentar, não só em relatório, mas também em projeto de lei, para aprimorar etc. Aquilo que estiver na nossa dependência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu não sei se a Cetesb ou o Decont vai fazer alguma referência relativa a cemitérios. Se o senhor também quiser ficar e escutar para poder avaliar, o senhor fique à vontade.

O SR. CELSO JORGE CALDEIRA - Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor fique à vontade. Se o senhor tiver com tempo limitado, nós o deixamos à vontade.

R - Não, eu estou à vontade. Eu até fico aqui à disposição de vocês mais um tempo e agradeço muito pelas palavras e pela atenção. Obrigado.

P - Obrigado.

O SR. JAMIL MURAD - Na Vila Nova Cachoeirinha, então, uma escola municipal funciona sobre o antigo aterro de lixo, que tem grandes concentrações de gás metano, com risco de explosão e contaminação, segundo a Cetesb. Em 2007, a Cetesb e a Prefeitura entraram em um acordo para a retirada da escola de educação infantil Vicente Paula da Silva, que tem 289 alunos de quatro a seis anos, mas ainda não há data para que isso aconteça. As informações são do jornal *Folha de S. Paulo*. O aterro existiu de 1960 a 1980, e, de acordo com a Cetesb, a Prefeitura sabe dessa situação desde 1999, então, há mais de dez anos, e há mais de dez anos que a escola funciona sobre o aterro.

Agora, quais as medidas? Em primeiro lugar, nós queremos saber se há um estudo sobre gás metano e outros agentes nocivos à saúde que tenham sido objeto desse estudo. Se a Cetesb enviou esses dados para quais órgãos e quais foram as respostas desses órgãos, Covisa, Meio Ambiente. Porque a Covisa também deveria acompanhar os moradores ou os que utilizam uma área de risco dessa. Então, acaba envolvendo a Cetesb, vários órgãos, inclusive a Covisa.

O senhor pode escolher quem começa. Pode ser a Cetesb? Pode ser a Cetesb. Está aqui o Mauro Kazuo. A nossa função aqui é uma função muito importante e é muito respeitosa. Nós queremos que não fique um jogo. Desde 1999. São 11 anos. As pessoas falam, na sua simplicidade: "Não adianta, não tomam providência; só quando há uma tragédia é que tomam providência". Os que morreram, não tem retorno, e os que sobraram, eles arrumam algumas casas para poder sair no noticiário que o Poder Público tomou providência para alocar, em boas condições, aquelas famílias. Mas, em geral, nem é para todas as famílias. Nós temos a intenção de pôr um dedo na ferida, ver as insuficiências, ver os problemas e cobrar soluções. Esse é o sentido da CPI. Uma CPI, quando é bem dirigida, bem trabalhada, ela é um instrumento para aprimoramento do serviço público, do funcionamento da sociedade, etc.

Então, com a palavra o Mauro.

O SR. MAURO KAZUO SATO – Nessa área, especificamente, existem essas duas escolas que o senhor mencionou e um conjunto habitacional chamado Cohab Nossa Senhora da Penha. A Cetesb tomou as seguintes ações: exigiu da Cohab a implantação de um sistema de extração de gases para reduzir, minimizar o risco à população; exigiu a elaboração de um estudo, uma investigação ambiental para ver a extensão e o grau qualitativo e quantitativo dessa contaminação; exigiu da escola um sistema de controle de gases para também reduzir o risco a que estão expostos os alunos, e esses sistemas estão funcionando. No caso da Cohab, foram exigidos estudos complementares porque os dados disponíveis não são suficientes para tomar decisão de forma consistente por parte da Cetesb.

Então, existem sistemas de extração. No caso da escola, me parece mais consistente o sistema. No caso da Cohab, o sistema de extração de metano merece um melhoramento, tanto na eficiência como é necessário que se aprofunde o detalhamento da investigação dessa contaminação por deposição de lixo.

O SR. JAMIL MURAD – A habitação está sobre um antigo lixão?

R – Não está sobre, está nas proximidades. Na área especificamente onde houve a deposição conhecida de lixo não existe habitação.

P – Agora, isso não pode trazer risco?

R – Pode trazer risco. Se nada for feito, haverá risco.

P – Algum dia. Daqui a dois, cinco, dez anos? Quer dizer...

R – São riscos contornáveis. Por métodos de engenharia, é possível isolar essa área, a migração de gases do depósito de lixo para as habitações.

P – Eu queria saber, Kazuo, que providências a Cetesb tomou, então, em relação a isso.

R – Bom, a Cetesb, como eu falei anteriormente, autuou a Cohab. Foram aplicadas algumas multas.

P – Bom, multa.

R – Multa administrativa.

P – Multa.

R – E, ao mesmo tempo...

P – Eu quero saber, porque a multa não protege a população.

R – A multa é um indutor à solução. Por conta dessa autuação, a Cohab manteve reuniões com a Cetesb e com o Decont para encontrar uma solução técnica para o caso.

P – Você tem relatórios sobre isso para enviar para a Comissão? Eu solicito o relatório.

R – Sim, temos.

P – E qual foi a resposta da...

R – Cohab.

P – Da Cohab?

R – A Cohab, em certa medida, tem atendido às exigências, mas sempre fica um pouco aquém do que a gente tem solicitado.

P – Então, vocês encaminharam, têm documento?

R – Tem um histórico de todas as ações da Cetesb.

P – E tem a resposta da Cohab.

R – Sim. Todas.

P – Nós solicitamos, então, esses documentos, sejam de vocês, sejam da resposta da Cohab.

R – Perfeito.

P – Queremos saber também, na região do Jardim Elba, há moradores que estão sobre um antigo lixão. Vocês têm conhecimento sobre isso?

R – Desconheço. Mas vamos averiguar nos nossos arquivos.

P – Então solicitamos averiguação e encaminhamento da resposta.

Em relação à Covisa, qual é o acompanhamento que tem sido feito nesse lugar, onde estão 289 crianças em cima do antigo lixão, na Vila Nova Cachoeirinha?

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO – Na realidade é o que falei anteriormente, teria que estar olhando todos os expedientes que a gente tem. Normalmente, quando somos notificados, fazemos uma inspeção, se existem os drenos da Cetesb, a gente observa se está havendo a saída e se a proximidade, ao redor das casas, corre o risco de uma intoxicação, que se existe rota a disposição desse metano, que em concentração alta pode causar danos à saúde. Se isto não ocorre, só acompanhamos periodicamente, não é uma coisa que a gente possa fazer.

Essas questões de aterro, como falei anteriormente, em relação à questão de saúde ambiental, são questões de políticas públicas. Há uma grande dificuldade de retirar os moradores de suas casas, até por uma questão de Constituição, onde diz que a casa é inviolável. Então temos essa questão, o risco não é, vamos dizer assim, desmerecido, o que acompanhamos é realmente a questão da eliminação do metano.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Kazuo, essa questão de liberação de metano, são os senhores que controlam?

O SR. MAURO KAZUO SATO – O problema do metano é o seguinte: tem a questão da contaminação e o risco maior do metano é que ele é explosivo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E tóxico também, mata.

R – Mata primeiro por explosão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E depois por intoxicação.

R – Esse sistema de extração instalado, deve prover a redução do nível de metano abaixo do limite de explosividade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E por que não captura esse metano? Até porque temos uma lei ambiental aprovada aqui, que já ajudaria a cumprir as novas metas da nossa legislação.

R – O ideal seria extrair e queimar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor tem ideia de qual é a quantidade de metano que é liberado?

R – Nesse local não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não tem uma medição, nada?

R – Esse é um dos motivos pelos quais a Cetesb exigiu um aprofundamento de estudo. Isso ainda não avançou no detalhamento da quantidade de resíduos depositados no local. Esse é um dos pontos chave desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu não conheço. Era um aterro grande?

R – Não é aterro. É um lixão, deposição irregular de lixo de algumas décadas atrás.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não era um aterro oficializado, era um lixão.

R – Aterro é um local tecnicamente projetado para isso. Esse é um lixão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por exemplo, a Raposo Tavares era um aterro, que está hoje inutilizado e tem uma praça, o senhor sabe. A Raposo Tavares, ali no Butantã tem um antigo aterro, que hoje é utilizado como praça. Não sei se o senhor conhece, o senhor tem conhecimento?

R – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É perto da coordenação de obras da Subprefeitura do Butantã.

E esse caso, então as pessoas foram jogando lá o lixo...

R – É. As pessoas, as autoridades municipais da época.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas deve ser grande esse lixão.

R – Não é muito grande, mas a proximidade das residências cria uma tensão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quantos anos vai produzir metano?

R – Quantos anos mais vai produzir metano?

P – É lógico.

R – Umas décadas.

P – Quantas?

R – Algumas décadas, 20 anos.

P – E a questão do churume que acaba correndo lá, porque com as chuvas se infiltra no solo.

R – Pode ocorrer.

P – Pode ocorrer não, ocorre.

R – Pode ocorrer, é que às vezes não é visível.

P – Não é visível, mas ocorre, se ele não tem tratamento da manta para poder captar a água e o churume e mandar para a Cetesb, que é para tratamento, não é isso? Os aterros hoje fazem isso?

R – É. Há que se considerar também a condição geológica do local, pode ser que se houver uma argila muito compacta, muito densa, isso pode atrasar um pouco a movimentação desse líquido.

P – Então eu fico preocupado, quer dizer, a Cetesb está monitorando?

R – Sim.

P – A Prefeitura o que está fazendo? Estou preocupado, estou assustado.

R – Atender a exigência da Cetesb. Tem de complementar o estudo, tem de melhorar o sistema de extração.

P – Então a Prefeitura tem de melhorar a extração.

R – É. Dos gases. É possível, tecnicamente, fazer uma barreira para evitar que esse metano gerado pela deposição de lixo chegue nas residências. Não é uma coisa inviável.

P – Lógico que não é inviável, até energia produz esse metano. Você sabe que na China tem dez mil usinas de tratamento de esgoto.

R – Hoje, os aterros modernos já prevêm no projeto, que aquele metano vai gerar energia para ser vendida. Qualquer projeto hoje de engenharia de aterro já prevê isso.

P – E como a gente consegue capturar esse metano que exala?

R – Tem de extrair.

P – E há técnicas hoje para fazer essa extração?

R – Sim. No Aterro Bandeirantes existe uma usina de biogás.

P – Mas ela se preparou para isso. Eu digo esse lixão especificamente?

R – Pode ser que nesse lixão especificamente, a quantidade de metano não seja economicamente viável, para sustentar uma usina.

P – Sim, ela não é economicamente, mas é economicamente saudável para a população fazer a extração dela.

R – Ambientalmente é obrigatório.

P – Então ambientalmente é obrigatório, viu Professor Jamil Murad. Então temos de fiscalizar, porque não está sendo feita essa prospecção, a captura desse metano. E em relação ao churume também, que é produzido. Choveu se produz churume, durante muitos anos. Vi esses dias um programa no Discovery, canal 51, e é fantástica a forma que está sendo feita nos Estados Unidos, em relação à decomposição do lixo. Eles estavam até preocupados, mudando o sistema, porque vão jogando terra, vão compactando, vão jogando terra. Eles tinham idéia de que o lixo se decompunha durante tantos anos, mas com a falta de oxigênio, está demorando muito mais anos. Então, o jornal que já deveria estar decomposto, estava lá há 30 anos e estava inteirinho, por falta de oxigênio no local. Então eles estão mudando a técnica, para deixar ter ventilação, para poder ter a decomposição do lixo.

Vocês têm conhecimento dessa área ou não tem conhecimento? Então vamos verificar, vocês também nos ajudem, porque é uma questão de Saúde Pública e de Meio Ambiente. Hoje em dia, estamos com esse problema do aquecimento global e o metano é um dos colaboradores também.

Em relação aos serviços, aos cemitérios, houve fiscalização por parte da Cetesb em relação a possibilidade de ...

O SR. MAURO KAZUO SATO – Esses dois cemitérios?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim.

R – Cetesb exigiu estudos de investigação confirmatório, só que esses estudos até agora não foram conclusivos por problemas na coleta de amostras. Poços de monitoramento instalados nos dois cemitérios tem problemas construtivos e de operação, que não permitem chegar a uma análise, porque boa parte desses poços de monitoramentos estavam com lama. A lama é proveniente ou de uma operação deficiente ou de uma construção deficiente de poços de monitoramento. Existe uma norma técnica de abertura de poços e monitoramento. Os que estão lá hoje podem levar a conclusões erradas. Dá um falso positivo, por exemplo.

P – E quem que construiu esses poços?

R – Parece que foi empresa de consultoria contratada pelo Serviço Funerário.

P – Ah, então o Sr. Celso foi embora? Não. Contratada pelo Serviço Funerário, foram criados poços de inspeção.

R – A perfuração do poço é parte do estudo de investigação.

O SR. JAMIL MURAD – Aqui nas margens do Rio Ipiranga, tem a construção de um posto de gasolina, sem autorização da Cetesb, e segundo a informação de um jornal foi uma construção autorizada ano passado, pela gestão municipal atual. E nessa região tem uma parte desse terreno que é área de proteção permanente. E tem alagamentos constantes que ajuda a distribuir o combustível em uma área maior. A Cetesb já tomou conhecimento dessa situação? Já tomou providência? Qual é a providência? Se não tomou qual o motivo? E quantos postos de gasolina estão nessas condições em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor via se manifestar? Por favor leia o termo de compromisso.

O SR. JORGE SAKOTANI – “Eu, Jorge Sakotani, convidado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo 20 de abril de 2010.”

O SR. JAMIL MURAD – Houve um período em que fui estudar essa questão dos postos de gasolina e os tanques eram antigos, eles ficam corroídos e acabam furando. E aí veio uma legislação, talvez nos últimos dez anos, que dá uma vida média para o tanque e aí o proprietário do posto é obrigado a trocar. Foi uma

medida importante de proteção ao meio ambiente. Existe liberação desse tipo, em uma área de proteção permanente, pelo menos parte do terreno não tem autorização da Cetesb, ao lado do rio Ipiranga. Então, a pergunta é se existe, se a Cetesb já tomou conhecimento disso? E que providência tomou? E quantos postos existem, na cidade, que têm problemas?

O SR. JORGE SAKOTANI – Com relação ao posto que o senhor está mencionando, deve ser o que saiu na *Folha de S. Paulo* esses dias, né.

O SR. JAMIL MURAD – É, é esse.

O SR. JORGE SAKOTANI – Realmente existe um pedido de licenciamento ambiental desse posto na Cetesb, protocolado no ano passado, onde, na análise, verificou-se, realmente, a necessidade de verificar a ocupação em APP, que é a Área de Preservação Permanente, que o senhor está falando. E, nesse caso, a Cetesb pediu que ele comprovasse a anterioridade ou a temporalidade se já, nessa área, tinha uma construção ou não antes de 86. Essa documentação foi apresentada e, atualmente, encontra-se em análise na fase final.

Realmente, a empresa - por decisão própria - instalou sem a nossa licença. Mas temos conhecimento, sim, desse fato.

P – Qual medida foi tomada?

R – Ontem, possivelmente, foi feita uma vistoria para verificar, realmente, se confere com as fotos, se houve essa implantação. Com isso, administrativamente, a empresa poderá sofrer sanções.

P – Queríamos, então, o resultado dessa análise, desse encaminhamento da Cetesb e qual a medida tomada.

R – Perfeito.

O SR. MAURO KAZUO SATO – Quando se fala de APP – Área de Preservação Permanente de corpos de água – é preciso considerar a temporalidade. Porque a lei... as legislações que estabeleceram a faixa de APP foram variando com o tempo. Até 65 – embora se falasse em APP – não havia faixa determinada por lei. De 65 a 86, essa faixa, a faixa mínima era de cinco metros e, a partir de 86 ela passou a ser de 30, no mínimo. Por isso o Jorge falou da questão da temporalidade. Se o empreendedor, se uma empresa, um empreendimento está lá, foi instalado entre 65 e 86, a dez metros do corpo de água, esse empreendimento não está irregular, porque, na época, a APP era menor que...

P – Esse posto, aqui, ao lado do rio Ipiranga, tem dez metros ou não?

O SR. MAURO KAZUO SATO – Esse posto ou o rio?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vereador Jamil Murad, só para não desviarmos, porque já estamos com o horário bem adiantado, se começarmos a ir para outra vertente de questões ambientais de poluição, vamos desviar da Covisa, que é o nosso foco aqui.

Então, queria aproveitar, hoje, o representante da Cetesb para darmos continuidade em relação a esse tema. E podemos, depois, em uma outra...

O SR. JAMIL MURAD – Tudo bem, Sr. Presidente. A questão aqui é que afeta a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, claro. Mas, precisamos saber se a Covisa está atenta a isso, se sabe desses problemas e quais as medidas que temos de tomar para melhorar essas questões na cidade de São Paulo.

O SR. JAMIL MURAD – Sim. Mas vemos que existe um entrelaçamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim. Isso não tenho dúvida.

O SR. JAMIL MURAD – Essa reunião serviu para mostrar que vários órgãos de defesa do meio ambiente, da saúde, as funções se entrelaçam. Então, acho que ficou muito... Deixou muito a desejar essa situação do posto, porque o posto está sendo construído, as coisas não estão sendo bem colocadas. E é uma região central da cidade.

O SR. MAURO KAZUO SATO – Dr. Jamil, só para complementar, o Jorge está me informando, esse posto é totalmente novo. Então, para ele, a APP é de 30 metros.

O SR. JAMIL MURAD – Sei. Mas ele não tem autorização, né. Ele está sendo construído e não tem autorização.

O SR. MAURO KAZUO SATO – Sem autorização.

O SR. JAMIL MURAD – Quer dizer, essas coisas acontecem em São Paulo. Não deveriam acontecer. Acontecem em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quem é que fiscaliza no âmbito municipal?

O SR. JAMIL MURAD – Porque parece que a vigilância, Presidente, é feita pelos jornais. Os nossos órgãos de vigilância, parece que vão – quando vão, né – atrás das notícias que saem pelos jornais. Quer dizer, parece que quem faz a vigilância são os jornais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não é a Secretaria do Verde que cuida desse aspecto? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone. Inaudível

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Cetesb. Mas em relação ao municipal? Qual é o órgão municipal que acompanha? O Contru? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone. Inaudível

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O Dr. Jamil tem razão. Precisamos verificar porque ainda está acontecendo isso na cidade de São Paulo.

O SR. JORGE SAKOTANI – Deixe-me só salientar algo. O pedido de licenciamento é obrigatório por parte dos empreendedores. Qualquer atividade, que está na lei, que tem de ter licenciamento. Agora, a fiscalização, ou a denúncia que corre para nós, isso, realmente, - a população ou alguém que esteja vendo que está irregular essa denúncia -, nós atendemos. Agora, nesse caso, aí, o pedido de licenciamento já havia sido feito pelo empreendedor. Não quer dizer que ele poderia ter implantado. Isso, realmente, ele está errado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Ele está funcionando irregularmente, então.

O SR. JORGE SAKOTANI – Não. Ele não está, pelas fotos, ele ainda não está operando. Foi isso que, ontem, pedi para o pessoal dar uma olhada para ver se, realmente, está funcionando. Mas, a princípio, pela foto, não dá a entender que ele está funcionando. Ele pode ter instalado os tanques.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vamos verificar isso. Vamos tratar desse assunto específico. Assessoria, esse assunto é importante. A cidade de São Paulo não pode permitir, nos dias de hoje, as pessoas façam, primeiro, o telhado e, depois, a fundação, né. É isso que acontece. Só aproveitando o...

O SR. JAMIL MURAD – Sr. Presidente, tenho uma questão aqui. Pela idade, infelizmente, tenho de presidir a instalação de uma comissão, às 13h. É exatamente agora.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, ia fazer uma sugestão de encaminhamento para os nossos trabalhos. Sabemos que tem duas comissões – a Comissão de Saúde, iniciando seus trabalhos agora, e a Comissão de Meio Ambiente instalando os trabalhos, também, no mesmo horário. Se a ideia do nosso encaminhamento é para suspensão ou para gastarmos mais 15 minutos e encerrarmos nossos trabalhos no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quería suspender por cinco minutos.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Reaberta a sessão. Vou perguntar para o Sr. Kazuo. Sr. Kazuo os senhores fizeram um acordo. Estiveram presentes Cetesb, Covisa, Decont, em relação ao Cades de 2009. Os senhores sentaram todos.

O SR. MAURO KAZUO SATO – Sim. Foi feito um Termo de Referência de critérios para adequação de cemitérios existentes.

P – Cemitérios existentes. O senhor sabe quantos tinham, quantos cemitérios existiam na cidade de São Paulo em 2003 e quantos têm hoje?

R – A informação que tenho é que são em torno de 40 cemitérios.

P – Quarenta cemitérios. Quantos municipais e quantos privados?

R – Acho que são 19 municipais e 20, 21 particulares.



P – Todos eles têm licença ambiental para estar funcionando?
R – Nenhum tem licença ambiental, porque são todos anteriores à legislação que estabeleceu o licenciamento. Por isso...
P – Sim. Mas, aí, os senhores fizeram um acordo de procedimento para que eles atendam às novas exigências.
R – Sim.
P – Agora, eles é que vão trazer quais são as alterações necessárias ou os senhores é que estão impondo quais são as mudanças necessárias em relação a se adequar à nova legislação?
R – Pelo Termo de Referência, cada cemitério deverá fazer uma avaliação ambiental sua e apresentar um plano de adequação a ser analisado pela Secretaria do Verde.
P – A Secretaria?
R – Do Verde e Meio Ambiente.
P – Ela que vai coordenar?
R – Ela que vai analisar o plano apresentado por cada cemitério.
P – E já foi apresentado algum?
R – Não sei.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pergunto para o Decont, a Dra. Maria, desculpe, a geógrafa, a Sra. Solange.
A SRA. SOLANGE PAPINI – Eles têm até dezembro de 2010 para detonar o processo de licenciamento ambiental.
P – Sim, mas, aí, que eles vão apresentar o que vão fazer, ou...?
R – Eles vão apresentar um Termo de Referência. Vamos analisar esse Termo de Referência, fazer as nossas complementações, as nossas..., algo mais que achamos que tem de conter esse Termo de Referência, vamos devolver ao empreendedor. Eles vão elaborar um estudo de viabilidade ambiental, baseados nesse Termo de Referência, para dar entrada na Secretaria do Verde e Meio Ambiente e detonar o processo de licenciamento ambiental.
P – Os particulares, cada um está fazendo a sua... No que eles devem se adequar. Eles, que estão fazendo... Não é exigência dos órgãos?
R – Baseado no parecer Cades número 35, que foi fruto de uma comissão que se reuniu várias vezes o ano passado, essa Comissão, esse parecer Cades, essa Comissão gerou um termo de referência genérico. É uma Comissão que era formada por vários representantes da Prefeitura, Cetesb, Serviço funerário. Chegaram a um Termo de Referência genérico para a elaboração do estudo de viabilidade ambiental que será entregue na Secretaria do Verde.
Nós já distribuímos esse Termo de Referência genérico aos representantes dos cemitérios, que tivemos uma reunião no Decont há um mês, mais ou menos. E, pela Resolução Cades 131, que aprovou o Parecer Técnico 35, eles têm 360 dias para dar entrada nesse Termo de Referência específico no Decont. Então, até dezembro de 2010, eles têm esse prazo.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Para dar entrada?
A SRA. SOLANGE PAPINI – Para dar entrada.
P – Para, depois, eles começarem a executar as exigências?
R – Para... Entregam o Termo de Referência, nós analisamos, retomamos para eles e aí, baseado nesse Termo de Referência que foi analisado por nós, eles vão elaborar o estudo de viabilidade ambiental, protocolar na Secretaria do Verde e nós vamos analisá-lo, emitir a licença ambiental de operação, com as diferentes exigências, com prazo para atendimento.
P – E, nesse Interim, não tem nenhum desses 40 cemitérios que estava aí numa situação precária, crítica, que pudesse trazer prejuízo ao meio ambiente e à população?
R – Eu acredito que...
P – Eu pergunto também para a Covisa e pergunto à Cetesb, pergunto a todos.
R – O que eu posso responder é dentro dos procedimentos do licenciamento ambiental, que é a minha área.
P – Sim, mas a senhora representa também a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente?
R – Eu represento. Eu represento a Secretaria do Verde e...
P – A senhora não ficou assustada com aquela área lá que está...
R – Ficamos. E...
P – ... Soltando metano? Ou, então, naquela área que está em APP - Área de Proteção Permanente?
R – Todas essas questões, se não me engano, ...
P – O que vocês estão...? Quais as medidas que estão tomando em relação às APPs?
R – Então, ...
P – Os cemitérios estão em APPs. Estão irregulares.
R – Dentro desse Termo de Referência, que foi gerado por essa Comissão do Cades, estão previstos todos esses pontos.
P – Então, esses aí, por exemplo, não têm mais como se adequar à legislação, porque eles estão totalmente... Está fora da legislação. Como que vai ser?
R – Aí, vamos ter de verificar caso a caso, Vereador.
P – Sim, mas esse caso, eu posso lhe garantir, que esse caso não tem como se adequar.
R – A gente vai...
P – Ele está fora desse procedimento aqui do Cades, não é? E do Conama também. Como é que vocês vão fazer nesse caso, nesses dois casos? Duas... Um cemitério que é totalmente... Está em área de APP; e outro que é... Metade do cemitério está em APP. Quais medidas vão ser tomadas pela Secretaria do Verde e pelo Decont?
R – Eu acredito... A gente vai ter de estudar o assunto, com a equipe técnica que a gente tem.
P – Mas, olha, nós já estamos no mês de abril. Vocês ainda não estão estudando?
R – Estamos nos preparando, temos uma equipe com engenheiros, com biólogos, com geólogos. Estamos nos preparando para receber esses licenciamentos.
P – Eu sei que vocês herdaram isso. Eu não sei se a senhora é uma funcionária de carreira. A senhora...?
R – Eu sou.
P – Então, a senhora já tem conhecimento disso há muito tempo.
R – Então, Vereador, e, para tal, ...
P – E aí?
R – Então, para tal eu acredito que, dentro dos procedimentos do licenciamento ambiental, estamos indo no caminho correto.
No ano passado, ...
P – Sim, mas...
R – ... Essa Comissão...
P – ... Mas esses dois cemitérios não têm como ter licença ambiental, porque eles estão fora da regra.
O SR. MAURO KAZUO SATO - Vereador, por favor.
P – Por favor, o Sr. Kazuo com a palavra. É para ficar nas Notas Taquigráficas, Sr. Kazuo.
O SR. MAURO KAZUO SATO - Só voltando aqui à minha fala anterior. A questão da APP tem de ser amarrada à temporalidade.
Se esses dois cemitérios forem muito antigos, anteriores até a 65, não dá para aplicar a esses dois os mesmos critérios dos 30 metros de hoje. Então, você tem

de...

P - Sim, mas...

R - ... É fundamental observar a lei vigente à época da implantação do cemitério.

P - Desculpe-me, muito bem.

O senhor é da Cetesb. O senhor não sabe. O senhor sabe de quando é o cemitério, a implantação dele?

O SR. JORGE SAKOTANI - Vamos saber agora.

P - Não, o senhor não sabe. O senhor esteve na reunião do Cades. O senhor não sabe.

R - Eu não estive.

P - Não, a Cetesb esteve representada lá. Então, deveria saber.

O Decont estava representado lá. Não sabe também?

A SRA. SOLANGE PAPINI - Especificamente quais são, não sei.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para tentar entender. Eu vou ser sincero, eu me perdi um pouco aqui na nossa discussão material ou abstrata. É o...?

P - É o Parque dos Pinheiros...

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Parque dos Pinheiros.

P - ... E o Parque dos Girassóis.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Parque dos Girassóis.

P - Inclusive, o Sr. Celso, que foi embora, que falou.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Que informou.

P - Que informou, também.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - É, só para a gente entender o que foi decidido pelo Cades, com o suporte dos nossos órgãos de fiscalização ambiental - seja o municipal, o Decont; seja o estadual, da Cetesb. Este, esta resolução do Cades deu um ano para que esses estabelecimentos provem a sua possibilidade de funcionamento? Só para entender qual é a exigência que tem nesse processo, porque, na realidade, se você fala que ele vai apresentar um estudo de viabilidade ambiental, é a partir desse estudo de viabilidade que se vai certificar se ele está numa APP, se ele é anterior a 65, se ele é posterior a 65.

Portanto, a partir deste momento, estará claro para toda a sociedade ou a possibilidade de funcionamento desse estabelecimento ou a obrigação que o setor público terá de fechá-lo?

A SRA. SOLANGE PAPINI - Exatamente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - E o que acontece a partir disso? Porque acho que essa é a questão fundamental aqui apresentada pelos Vereadores.

Até o final deste ano, eles têm um tempo para apresentar este estudo de viabilidade? Ou é posterior à apresentação de documentos?

R - Até o final do ano, dezembro de 2010, eles vão dar entrada num Termo de Referência específico, analisado pelo Decont. Esse Termo de Referência específico, que nós analisaremos, é o que irá servir de base para a elaboração do estudo de viabilidade ambiental, que nós também iremos analisar. A partir dele, nós damos a licença ambiental de operação - ou não.

Se essa licença ambiental de operação sair, ela vai ter uma série de exigências que deverão ser atendidas pelos cemitérios para a adequação de suas atividades; e exigências, algumas, com prazo para adequação.

É esse o caminho do licenciamento ambiental.

P - Está bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sim, mas veja bem: para você ingressar, para você fazer o vestibular hoje estão tendo algumas mudanças, você tem que ter concluído o curso... Hoje mudou, não é? Na minha época, era o Colegial. Agora, é o Ensino Médio. Muito bem. Senão, eu não posso prestar. Tem muita gente que prestava o vestibular, ele conseguia mostrar que tinha capacidade, mas não poderia ingressar na universidade. Certo?

Dentro dos critérios, se está numa área de proteção permanente, já é um critério que já não poderia fazer o exame. Então, já está reprovado.

Não tem o que adequar esse. Ou tem como adequar?

O senhor parece que tem alguma... Quer fazer alguma manifestação.

O senhor pode se identificar.

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Engenheiro Amós Luciano Carneiro, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

É a questão da temporalidade, que o Mauro falou: tem que ver a questão de quando foram instalados esses cemitérios. Se ele foi instalado...

P - Sim, sim. E ninguém viu ainda?

R - Não, a gente tem essa informação, ela faz parte do processo, ...

P - Olha, ...

R - ... Que foi o processo que foi conduzido durante as reuniões da Comissão do Cades.

P - O Conama, está aqui a decisão que saiu, foi em 17 de novembro de... Resolução 402, de 2008, que dá até dezembro de 2010 para que você... Que se estabeleçam critérios para a adequação dos cemitérios.

Muito bem. Nós estamos no mês de abril. Quer dizer, você já, por exclusão, dois que estão em APA, esses são os mais perigosos de não atenderem às exigências, porque ele não tem o Curso Médio. Não dá para entrar no vestibular, não dá para entrar na universidade. Esse já tem que começar a preparar antes. Por quê? Vocês vão esperar quando ocorrer o problema? Nós temos que nos antecipar.

Como é que vai ser feito com esses dois que estão em APAs? APP, aliás.

R - Eles vão seguir o mesmo rito de todos os outros cemitérios. Eles vão ter o mesmo rito que a Raquel falou para nós. Não vai ser diferente com esses.

P - Sim, mas vocês não foram nem verificar se esse cemitério estava implantado lá antes da Lei de Áreas Ambientais?

R - Não, não fomos.

P - Permanentes.

Vocês não verificaram isso?

R - Não.

P - Vocês não verificaram?

R - Não.

P - Vocês são da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e não verificaram?

R - Não verificamos.

P - Muito bem. Nós vamos verificar, então. A Câmara... A Câmara Municipal vai verificar.

A SRA. SOLANGE PAPINI - Sr. Vereador, ...

P - Só identificar. Ele já se identificou. Ele já falou.

É estranho, não é?

R - Então, é dentro desse processo todo de licenciamento ambiental e do estudo de viabilidade ambiental. Ele vai, esse estudo, ele vai nos trazer todas as informações necessárias para a nossa análise e tomada de decisão. Então, é esse o ponto em que nós estamos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora também, o pessoal não sabia também daquela questão daquela área do Vereador Jamil Murad, qual que é

a área? O senhor sabe bem, não é Sr. Kazuo? Onde o gás metano, Vila Nova, na Cohab, desculpa? Nossa Senhora da Penha.

A SRA. SOLANGE PAPINI - Nós temos conhecimento e o Amós e o nosso Diretor Milton, eles podem falar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E o que estamos fazendo, Secretaria, para tentar minimizar esse problema? O senhor se identifica, por favor.

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Amós, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Desculpa, fale o nome completo.

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Amós Luciano Carneiro. Com relação à área do Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Penha, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente tem feito o acompanhamento do caso juntamente com a Cetesb e além disso, com a Cetesb, com a Cohab e com a Secretaria Municipal de Educação que são os responsáveis pelo conjunto habitacional e pela área das escolas.

Além disso, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, ela elaborou termos de referência para contratação tanto dos estudos de avaliação ambiental solicitados pela Cetesb, quanto para fazer instalação do sistema de extração na área das escolas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então, nós não temos de começar a extrair isso tudo... Eu vejo assim, muito projeto, muito projeto e pouca ação.

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Não, já foram instalados os sistemas de extração nas...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Já estamos extraindo?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Estamos extraindo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A Cetesb confirma que está sendo extraído?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está sendo extraído então? Então quando eu falei aquela hora, o senhor não falou nada que estava sendo extraído.

O SR. MAURO KAZUO SATO - Falei que...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está sendo extraído? Mas está sendo extraído...

O SR. MAURO KAZUO SATO - Falei que dois sistemas de extração...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Extraído, mas não está captando na sua totalidade o metano que está exalando lá? Está vazando.

O SR. MAURO KAZUO SATO - O sistema mais frágil é o do conjunto habitacional, que precisa ser melhorado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E a questão do chorume também vocês não estão verificando, Secretaria do Verde?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - A gente não vê chorume na área.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Como é que é?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Nós não vemos geração de chorume na área.

P - Onde tem lixo, mas você não tenha dúvida de que onde tem lixo, tem chorume.

R - Mas a gente não verifica isso na área.

P - Vocês não verificam o chorume?

R - Não. Não se observa chorume na área.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A Covisa tem conhecimento dessa área? Não tem né, ainda? Vai avaliar? Passa o microfone, por favor.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO - É o que eu falei, nós temos conhecimento não só dessa área como existem outras áreas no Município que estão sendo feitos esse tipo de trabalho. O que eu não tenho são os dados de cor para poder dizer. Em relação ao que a gente pode falar em termos de chorume, o grande risco para a gente seria se percolar no solo e contaminar o aquífero. E aí a nossa forma de controle em relação a isso são os poços, o cadastro dos poços e o acompanhamento pela 518.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E nesse local, tem poços Sr. Kazuo, Covisa, Decont, tem poço lá para avaliar?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Poço de muito elemento de água subterrânea, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Veja bem, nós estamos ali num lixão. Lixão, o senhor sabe que vai produzir chorume. O senhor sabe disso.

O SR. MAURO KAZUO SATO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor é, a formação do senhor é engenheiro...

O SR. MAURO KAZUO SATO - Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Engenheiro civil. Vai produzir chorume. Material orgânico em decomposição, com chuvas, vai produzir chorume.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO - Porque o nosso não é de monitoramento, os poços que nós fazemos acompanhamento. É de água para consumo humano. Num raio de 500 metros, não temos poços.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu sei que não é competência... Eu sei, mas eu estou querendo mostrar que - poxa vida - alguém tem de fazer algo, né? Alguém tem de fazer algo em relação a isso.

A SRA. VERA LÚCIA ANACLETO CARDOSO ALLEGRO - Pelo sistema nosso de conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Certo ou não, Sr. Kazuo? Alguma coisa tem de ser feita.

O SR. MAURO KAZUO SATO - Sim. O que a Cetesb está exigindo?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O que deveria ser feito?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Esse estudo detalhado demanda a construção de poços. Ninguém pode fazer um estudo sem poço de monitoramento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então tem de ser feito um poço?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Vários.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Secretaria do Verde, tem de ser feito posto, poço. Não posto de gasolina não, poço. E a Cetesb também não pode fazer contratação desse poço?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem de ser o Município?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Tem de ser o infrator, né? A entidade autuada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É, mas o infrator foi embora.

O SR. MAURO KAZUO SATO - O infrator não, o infrator tem figura jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O infrator o do... o lixão, lá? O lixão tinha figura jurídica?

O SR. MAURO KAZUO SATO - Não, o ente responsável pela área tem figura jurídica, a Cohab.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A Cohab? A Cohab. Então, nós vamos questionar a Cohab. Vamos preparar um requerimento em relação a essa área, para que se tome providências, né? Nós temos um belo aquífero aí. Precisamos cuidar dele, senão vai acabar a água. Já está começando a ser um problema no mundo a água.

Então, em relação aos cemitérios, os senhores vão aguardar, todos os setores vão aguardar quais serão as medidas que os cemitérios irão tomar para depois iniciarem as obras para estarem adequados de acordo com a legislação. É isso?

A SRA. SOLANGE PAPINI - Eles vão nos apresentar um estudo, o estudo de viabilidade ambiental é um dos instrumentos do licenciamento ambiental. Tem o EIA-RIMA e o estudo de viabilidade ambiental. Esse estudo vai trazer todas as informações necessárias para a nossa análise e, aí sim, a tomada de decisão em relação aos diferentes aspectos ambientais de cada cemitério.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Desses 40 cemitérios, os privados, qual é o que tem menos idade? Não sei quem pode me responder, se o Sr. Kazuo, a Sra. Maria Raquel. (Pausa) Ninguém sabe informar? Porque se vocês fizeram um acordo, sentaram lá para fazer adequação dos cemitérios, não sabem

desde quando funcionam, quando funcionam...

O SR. MAURO KAZUO SATO - Esse dado existe. Nós não sabemos de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Ah, o senhor sabe então. Tem esse dado? O senhor pode encaminhar, então, a esta Comissão, por favor? A senhora também pode encaminhar a esta Comissão? A Covisa deve ter também? Tem ou não os dados dos cemitérios desde quando estão funcionando, desde quando iniciaram suas atividades? Por favor, porque, se for recente, é um absurdo, não é?

Os senhores também tiveram diversas reuniões para sair esse documento aqui, esse Cades aqui. Os senhores devem ter as atas das reuniões, têm atas das reuniões?

A SRA. SOLANGE PAPINI - O Cades, o Conselho do Meio Ambiente tem essas atas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Então nós vamos fazer um requerimento e pedir para o Conselho do Meio ambiente para que nos encaminhe essas atas. (Pausa)

Em relação... Aqui tem uma Resolução do Conama que diz que: "Os corpos sepultados poderão estar envoltos por mantas ou umas constituídas de matérias biodegradáveis, não sendo recomendado o emprego de plásticos, tintas, vernizes e metais pesados ou qualquer material nocivo ao meio ambiente. Fica vedado o emprego de material impermeável que impeça a troca gasosa do corpo sepultado com o meio que o envolve, exceto nos casos específicos previstos na legislação."

Ocorre na cidade de São Paulo hoje algum cemitério que se utilize de alguma dessas mantas ou plásticos? Vocês têm conhecimento?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Ai não é Cetesb. É Serviço Funerário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Bom, essa questão desse prazo vocês já deliberaram, então, vão ter que aguardar até dezembro. Mas acho que vocês deveriam se antecipar, se não, a gente fica jogando búzios: joga para cima e vê o que dá; a gente tem de jogar xadrez: se antecipar aquilo que pode ocorrer em relação a esses cemitérios que estão na cidade de São Paulo, que a gente possa, naqueles mais antigos, trazer o mais próximo possível de uma legislação mais recente, que proteja mais o meio ambiente e a população da cidade de São Paulo.

Queria agradecer a presença de todos vocês. Se quiseram se manifestar em algo que possa ajudar em relação à questão de cemitérios na cidade de São Paulo, que o façam agora ou mandem, por escrito, posteriormente. O senhor quer se manifestar, Sr. Kazuo? Sra. Vera, Sra. Maria, Raquel? Não. Está bem. Não se esqueçam de ver aquela área da Cohab, Nossa Senhora da Penha, não é Sr. Kazuo? Tem outras áreas que também têm esse mesmo problema em São Paulo? Se lembra? Memória.

Vamos fazer, então, um requerimento pedindo à Cetesb que nos encaminhe aqui áreas similares a essa que está com gás metano, sendo levado à nossa atmosfera, que é um problema, e também o perigo da explosão, e a questão do chorume, porque onde tem lixo provavelmente tem formação de chorume. O senhor quer se manifestar?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Só queria colocar mais duas áreas ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Fala mais próximo ...

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - A gente queria colocar só mais duas áreas no Município de São Paulo, conhecidas do Decont, que são o Jardim Damaceno, na zona Norte de São Paulo, e o Jardim Nova América, na zona Leste.

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Que também tem esse mesmo problema?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só tem essas áreas?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - Conhecidas do Decont.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está sendo feito algo, também nesse sentido?

O SR. AMÓS LUCIANO CARNEIRO - O Jardim Nova América é acompanhado pela Cetesb, mais de perto, e o Jardim Damaceno pela Decont e pela Cetesb. As duas áreas têm estudos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Deixa só fazer uma pergunta aqui, não sei se vocês podem responder ou é a Cetesb. Para capturar esse metano que vai sendo produzido ao longo dos anos, vai estar sempre em produção, é muito caro o investimento para que a gente capture? Não é questão de viabilidade econômica, é questão de responsabilidade ambiental.

O SR. MAURO KAZUO SATO - Acho que o custo não pode ser medido em termos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não, não é nesse sentido. Mas o investimento para evitar...

- Manifestações simultâneas.

O SR. MAURO KAZUO SATO - Para evitar um risco de explosão, não pode ser considerado caro.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu sei, mas cadê a nossa legislação ambiental que nós aprovamos aqui? Temos uma legislação aqui, aprovamos no ano passado, Questões Climáticas da nossa cidade, isso está prejudicando as questões climáticas em relação ao mundo e à nossa cidade também. Então, nós temos de tomar alguma medida nesse sentido. O senhor tem noção do investimento que seria? Queimar à toa é queimar energia nos dias de hoje.

Está bom, então, se os senhores puderem, depois, encaminhar algo que possa melhorar a legislação, a fiscalização, a estrutura de vocês, também, encaminhem à Comissão. Se quiserem mandar anônimo, não tem problema nenhum. Algumas ideias, principalmente o pessoal que é funcionário público, a gente sabe como funciona, pode mandar também, não há problema algum. A gente quer tentar melhorar essas questões na cidade de São Paulo. Está bem?

Então, muito obrigado pela presença, por terem aceitado o convite. Qualquer dúvida nós convidaremos novamente, está bem? Muito obrigado.

Tenho aqui uma senhora, Sra. Sônia Regina de Souza Dintof, ela fez uma denúncia e pedi que ela viesse aqui, hoje, em relação ao serviço de castração de animais, na cidade de São Paulo. Pedirei que ela venha aqui e se manifeste aqui, no microfone de aparte, para que faça a denúncia publicamente, para que esta Comissão tenha conhecimento em relação a isso. Se identifique, por favor, aproveite e fale o número do CPF e RG, para ficar registrado, se tiver telefone de contato, também, pode falar.

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF - Meu nome é Sônia Regina de Souza Dintof, RG 6.556.722, CPF 173.638.328-03, telefone de contato é 9645-2920, sou professora e sou ativista da causa animal. Semana passada participei de um mutirão de castração, que foi organizado pela Prefeitura de São Paulo, no bairro do Parque São Lucas.

Vários animais foram inscritos, com recomendações de chegarem no horário marcado, com 10h de jejum. Eu estive às 7h30min com cinco gatinhas para serem castradas, às 11h30min que eles foram pegar os animais para fazer a ficha e a pré-anestesia. Só foram liberados às 13h45min. Nesse Interim ouvi pessoas chorando porque tinha morrido um gato e depois um cachorro. Também tinha uma outra senhora que chegou às 9h45min e só foi atendida às 14h. Os animais dela foram castrados às 17h e um deles veio a óbito.

Notei desorganização e descaso com o município. Acho que eles deveriam ter mais organização. Foi isso que eu questionei na internet para que marcassem menor número de animais por horário para não ocorrer esse stress e perda de animal. Um animal não é racional, não tem noção do porquê que está lá preso num cubículo. Os gatos, eles deixavam em sacos para o gato não se estressar. Então, o animal com fome, com sede e dentro de um saco por mais de cinco horas. Tudo isso leva a um estresse muito grande e aconteceram alguns óbitos. Então, eu fiquei perplexa com tudo isso e relatei na internet.

Diante disso, o diretor da Ong me mandou um e-mail, um e-mail não, um telegrama naquele mesmo dia, ameaçando-me.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Qual é a ONG?

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF - Cepra. Com C de casa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A Covisa está aqui, já está escutando, é importante (ininteligível).

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Ai ele me mandou um telegrama que estou com ele em mãos, ameaçando-me que ia me... Criminalmente, chamando-me de leviana e aí eu comecei a procurar porque há doze anos sou ativista desta causa. Comecei a conversar com pessoas que conhecem o meu trabalho sério e, gentilmente, o Sr. José Jantália promoveu esta oportunidade de estar expondo.

O meu intuito, desde o início, não foi penalizar ninguém. Eu fui simplesmente solicitar que os animais fossem tratados com mais dignidade e que o jejum fosse respeitado para que não ocorressem óbitos ou todo esse estresse para o animal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora que está a algum tempo na causa, é normal ter óbito quando vai fazer a castração?

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Olha, eu nunca perdi, acontece...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A Covisa não sabe informar? É normal? Não é normal.

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Pois é. Eu estou com uma senhora aqui que está junto comigo, de 68 anos, e ela perdeu uma gatinha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não. O importante é a senhora fazer esse alerta na nossa cidade com relação a isto que está ocorrendo.

Espero que a Covisa, através do Centro de Controle de Zoonoses, tente tomar as medidas cabíveis e que tentem resolver esse problema da demora em realizar as castrações porque se o animal fica 10h sem se alimentar e tomar líquido e depois demora mais 5 ou 6 horas, ele fica estressado ou fraco, pode ter vários problemas.

Pelo que sei, não é normal de quando castrado, ter óbito. Se está tendo óbito, tem alguma coisa errada. Ou as pessoas não estão habilitadas, preparadas, então a CCZ tem de dar uma verificada nesse sentido.

Só se identifique, por favor.

A SRA. REGIANE – Sou Regiane, sou assessora da Covisa. Essa denúncia já nos chegou. A Dona Sônia já fez essa denúncia formalmente para a Covisa. Isso já está sendo apurado. Então, esse telegrama já é fruto de uma ação nossa, pronta. Quando a senhora fez a denúncia, a gente já começou a fazer a investigação e, fatalmente, esta entidade será punida se for constatada alguma irregularidade.

Precisamos saber porque, exatamente, os animais foram a óbito. Não é normal. Não tem a ver com a castração. Então isso está sendo motivo de investigação por parte do CCZ e da Covisa desde o momento em que a senhora fez a denúncia formal para nós. E nós, com certeza, daremos para a senhora o resultado disso.

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Eu não perdi nenhum animal. Eu, inclusive estou aqui porque os animais não podem falar. Simplesmente fiz isso para evitar que aconteça novamente. Eu acho que com um pouco mais de organização, não aconteceria. Alguns animais não vieram a óbito, mas os que vieram... Eu fico sensibilizada por isso e só fico pensando. Eu vi os gatos dentro do saco, dando pulo, tentando rolar, sabe, sem entender o que estava acontecendo. Tudo bem que, se é o procedimento deles colocarem num saco para que o animal não morda, para que seja tomado o pré-anestésico, se fosse isso, que durasse meia hora, mas, cinco horas, sabe? Não é só a questão do óbito, e o descaso? A desorganização? Essa é minha batalha.

A SRA. REGIANE – Só para ressaltar, Vereador, o ano passado fizemos cerca de 50 mil castrações e não nos chegou nenhuma denúncia desse tipo. Portanto, não tem, provavelmente, efeito causal. Mas, assim, em chegando a denúncia, estamos fazendo a averiguação. Isso a senhora pode ficar tranquila, e o resultado a senhora saberá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Só uma pergunta à senhora, a senhora que tem conhecimento, então, foram feitas 50 mil castrações no ano passado.

A SRA. REGIANE – Isso.

P – Vocês não continuam fazendo o controle com aqueles cadastrinhos, não né? Hoje está tudo informatizado, ou não?

R – Não sei.

P – Eu fiz uma denúncia, fomos atrás, levantei diversas irregularidades, inclusive mandei ao Ministério Público, vocês deveriam ter se adequeado às ferramentas que existem hoje, com o advento da informática.

R – Sim.

P – Quer dizer, tem de deixar bem transparente e bem claro.

R – Sim.

P – Inclusive para nós podermos fiscalizar. Da forma que estava anteriormente, é uma vergonha

R – Seguramente não está mais.

P – Hoje está informatizado?

R – Não sei dizer para o senhor se está...

P – Se eu for...

R – ...tudo, mas, com certeza, mudou da época que o senhor foi lá, com certeza.

P – ...verificar. Então, eu vou verificar essas 50 mil castrações, como foi feito, de que forma vocês colocaram os dados dessas 50 mil castrações.

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Posso falar mais uma coisinha?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pois não.

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Muitas pessoas também não ficam de acordo com o que veem, mas as pessoas não têm coragem de se expor. E eu tive essa coragem. Não é porque nunca ninguém falou nada, que isso não acontece. Eu tenho vários e-mails, com depoimentos de amigas minhas, que já participaram de outros mutirões e que notaram a mesma desorganização.

Essa senhora que aqui se encontra, ela perdeu animal também. E ela chegou lá às 9h45, os animais foram castrados às 5h da tarde e ela foi liberada às 19h30.

E quando ela chegou em casa, quando ela abriu o transporte, uma gata estava morta. E ela está aqui para depor. Essa outra moça também. A gente viu quando você estava lá, que um senhor entrou com um gato morto no colo e disse: "Vocês mataram meu gato!". Só que algumas pessoas têm medo de depor, sabe?

Eu, como uma munícipe, que moro num país democrático, eu tenho o direito de expor o que eu vivenciei e ficar perplexa, porque eu não acho que isso é normal. Você tem de ser organizado. Tem uma frase que diz: "Se você não tem competência, que não se estabeleça" e "Contra fatos, não há argumentos", tem várias pessoas que estavam lá e que viram a desorganização. Agora, por que estou sendo ameaçada? Porque eu relatei o que eu vi. E eu tenho prova.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora está sendo ameaçada de quê? A senhora tem de ir à delegacia, dependendo da ameaça, fazer um boletim de ocorrência, né? Preservação de direito.

A SRA. SÔNIA REGINA DE SOUZA DINTOF – Ele escreveu que: "diante de acusações levianas e desprovidas de nexos, causal, lançadas por V.Sa. na internet, vou notificá-la que responderá criminalmente e que, dessa vez, vou ter de pagar com meu patrimônio, que vista que honra é uma palavra avessa aos meus costumes." Ora!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu queria agradecer a presença da Sra. Sônia. Acho importante que mais munícipes façam isso, tenham essa atitude que a senhora teve, para que a gente tente melhorar, aqui, os diversos serviços da nossa sociedade, da nossa Cidade.

Querida pedir também à representante, desculpe, esqueci seu nome?

A SRA. REGIANE – Regiane.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sra. Regiane, que quando vocês tiverem com a apuração pronta desse caso, que encaminhe à esta Comissão, por favor.

Muito obrigado pela presença de todos.

FL. Nº 119

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863



Nós temos alguns Requerimentos que foram entregues no decorrer dessa sessão. Há vários Requerimentos sobre a Mesa. Requeiro que seja dado como lido todos os papéis. Os Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado, como lidos todos os papéis.

FL. Nº 118

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Os Vereadores que estiverem de acordo com os Requerimentos, permaneçam como estão. (Pausa). Estão aprovados os Requerimentos desta sessão.

A secretaria enviará aos membros a convocação para a próxima reunião que realizar-se-á dia 27 de abril.

Agradecemos a participação de todos. Tenham uma boa tarde.

Estão encerrados os nossos trabalhos de hoje.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 119
Anexo – Notas Taquigráficas
Proc. nº 08-0046/2010
CMSP – CPI-COVISA
Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27-04-10

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 7ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde. Processo RDP Nº 08-46/2010.

Foram convidados para esta reunião o Conselho Municipal de Saúde, o representante; a Fundacentro, Sra. Tereza Luiza Ferreira dos Santos, Tecnóloga; e o Conselho Regional de Serviço Social, que já justificou a ausência.

Eu vou suspender os trabalhos por alguns minutos. Então, estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Reaberta a sessão.

Gostaria aqui de ler um comunicado de substituição do PSDB.

- É lido o seguinte: (Foram convidados para esta reunião o Conselho Municipal de Saúde, - o representante; a Fundacentro, Sra. Tereza Luiza Ferreira dos Santos, Tecnóloga; e o Conselho Regional de Serviço Social, que já justificou a ausência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu vou suspender os trabalhos por alguns minutos. Então, estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Reaberta a sessão.

Gostaria aqui de ler um comunicado de substituição do PSDB.

- É lido o seguinte: (substituição do PSDB: Sr. Vereador Natalini no lugar do Sr. Vereador Gilson Barreto).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Também há a justificativa da Sra. Áurea Satomi Fuziwara, Conselheira Presidente do Cress.

- É lido o seguinte: (Justificativa da Sra. Áurea Satomi Fuziwara, Conselheira Presidente do Cress).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Também há um ofício do representante do Serviço funerário, Superintendente Celso Jorge Caldeira.

- É lido o seguinte: (Ofício do representante do Serviço funerário, Superintendente Celso Jorge Caldeira).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, vamos convidar o representante da Fundacentro. Parece que chegou primeiro aqui no dia de hoje, a Sra. Tereza Luiza Ferreira dos Santos. A senhora pode sentar aqui à frente, por favor.

E o representante também do Conselho Municipal de Saúde. São vocês? (Anuência). Está bem.

Bom dia, Sra. Tereza.

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu não sei se a senhora está com o Termo de Compromisso aí à frente.

R - Sim, eu tenho que preencher, não é?

P - Isso. Se a senhora puder fazer a leitura e, depois, preenche, por favor.

R - Tá.

Quer que leia em voz alta?

P - Por favor.

R - Eu, Tereza Luiza Ferreira dos Santos, convidada para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde (Processo RDP Nº 08-46/2010), comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado. Eu passo a palavra ao Relator, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Querida agradecer a Sra. Tereza Luiza e perguntar qual a sua função na Fundacentro.

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS – Eu sou psicóloga de formação, sou mestre em psicologia social e tenho a função, o cargo de tecnóloga. A minha função, o que eu faço, são pesquisas sobre saúde e segurança do trabalhador.

O SR. JAMIL MURAD – Está bem. A senhora já ocupou algum outro cargo na esfera municipal, estadual ou federal?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS – Não aqui em São Paulo, em Maceió, minha cidade natal, há 30 anos.

P – A Fundacentro possui algum termo de cooperação, parceria, convênio com a Covisa?

R – Não, com a Covisa não. Posso explicar?

P – Sim.

R – A Fundacentro como sendo um órgão, é um órgão do Ministério do Trabalho, Emprego, e é o único órgão que existe que desenvolve estudos e pesquisas sobre saúde.

P – Poderia fazer uma exposição rápida, assim, uma síntese da...

R – Sim, é um órgão que desenvolve estudos e pesquisas sobre saúde e segurança. Em determinadas situações, nós somos chamados pelo Ministério Público, por exemplo, para sermos assistentes técnicos. E aí, em algumas vezes, a gente cria grupos mistos de trabalho.

Recentemente, nós tivemos... eu participei de um trabalho que foi entregue dia cinco de abril ao Ministério Público, que era um levantamento de riscos ocupacionais na coleta de lixo, onde estavam outras entidades como o Centro de Referência ao Trabalhador e Covisa.

Então a partir daí, a partir desse trabalho que nós desenvolvemos, nós podemos estabelecer parcerias com "n" entidades, inclusive com a Covisa.

P – Amanhã é o Dia Mundial...

R – Em memória das vítimas de acidentes de trabalho.

P – Em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho. Então essa sessão aqui tem um valor especial, também pretendemos nos incorporar nessa homenagem fazendo um bom esclarecimento sobre o papel da Fundacentro, as condições de trabalho aqui e o papel da Covisa, como um órgão extremamente importante aqui no Município.

Nós queríamos... qual é o quadro de acidentes de trabalho e doença ocupacional aqui, a senhora tem uma síntese assim, no Município de São Paulo?

R – Exatamente do Município de São Paulo, não. O que nós sabemos é que os números de acidentes de trabalho, infelizmente o Brasil ganhou, numa determinada década, o título de campeão em acidentes de trabalho. Esse título ainda não nos deixou.

Ultimamente nós temos um Nexo Técnico Epidemiológico que estabelece uma ligação, quase que direta, entre o problema de saúde e as condições de trabalho de uma determinada empresa. Esse Nexo Técnico, ele estabelece um nexo entre o problema de saúde e o local de trabalho, o posto de trabalho, os tipos de produtos químicos a que o trabalhador esteja exposto, então isso trouxe, de certa forma, uma elevação também nos níveis de acidentes de trabalho.

Atualmente, nós temos muitos problemas, quando a gente fala de acidente de trabalho na Fundacentro, a gente está falando também de doenças ocupacionais, de doenças ocupacionais que são causadas também pela organização do trabalho. E organização do trabalho a gente entende os ritmos, a jornada de trabalho, a ausência de pausas, o trabalho real e não apenas o trabalho por escrito. Envolve as relações do trabalho e, nesse sentido, essa organização do trabalho leva também ao tipo de adoecimento, principalmente, aos transtornos mentais que é o que está despontando muito, ultimamente e a previsão é de que os transtornos mentais estejam, assim, em alta nos próximos anos.

P – A Fundacentro encaminha algum tipo de denúncia recebida para ser apurada pela Covisa ou manda para algum outro órgão? Ou recebe algum pedido da Covisa para tomar uma atitude em relação a uma determinada empresa?

R – Referente à saúde e segurança?

P – Isso.

R – Não. Não, isso não. Eu posso contar um pouco do que nós fizemos no último trabalho que eu citei.

P – Da coleta de lixo?

R – Isso.

P – Então, relate para nós, fazendo o favor.

R – Pois não. Nós sabemos que os coletores de lixo têm inúmeros problemas de saúde. Não é? Desde acidentes de trabalho até doenças ocupacionais, como problema de coluna, incontínências urinárias, são "n" problemas.

Então, o Ministério Público encabeçou o Ministério Público Estadual. Isso em 98, mais ou menos. Ele começou a fazer um procedimento piloto e um levantamento de riscos amplos na cidade de São Paulo. Coleta de lixo domiciliar. Isso passou bastante tempo, nós geramos um relatório de pesquisa e o Ministério Público Estadual se extinguiu, passou para o Ministério Público Federal, MPT, e retomamos todo esse processo com uma solicitação do Ministério Público do Trabalho, que é o Federal, em 2006.

Então nós começamos a verificar as recomendações que nós havíamos feito em 2002. Se as recomendações foram cumpridas ou não. Para nós fazermos esse tipo de trabalho, precisaríamos de uma equipe, uma equipe que envolveu vários técnicos de Centros de Referência de Saúde do Trabalhador do Município e envolveu técnicos de Covisa. No final desse trabalho, nós estávamos com seis técnicos: um de Fundacentro, dois de Covisa e três de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Então, como é que a gente atua junto, como é que a Fundacentro e a Covisa e outras instituições atuaram em conjunto? Para verificar se essas recomendações que foram feitas no relatório de 2002 foram cumpridas, nós tínhamos de acompanhar as equipes de coleta de lixo. Então acompanhar duas viagens, significa dizer, cada viagem significa dizer que o caminhão estava na sua capacidade de resíduo e ia ser descarregado no transbordo. Então, nós acompanhávamos a primeira viagem e a segunda viagem observando através de um *check list*, vendo algumas questões que nós já havíamos elencado como importantes e fotografando.

Então, isso era feito no período da madrugada, que a gente tinha de acompanhar as equipes de coleta quando elas saíam da empresa e também no período da noite, quando elas saíam da empresa. Então, geralmente, nós estávamos nas empresas às 6 horas ou 5h30min, por aí, ou então à noite, voltávamos para a casa de madrugada. Esse tipo de coisa.

Então os técnicos de Covisa também estavam envolvidos nesse processo, e acompanharam equipes de coleta também.

O SR. PAULO FRANGE – Permite-me, Vereador?

O SR. JAMIL MURAD – Depois eu, Vereador.

O SR. PAULO FRANGE – Então saindo um pouco da situação: eu conheço o trabalho do Fundacentro; a gente já teve uma atividade bastante próxima de vocês. E vocês têm um trabalho extremamente importante. E fica aqui uma crítica para todos nós – empresas, Fundacentro, ações do Governo –, ou seja, há uma diferença, um abismo, Vereador Aurélio Miguel, enorme, entre a capacitação técnica que eles têm e a transformação dessas informações que eles têm em prática, ou seja, em benefício para o trabalhador. Tem benefício, mas é tão pequenininho o que chega para ele, tão pequenininho em relação ao diagnóstico que eles fazem dos problemas, que a gente chega a ficar triste com tanta ferramenta na mão, tanta informação, e não transformar. Uma das situações... Por exemplo: vocês têm um estudo que foi feito, de condição de trabalho de cooperativa de material reciclável; começou em 2005, na Freguesia do Ó. tudo que foi apontado lá, quando foi feito o estudo de 2007, na zona Sul, além de ter encontrado situações fantásticas que poderiam ser tratadas, de 2005 para 2007, de um ponto a outro da Cidade, nós não conseguimos evoluir nada nas condições de trabalho desse pessoal. Com relação às cooperativas de reciclável da cidade de São Paulo, que tipo de ação foi proposta pela Fundacentro? Notificou o Ministério Público? Tomou uma atitude? O que foi feito para que a gente pudesse proteger a saúde desse trabalhador? Porque, de ação prática, de tudo que nós conseguimos levantar até agora, nós encontramos publicações de relatórios fantásticos. Vocês realmente fazem um diagnóstico perfeito. Onde está o problema? Entre o diagnóstico e o tratamento do problema, nós temos um abismo. Ou seja, o Poder Público não toma atitude. E falamos agora em empresa de lixo. Também nunca vi as empresas de lixo de São Paulo, as concessionárias, tomarem uma atitude, a não ser que fossem interpeladas pelo Ministério Público, ou então quando aqui, na Câmara, por CPI, tomaram. Vou dar um exemplo: temos aqui, no Rio Pequeno, uma estação de transbordo, que, depois de 10 anos, a gente fica com a garganta seca de tanto reclamar – agora que está sendo feito um tratamento –, e ela é parede divisória de uma creche onde tem lá 150 crianças, com mais profissionais, e tudo, rato, barata, etc., conveniada com o Município, e nunca ninguém fez nada. Quando nós chegamos o pessoal aqui na última CPI, aí apareceu um projeto fantástico, lindo, mostrado em Data Show, mas lá as crianças continuam com rato, barata, e a estação de transbordo do lado. Então, primeiro: cooperativa dos catadores de lixo e de recicláveis. O que a Fundacentro conseguiu até agora, e que fez com que tratássemos? Se não tem, vamos ver na (?) CPI agora, e vamos já representar ao Ministério Público, para que ele tome atitude, para que a gente possa respeitar esse cidadão, que já está excluído da sociedade, já tem na reciclagem o único instrumento de sustento, e nós não conseguimos fazer nada, e o Município ainda incentiva tudo isso, trabalha em tudo isso. Tem algum resultado prático dessas situações?

R – Os relatórios aos quais o senhor se referiu inclusive foram elaborados por mim – eu sou uma das técnicas envolvidas. E tem um pessoal do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santo Amaro. Então quem mexe com os trabalhadores que lidam com o lixo, na Fundacentro, sou eu. Os relatórios são elaborados, e, às vezes, eles não... Nós elaboramos alguns estudos nem sempre por solicitação de sindicatos. A gente percebe que determinadas categorias profissionais necessitam de um tipo de intervenção, necessitam que alguém olhe de maneira mais focada, por um período de tempo maior. Então essa foi uma das ações que nós desenvolvemos dessa forma, fazendo um levantamento de riscos nessas cooperativas de catadores; depois na zona Sul.

P – O relatório de 2005, da Freguesia do Ó, foi a senhora que fez também?

R – A da Freguesia do Ó não.

P – Mas é da mesma instituição. Está com o nome de Miguel Yunes.

R – Cooperativa Miguel Yunes?

P – Não. Cooperativa de Material Reciclável Miguel Yunes...

R – Freguesia do Ó não.

P – Na zona Norte... é, isso. CRST Freguesia do Ó; Fundacentro. Ana Regina, Sônia, Simone, Marilene e Claudete.

R – CRST Freguesia do Ó não, senhor. CRST Santo Amaro. Ana Regina...

P – Então, essa é de 2005; a da senhora é de 2007. Puxa vida, tínhamos um diagnóstico fantástico já aqui. Passaram dois anos. Eu acho que acontece com vocês a mesma coisa que acontece na Prefeitura de São Paulo: os departamentos não se comunicam, e a multiplicação das ações é muito grande. Não é nem duplicidade. Aqui dentro da Câmara mesmo nós fazemos um monte de coisas ao mesmo tempo duplicadas, triplicadas, multiplicadas, o mesmo trabalho. Então eu vejo assim: vocês têm um diagnóstico fantástico em 2005, muito bem elaborado. Parabéns. É um belo trabalho mesmo. E a senhora tem um até maior, de 2007. Aí eu digo: nós já estamos em 2010, caminhando para 2011. Que ação efetiva nós tomamos para que nós pudéssemos pegar as cooperativas de lixo para decidir? Ou seja, o que a senhora acha que nós deveríamos fazer? Representamos isso tudo ao Ministério Público, para colocar as condições de trabalho desse pessoal?

O SR. JAMIL MURAD – Só uma questão, Vereador. Quer dizer, a nossa CPI quer investigar o papel da Covisa, se ela está cumprindo o seu papel. Então esse é a questão.

O SR. PAULO FRANGE – Mas ela não tem nenhum *link* com a Covisa. A senhora tem algum *link* com a Covisa? (Pausa) Ela não tem nada com a Covisa.

O SR. JAMIL MURAD – É que a pergunta merece ser repetida. Quer dizer, vocês encaminharam para a Covisa?

R – Nós fizemos um estudo em conjunto.

O SR. JAMIL MURAD – Não, estudo... a pesquisa é uma coisa; pode ter um sentido acadêmico. Eu quero saber, efetivamente, que providência foi tomada para

proteger a saúde do trabalhador da coleta do lixo.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Jamil, em 2005, o relatório foi feito junto com a Covisa.

O SR. JAMIL MURAD – Porque é impossível a senhora, como pesquisadora, que vai acompanhando o processo, tem um tempo de trabalho, respeitável, pelo o que está dizendo o Vereador Paulo Frange... Mas a questão é a seguinte: a senhora certamente foi verificar qual a consequência daquilo.

O SR. PAULO FRANGE – Em 2005 foi feito junto com a Covisa.

O SR. JAMIL MURAD – Quer dizer, qual foi o resultado. Que providência foi tomada. A senhora sabe?

R – O relatório foi uma solicitação do Ministério Público do Trabalho, e foi elaborado em conjunto – um grupo misto: Fundacentro, Covisa e Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Esse relatório foi entregue ao Ministério Público solicitante em 05 de abril desse mês. E Covisa era participante.

O SR. PAULO FRANGE – (Ininteligível) de 2007.

R – Não, eu estou falando...

P – Eu estou perguntando de 2005, que foi feito junto com Covisa.

R – Eu estou falando de um relatório...

O SR. PAULO FRANGE – Vamos separar os dois, Vereador Jamil. Em 2005 foi feito junto com Covisa.

R – Eu não estou conseguindo compreender.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Esperem um momentinho só. Dra. Tereza, a senhora disse que entregou agora, há poucos dias...

R – Dia 5 de abril foi entregue ao Ministério Público do Trabalho.

P – Qual relatório? Esse que a senhora apresentou, ou é um novo?

R – Um relatório de inspeção das condições de trabalho dos coletores de lixo.

P – Esse é de 2007; é outro.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora entregou agora.

R – Cinco de abril de 2010.

P – Ela entregou agora. E em relação a esses outros relatórios, quais ações positivas ou negativas? Que se a senhora está entregando um novo é porque os anteriores não surtiram efeito.

R – É, realmente.

O SR. PAULO FRANGE – Vereadores, eu vou ler uma frase. "Em 2005, tomarem conhecimento da Covisa através da Dra. Magda Andreotti, que está lá"...

O SR. JAMIL MURAD – Eu quero saber o seguinte: esse relatório de abril, agora, que a senhora acabou de entregar, foi esse mês...

R – Sim.

P – Qual é a condição de saúde do trabalhador da coleta do lixo? Quer dizer, qual é a proteção que ele está tendo? Qual é o risco que ele está tendo? Dá para a senhora resumir para nós?

R – Eu vou tentar resumir um trabalho de 20 anos.

O SR. PAULO FRANGE – Eu acho que não precisa, Vereador Jamil.

R – Nós fizemos uma série de recomendações às empresas e à Prefeitura de São Paulo sobre mudanças que deveriam acontecer na coleta do lixo. São mais de 80 recomendações. E essas recomendações... nós viemos agora, em 2010, verificar se elas foram cumpridas ou não.

P – Sim, e qual foi o resultado?

R – A maior parte delas não foi cumprida.

O SR. JAMIL MURAD – Então o trabalhador continua desprotegido, é isso?

R – Sim, com certeza.

P – Com risco à sua saúde?

R – Com certeza. São muitos, diversos riscos à saúde.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Jamil, o que é mais grave...

O SR. JAMIL MURAD – Porque uma coisa... a Covisa seria para...

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Jamil, o que é mais grave... Vereador Netinho, o que é mais grave é que foi pedido esse estudo pela própria Secretaria de Serviços e Obras, que, na época, cuidava de tudo. Todo dia muda o dia da Secretaria e Secretário. Mas a elaboração desse relatório preliminar foi proposta em reunião com assessor técnico da Secretaria de Serviços e Obras, responsável pela implantação dos Centros de Triagem dos Materiais Recicláveis – 20 de julho de 2004 –, com participação da Fundacentro, técnicos e tal. Ou seja, o Município conhece isso, sabe disso, pediu isso, tem o relatório disso e não tomou nenhuma atitude até agora. Então eu acho que nós temos que tomar, daqui para a frente, nós aqui. Ou seja, já que está no Ministério Público, as ações que a senhora determinou e o resumo do que foi encontrado como irregularidade, tem que nos encaminhar, Vereador Jamil, para que a gente possa nem discutir, já representar direto, daqui da CPI.

O SR. JAMIL MURAD – Faço um requerimento, então, para a senhora relatar o que foi encontrado, que medidas não foram seguidas para proteger o trabalhador. Então a senhora fazer esse relatório para a CPI. É um requerimento que nós fazemos: daqui a pouco ele vai ser encaminhado por escrito. Porque o Ministério Público é quando o Poder Executivo falhou. então alguém da sociedade aciona o Ministério Público para proteger, para fazer cumprir a lei. Mas se o órgão Covisa funciona corretamente em nome do Poder Público Municipal, não precisaria o Ministério Público ser acionado. Quando aciona o Ministério Público é porque...

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Relator, o senhor me concede um aparte, só para a boa compreensão?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – O processo de estudo que a Tereza, junto com a equipe da Fundacentro, de Covisa, era para identificar as relações do trabalho com estes trabalhadores do sistema – seja de coleta reciclada, mais para a frente, reentregue agora, de coleta de resíduos na Cidade. Correto? E você vai identificar, para isso, as condições em que esse trabalhador desenvolve as suas tarefas, e anuncia para o Ministério Público o que ele vem fazendo, o que está fora de um padrão que vocês identificaram. É um pouco disso a resultante desse estudo, desse aprofundamento dessa observação do trabalho destes dois setores, um anterior, das cooperativas, e esse mais recente, dos trabalhadores em limpeza?

R – Nós identificamos os riscos que existem na atividade. Quando a gente fala de risco, são situações que podem desencadear acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais. Então são identificadas. Esses riscos foram identificados; foram propostas recomendações, foram feitas recomendações no relatório, em 2002.

P – Essas recomendações para o empregador?

R – Essas recomendações são feitas tanto para o empregador como também para a secretaria específica, no caso dos coletores de lixo.

P – Só que daí a gente contratou o tal serviço. Então a Secretaria contratante e a empresa que realiza o serviço.

R – Exato.

P – Então a Secretaria é a contratante, e a empresa que realiza o serviço.

R – Exato.

P – Então, em 2002, identificou-se uma série de anomalias na questão do trabalhador de cooperativas.

R – Exato... Não, coletores de lixo.

P – Coletores de lixo, que é a mesma que (Ininteligível) agora.

R – Coletores de lixo domiciliar.
P – Domiciliar. Então lá em 2002 o Município tinha um contrato com diversas empresas, que depois foi feita uma concessão, que foi assinada no final de 2004.
R – Isso.
P – Que é essa que está em vigor.
R – Isso.
P – Só para a gente fazer a relação. Então se investigou um modelo de contratação e de resultado de trabalho lá em 2002, e agora, mais recentemente, um novo, a partir de uma concessão. Porque a gente está falando de contratos distintos, e, portanto, contratantes distintos.
R – Recentemente, que não é tão recentemente, o Ministério Público chamou de novo a Fundacentro, solicitou à Fundacentro que verificasse se aquelas recomendações feitas no relatório de 2002 foram cumpridas – seja pela empresa, seja pelo serviço público, pelo Poder Público. Então nós fomos, de novo, a campo, para verificar, para checar essas recomendações – o cumprimento ou não. O nosso relatório, entregue em 5 de abril, agora, indica exatamente que a maior parte das recomendações feitas não foram cumpridas, nem pelas empresas e nem pelo Poder Público.
P – Perfeito. Agora, este processo é conduzido pelo Ministério Público do Trabalho? Quem solicitou o estudo, nas duas ocasiões, foi o Ministério Público do Trabalho?
R – É. Agora, o Ministério Público do Trabalho Federal, e o primeiro, o Ministério Público do Trabalho Estadual.
P – É isso é um processo de investigação do Ministério Público nestas empresas, ou neste setor de serviço?
R – É, primeiro foi um procedimento piloto; e agora, que eles chamam de inquérito civil.
P – Então, quer dizer, há uma investigação no Ministério Público, de apuração.
R – Isso.
P – Inclusive que recentemente foi falado das horas, da dupla jornada, da tripla jornada. Essa, um pouco a... É isso, Tereza?
R – Eu funciono como uma assistente técnica do Ministério Público, subsidiando informações técnicas que eles não têm. Então eu entro com esse aporte.
P – Relator, só para entender por que a abordagem. Porque a gente acabou de falar aqui: não vamos remeter isso para o Ministério Público. Na realidade, o trabalho foi feito pelo Ministério Público, então não adianta remeter para o Ministério Público aquilo que foi demanda do próprio Ministério Público. Então só para a gente entender para quem a gente manda, se a gente vai mandar alguma coisa para alguém.
O SR. JAMIL MURAD – É que nós temos que cobrar do Poder Executivo que ele cobre das empresas, cumpra o seu dever. E o Poder Público Municipal tem um órgão chamado Covisa, que é o responsável para cuidar da saúde, inclusive desses trabalhadores da coleta de lixo. Então o contrato tem que ser rompido, porque é possível tratar com as empresas que estão executando o serviço, a tal ponto que, você faz a sua pressão, como contratante, que as condições de trabalho não estão adequadas, para que o trabalhador não perca, por causa do mísero salário, a sua saúde e a sua vida. Isso que está acontecendo.
O SR. PAULO FRANGE – Claro. Vereador Jamil, só para a gente poder andar rápido, porque eu tenho muitas perguntas para a senhora. Vamos deixar bem claro para todos que estão aqui conosco o seguinte: eles têm uma missão – produção e difusão de conhecimento que contribuem para a promoção e segurança de saúde dos trabalhadores. E a finalidade da Fundação – para a gente não misturar as coisas, e responsabilizar por outra coisa.
O SR. JAMIL MURAD – A posição (?) técnica não são eles...
O SR. PAULO FRANGE – Essa é a missão para a construção do Fundacentro. Finalidade: realizar estudo e pesquisa pertinente aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho. Então ela não pode atuar, não pode mudar, não pode fechar, só isso.
O SR. JAMIL MURAD – Sim, é um órgão técnico.
O SR. PAULO FRANGE – Então, Dra. Tereza, nós não estamos responsabilizando a senhora por nada; nós só precisamos buscar toda essa informação porque a senhora, na verdade, é um poço de informações e vai nos ajudar muito. Dando essa ideia aqui agora; entrar ruído de ônibus.
O SR. JAMIL MURAD – Só ainda em relação ao lixo, eu quero saber do lixo hospitalar aqui na cidade de São Paulo. E São Paulo é uma cidade que tem grandes hospitais; é a cidade que tem mais hospitais no país.
R – Que tipo de informação o senhor quer saber do lixo hospitalar?
P – Se está sendo tratado adequadamente. Quer dizer, se está sendo coletado, destinado, separado do outro lixo, porque esse lixo hospitalar é contaminante, ele tem que ter um tratamento adequado, e tem um alto risco para o trabalhador que coleta e também para a população.
A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS – Eu não tenho, eu não atuo nessa área do lixo hospitalar.
O SR. JAMIL MURAD – E a sua instituição, a Fundacentro?
R – Na Fundacentro, não conheço ninguém que mexa com lixo hospitalar.
O SR. PAULO FRANGE – Entendeu, Vereador Jamil, como é difícil a atividade dela? Ela teria de ser provocada, nós teríamos de fazer... Alguém teria que... A Secretaria deveria fazer um pedido para a senhora para fazer um estudo sobre a saúde do trabalhador que manuseia o lixo hospitalar, não é isso? E aí a senhora emitiria o relatório.
R – Exatamente.
P – Ai, sim.
O SR. JAMIL MURAD – Vou fazer uma pergunta...
O SR. PAULO FRANGE – Não é isso?
R – Exatamente.
P – É assim que funciona?
R – É assim que funciona.
O SR. JAMIL MURAD – Eu solicito um requerimento de informação à Fundacentro. Vai ser feito por escrito, encaminhado ainda hoje, sobre o lixo hospitalar: que pesquisa, que informação a Fundacentro tem para nos municiar sobre esse problema?
R – O senhor deve encaminhar à Presidência na Instituição e aí ele vai triar...
P – Sim, sim.
R – ... Para a pessoa competente.
P – É que a senhora já explicou que não trabalha nessa área. Então, estamos indicando o requerimento à instituição.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor me concede aparte, Vereador Jamil?
Sra. Tereza, a senhora conhece o Sivat?
R – Sim.
P – É um órgão de que esfera? O Sivat
R – Não, não. Não conheço o Sivat.
P – Ah, a senhora disse que conhecia.
R – Desculpe.
P – O Sivat é o Sistema de Vigilância de Acidente do Trabalho
P – Tá.
P – A senhora desconhece?
R – Não, não totalmente.
P – Não, não, não. Eu não estou questionando a senhora. Estou querendo só mostrar que, na verdade, existe o Sivat. Está aqui inclusive na Secretaria

Municipal da Saúde. Está aqui: os acidentes...

Sivat, até está aqui, se a senhora entrar na Internet, está lá. "Os acidentes de trabalho configuram-se em grave problema de saúde pública na cidade de São Paulo, pela sua magnitude, importância e gravidade. Para enfrentar esse desafio e considerando a competência legalmente atribuída pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Saúde, a Secretaria Municipal da Saúde instituiu a Portaria 1470/02, que criou o Sivat - Sistema de Vigilância de Acidente do Trabalho - e tomou compulsória a notificação de todo acidente ocorrido durante o desempenho de atividade profissional, independente do vínculo empregatício. Na fase de construção do SIVAT, estimou-se em 180 mil o número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente na cidade de São Paulo, dos quais aproximadamente 3 mil seriam graves, resultando em morte ou incapacidade permanente dos trabalhadores.

No Sivat, definiu-se como grave casos que resultassem em óbitos, acidentes de trabalho ocorridos com menores de 16 anos de idade e todos os casos de politraumatismo, esmagamento, amputação, traumatismo crânio-encefálico, fratura de coluna, lesão de medula espinhal, trauma com lesões viscerais, queimaduras que resultem em intimação. ...".

Eu pergunto isso por quê? Quer dizer, existe o Sivat. Vocês não têm parceria com o Sivat. Quer dizer, deveria ter essa parceria, a própria Secretaria Municipal de Saúde, a própria Covisa deveria forçar esse acompanhamento em conjunto com vocês.

R - Posso falar?

P - Desculpa?

R - Posso falar, Sr. Presidente?

P - Claro, senhora tem toda...

R - Eu não tenho.

P - A senhora não tem?

R - Não tenho conhecimento de que algum outro técnico da Fundacentro tenha. Não posso informar sobre isso.

P - A Covisa também não, nunca procurou o a Fundacentro, além desse trabalho que foi feito conjunto? Nunca procurou fazer uma parceria permanente com a Fundacentro?

R - Não tenho conhecimento.

P - Também não tem conhecimento.

Palavra para o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE - D. Tereza, com relação a perda auditiva dos motoristas de ônibus na frota do Município, me parece que o último estudo é de 2002. De lá para cá, vocês foram provocados alguma vez pelo Município, pela Secretaria Municipal de Transportes, para que pudessem fazer um estudo desse tipo de perda? Porque nós já sabemos os resultados. Ou seja, é maior naqueles que trabalham por mais de cinco anos da mesma atividade. A perda é de 62% dos motoristas que trabalham, é perda auditiva do ouvido esquerdo, que fica exposto do lado de fora. Nós temos todas as estatísticas, por faixa etária, tudo bonitinho.

A pergunta é: a Secretaria tem informação disso? A Secretaria já provocou alguma vez esse tipo de pesquisa para que a gente possa saber exatamente, na nossa frota de ônibus, como anda a saúde desses trabalhadores, em termo de perda auditiva?

Segundo, com relação aos permissionários - aí vai a turma que está dentro da área da permissão do serviço público, são os microônibus, os antigos perueiros -, existe algum estudo de saúde auditivo que foi pedido pelo Governo alguma vez ou por alguma das cooperativas?

R - Esse trabalho a que o senhor se refere, de 2002, o senhor tem o autor? Eu não tenho conhecimento.

Eu tenho conhecimento de um trabalho que foi feito com os condutores...

P - João Cândido Fernandes, da Unesp; Teresa Marinho, da Unesp; Viviane Mendes Fernandes, da Unidade de São Carlos. E foi feito para Bauru.

R - O senhor pode repetir os nomes, por favor?

P - Avaliação dos níveis de ruídos e perda auditiva em motorista de ônibus na Cidade de São Paulo.

Eles fizeram aqui. "Esse trabalho teve como objetivo avaliar o nível de ruído nos postos de trabalho dos motoristas de ônibus na Cidade de São Paulo e a perda auditiva dos motoristas. A avaliação e exposição do ruído foi realizada em uma mostra de seis ônibus com motor na posição dianteira em uma amostra de seis ônibus com motor na posição dianteira por meio de dosimetria de ruído conforme as normas ISO 1999...". "A avaliação da perda auditiva foi realizada por meio de exames audiométricos em 53 motoristas conforme a Portaria 19 de 1998 do Ministério do Trabalho e Emprego..." e tudo.

Ruído... Ninguém...? A Secretaria não fez nunca um pedido?

R - Eu não tenho conhecimento desse trabalho.

Eu tenho conhecimento de um trabalho feito com condutores. Foi por volta de 89, 90, por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores.

P - O serviço de ônibus hoje é... Não é nosso, há uma concessão.

Então, eu vou propor ao Vereador Netinho, que é Líder do Governo, e ao Vereador Aurélio Miguel, que é o Presidente, nós vamos propor, da CPI para o Secretário Municipal de Transportes, para que ele encomende o estudo à Fundacentro, sobre a Saúde auditiva dos motoristas e cobradores de ônibus no Município de São Paulo. Porque o último estudo é de 2002, onde ainda havia o motor dianteiro. E esse pessoal, naquela época, 62% deles já tinham comprometimento, de leve para moderado, por quem já tinha mais de dez anos de trabalho. Portanto, já deve haver alguns motoristas quase surdos e nós não temos nenhum tipo de tratamento, nenhum tipo de orientação a respeito disso.

Então, nós vamos pedir ao Secretário Alexandre de Moraes, que é um homem extraordinariamente importante no Município de São Paulo - deve conhecer profundamente as implicações trabalhistas desse tipo de problema; e o Município, como corresponsável - porque a concessão não tira a responsabilidade do Município, ele é responsável indiretamente. Quem contrata mal paga duas vezes a conta. E nós temos, com certeza, motoristas quase surdos, dirigindo na Cidade de São Paulo.

Pedir para as concessões e permissões, Vereador Netinho. Nós vamos encaminhar isso direto ao Alexandre de Moraes para que ele encomende à Fundacentro um estudo dessa natureza.

Vai ser extremamente importante, porque é uma população muito grande de funcionários nessa atividade.

R - Nos estudos realizados, no estudo realizado com essa categoria, em 89 / 90, só para informação, nós fizemos um levantamento de transtornos psiquiátricos menores, distúrbios leves de ansiedade, estresse. E os mais atingidos, os que apresentavam maiores índices de distúrbios psiquiátricos menores eram os cobradores.

P - Os cobradores.

R - Porque os cobradores, eles ficam em contato direto com o público, eles tomam conta do dinheiro, eles não têm ônibus.

O motorista tem o seu próprio ônibus, não é? É o carro do motorista. O motorista tem o status. Ele se protege até.

Mas os cobradores eram os que sofriam mais com essas questões.

P - É.

Aqui tem idade de frota de oito anos, mostrando que a perda mais afetada é o ouvido esquerdo. 62% tinham comprometimento; desses, metade deles praticamente era leve; mas, daí para frente, era de moderado para frente.

Então, esse pessoal já tem muito... De 2002 até agora, foram oito anos. Ninguém tomou atitude.

Aliás, eu não acredito em atitude neste país. Ninguém tomou nenhuma atitude, com certeza absoluta.

Agora, vamos pedir à Secretaria para que esse estudo seja feito através de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sra. Tereza, só para ficar bem claro aqui, é importante. Primeiro, a senhora não concluiu aquela hora em que eu tinha

perguntado, porque os Colegas até fizeram outras perguntas.

Foi feito um relatório em 2005; outro relatório, em 2007; e, agora, a senhora encaminha um novo relatório.

A senhora parece que protocolou agora, nesse mês, para o Ministério Público do Trabalho novamente. Então, quer dizer, se a senhora fez isso, é porque não surtiu efeitos os relatórios anteriores. É isso? É só para ficar bem claro, para saber o que está acontecendo na cidade de São Paulo em relação a essa categoria, que são os que trabalham com a coleta de lixo na cidade de São Paulo.

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS – Está se falando de duas coisas. Uma delas é coletores de lixo domiciliar, que são conhecidos como os lixeiros.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso.

R – E outros são os catadores.

P – As cooperativas.

R – São as cooperativas centrais de material reciclável.

P – Isso.

R – São duas coisas diferentes.

P – Então, vamos deixar bem claro esse tema, que não ficou bem claro.

R – Tá. Então, um foi protocolado agora, entre (ininteligível) em, o de coletores de lixo domiciliar.

P – Esse que foi protocolado agora?

R – Isso.

P – Agora, em 2010?

R – Agora, em 5 de abril.

P – Tinha sido feito um trabalho anterior?

O SR. PAULO FRANGE – Não, esse de 2002, até agora, não temos nada.

R – O de 2002, ele...

P – Os ônibus, não temos informação de nada.

R – De ônibus? Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Do lixo é 2005.

O SR. PAULO FRANGE – Do lixo é 2005 ou 2007?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dois mil e cinco...

O SR. PAULO FRANGE – Os recicláveis.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espera aí, senão vão confundir a Sra. Tereza.

R – Nós estamos falando dos coletores de lixo domiciliar, não é? Eu me recuso a usar a palavra lixeiro, porque eu trabalho com essa categoria há 18 anos, e lixeiro, segundo eles, é quem faz o lixo. Então, em 2002, foi entregue um relatório ao Ministério Público Estadual, na pessoa do Sr. Jorge. Esse relatório andou e ficou à disposição desse Ministério e nós fomos chamados de novo, e concluí(?) pelo Ministério Público Federal, agora, e foi concluído esse trabalho, de checagem, de verificação, de inspeção das recomendações que foram feitas em 2002, que foi entregue agora, em 5 de abril.

O SR. PAULO FRANGE – Esse dois mil e...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dois mil e dois é sobre?

R – Coletores de lixo.

P – Coletores de lixo. Foi feito, entregue. Quer dizer, então, em 2002, foi feito e não surtiu efeito. A senhora está entregando novamente, porque...

O SR. JAMIL MURAD – O Ministério Público pediu uma reavaliação.

R – O Ministério Público pediu uma atualização...

O SR. JAMIL MURAD – E a senhora já tem um resultado, que pode adiantar aqui para a CPI. Nós pedimos, por escrito, mas também gostaríamos de ouvir neste microfone.

R – O que eu posso dizer é que as condições de trabalho não melhoraram.

P – Não melhoraram?

R – Não.

P – As providências foram tomadas?

R – Não.

P – Não. Agora, a senhora sabe que são centenas de milhões de reais, cada contrato desse aí de coleta de lixo. Uma cidade não pode sobreviver se não tiver esse tipo de trabalho.

R – Sim, com certeza.

P – Só que o trabalhador está sendo esquecido, não é?

R – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E quais são os principais aspectos negativos que a senhora observou?

R – Nós temos que questão do ritmo, por exemplo. O ritmo de trabalho é muito intenso. Alguém aqui já viu um coletor de lixo andando?

P – É correndo.

R – É sempre correndo.

P – Correndo.

R – O ritmo do trabalho dele é intenso, e esse ritmo de trabalho não precisaria ser tão intenso se o processo de trabalho fosse alterado, se mudasse o processo de trabalho. Então, a gente sugere, por exemplo, containerização, a gente sugere a diminuição dos setores. Setores são as regiões onde eles são, da qual eles são designados. Então, a equipe de coleta chega na empresa e vai para um determinado setor, que já é previsto pela empresa. Ele não pode deixar de coletar nenhuma rua. Todo lixo tem um determinado número de ruas. Então, a gente sugere a diminuição desses setores, por exemplo. Nós sugerimos a instituição de pausas oficiais, porque a pausa do coletor de lixo, no seu trabalho, real, ela depende da paralisação do caminhão. Quando o caminhão está, na sua capacidade, aí que ele vai, é dirigido ao transbordo ou então ao aterro sanitário, para descarregar. A gente sugere também que sejam feitos convênios ou parcerias com órgãos da Prefeitura ou órgãos públicos, para que o coletor tenha, onde possa fazer as suas necessidades fisiológicas, que esse pessoal está no espaço da rua. Eles não têm isso. A gente sugere a containerização de diversos bairros, contêineres disseminados pela cidade. Nós sugerimos também a realização de campanhas que envolvam o Poder Público, empresas e sindicatos de trabalhadores, campanhas sistemáticas e não apenas joguem o lixo no lixo. A gente já sabe que onde existe lixo, as pessoas jogam mais lixo. Existem pesquisas relacionadas a esse assunto. Então, é assim. Tem uma série de recomendações. O próprio caminhão, tem trabalhadores, no período noturno, que eles ficam até 4, 5, 6 horas da manhã, desenvolvendo sua atividade de trabalho. E como é que feito o transporte desses trabalhadores, após, para suas casas ou para a própria empresa? Tem trabalhadores, os trabalhadores saem dentro da cabine do motorista. Eles são proibidos, por um acordo feito pelo sindicato, de saírem na parte traseira, que a gente chama de estribo. Então, eles saem dentro de cabine, para que, no trajeto da empresa até o local de início de coleta, eles não tenham o risco de sofrer um acidente, mas essa cabine, ela é pequena para transportar quatro pessoas. São três coletores e um motorista. Em 2002, a situação era um motorista e quatro coletores. Então, nós fizemos a sugestão, a recomendação de transporte, de um transporte extra, que levasse trabalhadores em condições seguras. E o que foi feito? Foi feita a diminuição da

equipe de trabalho. Então, são essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso aí, tudo também está no relatório?

R – Está no relatório.

P – Agora, no entender da Fundacentro, quais são as atividades, na cidade de São Paulo, que merecem maior atenção da Covisa e de vocês também? Você falou dos...

R – Pela Covisa, eu não posso falar, senhor.

P – Sim, mas a senhora pode falar...

R – Nós temos, na Fundacentro, temos subprogramas. Nós temos subprogramas. Não sei se eu vou lembrar de todos, mas nós temos o Aquaforum, que são subprogramas, são em níveis nacionais. Temos o Aquaforum, que pega os trabalhadores de pesca e mergulho. Nós temos o subprograma da construção civil, que pega todo o Brasil.

P – Sim, mais especificamente a cidade de São Paulo.

R – Então...

P – A construção civil sim?

R – Isso.

P – O de pesca...

R – Nós temos radiações não ionizantes. Nós temos o programa da silicose, de combate à silicose, que está muito em marmorarias, em função do pó da sílica, proteção de máquinas, que aí envolve criação de dispositivos para impedir acidentes de trabalho em equipamentos específicos. Temos também...

P – Assim, a senhora talvez não se lembre de... A senhora pode depois nos encaminhar esses programas que a senhora tem, para que a gente tome conhecimento e ciência?

R – Com certeza.

P – E tente, futuramente, se não há essa parceria, tentar uma parceria junto com a Covisa, para que possa...

R – Com certeza.

P – Melhorar essa questão de fiscalização e melhorar o atendimento aos trabalhadores da cidade de São Paulo.

O SR. JAMIL MURAD – Uma questão, Presidente.

R – Eu só pediria ao senhor que solicitasse, por escrito, à Fundacentro, à Assessoria Técnica.

O SR. JAMIL MURAD – Certamente, será(?) encaminhado por escrito. Agora, aqui nós temos as câmaras frigoríficas. Tem muito supermercado, hipermercado aqui, e até açougues menores, mas essas grandes unidades, esses trabalhadores ficam submetidos a temperaturas muito baixas o dia inteiro. Qual é a situação de saúde deles?

R – Não tenho informações específicas sobre esse assunto, senhor.

P – A Fundacentro tem algum estudo? Não sabe?

R – Não sei informar.

P – Então, eu também solicito um requerimento de informação à Fundacentro.

O SR. PAULO FRANGE – Me permite fazer uma pergunta agora?

O SR. JAMIL MURAD – Os trabalhadores de câmara frigorífica. Só um instantinho, Vereador. E as grandes unidades de lavanderia. Nós temos avaliação aqui, que, em São Paulo, as lavanderias industriais movimentam 140 milhões de reais por ano. São unidades enormes, e existe um estudo, uma avaliação das condições de saúde desses trabalhadores aqui, na cidade de São Paulo?

R – Também não tenho conhecimento sobre isso.

P – Também faço então um requerimento de informação à Fundacentro sobre esses trabalhadores. Agora, sobre a construção civil, que é um setor muito dinâmico aqui, em São Paulo, inclusive, neste momento, estamos vivenciando um boom da indústria da construção civil. Qual é a situação de saúde desses trabalhadores?

R – Eu vou fazer uma sugestão, porque, enquanto uma técnica, eu desenvolvo alguns estudos, que são bem específicos. A pessoa mais indicada para falar, por exemplo, sobre a saúde dos trabalhadores da construção civil seria talvez até o próprio coordenador do subprograma, que é o Jôfilo, que é a pessoa que detém esse conhecimento.

P – Eu faço também um requerimento de informação.

R – De uma forma geral, existem estudos sobre isso, sim, na Fundacentro.

P – Em São Paulo, é impossível ignorar a construção civil.

R – O que nós sabemos é que existe uma mudança, inclusive no perfil dos trabalhadores, porque houve mudança da tecnologia.

P – Sim, agora... O motoboy hoje é uma profissão muito numerosa, em São Paulo. Inclusive, tem sindicato, e eles estão submetidos a um regime de trabalho maluco, absolutamente inseguro. Morrem dois motoboys, por dia, em São Paulo ou quase dois, praticamente dois motoboys por dia. Qual é a situação? Tem algum estudo da Fundacentro, sugestões, proposições para proteção desses trabalhadores?

R – Tem um estudo feito por um técnico do Centro Regional de Minas Gerais.

P – Sim.

R – Eu estou tentando lembrar o nome dele. Ele é da Fundacentro de Minas Gerais. Eu não consigo lembrar o nome dele, mas é o único estudo feito com motoboys, e é um trabalho muito bom, e saiu algumas recomendações, alguns encaminhamentos sobre o assunto, porque os motoboys existem, onde existe o ritmo frenético e as necessidades de consumo das pessoas.

P – Eu solicito também o requerimento... Quero fazer um requerimento de informação sobre a situação dos motoboys. A Fundacentro é uma organização nacional e tem as unidades por Estado. Então, o estudo feito, em Belo Horizonte, está à disposição, certamente aqui.

R – Com certeza.

P – Na Fundacentro de São Paulo.

R – Com certeza.

O SR. PAULO FRANGE – Me permite, Vereador Jamil? Só fazer uma pergunta sobre um trabalho...

R – Por gentileza, por gentileza, eu posso pedir licença aos senhores para ir ao banheiro?

O SR. JAMIL MURAD – Ah, pois não.

R – É possível?

P – Vamos dar cinco minutos, suspender cinco minutos, para tomar um cafezinho aqui.

R – Obrigada.

P – Obrigado. Depois, a palavra com o Vereador Paulo Frange. (Pausa) O Vereador Paulo Frange com a palavra.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Tereza, eu vou fazer uma última pergunta. Da minha parte, eu fico satisfeito, que é um tema que esta Casa discutiu, por quase quatro anos, e nós conseguimos votar, nesta semana, uma mudança na lei, para que a gente pudesse transformar as empresas de telefonia, as estações de radiobase numa situação de passível de ser alcançada pela lei, e eles estão absolutamente conscientes que estão acima da lei. Fazem o que querem na cidade, colocam antena onde quer, espaço público, em cima de escola, enfim, invadiram a cidade, ocuparam, irregularmente, o solo, prédio, etc., e as estações de radiobase ficaram aqui como queriam. E vocês têm um trabalho muito interessante sobre gestão das exposições ocupacionais, nesse caso, que foi assinado

pela Dra. Solange Regina Sheifer(?), um trabalho muito bem feito, e que fala, exatamente, de uma normativa, de uma norma reguladora de 94, sobre Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que tratava da saúde dos funcionários que trabalham para essas empresas. Olhando esse cenário, vendo esse trabalho, nós temos alguns tópicos, a gestão da exposição ocupacional, em ERBs, apresenta algumas dificuldades, acesso aos locais no momento em que as atividades são executadas, precariedade na fiscalização das ERBs, por parte dos órgãos públicos, escassez de estudo epidemiológico sobre os possíveis efeitos adversos à saúde dos trabalhadores, do setor da telecomunicação e a fragilidade na articulação entre as normas impostas pelo Ministério do Trabalho. Apesar do processo de reavaliação e do gerenciamento de risco dos agentes físicos presentes em ambiente de trabalho ser bastante complexo é muito frustrante constatar que, em geral, não é compreendido a atividade como risco à saúde do trabalhador, tanto por aqueles que geram os riscos, quanto por aqueles responsáveis por gerenciá-los. A afirmação é respaldada por reclamações trabalhistas, junto aos órgãos públicos, responsáveis por analisar as condições de trabalho, quanto à falta de informações sobre os riscos das estações de radiobase à saúde daqueles que permanecem expostos em seus ambientes de trabalho. Lá na frente, é fundamental que fundos setoriais em telecomunicações financiem estudos epidemiológicos sobre os efeitos adversos à saúde dos trabalhadores expostos, na tentativa de suprir lacunas do conhecimento científico. Mais à frente: Seria interessante a criação de um banco de dados, contendo o resultado de avaliações realizadas na região do campo próximo à estação de radiobase. Faz-se necessário que a Fundacentro elabore uma norma sobre procedimentos técnicos específicos para o setor de telefonia celular, contendo, no mínimo, objetivo, aplicação, referência, normativas, definições, procedimentos de avaliação, que incluem os instrumentos necessários, calibração, descrição das áreas, procedimento de medidas, relatório e referências bibliográficas. Finalmente, a fundação poderia ainda contribuir com o tema, promovendo cursos voltados aos empresários, profissionais e auditores fiscais e sindicato dos trabalhadores, com o objetivo de fornecer subsídios técnicos que auxiliem na melhoria do processo de avaliação e gerenciamento desse risco. Nós discutimos aqui, ao longo desse tempo todo, insistimos muito nisso. Foi um estudo realmente muito interessante. O que nos preocupa? Nós não conseguimos alcançar essas pessoas. Eles não conseguiram estabelecer regras de distância entre a estação de radiobase e o adensamento humano. Hoje as regras existem. A lei está aí. Agora, nós podemos arrancar as antenas que estão irregulares. A grande parte não tem alvará de funcionamento, e nós temos mais a implicação agora, dos trabalhadores que ficam ligados ou que manipulam essa atividade e daqueles que estão juntos, trabalhando, ao lado, dessas estações, muitas vezes. Aí, entra de novo aquela situação: Vocês têm um estudo fantástico, ou seja, é uma poesia, lindo, tem todas as informações que nós já tínhamos acesso, no debate aqui, de estação de radiobase. De prático, nós não conseguimos aplicar nada. Pergunta: "O Fundacentro desenvolveu alguma norma específica sobre essa atividade, que ele mesmo propôs?" A própria Fundacentro propôs que se elaborasse uma norma, para que a gente pudesse ter procedimentos técnicos específicos, etc., referências normativas, calibração.

O grande problema aqui era a calibração, quantos gigas vamos permitir? A que distância? Estamos falando de 100 a 300 gigahertz, não estamos falando de estações que geram até mais, e estão aí até clandestinamente colocadas no Município de São Paulo.

Vocês têm algum trabalho específico, além desse que nós encontramos de vocês, alguma regra, alguma imposição? Foram procuradas pelo serviço de telefonia para que pudesse? ... ou o Município, depois de tanta pressão da Câmara, tentou, via Fundacentro, algum estudo que pudesse, pelo menos embasar tecnicamente, como que vamos fiscalizar? A senhora sabe que não tem nem fiscal na cidade de São Paulo que entenda de Estação Rádio Base, até hoje não conheço nenhum. Se alguém tiver algum, depois pode me encaminhar, que a gente queria apresentá-lo aqui na Câmara, homenageá-lo aqui, neste plenário.

Nós não conhecemos ninguém que conheça esse assunto a ponto de fiscalizar com competência. Fariamos uma sabatina com 10 perguntas simples, e a gente daria a ele a competência ou não para poder fiscalizar a Estação de Rádio Base.

A pergunta: o que vocês podem contribuir e o que já contribuíram para esse processo aqui na Cidade?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Eu não tenho conhecimento a respeito dessa pergunta que o senhor fez, o que foi feito depois. Tenho conhecimento, sim, desse trabalho, uma colega de trabalho, sei que ela estava atuando nessa área, mas não tenho conhecimento dos desdobramentos dessa pesquisa. Sugiro, também, que isso seja solicitado, por escrito, à Fundacentro.

O SR. PAULO FRANGE - Vamos solicitar, então, por escrito. Então, para encerrar, por escrito, eu queria também a situação, então fazer o pedido da exposição ocupacional a campos eletromagnéticos em Estação de Rádio Base, análise crítica do programa de prevenção de riscos ambientais da empresa.

E, mais um trabalho de vocês, por último, que é, já foi pedido, as condições acidentológicas e as estratégias de regulação dos motociclistas profissionais. Vereador Jamil já, competentemente, pediu, é interessantíssimo, e eu queria a regulamentação das condições e trabalho no setor de teleatendimento aqui. Quais são os desafios que hoje a saúde ocupacional tem? Temos empresa de teleatendimento em São Paulo em número muito grande e com volume extraordinariamente grande de funcionários. E os problemas de saúde, sou médico, atendendo no meu consultório, por isso cheguei atrasado, começo às 07h00, chego aqui às 09h30, 10h00, e hoje mesmo nós tivemos uma das meninas que trabalha com teleatendimento, com um nível de estresse acima do que se permite em termos de trabalho.

Nós sabemos do grau de estresse que desenvolve, inclusive, hipertensão arterial, mais frequente entre telefonista do que as mulheres da mesma faixa etária, agora, telefonista de PABX, imagine de telecentro que ouve abobrinha do outro lado, agressões, etc. Gostaria de ver o que vocês têm nesse sentido, para que possa nos encaminhar, porque nós vamos chamar aqui, deve ter alguma associação de empresas que congregam as entidades de telecentro, de teleatendimento, para que a gente possa saber exatamente o que eles têm feito, exatamente, pela saúde desse tipo de trabalhador.

E também aqueles que trabalham com poeiras de marmoraria. A senhora tem alguma informação de alguma atividade que foi feita pela Fundacentro? Aquela poeira é perigosíssima, nós trabalhamos no Espírito Santo, junto a essa atividade, como médico, fomos lá para fazer diagnóstico, levamos médico do trabalho. Lá, durante quatro anos, nós fomos e não conseguimos colocar nem máscara, nem proteção. O número de amputados era muito grande, perda de mãos, perda de braço, por pedras que caíam, isso não foi resolvido, imagine então a situação de proteção pulmonar. São Paulo tem muita marmoraria, tem muita atividade desse tipo, tem algum trabalho de vocês, alguma ação que vocês tiveram junto a essas atividades?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Tem um trabalho que foi feito pela Alcineia, Alcineia Meigikos e pela Ana Maria Tibiriçá, que é específico sobre marmoraria, sobre a silicose. Existe, inclusive, uma recomendação, numa passagem em algumas marmorarias, atualmente, estão vivendo isso, que é a passagem do processo a seco, para o processo a úmido, e foi uma recomendação feita pelos técnicos da Fundacentro e isso está acontecendo, de fato, é um processo gradativo, mas está acontecendo. Esse trabalho, me parece, também, foi em conjunto com o Ministério Público do Trabalho.

O SR. PAULO FRANGE - Nós gostaríamos de ter a indicação do Ministério Público dessa situação, porque nós vamos pedir à Prefeitura de São Paulo, essa é uma atribuição já da Prefeitura, para que fiscalize essas marmorarias para ver se, realmente, está sendo tratado a úmido o mármore, na cidade de São Paulo.

Nós sabemos que o grau de importância disso, já que é difícil conter a poeira, o processo feito a úmido, realmente, tira a possibilidade da inalação e a silicose. Não tem nada mais triste do que ver uma pessoa morrer com silicose, o pulmão vira, realmente, pedra, endurece a pessoa morre literalmente asfixiada e devagarinho, é uma tortura. Eu vi muito poucos, vi só dois casos em 32 anos de medicina, dois casos, mas é para nunca mais esquecer.

Eu acho que a gente poderia sugerir isso porque essa atribuição nós temos aqui, a Secretaria de Subprefeituras pode ser notificada e a gente fiscalizar todas as marmorarias da cidade de São Paulo para ver se está sendo seguida a recomendação junto a essa situação.

E o que tiver das Estações de Rádio Base, aquilo que vocês tiverem lá, puderem encaminhar para a gente se isso for à frente, adiante, com o Ministério Público, nós gostaríamos também para que a gente cobre as ações do Ministério Público junto à saúde do trabalhador em Estações de Rádio Base.

O SR. JAMIL MURAD - Um aparte ...

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - As Estações de Rádio Base não sei se elas estão relacionadas ao Ministério Público. Sei que marmorarias estiveram, sim.

O SR. PAULO FRANGE - Então, Vereador Aurélio, vamos fazer uma pesquisa mais profunda, provavelmente não tem, ficou só no estudo dessa Dra. Solange, não é? Aliás fantástico ...

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Rádio Base só o da Solange.

O SR. PAULO FRANGE - Fantástico o trabalho dela, muito competente, propôs uma série de situações novas, nós aqui desconhecíamos durante o detalhe aqui, eu trabalho na Integra, mas tínhamos pedaços dele, mas nós podemos pela CPI provocar o Ministério Público, no sentido de, já que nós não temos como incomodá-los com as antenas irregulares, vamos incomodá-los via Ministério Público do Trabalho, para ver se as normas de trabalho, que é a Normativa NR de nº 9, de 92, vem sendo, pelo menos, respeitada e aí nós poderemos tocar.

É isso Vereador Aurélio, vou deixar esse requerimento para a próxima, com relação à Estação de Rádio Base, vou aprofundar um pouco melhor para poder fazer detalhadamente esse, e os das marmorarias nós vamos fazer um requerimento específico para a Secretaria de Subprefeituras para que notifique todas as subprefeituras da cidade de São Paulo para que possam nos informar as condições de trabalho dessas pessoas.

Enfim, para encerrar, eu não consegui ainda entender: que pena vocês não estarem de braços dados com a Covisa em todas as atividades, porque eles têm o poder de polícia e trabalham com Saúde; vocês têm uma extraordinária capacidade de pesquisa, se estivessem juntos nisso, com certeza, uma mudança numa lei federal, com certeza ajudaria demais. Ou quem sabe uma proposta desta CPI para que Covisa passe a receber como notificação toda publicação do trabalho de vocês, ou seja, toda publicação do trabalho, como é o caso das marmorarias deveriam ser transferidas para a Secretaria de Saúde, na forma de notificação para que a Saúde de São Paulo tome conhecimento da sua pesquisa e passe para a Covisa para fiscalizar. Porque, por enquanto, fica uma poesia e quem não lê a poesia, estou falando em poesia no sentido mais bonito da palavra, o trabalho de vocês, realmente é muito bonito.

O SR. JAMIL MURAD - Só um aparte ...

O SR. PAULO FRANGE - Mas ainda não conseguimos ver a viabilidade.

O SR. JAMIL MURAD - Eu estou aqui com um relatório, dizendo de estudos feitos aqui em convênio sobre a doença dos trabalhadores em marmoraria, aqui em São Paulo. Então, nós gostaríamos de saber a evolução disso, quer dizer, o que aconteceu? Nós estamos em 2010, o que aconteceu nesse período? Quais as medidas que foram assimiladas? Uma delas é esse problema da água, em vez de ser a seco é com água para diminuir a poeira, não é? Isso diminui a contaminação com a poeira. Agora, nós queríamos os dados técnicos, qual foi a evolução disso?

A senhora que é da Fundacentro, quer dizer, a medida em relação ao trabalhador que coleta lixo - as medidas não foram tomadas, as sugestões não foram seguidas. O trabalhador da marmoraria - também eventualmente as medidas não foram seguidas. Então, a ciência avança para proteger a saúde do trabalhador modificando o método de produção, por exemplo, essa questão da água para diminuir a poeira na marmoraria e, assim, outras medidas. E, no final das contas, somos 11 milhões de pessoas aqui em São Paulo. Somando as vítimas de cada segmento desse, qual é o volume de vítimas que poderia ser evitado de serem vítimas? Então, precisamos tomar medidas para que o conhecimento, a ciência, para proteger o ser humano que realmente sejam efetivas. Então, a CPI tem essa intenção, essa propositura, não é mesmo?

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - Um aparte, Vereador?

O SR. JAMIL MURAD - Queria sugerir também, Sr. Presidente, em determinado momento dos nossos trabalhos, que a gente solicitasse a participação do Sindicato dos Trabalhadores de Telemarketing. É um sindicato organizado e constituído basicamente de jovens. Então, eles poderiam vir aqui também dizer... Eles têm um trabalho na área de saúde do trabalhador com técnicos contratados que os acompanham e tal. Poderiam vir aqui para falar quais são os problemas da categoria; quais medidas eles têm tomado. Obrigado. Vou solicitar o requerimento em relação à marmoraria da evolução. Tem o trabalho feito já com a participação da Fundacentro. E de lá para cá, qual foi a evolução; quais medidas foram absorvidas; qual foi o resultado em proteção do trabalhador?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Eu tenho conhecimento de um GT - Grupo de Trabalho. Desenvolvo... Atualmente, estou fazendo, redigindo um relatório de pesquisa. Na verdade, estou no início sobre trabalhadores de marmoraria. Minha abordagem é da saúde mental, não especificamente da saúde mental de diagnósticos de transtornos, mas de como se sente, de como age e de como pensa o trabalhador de marmoraria. O objetivo desse trabalho é contribuir para esse GT no sentido de delimitar ou clarear formas de intervenções educativas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar aqui a Sra. Tereza e dizer que estou muito contente com as suas informações, os seus encaminhamentos e sugestões, inclusive sobre o lixo, porque na cidade de São Paulo, os coletores do lixo obedecem a setor fiscal da Prefeitura. Não é mais atendido como setor fiscal porque não tem mais fiscal suficiente na Prefeitura de São Paulo.

Os fiscais da Prefeitura atendem só denúncias. Mas, eu me lembro da Prefeitura no tempo que ela tinha os seus fiscais no seu setor fiscal. A coleta do lixo é dia sim, dia não. Então, por exemplo, se tem, em uma Subprefeitura 25 setores fiscais, treze era num dia, 12 no outro.

Com o passar dos tempos, as coisas foram modificando cada vez mais para o trabalhador da coleta. Falo isso, porque também já trabalhei na coleta de lixo, em uma época em São Paulo, e conheço perfeitamente como funciona. Trabalhador que fica atrás do caminhão, na correria, mesmo assim ele não quer sair daquele setor, porque ele termina o dia mais cedo e quando ele tem de ajudar, por exemplo, um caminhão que quebrou em outro setor, ele faz a hora extra e assim por diante.

Mas pedi esse aparte para o seguinte: sou Presidente da Comissão de Saúde, aqui da Câmara Municipal de São Paulo e aqui na CPI tem cinco membros que membros, também, da Comissão de Saúde, e temos uma parceria, um termo de cooperação com o Cremesp. E vou propor na Comissão, e já discutimos aqui, por exemplo, gostei muito da discussão com o Coren e agora queria ver a possibilidade de estar fazendo essa parceria com vocês da Fundacentro. No final, gostaria de conversar com a senhora de vermos a possibilidade de estarmos produzindo esse acordo, esse documento para podermos fazer um trabalho em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Consulto aos Srs. Vereadores se há mais alguma questão a fazer a Sra. Tereza Luiza Ferreira dos Santos, do Fundacentro.

O SR. JAMIL MURAD - A última pergunta é com relação a trabalhadores de cemitérios. Quais são as condições de saúde deles relacionada com o trabalho.

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Tenho conhecimento de um trabalho que tem sido, não sei se ele já terminou, se já foi concluído, mas tem uma moça chamada Érica, ela desenvolve um trabalho, ou desenvolveu com esses trabalhadores. Mas não tenho conhecimento se ele já terminou. Acredito que deva ter condições muito insalubres em função até do próprio objeto de trabalho. A questão das exumações, isso é uma queixa do trabalhador. Fiz algumas pesquisas com trabalhadores, entrevistas há muitos anos atrás com sepultadores e uma das grandes queixas era a questão da exumação e um alto índice de bebidas alcoólicas por parte desses trabalhadores. Atualmente não como está, mas a Érica pode responder isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Érica de onde?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Da Fundação aqui de São Paulo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora tem o nome completo?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Érica Lui... Ela é da Coordenação de Higiene da Fundacentro. É a única Érica que tem na Fundacentro.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Agradeço a presença da senhora, se a senhora tiver alguma consideração a fazer do que pode ser melhorado em relação a segurança do trabalhador na cidade de São Paulo, pode se manifestar ou enviar para nós por escrito.

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Gostaria de acrescentar uma questão: trabalhamos com trabalhadores na Fundacentro. Todo nosso trabalho é pensando em melhoria dessas condições. Como já disse o nobre Vereador não temos poder de mando, não temos poder de fiscalização. O nosso poder é muito limitado e reduzido. A nossa missão é realizar estudos e pesquisas. Muitos pesquisadores se sentem frustrados com essa limitação e aí corremos atrás, literalmente, de parcerias que possam viabilizar mudanças. Mas nós também somos trabalhadores. Sabe-se que existe um movimento atualmente relacionada a questão da saúde do servidor público, o sistema SIASS - Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor. Fico pensando na nossa saúde, que estamos sujeitos, por exemplo, eu quem trabalho com lixo; Estou direto nos transbordos, ou pegando subindo em um estribo ou pegando no caminhão; eu não tenho insalubridade, eu não tenho periculosidade, e eu tenho condições de trabalho bastante complicadas. Nós temos, por exemplo, poucos técnicos na Fundacentro. Hoje eu trabalho com coletores de lixo, com catadores de lixo, com pessoal de FEBEM, com enfermeiros, com marmoraria, e eu tenho que dar

conta disso. Então, eu já tenho uma sobrecarga de trabalho que eu imagino que os meus colegas de Covisa também tenham. Nem sempre nós temos as melhores condições físicas nem os equipamentos adequados para fazer essas inspeções nas ruas. Covisa não tinha carro. Foram usados os carros da Fundacentro.

O SR. JAMIL MURAD – E continua não tendo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Isso, quando?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - As inspeções foram feitas em outubro, novembro e dezembro de 2009. O relatório foi gerado nesse intervalo e entregue em abril.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Foi usado o carro de vocês?

A SRA. TEREZA LUIZA FERREIRA DOS SANTOS - Foi usado o carro da Fundacentro. Às vezes, nós temos dificuldades na própria Fundacentro. E uma das máquinas fotográficas utilizadas nessas inspeções era de meu uso pessoal. Então nós temos essas dificuldades que, na maioria das vezes, não é de nosso poder resolver. Isso que eu queria acrescentar e também ressaltar a questão da saúde do trabalhador do serviço público.

O SR. PAULO FRANGE – Dra. Tereza, só para consolo, a senhora tem toda razão, é uma das situações mais tristes que a gente pode encontrar no serviço público. Uma capacitação técnica profissional que vocês têm, trabalhando com uma pesquisa que realmente pode nortear a política pública para o trabalhador, para o governo em todas as esferas: municipal, estadual e federal. E nós nos deparamos com a mesma situação, ou seja, quem cuida de vocês? Ninguém. Isso é inclusive tese do próprio Incor e, na verdade, a pesquisa lá foi feita com "quem cuida de quem cuida". Nós chegamos à conclusão no Brasil que o estudo italiano que foi feito era exatamente a mesma situação. Os profissionais que trabalham na área de saúde – e a senhora não deixa de ser – têm uma morbidade e uma mortalidade maior do que a população geral, eles acabam cuidando demais do próximo e deixam de cuidar de si mesmo. E as regras de proteção que são impostas a terceiros não são aquelas regras que ele mesmo tem, ou seja, o profissional de saúde entra inúmeras vezes numa sala de raio-x sem proteção, ao longo da vida; nas salas de hemodinâmica, de cateterismo. Os dois mais importantes médicos de São Paulo na área de implante de marcapasso, Dr. Décio Coreman e Dr. José Carlos, morreram de câncer, jovens. A superexposição do raio-x, absolutamente claro: um com câncer de pulmão, outro com câncer de rim. Os dois são estimulados pela mesma razão. Um era mais alto que o outro e a mesa ficava na altura do rim do mais alto, que foi meu professor. Aí pergunto: quem cuida desse profissional? Até o sistema de proteção não era adaptado para eles. Então, a gente tem todo esse trabalho da saúde do trabalhador e nós não cuidamos do próprio profissional da saúde. E quanto a vocês que trabalham com lixo, com reciclável, devem entrar em área onde tem emissão de radiação etc, cadê a proteção?

Aqui tem mais situações: produtos voláteis, postos de gasolina. Vai, inala tudo aquilo. Fábrica de tinta. Vocês devem acompanhar todo esse tipo de trabalhador e acabam inalando também as mesmas substâncias que estão lá. E não tem insalubridade, o que é um absurdo. Essa é uma injustiça dentro da legislação nacional, e eu acho que dependemos do Congresso Nacional para resolver isso. Mas a senhora tem toda a razão. E esse é o sentimento de todos nós aqui, com certeza absoluta. E a senhora deixa a impressão de que realmente o Fundacentro é uma instituição extremamente competente. Falta as armas, e as armas só chegarão quando vocês estiverem ligados com Ministério Público, Covisa, Subprefeitura, Cetesb. Alguém tem que ir junto, com poder de polícia, para poder resolver uma situação, quando vocês encontram desse tipo, porque até notificar o órgão público e ter resultado, demora muito tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sra. Tereza, muito obrigado pela presença. Agradeço a contribuição para esta CPI, e qualquer sugestão que a senhora tenha, que a senhora se lembre depois com a equipe conversando, a senhora encaminhe para esta CPI, que será bem aceita. Nós agora convidaremos o Conselho Municipal de Saúde, representado pela Sra. Neusa Maria Paiva. Peço que a senhora faça a leitura do Termo de Compromisso. Agradeço, desde já, a contribuição pelo comparecimento nesta Comissão. Obrigado.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – "Eu, Neusa Maria Paiva, convidada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde (Covisa), especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde (Processo RDP nº 08-46-2010), comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 27 de abril de 2010".

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Paulo Frange, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO FRANGE – Sra. Neusa, bom dia. Quero tentar entender rapidamente uma situação: compete ao Conselho Municipal de Saúde controlar, acompanhar e avaliar a política de saúde do Município; acompanhar e controlar a atuação no setor privado da área da saúde; analisar, fiscalizar e apreciar em nível municipal o funcionamento do Sistema Único de Saúde. É extremamente importante e abrangente. A pergunta que eu faço é: quantos vocês têm de verba para isso? Qual orçamento que vocês têm para poder fazer esse tipo de trabalho? Vocês não são remunerados. Como pode nós criarmos tanta atribuição para vocês e vocês estarem na situação que estão hoje? Ou seja, poderiam estar contribuindo muito mais e sem armas. Há pouco, a senhora ouviu falar que a Covisa tem poucos carros etc, a moça também reclamou que não tem insalubridade, mas eu acho que a pior situação que nós encontramos justamente são vocês do Conselho Municipal de Saúde, que ficam abandonados à própria sorte. Ou seja, pelo que eu conheço, vocês não têm arma, não têm munição e têm uma atribuição e uma responsabilidade extraordinariamente grande. E como a senhora se relaciona com a Covisa, quando encontra irregularidades, quando encontra qualquer um dos desvios que é atribuição do Conselho, na área pública e privada, como a senhora toma a atitude? Só essas perguntas iniciais. Eu gostaria que a senhora explicasse para gente como o Conselho sobrevive nessa situação.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – O Conselho é uma representação popular de saúde, de segmentos da sociedade civil. Então nós somos... da questão da relevância pública, não temos remuneração. Controle social. Fazemos essa dedicação em dois anos, com renovação, podendo ser conduzido por mais dois anos. Então cumprimos a nossa missão de cidadania nesses quatro anos. É diferente de outros conselhos, inclusive de que o nosso Secretário Municipal de Saúde participa e que recebe realmente uma remuneração de 6 mil reais. É diferente. O nosso Conselho não tem remuneração, nenhum membro. Fazemos essa dedicação e temos as cadeiras, e ainda respondemos processos, porque em 2008 nós fomos impedidos de assumir as cadeiras até por conta do processo. Só conseguimos através da Justiça uma Liminar, que saiu em 2008. A primeira pergunta acho que foi concluída. Como se relaciona a Covisa com o Conselho Municipal?

O SR. JAMIL MURAD – Só a primeira pergunta, uma questão importante: o Conselho Municipal da Saúde tem um correspondente a nível de Estado, que é o Conselho Estadual; e um Nacional: o Conselho Nacional de Saúde. Ele é uma conquista democrática que viabilizou a participação da sociedade na formulação da política de saúde, na escolha das diretrizes para a saúde naquela localidade, ou no País, ou no Estado, ou no Município. E tem uma Constituição que 50% dos usuários podem ser proprietários ou assalariados ou aposentados, 50% de pessoas que não são profissionais de saúde e nem gestores, não são do Poder Público. Depois, 25% de profissionais de saúde: um auxiliar de enfermagem ou um médico ou uma enfermeira ou fisioterapeuta, qualquer profissional de saúde. Os outros 25% são de gestores. São indicados, escolhidos entre aqueles que exercem a função pública. E é extremamente importante isso, porque acompanha a execução orçamentária, a qualidade do serviço; faz sugestões, cobranças. Então o Conselho é um controle da sociedade sobre o sistema de saúde, e por ser um controle da sociedade sobre o sistema de saúde, é sobre o poder público. Então, quando se tem um Poder avesso ao controle da sua atividade, ele não aceita muito o Conselho. Aqui, na gestão do Paulo Maluf, não tinha Conselho, e aí parou de receber o dinheiro federal, porque a lei obriga a parar. É proibido repassar o dinheiro se ele não aceita ter um Conselho de Saúde. Aí, no caso do Pitta, teve um Conselho meio pro forma, mas estava funcionando e voltou a receber o dinheiro. Agora nós esperávamos que ultimamente houvesse um pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde. O Conselho Municipal da Saúde está aceito e funciona plenamente, é bem aceito, tem colaboração do Poder Executivo, pode contribuir? Vocês têm feito conferências, ou não?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Não, não e não. Desde o ano de 2009, março, mais ou menos, que nós estamos pautando a 15ª conferência no nosso pleno, fazendo regimento...

P – Mas é da lei.

R – Nós temos um Conselho formado, e ele está até hoje nas ações por uma resistência mesmo da população...

P – A conferência deveria ocorrer quando?

R – A conferência deveria ter ocorrido no ano passado, em outubro do ano passado.

P – Ocorreu?

R – Não ocorreu.

P – E agora, está marcada?

R – Nós tiramos uma data...

P – Porque isso é feito junto com o Poder Público Municipal. Foi marcada alguma data?

R – Não. No nosso pleno, a gente fez algumas datas indicativas, mas essa questão não foi homologada. Então isso não está no "de acordo" com o Governo.

P – O Conselho Municipal de Saúde não conseguiu marcar a Conferência Municipal de Saúde conjuntamente com o Poder Público Municipal?

R – Não, só estão os usuários e os trabalhadores locando, à revelia, sem a compreensão... o Governo fez diversas promessas, inclusive em janeiro de 2010, no encontro de conselheiros, falou que a Conferência sairia; no ano passado, afirmava que a Conferência sairia. Este ano, por diversas vezes, nesta Casa, falou que a Conferência sairia. Mas quando reunimos no Conselho e quando solicitamos a formação da Comissão, a efetivação e a homologação de datas, não contemplou.

P – Eu solicito, se os Vereadores estiverem de acordo, que a nossa CPI indique a marcação imediata da Conferência, que já está com prazo vencido. E aí entra na pergunta do Vereador Paulo Frange: vocês têm os meios para funcionar o Conselho, para fiscalizar, para fazer aprimoramento técnico, para cumprir a missão de elaborar políticas públicas, de ajudar a fiscalizar, fazer esse controle? Vocês têm tido esse apoio.

R – Não. A gente só tem a disponibilidade e a vontade política dos usuários e trabalhadores. Nada mais. Então a gente tem feito todo um trabalho tentando encaminhar e viabilizar uma série de denúncias que nos chega. Muitas vezes, a gente acaba fazendo um papel de ouvidoria porque as denúncias acabam indo para o Conselho, mas não temos a representação do Governo, não temos a presença do presidente desse Conselho Municipal no nosso pleno.

P – Ele participa das reuniões?

R – Não participa;

P – E é o Secretário de Saúde.

R – Secretário de Saúde. Não temos a presença dele no nosso pleno, como Presidente do Conselho; não temos as nossas resoluções homologadas desde a gestão passada; não temos as comissões efetivamente formadas, porque elas necessitam da participação do gestor.

P – Sra. Neusa, o Vereador Paulo Frange já ia fazer uma outra pergunta.

O SR. JAMIL MURAD - Vou devolver a palavra para ele, mas gostaria de saber o seguinte: posteriormente, as funções que têm sido feitas; quais são as queixas; quais são as denúncias, o que vocês têm feito; têm tido resposta; a Secretaria Municipal de Saúde tem ouvido vocês para corrigir os problemas que existem na assistência ao município, ao cidadão que mora aqui em São Paulo? Mas devolvo a palavra ao Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Você não vai responder a segunda pergunta, mas detalhe para a gente, porque há uma inquietação aqui, inclusive o Vereador Zelão... A gente está sempre acompanhando esse trabalho de vocês e a gente fica se perguntando: como é que... Nós entendemos a cidadania, eu faria isso com certeza, numa situação de estar aí em condição. Como é que vai fiscalizar a despesa com carro, a despesa com ônibus, deslocamento, deixa o trabalho e tudo e tal. É uma situação muito ruim a gente ter um Conselho desarmado nessa situação. Teremos de achar alguma forma de vocês não terem link com quem vai fiscalizar, mas um recurso oriundo de outro espaço para que possam, mesmo não remunerando os conselheiros, mas oferecendo o mínimo de condição de trabalho. Em 2000, vocês ainda tiveram mais atribuição imposta por uma mudança no próprio Regimento Interno de vocês, colocando que vocês passariam a cuidar também de assuntos inerentes a: alimentação, nutrição, saneamento, meio ambiente, vigilância sanitária, farmacoeconômica, recursos humanos, ciência e tecnologia, saúde do trabalhador, quer dizer, nós vamos agregando responsabilidade para vocês, mas não damos armas. Então, o que a gente queria entender era exatamente como é que vocês conseguem sobreviver?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – É. Não conseguimos, porque têm muitos representantes do Movimento Popular de Saúde que estão até desempregados e, às vezes, nós conselheiros, temos ajudá-los a virem. No caso de outros, por exemplo, representantes dos trabalhadores – eles têm um vínculo com o trabalho. Os representantes das centrais sindicais têm um vínculo com o trabalho. Movimento Popular de Saúde, Movimento Comunitário Social não têm; muitas vezes, não têm. Não têm condições. Nós deliberamos em diversas discussões, conversas de comissões, plenárias, uma garantia para as atividades de financiamento ao controle social com autonomia para poder realmente fiscalizar o Governo. E a própria Emenda 29, a própria conta do Fundo da Saúde estaria propiciando esse controle social e essas demandas.

Mas, aqui na cidade de São Paulo os senhores sabem que não ocorre. Eu não tenho uma informação assim... De ontem. Eu tenho uma informação de antes de ontem. Então, não sei tem uma conta específica para a saúde, certo? Essa conta chega...

O SR. JAMIL MURAD – Mas isso é obrigatório... É obrigatório. A lei obriga que tenha um fundo específico.

R – Sim, inclusive temos a questão que já foi denunciada no Ministério Público, no Ministério da Cidadania e já estão sendo tomadas as providências, porque esse sofrimento todo que se tem com os programas de saúde, com essa situação até agora da Covisa e de outras da saúde do trabalhador e tudo é esse desvio da responsabilidade enquanto um fundo para a saúde, pois vêm verbas e é para colocar para a saúde, não ser administrado em uma conta única e pela Secretaria da Fazenda, porque a gente sabe que há muitas situações e que o dinheiro é muito, dá para tudo, mas se não for bem administrado e se não for vindo mesmo, especificamente para a saúde, muitas coisas a gente não sabe nem o que pode ocorrer.

P – Quer dizer, fica o dinheiro na Secretaria da Fazenda?

R – Correto.

P – Ao invés de ficar no Fundo de Saúde?

R – Exatamente. É até conta específica. Eles apresentaram até uma conta da saúde, mas a gente não sabe como é que está a... Débito e crédito, vai. Eu não sei como dizer isso, mas assim uma... Um extrato, como está esse extrato.

P – Eu sugiro que a Vereadora Sandra - ela está com o Relatório do Ministério Público...

O SR. PAULO FRANGE – D. Neusa, a senhora é representante das entidades sindicais dos trabalhadores da saúde?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA - Não. Eu sou do segmento sociedade civil usuário, usuário, tá? Representando as centrais sindicais. Usuários... Dentro do Conselho, represento as centrais sindicais. Eu tenho...

P – Aqui está como representante das entidades gerais de trabalhadores.

R – É. É esse nome. Mas sindicatos gerais, não. É usuário, não é trabalhador. Não, aqui eu tenho representante das centrais sindicais, conforme foi publicado.

O SR. JAMIL MURAD – Se for trabalhador da saúde.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA - Não somos trabalhadores da saúde.

P – Se não for trabalhador da saúde, não é do Poder público. Ela é daquela... Da sociedade.

R – Da sociedade.

O SR. PAULO FRANGE – Só para encerrar a minha parte, como é que a senhora lida com a Covisa? Encontrou irregularidade? Como é que a senhora fala com a Covisa? Eu sei que é fácil a senhora falar com o Secretário da Saúde, é só falar com ele e tudo e ele pode tomar atitude. (Risos) Mas...

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA - Eu... Assim... É a mesma resposta que eu vou dar... (Risos)

P – Eu queria saber se com a Covisa também é tão fácil assim. A senhora chega, liga e fala, representando o Conselho.

R – É. Não é fácil. É da mesma forma. Nós não conseguimos saber, porque como o plano não passa por uma aprovação... Todos os programas não passam por

uma discussão, por uma aprovação com o Conselho. Vou dar um exemplo com a questão da saúde do trabalhador. A questão da saúde do trabalhador – tem uma verba específica, carimbada, RENAST e nós a temos congelada há muito tempo. Então, precisa-se aprovar um plano, precisa-se ter um plano, não é só verba, precisa ter uma ação na saúde do trabalhador.

Então, fizemos um plano em 2006 para 2008. Esse plano foi discutido com controle social, com os Conselhos Gestores local. Esse plano foi aprovado no Conselho Municipal e não foi implantado. Tivemos conferências que amanhã a gente consegue avaliar os programas de saúde tocados pela Covisa, implementados pela Covisa. Não temos, então quer dizer, não temos conferência, não temos a questão do conjunto. Nós temos cinco centros de referência: Santo Amaro, Sé, Mooca, Freguesia do Ó e Lapa. E, em janeiro, nos foi apresentado um sexto centro de referência, a Leste. Não tem trabalhador, profissional, médico, conselho gestor, espaço para atender o trabalhador.

O SR. PAULO FRANGE – Onde fica?

R – Eu não sei muito bem a localização, mas em janeiro foi... A Secretaria apresentou um folder com endereço e dessa vez eu não trouxe. Eu posso até enviar o folder para vocês.

P – Se puder.

R – Estamos lutando até para montar o Conselho Gestor lá. Mas, se não têm profissionais para atender o trabalhador, como que a gente vai montar um Conselho Gestor? Fiscalizar e verificar o quê? E com a questão do plano de saúde do trabalhador, ele está sendo aprovado fragmentado. Então, a estratégia do Governo é essa: vamos chamar um pouquinho de pessoas ali, apresentar isso daqui, aprovar e depois mandar para uma aprovação maior que seria no Conselho. Foi para Santo Amaro, Mooca, outros lugares. Reuniu o Conselho Gestor para aprovar esse plano. Só que dentro desse plano aprovado fragmentado porque teria de aprovar um plano municipal de saúde do trabalhador. É um plano do Município, não é um pedacinho para Santo Amaro, um pedacinho para Mooca, um pedacinho ali.

O SR. PAULO FRANGE – D. Neusa, quando a senhora vai a esses lugares junto com os outros conselheiros para fiscalizar alguma coisa, a senhora vai em carro próprio?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Sim.

P – Agora nós vamos pedir até à Secretaria... Nós estamos convocando-os para poder dar uma mãozinha, porque só no ano passado - viu Vereador Netinho, que está atentamente ali nos acompanhando e preocupado com isso - foi aprovada uma suplementação só para locação de carro no valor de 26 milhões para a Secretaria. E dá para ter o mínimo de condição para vocês trabalharem, não é?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – É. Se fosse para comprar, cinquenta contos cada um, dariam 600 carros. Mas aqui é só para locação. E vocês, com certeza, não têm a menor chance de ficar acompanhando esse trabalho, representando a sociedade se a gente não der algum tipo de instrumento. O que é certo é o seguinte: guarda isso para a vida toda, pode escrever no mármore que nunca vai faltar. Para a saúde, nunca faltou dinheiro. O que falta é gestão. Dinheiro tem na saúde e sobra. E sobra. Até porque nunca vimos acontecer o contrário.

O SR. JAMIL MURAD – Há controvérsias.

O SR. PAULO FRANGE – Desde 88, desde a Constituição, o dinheiro está aí. Ele tem má gestão, ele tem desvio, ele tem compra super faturada. É usado para outras finalidades, mistura o que é saúde com assistência médica, mistura saúde com prédio novo. O pessoal acha que saúde é construir prédio. Prédio sai do dinheiro da saúde. Isso é saúde. Educação é a mesma coisa. Educação é fazer prédio. Ai você faz o CEU, está o dinheiro da educação. Educação é outra coisa. Educar não é construir prédio. E prestar serviço à saúde também não é construir prédio. Então, aqui é a mesma coisa. Eu acho que a gente tem que criar aqui agora... Depois, um mecanismo... Nós temos a LDO chegando aqui, daqui a pouco. É uma oportunidade rara, Vereador Aurélio Miguel, para que a gente possa repensar essa situação e aí sim carimbar a LDO e, em seguida, no orçamento, algum tipo de situação que não ultrapasse os limites da Constituição, mas que seja vinculado um recurso para que a gente possa manter as atividades do Conselho Municipal de Saúde. Nós sabemos da importância dele. Vou passar a palavra, por mim já estou satisfeito. A senhora quer fazer algum comentário a respeito disso?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Quero.

P – Então, eu gostaria de ouvir.

R – Sofremos para fazer o controle social. Fiquei muito assustada agora com essa declaração do senhor, até com essa verba, porque nós tivemos impedimento de conselheiros do segmento, pessoas deficientes que não puderam comparecer nas suas atividades por falta de uma condução, de um carro. Tivemos problema com a questão das endemias, da questão da dengue, de uma série de coisas, não por falta de trabalhadores, de profissionais, por falta de viaturas. Temos problemas na Covisa. Em outros momentos, problema de viatura. Então, eu só... Eu acho que nós estamos encerrando as perguntas, não é? Seria isso, agora das perguntas; não? Não? Ah, tá. Porque eu quero fazer um último comentário da questão da política, porque nós pensamos assim: dentro do Conselho, como conselheiros que sempre... Ah, olhe, é uma falta de política, é a política, é isso. Mas, a política não é essa. A política não é essa. É uma falta de competência, é uma falta de conhecimento, é uma falta de saber o que é o controle social. Então, temos esse enfrentamento.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD – Eu vou, se der a palavra aqui para a nossa colega Sandra e depois eu queria fazer algumas perguntas relativas ao Conselho.

A SRA. SANDRA TADEU – Olha, no final do ano passado, no dia 9 do doze de 2009, a Comissão de Saúde, na época a Juliana Cardoso era a Presidente, ela recebeu um relatório do Ministério Público, pelo Promotor Arthur Pinto Filho, Promotor de Justiça, na qual ele informa que trata da inexistência do Fundo Municipal de Saúde do nosso Município.

Como é muito extenso, eu vou ler alguns trechos, assim, importantes: Há a necessidade da implantação, por parte do Município de São Paulo, do Fundo Municipal de Saúde. É grave o descumprimento do texto constitucional. São Paulo ainda não implantou o Fundo nos termos guiados pela legislação.

O SUS é organizado de uma forma descentralizada, transferindo-se e os recursos financeiros da União e dos Estados Membros para o Município. A Emenda Constitucional 29, que obriga os entes federativos à aplicação de percentuais sobre os recursos orçamentários próprios para o financiamento do sistema de saúde brasileiro.

Elegeu-se a modalidade de gestão, por meio de um Fundo especial, em cada nível de Governo, com a finalidade de desvincular os recursos financeiros da saúde do sistema de caixa único e assegurar a si, a sua aplicação exclusiva sobre a fiscalização da sociedade representada no nível municipal pelo Conselho Municipal de Saúde.

A forma em que o SUS foi pensado pela Constituinte Brasileira, com verbas dos vários entes federativos, tem como corolário – lógico – a existência de um Fundo Municipal de Saúde pela Secretaria Municipal e fiscalizado pelo Conselho Municipal e Tribunal de Contas, sob pena de não se ter transparência na gestão de verbas da saúde.

A Lei 8.142/90 já determina que em cada Município brasileiro fosse criado o Fundo Municipal de Saúde. O artigo 33 da Lei 8.080/90, a Lei Orgânica da Saúde, os recursos financeiros para as ações e os serviços públicos da saúde devem ser depositados em contas específicas do Fundo Municipal de Saúde.

Enfim, ele reafirma em vários pontos da lei. Agora eu vou ler a última página, que eu acho extremamente grave para o Município de São Paulo, aonde ele determina prazos para que a lei seja cumprida. Onde ele diz que a inexistência do Fundo Municipal de Saúde em nossa Cidade, nos moldes guiados pela legislação em vigor, certamente é uma das razões para a situação de carência na área de saúde pública, que afeta milhares de paulistanos.

Para remate, anoto que a Lei 8.429/92, em seu artigo 11, inciso VI da Lei da Improbidade Administrativa, afirma que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, qualquer ação ou omissão do administrador que viole o dever de prestar contas.

O artigo 27, parágrafo único, inciso IV da Lei Federal 8.625, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público de 12 de fevereiro de 93, faculta ao Ministério

Público expedir recomendação administrativa aos órgãos de Administração Pública; Federal, Estadual e Municipal; requisitando ao destinatário, adequada e imediata divulgação.

Recomendação administrativa ao Sr. Prefeito Municipal da Cidade, Gilberto Kassab, e ao Secretário Municipal de Saúde, Sr. Januario Montone. Se digne a dar o cumprimento, em 60 dias, a implantação do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da legislação suso referida, inclusive, levando em conta a instrução normativa da Receita Federal.

Dê ciência ao Sr. Ministro do Estado da Saúde, ao Sr. Secretário do Estado da Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Conselho Estadual de Saúde, ao Conselho Nacional de Saúde, à Comissão de Saúde da egrégia Câmara de Vereadores de São Paulo, ao digno Presidente do Tribunal de Contas do Município, por ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O SR. PAULO FRANGE - Dra. Sandra, de que data que é?

A SRA. SANDRA TADEU - Data do quê?

O SR. PAULO FRANGE - A data do...

A SRA. SANDRA TADEU - Dezembro do ano passado.

O SR. PAULO FRANGE - Que dia?

A SRA. SANDRA TADEU - Dia 9 do nove de 2002.

O SR. PAULO FRANGE - Nove de dezembro é aniversário do Zelão.

O SR. JAMIL MURAD - Dois de dezembro de 2009.

O SR. PAULO FRANGE - Nove de dezembro é aniversário do Zelão. Do aniversário do Zelão para cá, ...

A SRA. SANDRA TADEU - Já se passaram...

O SR. PAULO FRANGE - Quantos meses?

A SRA. SANDRA TADEU - Quatro meses.

O SR. PAULO FRANGE - Quatro para cinco meses.

O SR. JAMIL MURAD - Quatro meses.

A SRA. SANDRA TADEU - Então, na verdade, é uma coisa extremamente grave.

O SR. JAMIL MURAD - Então já superou o prazo dado e eu solicito a esta Comissão para nós tomarmos as providências devidas, porque não pode permanecer.

O SR. PAULO FRANGE - Tem de ver, também, que data que a Secretaria foi citada, não é isso? Não teríamos de checar que data...

O SR. JAMIL MURAD - Sim. Precisa ver a data, mas são 60 dias e já passaram 120 dias.

O SR. PAULO FRANGE - Vereador Aurélio, acho que depois, em minutos, mesmo fora dos microfones, a gente deveria decidir qual estudo que devemos tomar, fazer um requerimento único.

O SR. JAMIL MURAD - Isso.

O SR. PAULO FRANGE - Acho que é extraordinária essa posição.

O SR. JAMIL MURAD - De acordo.

O SR. PAULO FRANGE - Nós estamos na gestão plena, na verdade, nós não estamos cumprindo com gestão plena. Não é isso, Vereadora? Nós estamos na gestão plena, recebendo como gestão plena, e não estamos cumprindo...

A SRA. SANDRA TADEU - Não, não estamos em gestão plena. Nós não estamos em gestão plena.

O SR. PAULO FRANGE - Não, do ponto de vista econômico e financeiro, sim.

A SRA. SANDRA TADEU - Não, não estamos em gestão plena. Nós estamos na gestão do atendimento básico. Não é plena.

O SR. PAULO FRANGE - Então tem dinheiro para receber ainda?

A SRA. SANDRA TADEU - Nós poderíamos, hoje, estar recebendo muito mais se nós estivéssemos em gestão plena. Gestão plena seria o quê? Se nós tivéssemos os hospitais e o alto custo junto pela Administração Municipal. Era o que é o certo. Hoje não, o Estado gerencia isso. Hoje o Município gerencia 2.900 vagas hospitalares. O Estado gerencia, hoje, 14 mil vagas hospitalares e os exames mais específicos, hoje é o Estado que recebe este dinheiro.

Hoje, a gente recebe do Governo Federal apenas pelo atendimento básico, a nível de unidade básica, atendimento da tuberculose, da hanseníase... A hemodiálise também o Município não recebe, quem recebe é o Estado. É o alto custo.

O SR. PAULO FRANGE - Distribuímos talidomida ainda...

A SRA. SANDRA TADEU - Na verdade, é isso que o Município de São Paulo tem de lutar, pela gestão plena, pelo Conselho Municipal e pelo Fundo. Nós temos de ter a gestão plena. Nós temos de gerenciar o Município.

O SR. JAMIL MURAD - Queria cumprimentar a Vereadora Sandra, que pôs o dedo na ferida, aqui, junto com o Vereador Paulo Frange. Completando o quadro de gravidade, o que a senhora colocou é muito grave e poderia ser falado que era um Vereador de oposição, automática, pela posição partidária. Mas não é. É uma realidade. Ela está colocando uma coisa que existe e que não deveria existir. Não se segue a lei aqui, na saúde, do Município. Além de diretrizes erradas. Não segue a lei porque não tem um Fundo Municipal.

Agora, a outra questão é a diretriz errada. Tudo aquilo que recebe grandes verbas, acaba ficando com o Secretário Estadual de Saúde. Não fica com o Secretário Municipal. Então, todo o tratamento hospitalar, quase todo tratamento hospitalar de propósito e exames de alto custo, tratamento de alto custo, todo ano que se paga a mais, que recebe mais dinheiro, esse fica com o Governo Estadual. Al vocês podem pensar o seguinte: olha, é que o Governo Estadual tem uma relação estreita com o secretário municipal de Saúde. Parece que tem mesmo, só que menos de 1% do orçamento municipal de Saúde vem do Estado. Quer dizer, não repassa dinheiro estadual para ajudar o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde. Menos de 1% vem do orçamento estadual.

Pior do que isso, o Governo Federal repassa, a senhora que é da administração de finanças da Covisa, a Dra. Lan Hi Su, prestou depoimento nesta comissão e ela disse o seguinte: que o Governo Federal repassa dinheiro para a Covisa, só que o dinheiro não chega na Covisa, Vereador Milton Ferreira. O dinheiro é repassado para a Secretaria Estadual e vem apenas para o programa de tuberculose. O resto do dinheiro fica retido na Secretaria Estadual, quer dizer, o combate a dengue, por exemplo, e todas as funções de fiscalização da Covisa, a falta de carros para que a Covisa possa funcionar, tem metade dos funcionários, que a Covisa necessita, esse dinheiro viria do Ministério da Saúde, mas não chega na Covisa.

Bom, segunda coisa, o próprio dinheiro do orçamento municipal, uma parte é congelado. A Dra. Lan falou aqui, daquela cadeira ali, está gravado e estamos com a transcrição em papel. Ela disse: fica congelado o dinheiro da Covisa. Essa pergunta, eu queria fazer para a senhora, que deveria fiscalizar, o Conselho Municipal de Saúde, com toda sua dificuldade de funcionar e com toda falta de reconhecimento - essa falta de reconhecimento é uma falta de democracia - porque o poder não é do Secretário de Saúde. Ele foi nomeado, como pode numa penada ser desnomeado, ser demitido. Ele deveria seguir a lei, mas ele não segue e a Vereadora Sandra mostrou o parecer do Ministério Público, mostrando que o Secretário Municipal de Saúde não segue a lei. Por acaso ele está acima da lei? Por que, de onde vem esse poder misterioso do Secretário de Saúde? De onde vem? Porque quem proteger um subalterno para não cumprir a lei, está cometendo crime também. Está sendo conivente com aquele servidor público que não cumpre a lei.

Sobre isso, queria propor que a CPI convocasse o Secretário Municipal de Saúde. Vamos estudar, entre nós, o momento mais conveniente, mas ele deveria vir aqui, porque é muito grave isso. Não seguir a lei, estar acima da lei, gostaria de conhecer quem lhe dá costas quentes para ele não seguir a lei, em prejuízo das pessoas? E eu quero dizer o pior: infelizmente, pessoas perdem a vida por essa incompetência, por esse descompromisso, por essa afronta à lei; perdem a vida, e ela é irreversível. A pessoa morreu por falta de assistência, por falta dos cuidados devidos, e não tem retorno. O que o Conselho Municipal de Saúde tem a falar sobre isso?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Eu não conheço o Secretário Municipal de Saúde pessoalmente.

P – Mas ele é o Presidente do Conselho.

R – Eu não o conheço pessoalmente. Eu tenho visto, porque eu já estou numa recondução. Estive na gestão passada, estou numa recondução novamente, e desde a gestão passada e nesta, eu nunca o vi – nem nos corredores nem no Conselho. E todas as vezes que fomos fazer alguma intervenção com esse gabinete, fomos atendidos pelo Secretário Adjunto. Mas, mesmo assim, ele fica impossibilitado de fazer qualquer outro encaminhamento, a não ser aquele delineado e demarcado pelo Governo, pelo Prefeito, pelo Secretário. Então, nós até podemos fazer contato com algum representante do Governo, que é o Secretário Adjunto, mas ele não vai responder nem "sim" nem "não"; ele vai levar, ele vai encaminhar. E as respostas, demoram muito para nos trazer. Nós não temos a conferência para poder discutir, nós não temos as ferramentas, os manejos todos para fazer uma fiscalização, até porque a gente solicita cotidianamente as apresentações dos programas, a realização da conferência, e só vem no momento que querem, e assim mesmo não vem plenamente. Nós tivemos denúncias, por exemplo, da questão da hanseníase, que é a denúncia mais recente, que é o Ambulatório Dr. Alexandre Kalil – Ceci. Tiraram os profissionais, escassez de material e tudo o mais. É a denúncia mais recente, que nós avaliamos agora, dia 22. O que a gente precisa? A gente oficializa o Secretário cobrando o serviço, o que está acontecendo, e não se tem uma resposta.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Me dá um aparte, Vereador Jamil?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Eu queria fazer um pequeno comentário, mas, antes, queria fazer duas perguntas. Eu queria saber se o Conselho Municipal acompanha e fiscaliza as AMAs. Em segundo, se ela tem mecanismo para acompanhar também os hospitais que são administrados pelas OSs, hospitais municipais. Depois, e quero fazer um comentário em cima da sua resposta, Neuza.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – O Conselho Municipal teria que ter, na Comissão de Políticas de Saúde, ... Nessa gestão agora, a gente assumiu 21 de janeiro de 2010, tivemos a eleição em 16 de janeiro. Então, o Conselho Municipal teria Comissões que teriam que participar das OSs – só para falar mais ou menos nesta gestão deste ano, deste mandato. Só que ocorre o seguinte: esses Conselhos Gestores desses locais onde há uma viabilização de um representante do Conselho Municipal, não existe. O Conselho Gestor não existe, não foi formado, e, dentro do Conselho Municipal, a gente fazer. Tem a Comissão de Visitas e tal; mas, devido a esta questão, de estrutura e de demais situações, a gente conseguiu formatar a Comissão de Políticas de Saúde, a Comissão de Orçamento e a Comissão de Recursos Humanos – as três Comissões permanentes. E uma das Comissões que está sendo viabilizada para ser formatada agora, na próxima reunião do Pleno, é a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Então, quatro Comissões que realmente teriam que dar vida ao Conselho Municipal. Devido à gente ter...

P – A dificuldade.

R – Dificuldade. E a gente está viabilizando forças para que ocorra a XV Conferência e a Conferência de Saúde Mental Intersetorial. Então, a gente está tocando nessa questão, porque é uma questão muito mais abrangente, muito mais macro para você fazer a fiscalização, para você fazer a consulta à população se realmente... como está a implementação das resoluções da XIV Conferência; como estão as resoluções da saúde do trabalhador, que nada foi implantado, nada foi implementado. Então, tivemos essa prioridade.

Agora, com toda essa estrutura que se diz ter; e se o procurador, o promotor, a Casa, a Comissão, a CPI, nós dermos conta, eu tenho certeza de que a gente só tem a ganhar no futuro com um Conselho Municipal realmente feliz, atuante, porque os membros têm essa disponibilidade.

P – Obrigado. Agora, eu queria fazer um comentário, Presidente. Eu acompanho há muito tempo o trabalho do Conselho Municipal de Saúde e quero dizer que – não por culpa de vocês, mas por culpa do Governo – o trabalho do Conselho Municipal é capenga porque as condições não são dadas. E muito pior, Sr. Presidente: a política do Secretário de Saúde Januário Montone não é só de fragilizar o Conselho Municipal de Saúde, mas de acabar. Ele é tratado com preconceito, inclusive. O fato de ele nunca aparecer nas reuniões, isso é um preconceito. Agora, ele recebe um jetom de 6 mil reais, não é isso? Pois não deveria, porque não aparece lá.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Um aparte. Ele não recebe jetom no Conselho de Saúde e nenhum dos outros membros recebe.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Foi o Conselho Municipal de Saúde passou que passou essa informação.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não, não, ela falou que ele recebe em outros Conselhos que não o de Saúde.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Ah, então desculpe. Eu queria parabenizar mais uma vez a Vereadora Sandra Tadeu pelo seu posicionamento, não só aqui mas também na Comissão de Saúde. Ela não leva pelo lado partidário, mas sim pelo lado da saúde das pessoas desta cidade. Então, eu quero mais uma vez parabenizar. Eu acho que nós deveríamos fazer uma parceria, esta Comissão e a Comissão de Saúde, e tentar trazer aqui de verdade esse Secretário Januário. Porque ele é um trator de esteira, e não é um D7, é um D14, um D20, que não respeita ninguém, não considera e não quer respeitar a Câmara Municipal. Ele só mantém o Conselho Municipal de Saúde por uma questão legal, mas não tem respeito nenhum pelo Conselho, tanto é que ele nunca permitiu, na sua gestão, a XV Conferência da Saúde no Município de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu vou pedir desculpa aos Vereadores... A gente está completando aqui a terceira hora da nossa reunião, estou nela desde o primeiro instante em que iniciamos os nossos trabalhos e tenho compromisso agora, à uma hora, preciso me ausentar. Mas eu queria deixar uma questão para o corpo da nossa CPI, para os nossos colegas Vereadores: a disposição para me articular, como Líder do Governo, para que tanto o Secretário como qualquer profissional das Secretarias ou da Secretaria de Saúde estejam na Casa, como assim o foi com a Covisa. Mas quero lembrar o esforço que tem sido feito pelo Prefeito e pelo Secretário para que os recursos investidos na saúde superem, e superem muito aquilo que a Emenda 19 traz. O Município de São Paulo está no terceiro ano investindo mais de 20% do que arrecada na área da saúde; o mandamento constitucional nos diz 15%. Isso mostra o esforço, o empenho e a dedicação que o Secretário e o Prefeito têm tido com a área de saúde. Por isso, tem muito mais recurso na saúde do que a própria Emenda 29, do que própria Constituição determina. Isso mostra a decisão deste governo em investir na saúde.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu só queria lembrar ao Líder do Governo...

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Agradeço a V.Exa. a compreensão, porque, quando precisarmos trazer aqui o Secretário, nós só o traremos se realmente estivermos muito bem embasados e preparados dentro das reivindicações de todos os Vereadores para que o Secretário que cuida de uma cidade de 11 milhões de pessoas possa atender bem a saúde da Cidade.

Vale lembrar que um dos pontos pelos quais nós o traremos aqui é esse contrato de aproximadamente 700 veículos, um contrato de 26 milhões de suplemento. Quer dizer, o contrato é maior. Queremos saber como ele está utilizando esse recurso, onde foi utilizado e também verificar por que um cidadão tentou, lá na região do Butantã, marcar uma consulta com um oftalmologista, e ele tem que esperar dois anos. Eles também têm que explicar isso.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD – Nós temos feito, na Comissão de Saúde, onde nosso Presidente, o Vereador Zelão, tem desempenhado um importante papel junto com os membros: a Sandra, o Milton e outros... Houve uma visita ao Ambulatório Ceci, a que a Sra. Neuza, do Conselho Municipal de Saúde, se referiu. Lá faltavam: bota diurna – há mais de seis meses faltavam botas -, óleo mineral, colírio, creme de uréia; e um paciente com indicação de amputação do pé não fez a amputação por falta de boa diurna. Isso, o paciente disse; quer dizer, a cirurgia dele não foi realizada. Nós queríamos dizer também que fizemos um requerimento à Covisa para saber o número de casos de leptospirose em São Paulo nos últimos três meses e estamos aqui com o resultado: a cidade de São Paulo teve 136 casos confirmados de leptospirose nos meses de janeiro, fevereiro e março. Infelizmente, foram 14 pessoas que morreram, que perderam a vida

por leptospirose. Nós não queremos inventar nada, são dados oficiais.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Em 2010, Vereador?

O SR. JAMIL MURAD – Em 2010, janeiro, fevereiro e março de 2010.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – Permite um aparte, Vereador?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não, Vereador.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO – O senhor é testemunha disso. Fizemos uma reunião com a presença do Prefeito, e o Secretário foi, porque nós exigimos que o Prefeito chamasse o Secretário. A reunião foi com os membros do movimento dos alagados, e o Secretário Januário Montone teve coragem de dizer, na frente de todo mundo, que não houve nenhuma morte causada pela leptospirose.

O SR. JAMIL MURAD – Vereador Zelão, anteontem saiu no *Diário de S. Paulo* um artigo do Secretário Municipal de Saúde. Você vendo assim, parece que a saúde de São Paulo está uma maravilha, que todas as providências foram tomadas e as coisas estão indo de bem para melhor, até os dados da própria Secretaria, quando você toma conhecimento. Isso não sai no artigo do Secretário e isso também não sai em certos pronunciamentos que a gente vê de pessoas que têm facilidade de ter um espaço num grande órgão de comunicação. Nós não temos; o nosso espaço de comunicação é este aqui da Câmara de Vereadores. E o dado é oficial: 136 pacientes contrairam leptospirose nesses três primeiros meses do ano de 2010, sendo que 14 pessoas, 14 paulistanos perderam a vida por leptospirose. Isso é inadmissível, porque é uma doença perfeitamente evitável e controlável.

A SRA. SANDRA TADEU – Desde que feito o diagnóstico precocemente, não é?

O SR. JAMIL MURAD – As providências para não ter leptospirose e, quando tiver, também pode ter um tratamento adequado para que uma porcentagem menor perca a vida. Quer dizer, nós não sabemos se essas pessoas foram adequadamente diagnosticadas, tratadas, se tiveram vaga no hospital e se tiveram hemodiálise, porque às vezes precisa de hemodiálise por alguns dias para o rim voltar a funcionar.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem, Jamil.

O SR. JAMIL MURAD – E aí perde-se a vida.

A SRA. SANDRA TADEU – Jamil?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não, Vereadora.

A SRA. SANDRA TADEU – Eu acho assim: a saúde em São Paulo tem que melhorar muito, mas também a gente não pode deixar de dizer o seguinte, que São Paulo é referência para o País inteiro, para a América Latina inteira; todo mundo, uma boa parte vem se tratar aqui em São Paulo e vem se tratar muitas vezes em órgãos públicos. Eu mesma, muitas vezes, digo que tem algumas patologias que mesmo que você tenha convênios, se está com meningite, com sintoma, vá ao Emílio Ribas e fique lá e seja internado lá, porque tem certos hospitais que são referências, e você tem que ser tratado lá. Então, eu não posso concordar que está tudo ruim. Não está tudo ruim. Tem coisas para serem melhoradas? Tem e é este o nosso papel aqui: melhorar. Não está gestão plena, porque eu não tenho essa ideia e eu vou me aprofundar nisso. Eu acho que o orçamento do Município, esses 22%, eu acredito que a totalidade é só do município de São Paulo, muito pouco a gente deve receber do Governo Federal, porque a maior parte do dinheiro do Governo Federal fica no Governo Estadual. Eu não tenho esse dado, mas, Adriana, vamos atrás disso e levantar esse dado para a gente ver qual é o valor real desse orçamento.

O SR. JAMIL MURAD – Eu acho extremamente importante registrar, da minha parte, que eu sou defensor da saúde pública, eu quero que funcione melhor. Quando nós fazemos a crítica ou trazemos dados negativos para a população não é para desmoralizar a saúde pública, mas é para cobrar que funcione melhor e perca a vida só aqueles casos inevitáveis. Eu acho que tem muita gente perdendo a vida antes da hora. Por isso que a gente fica indignado. Por isso que a gente registra isso. Existe um estudo mostrando o seguinte: quanto mais se desmoraliza, quanto mais a população perde a fé no serviço público de saúde, mais aumenta as pessoas que compram de saúde. O indivíduo deixa de ir à feira, deixa de ir ao supermercado comprar uma comida para a família para poder pagar o plano de saúde. Só que, com todo esse temor e com essa vontade de ter um plano de saúde, apenas 26% dos brasileiros, segundo o IBGE – é recente –, tem plano de saúde. Portanto, existe uma limitação no poder aquisitivo do povo.

A saúde pública é necessária e pode funcionar bem, precisa funcionar bem. A nação brasileira precisa da saúde pública. Agora, o Prefeito pode escolher um Secretário de Saúde mais comprometido, mais competente, mais dedicado, mais capaz, porque não é possível: as queixas são inúmeras. Ano passado, a única vez que o Secretário de Saúde veio aqui foi na discussão do orçamento, em dezembro. Ele passou o ano inteiro sem pôr o pé aqui, embora a Comissão de Saúde o solicitasse em várias ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu pergunto se algum Vereador quer fazer mais uma pergunta à Sra. Neusa. (Pausa) Nenhum Vereador mais quer fazer pergunta. Eu agradeço a presença à Sra. Neusa.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora quer fazer a conclusão? Por favor. A senhora tem a palavra.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Até para esclarecer, eu gostaria de entregar à Comissão – tirei da Internet – a questão do Conselho de Administração da SPTrans, onde há remuneração de 6 mil, para não se confundir com a questão do Conselho, se for o caso. Até porque essa confusão dos Conselhos, eu não sei que tipo de Conselho é esse e como funciona, mas só pelo fato de chamar Conselho, a gente já...

E estou de acordo, muito bem as palavras: a grande metrópole São Paulo precisa de uma política grande também. Por isso estamos representando o Estado de São Paulo. Então, os hospitais são estaduais, as pessoas têm que vir se tratar aqui, sim, porque nas suas regiões não tem como tratar. Então, essa grande metrópole precisa de uma política grande também de Estado e é pelo que nós estamos lutando, para ter um bom empenho do Conselho Municipal de Saúde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, Sra. Neusa.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Presidente, para uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Claro, Vereador Jamil, o senhor tem a palavra.

O SR. JAMIL MURAD – Nós temos um problema de profundidade aqui levantado no debate de maneira mais rápida, se o dinheiro para a saúde seria suficiente. Na minha análise, há necessidade de mais recurso para a saúde, porque o serviço de saúde é caro, então, tem problema de administração, de gestão, como se diz, mas tem problema também do financiamento. Aí eu quero lamentar quando acabaram com a CPMF. A CPMF era um pequeno recurso na movimentação das contas bancárias que era destinado à saúde; uma parte dele era destinado à saúde. Mas acabou. Foram muitos bilhões tirados da saúde pública com o fim da CPMF. Mas nós temos de arrumar fonte de recurso, destinar mais recursos. Existe governante que pega o dinheiro da saúde e aplica na folha de pagamento do aposentado e fala que foi para a saúde; às vezes aplica no saneamento e contabiliza como gasto da saúde, como investimento na saúde. Então, nós precisamos de mais financiamento na saúde, mas nós também precisamos de gestão pública comprometida com a saúde, o que eu não vejo no município de São Paulo.

Uma pergunta importante que me veio. É o seguinte, dona Neusa: as Organizações Sociais são supervisionadas, são fiscalizadas ou recebem sugestões do Conselho Municipal de Saúde?

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Nós não aprovamos essa terceirização da saúde.

P – Eles permitem a fiscalização de vocês?

R – Não. Não permitem a fiscalização. Ela não tem uma prestação de contas. Quem faz a prestação de contas é a Secretaria Municipal de Saúde. Então, a gente não sabe, e quando solicita uma prestação de contas ou alguma outra coisa, vem de forma pedagógica, não vem de forma ao entendimento.

P – Real.

R – Real. Não temos uma assessoria que pode até ajudar nessa visualização, muitas vezes. Então, nós realmente somos contra essa privatização e essa terceirização da saúde. E é essa a dificuldade.

P – Sra. Neuza, mesmo que o Conselho Municipal de Saúde queira fiscalizar uma Organização Social, a lei da Organização Social não permite que o Conselho Municipal de Saúde fiscalize.

R – Não tem Conselho Gestor.

P – Não tem Conselho Gestor e não é fiscalizado pelo Conselho Municipal de Saúde.

R – Não. Exatamente.

P – Pelo Tribunal de Contas, os Vereadores também podem.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JAMIL MURAD – Isso. Via Tribunal de Contas. Mas a Organização Social é um instrumento que diminui a fiscalização da sociedade, retira o controle da sociedade sobre aquele serviço. Não é só o problema do dinheiro, é como está funcionando, como é que está atendendo, quais são as prioridades. Por exemplo, a Organização Social que se nega a distribuir camisinha, quando isso faz parte de política pública. Ai as pessoas ficam mais sujeitas a pegar AIDS, ficam mais sujeitas a pegar Doenças Sexualmente Transmissíveis. Quer dizer, é uma maneira de administrar a saúde aqui em São Paulo que é cantada em prosa e em verso, mas porque não é questionada. Quando a gente questiona, eles não têm resposta, eles estão em confronto com o interesse público, em confronto com o interesse da sociedade.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Correto. Correto. É dessa forma.

O SR. JAMIL MURAD – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, Sra. Neuza. Agradeço sua presença.

A SRA. NEUSA MARIA PAIVA – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qualquer sugestão, a senhora pode encaminhar para esta Comissão.

R – Ok. Muito obrigada.

P – Obrigado. A senhora está dispensada. Gostaria de registrar a presença dos Vereadores Police Neto, Sandra Tadeu, Jamil Murad, Paulo Frange, Zelão, Milton Ferreira e Noemi Nonato.

Há vários requerimentos sobre a mesa. Requeiro que sejam dados como lidos os papéis. Os Vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovada a leitura dos papéis. Os Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados os requerimentos.

Para a próxima reunião, estão convidados o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo, a Associação Nacional de Restaurantes e a Associação Paulista de Supermercados. A secretaria enviará aos membros convocação para a próxima reunião, que se realizará dia 04/05.

Agradecendo a presença de todos, tenham uma boa tarde. Estão encerrados os trabalhos de hoje.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 136

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 04 de maio de 2010

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa, previstas na Lei Municipal 13.725/2004, bem como no Decreto 50.079/2008, e respectivos regulamentos, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde - Processo RDP 046/2010, com a presença dos Vereadores membros Aurélio Miguel, na presidência, José Police Neto, Milton Ferreira, Jamil Murad, Sandra Tadeu e Gilberto Natalini.

Foram convidados para esta reunião o Sr. Nelson de Abreu, Presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo; o Sr. Cláudio Miccieli, Diretor-Presidente da Associação Nacional de Restaurantes, que não comparecerá e justificou sua ausência, e o Sr. João Sanzovo Neto, Presidente da Associação Paulista de Supermercados.

Antes de chamarmos os convidados, queria passar algumas imagens, primeiramente em relação às reuniões que tivemos relativas aos cemitérios, inclusive matéria que saiu no dia de ontem na Rede Globo.

- Exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa foi a matéria que saiu no dia de ontem. Nós estamos fazendo a avaliação de como estão os cemitérios e já existe uma comissão formada por diversos órgãos da Prefeitura para que, o mais breve possível, até o final do ano, digam quais são as medidas que vão tomar para se adequarem à nova legislação em relação aos cemitérios da cidade de São Paulo.

Também o Vereador Jamil Murad, através de sua Assessoria, está disponibilizando algumas imagens relativas à manipulação de alimentos em restaurantes da cidade de São Paulo. Peço também que sejam disponibilizadas as imagens no telão. (Pausa) Houve um problema técnico, mas em alguns instantes as imagens estarão no telão. Aproveito para pedir à Assessoria que leve microfones aos representantes dos hotéis e restaurantes.

Agradeço os Srs. Sérgio Martins Machado e Ivan Baldini por terem aceitado o convite. Há sobre a mesa um termo de compromisso e peço que façam a leitura.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO - "Eu, Sérgio Martins Machado, convocado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa-, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde - Processo RDP nº 08-46/2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 4 de maio de 2010."

O SR. IVAN BALDINI - "Eu, Ivan Baldini, convocado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, Processo RDP nº 08-46/2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 4 de maio de 2010."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Aproveitando, já que o senhor está ao microfone, qual o cargo que o senhor ocupa no sindicato? Porque aqui na diretoria não está nem o senhor nem o Sr. Sérgio. Eu gostaria de saber qual é a ocupação dos senhores no sindicato.

O SR. IVAN BALDINI – Eu sou o Diretor do Sindicato.

P – Diretor.

R – Sim.

P – E qual é o papel que o senhor desempenha?

R – Eu sou Diretor Suplente.

P – Suplente.

R – Sim. Estou representando, junto com o Dr. Sérgio, o Dr. Nelson, que está fora de São Paulo.

P – E o Sr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Eu sou Diretor Jurídico, Excelência, e estamos aqui representando o Dr. Nelson. O Dr. Nelson está na Confederação Nacional do Turismo. Ele tinha um compromisso lá em Brasília, ele está com a nossa Confederação, que foi criada no ano passado. Ele, então, pediu que nós estivéssemos aqui e outorgou poderes para que pudéssemos apresentar o que esta CPI, no caso, nos solicitasse.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado. Registro a presença do Vereador Zelão e do Vereador Paulo Frange.

Pergunto se já estão prontas as imagens. (Pausa) Por favor.

- Exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estão aí as imagens que, por si só, já falam. É nesse sentido que esta CPI também está trabalhando. Se observarmos – como bem disse o nobre Vereador Jamil Murad, que trouxe as imagens – sempre a Polícia Civil, nunca a Covisa – que é a que deveria fazer esse trabalho. Pelo menos, está participando e a denúncia, também, chegando a ela.

O nobre Vereador Paulo Frange quer fazer uso da palavra.

O SR. PAULO FRANGE – Bom dia, Sérgio. Bom dia, Ivan. Prazer tê-los conosco. Com certeza, teremos a oportunidade de aproximarmos um pouco mais essas dificuldades de relacionamento, principalmente desse segmento com a própria Covisa. Sei que não são poucas as dificuldades. Não são poucas, não. São inúmeras delas.

Sérgio, você já ocupou algum cargo público no Município, ou não?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Não, Vereador. Não.

P – Você nunca teve nenhuma ligação com o Município?

R – Não.

P – A sua formação é?

R – Sou advogado. Sou formado há 21 anos e estou no Sindicato, também, há 21 anos.

P – Sérgio, gostaria só que você me explicasse, inicialmente, qual é a tua ligação? Qual é a relação do Sindicato com a Covisa? Como está essa relação hoje ou como era antes? Como está a relação do Sindicato? Ou seja, não só no sentido da fiscalização e tudo. Mas vocês têm um grande problema, porque vocês têm que, para abrir um restaurante ou um bar, é necessário obter o Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária. E, ao longo dos anos, acompanhamos o martírio que era a peregrinação atrás desse documento. Hoje, a situação mudou. Como é que ficou a relação? Mudou no papel, não sei como está na prática. Só gostaria que você nos explicasse como está isso hoje.

R – Vereador, se começar do tempo passado, – que acho que é melhor partir do passado e vir para o presente – tínhamos, tivemos uma grande dificuldade quanto à fiscalização porque, inclusive nossos estabelecimentos eram visitados – além da fiscalização – a imprensa também focava. Era divulgado como se todo o estabelecimento, toda categoria, tivesse algum tipo de problema com relação à Covisa e à Vigilância Sanitária em si. E, na verdade, esse problema já estamos tendo em nossa categoria. Por quê? Muitas daquelas pessoas com quem conversamos, inclusive, sobre a regularização dos imóveis, deixam o emprego, pegam o seu Fundo de Garantia e a primeira coisa que vem: eles vão abrir um estabelecimento de gastronomia. Muitas vezes, o homem da casa pega a mulher – porque ela é uma grande cozinheira – e sabemos que a forma de tratarmos nossa cozinha em casa e o nosso restaurante é totalmente diferente. Existem normas e padrões. Então, muitas vezes, havia o desconhecimento. E a Covisa não tinha essa parte de nos... De haver, pelo menos, uma aproximação, uma orientação. E isso foi sempre que setor se aproximou, de que primeiro houvesse uma orientação para, depois, poder haver a penalidade, que é a multa. E a multa, muitas vezes, até se toma confiscatória – e que chamamos a isso – porque ela é de valor tão grande que, às vezes, o estabelecimento está começando e não vale a pena.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem.

O SR. PAULO FRANGE – A Covisa tem um manual de boas práticas de manipulação de alimentos, que trata da higiene e segurança alimentar, que busca prevenir doenças, etc. e tal. Quando da elaboração desse manual, vocês participaram, junto com a Covisa, na discussão desse manual de boas práticas ou não?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Olha, Vereador, se não me engano, participamos porque tínhamos um manual antigo nosso. Ia falar que tínhamos uma escola de hotelaria...

O SR. PAULO FRANGE – Lembro-me que vocês tinham um e, até, inclusive, davam cursos. Não é isso?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – É, dávamos cursos. Era isso que ia completar para o senhor. Mais ou menos em 1994, houve até uma legislação municipal que autorizou o Sindicato a fazer os cursos de higiene e manipulação. Houve a regulamentação e, mais ou menos, um ano depois, fomos tirados dessa... Para fazermos esses cursos. Porque formávamos nossos associados. Era feito dentro de nossas dependências, com pessoas habilitadas e houve um momento, então, que a Administração resolveu fazer na própria Covisa.

P – Saiu da mão de vocês e foi para a Covisa.

R – Saiu da mão nossa.

O SR. JAMIL MURAD – Nobre Vereador Paulo Frange, é muito importante seu posicionamento aqui. Também queria registrar a atitude do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes e da própria Confederação, da qual o Dr. Nelson é presidente. Lá em Brasília – quando era Deputado Federal – contribui para regularização, para a fundação, praticamente, da Confederação, a normalização nos órgãos pertinentes. E temos uma convivência de longo prazo e sabemos da excelência do trabalho que é feito pelo Sindicato, pela Confederação, pelo Sindicato de Trabalhadores na área de hotelaria, restaurantes. Sabemos disso.

Mas o que estamos analisando aqui – e gostaria de saber a sua opinião, Sérgio – é o seguinte, o Poder Público publicou um Decreto, número 50.079, em 2008 – faz pouco tempo – e que disciplina o Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde. Ele alterou a legislação anterior e, em seu artigo 15, ele fala da concessão e atualização do Cadastro Municipal de Vigilância e Saúde sem necessidade de prévia inspeção sanitária. O que você acha disso? Você acabou de dizer que o indivíduo recebe o Fundo de Garantia e abre um restaurante sem as mínimas condições preparatórias para tal. Agora, a legislação acaba permitindo isso e quem sofre a consequência é o consumidor, como foi mostrado ali. O que você acha dessa nova legislação que não cobra uma inspeção sanitária prévia para saber se o estabelecimento tem condições de funcionar, se está dentro das normas para ter o mínimo de qualidade para oferecer alimentação para a população?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Vereador, só complementando um pouquinho...

O SR. PAULO FRANGE – Sérgio, antes de... Um minutinho só, antes de passar ao Dr. Jamil. Jamil, a pergunta é muito boa, porque o senhor vai esclarecer, hoje, com certeza, muito do que não conhecemos, viu, Dra. Sandra. Não temos ideia de como funciona isso, mas é parecido com a história do consultório. Olha a primeira, a segunda, a terceira folha. Para poder oferecer esse cadastro, o Município preenche, manda esse documento e o técnico responsável, ou o responsável técnico, pelo restaurante, tem de dar todas essas informações. E é em cima disso que o Município emite, porque se não emitisse não teria condição de liberar o alvará. Por quê? Porque, antes, não tinha como fazer a visita. Eles ficavam anos esperando uma visita da Vigilância para poder ter alvará. Enquanto isso, ficava funcionando, aspas, irregularmente. Ai, temos um documento de fé, que temos de acreditar que o técnico está...

Ai a pergunta, Sérgio, em cima disso que o Vereador Murad perguntou, e que é muito importante, essa responsabilidade técnica que, se muitas vezes quem abre, na verdade, é um desempregado e muitas vezes, não tem habilitação técnica para isso. Ou seja, quem é que pode assinar isso e como?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Até complementando o que o senhor estava dizendo, Vereador, e depois, complementando o Dr. Jamil, fazíamos os cursos e fomos retirados. Mantivemos os cursos por nossa Escola de Hotelaria e até seria importante a manutenção desses cursos e a autorização do ente municipal, de que voltássemos a ter, sob a coordenação da Covisa. Porque, veja bem, temos professores em nossa escola, poderíamos estar habilitados. Num primeiro momento, aquelas pessoas que quisessem abrir um estabelecimento de gastronomia, diante do que está sendo tratado também na audiência pública sobre a regularização, de a pessoa ser obrigada a comparecer em nosso Sindicato, ter um certificado que, talvez, até ajudasse na parte técnica, Vereador. E, aí, sim, a partir do momento que houvesse aquela licença preliminar – que estamos discutindo – aí teria o prazo da Covisa, também, para ir até lá. É claro que o prazo está sendo muito longo. Porque, muitas vezes, é como o senhor fala, o estabelecimento leva muito tempo em que fica irregular, não consegue, talvez, o proprietário... Porque o senhor sabe, uma pessoa só pode dizer que ela está errada a partir do momento em que é orientada. Então, como posso dizer para uma pessoa cumprir uma lei se ela não sabe da lei.

O SR. PAULO FRANGE – Ai, Vereador Murad, num segundo momento, outro problema, a renovação para a categoria deles passa a ser automática a partir do segundo ano. Para outras atividades não. Não é isso?

R – É verdade.

O SR. PAULO FRANGE – Então, Vereadora Sandra, em sendo automático, se acontece um erro no primeiro ano, lá pelo quinto ano continua sendo renovado automaticamente, sem que o Sindicato, que tem responsabilidade, porque quando atira num restaurante atira em todos. Aqui, quando alguém fala de um Vereador de Rondônia, pega em todos nós daqui.

R – Porque, inclusive, Vereador, até aproveitando o vídeo que foi passado, quero dizer para vocês, nós falamos de algum outro estabelecimento, mas o meu estabelecimento, nós temos condições especiais. A falta de conhecimento, muitas vezes, da pessoa que está querendo abrir e hoje o fator distribuição, os meus associados vão comprar aonde? Nos supermercados.

O SR. PAULO FRANGE – Quantos desses estabelecimentos, hoje, são sindicalizados com vocês? Quantos por cento, em média?

Sérgio, no âmbito da periferia, todos nós aqui temos público na periferia e eu cheguei a perguntar. Então, lá no cantinho de Pirutuba, Perus, na zona Leste, quando você pergunta, eles não são sindicalizados. Lógico que os restaurantes de maior porte, de maior estrutura estão com vocês, reciclam, trocam informações, treinam pessoas com vocês, mas e esse pessoal, como a gente teria esse link para que esse processo fosse mais seguro, como o Dr. Murad perguntou agora.

R – Vereador, veja bem, pelos meus estatutos, todos os estabelecimentos de gastronomia fazem parte da nossa entidade, mas que realmente participam, aquelas pessoas que realmente podemos chamar de associados, que pagam contribuição, que chamamos de efetivos, podemos dizer que são em torno de 40 mil empresas. Não posso dizer para o senhor, 40, 50 mil, porque realmente, da mesma maneira que abre, fecham estabelecimentos. Muitos preferem ficar na ilegalidade, porque é muito mais fácil e não pagam impostos, inclusive, o próprio ISS. É uma questão que não aceitamos, porque o meu presidente tem dentro de si o cumprimento da lei. Então, ele quer que os estabelecimentos paguem seus tributos e, infelizmente, a única coisa que podemos informar, nesse momento, é que quando há uma determinação nós informamos os estabelecimentos, os que são associados.

Deixe-me corrigir um fato, Vereador, quando falei que nós representamos toda a categoria dentro do município. Agora, associados são 40 mil, talvez eu desvirtuei um pouquinho do que o senhor me perguntou.

O SR. PAULO FRANGE – Sérgio, mesmo o ISS, há um imbróglgio enorme. E o imbróglgio enorme é o seguinte: quando o hotel cobra um pacote de uma hospedagem, ele cobra uma hospedagem com café da manhã e almoço e aí se tributa sobre o valor do pacote o ISS, e na verdade a alimentação que é servida, a mercadoria que é servida, sobre ela deveria incidir o ISS. E é considerado serviço e até hoje não há legislação específica sobre isso, ou seja, o serviço é o serviço de quarto, o serviço do hotel, mas a alimentação – sobre essa atividade – há uma discussão jurídica que, até hoje, ninguém quis entrar nessa seara. Ou seja, nós no município ficamos atados, porque dependemos de uma mudança na Lei Complementar 101, de 2003, que é a lei do ISS. Mas vocês acabam recebendo o ISS sobre um produto que não é o serviço do hotel, no caso da rede hoteleira que tem os restaurantes e oferece pacotes fechados. Essa parte tributária vamos deixar para depois, mas aí vem uma pergunta na mesma sequência do Vereador Murad e da matéria que está ali, a Covisa ou qualquer órgão de vigilância – você viu que quem faz tudo aqui é a polícia – como fica o produto que chega até vocês? Porque vocês compram de boa fé, com

nota fiscal. E daí quem fiscaliza esse produto da origem até a porta? Qual é o critério de segurança que vocês têm? Por exemplo, a Anvisa me diz como entrar no site e encontro um produto que está regular no Brasil para venda, tal remédio está regular no Brasil, esse remédio tem autorização da Anvisa para circular. Você não tem com certeza como checar se determinada marca de produto está, hoje, autorizada a vender com os critérios de segurança de higiene alimentar.

R – É por isso que estamos falando para o senhor, Vereador, a questão da distribuição, porque o meu associado – é o que falo para o senhor – são pessoas humildes em sua maioria e eles não sabem, veem um rótulo se está grafado eles aceitam, pegam a nota fiscal...

O SR. PAULO FRANGE – Entendi. Mas você viu que ali é Mambo, é tudo gente grande, não pegaram um boteco.

R – Eu não posso responder pelos supermercados.

O SR. PAULO FRANGE – Tem uma churrascaria na zona Oeste.

R – Mas o meu cliente vai buscar o produto, é claro, se não há um controle, Vereador, não posso falar do controle da empresa. Nós orientamos a empresa de que tem de ter a validade, inclusive, até falei para o Vereador Aurélio Miguel que temos, inclusive, na Europa sobre a questão do consumo, a própria indústria aconselha a consumir até um determinado momento, é diferente daqui, que tem uma validade. Então, quem está propício ou quem quer vender após a validade não está trazendo um perigo para a sociedade, está trazendo um perigo para si mesmo, é uma pessoa de má fé e tem de responder por isso. A entidade orienta para que a validade seja vista e, infelizmente, eu vou aos supermercados também, Vereador, e quando vejo até chamo o gerente.

Então, às vezes, é a questão do meu associado, apesar...

O SR. JAMIL MURAD – Sérgio, por exemplo, um produto como o palmito, tinha um caso ali de palmito, era para embalar de novo com código de barra falso, quer dizer, com todas essas irregularidades também, a gente pode supor que o palmito vem de uma origem não controlada e que pode ter o micróbio do botulismo, que dá paralisia nos músculos em geral e respiratória em particular, e o indivíduo morre. Quer dizer, é difícil salvar, tem máquinas que salvam, mas frequentemente morre.

Então, qual é o controle que temos sobre isso, porque palmito é muito comum nos restaurantes, é muito servido em restaurantes. Qual o controle dessa qualidade?

R – Vereador, é o que estava falando, o meu associado e, inclusive, nós pessoas, que vamos ao supermercado, vamos atrás do rótulo, vemos uma mercadoria que está sendo vendida com rótulo e tem o timbre o SIF, está dando uma garantia, está sendo vendido e está sendo dada a nota fiscal, o senhor está certo, está tentando justificar uma origem. Quer dizer, quem vai responsabilizar é o supermercado, agora, se a origem está, realmente, entrando dentro do município com ilegalidades, acho que cabe à Covisa estar vendo.

O SR. JAMIL MURAD – Você acha que a Covisa dá segurança de fiscalização?

R – Olha, se formos olhar as matérias que estão na mídia, o senhor sabe que há problemas. Não vou dizer que... Acho que hoje ela garante uma segurança, pelo menos, o senhor vê a proteção, mas vemos que há falhas. Alguma falha está acontecendo.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Murad, com certeza não. Na fiscalização da Covisa, seja num bar, seja num restaurante, o senhor já viu alguma vez a Covisa checar os dutos e os filtros de ar condicionado? Nunca viu.

R – Vereador, não posso dizer porque não estou diretamente...

O SR. PAULO FRANGE – Isso é extremamente perigoso e danoso à saúde, os riscos de contaminação desses espaços. E, lamentavelmente, nem as empresas aéreas de voos internacionais tem feito rotineiramente, conforme regras internacionais, o procedimento de segurança de saúde para isso. Há pouco tempo, inclusive, uma situação de tuberculose, de um bacilo que circulou dentro de um avião desse, como há uma recirculação do bacilo, apareceu tuberculose na Inglaterra, que já tinha sido erradicada. E no mesmo voo, que tinha vindo do mesmo lugar, do Congo, onde havia a mesma situação, então, no mesmo hotel. Eu tinha colocado, como é o procedimento da fiscalização, quando vai fiscalizar? Você se lembra, Ivan, já viu alguma fiscalização, quer falar? Você já assistiu uma fiscalização da Covisa, quando ela entra no restaurante?

O SR. IVAN BALDINI – Não. Não assisti. Minha área é hotelaria.

O SR. PAULO FRANGE – Mas no hotel, por exemplo, quando eles chegam vão até onde?

O SR. IVAN BALDINI – Eles não se atêm a esse pomenor.

O SR. JAMIL MURAD – Vocês representam o hotel, o restaurante...

O SR. IVAN BALDINI – Gastronomia e hotelaria.

O SR. JAMIL MURAD – Vocês têm registro de queixa do dono do restaurante ou do dono do hotel em relação às Covisa ou da relação da Covisa com essas entidades?

O SR. IVAN BALDINI – Como conversamos no início com os senhores Vereador Aurélio Miguel e V.Exa. no início da sessão, as reclamações que chegam ao nosso Sindicato dos associados quando há alguma fiscalização, geralmente eles chegam duvidando de que o fiscal esteja certo. E aí nós vamos orientá-los e, na maioria das vezes, o fiscal está certo em cobrar aquilo dele. É uma falta de conhecimento da legislação que remete ao que o Dr. Sérgio estava falando desde o início, ele abre meio na raça o restaurante ou o hotel e não sabe da série de obrigações que ele tem por trás disso tudo. Isso o Sindicato tem orientado – os que nos procuram –, que, infelizmente, é a minoria. Porque a lei para conceder a licença de funcionamento, não exige – que é uma coisa que estamos discutindo no momento, em que a Casa está discutindo, uma lei que possa abranger tudo isso para que haja uma obrigação para que seja remetido aos Sindicatos, para que sejam orientados não só quanto à Vigilância Sanitária, mas quanto às leis de uso e ocupação do solo.

O SR. JAMIL MURAD – Ivan, por exemplo, vocês têm tido diálogo com a Covisa ou vocês têm procurado a Covisa ou a Covisa procurado vocês, como representantes dos hotéis e restaurantes, para acertar procedimentos, condutas, orientações? Qual é a relação do Sindicato com a Covisa?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Eu acho que eu seria mais habilitado, Vereador, porque como faço parte da Direção, fico com a Direção. Nós procuramos muitas vezes...

O SR. JAMIL MURAD – Fale mais alto, por favor, mais próximo do microfone.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Como faço parte ali, já fui até do gabinete do Dr. Nelson, nós procuramos muitas vezes como questão de orientação, para nós podemos orientar o nosso associado e, de um tempo para cá temos até um diálogo melhor do que era antigamente, Vereador, na questão de passar orientações. Nós podemos passar, porque como nós temos o nosso curso de higiene e manipulação, muitas vezes, essas questões são trazidas para dentro do curso. Os nossos associados hoje não temos uma gama de reclamação. É como o Ivan falou, alguns procuram. E, muitas vezes, nós também verificamos que é a questão do próprio associado, que é o desconhecimento da legislação municipal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Sérgio, só uma pergunta: o senhor disse que até o momento os senhores é que ministravam o curso de higiene e o procedimento de manuseio dos alimentos. Até quando foi isso?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Não. Deixa eu falar para o senhor, Vereador. Se não me engano, a lei é de 94. Nós, acho que ficamos dois anos com o curso.

P – Então ficaram até 96 com o curso.

R – Vamos falar com a parte legal. Depois, nós passamos a ministrar no nosso curso da Escola de Hotelaria para aquelas pessoas que tivessem interesse, o que nós mantemos até hoje.

P – E se passou para a Covisa fazer esses cursos?

R – Isso.

P – E o senhor tem conhecimento se ela tem feito esses cursos?

R – Tenho conhecimento, Vereador, que quem está fazendo hoje o curso é Covisa, mas quem são os orientadores são estagiários.

P – Estagiários de onde?

R – Não...De cursos universitários.

P – Estagiários de cursos universitários?

R – Eles vão, fazem o curso, por isso que eu até falei no começo que seria melhor habilitar os nossos professores e nós passarmos – dentro de uma coordenação da própria Covisa – a dar o curso para o nosso setor. Inclusive, eu poderia até falar dentro do que o Vereador Paulo Frange vem fazendo na Comissão de regulamentação, que esse curso fosse um primeiro momento de aquela pessoa associada se apresentar para o ente municipal, conhecedor já de uma legislação. Enquanto nós tivéssemos aquele alvará preliminar, ele já apresentaria o curso de higiene e manipulação, habilitando-o para ser um consultor técnico da própria empresa. E aí sim, a partir daquele momento, a Covisa teria aquele prazo para poder fazer a fiscalização.

P – Vou requerer aqui que se faça um requerimento no sentido de saber quais os cursos que a Covisa está fazendo nesse sentido e quais as datas.

R – Inclusive, Vereador, nós temos uma oportunidade, porque nós podemos abrir, hoje nós temos no nosso auditório central no Largo do Arouche um espaço para 130 pessoas e temos as nossas regionais Norte, Sul, Leste e Oeste que poderiam estar habilitadas para ajudar o ente, a Covisa, no caso.

P – Agora, os senhores como representantes do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Assimilados, têm conhecimento da fiscalização por parte da Covisa? Tem sido intensa ou muito esporádica?

R – Não. Os nossos...

P – Porque o senhor mesmo, enquanto nós estávamos conversando, o senhor falou: "Tem material humano para fazer essa fiscalização?", e nós falamos: temos de equipar a Cidade.

R – Foi o Ivan que perguntou.

P – Foi o Ivan. Isso.

R – Falo para o senhor: o que nós temos conhecimento – pelo menos, por pessoas que procuram o Sindicato até com questão, nós vemos que ela está sendo atuante Norte, Sul, Leste e Oeste. Agora essa intensidade, eu acho que seria de um lado pecaminoso da minha parte estar falando para o senhor.

P – O senhor disse que tem 40 mil estabelecimentos na cidade de São Paulo?

R – Na cidade de São Paulo.

P – O senhor tem associados no Sindicato do senhor?

R – Esses são associados.

P – O senhor tem idéia de quantos estão em situação irregular e qual é o número que nós temos hoje na cidade de São Paulo?

R – Hoje eu vou falar para o senhor que é uma grande maioria.

P – Porque o Sindicato vai buscar que eles se associem.

R – Isso.

P – Então, o senhor, mais ou menos, tem uma idéia da base de restaurantes, similares e bares que não estão no Sindicato.

R – Olha, Vereador, se nós fossemos falar é uma questão muito antiga. Vou falar para o senhor que nós podemos falar número de 80%.

P – Porque 80% a maior?

R – A maior, porque veja bem: os estabelecimentos, muitas vezes, não fazem nem o registro na Junta Comercial ou então eles procuram o Sindicato. Eles passam a ter uma orientação de ter um registro na Junta Comercial, inclusive, nós temos um posto lá. Aí ele começa a saber dos procedimentos. Muitas vezes, eles entram com a documentação necessária. Aí fica aquele período de protocolo.

P – O senhor está falando em 200 mil estabelecimentos?

R – Não.

P – Pois se é 20% o que nós temos hoje...

R – Não. Estou falando 40 mil, o que posso falar que estejam irregulares, se o senhor colocar 80% são 32 mil irregulares.

P – Irregulares.

R – Porque é o que o Vereador Paulo Frange, inclusive, disse: muitos estão na questão da periferia, porque o senhor pode ver aquela lei de fechamento de estabelecimentos a uma hora, muitas vezes, tenta atingir o lado do Centro, o lado dos Jardins, mas o grande problema que temos em questão de segurança é na periferia. Inclusive, nós temos um título de São Paulo Mundial da Gastronomia, que foi outorgado até por esta Casa.

O SR. JAMIL MURAD – A Covisa mencionou aqui, quando esteve aqui, a Direção da Covisa, que mantem um regulamento técnico de boas práticas na produção de alimentos.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Quando feito em São Paulo?

P – Quando feito em São Paulo, logicamente. Mas vocês orientam seus associados a irem lá pegar essas boas práticas? Aonde? Em que endereço é isso? Quer dizer, eles têm...

R – Vereador, se não me engano, é ali no próprio Centro, na Rua... Que fica próxima também ali a nós. Esqueci o endereço agora.

P – Eles têm feito cursos? Têm dado...

R – Não, o que nós...

P – ...essas orientações por escrito...

R – Vereador, agora dizer se está tendo curso eu não vou poder dizer para o senhor: olha, está tendo curso. Mas nós orientamos a procurar, porque nós não temos... Vamos dizer: nós não podemos fazer o curso e outorgar qualquer tipo de diploma ao nosso associado...

P – Porque hoje a função é da Covisa. Não é de vocês.

R – ...se hoje a Covisa...Se essa função é da Covisa.

O SR. IVAN BALDINI – Oficialmente, nós não podemos fazer.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Nós não podemos, mas nós fazemos o curso. Nós damos até por uma questão de orientação.

O SR. JAMIL MURAD – Vocês capacitam o seu associado. Mas a função de inspeção, de fiscalização é da Covisa.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – É da Covisa. Nós não podemos de forma nenhuma...

P – Para defender a saúde da população, o papel é da Covisa.

R – Com certeza, Vereador. Nós não podemos falar nada em questão de dizer se o estabelecimento está funcionando adequadamente ou não por essa questão, é a Covisa que tem que... A última palavra é dela.

P – Esse curso é feito, então, por estagiários?

R – É a informação que nós temos.

O SR. IVAN BALDINI – A informação que nós temos é ministrado por...

O SR. JAMIL MURAD – Solicito que façamos um requerimento de informação À Covisa para esclarecer.

O SR. PAULO FRANGE – Aproveitando a oportunidade, já que estamos fazendo um requerimento. Ivan, você tem, com certeza, a informação de que grande parte das lavanderias que prestam serviço para os hotéis são lavanderias terceirizadas.

O SR. IVAN BALDINI – Sim.

O SR. PAULO FRANGE – E vocês sabem, com certeza, onde elas estão. Há uma informação – e nós recebemos isso pela CPI – de que algumas dessas lavanderias estão em áreas onde os poços d'água que elas estão usando são poços que já foram determinados pelo DAEE o fechamento por ter água contaminada, e que deveriam estar fechadas. E hoje estão, à revelia, sendo utilizados, abertos. Gostaríamos de ter uma relação das lavanderias terceirizadas que prestam serviço para a rede de hotéis, para que a gente possa, pelo menos daqui, notificá-los e esclarecer desse tipo de situação, para que eles possam

saber que serviços estão comprando. É quase impossível fiscalizar todas as lavanderias da cidade de São Paulo, mas existem situações desse tipo, e não são poucas, principalmente na zona Sul de São Paulo, onde tem maior a área contaminada, o lençol freático mais superficial e um número grande de lavanderias que utilizam poços que já foram determinados pelo DAEE o fechamento. Então eu gostaria que o Sindicato nos encaminhasse a relação de lavanderias terceirizadas, para que a gente possa ter esse cadastro e possa auxiliar o segmento, ou seja, para que a gente possa esclarecer, da mesma forma, que serviços eles estão comprando, para que eles cobrem de quem está comprando esse serviço de onde tiram água e se o poço tem autorização de funcionamento pelo DAEE. Tem muitos que já têm a determinação, até mesmo do Ministério Público, de fechamento, e estão abertos. Ou seja, como não houve lacramento do posto, ele continua aberto, continua utilizando a mesma água contaminada.

R – Isso a gente pode fazer até um levantamento com os hoteleiros que utilizam do serviço terceirizado. Mas eu creio que o melhor seria nós entrarmos em contato com o Sindicato das Lavanderias. Especificamente a lavanderia que lava, para mim, ele mesmo procura denunciar as lavanderias que praticam essa forma, porque está havendo uma concorrência desleal com ele.

P – Aproveitando, Presidente. Então fica muito melhor. Obrigado pela ideia. Vamos, então, pedir para que faça um convite, na CPI, para que a gente possa chamar o Presidente do Sindicato das Lavanderias, até num sentido pedagógico, no sentido de orientar. A CPI aqui não quer sair caçando bruxas não. Eu estou falando assim porque, quando eu vejo aquelas imagens ali... Lembra de um restaurante chinês que saiu um siri de dentro da banheira? Aquele siri não estava lá; ele ficou lá para a filmagem. E sempre que vem... Quando eu vi aquela afirmação ali, esse pãozinho-mofo com certeza seria usado para depois ser transformado em farinha. Será? Tem comprovação?

R – É, tinha um com muito mofo e, os outros, pouco mofo.

P – Quando a polícia chega, eles avisam, naturalmente, a imprensa, e aí o sensacionalismo exagera muito uma imagem. E nós temos a informação de que aquele siri foi parar na banheira e ele não estava lá.

R – Também tivemos essa informação, mas...

P – Vocês também?

R – A gente não pode provar.

P – A "rádio peão" está funcionando.

R – Exato.

P – Então, daí a gente quer tratar esse assunto com toda a responsabilidade, com todo o cuidado. Então eu vou tirar esse peso teu, e nós vamos trazer aqui o Sindicato das Lavanderias para a gente poder ouvi-los.

O SR. JAMIL MURAD – Só uma questão importante, Vereador. Quer dizer, nós estamos fazendo uma CPI para investigar o que há de irregularidade, para ser corrigida, para que haja uma proteção à saúde dos munícipes – são 11 milhões aqui, fora 1 milhão que vem de fora todo dia. E muitos deles usam restaurantes, lanchonetes, e tal, aqui na cidade. Bom, aí fica fácil também, toda irregularidade descoberta, falar que foi colocado um jabuti na árvore. Aí, quer dizer, se defende, elimina o efeito da fiscalização... Quer dizer, da mesma forma que questiona que foi uma denúncia pré-fabricada, eu também questiono que possa ter havido uma defesa fácil de quem cometeu a irregularidade.

R – Tudo é possível.

P – E eu estou mais pela posição de que possa haver, numa cidade de 11 milhões, possa haver certas irregularidades, e não é no geral, e não é a maioria, mas possa haver irregularidades. Nós estamos funcionando para ver se eliminamos as irregularidades. Então nós temos que questionar também essas defesas fáceis do...

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Vereador, desculpe cortar a sua palavra, mas quanto à questão da água, que nós vimos até uma reportagem, até uma manifestação do Vereador Paulo Frange, e aproveitando o senhor ser um homem também da saúde, no seu lado profissional, o que talvez estaria faltando agora, no momento, talvez até proximidade, porque eu acho que nós temos que ser todos por um. E haver essas informações, ainda mais para a nossa categoria... Por exemplo, nós temos um problema de água: se a água está contaminada em determinadas regiões, por que não avisar o nosso setor, para que nós divulguemos aos nossos associados? Por quê? Nós precisamos... O nosso estabelecimento, hoje, usa água... praticamente, o consumo dessa água é 80% dentro de um estabelecimento: o senhor lava os alimentos, o senhor freme, faz esses alimentos, o preparo do alimento com água, o senhor freme a água para aqueles consumidores que pagam, inclusive serviço gratuito para aqueles que transitam na rua. Então por que não há também uma comunicação para nós, para nós informarmos aos associados de haver uma necessidade de melhora de um saneamento dessa água?

O SR. JAMIL MURAD – Porque nós estamos vendo aqui... Ainda está no começo da CPI – estamos ouvindo entidades, profissionais, representantes de setores econômicos que atuam nessa área, como são os senhores. A Covisa foi organizada aqui em São Paulo em 2004. No entanto, o Poder Público colocou, até agora, só metade dos servidores, dos técnicos que são necessários, segundo avaliação da Superintendente da Covisa. Se nós não colocarmos isso, o Poder Público fala: "Eu vou gastar dinheiro? Vai aumentar a minha folha de pagamento?" Só que ele está deixando a saúde desprotegida, porque precisava de mais de dois mil técnicos, e tem 1.040. Carros: a Covisa tem 12 carros. Para São Paulo? Anteriormente, tinha um contrato milionário, e agora...

O SR. PAULO FRANGE – Vinte e sete milhões, Vereador.

O SR. JAMIL MURAD – Vinte e sete milhões.

O SR. PAULO FRANGE – Aditamento.

O SR. JAMIL MURAD – Aditamento de contrato. A isso nós vamos chegar. Por isso que eu estou dizendo: a CPI está colocando as suas bases de trabalho. Mas não é possível... Por exemplo, quem come o palmito estragado pode morrer; ou não qualificado, pode morrer. Aí não adianta: "Ah, o ano que vem nós regularizaremos; vamos ler o número de técnicos necessários. Daqui a dois anos teremos o número de carros necessários para os técnicos se deslocarem na Cidade", porque o indivíduo já morreu. Quer dizer, então há áreas que são muito sérias. O Poder Público, quem está administrando a cidade, tem que ter a sua responsabilidade, cumprir o seu dever naquilo que é essencial.

O SR. IVAN BALDINI – Utilizando um gancho do que o senhor falou, o caso do palmito, por exemplo. O palmito vem de fora da Cidade; deve vir com carimbo do SIF. Aí é que os comerciantes confiam num carimbo do SIF. Agora, onde a Covisa consegue interceptar a entrada desse palmito, ou de outros produtos, como ela vai conseguir sem um staff? E esse staff, para fazer toda essa fiscalização. É uma coisa também importante. Estamos falando de uma cidade de 11 milhões com mil...

O SR. JAMIL MURAD – E na área de vigilância sanitária, nós fizemos um pedido de informação; a própria Covisa nos mandou por escrito a resposta. Sabe quantos de vigilância sanitária? Cento e vinte e seis no Município de São Paulo. Apenas 126. Não é suposição, é resposta real da...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não era mil e poucos?

O SR. JAMIL MURAD – Não, mil e poucos é o conjunto, tudo. Tem vigilância ambiental, tem vigilância epidemiológica. A vigilância sanitária é de 126. Nós queríamos, aqui, nesse... Vocês têm algum convênio com a Covisa? Fizeram, já, algum curso junto para os associados? Foi convidado pela Covisa para fazer algum curso para os associados ou não? Atualmente.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Não, atualmente... Atualmente, só porque ele se toma obrigatório ser feito, mas eu não me recordo agora. Vou até, se V.Exa. autorizar, verificar. Mas eu não me recordo de nenhum convênio. Agora eu posso até depois, por ofício, se V.Exa...

P – Solicitamos, então, por ofício.

R – Não me recordo, agora, de momento. Apenas como ficou uma questão obrigatória, os nossos associados, nós orientamos eles a procurarem a Covisa para poderem fazer o curso.

P – Porque a Covisa tem que, também, ser um órgão de cooperação com a sociedade. Então ela tem que trabalhar de maneira cooperativa, não só fiscalizadora, não só no sentido de polícia, mas também de educação, de orientação, de cooperação.

R – É por isso até, Vereador, que o meu Presidente até já me autorizou – por isso que estou falando; já falei por duas oportunidades. Nós temos hoje... Já que não há esse aparelhamento da Covisa, nós estamos oferecendo até o local hoje. Nós temos um auditório de 130 pessoas, e nós podemos deixar a Covisa coordenadora dos nossos cursos. Nós até colocamos essa disposição.

P – Viu, Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Pois não.

P – Parecia que... É uma ajuda necessária; poderia aparecer. Só que o Poder Público Municipal congelou o orçamento da Covisa, que já era um orçamento pequeno. Ele congelou parte desse orçamento. Então nós, como Câmara Municipal, não podemos aceitar isso, porque o Município, o orçamento, é de 28 bilhões. Então um pouquinho para fazer vigilância em saúde aqui em São Paulo, vigilância sanitária, e ainda congela aquele orçamento? Já é insuficiente, e ainda congela? Em outras palavras: nós não podemos substituir o Poder Público. O Poder Público existe porque ele é necessário, se quiser uma sociedade respeitosa, democrática, com... Senão fica fácil: recolhe os impostos e delega para a sociedade fiscalizar, arrumar uma sala para fazer um curso, colocar professores. Al fica fácil. Al fica todo aquele dinheiro para ser usado no quê, se não é em benefício da sociedade?

R – Vereador, só não quero ser mal interpretado: nós colocamos a questão de colaboração, cedendo espaço para que...

P – Eu entendi.

R – Para que aperfeiçoe, para que melhore, não que nós estamos cedendo, que nós estamos querendo substituir. Isso não. Por isso que eu até falei: nós aceitamos fazer o curso; nós temos professora. A Covisa pode habilitar, ela pode coordenar a existência desse curso. Pode participar, é claro.

P – Dr. Sérgio, só para deixar claro: é que existiu até um período aqui no Brasil, um período recente, que tudo era para ser substituído pela sociedade. As pessoas... Então os empresários chegavam na gente e falavam: "Eu já pago imposto. Agora estão falando para eu fazer a creche, para eu dar outras coisas". Quer dizer, são coisas que o Poder Público, ao recolher o imposto, deve fazer. Ele recolhe o imposto. Depois ele pede para vocês arrumarem a sala, arrumarem equipamento para fiscalização. Não está certo por parte do Poder Público. Vocês, como seus associados, já estão pagando impostos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Sérgio, o senhor conhece alguma cidade, em relação à vigilância, em relação à fiscalização, que seria um exemplo a ser seguido por São Paulo? Pode ser de fora também. Conhece?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Vereador, sou até um pouco suspeito, porque minha esposa é de Belém do Pará e vejo que lá existe a questão da... Vou falar de uma parte técnica que eu... Não lembro agora o nome do instituto em que ela inclusive trabalhou, e eu aprendi um pouco nos meus sete anos de casado, que ela é bióloga formada, e ela então até vem me ajudando em questões, às vezes, comigo mesmo. Então, o que eu posso dizer é que eu aprendi um pouco com a cidade de Belém, mas não quer dizer que lá seja melhor que São Paulo. Eu acho que a parte técnica, os professores que estão lá nas faculdades... Então, eu aprendi um pouquinho, mas ainda falta muito para o Brasil alcançar um ideal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os senhores, como representantes do setor, têm algo que possam acrescentar para melhorar essa questão dos serviços do setor dos senhores na cidade de São Paulo?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Excelência, é aquilo que eu falei: nós somos a Capital Mundial da Gastronomia. Desde 1997, o meu presidente, como o Vereador Murad e o Vereador Paulo Frange podem testemunhar, ele vem buscando uma qualidade Brasil. Nós fazemos cursos de orientação, agora nós estamos preparando a Cidade para a Copa do Mundo, inclusive a Confederação Nacional do Turismo cuidará do setor de gastronomia e de hospedagem, então nós vamos ter de preparar o setor profissional. E hoje, em São Paulo, nós temos o Sinthoresp, que é o nosso parceiro. Nós não tratamos o Sindicato dos empregados como aliado, temos a contrato, e essa melhoria que a gente vai buscando sempre. Eu vou falar para o senhor que existem falhas, nós podemos buscar. Agora é bom a população também nos apresentar qualquer tipo de problema que venha a acontecer no setor. Eu prefiro não generalizar os problemas que estão acontecendo. É uma minoria, nos casos dos restaurantes, mas que eu cuido da parte da distribuição desses alimentos. Então, podemos sim melhorar. Nós queremos isso, nós estamos em busca dessa qualidade Brasil e, com certeza, São Paulo será exemplo para o Brasil.

O SR. PAULO FRANGE – Quero fazer um requerimento, aproveitando que estamos encerrando para falar de contribuições, pedindo informações à Covisa de quem está dando o curso hoje de boas práticas de higiene e segurança alimentar e os respectivos currículos, eu gostaria de tê-los aqui. E, segundo, há uma figura aqui, Sérgio, que é responsabilidade de vocês e nossa. Esse documento é assinado por um responsável técnico. Nós temos que achar em algum lugar da lei, ou em algum momento, um mecanismo de punir o responsável técnico que deixa tudo acontecer no restaurante, ou com a suspensão e ele não poder assinar por dois anos, alguma situação que não seja só a multa no estabelecimento, porque, na verdade, isso funciona. Um engenheiro que deixa uma obra cair acaba sendo tratado no conselho. Vocês não têm o conselho, mas tem o sindicato. Teríamos que encontrar um mecanismo através do sindicato ou através da legislação municipal que, quando alguém assinar aquele texto, ele possa assinar e ter responsabilidade. E quantos restaurantes ele pode assinar. Por exemplo, como médico ou biomédico, para o laboratório, não pode assinar para mais do que dois estabelecimentos como responsável técnico, no máximo; engenheiro não pode sair assinando por 600 obras. Então, nós precisaríamos encontrar dentro do sindicato ou na legislação um mecanismo de que o responsável técnico seja realmente responsável técnico: como punir, quantos estabelecimentos ele pode assinar como responsável técnico, porque ele tem que estar próximo ou fisicamente de um ou dois. Por exemplo: infecção hospitalar, que é um assunto complicado. Cidade que não tem infectologista, pode-se constituir um pool os vizinhos e, somando 200 mil habitantes, tem que ter pelo menos um infectologista. Eles se constituem em consórcio e levam um infectologista para aquela região. Aqui é a mesma coisa. "Ah, mas na periferia, eu não vou ter responsável técnico". Tudo bem. Mas quatro pequenos restaurantes podem ter um responsável técnico que responda. Eu não sei quantos, quatro ou cinco. Nós vamos ter que encontrar esse caminho junto com vocês. Eu não sei se vocês já têm isso sendo tratado no sindicato.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Vereador, é o que eu falo para o senhor: nós temos os cursos que nós já estamos orientando. Inclusive eu estava conversando com o Ivan antes de vir para cá, Vereador, acho que nós temos que ter um tipo de procedimento diferente ao ser feita uma fiscalização dentro do estabelecimento. O estabelecimento fechado, novo; e, depois, ele aberto. Novo, está tudo bonitinho, funcionando, tudo brilhando. Agora, o procedimento, depois... Então, por isso, talvez esse curso de boas práticas, se fosse sob a nossa orientação, coordenação da Covisa, vou manter isso, e depois o estabelecimento aberto funcionando. Porque um funcionário que está tendo um procedimento – está certo que ele tem que ter um gerente para estar verificando – com o aumento dos deslizos, o gerente não olha e há um procedimento ilegal e, nesse momento, chega uma fiscalização da Covisa, é claro que ele será punido. Ele a aberto é um procedimento, a forma de manipulação de alimentos pode estar errada e a Covisa autorizar. Então eu insisto que nós devemos ter, primeiro, um curso habilitando para a pessoa que abriu. Talvez o sindicato junto com a coordenação da Covisa, e aí após a fiscalização realmente autorizar o procedimento. Eu concordo com o senhor que uma pessoa habilitar muitos estabelecimentos uma falha acontecerá. É a mesma coisa que nós colocamos um médico fazendo muitas cirurgias ao mesmo tempo, uma falha infelizmente ele terá. Mas se ele fizer uma única cirurgia, um procedimento, num determinado momento, melhor será aquela cirurgia. E todos os profissionais, até eu como advogado fazer muitos processos além do que está dentro da minha capacidade é claro que algum problema surgirá. Eu concordo com V.Exa., levarei essa questão ao meu presidente para nós analisarmos como nós podemos ajudar o ente público nessa questão, não a questão de haver... Como que podemos estar dentro do sindicato auxiliando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA – Dr. Sérgio, em relação ao consumo de carnes de cães, uma cultura oriental, vocês têm feito alguma força tarefa para coibi-lo ou até prevenir que outros não aconteçam? Se esses são associados ao seu sindicato?

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Vereador, o meu Sindicato e todos os sindicatos que aqui estiverem têm só o poder de representação, eles não têm o poder de fiscalização. O que nós podemos é orientar os estabelecimentos. Com relação à parte oriental, nós temos um outro agravante: muitos entram neste País, ainda mais os chineses, eles entram ilegais. Então já seria também um controle. Ele abre um restaurante, ou ele entra dentro de administração de restaurante e passa a gerir da forma como é no país dele. Mas o Sindicato, no caso, no curso de boas práticas nós orientamos que não pode haver o consumo de cães e gatos.

P – O período da fiscalização: de quanto em quanto tempo vocês realizam? Ou mesmo orientações?

R – Não, nós não realizamos fiscalizações. Nós orientamos e nós temos cursos mensais, que são feitos pela nossa escola de hotelaria, abertos àqueles que têm interesse. Nós não obrigamos ninguém a comparecer. Nós convidamos as empresas, e as que tiverem interesse participam. Inclusive, só para citar, uma vez nós fizemos um curso para todos os estabelecimentos que foram autuados pela Covisa. Nós pegávamos qual era a infração do estabelecimento – isso há mais ou menos uns quatro anos. Foram muitas lanchonetes, no caso –, nós fizemos o curso, nós convidávamos aqueles estabelecimentos e demonstrávamos aos estabelecimentos qual era o erro, e até auxiliávamos, no caso, se fosse feita alguma defesa administrativa, se havia alguma inadequação da autuação.

P – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Algum Vereador quer fazer o uso da palavra? (Pausa) Quería agradecer a presença dos senhores. Qualquer dúvida, entremos em contato novamente. Só estão equivocados em relação à Copa do Mundo. Copa do Mundo não é Olimpíada. A cidade de São Paulo recebe diariamente muito mais do que virá a uma copa do mundo. Teremos aqui quatro jogos. Se fossem jogos olímpicos, sim, aí nós teríamos que nos preparar. Como o Rio de Janeiro sediará a Olimpíada, ele sim terá de se preparar.

O SR. JAMIL MURAD – Mas nós vamos fazer o trem-bala. O sujeito vem para cá e vai para lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É o pretexto. O senhor sabe melhor do que eu. Eu li esses dias no noticiário que a cidade de São Paulo arrecada com feiras e eventos aproximadamente de 1,5 bilhão a 2 bilhões de reais por ano. Quer dizer, é muito maior do que três jogos da Copa do Mundo.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Vereador Aurélio, o senhor desculpe interrompê-lo, mas quando falo em trabalho da Copa do Mundo é um trabalho da Confederação Nacional do Turismo, que o meu presidente, Dr. Nelson também é. Mas nós temos que preparar hospedagem para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Precisamos melhorar para os eventos e feiras que a cidade de São Paulo é líder, precisamos estar melhorando a questão de receber e atender àqueles que vêm à nossa Cidade para feiras e eventos, que hoje é a vocação da cidade de São Paulo. Nós temos que intensificar, melhorar, criar um novo pavilhão, que esse já está ultrapassado. Já tem projeto do Presidente da SPTuris, o Caio, agora precisa o Poder Executivo incentivar e apoiar. Agradeço a presença dos senhores. Obrigado, boa tarde.

O SR. SÉRGIO MARTINS MACHADO – Colocamo-nos à disposição também, Vereador. Se for preciso a nossa presença novamente, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado. Obrigado, Sr. Ivan; obrigado, Sr. Sérgio. Convido os representantes da Associação Paulista de Supermercados: o Sr. Roberto da Silva Borges, o Sr. João Sanzovo Neto. Parece que tinham mais pessoas acompanhando. O senhor não está acompanhando? Se quiser sentar aqui à frente, não há problema algum. O nosso amigo lá é o Líder de Governo.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio Miguel, com o senhor na presidência, não tem preposto do Governo falando em nome do Governo. Só ontem, na Comissão de Política Urbana, surgiu uma figura do nada, preposta, provavelmente com procuração do além, mesmo com Chico Xavier tendo falecido e feito 100 anos agora, falando em nome do Governo. E nós encerramos os nossos trabalhos com relação àquela Comissão, tendo em vista que ontem uma figura apareceu do nada falando e respondendo em nome do Governo na Mesa da Comissão de Política Urbana. Lamentavelmente isso aconteceu ontem. Tenho certeza de que o representante do gabinete do PSDB jamais faria isso, pela postura que tem. Parabéns, é uma postura absolutamente diferente. Mas ontem nós encontramos uma figura de nome Toni, que nunca tinha visto aqui na Casa, e que estava ao lado de uma representante do Governo respondendo em nome do Governo, o que nos ofendeu profundamente e maculou o trabalho tão bem conduzido pelo Vereador Police ao longo desses dois últimos anos, com tanta dedicação. Não macula o trabalho do Vereador Police, mas quebrou a nossa confiança a ponto de agora, todos os que sentarem, eu quero saber o nome e se já ocupa cargo do governo ou se é aqui preposto do Prefeito Kassab etc., porque ontem nos assustou demais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto. Eu peço só que sejam breves em relação ao que aconteceu ontem, porque hoje nós estamos tratando de outro assunto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, com muita serenidade, só tentar não me desculpar pelas falhas dos outros, nem de se apresentaram ou deixar de apresentar, mas jamais trouxe a esta Casa, enquanto Líder do Governo, preposto de qualquer coisa. O esforço que a Liderança do Governo na Casa faz é para ofertar o volume de informações aptas a contribuir com o processo de fiscalização e de desenvolvimento legislativo que a Casa tem. Se qualquer pessoa ao não se identificar, macular o trabalho que a Liderança faz, eu prefiro esquecer que estamos num Parlamento e que conferida nas urnas estão as nossas responsabilidades.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Aurélio, não macula o trabalho do Vereador Netinho, mas, na verdade, ofendeu todos os presentes, razão pela qual quero as Notas Taquigráficas de ontem. Pedi para que possamos, depois, até com o áudio, assistir as respostas que deu em nome do Governo. Não é o Vereador Netinho.

É uma coisa absolutamente fora de propósito num parlamento deste tamanho. Se a gente tivesse em Borá, talvez isso fosse natural, mas aparecer aqui alguém do nada, durante meia hora ser indagado sobre transferência de potencial construtivo. Aí, não estamos falando de micróbio em laboratório, estamos falando em bilhões que vão movimentar virtualmente em São Paulo. Alguém, do nada, aparece falando em nome do Governo e inclusive afirmando que na transferência o cara pode transferir sem pagar IPTU, Vereador.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, primeiro o Vereador José Police Neto, depois o Vereador Gilberto Natalini que também pediu pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vereador Jamil Murad, primeiro o Vereador Police Neto.

O SR. JAMIL MURAD – Pelo regimento, nós estamos fazendo uma CPI.

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Jamil, nós ainda não estamos indagando o supermercado. Nós estamos aqui ainda discutindo o assunto de ontem.

O SR. JAMIL MURAD – Eu queria colocar na ordem do dia o que foi publicado aqui.

O SR. PAULO FRANGE – Esse processo, Vereador Jamil Murad, não passa por digestão. É por ruminação. Ele vem até a boca, volta, vem até a boca, volta. Durante esta semana eu vou bater nisso todo o dia porque a molecagem que fizeram comigo ontem vai demorar muito tempo para ser esquecida.

Passa por um processo conhecido nos animais como ruminação. Vai até a boca, volta no gastro, vai, volta, fica muito tempo para ser digerido. Não é digestão normal de quem é monogástrico como nós. São câmaras diferentes e passa por ruminação. Vai e volta. Eu vou bater nisso todo dia enquanto não vir esse cidadão punido pela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Passo a palavra, novamente, ao Vereador José Police Neto porque ele está se debatendo em relação ao que houve. Eu desconheço o que é.

Peço só que seja breve, novamente, e que não haja mais réplica nem tréplica e vocês podem debater durante todo o processo em plenário no dia de hoje para nós darmos continuidade aos trabalhos da CPI da Covisa.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só para tranquilizar definitivamente o Vereador Paulo Frange vou continuar apresentando todos os profissionais do Executivo que vêm a esta Casa, como faço sempre no início das reuniões.

Assim, todos saberão quem, como ontem, a arquiteta Nilza Antenor que era a responsável pelo Executivo, como era sabido de todos, que ela respondia, naquele momento, pela assessoria técnica solicitada pela nossa Comissão.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Vereador Netinho.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Nós que solicitamos a ela a presença. Se qualquer outro se alvoroça para querer responder em nome de alguém, é esse que tem de ser investigado e punido e não o esforço que o Executivo faz nesta Casa para trazer informações.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Vereador Police. Isso com certeza me faz deixar a ideia de trazer espingarda para Comissão, porque quando algum

animal passar pela frente que fosse não reconhecido, teria de usar uma espingarda, não haveria outra, mesmo que seja de sal, para poder espantar aqueles que vem abelhar um trabalho tão responsável quanto V.Exa. conduz.

Aliás, está aí mais um neologismo, abelhar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu agradeço a presença do Sr. João Neto e o Sr. Roberto da Silva Borges. O Sr. Ary deve ser assessor jurídico. Ah! Da Presidência. Está bem.

Agradeço a presença dos senhores.

Há um termo de compromisso sobre a mesa. Peço que os senhores façam a leitura e se o Sr. Ary for fazer uso da palavra, também o faça.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - “Eu, João Sanzovo Neto, convidado para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 04 de maio de 2010.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Peço, agora, também ao Sr. Roberto que o faça.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – “Eu, Roberto da Silva Borges, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, processo RDP nº 08-46/2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 04 de maio de 2010.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Peço, também, agora, ao Sr. Ari Araújo que também faça a leitura do termo de compromisso.

O SR. ARY DE ARAÚJO JÚNIOR – “Eu, Ary de Araújo Junior, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, processo RDP nº 08-46/2010, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quería agradecer a presença dos senhores por terem aceito o convite para virem a esta Comissão ajudar nos trabalhos desta Comissão relativa à vigilância sanitária da cidade de São Paulo. Passo a palavra ao Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – João, bom dia. João, o senhor já ocupou algum cargo público no Município de São Paulo?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Na Prefeitura de São Paulo, não. Trabalhei na São Paulo Turismo.

P – SPTuris. Que cargo era?

R – Assessor da Presidência.

P – Qual presidente?

R – Caio Carvalho.

P – Quando o senhor deixou lá?

R – 31 de março.

P – Deste ano?

R – Deste ano.

P – Então, o senhor está novinho na situação?

R – Descompatibilizado.

P – O senhor já trabalhava antes com a Associação ou não?

R – Já.

P – Então, informações do tipo histórica desse processo o senhor tem toda a condição de responder? Aquilo que não tiver, pode utilizar dos...

R – É. Vou ter de me utilizar porque não tenho todas as informações, porque a Apas é estadual, não é?

P – É, sim.

R – Não é um sindicato, não são...

P – Aqui no município, quantos supermercados vocês congregam?

R – São 181 associados.

P – Associados? Quantos não são associados?

R – Estimamos que deva ter aqui na cidade de São Paulo em torno de umas... São cinco mil no estado de São Paulo. Como a entidade é estadual, nós temos um censo que indicou cinco mil CNPJs, cinco mil empresas associadas no estado de São Paulo. São Paulo deve ter, tranquilamente, em torno de mil empresas, alguma coisa perto por aí.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Deixa eu só fazer aqui... O Vereador Paulo Frange... Têm 181 associados? Na verdade, o Pão de Açúcar tem 50 lojas, ele está como uma pessoa só.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Como uma pessoa. O Carrefour, o Walmart...

P – O senhor tem como disponibilizar para nós os filiados e todos os supermercados que abrangem esses filiados na cidade de São Paulo? Se puder mandar por arquivo xls, seria de interesse para esta Comissão, por favor.

R – Será enviado a relação dos associados, o número de lojas e o endereço de cada uma.

O SR. PAULO FRANGE – A Associação acompanha o trabalho da Covisa quando da fiscalização?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Ela funciona da seguinte forma: quando algum associado recebe a fiscalização ou quer alguma orientação, a Associação é procurada, principalmente, no caso, o departamento jurídico ou o departamento de treinamento da Escola da Apas.

P – Antes da fiscalização ou depois?

R – Normalmente, depois da fiscalização.

P – A Associação não é avisada antes da fiscalização?

R – O associado liga para a Associação, procura o departamento jurídico, depois de receber a fiscalização.

P – A Associação já questionou alguma vez, alguma fiscalização da Covisa ou não? Algum mecanismo? Eu vou te dar um exemplo: aqui do lado tem uma farmácia que foi impedida de estar aberta porque tinha lá dentro uma árvore feita em plástico, decorativa, porque alguém entendeu que aquilo não poderia estar lá dentro, porque tinha risco, porque estava numa instituição farmacêutica. E foi preciso pegar um documento do Verde e Meio Ambiente para dizer que aquilo ali não tinha nada a ver com o Verde e Meio Ambiente, era simplesmente uma árvore de borracha, passível até de tomar banho de ducha. Então, questionado, resolveu... Ninguém resolveu, quem resolveu foi a Justiça. Buscou uma liminar e resolveu.

Minha pergunta é: vocês já questionaram a Covisa alguma vez com relação à fiscalização e à forma de fiscalizar? Não? Alguma vez foi preciso buscar uma liminar para manter um supermercado aberto?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu só peço que, quando houver troca de representantes da Associação Paulista, que se identifiquem, porque fica

registrado nas Notas Taquigráficas.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Pois não. Então, Roberto. Sou advogado da Apas.

Respondendo a pergunta, nós não somos... Não tivemos de fazer nenhum tipo de pesquisa ou requerer qualquer tipo de informação à Covisa nesse sentido.

O que acontece é que, quando ocorre a visita da Covisa em algum estabelecimento em que se lava o competente auto de... Quer seja de infração ou a multa, eles, então, nos consultam, porque aí então o auto ele vem embasado, ele traz o que é que deixou de se observar, o que é que se deixou de cumprir frente à legislação. Então, eles nos consultam para que a gente possa então, juntos, buscarmos alternativa para responder através de um processo administrativo; ou, então, simplesmente dizer: "Cumpra, porque realmente houve aí o flagrante descumprimento da legislação".

O SR. JAMIL MURAD - Só um aparte?

O SR. PAULO FRANGE - Me passa a sequência, só para eu terminar esse raciocínio aqui.

Como é que você abre um supermercado hoje?

R - É...

P - Para abrir um supermercado, é preciso... Aqui é diferente deles, é preciso do Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária. Como é que vocês obtêm esse cadastro, quando vocês entram em contato com a Covisa? Qual é a velocidade com que eles atendem vocês?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Veja, o estabelecimento, ele se torna associado depois de estar em funcionamento. Então, ele cumpre todas as normas para que ele possa obter o alvará e a licença de funcionamento. Então, depois de aberto e já funcionamento, ele se torna associado da Apas.

O SR. PAULO FRANGE - Quem entra com a documentação da Covisa é a Associação ou vocês?

R - Não, não, não. É ou próprio estabelecimento.

P - O próprio estabelecimento?

R - O próprio estabelecimento.

P - Tá. E é atendido rapidamente?

R - Eu não tenho informação. Desculpe, mas eu não...

P - Ninguém nunca reclamou do tempo?

R - Não. Não.

P - E a atualização é feita de quanto em quanto tempo, do cadastro Da Vigilância Sanitária? No caso deles, o senhor ouviu, é automático, ano a ano, vai tudo automático e isso aí nós estamos questionando, no teu supermercado.

R - Eu acho que... Eu creio que o supermercado também deva ser o mesmo critério.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não, não.

Achar, não. Espera aí.

R - Desculpe, não tenho essa informação.

P - O senhor verifique e encaminhe para nós.

R - Tá, encaminho por escrito.

P - Correto.

O SR. PAULO FRANGE - Alguma vez vocês receberam fiscalização noturna? Vou explicar por quê: eu estive num supermercado aberto 24h aqui e eu fiquei assustado. Inclusive, fiz uma série de fotografias que foram motivo de apresentação da minha filha, quando começou a estudar Marketing, para mostrar o *antimarketing* feito pela madrugada, de uma rede de supermercados que faz um tremendo de um *marketing* durante o dia: tudo desligado, o resfriamento desligado; aí, sim, as caixinhas estavam caídas no chão; havia material vencido na prateleira, porque eu tenho as fotos. Mas, como era um trabalho de escola, me assustou aquilo.

Eu estou perguntando, assim: vocês já receberam alguma fiscalização no período noturno, das redes que funcionam no período noturno? Não?

R - Eu não tenho conhecimento.

P - Não conhece?

R - Não.

P - Vamos pedir uma informação à Covisa, se a Covisa - fazer um requerimento - já fez alguma fiscalização em supermercado que está aberto em período diurno e se encontrou algumas situações. Se não fez, por que não faz? Porque, nesse período, as gôndolas estão desligadas e o problema desse material ser perecível, boa parte desses problemas que nós encontramos aqui é disso aí.

O Mambo faz parte da rede?

R - O Mambo faz parte, é associado.

P - Naquela matéria, vocês tomaram alguma atitude?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Nós tomamos conhecimento, mas eles contrataram um advogado e não se socorreram do Jurídico da entidade.

P - A sua entidade... Acho que o Dr. João pode responder isso: já patrocinou algum material para a Covisa, folder, mídia, material para diversas campanhas municipais, alguma vez? Não?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Eu vou, então, responder. Não, nós não temos. Nunca participamos, nunca contribuimos.

P - Tem certeza?

R - Temos. Nós temos conhecimento de que a Covisa está elaborando uma cartilha orientativa e nós nos disponibilizamos a contribuir com o que fosse preciso para a divulgação. Ou ela nos forneceria...

O SR. PAULO FRANGE - É recente isso? Não?

R - É recente, recente. Mas a cartilha ainda não está concluída. Eles nos avisariam, quando ficasse pronta. Só que eles não fizeram ainda.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quando foi esse contato?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Acho que foi em fevereiro. Foi em fevereiro que nós tivemos estímeros na Covisa e eles, então, comentaram dessa cartilha que eles estão elaborando.

O SR. PAULO FRANGE - Veja, Roberto, eu não vejo nenhum problema nisso. Nenhum problema nessa cooperação.

R - É que...

P - É que nós aqui da Mesa, alguns de nós aqui tivemos um pedido de cassação, porque recebemos doação legítima - agora, por seis a zero -, legítima de uma associação de construtoras. Então, ...

R - Mas o que nós iríamos fazer, se o senhor me permite dizer, nada mais é do que replicar aquilo que estaria disponível no portal, no site deles. Nós iríamos replicar no nosso site, no nosso portal, a fim de consulta para o associado.

P - Na rede de vocês, existe um supermercado hoje que não tem licenciamento? Não?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Não tenho conhecimento.

P - Existe supermercado que tem poço? Utiliza água de poço, dentro do espaço, do perímetro do supermercado? Não? Eu vou encaminhar essa pergunta por escrito para que vocês consultem a rede. Se existe, onde está?

R - Pois não.

P - E se ele tem outorga e licença do DAE para funcionar.

R - Eu vejo.

P - Eu estou insistindo nisso, porque nós estamos saindo de uma CPI do Meio Ambiente onde insistentemente isso foi questionado. Nós temos até hospitais que utilizam.

R - Perfeito.

P - É por isso que a gente vai fazer esse questionamento contigo.

R - Pois não.

P - Como que é feito o fracionamento dos produtos perecíveis em estabelecimentos, como carne, queijo, aquilo que é vendido fracionado? Como é feito o acompanhamento desse fracionamento na fiscalização da Covisa? O que que eles cobram? Porque eu já encontrei carne molda - e aí a exposição ao risco de contaminação é extraordinariamente multiplicado - disponível nas gôndolas. Na nossa visão - eu sou médico -, a carne deve ser molda, disponibilizada e já ir para coação. Não deve ser armazenada ao aberto. Então, porque está numa câmara onde tem resfriamento, muitas vezes a carne molda fica exposta ali.

Vocês já tiveram alguma orientação na Covisa com relação a isso? Não?

R - Eu creio que, no manual de boas práticas, eu acho que ela cuida dessa questão.

P - Na fiscalização da Covisa, quais são os itens mais comuns de irregularidade que eles encontram?

R - O que nós cuidamos, o que nós sempre chamamos a atenção dos nossos associados é para a questão desde a exposição, muito para a questão do prazo de validade do produto. Essas são, sim, as nossas maiores preocupações.

Então, a Apas, como entidade de classe, o que ela faz é orientar os seus associados, quer seja na medida em que surge uma nova norma, ou até mesmo com as já existentes. Se nas pegamos a questão da rotulagem nutricional, a RDC 599 da Anvisa, nós sempre, a todo o tempo e a cada oportunidade que nós temos com os nossos associados, de lembrá-los que eles têm de atentar para o que dispõem as normas.

P - Tá. Com relação às NRs, a Fundacentro e vocês, alguma relação? Eu digo algum tipo de orientação com relação às normas de proteção à saúde do trabalhador? Vocês mantêm câmaras frigoríficas, o trabalhador entra lá dentro, ele sai, ele utiliza uma paramentação etc. e tudo. Há uma relação integrada com a Fundacentro? Ou seja, eles já fizeram algum trabalho com vocês? Não?

R - Não. Não.

P - Porque, na pesquisa que nós fizemos na Fundacentro, eles não têm nenhum trabalho feito com rede de supermercados e vocês têm uma série de atividades que precisam de ter uma regulamentação. Quem que faz esse treinamento? E que tipo de normas vocês seguem para a proteção da saúde do trabalhador?

R - A Apas, ela conta com uma escola, a Escola Apas, e ela forma, de tempos em tempos os seus... Ela chama os técnicos de lojas e ela ministra cursos, dentre eles estes que cuidam da questão da segurança.

P - E existe um termo de cooperação entre Apas, Covisa e Apas e Fundacentro?

R - Não.

P - Nem em termos de convênio?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Não, nenhum termo.

O SR. PAULO FRANGE - Você não acha que seria interessante, Roberto, isso, para que fosse institucionalizado e seria muito mais fácil trabalhar com uma padronização.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Seria importante que nós tivéssemos isso regulamentado, sem qualquer sombra de dúvida.

O SR. PAULO FRANGE - É pela sugestão, porque facilita, não é?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - João.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Nós, como entidade, desde a divulgação do Código de Defesa do Consumidor, que este ano faz 20 anos, tivemos sempre uma ação ativa, proativa, no sentido de orientar os associados a cumprir as determinações legais. Isso vem ao longo desses anos e nós podemos dizer que houve grandes avanços nessa relação de consumo, entre os supermercados e os seus clientes.

Também, ocorreram em outros setores, cada vez que nós temos novas normas, nós estamos sujeitos à fiscalização de diversos órgãos. É Anvisa, é Procon, é DPPC, é Covisa no município, quer dizer, nós temos em todos os municípios, as Prefeituras têm parceria com Anvisa e fazem a fiscalização ou tem o seu órgão próprio. De forma que a entidade, como ela é estadual, ela procura estar atendida com essas regulações e passar isso para os associados, fazer cursos...

O SR. PAULO FRANGE - E qual é a frequência de fiscalização que vocês recebem?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Nós não acompanhamos essas fiscalizações?

P - Ou é só quando tem denúncia que alguém vai lá?

R - É só quando... Nós somos acionados só quando...

P - Aí é que está o problema, ou seja, a gente acaba não fazendo prevenção e a gente também não instrui para não punir.

R - Não, a prevenção é exatamente o que eu estava concluindo. Nós fazemos por meio dos manuais de boas práticas que nós temos, da escola da Apas, dos cursos. Nós capacitamos no ano passado, 17 mil pessoas nas diversas áreas da operação de lojas. E, muitas delas, passa por critérios de data de validade, de qualidade do produto, assuntos que nós já falamos aqui.

P - Entendo a finalidade da CPI - para encerrar essa última pergunta - apenas tentar contribuir para aprimorar essa relação. Nós somos consumidores. Então, eu vou te colocar um problema, o Vereador Netinho está aqui e pode levar isso depois ao Governo, nós temos informação segura, por exemplo, que na fiscalização dos açougues, quando vão até o supermercado, não tinha um membro veterinário acompanhando a fiscalização do açougue.

Será que não seria interessante a equipe de fiscalização ser suficientemente competente para fiscalizar? Eu tenho um conceito na cabeça que ninguém me tira, eu dei muito tempo aula de administração hospitalar, assessor é quem sabe mais do que quem assessora e quem vai fiscalizar tem de saber mais do que quem está sendo fiscalizado, porque tem de responder pergunta. E ele tem de questionar, ele tem de ser proativo, não é? Geralmente não é.

Agora, quando você vai fiscalizar um açougue, onde você tem carne de diversos tipos, de vários tipos de cortes, uma situação que envolve, inclusive, descamar dentro do próprio açougue, um negócio que é coisa de tupiniquim. A Europa inteira já transporta todos os produtos já desmontados e as peças já vêm prontas. Nós carregamos, Vereador Aurélio, pelas estradas do Brasil, mais de 45% do peso dos caminhões de frigoríficos, em osso e depois levamos o osso de volta, pingando sangue pela cidade e depois pingando sangue pela estrada, para transformar em pente, etc, lá de volta no interior.

É um negócio que o Brasil, com certeza, daqui a pouco não terá mais. Vocês vão transportar uma carga em dobro, consumir no mesmo pneu, o mesmo consumo de gasolina, lesando da mesma forma o asfalto, mas carregando o dobro da mercadoria como é a Europa.

De Portugal até o outro lado do mundo, exceto Rússia, nós não vamos encontrar ninguém carregando carcaça inteira. Até porque é anti-higiênico carregar aquilo.

Quem vê descarregar num açougue de periferia então, desce o cidadão lá carregando, quando está paramentado, ainda faz de conta que está certo, a gente até acredita que aquela manta que está nas costas está limpa e faz de conta que acredita, aí, ele entra lá para dentro e dependura num gancho. Então, a soma do peso do gancho mais o osso dá, mais ou menos, 45%, 48%, hoje no Brasil, em transporte.

Então, você acha que uma fiscalização que é feita pela Covisa, na área de açougue especificamente, sem veterinário, ela é segura?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Eu concordo com o senhor que quanto mais técnicos especializados houver na fiscalização, e não só nesse assunto da carne, nos outros assuntos todos pertinentes à segurança alimentar, vai ser positivo, porque justamente vai poder, primeiro, fazer uma fiscalização justa, correta e identificar, realmente, os problemas. E vai poder também orientar.

Nós evoluímos muito nessa área que o senhor está citando das carnes. Estou no varejo desde 82, peguei bem essa fase toda dos traseiros do transporte, de

desossar, minha empresa é no interior de São Paulo, mas nós em 86 já fazemos uma desossa centralizada, justamente para poder mandar para loja já a carne desossada, com mais segurança alimentar, com mais higiene e tudo o mais que acontece. E hoje a maioria das empresas associadas da Apas, posso afirmar isso, já compram a carne cryovacada. Já vem no cryovac dos frigoríficos, então, esse problema está muito no interior também do Estado de São Paulo e nas empresas não associadas.

O SR. PAULO FRANGE - Quem é o responsável técnico por um supermercado? Ele tem a mesma qualificação, ou seja - para encerrar -, quem que assina a responsabilidade técnica do supermercado naquele documento que vai para a Vigilância? Ele tem formação técnica para ser responsável técnico? Quem é o mais comum dos profissionais ligado à área?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Na sua maioria são veterinários que estão assinando esse laudo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sr. João, o senhor tem supermercado? O senhor que administra ele?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Não, eu estou fora da operação da empresa há alguns anos.

P - Mas o senhor tem conhecimento. O senhor não soube responder a pergunta se quem é que cuida.

R - Esse detalhe mais da operação do dia a dia, realmente eu não estou atualizado neste sentido porque estamos falando de coisas novas, leis novas, então, pode ser que o jurídico esteja mais informado.

P - Porque a questão do fracionamento, eu tenho observado nos supermercados, por exemplo, laticínios, queijos, quando está expirando o prazo daquele produto eles fatiam e colocam validade dia 3/5/10, é isso que ocorre né, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Os produtos quando fracionados, eles têm... Eles observam pelo menos o mínimo de três dias para poder colocar, eles não fazem...

P - Três dias, daí expira esse prazo de três dias o que acontece? Eles reembalam de novo?

R - Não, eles...

P - É isso que acontece sim, se quiser nos vamos andar na cidade de São Paulo. É que nós não temos uma equipe-tarefa para fiscalizar, mas se nós tivéssemos mil homens hoje, iriam toneladas de alimentos para o lixo, toneladas.

R - Então, Vereador, a orientação da Apas é para que seja retirado do ponto de venda no dia do vencimento para que ele não fique nem no estoque, seja retirado do ponto de venda, inclusive, seja retirado do estoque, para que não haja dúvida de que...

P - Roberto, eu vou sair daqui hoje, acabar, nós vamos andar em alguns supermercados...

O SR. PAULO FRANGE - Eu ia deixar isso para o final, nós recebemos uma informação, que veio por e-mail, de que os grandes supermercados próximo das datas de vencimento vendem para mercados mais populares da periferia ou pequenas lojas de alimentos da região do Brás, Bom Retiro, etc., para que aquele produto a caminho da data de vencimento seja redistribuído rapidamente por essas redes. Vocês têm algum tipo de negociação com redes menores, com casas?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Não, nenhuma. A orientação, só para pegar como exemplo,...

O SR. PAULO FRANGE - É seguro?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES - Seguro, com certeza. Só para se ter uma ideia, se eu tenho na padaria um produto onde eu vá utilizar farinha de trigo mais o queijo, eu vou sempre levar em consideração o prazo de validade daquele que estiver mais próximo de vencer. Se eu tenho uma farinha de trigo que está para vencer em três dias, e eu tenho a muazzarela que eu vá usar para fazer a pizza em dez dias, a recomendação é que o produto tenha prazo de validade de três dias. Essa é a recomendação que a Apas faz a todos os seus associados.

O SR. PAULO FRANGE - Qual é o destino, então? Venceu, qual é o destino? Quem é que trata esse resíduo sólido? Ele vai para o lixo? É tratado como resíduo sólido, ele é devolvido ao fornecedor?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Eu parto do princípio que ele vá para o lixo.

P - Parte do princípio ou vai?

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Existe a troca do produto pelo fornecedor e existe uma regulamentação para que esse produto fique na câmara frigorífica, esperando o momento dessa troca, inclusive, sinalizado: produto impróprio para venda. Existe toda uma portaria regulamentando esse tipo de procedimento porque o fornecedor ele passa, às vezes, todos os dias, alguns passam duas vezes por semana, alguns passam uma vez por semana. E quando eles passam recolhem e levam embora e devem dar uma destinação de incineração desses produtos vencidos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Nós verificamos no Atacadão, quando nós estávamos aqui fiscalizando o IPTU dos empreendimentos da cidade de São Paulo, dos contribuintes, e lá observamos que tinha material, que já estava fora de validade, jogado no pátio; não estava em câmara frigorífica, não, estava sangrando e tudo.

O SR. JAMIL MURAD - Pela ordem, Presidente. Então, eu gostaria, em primeiro lugar, de colocar que a Associação Paulista de Supermercados, uma entidade respeitada, representante de um setor importante da nossa sociedade, realiza eventos anuais, onde muitas vezes eu mesmo já compareci como convidado, onde vão autoridades dos vários Poderes. Portanto, é uma entidade que representa um conjunto de supermercados que são responsáveis pelo fornecimento do que nós comemos todo dia, do que as dezenas de milhões de paulistas e paulistanos comem todo dia.

Agora, para organizarmos a nossa sociedade cada vez melhor nós temos que enfrentar certos problemas e por isso que nós queremos dialogar com os senhores, como representantes dos supermercados.

Domingo agora: "Cada vez mais comida estragada está à venda, nada menos do que 21 toneladas de alimentos deteriorados ou com prazo de validade vencido foram apreendidas nos quatro primeiros meses do ano". Quer dizer, só em 120 dias, 21 toneladas de alimentos foram apreendidas.

Depois, uma outra notícia de um gerente de supermercado preso em flagrante por expor e vender produtos impróprios para o consumo: "Ele foi liberado depois de pagar uma fiança de 1.500 reais". Quer dizer, então, cometer irregularidades e depois pagar uma fiança relativamente pequena, de 1.500 reais, diante do negócio que tem, fica fácil manter o crime.

"Polícia recolhe produtos vencidos em supermercado na região central de São Paulo". "Polícia apreende comida estragada em supermercado na Zona Leste de São Paulo". Anteriormente, discutíamos sobre uma lanchonete, um restaurante pequeno, etc., só que aqui nós estamos falando dos supermercados, que são grandes. "Polícia apreende 15 toneladas de queijo adulterado em São Paulo", foi dia 15 de abril, outro dia. Quinze toneladas de queijo!

Então, observamos que é no Centro de São Paulo, é na zona Leste, é na zona Sul. Portanto, não é um caso pontual, é uma situação mais generalizada e por isso que é importante esta discussão aqui. A pergunta é muito pertinente, Vereador Paulo: qual a destinação dos alimentos estragados ou vencidos? Repito a pergunta, para a gente compreender melhor o destino disso, porque são 21 toneladas, são 15 toneladas, e assim por diante. Qual é o destino? Eu queria saber, pela resposta dos supermercados, qual é o destino. Depois nós vamos investigar em outras áreas.

O SR. PAULO FRANGE - Essa pergunta do Vereador Murad é: a indústria farmacêutica, as farmácias de São Paulo, quando têm algum produto que estragou, ou mudou de cor, ou venceu, existe um terceiro tipo de empresa que recolhe tudo isso, acondiciona devidamente, é fiscalizado pela Covisa e, de lá, é transferido para a incineração etc. e tal. A gente quer saber se existe a mesma situação, alguma parecida, desse jeito, na atividade de supermercado.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Volto a repetir...

O SR. JAMIL MURAD - Qual é o destino...

R - Tem casos e casos, Vereador. Tem fornecedores que aceitam receber esse produto vencido de volta e repõem um novo produto no local. Nós temos, nessa área de laticínios, iogurtes, que são produtos altamente perecíveis, que, quando vencem, são retirados do balcão frigorífico, armazenados nas câmaras e aguardam a visita do fornecedor, que vai levar embora. Nós não sabemos que destino o fornecedor dá.

P - Dr. João, o senhor está repetindo...

R – Quando o fornecedor não dá...

P – ... pelos supermercados.

R – Quando o fornecedor...

P – Não sabe o destino daquele material retirado.

R – Pelo fornecedor.

P – Daquele alimento retirado pelo fornecedor.

R – Existem fornecedores que...

P – Agora, como é um volume grande, nunca veio,... Pelo que o senhor falou, pelo menos 30 anos nesse negócio, nunca deu curiosidade de saber quanto...? São muitas toneladas de alimentos, alimentos de grande valor. Nunca teve curiosidade de saber para onde vai isso?

R – Não, curiosidade, deu, e a gente sempre perguntou, e eles dizem que dão uma destinação adequada, incineram, vai para aterros sanitários. É o que os nossos fornecedores nos dizem e é o que nós fazemos e orientamos nossos associados a fazerem quando o fornecedor não troca. Porque também tem o caso do produto que vence e o fornecedor não aceita de volta, não tem essa prática comercial.

P – Isso. E aí?

R – Aí nós temos que levar isso para o aterro sanitário, incinerar. Tem várias...

P – A que aterro sanitário os senhores levam aqui em São Paulo?

R – Aqui em São Paulo, eu não sei dizer, mas, normalmente, deve até ser jogado no lixo e recolhido pela Prefeitura, que encaminha ao aterro sanitário.

P – Eu gostaria de...

O SR. PAULO FRANGE – Vereador Murad, nesse caso, o material é orgânico. Então, deve ter um tratamento especial. Depois, você podia encaminhar, Roberto, talvez buscando informação, como é feito o tratamento desse resíduo sólido quando ele é orgânico e quando não é, porque tem destinos diferentes, eles vão para lugares diferentes. E a empresa de São Paulo, Loga ou Ecourbis, que coletam o lixo em São Paulo, elas retiram o lixo, o resíduo sólido de vocês? Precisamos ver se retira. Encaminhe essa relação para a gente? E em termos de tonelagem, o que representa isso em média para cada um desses supermercados, só para a gente poder acompanhar essa discussão e ter um trabalho com esse subsídio.

R – Sua colocação é importante, Vereador. O percentual não é um percentual considerado dentro do volume de alimentos que são comercializados, ele não é um percentual alto no todo. Mas - só para complementar a informação -...

O SR. JAMIL MURAD – Pode...

R – ... o importante é que tem que ser comercializado produto de boa qualidade.

O SR. PAULO FRANGE – É uma contribuição, porque já tem quem está no interior do Paraná coletando esse lixo nas redes e tratando de tal forma a transformar esse produto em adubo orgânico, depois de um tratamento de quatro ou seis meses. Então, esse é um assunto até interessante, que pode ser...

R – Acho que seria um excelente serviço a ser prestado pela própria Prefeitura, que teria mais condições, como órgão público, de encaminhar ao local correto, esses produtos vencidos.

O SR. JAMIL MURAD – Esse destino pode ser, eventualmente, a embalagem por fornecedores, e eles colocam em outro ponto de venda? É uma pergunta que faço.

R – Não saberia responder. A informação que nós temos é que vai ser dada a destinação correta com incineração ou aterros sanitários para os produtos que são recolhidos nas nossas lojas.

P – Agora, a Covisa deveria fiscalizar isso. Os seus associados têm colocado o papel da Covisa, se ela foi lá fiscalizar, porque, até agora, é só a polícia. Eu, inclusive, Presidente, eu faço, eu proponho aqui um ofício para a gente convidar o Departamento de Polícia da Saúde, o Delegado Geral da Delegacia de Saúde Pública de São Paulo para vir aqui fazer um depoimento.

Então, porque esse papel tem sido feito pela Polícia, pelo menos o que está sendo registrado. Então, eu pergunto para o representante dos supermercados: o que é que os associados comunicam das fiscalizações da Covisa nos supermercados? É frequente? Não é frequente?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Sou do Jurídico. Não. Não há uma frequência. Volto a repetir: nós somos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não é frequente ou não há fiscalização?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Não há, não chega ao conhecimento da Apas, da entidade, a fiscalização, se eles foram, qual a frequência. Nós somos procurados na medida em que o associado tem alguma dificuldade de ordem jurídica, aí eles nos consultam.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Você se lembra, você está há muito tempo à frente da associação.

R – Eu estou há quatro anos.

P – Há quatro anos. Se eu tivesse mais tempo, eu... Me lembro que, antigamente, antes de eu ser Vereador, tinha a Semab, essa parece que era mais atuante do que acontece nos dias de hoje. O senhor tem mais conhecimento, Sr. Ary?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Eu me lembro da Semab – Secretaria Municipal de Abastecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Saiu no noticiário.

O SR. JAMIL MURAD – Sr. Presidente, é muito sério o que tenho aqui na mão. Minha Assessoria trouxe aqui que a Sra. Ivanise Segala, da Covisa, informou oficialmente, sob juramento, o seguinte: "Estamos com um trabalho com a Associação Brasileira de Supermercados, com os responsáveis técnicos", ou seja, paulista, mas é uma seção da Brasileira, né? "Nós somos um órgão fiscalizador, mas, principalmente, a gente tem de ser um órgão de orientação, porque nós temos um grupo de trabalho com a Associação Paulista de Supermercados que se reúne uma vez por mês para discutir a própria legislação, as adequações da legislação. Nós temos uma legislação, mas, pontos que podem ser dúvidas, a gente reúne o pessoal e discute. Isso é bastante interessante porque a gente reúne pessoas da cidade toda, todos os representantes das regiões, e dos supermercados". Pelo que acabei de ouvir, houve um falso testemunho aqui.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Não, não, não. Me permite?

O SR. JAMIL MURAD – Não pelo senhor.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Não, não, não, nem por parte da Anvisa, nem por parte da Covisa. Se me permitem, quando eu disse da cartilha orientativa, que nós estivemos lá em fevereiro, ela foi o resultado de todas as reuniões havidas no decorrer do ano de 2009, que foram realizadas algumas reuniões levando representantes de supermercados, na sua maioria eram veterinários, para poder esclarecer algumas dúvidas e tomar, e depois de esclarecidas essas dúvidas, tomar... Então, criou-se, e pensou-se de criar esta cartilha orientativa para que fosse distribuída.

O SR. JAMIL MURAD – Olha, aqui, a representante diz aqui: "É um órgão fiscalizador, principalmente, fiscalizador". Faz fiscalização?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Com relação à Apas, nós fazemos um trabalho de prevenção.

O SR. JAMIL MURAD – Não, mas a minha pergunta é: fez fiscalização nesse período?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Vereador Jamil, deixe-me só acrescentar.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Essa, eu não tenho essa informação. O que nós fazemos, o que nós buscamos fazer junto à Covisa é um trabalho de prevenção para poder orientar os associados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Veja bem, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A gente sabe que há uma certa deficiência na fiscalização, não só dos supermercados, em restaurantes, bares, em outros aspectos relativos à vigilância sanitária. Eu faço, vamos dizer, fiz a pergunta já anteriormente, a fiscalização, hoje, acontece, não acontece? O senhor

tem conhecimento? O senhor disse que desconhecia.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Não temos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não tem conhecimento, então, portanto, não deve ter a fiscalização adequada.

Eu pergunto: acontece, não acontece? O senhor tem conhecimento? O senhor disse que...

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Desconhecia. Não tem conhecimento. Então, portanto, não deve ter a fiscalização adequada. Eu pergunto se os supermercados têm algum corpo que cuida em relação aos alimentos mais problemáticos, os perecíveis, carnes, leites...

R – Eles contam. Os supermercados contam, na sua maioria, com veterinários, nutricionistas.

P – Todo supermercado tem um veterinário e um nutricionista? Se eu for lá agora...

R – Talvez o senhor não encontre um agora, mas tem um que responde pela...

P – Mas a minha preocupação é... O que responde é um aspecto, assim. Agora, a gente está preocupado em proteger a comunidade paulistana. Deveria ter, dentro do supermercado, principalmente os grandes supermercados, alguém que cuidasse desse aspecto. Por exemplo, outro dia, eu fui num supermercado, não vou dizer o nome, mas eu comprei lá aquele pistache fracionado, que está naquelas cumбуquinhas, tem lá nozes, tem tudo...

R – Sei.

P – E depois de duas semanas, eu fui ver, tinha bichinho dentro. Tinha várias lesminhas lá. Quer dizer, aconteceu comigo. Deve acontecer em vários aspectos em relação aos produtos que são vendidos em supermercados. Se os supermercados não tiverem uma pessoa responsável para cuidar disso, vai continuar tendo esse problema, mesmo que a fiscalização da Vigilância Sanitária esteja à altura da cidade de São Paulo, que hoje não está, mas eu acho que vocês também deveriam ter alguém responsável nesse sentido.

R – Mas a Apas, ela criou uma comissão de segurança alimentar, justamente para poder orientar os seus associados. Ela criou uma comissão, ela chamou alguns supermercadistas, convidou, na verdade, alguns supermercadistas para que mandassem seus técnicos, para que nós pudéssemos, na Apas, e só entre os supermercadistas, conversarmos a respeito da legislação, do cumprimento, das dificuldades no cumprimento da legislação. Então, a Apas criou uma comissão de segurança, que nós intitulamos de comissão de segurança alimentar, que é composta por veterinários e nutricionistas, justamente para tentarmos, na medida do possível, esclarecer os demais associados, aqueles que não contam com nutricionista e nem veterinário, como o senhor bem disse - as grandes redes hoje já contam-, mas o pequeno supermercadista, ele não tem essa possibilidade. Então, é justamente também para orientá-los.

P – E quando é que vocês vão ter a próxima reunião?

R – Então, como nós fizemos as reuniões, e agora esperamos pela cartilha...

P – O senhor falou que faz frequentemente...

R – Ah, então, nós, então, nós fizemos, a nossa comissão, ela, por enquanto, enquanto não sair a cartilha da Covisa, nós não marcamos uma nova data. Devemos fazer, devemos fazer, nós devemos...

P – Então, não é frequente. O senhor falou que era frequente.

R – Não, fazíamos. Desculpe. Então, retificando, então, retificando...

P – Eu perguntei quando é a próxima, e o senhor disse que vai esperar... Qual foi a última reunião?

R – A próxima reunião, ela se dará no segundo semestre de 2010.

P – E qual foi a última reunião?

R – Foi em fevereiro.

P – Fevereiro?

R – Isso.

P – É, porque, pelo que eu entendi, os senhores se reuniam todo mês, com todos os...

R – E nós estávamos fazendo. Independente disso, a Apas, independente disso, a Apas, ela está à disposição para, a qualquer tempo, receber seus associados. Quando eu chamo de reunião, é porque nós trazemos um número maior, mas a Apas está à disposição para qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é a maior fragilidade dos supermercadistas, na cidade de São Paulo em relação a justamente ao manuseio de alimentos? Deve ter lá um setor, carnes, os refrigerados muito mais preocupação, mas qual que é o que tem maior incidência de preocupação e perdas, porque... Olha, a gente sabe que tem a questão econômica. Se o supermercado não consegue manter um superávit ele quebra, ele fecha. Então, onde há muita perda acaba tendo uma perda muito grande e ele acaba tendo prejuízo. Então, a gente sabe que isso está relacionado à própria atividade. Então, por isso que acaba acontecendo coisas absurdas, como nós vimos nas matérias e como os senhores têm conhecimento também. Qual é o aspecto mais negativo em relação ao supermercado, de perdas, porque é aí que vamos atacar.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Sem dúvida, são os produtos perecíveis, são os que sempre requerem maior atenção, são os que os que nós precisamos estar sempre buscando práticas comerciais. Por exemplo, nós temos uma prática, na empresa, de que quando chega um produto perecível é verificado a data de validade dele.

P – Verifica o quê?

R – A data de validade do produto.

P – Mas dentro do produto, que é o SIF.

R – Não, a data de validade. Você vai receber lá o iogurte, tem uma data de validade. Se o produto estiver com... Já passou 1/3 da vida útil dele, nós não aceitamos. No máximo, até 1/3 da vida útil. Vamos supor, Vereador, que o prazo de validade do produto seja dez dias de hoje. Esse produto está chegando. A recomendação que nós damos é que não seja, não se aceite que ele esteja com cinco dias do prazo vencido porque a preocupação é: nós precisamos vender, e depois tem o prazo que vai ficar na geladeira do consumidor, ele também tem que ter um prazo. Ele não pode comprar o produto e consumir correndo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa entrega fora da validade é comum?

R – Não, nós temos os casos...

P – O senhor verifica, o senhor diz que verifica 1/3 da validade...

R – É comum orientarmos os supermercadistas para não receberem produtos com prazos já mais da metade vencido.

P – E eu pergunto: acontece o fornecedor querer entregar e aí vocês recusam?

R – Acontece.

P – É grande a incidências?

R – Não, não. Justamente porque é uma prática que vem há muitos anos, e eles sabem que nós não vamos aceitar. Quer dizer, nós mais do que ninguém, Vereador – e isso é importante colocar – como comerciantes, responsáveis pela saúde pública, sabemos da importância da segurança alimentar – não queremos ter produtos vencidos em nossas lojas. Porque o consumidor, esse sim, é o grande fiscal e ele está cada vez mais consciente e mais atento para essas causas. Se nós começarmos a ter problemas desse tipo em nossas lojas, o consumidor vai nos abandonar porque a concorrência é muito grande e pode ter sempre alguém fazendo melhor do que aquele supermercadista.

P – Em relação a carnes e peixes, como é feito?

R – Os procedimentos são os mesmos. Certificar-se de que o produto não está vencido na entrada, que o prazo da validade não transcorreu. Depende de produto a produto, temos uma tabela. Dependendo do produto, aceitamos 10% da vida útil dele ou 20%. No máximo, eu tenho como prática na minha empresa, 30%. É um 1/3 para o supermercado vender e 1/3 para o consumidor consumir em sua geladeira.

P – E ela já vem fracionada, a carne, ou o senhor fraciona no supermercado?

R – Como nós relembrávamos, no passado, a carne vinha nos traseiros e dianteiros, e agora já, a maioria das empresas já está recebendo ela crayovacada. Quer dizer, as peças, elas já vem individualmente.

P – E como é que controla, depois dessa crayovacada, que o senhor disse, aberta, e eu compro alcatra e ela fracionada. Um cliente leva um quilo e outro cliente, que sou eu, compro dois quilos. Como eu controlo a data de validade dela?

R – É colocada uma data de validade, dentro...

P – Uma nova data, e quem cuida é o supermercado?

R – Depois de fracionada, claro, a embalagem crayovac, ela vem em peças grandes.

P – E uma vez aberta acabou aquela...

R – Ai começa uma nova validade.

P – E qual é o procedimento, tem lá um cadastro?

R – Tem uma etiqueta, tem a validade.

P – Não... Uma etiqueta, sim, mas tem um documento que a Vigilância possa ver que saiu aquela peça tal, número tal, ela foi dividida em tantas partes?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Isso não existe.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Essa rastreabilidade da carne depois de fragmentada, ela nunca existiu, mesmo antes de ser crayocava, mesmo quando vinha o traseiro...

P – O senhor está percebendo a minha preocupação. Se eu quiser comprar em frigorífico clandestino eu compro, se eu quiser compro. E não estou dizendo os grandes, estou falando alguém! Nós vimos matérias aqui, tem gente que compra material estragado, reembala e vende.

O SR. JAMIL MURAD – Só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Primeiro para o Vereador Netinho que pediu anteriormente. Pela ordem, Vereador Netinho.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente, é ainda sobre a manifestação trazida pelo nosso Vereador relator Jamil Murad. Na realidade ao denunciar um falso testemunho pode deixar macular a imagem de uma profissional que já esteve com a gente uma vez e se colocou à disposição. Como o Dr. Roberto da Silva Borges deixou claro nos diversos encontros que produziu junto com a Covisa, só para pedir ao nosso relator que retire o anúncio que fez de falso testemunho por parte daquela profissional porque a função da CPI não é macular a imagem do servidor público do Município.

O SR. JAMIL MURAD – Vereador Netinho, eu, como relator, tenho que ter a obrigação e o dever e o compromisso de buscar a verdade. Então, nós vamos confrontar a declaração, está gravada, de que ela fez uma declaração que tinha fiscalização e tinha reuniões com os supermercados, representação dos supermercados. Vamos confrontar isso. E a informação que também está gravada, do Dr. Roberto, de que não há fiscalização por parte da Covisa. Então...

- Manifestações concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel - PR) – Pela ordem, Vereador Police Neto e em seguida Vereador Natalini. Queria deixar bem claro que o nosso objetivo é melhor o atendimento e o serviço da Vigilância Sanitária da cidade de São Paulo. Nós observamos já por depoimento dos profissionais que havia uma deficiência grande de recursos humanos. E a preocupação deles, eles disseram aqui, são os vetores primeiro na cidade de São Paulo. Entendemos as dificuldades e vamos tentar fortalecer a Covisa para que possa atender às necessidades e os anseios da cidade de São Paulo.

Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JAMIL MURAD – Presidente, completando, completando...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Em seguida, em seguida. Vereador Jamil Murad, temos de seguir uma ordem, se não, eu suspendo a sessão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É para deixar claro porque quando fiz a abordagem, porque V.Exa. ao usar o microfone, anunciou que aquela profissional já prestara falso testemunho. Agora o senhor está dizendo que vai confrontar. Se pretende confrontar, construirá a possibilidade ao analisar o confronto. Então, você está retomando, estamos retirando que teve falso testemunho. É isso? Está retirando?

O SR. JAMIL MURAD – É isso, retiro.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Muito obrigado, relator.

O SR. JAMIL MURAD – Retiro. O nosso espírito é esse, jamais condenar uma pessoa sem as provas e a convicção de que cometeu um crime. Portanto, eu aceito a sugestão de retirar a nós vamos então confrontar as declarações para poder melhor cumprir a nossa missão aqui.

Agora, eu gostaria de dizer o seguinte: dia 15 de abril, outro dia, a polícia apreendeu 15 toneladas de queijo adulterado em São Paulo, na Vila Maria, de uma empresa chamada Clap. Esses queijos adulterados eram vendidos com notas da Clap para grandes redes de supermercados. Apenas o gerente comercial da Clap, única pessoa que estava na empresa no momento da apreensão, foi preso. A polícia investiga se a San Remo é vítima ou cúmplice do esquema, já que um funcionário seu trabalha dentro da filial da Clap. A polícia investiga a existência de um sócio comum às duas empresas. O advogado e o gerente não quis comentar a prisão. Os representantes das duas empresas, Clap e San Remo, não foram localizados. Em nota, o Carrefour afirmou, em documento oficial, que: "tem um rígido controle de qualidade dos produtos oferecidos em nossas gondolas, mantendo auditoria regular de seus fornecedores. Disse ainda que caso sejam comprovados os problemas nos produtos da Clap, rescindir o contrato imediatamente por quebra de confiança e qualidade acordada entre as partes". Quer dizer, a associação tomou conhecimento desse fato, desse caso?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – A Associação tomou conhecimento através da mídia.

P – Mas vocês representam os supermercados?

R – Representamos, mas veja, essa notícia do Carrefour nós não conhecíamos. Vimos a matéria na ocasião, pela quantidade do produto, mas a informação que nos foi trazida é que não tinha chegado no ponto de venda do supermercado.

P – Dr. Roberto, aqui, a informação fala que a Clap fornece para vários supermercados, provavelmente para vários supermercados.

R – Provavelmente.

P – Então, vocês notificaram os associados que pode ter fornecedor fornecendo material estragado ou de má qualidade?

R – Essa notícia mereceu destaque na mídia em São Paulo, o que na verdade, nos deixou, digamos que não se tornou necessário, que nós replicássemos, porque a repercussão foi grande. Confesso que não lembro que nós disponibilizamos essa informação no nosso portal.

O SR. JAMIL MURAD – Pego, então, por meio de ofício da Comissão essa informação. A entidade Apas deve alertar seus associados que tem fornecedor fazendo isso.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Como, aliás, ela faz.

O SR. JAMIL MURAD – Tem fornecedor que não viu a matéria.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Nós fizemos na questão do frango, por exemplo.

O SR. JAMIL MURAD – Pergunto: a entidade mandou uma circular para seus associados dizendo que tinha material estragado?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Não fez.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o nobre Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, V.Exa. e os demais colegas Vereadores sabem que estou aqui hoje na primeira reunião em que assumi a vaga do nobre Vereador Gilson Barreto, que por questões internas da bancada foi recolocado em outra tarefa dentro da Câmara Municipal de São Paulo. Então essa é a minha primeira reunião. Estou aqui para colaborar com a CPI e ajudar a melhorar as condições sanitárias no Município de São Paulo. Acredito que a intenção da CPI é exatamente essa.

Quero dizer, Sr. Presidente, quanto a questão de pessoas que reutilizam alimentos perecíveis, que praticam esse tipo de atividade ilegal, não podemos ser

condescendentes com esse tipo de prática. Acho que quem pega um queijo, um presunto, uma coisa que não pode ser mais consumida, reembala para consumo tem de ser preso. O Brasil tem de dar esses exemplos. Assim como quem reutiliza medicamento vencido, esse tipo de coisa. Não podemos conviver. Não podemos, neste País, tolerar mais delitos, sejam eles da Presidência da República, de um grande ou pequeno comerciante. Estado, Presidente da República, Ministro, sejam quem for, Governadores. Temos de ter no País uma postura de intolerância cívica para esse tipo de crime. Seja ele de onde vier. De religiosos, de quem for, do cidadão comum do povo, para que o Brasil possa olhar para cima, olhar para o mundo e não ter vergonha das suas próprias vestes. Estou aqui na CPI imbuído desse espírito.

Por outro lado, quero dizer que sou um técnico na área de saúde. Fui gestor de saúde e conheci a municipalização da vigilância sanitária. Quero deixar meu testemunho da ajuda, da colaboração, do comprometimento da Covisa do Município de São Paulo, com o bem estar da população. Se a Covisa tem dificuldades de estruturas, se a Covisa tem dificuldades de enfrentar imensidão dessa cidade é um outro assunto e o senhor já disse, Sr. Presidente e nós temos certeza de que a CPI vai chegar em um ponto para ajudar a Covisa a se instrumentalizar. Pode ser que na Covisa tenha aqui, ali acolá funcionários que erre, atitudes erradas, erros técnicos. É possível, mas no geral a instituição presta serviços e grandes serviços à população de São Paulo, eu posso fazer uma lista imensa de serviços prestados.

Encerrando minha fala, também acredito que as representações que estão aqui hoje, tanto da Apas como dos Sindicatos dos Bares, Hotéis e Restaurantes, esse tipo de representação, o que eles querem na verdade dos seus associados, é que preste o melhor serviço possível à população. Por quê? Porque o mundo de hoje caminha cada vez mais para um consumidor exigente, denunciador, que cobra e o mercado oferece alternativas, a pessoa procura outro. Em sã consciência acho que o empresário brasileiro, graças a Deus, caiu em uma realidade, em uma consciência de que ou ele se atualiza, ou presta um bom serviço, ou ele busca o melhor possível, ou ele perde mercado. Isso em todas as áreas. Até na área de sustentabilidade e também na área de higiene e de segurança alimentar. Agora para que isso aconteça existe, evidentemente, lá na base, maus comerciantes, maus proprietários, pessoas que fazem coisas erradas, que a CPI tem a obrigação de identificar e de punir. Então eu vejo essa situação, e acho que o nosso espírito é de colaborar com aquilo que é bom e procurar corrigir aquilo que está errado.

Por último, quanto ao episódio da funcionária, pelo o que eu entendi, Sr. Presidente, na minha primeira reunião – eu não estava aqui nos depoimentos –, ela deu um depoimento que foi confirmado pelo Sr. Roberto da Silva, de que eles fizeram um trabalho sistemático para chegar num instrumento de orientação de educação, que é uma cartilha, que agora está sendo elaborada, e será colocada em prática, com a ajuda da Apas, para educar a base de associados da Apas. Agora ele também disse que a Apas não acompanha o dia a dia da fiscalização da Covisa nos supermercados; só quando tem multas, eles são procurados. Isso não significa que a Covisa não esteja fazendo o trabalho que seja necessário, mesmo que esse trabalho não está sendo suficiente, por uma série de motivos, de deficiências internas da instituição, que, talvez, não abranja toda a fiscalização e toda a cadeia produtiva, que é imensa e complexa. Imaginem, os senhores, um copinho de iogurte, que vai produzido lá em outro estado, ou aqui, no interior, e que vem até ser consumido na geladeira de alguém, a complexidade disso. Eu estou aqui na CPI para não compactuar com qualquer criminoso que venda coisa estragada. Eu fico muito indignado, Sr. Presidente, se eu comprar, num supermercado, o saquinho, que depois vem o... Sabe o que eu faço? Eu pego o saquinho e vou lá e esfrego na cara do gerente, e denuncio aquilo ali como sendo um crime contra a economia popular. Eu acho que o senhor também, pelo o que eu conheço da sua personalidade, o senhor deve ter feito isso também.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Já fiz. Já o fiz.

O SR. NATALINI – E a gente deve fazer, porque, só assim, nós podemos ajudar os bons comerciantes, os bons empresários e os bons técnicos da Covisa a realizar melhor o seu trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se a Comissão tiver tempo, nós podemos sair agora, até com os representantes, e vamos achar um monte de anomalias com relação a isso. Eu não tenho dúvidas. Eu mudo de nome se não acontecer isso. Passo a palavra ao nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Com relação ao assunto anterior, a discussão da rastreabilidade, que o Vereador Aurélio colocou, que o senhor colocou muito bem a dificuldade dessa rastreabilidade. Ela já está implementada no Brasil pelo MAPA. E o programa Sisbov acompanha isso. A carne exportada, Vereador Aurélio, lá na Bélgica, quando o cara compra uma picanha brasileira, no código de barras que vai nela, tem a identificação do abatedouro, de quem criou, de que fazendo veio, tudo identificado. Tudo. Se essa fazenda é de uma região livre de aftosa ou se é de aftosa vacinada, sob controle, no Brasil – é o caso de Santa Catarina. Então todo esse processo está em andamento. E tudo aquilo que a gente está vendendo para o exterior vender lá fora, e o consumidor do exterior utilizar, que é produto nosso, o maior produtor de carne no mundo, nós vamos ter um dia, na nossa rede, com certeza, vai ser fácil identificar de onde vem uma picanha – se vem de Araçatuba ou se vem de algum outro frigorífico de outro local. Então esse assunto é interessante, mas nós ainda estamos engatinhando nele. A rastreabilidade da carne é fundamental para a gente.

Agora o Vereador Natalini colocou muito bem: a Covisa realmente foi um grande avanço para a gente, mas nós temos uma saudade muito grande da Semab, saudade ainda que é maior do que o orgulho que nós temos pela Covisa. Quem lembra aqui da Semab? O senhor que está há mais tempo deve lembrar. Tinha um caderno, no supermercado, e recebia a visita duas vezes por ano da Semab, e que quando o supermercado precisava de alguma coisa, e não tinha esse caderno para as duas visitas, aí a coisa entalava. O que ficou claro para mim é de que hoje a Covisa não fiscaliza supermercado; só se tiver denúncia. Portanto, aquela fiscalização pedagógica, não para punir, deixou de existir. Portanto, nós temos que trazer uma informação da Semab, antiga, boa, e colocar aqui na Covisa, para poder ajudar a Covisa. Temos que ter mais gente, mais estrutura, para que a Covisa possa passar sistematicamente – que seja uma vez a cada seis meses; mas tenha que passar, de forma pedagógica, para que a gente pudesse fazer isso. Eu vou fazer um requerimento pedindo à Covisa que nos informe quantas fiscalizações foram feitas nos supermercados da cidade de São Paulo nos últimos dois anos, e para que resgate, junto à Semab, nos dois últimos anos da história da Semab, quantas vezes fiscalizou; até para a gente poder comparar. E você vai ver como era diferente em relação ao que ficou hoje. Hoje, nós ficamos só na responsabilidade de vocês, o que é ruim, porque vocês acabam sendo o único responsável por tudo isso. Então esse é um assunto que a gente tem que tratar, até para poder fazer esse estudo comparativo.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO - Vereador, só complementando essa informação sobre a carne, a Abras – Associação Brasileira de Supermercados – e as suas associações estaduais estão participando de um programa de rastreabilidade da carne bovina, inclusive para evitar que essa carne proveniente de desmatamentos chegue à mesa do consumidor. Quer dizer, unindo aí uma questão de segurança alimentar, mas também unindo uma questão ambiental, que é a carne proveniente de desmatamentos.

O SR. PAULO FRANGE – E chega viu, João. Eu, em 2004, como sou comedor de churrasco, comecei com uns gânglios atrás da orelha, que é um diagnóstico absolutamente simples, um médico recém formado já fica pensando em toxoplasmose, eu gosto muito de carne mal passada, e aí apareci com febre e era uma toxoplasmose. Eu não tenho dúvida nenhuma de onde veio. Com certeza veio de algum tipo de carne que não passou por todo esse processo. Por isso que é importante. Aí é assim: como é que eu vou lá agora cobrar do açougue a rastreabilidade. Não tem ainda. Então eu acho que nós estamos caminhando, estamos bem perto disso, os chips já estão sendo colocados em algumas fazendas do Mato Grosso, já têm sido colocados no Estado de Goiás, e já está funcionando esse processo de uma forma ou de outra, já é possível identificar isso com brinco ou com chip, e, Vereador Natalini, custa um real por animal esse controle. Esse controle todo pode ser feito eletronicamente...

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Uma informação importante dentro desse sentido, acho que remete um pouco ao que o Vereador Aurélio Miguel falou anteriormente: a carne, no interior, a gente fala carne que foi morta no mato. Essa carne é clandestina, ela entrava nos açougues e supermercados porque era uma forma de se reduzir os impostos, cala na informalidade, e nós tivemos uma decisão do Governo do Estado de São Paulo de isentar a carne de ICMS. Vejam como, às vezes, uma decisão tributária, por outros motivos, vai ajudar na parte de saúde alimentar. Não tem mais interesse daqueles comerciantes que queriam comprar carne no mato por uma questão de impostos. Acabou.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. João, o Vereador Natalini é militante na zona Sul e na zona Leste, e nós temos áreas rurais dentro do Município de São Paulo, e

nós temos de vez em quando a oportunidade de ver algumas vacas andando em alguns lugares que têm lixo, comem de tudo, até plástico. Quando comem plástico até morrem. Essas vacas são abatidas aqui e essa carne é fomecida para os açougues de periferia ainda. É porque a gente não consegue identificar, mas que é abatido, com certeza, porque não tem outro destino.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Mas com certeza diminuirá o interesse daquele comerciante em comprar essa carne, porque já não tem mais a vantagem fiscal que tinha no passado. E ainda dentro do todo do que nós estamos falando, como é que os supermercados podem ter segurança na compra dos produtos? Muito vai da relação comercial de muitos anos, de idoneidade, com empresas idôneas. Quer dizer, você compra durante 10, 15, 20 anos daquele frigorífico, daquela indústria, vai criando uma relação de idoneidade. Isso é muito importante na hora de decidir de quem comprar o produto. No caso do palmito, a gente tem visto acontecer essa clandestinidade, e a associação tem avisado os associados quando acontecem casos como o do palmito. Aconteceu recentemente com o frango, a quantidade de água... Quer dizer, tem uma ação ativa sim na associação para informar os associados sobre fornecedores que não tem a idoneidade para estar suprindo o nosso comércio.

O SR. PAULO FRANGE – Roberto, para encerrar, eu não vou perguntar mais, prometo. Controle de pragas urbanas: nós temos um problema desses nos supermercados. Como é que vocês estão fazendo a gestão desse controle de praga urbana? Entre eles, é mais comum barata e rato, mas nós temos essa dificuldade em todas as áreas. Na minha área, hospitalar, é um grande problema; formiga, nem se fala, ainda mais em São Paulo. E você tem, muitas vezes, o vizinho que é uma feira livre, ali pertinho, um pouco mais de 100, 200 metros, e de lá para cá vem todos esses velozes caminhando ali pelas brechas, pela sombra, e vai parar... Quem faz esse controle hoje na rede de supermercados? É o grupo próprio da casa, é empresa terceirizada. E se terceirizada, ela está ligada a Aprag – Associação Paulista de Controladores de Pragas Urbanas?

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Alguns supermercados contam com uma estrutura própria para poder desenvolver o trabalho necessário para esse tipo de problema. Alguns supermercados.

P – Mas instalando barreiras mecânicas, armadilhas etc., ou utilizam produtos do tipo veneno?

R – Eu acho que, observando a boa técnica do Direito, eles sempre vão adotar os meios que forem permitidos.

P – Veja se tem como nos encaminhar, consulte com o corpo técnico como é feito o controle? Nós temos uma curiosidade para aprender, porque nós temos feito muita discussão com a Aprag, inclusive eles têm feito congressos até internacionais aqui no sentido de ensinar o que nós estamos fazendo. E tem vindo gente do Chile, da Venezuela, do Brasil inteiro para poder aprender. E essa é uma área extremamente sensível. Como é feito isso? Porque grande parte das vezes, simplesmente um ralo de trava que fecha a entrada da barata ou do rato é mais efetivo do que colocar veneno para matar quem está entrando. Continuará entrando, uma hora falta o veneno, ele entra e procria. Ali tem sombra e água fresca, ele fica lá dentro. Então, para a gente poder entender exatamente como é feito esse controle.

R – Ok. Firmo o compromisso. Vou fazer um levantamento.

P – Porque na época da Semab tinha um controle e eles tinham uma regra de relacionamento com esse tipo de controle. Obrigado.

O SR. JAMIL MURAD – Eu queria encaminhar um ofício solicitando informações a Apas dos principais fornecedores que retiram o material vencido, mercadoria vencida. Porque o comprador, de fato não tem a obrigação de saber o que o fornecedor está fazendo com aquele material vencido. E nós queremos saber o que esse fornecedor está fazendo com esse material vencido. Se ele incinera, se ele joga num lixo, no aterro sanitário, ou se reembala. Essa seria uma contribuição extraordinária, uma informação importante, que tem relevância pública, tem interesse público grande. Então vou fazer esse requerimento por escrito e a Associação nos fornecerá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Algum Vereador quer fazer uso da palavra? Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade, só agradecer os dois grupos que estiveram presentes, na expectativa de recebermos aquela autoridade que já não veio, já convocada para os nossos trabalhos, da Associação Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – De restaurantes, não é?

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Isso. Então, agradecer tanto a presença do Presidente da Associação dos Supermercados como a representação do Sindicato dos Hotéis, Bares e Similares.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu agradeço a presença dos senhores. Passe aos associados que esta Comissão fará diligências aos supermercados na cidade de São Paulo para verificar material que já está expirado, ou próximo de expirar, e fracionado eu quero saber a destinação no dia. E vou fazer em diversos horários do dia. Então, é só isso que eu queria deixar bem claro.

O SR. JOÃO SANZOVO NETO – Eu queria parabenizar a Comissão, a Câmara Municipal, o Presidente, pela iniciativa, pelo encaminhamento, dizer do nosso respeito, principalmente e anterior, como atleta. Eu, antes de ser Presidente da Apas, também sou judoca faixa preta, aprendi a lutar judô com o Sensei Kurachi aqui de São Paulo, quando ele ia para Jau começar o judô. Então o meu respeito já vem da época de atleta. Parabenizar todos os Vereadores pelo trabalho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado. E qualquer ideia que os senhores tenham para melhorar a Legislação em relação à fiscalização, porque, muitas vezes, alguns associados não querem atender os encaminhamentos que os senhores fazem, por favor, os senhores encaminhem para esta Comissão. Nós vamos aqui, talvez, produzir ao final desta CPI, talvez não, com certeza várias mudanças na legislação municipal relativa à Vigilância Sanitária.

O SR. ROBERTO DA SILVA BORGES – Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade para parabenizá-los, dizer que nós vamos ficar atentos e acompanhando a conclusão da CPI para poder estar, em primeira mão, orientando os nossos associados, e dizer que a Apas continua à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado. Então os senhores estão liberados já.

Há diversos requerimentos sobre a Mesa. Requeiro que sejam considerados lidos os papéis. Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovada a leitura.

- É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Os Srs. Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovados os requerimentos no dia de hoje.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos de hoje, lembrando que a próxima reunião será no dia 11 de maio, e a Comissão encaminhará a todos os Vereadores as pessoas que virão à próxima Comissão.

Estão encerrados os trabalhos. Boa tarde a todos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 153

Anexo – Notas Taquigráficas

Proc. nº 08-0046/2010

CMSP – CPI-COVISA

Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11 DE MAIO DE 2010

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a presente reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010.

Estão presentes os Vereadores: Políaco Neto, Sandra Tadeu, Jamil Murad, Aurélio Miguel, Paulo Frange e Milton Ferreira.

Foi convidada para esta reunião a Associação de Marketing Promocional, o Sr. Guilherme de Almeida Prado, Presidente. Está presente? Bom dia. A Associação Paulista de Motéis, Sr. José Albino Alves Carneira, Presidente, que não comparecerá e justificou a ausência. A BioNutry, Sra. Franciane Ramalho, está presente. Bom dia.

Foram intimados: Associação Nacional de Restaurante, que já veio aqui a representante e não comparecerá no dia de hoje. Justificou a ausência e virá, possivelmente, na próxima semana ou na outra.

Chamarei a Associação de Marketing Promocional e depois chamarei a Sra. Franciane Ramalho, da BioNutry.

Bom dia. Obrigado pela presença, Sr. Guilherme.

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Peço que o senhor faça a leitura do Termo de Compromisso. O Sr. Paulo vai também... Só acompanhar. Está bem.

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Termo de Compromisso: Eu, Guilherme de Almeida Prado, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 - comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 11 de maio de 2010."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, Sr. Guilherme.

Passo a palavra ao Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Bom dia, Sr. Guilherme.

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Bom dia.

P – O Paulo é da associação também?

O SR. PAULO – Sou advogado.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Guilherme, qual a sua formação?

R – Administrador de empresas.

P – O senhor já ocupou algum cargo no Município ou não?

R – Não.

P – Público?

R – Não.

P – Quem foi o seu antecessor?

R – Elza Tsumori. Foi Presidente por quatro anos. Os mandatos na associação são de dois anos. Ela foi por quatro anos. A associação completa 17 anos este ano.

P – Quantos associados a associação tem hoje?

R – Por volta de 250. Acho que tem 254 atualmente.

P – Explique qual é a atividade da associação junto aos associados.

R – A associação foi fundada há 17 anos com o objetivo de ajudar no desenvolvimento da atividade da parte promocional. Então, quem faz parte da associação? A gente tem associados do Brasil inteiro. São 254; 60% desses associados estão no Estado de São Paulo e aí são empresas ligadas ao marketing promocional. O que é essa atividade de marketing promocional? Vão desde ações, eventos, são agências que organizam eventos, sejam eventos empresariais ou públicos, além disso, empresas que trabalham com ações, promotores nos supermercados distribuindo amostras, folhetos, visitando bares, campanhas de incentivo. Tem uma série de empresas ligadas à comunicação, semelhante às agências de propagandas só que em outras disciplinas de comunicação.

P – Quantas dessas empresas estão no Município de São Paulo?

R – Acho que são umas 100. Por volta de umas 100.

P – O senhor tem como nos encaminhar a relação dessas empresas?

R – Sim.

P – Com proprietário, endereços, onde estão instalados?

R – Está público no site, mas a gente pode encaminhar.

P – Poderia encaminhar por meio eletrônico?

R – Está bom.

P – De preferência com extensão para xls.

O senhor tem algum conhecimento de eventos ou que tem manipulação de alimentos e que foi fiscalizado pela Covisa, desses associados do senhor?

R – A gente fez, até para trazer aqui algumas respostas, uma pesquisa com os associados com três perguntas. A primeira pergunta era: nas ações que envolvem alimentos a sua empresa já recebeu alguma fiscalização da Vigilância Sanitária de São Paulo? A pergunta número dois: você já teve algum problema com fornecedor de alimentação em eventos por falta de cumprimento das normas de Vigilância Sanitária?

A pergunta três é uma pergunta mais aberta: há algum ponto que você gostaria de mencionar em relação à Vigilância Sanitária? De novo, nos nossos associados têm empresas que não realizam necessariamente eventos e no geral, o nosso papel, o papel das empresas que estão na Associação, é contratar empresas ou hotel, ou um restaurante, ou um buffet que vai fazer os alimentos. Eu acho que a gente deve ter, talvez, um ou dois associados que trabalham no ramo específico de alimentação. A gente trabalha, na verdade, coordenando uma série de fornecedores.

A grande maioria nunca recebeu fiscalização e aí você tem de novo um pouco divergente os tipos de empresas. Por exemplo, a minha empresa faz muitos eventos fechados, não são eventos públicos. Então, basicamente o que a gente organiza são convenções de vendas ou reuniões de motivação. São encontros empresariais dentro de hotéis. O que a gente procura é pegar os documentos dos hotéis, se eles estão... E aí eles recebem... O hotel em si, sim, recebe a fiscalização normal da Vigilância Sanitária, mas especificamente na data do evento que você está realizando aquele evento fechado, é muito raro. Então, eu não sei se essas respostas são o panorama de ninguém ter recebido... Algumas já receberam, mas a grande maioria nunca recebeu uma fiscalização em um evento. Só que a natureza dos eventos da maior parte das nossas agências é de eventos fechados. Então, é o que acontece dentro de um hotel, dentro de um restaurante. Então, é assim: a resposta é - você recebeu no seu evento a fiscalização? Não recebi, mas muito provavelmente o hotel onde eu realizei o evento ou no restaurante que eu realizei, ou no buffet ele já recebeu várias vezes fiscalização da Vigilância Sanitária.

O SR. PAULO FRANGE – Em eventos que envolvem degustação, amostra de algum produto na área da alimentação, alguma vez a Covisa já esteve presente ou não?

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Não sei lhe falar. Na minha empresa, não. De novo, onde a gente normalmente realiza degustações, por exemplo,

de produtos grande parte nos supermercados. Na verdade, a gente percebe que os supermercados já receberam as fiscalizações da Covisa porque você tem uma série de orientações do supermercado quando você vai realizar uma degustação. Então, se por acaso... Por exemplo, a gente faz, às vezes, ações com 50 promotores espalhados por todo o Brasil, cada um em um supermercado. Se, por acaso, alguma promotora está sem touca ou sem o que deve ser feito para a vigilância sanitária, o próprio gerente do supermercado já comunica a nós das agências, falando: "Olha, tem uma promotora aqui que está fora da regra e a gente vai ter de tirá-la da loja se ela continuar assim, porque isso não pode".

P – Tem conhecimento de algum desses produtos que estavam em lançamento ou estavam sendo degustados e que ainda não tinham as licenças necessárias para a venda no Brasil ou não?

R – Na verdade, não sei lhe falar isso. A gente não...

P – Qual é a relação de vocês com a Covisa?

R – Então, a gente tem muito pouco relacionamento com a Covisa.

P – Não tem convênio? Não existe nenhum tipo de troca, nenhum intercâmbio?

R – Não. Inclusive é do nosso interesse, por exemplo, a gente tem um espaço aberto lá, um auditório na entidade, que a Covisa, por exemplo, realize um esclarecimento do que as agências precisam estar atentas ou o que precisa... A gente não tem nenhum convênio hoje com eles a esse respeito.

P – Mas, já orientaram alguma vez os seus associados que nesses eventos que envolvem manipulação de alimentos etc., procure contato com a Covisa antes de... Ou então, antes da contratação, alguma vez?

R – Então, na verdade, alguns associados que já foram fiscalizados falaram que aí sim, houve no ato da fiscalização as orientações. Mas, uma das sugestões de um dos associados é que isso acontecesse preliminarmente. Na verdade, para as agências saberem preliminarmente antes de realizar um evento, o que ela precisa estar atenta ou qual é a preocupação que ela tem de ter em checkar, porque os que foram fiscalizados ficaram sabendo, uma vez que foram fiscalizados ou que já sabiam mesmo, mas aí a Covisa orientou. Falou: "Olha, você tem algum problema nesse procedimento. Você precisa corrigir aqui. Você está... O seu fornecedor está armazenando alimentos em uma geladeira só. É importante que ele divida em dois pelo tipo de alimento".

P – Guilherme, saindo da alimentação, como é que fica a situação de propaganda? Como é analisada quando envolve a área da saúde?

R – Na verdade, a gente já teve até alguns workshops dentro da entidade, orientando os associados para as normas da Anvisa, principalmente. Então, o que pode e o que não pode, quais são as regras. Normalmente, a própria indústria farmacêutica tem os jurídicos bastante preocupados com essa questão. Então, o próprio jurídico de cada... E aí vai uma interpretação de cada jurídico, mas o próprio jurídico de cada farmacêutica, via de regra, orienta as agências sobre qual conduta elas têm de adotar para respeitar as normas. A gente tem um grupo, chama GEL – Grupo de Estudos de Legislação – que procura também acompanhar as mudanças de normas e portarias da Anvisa para trazermos para os associados.

P – No caso do CRM, ele também tem regras com relação à ética dessa propaganda que envolve a situação do médico. E vocês também cumprem um Código de Ética nesse relacionamento. E aí o que parece é que tudo isso é só poesia. Parece não. A gente tem certeza. A minha afirmação é de absoluta segurança do que eu estou informando. Você abre qualquer jornal, revista, site está lá: "Assim volta a ereção duradoura. Graças a Organuel (?), muitos homens impotentes conseguem a sua ereção duradoura de volta, segundo os urologistas" e tal. E mais uma matéria nos jornais de grande circulação: "Pró sexo. Problema de ereção e ejaculação precoce" e não tem nome de responsável técnico, não tem nome de ninguém, etc. e tal. Nós conhecemos os donos porque somos do meio. Mas, e daí?

Agora, propaganda de cirurgia plástica – "Você pode fazer tudo online e tem segurança, alto nível, acessível, é nossa meta". Aí vem prótese de mama "Com preço super especial, uma promoção dessa semana com prótese de mama", quer dizer, essa aí está em promoção, prótese de mama agora, essa semana. Não tem a marca, não tem nada, ninguém sabe de onde é, ninguém sabe a origem, etc. e tal. Isso tudo porque o Brasil tem Anvisa, tem Covisa, tem polícia. Imagine se a gente estivesse no Continente Africano que não tem tudo isso à disposição.

Produtos da área de alimentação – todo tipo de dieta embalado, tudo... Ninguém, ninguém tem responsável técnico, a constituição, a fórmula, a qualidade... Se checkar isso aqui, eu garanto que não encontra nada dentro o que tem na mesma quantidade. Aliás, essa semana fizemos isso até com produto de empresa de manipulação. Paciente meu tomando medicação e não melhorava. E nós pedimos para checkar a medicação e não estava lá dentro.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE - Ah, eu tomei providências. Já foi para a polícia. Aí tem aqui mais compras e um monte de produtos de vitamina, ração humana e tudo. Empresas que envolvem as empresas de propaganda e marketing. Não vamos entrar na sibutramina porque essa daqui a Anvisa garantiu que ainda pode ser usada no Brasil. Eu acho que não há problema. A sibutramina é com orientação médica... Sabiam de tudo. Em jornal de agora mesmo – impotência, ejaculação precoce, problema de pele, unha, cabelo – tudo é a mesma propaganda. E aí tem mais uma situação que eu queria que você comentasse. Nós chegamos a trombar aqui muitas vezes com a revista *Veja*, que é uma revista de boa qualidade e é vendida, distribuída no Brasil todo onde há os produtos, os venenos que são jogados nas nossas casas. Eram apresentados em propagandas grandes, todas elas sem responsável técnico e sem telefone fixo. É tudo celular. E essas empresas estavam todas na região de Mauá, Itapeverica da Serra, tudo fora da cidade de São Paulo.

E aqui tem hoje: as detetizadoras de cupim matam tudo. Tem aqui a Hiroshima, "Combate tudo – barreira química, injeção, faz de tudo, tudo, tudo com um único veneno". É um milagre. Nutri Redux, "Ligue agora e faça o seu pedido". Enfim, sobre esse aspecto que envolve a propaganda de produtos que envolvem a saúde, ou porque nós temos questionamentos quanto à origem, ou porque têm efeitos danosos à saúde, ou porque produtos podem levar realmente a danos à saúde porque são classificadas na categoria de venenos e são introduzidas nas residências via zeladores ou síndicos que contratam sem conhecer, como é que vocês trabalham esses associados que promovem esse tipo de propaganda, compram espaços de inserções até em TV, qual o critério que a Associação adota para poder...?

R – Só esclarecendo um ponto: nossos associados são agências que não atuam necessariamente com propaganda. A Associação de Propaganda, tem a ABAP, que é a Associação Brasileira das Agências de Propaganda, é uma outra Associação que congrega as agências que veiculam em mídia, jornais, revistas, na televisão e que poderiam, talvez, dar um esclarecimento melhor sobre isso.

Além disso, existe o Conar, que é o código de autorregulamentação, que tem toda uma regulamentação em relação à saúde em que os veículos são signatários. Na verdade, o Conar é ligado às agências de propaganda e não às agências de marketing promocional, mas o Conar é ligado aos veículos de propaganda e você pode entrar, na verdade, com uma denúncia no Conar de cada uma dessas propagandas pedindo a suspensão do anúncio. Uma vez julgado no Conar, o Conar pede a suspensão da veiculação desses anúncios e todos os veículos que são signatários do Conar são obrigados a cumprir essa decisão do Conar, então têm esses dois.

O SR. PAULO FRANGE – Você já viu algum ser punido? Com toda a experiência que o senhor tem, porque eu tenho já, na saúde, 35 anos de experiência e eu nunca vi ninguém, nem o produto que gerou o câncer de fígado foi tirado do mercado aqui.

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO - Eu não faço parte do Conar, eu não sei esclarecer se teve alguma denúncia que não foi julgada ou foi julgada, mas o que eu sei é que nas denúncias que tiveram no Conar e foram julgadas, têm de suspender, foram suspensos os anúncios, os veículos são signatários: Editora Abril, Rede Globo, tem uma série de veículos. Agora, não sei se tiveram denúncias que não foram julgadas, isso eu desconheço.

P – O senhor falou do supermercado, que as promoções quando são feitas nos supermercados a fiscalização da Covisa já foi lá e, recentemente, teve aqui a Associação dos Supermercados, eles não recebem fiscalização da Covisa, eles só recebem quando tem denúncia. A antiga Semab, que era ruim, nós acabamos, que fiscalizava, deu origem a um trabalho feito hoje pela Covisa que não fiscaliza, ela não vai lá, só vai quando tem denúncia, então, quando o pessoal disser para o senhor que a Covisa já foi lá, pede para ver em que termo, onde está escrito isso. Antigamente, tinha um caderno no supermercado e o cara era obrigado a escrever a cada seis meses, não é isso? A Semab tinha um caderno, aí veio a história da informática e, agora, estamos no século XXI, tiraram tudo isso, não pode ter caderno. Agora ninguém fiscaliza e não tem como saber se fiscalizou. Então, quando alguém da rede disser para o senhor que

foi fiscalizado, com certeza, não foi. Eles tiveram aqui e nos disseram que não fiscalizam, e a Covisa também só vai se tiver denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só para entender, Sr. Guilherme, então a Associação é de eventos proporcionais para as diversas empresas que vocês prestam serviços.

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Isso, tanto eventos promocionais, como essas ações promocionais...

P – Geralmente, vocês fazem esses eventos em hotéis, geralmente, esses hotéis têm restaurantes, vocês contratam os restaurantes, se for no caso local, no caso do hotel, ou quando é feito, por exemplo, no Palácio de Convenções do Anhembi, é terceirizado, vem um buffet também, sempre terceirizado.

R – Sempre terceirizado.

P – Então, quer dizer, os senhores, a responsabilidade é que eles atestem a documentação em dia, que eles que têm de estar de acordo com a lei.

R – Isso.

P – Eu pergunto: dentre esses milhares de eventos que devem ser feitos na cidade de São Paulo, já houve casos de problema de intoxicação alimentar em alguns desses eventos? Houve relato, reclamação ou algo nesse sentido?

R – Eu não... Nessa pesquisa que a gente fez quanto aos associados, a gente não teve nenhum, na verdade, relato disso, nesse sentido.

P – Essa pesquisa que o senhor fez, o senhor poderia nos deixar com uma cópia?

R – Eu posso mandar eletronicamente.

P – Está bem. Muito obrigado.

R – Que mais: na verdade, complementando um pouco o que o senhor falou, uma sugestão até de um associado é, justamente, como a gente é um intermediador e não o restaurante, ou o buffet em si, o que sente falta é de esclarecimento do que, na verdade, ele está há vinte anos no mercado, ele aprendeu, mas ele falou para um monte de empresas novas, o que eu preciso cobrar de cada estabelecimento para verificar se ele está seguindo as normas, as condutas. Isso seria interessante.

O SR. PAULO FRANGE – Está bom, nós vamos continuar com o (palavras ininteligíveis). Entenda nossa preocupação, se puder nos ajudar nesse sentido pelo seguinte, vamos dar nomes aos bois: o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde* criticam o mundo e a todos e tem uma folha inteirinha, uma vez na semana, onde vende todas as coelhinhos da cidade de São Paulo: sexo em casa, disponibilidade 24h, morena linda e tudo. O mesmo jornal que critica todos por não terem ética, todos, vende uma página inteirinha só para coelhinho e prostituição. Eu duvido que eles questionem, inclusive, com que idade a menina anuncia aquilo, com certeza, não tem idade.

Então, nós estamos aqui tentando achar algum instrumento e nós não sabemos em que condições essas meninas têm atividade sexual em casa, ou onde vai, porque parte desses motéis urbanos aqui sequer tem circulação de ar. Nós recentemente tivemos um fechado porque era tudo fechado e não tinha exaustor, não tinha como ventilar, condições sanitárias absurdas, bem na região estruturalíssima da cidade de São Paulo: Pinheiros e Moema. Nós não estamos falando do Centro, de uma região extremamente estruturada.

O que nos preocupa é a mesma situação que nós encontramos aqui, é com relação a essas promoções de produtos e que tipo de produtos. Acho que no seu caso, nós vamos pedir depois para que a gente possa, a Associação que congrega as outras atividades, não o Conar, a ABAP.

R – A Associação Brasileira de Agências de Propaganda.

P – Isso. Nós vamos pedir para ouvir a Associação Brasileira de Agência de Propaganda também para que a gente tente encontrar um caminho, pelo menos aqui no Município, para que a gente possa saber exatamente o que está sendo colocado à disposição do consumidor. Uma boa parte tem propaganda enganosa junto, e só vocês podem nos ajudar nesse processo, ou seja, filtrando por aí porque depois que já saiu a gente não consegue mais acompanhar.

Por último, há alguma relação entre vocês e a Covisa que vocês gostariam de manifestar? Alguma dificuldade no relacionamento?

R – Na verdade, a gente nunca... Não sei, né Paulo, se teve... A gente procurou, mas a hora em que foi levantada essa questão surgiu essa ideia justamente de ter um acordo orientativo de parte da Covisa, do que é importante. A gente tem uma série de guias orientativos que a gente encaminha aos nossos associados. Então, seria interessante a gente poder elaborar um guia, por exemplo, de quais as preocupações quando você vai fazer um evento que envolve alimentação para o público, o que é que você tem de olhar do seu fornecedor. Mesmo você sendo um intermediário você precisa...

Nós, como agência, somos responsáveis. Se tiver um problema em qualquer parte do nosso evento, seja no hotel, seja na hospedagem, seja na alimentação, acaba sendo responsabilidade nossa perante nossos clientes. Então, se a gente conseguisse, junto com a Covisa, elaborar um guia de normas e sugestões seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – E os senhores nunca receberam uma orientação da Covisa nesse sentido?

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Não, mas também a gente nunca procurou.

P – Sim, mas a obrigação deveria ser a Vigilância Sanitária orientar vocês que fazem muitos eventos. A gente vai cobrar da Covisa para que, se possível, dê uma orientação de qual é a conduta que vocês devem ter quando contratam.

R – Outra sugestão também de um associado é de, não sei como seria a forma, um cadastro positivo. Então, quem são, por exemplo, ou um cadastro negativo, quer dizer, quem são os maus prestadores porque é total interesse nosso, quando a gente faz o evento, a gente quer divulgar uma marca, divulgar um produto, ou fazer um evento de sucesso. A gente é o último interessado em ter um problema de intoxicação.

O SR. PAULO FRANGE – Quem é o maior comprador desse serviço de vocês hoje?

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Qual a maior agência?

P – Na carteira de vocês quem são os maiores promotores?

R – Os maiores clientes? A gente não tem um ranking disso, o que existe, na verdade, que é público, é um ranking de maiores anunciantes e que via de regra o maior anunciante...

P – Naquilo que envolve saúde e alimento?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O maior anunciante via de regra quem é?

R – Não, então, eu não sei, posso passar para vocês via eletrônica. Existe uma publicação que edita os maiores investidores em comunicação, em propaganda e que normalmente são os maiores investidores em marketing promocional também. A gente não tem esse dado hoje, eu posso passar essa relação...

P – A cidade de São Paulo hoje é a cidade brasileira que mais recebe eventos e hoje, se não me engano, isso movimenta aproximadamente um bilhão e meio, dois bilhões de reais por ano, as feiras que existem na cidade de São Paulo. Logicamente que o serviço de vocês deve crescer com isso porque os eventos têm de ter esse marketing promocional, têm de ter atendimento ao público.

Então, para nós, é importante que seja bem atendido todos aqueles que são recebidos, na nossa cidade, e também os próprios cidadãos paulistanos, que também utilizam desse serviço. Eu queria agradecer a presença do senhor.

O SR. GUILHERME DE ALMEIDA PRADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se o senhor tiver algo para somar, que possa ajudar no trabalho do senhor, o senhor pode se manifestar ou encaminhar, posteriormente, para esta comissão. Nós vamos cobrar da Covisa, para que entre em contato com a entidade, para orientar como que deve ser feita as contratações, para que não possa ter nenhum tipo de perigo em relação ao serviço prestado.

R – A quem que eu encaminho?

P – O senhor pode encaminhar a esta comissão. Pode encaminhar à Presidência, em meu nome.

R – Está ótimo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, Sr. Guilherme, Sr. Paulo, pela presença, e qualquer dúvida, estamos aqui, à disposição. Muito obrigado.

Gostaria de convidar a Sra. Franciane Ramalho, para que sentasse aqui à frente, da Bionutre. A Sra. Franciane tem acompanhado aqui os trabalhos desta

Comissão e, na semana passada, conversando aqui, nos bastidores, ela informou que assessora diversas empresas em relação a questões de Vigilância Sanitária, e achamos oportuno escutá-la, que ela nos dará várias informações para que nós tenhamos mais noção de como funciona as questões de Vigilância Sanitária na cidade de São Paulo, e o serviço que ela presta também. Eu peço, se eu não me engano, tem o Termo de Compromisso. A senhora pode ler, por favor?

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – “Eu, Franciane Ramalho, convidada para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviço de saúde e substâncias de interesse da saúde -Processo RDP nº 0846/2010 -, comprometo-me sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada”.

P – Eu agradeço a presença, Sra. Franciane. A senhora, parece que vai fazer aqui uma apresentação.

R – É, na verdade, tem uma padaria, não é, que hoje eu trabalho nessa padaria, mas foi liberada desse estado que está, pela Vigilância Sanitária, por um agente da Vigilância Sanitária. Hoje, esses salgadinhos, por exemplo, é vendido nas lojinhas de um real, aonde não tem um registro no Ministério da Saúde na embalagem, até porque esse produto é dispensado de registro. Só que você tem que ir até à Vigilância e avisar que é fabricado, não é? Só que não, é vendido. Ninguém nem sabe. Está lá, mas a Vigilância, eu tenho certeza que nem sabe que está sendo vendido esse produto, fora que têm vários outros, não é? Olha, a respeito de gordura: “Conter gordura trans”. Essa gordura trans, tem gordura vegetal. Como, no produto, não tem a gordura trans? Ali, oh, ele fala: “Não tem gordura trans, 0 de gordura trans”. Mas, na formulação do produto tem a gordura vegetal e na gordura vegetal contém gordura trans. Então, têm algumas propagandas que o pessoal faz na embalagem, que... O que acontece? Chama atenção do consumidor, uma criança, por exemplo, come, não tem gordura trans. É a gordura trans que faz mal para a saúde, mas o produto está dizendo que não tem, é zero e, na verdade, ele não é zero, porque, na formulação dele tem a gordura vegetal.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só para aqui tentar compreender o que traz a Franciane para a gente. A Franciane é uma consultora de Segurança Alimentar. É isso?

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Isso. Na verdade, eu sou nutricionista e microbiologista.

P – E o salgadinho Pontual Bacon é seu cliente?

R – Não, ele não é o meu cliente. Eu comprei isso na lojinha de um real.

P – Então, você comprou um produto numa lojinha de um real e é o salgadinho Pontual Bacon?

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Isso. Eu coloquei a seta ali, vocês estão vendo? Dos possíveis erros que têm nessa rotulagem.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixa só eu tentar recuperar o que você está trazendo para nós. Você está trazendo para a gente inconsistência no processo de produção e no processo de disponibilização da informação para o cidadão.

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Sim.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É isso?

R – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora está dando esse caso. Agora, a senhora tem...

R – Tem mais fotos.

P – E também vai falar de procedimentos, o que a senhora entende que está errado em relação à Vigilância Sanitária.

R – A mesma coisa esse salgadinho. Não fala nada do registro. Nem se ele é isento, nem se ele não é isento, e está sendo vendido no mercado.

P – Aonde?

R – Em todas as lojas. Lojinhas de R\$ 1,00. Esse daí eu comprei no Centro de São Paulo, ali na Praça da Sé, numa loja.

P – E tem local da fabricação? Tem? Não? 037 deve ser da região de Minas.

R – Isso.

P – E precisaria ter o registro do Ministério da Saúde?

R – Precisaria ter o registro do Ministério da Saúde, só que esses produtos são isentos, só que o que acontece? Você vai até a Vigilância, informa sua formulação, e diz assim: “Esse produto é isento”. Só que ela te dá um protocolo. Só que, hoje, virou tipo uma festa. Eu fabrico um lanche e coloco lá: “Isento de registro no Ministério da Saúde”, porque é isso que a legislação fala.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Mas, na realidade, quem fabrica o alimento, por exemplo, eu oriento o meu cliente a ir até a Vigilância e protocolar a formulação do produto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, Franciane, quando você fala vigilância, você fala Covisa, que é um órgão municipal, você fala vigilância estadual, ou Anvisa, que é vigilância nacional? Só para a gente tentar entender.

R – Hoje, a vigilância, tudo que eu faço eu protocolo na rua Santa Isabel, que ali é a Vigilância Sanitária, é a municipal.

P – Sim, e você pede registro no Ministério da Saúde na Coordenadoria Municipal?

R – Lá também. Tudo você protocola lá. Você abre o site da Vigilância, da Anvisa e protocola lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Então, vamos lá, Sra. Franciane. Nós temos de proteger aqui os nossos consumidores da Cidade de São Paulo. A senhora está dizendo que diversos produtos que são comercializados da Cidade de São Paulo, a senhora tem mais produtos, não tem o registro do Ministério da Saúde porque eles entram com protocolo de isentos.

R – Na verdade, eles são isentos.

P – Eles são isentos.

R – Quando entra, você está entendendo. Nesse daí nem fala, se é isento, nem tem o número do registro.

P – E quem controla esse produto? A Anvisa não controla? A Anvisa, federal, não controla, nem a estadual, nem a municipal, ninguém controla?

R – Deveria controlar não é?

P – Mas, não há controle?

R – Dá uma olhada nessa embalagem.

(Pausa).

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Olha a tabela nutricional, ali deveria ter o VD – que é o valor diário. O que é 100 gramas? É uma porção de um pedaço? É o que a legislação pede. É tem lá... falta informação, por exemplo, contém glúten, então uma pessoa que é celíaca, vai comer um pedaço desse bolo e aí?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem mais?

A Sra. Franciane refere-se a imagens de projeção.

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Esse bolo, eu achei um absurdo. Vem de Pernambuco, olha a embalagem. Entrou, esse tipo de embalagem eu deixei em casa, fiz um teste, no quarto dia estava cheio de mofo. Então, assim, é uma embalagem que propicia o desenvolvimento de bolor, não é uma embalagem correta e esse bolo é vendido em todos... até em supermercados, padaria, lugares grandes de São Paulo. Eu comprei também na Praça da Sé.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, deixe eu ajudar nessa oferta de informação. Você vem falando que tudo tem sido vendido na Praça da Sé?

R – Não, esse daí eu comprei.

P – Porque... Não. Sim.

R – Num lugar grande que tem bastante gente passando e circulando.

P – Tem algumas coisas que são importantes da nossa capacidade de investigação na CPI. Quando você anuncia para a gente: "Olha, isso está sendo vendido na loja tal", portanto, uma loja que existe formalmente para o setor público, nós podemos, ativamente, ir reconhecer a presença desse produto, que é apontado pela senhora como inadequado para a venda e proteger o cidadão consumidor.

Quando você nos fala que é vendido na Praça da Sé, a capacidade que a gente vai ter para vasculhar a Praça da Sé e encontrar o produto é menor. Então, se você conseguir identificar, foi na loja x, na loja y, na loja z, porque se essas lojas são regularmente constituídas, a gente tem a ação direta enquanto CPI para realizar.

É lógico que a nossa tentativa de intervenção aqui da CPI é encontrar os gargalos. Você nos apresenta um grande gargalo, que é produto manufaturado que vem de outros estados, até agora você ainda não nos mostrou nenhum produto que é de São Paulo, até agora é Minas, é de lá, é de cá, então, são produtos que, ou são produzidos aqui e embalados dizendo que foram feitos lá, ou são produzidos lá mesmo e vêm para cá de alguma forma.

Nenhum deles você anunciou para nós que é vendido em loja regular, então, um estabelecimento comercial que tem um CNPJ, portanto, tem um profissional responsável por aquela comercialização que possamos ativar, mas um conjunto desses que são vendidos em lojas que, de repente, nem esse produto podem vender. Quando você vai numa loja de R\$ 1,99, na realidade, a finalidade da loja de R\$ 1,99 não é vender comida e, portanto, frágil deve ser o sistema de fiscalização que permite a uma loja que vende produtos não perecíveis, vender o salgadinho, o primeiro que você colocou que é o bacon, que você falou que comprou numa loja de R\$ 1,99.

Então, para ajudar bastante, já que é uma oferta sua o que você está fazendo para nós, se você conseguir precisar a loja onde se compra, porque a gente tem uma intervenção objetiva.

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Não, é fácil. Eu mando... Eu até posso colocar o endereço que agora eu não sei de cor. Mas o que eu quero mostrar é o seguinte: a Praça da Sé é um local que vai muita gente. Entra advogados, médicos, ali na loja onde eu comprei, tá? E é vendido. Na loja de R\$ 1,00 o que mais se vende hoje é pães. Tinha até... Ontem, eu estava numa lojinha de R\$ 1,00, tinha pão com presunto sendo vendido com quatro dias de validade. Aonde que, um pão com presunto, tem quatro dias de validade, numa embalagem que entra ar, que está mal acondicionado e não está refrigerado?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora tem mais casos?

R – Tem, a padaria.

P – Então, a senhora vai nos ajudar aqui no trabalho da CPI.

R – Não, eu...

P – Eu não sei o tempo que a senhora tem, mas depois eu vou conversar com a senhora. Se a senhora presta assessoria, então a senhora conhece todos os mínimos detalhes e para nós é importante.

R – Olha, essa visita, essas fotos, tá? O que acontece? Esse local é uma padaria, tá? Olha lá, ali é próximo ao estoque de farinhas. Pode passar. Esse é o estoque de farinha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Onde é que é essa padaria? Porque nós vamos lá agora!

R – Não precisa ir mais porque já estava bem arrumadinho.

P – Ah, está arrumadinho agora?

R – Al são as feiras livres, mas depois eu comento. Olha, essa padaria, o dono de lá me chamou. Eu cheguei e ofereci meus serviços. E aí, eu pedi que ele trocasse piso, pintasse, bom, uma reforma que, lógico, ia gastar dinheiro. Sabe o que ele me respondeu? "Eu vou te mostrar o documento que eu tenho da Vigilância". Tanto é que, se estiver lá, eu mando para vocês.

P – Por favor.

R – Assinado pelo agente da Vigilância Sanitária, é, liberado com restrição. Até a data de hoje, eu estou esperando a Vigilância lá. Por que? É importante no meu trabalho que a Vigilância vá. Eu tento seguir a normativa da 1210. Que que é a normativa? É a legislação municipal, a gente tenta seguir à risca: piso, parede, iluminação, controle integrado de pragas, controle da caixa d'água, de limpeza. Como é que ela me libera um estabelecimento, uma padaria desse jeito.

P – Qual é a data do documento?

R – Eu não... Faz uns cinco, seis meses atrás.

P – A senhora consegue nos encaminhar.

R – Eu vou conseguir escanear e mandar para vocês.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só para entender: essa padaria é sua cliente enquanto consultora de segurança alimentar?

A SRA. FRANCIANE RAMALHO – Hoje, faz, vai fazer um mês que estou lá dentro. Então, eu já pedi todas as reformas.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então, você já pediu todas as reformas e a Vigilância tem de fazer uma visita e essas reformas já foram executadas?

R – Há cinco ou seis meses atrás, elas foram lá, liberaram a padaria para trabalhar e, até hoje não voltou.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O que não deveria, na opinião da senhora?

R – Eu, como profissional, nutricionista e microbiologista eu jamais liberaria um negócio desses.

P – E foi liberado?

R – Foi liberado.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – E você sugeriu ao seu cliente fechar o estabelecimento, já que você está prestando assessoria? Ele fechou o estabelecimento?

R – Sim, já sugeri, ele está fazendo por partes a reforma, tá?

P – Não. Ele fechou o estabelecimento?

R – Não, ele não fechou. Ele está fazendo por partes. Então, a gente, a reforma está sendo feita no local, até porque eu não posso chegar no meu cliente, eu sugiro. Eu falo: "Vamos fechar". Aí ele fala: "Mas é o meu faturamento?" Então vamos fazer por partes. Essa parte, que é um estoque, ele já está, já fechou, já está fazendo. E aí, quando terminar o estoque, ele vai para a parte dos fundos da padaria. Eu, a primeira visita que eu fiz, eu sugeri: fecha a padaria, pelo menos num domingo à tarde, e vamos fazer uma limpeza; tirar tudo que está aí dentro e limpar. E aí, depois, vai a parte de reforma.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora entende que tem vários estabelecimentos nessas condições na cidade de São Paulo?

R – Ah, sim; até pior. Vai até o centro de Osasco?

P – Não, não, eu tenho que ir aqui na cidade de São Paulo.

R – Ah, São Paulo, né. Então tá.

P – Eu só posso... A nossa...

R – É que eu já fiz trabalho lá. Eu quase tive um treco.

P – A senhora vai nos acompanhar, se possível.

R – Sim.

P – Em diversas diligências que nós faremos. Até para... a senhora tem um conhecimento. Vamos fazer uma cartilha do que pode e do que não pode na cidade de São Paulo.

R – Já foi... Olha, a Anvisa, há uns cinco anos, fez essa cartilha. Tem uma cartilha fotografada. Eu ajudei. Eu fotografei, ajudei porque é do meu interesse ajudar. Porque você... Eu, por exemplo, saio para almoçar ou jantar com o meu filho. Eu não sei onde eu estou jantando, onde eu estou almoçando, porque a fachada é bonita da padaria, mas, lá dentro, é desse jeito.

P – A senhora tem essa cartilha, para nos remeter uma cópia?

R – Eu vou procurar.

P – Por favor. As feiras livres; a senhora vai falar sobre feiras livres.

R – É.

P – Eu tenho um medo grande em relação a feiras livres; me preocupa feiras livres.

R – Então, olhe esse peixe. Então assim, o peixe tem que ficar a 3º graus, 2º graus de temperatura, na verdade. Ai, em temperatura ambiente, será que esse peixe está a 2º graus? Olha como ele está sendo comercializado. Não tem gelo, não tem nada. (Pausa) Ai é carne, ó. (Pausa)

O SR. PAULO FRANGE – Ali é São Paulo ou é Caruaru?

R – A de lá eu não lembro onde tirou, mas aquela primeira é... Ai, onde que chama... Casa Verde; numa feira que tem lá na Casa Verde. Na outra... Acho que é da Casa Verde. É que eu trabalho em vários lugares. Então eu termino tirando várias fotos. Tenho bastante material.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa aí são as fotos que a senhora tem. A senhora quer fazer uma explanação do que a senhora entende, do que a senhora vê que está errado, do que tem que melhorar?

R – Na verdade...

P – É importante isso, porque a gente fica preocupado. Eu tenho preocupação em relação às feiras, porque os supermercados têm como ter o controle da temperatura. As feiras será que têm? A senhora coloca bem. E se vende o peixe. O peixe é um produto que é altamente perecível, com uma certa constância de estrago, então a gente fica preocupado.

R – O que acontece? Hoje, por exemplo, tirar um CMVS. Como é que tira um CMVS, o Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária? Você preenche um cadastro – eu já preenchi esse cadastro com um cliente. Até a data de hoje, saiu o CMVS, e a Vigilância ainda não foi lá. Eu já tirei o cadastro.

P – Quanto tempo?

R – Há, faz uns dois meses. Já saiu no Diário Oficial.

P – Essa forma que a... A alteração que a Vigilância fez de dar o primeiro cadastro da autorização e depois fiscalizar, a senhora acha positiva, negativa...? Como é que a senhora, que presta serviço para essa questão, entende essa...

R – Como que alguém dá um documento que nem foi lá, nem verificou nada, não sabe se está de acordo, se não está de acordo? Eu acho que deveria ser o inverso: a Vigilância vai, vê se está de acordo, aplica a normativa e aí sai o cadastro municipal. Eu, no meu ponto de vista.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixa eu aprofundar um pouquinho, só nessa questão específica que ela falou do cadastrou que ela conquistou para um cliente. Você é uma profissional habilitada.

R – Sim.

P – Você tem...

R – O CRN.

P – O seu CRN. E você é consultora.

R – Sim.

P – Portanto, você presta serviços para diversas... A gente vem aqui no seu site diversas empresas que são suas clientes. Então veja só: você tem uma responsabilidade atribuída pela sua formação.

R – Sim.

P – Então você tem uma formação. E quando você é contratado por um estabelecimento comercial para conquistar esse certificado, imagina-se, o setor público, que essa é uma relação que uma profissão que vai informar ao setor público aquilo que de fato tem.

R – Há, há.

P – Imaginando nessa lógica, você está assumindo se aquela empresa não tem condições sanitárias de funcionar, a responsabilidade técnica de instruir o Executivo, portanto, o Poder Público do Município, que uma empresa que não tem condição de funcionamento está funcionando. Porque o que mais me assustou em todo o seu depoimento é a consultoria técnica que você executa, reconhecendo a inaptidão que aquele estabelecimento comercial tem para funcionar, e você ainda o assessora, mantendo-o em funcionamento, botando em risco, inclusive, a sua condição de profissional competente que presta esse serviço. Você mostrou para a gente uma padaria que não tem condição de funcionar. O que o profissional que tem responsabilidade com o cidadão e com aquilo que foi oportunizado de estudo é dizer o seguinte: "Olha, eu estou te denunciando para a Covisa, porque eu quero que se você não encerrar voluntariamente as suas atividades, eu vou pedir a lacração do seu estabelecimento porque você põe em risco a saúde do cidadão". Agora, se todos os profissionais nutricionistas, que prestam assessoria e consultoria na segurança alimentar não realizarem este procedimento, dificilmente qualquer sistema sanitário e fitosanitário na cidade de São Paulo, ou no Brasil inteiro, vai ter um resultado positivo. Então o que mais me preocupou, de todos os seus apontamentos, é que me parece que há uma distância entre o que é segurança alimentar para quem presta consultoria e o que é segurança alimentar para os órgãos de fiscalização e controle, porque senão fica muito distante uma coisa da outra. Na realidade, segurança alimentar é para todos; não é para manter funcionando um estabelecimento que, com a sua consultoria, não tem condição de funcionar.

R – Não, olha só: quando eu presto consultoria, eu faço um relatório, o qual o dono do estabelecimento se propôs a já fazer as adequações. Agora, eu não tenho obrigação... Eu não posso falar: "Vamos fechar". Eu não tenho esse poder.

P – Não, não, pelo amor de Deus.

R – E eu também não posso...

P – Eu não quero que você fale para o seu cliente fechar. É que se você reconhece que aquilo não tem condição de firmar, a sua responsabilidade, como profissional nutricionista, é informar isso à Covisa. É mais ou menos o seguinte: o profissional médico Dr. Milton não é especialista numa área, mas ele vê um doente grave... É cardiopata, mas ele não tem como... O que ele faz? Ele fala assim: "Você vai ser internado agora, porque, senão, você morre". Aí você fala o seguinte: "Não, não, deixa funcionando, porque o cara que vai comer o pão da padaria... O problema é dele, não é do profissional dessa área".

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora me permite. A senhora disse o seguinte... Isso aí é grave. A senhora disse que a senhora tirou o cadastro, tirou a autorização...

R – Não, de um outro estabelecimento.

P – Há dois meses, e que ainda não foram. Mas a senhora é responsável por aquilo que está atestando.

R – Sim, desse local.

P – O Vereador Police colocou muito bem, e é nisso que eu ia entrar: se a senhora atestou, a senhora é uma profissional da área de microbiologia, é uma nutricionista, a senhora atestou que aquilo está apto, a senhora que responde pelas informações que foram dadas ali. Se a senhora entendeu que aquilo não está apto, a senhora não pode assinar um documento e deixar aquele estabelecimento funcionando. Por exemplo, a padaria está apta, está funcionando?

R – Hoje ele está fazendo as reformas.

P – Não, mas ela está apta, dentro do que a senhora entende?

R – Não, ela não está.

P – Então tem que fechar.

R – Só que a Anvisa... só que a fiscal...

P – A senhora assinou.

R – Não, eu não assinei pela padaria.

P – A senhora não assinou?

R – Não.

P – Ah, então a senhora tem que denunciar.

R – Entendeu?

P – A senhora não vai fazer nenhuma denúncia aqui hoje?

R – Então... a Anvisa...

P – Isso é uma denúncia; nós temos que fechar essa padaria.

P – É a Anvisa que tem que fechar, não sou eu.

P – Eu sei, mas...

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Isso a gente sabe. Mas se você não nos informar qual é a padaria, a gente nunca vai fechar.

R – Não, eu informo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então você fala assim: "A padaria fica na rua tal, tal, tal, tal. Há quatro meses eu conheço a padaria, mas não fiz a denúncia nesses quatro meses, fiz hoje, na CPI"; a gente vai lá fechar. Agora, o que não pode é mesmo você sabendo, há quatro meses, que ela funciona de maneira irregular, só hoje você resolver e falar assim: "Tem problema lá", porque imagina o que pode ter acontecido nesses quatro meses. Então essa é uma questão da ética profissional. Quer dizer, se você sabe que alguém corre risco ali, você trabalha com isso, você não podia ter tido 12 horas para denunciar, tinha que denunciar na hora. Passaram quatro meses; você tentou prestar uma consultoria. Não sabe se é uma consultoria regular, ou não é – não ficou claro para a gente que relação que você tem com esse dono dessa padaria. Se você o está assessorando de fato, sugerindo a ele que faça isso ou aquilo. Mas o que é grave aqui é dizer o seguinte: há quatro meses você sabe que o estabelecimento comercial não está apto a fornecer produto, e... Então se você falar para a gente agora, a gente pode pedir para lacrar. Se você não contar para a gente, é mais uma falha nesse procedimento de quatro meses.

R – Não, não está há quatro meses assim, né, Vereador. Eu falei que, quando eu entrei, eu peguei o laudo da Vigilância Sanitária, e ela liberou uma padaria assim. Eu pedi as devidas reformas, e o dono da padaria se propôs a fazer as reformas, tanto é que estão sendo feitas as reformas. E a Vigilância não foi, nesses quatro meses, até agora lá. Eu vou mandar o documento para vocês verem, tá?

P – A gente tem um padrão de investigação da ineficiência da Vigilância Sanitária – por isso existe a CPI. Mas isso não quer dizer que a gente vai deixar uma padaria, que não tem condição de funcionar, independentemente de faz quatro meses que reformar ou faz um mês que não reformar, funcionando, porque aí é uma questão do risco eminente que já está observado. Você acabou de nos dizer, como consultora da padaria, que ela não tem condição de funcionar. Então vamos lá pedir para a autoridade municipal, estadual, lacrar a padaria, até que ele conclua todas as reformas, para que tenha condições sanitárias de funcionamento. Porque se ele teve uma autorização condicionada, imagina-se que está condicionada a algo. Você, como profissional competente, está dizendo que esta condição, nestes meses, ainda não foram cumpridas. Talvez, se tivessem sido cumpridas, ele teria condição de estar funcionando regularmente hoje.

R – Não, está sendo cumprida. Ele já fez a reforma de uma parte da padaria; está fazendo a outra reforma da outra parte da padaria. Está sendo cumprida.

P – Franciane Ramalho, vamos ser muito objetivos: a padaria tem condições de funcionar hoje ou não tem?

R – Hoje tem. Você está me entendendo? Mudaram muitas coisas.

P – Então a gente está vendo o seguinte: tem um fato passado, que a gente não tem como apurar, que é o período que ele funcionou sem essas condições; só que você sabia que ele funcionava sem essas condições.

R – Não, não...

P – Também não?

R – Não.

P – Então não estou entendendo mais nada agora.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espere aí, só uma pergunta: quando a senhora fez a reforma do estoque, aonde foi parar o estoque? Em algum lugar.

R – Sim.

P – Em que local foi parar o estoque?

R – Não, o estoque ficou no mesmo local.

P – E foi feita a reforma... Essa reforma...

R – Ah, não. Al tirou todas as coisas de dentro. A gente acondicionou num outro local e fez toda a reforma, a pintura. Isso daí foi feito. Quando eu cheguei lá e vi o laudo do agente sanitário, eu falei: "Como que ele dá um laudo se estava naquele estado?"

P – Deixa eu só fazer uma pergunta: esse laudo deu antes de a senhora começar a prestar serviço?

R – Não, bem antes, bem antes, você está entendendo.

P – E já estava nessas condições?

R – E já estava nessas condições.

P – Mas esse laudo é dentro dessa legislação que você dá entrada, tem autorização e depois eles vão fiscalizar? Essa é a fragilidade do sistema?

R – Não. Esse não é o cliente que eu tirei o CMVS; esse é outro cliente.

P – Ou esse é anteriormente?

R – Esse cliente é da padaria; ele já tem alvará de funcionamento, é uma padaria antiga, você está entendendo. E aí foi a fiscalização lá, fiscalizou e deu, e falou: "Olha, você está liberando, com restrição". Eu fui, orientei. Fizeram a reforma, limparam, fizeram a primeira limpeza, a segunda, e hoje estão tentando entrar na normativa. Existe um outro local, que é um cliente... Claro, eu concordo com ele: se eu assino responsabilidade técnica, é óbvio que o local tem que estar ok, porque o meu Conselho também me fiscaliza. Agora, você já prestou atenção na 1210? Existe um parágrafo que fala que se o fabricante foi EPP, ME, ele não precisa de um responsável técnico. Quantas empresas não são de pequeno porte e não tiram esse CMVS? Você está entendendo? Porque eu, como profissional, assino... Vou falar a marca aqui: o açúcar União. É uma doceira do açúcar União. Então lá a gente está tirando o CMVS. Está tudo de acordo: está azulejado. Eu falei "Vamos fazer tal reforma, vamos colocar tal uniforme". Agora, eu falei que tem empresas, restaurantes pequenos, que não precisam ter um responsável técnico.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Tá. Então aí é um problema concorrencial que você está enxergando: a doceira Nova América precisa e alguns menores não precisam.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, na lei, todos têm que ter um responsável relativo à Vigilância.

R – Não, se o senhor vir lá... Bom, eu não sei se é interpretação. Mas lá mesmo, na Covisa, se você é ME e EPP, você, como dono, pode ser responsável técnico.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – E qual o problema que a doceira da União teve para isso?

R – Não, nenhum. Eles não tiveram nenhum. Eu sou responsável técnica de lá; eu assino.

P – Então você é responsável pela...

R – Sou.

P – Lá na Rua dos Pinheiros. Então você é a responsável por eles.

R – Sim, isso.
P – E você está dizendo que...
R – Eles não tiveram problema nenhum.
P – Al ele tem um grau de exigência que aos outros não tem.
R – Não.
P – Que outros são esses que não têm igual...
R – Porque lá eles não são... Porque quando você é ME, pequena empresa, se você pegar o primeiro parágrafo de responsabilidade técnico da 1210, está lá dizendo isso. Então, se você é pequena empresa. Eu abro um restaurante – vou dar um exemplo –, e aí eu quero tirar o meu CMVS.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas quando vai preencher o cadastro, tem que ter um responsável técnico, e pode ser o próprio proprietário que, muitas vezes, não é da área.
R – É isso. O senhor entendeu?
O SR. JOSÉ POLICE NETO – Isso eu entendi.
R – É que lá precisa de uma responsável técnico porque eles não são pequena empresa. Então eles me contrataram como nutricionista; sou funcionária deles lá. Você está entendendo? Tipo uma funcionária.
P – Vamos entender um pouco isso. Você tem complexidades pelo tamanho do empreendimento. Então, uma pequena empresa e uma microempresa, a nossa própria Constituição definiu que, por elas serem pequenas, elas precisariam, do Poder Público, de um processo de desburocratização e de incentivos. Talvez este, de ter responsável técnico como proprietário, seja uma dessas formas. O que a gente pode discutir é se isso é adequado ou não para as medidas sanitárias. Mas, por óbvio, uma doceria que fornece cinco mil, seis mil quilos de produto por dia, é diferente daquela que fornece cinco quilos por dia, nos aspectos de produção. Você tem uma facilidade para fiscalizar, tanto a recepção de produtos como a manufatura de uma cozinha que tem um cozinheiro. Diferentemente você faz quando você tem 30 cozinheiros, e você tem um espaço para acomodação de produtos, um espaço-frigorífico para acomodar isso. Muitas vezes, uma microempresa tem um freezer e uma geladeira; ele não tem uma câmara frigorífica na sua produção. Então você tem tratamentos distintos para aqueles que são diferentes. Então, comparar o microempresário, ou o microempreendedor, que conseguiu, com um esforço muito grande, abrir a sua confeitaria – vende lá o brigadeiro –, com a doceria da União não me parece que auxiliará a nossa capacidade de intervenção junto à Vigilância Sanitária. Mas, aí, você traz uma informação importantíssima para a gente, e aí eu quero me fixar nisso: quando a senhora fala que, ao não exigir competência técnica deste profissional responsável, que pode ser até o dono do estabelecimento, o microempresário, o microempreendedor, fragiliza o sistema sanitário. Sim. A pergunta objetiva é o seguinte: você tem condições de dar informações sanitárias para este proprietário da microempresa, ou, na sua avaliação, isso só pode ser realizado por empresas ou por profissionais da área de nutrição ou de microbiologia e assim por diante? Estou querendo entender se é algo que é restrito a esses profissionais ou algum grau de qualificação que se dê ao pequeno empreendedor permitirá a ele esse grau de desburocratização que se busca.
R – Quando o pequeno empresário, a pequena empresa, procura informação, sim. Quando ele não procura, não. Então, por exemplo, se você me procurar e perguntar: "Olha, eu quero tirar o meu CMVS". Eu vou te orientar como tirar um CMVS.
P – Isso eu sei, porque, procurando você, tem custo para ele. O que eu estou te perguntando é para não ter custo para ele.
R – Aí tem ele tem que se informar na Vigilância.
P – Eu estou aqui compreendendo que as empresas que recorrem a um serviço como o seu já têm um tamanho um pouco maior do que uma microempresa.
R – Não, não.
P – Não?
R – Não.
P – É que você me falou de uma doceria da União.
R – Não, sim, eu te citei...
P – Uma doceria da União é diferente...
R – Eu te citei um que eu assino a responsabilidade técnica. Então você me perguntou.
P – Não, você falou da doceria União; eu não perguntei nada.
R – Na verdade, eu assino responsabilidade técnica por quê? Quando eu cheguei para assinar uma responsabilidade técnica, eu pedi várias modificações, e eles fizeram na hora.
P – Sim, mas ele tem, por obrigação, ter um responsável técnico. Tem uma diferença daquele que é obrigado pela lei, portanto ele recorre aos seus trabalhos, como pode recorrer a outros profissionais, mas ele é obrigado a isso.
R – Isso.
P – Eu estou dizendo daquele que não é obrigado por um processo de desburocratização e de incentivo à autogestão daquele empreendedor. Vamos imaginar, lá em Guaianases, uma pequena confeitaria, que trabalha ela e uma filha. Você acha necessário recorrer a serviços profissionais de consultoria alimentar, ou, para aquele modelo de produção, quase que artesanal, é possível você fazê-lo exclusivamente com relação com setor público, para não gerar novo ônus a este profissional? Essa é a pergunta.
R – Olha, eu não sei como a Vigilância vai se comportar, ou como que essa pessoa, lá em Guaianases. Só que o bolo que essa pessoa faz lá em Guaianases, ou em outro local, lá na Sapopemba, ele também pode matar como qualquer outro bolo. O meu filho comeu uma coxinha e quase morreu; ficou sete dias internado. Então eu não sei.
P – Não, vamos aqui resgatar, porque...
R – Ou eu não entendi a sua pergunta.
P – Não, é que se a gente parte da premissa de que o bolo mata, até o bolo que a gente faz em casa pode matar.
R – Sim.
P – Então essa não é uma premissa fática, porque ontem ninguém morreu com bolo e nem anteontem ninguém morreu com bolo em São Paulo. Senão a gente parte da premissa do caos para produzir a cidade correta. Então nós não estamos no caos. Essa é uma questão objetiva. Nós temos fragilidades na legislação, fragilidades na fiscalização e fragilidade em profissionais que assinam documentos que não poderiam dar condições àquele estabelecimento funcionar, mas, muitas vezes, isso acontece. De maneira objetiva: quando você presta consultoria para uma empresa, a empresa está segura nas suas mãos.
R – Sim.
P – Porque ela está acreditando que entregou para um profissional que tem condições de bem orientá-lo e bem defendê-lo frente ao setor público, se o setor público, numa hora, resolver fazer exigências fora do padrão normal. É isso que faz chamar a consultoria de serviço. Quando um microempreendedor faz isso sozinho, ele tem condições de ter o mesmo êxito. E aí eu falo êxito, o seguinte: ele consegue, ao buscar as informações disponíveis na legislação, manter o seu estabelecimento funcionando de maneira regular, e ofertando essa segurança do bolo que não mata, ou ele só conseguirá isso a partir de serviços profissionais como o seu?
R – Não, se ele souber interpretar bem a legislação, a 1210, seguir à risca direitinho, tranquilo.
P – Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Agora, essa padaria, que a senhora disse que prestou, está regular ou está irregular?
R – Não, ela está regular agora. A gente...
P – Está regular?

R – Está. Eles fizeram uma boa limpeza; trocaram a câmara. Estão investindo, compraram freezer. O que eu acho, no meu ponto de vista: que quando a fiscalização foi lá, há quatro, cinco meses, que eu não me lembro direito, ela não deveria ter deixado essa padaria funcionar.

P – E por que deixou ela funcionar?

R – Ah, não sei, né. Al...

P – Não foi a Covisa que foi?

R – Não, foi a... Porque hoje não é a Covisa que fiscaliza.

P – É quem?

R – É distribuído, não é?

P – Quem é que fiscaliza?

R – É a Vigilância Sanitária, só que do... É, termina virando Covisa. É que assim: tem a da Aricanduva, tem a da Vila Prudente. Essa aí, se eu não me engano, foi da Vila Prudente, que são das subprefeituras.

P – É descentralizado. Nós temos 31 subprefeituras.

R – Então, aí o que acontece: quando eles foram lá, eles não deveriam deixar. Falar: "Olha, não tem condições; vamos fechar". Só que não, ele deixou. Eu, quando cheguei lá, falei: "Não tem condições. Se o senhor não fizer o que eu estou colocando no relatório, eu também não posso trabalhar para o senhor". E aí ele concordou; reformamos o estoque. Eu estou mostrando fotos de quando eu entrei, não agora, tá. Então assim, até posso tirar algumas fotos e mandar para vocês.

P – Está bem.

R – Eu chego no local... Se eu vejo que o dono tem condições de ter o trabalho, tudo bem, ele tem o trabalho, ele vai pagar pelo trabalho, a gente faz o trabalho. Se ele não tem condições, eu saio do local, como já sai de vários locais.

P – A senhora viu a manchete de hoje no *Jornal da Tarde* e na *Folha de S. Paulo*, *Estado de São Paulo*?

R – É McDonald's.

P – McDonald's vendem hambúrguer vencido. Isso deve ser algo comum na cidade; é que não há fiscalização.

R – Sim.

P – Mas isso deve acontecer em vários locais. Inclusive agora está uma equipe lá num supermercado grande, verificando uma denúncia que chegou ontem. Estão lá; daqui a poucos eles vão ligar. Estão lá para ver se estão vencidos os produtos. Vão comprar e nós vamos lá imediatamente, se for confirmada a denúncia feita aqui na nossa Comissão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Posso voltar à padaria? Essa padaria funciona desde quando?

R – Olha, faz muitos anos.

P – Muitos anos são 20 anos, 30 anos...

R – Uns 20 anos.

P – Vinte anos. Então vamos imaginar uma padaria que funciona há 50 anos, e a Vigilância foi até a padaria, identificou fragilidades e pediu alterações na forma com que ela se apresenta para a produção. É isso que você constatou quando você lá chegou?

R – Então, tinha um relatório, e nesse... Eu vou ver a data. Nesse relatório ela colocou: "Olha, reforma pintura de parede"... Colocou as informações.

P – Então, na realidade, ela fez algo...

R – Só que ela colocou um prazo para voltar, só que não voltou, e o dono não fez.

P – Isso eu entendi. Então vamos aqui entender: você foi à padaria. Você foi chamada à padaria?

R – Não, não. Eu morei lá próximo. Eu falei do meu serviço e ofereci. Aí o dono da padaria falou: "Olha, eu recebi a fiscalização faz pouco tempo, uns quatro, cinco meses atrás"...

P – Então ele recebeu uma fiscalização; a fiscalização indicava a ele que ele tinha que fazer alterações para garantir a "saudabilidade" da atividade profissional que produz lá dentro, e deu prazo para ele e ele não cumpriu o prazo. E essa padaria já funcionava há muito tempo. Então foi uma ação fiscalizatória que identificou essa fragilidade. E aí o dono da padaria não fez aquilo que foi determinado pelo setor público.

R – Fez um pouco.

P – Fez um pouco depois que você...

R – Não, ele fez um pouco, até do descritivo que ela deixou, só que ele não fez tudo.

P – Tá, mas aí ele fez isso... Deixa eu deixar muito claro isso: ele inicia esse processo porque ele foi fiscalizado ou porque você passou a prestar consultoria?

R – Os dois: ele fez um pouco, porque já estava sendo feito...

P – Quando você chegou, ele já estava fazendo alguma coisa, ou ele não estava fazendo nada?

R – Não, estava. Estava fazendo alguma coisa. Ele estava mexendo numa parte da frente da padaria.

P – Mas ele estava mexendo em...

R – Na parte de refrigeração.

P – De refrigeração. Então ele tinha uma padaria há 50 anos; a fiscalização foi há cinco meses, identificou fragilidades, recomendou a ele fazer reformas. Você é frequentadora da padaria e viu as reformas.

R – Há, há.

P – E aí ele comentou com você que a Vigilância foi lá, fez recomendações a ele, e você falou dos seus trabalhos profissionais, e, a partir daí, ele passou a ser mais atento às reformas que ele não tinha feito. É isso?

R – É. O que me... O que eu peço é por que ela então voltou lá?

P – Não, a gente vai chegar ao "não voltar".

R – Mas, hoje...

P – Ele é dono de um estabelecimento comercial que é identificado que não funciona de maneira regular. Uma nutricionista, que presta serviço de consultoria de segurança alimentar, é frequentadora dessa padaria. Identifica não só anomalia do serviço de vigilância, mas anomalia do seu prestador de serviço alimentar, porque é uma padaria na qual você consome. E aí você diz para a gente que ele fez parte, e essa parte permite a ele, hoje, funcionar. E, nesses 50 anos, ele funcionou... Porque me parece pouco razoável a gente dizer que o único problema são os dois ou três meses da fiscalização necessária da Vigilância para identificação de algo que tinha que ser feito e não foi. Mas, nesse intervalo de tempo, tem a visita sua lá, que é o fato diferencial para mim.

R – Então, ele fez a reforma que eu estou pedindo. O que eu pedi está sendo feito.

P – Mas o que você pediu é diferente do que a Vigilância pediu?

R – Não, não muito.

P – Então vamos aqui entender que ele passou a fazer aquilo que a Vigilância pediu porque você pressionou.

R – Sim.

P – É isso?

R – Sim. Pressionei, não; estou ali... Estou dando um treinamento, que é importante, conhecimento...

P – Para esse...

R – É, para a padaria.

P – Não, então eu entendi. Então, na realidade, a mudança do comportamento da padaria é quando você passa a prestar um serviço de consultoria que ele verifica que não só as recomendações da Vigilância Sanitária são importantes para o bom funcionamento como para ele estar correto frente à lei.

R – Sim.

P – É isso?

R – Depois do treinamento, para o senhor ter noção, que eu dei, então eu passo alguns filmes. Os funcionários dobraram o cuidado. Então hoje tem etiqueta em tudo, em data de validade eles prestam muito mais atenção.

P – Eles podiam estar fazendo o mesmo que faziam aquele do salgadinho de bacon: ao produzir algo e não colocar etiqueta, em tese, ele está produzindo... Pode não ser um salgadinho de bacon, mas, depois de dois dias, pode ser muito mais perigoso do que salgadinho de bacon.

R – Sim. Entendeu? Então hoje eles têm treinamento, eles têm informação. Acho que também falta muita informação, entendeu.

P – Então tá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A senhora tem mais algo a falar?

R – Não.

P – Está bem. Qualquer dúvida, entraremos em contato com a senhora.

R – Obrigada.

P – Agradecemos a presença. Nós temos aqui Sindicato... Por favor, venha à frente aqui. Parece que tem uma denúncia para fazer.

Aqui nós estamos abertos a todos. O senhor só se identifica. Eu peço à Assessoria que leve o Termo de Compromisso. O senhor faça o favor. Então, o senhor já pode fazer a leitura do termo de compromisso.

O SR. WLAMIR LIMA – “Eu, Wlamir Lima, convidado a depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente, no que tange à comercialização e manipulação de produtos, cosmético, alimentos, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde”. O número aqui do processo. Tem de ler também tudo?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Não, não, não. Não há necessidade.

R – “Comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada”.

P – Sr. Wlamir, o senhor é?

R – Posso falar? Eu falo. Sindsep, é Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo. Eu sou um dos diretores do sindicato. Eu sou responsável pela Secretaria de Política de Saúde do Trabalhador.

P – E o senhor tem uma denúncia a fazer. Qual denúncia?

R – Isso. Na verdade, já desde o início do ano, os trabalhadores de zoonoses, que fazem combate às endemias do município, vêm questionando ao sindicato que a Prefeitura, a Covisa, está distribuindo protetores solares ou bloqueadores solares vencido para eles. Isso a gente questionou. Os próprios trabalhadores e a Covisa começou a circular, nas unidades... Acho que entregaram aí para vocês?

P – Não. Nós temos uma cópia desse material?

R – Tem. Eu deixei. A Covisa passou para as unidades um comunicado da empresa, que validava o produto por mais um período. Então, o que o produto está vencido? Desde fevereiro, e ela dizendo que, mesmo vencido, poderia validar por mais. A gente questionou a Covisa. No nosso entendimento, esse é um procedimento errado. Fizemos um ofício solicitando à Covisa uma reunião e, é claro, não só para a questão dos protetores, mas para outros problemas da própria Covisa, de não distribuir uniformes, condições de trabalho precários para os trabalhadores, e a Covisa respondeu, reafirmando que a empresa validou o produto. Então, no nosso entendimento, está errado esse procedimento da Covisa. E como não está tendo uma...

P – Validou um produto vencido?

R – Isso. É, está aí um documento da empresa, dizendo que o produto pode ser usado mais por um período, além do vencimento que está no rótulo dele. Então, a gente está questionando isso, e vamos aproveitar esse questionamento à Covisa. No nosso entendimento, se for fazer uma fiscalização num comércio, com um produto vencido, no mínimo, vai ser recolhido ou autuado, e a Covisa aqui está referendando à empresa, orientando os trabalhadores a usar um produto vencido. Então, esse é o nosso questionamento, que a gente faz e, claro, a gente não tem as condições de dizer se a Covisa já comprou esse produto vencido ou ela manteve esse produto lá e agora está distribuindo vencido para os trabalhadores. Isso começou desde o início do ano, está?

P – O produto, a data de fabricação, o senhor sabe qual é?

R – Aqui fala do lote, não é? Eu posso pedir para os trabalhadores trazerem um produto desse.

P – Traga. Para nós, seria importante.

R – Sem dúvida. Não, isso a gente pede.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A gente encaminha aos órgãos que possam... Mandam para o Ministério Público isso. Isso aqui é um absurdo. Pergunto se dariam isso para os filhos deles. Eu não daria um produto vencido para o meu filho. Pela ordem, Vereadora...

A SRA. SANDRA TADEU – Esses produtos, eles ficam com funcionários durante o serviço?

O SR. WLAMIR LIMA – Isso, armazenado, ou às vezes, no armário. Quer dizer, também...

A SRA. SANDRA TADEU – E quando eles saem, na rua, vai junto?

R – Eles têm de usar. É isso.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade, Sr. Presidente, queria aqui só trazer uma informação rápida, muito estimulada pela debate com a Bionutri. A Covisa tem um curso, e acho importante a gente divulgar, inclusive, pedir que um dos nossos profissionais que assessora a nossa comissão participe de um deles, até para a gente ter as noções do que é isso. É um curso dirigido a proprietários e pessoas por ele designadas de microempresas. Então, enfrentando, exatamente, a questão colocada pela Franciane Ramalho, que nos trouxe essa preocupação da Covisa e, portanto, da Vigilância Sanitária Municipal, ter cursos regulares para capacitar, e aqui diz isso exatamente isso: “O curso capacita os participantes nas boas práticas de manipulação, ou seja, nos requisitos de organização e higiene, necessários para garantir qualidade de segurança dos alimentos”, quem são os professores. O curso é ministrado por faculdades e universidades e por técnicos da Supervisão em Vigilância Sanitária e Saúde, especialmente preparados para esses alunos. Que alunos? Aqueles proprietários de microempresas e empresas de pequeno porte, e empresas que realizam comercialização de produtos por ambulantes. O curso é gratuito. Aí tem uma carga horária aqui, que já foi discutida, em outro debate, que ainda acha-se que é pequena, que é de oito horas e, por isso, a sugestão que um dos nossos assessores possa acompanhar um desses cursos, para... São dois dias de quatro horas, e traz aqui, inclusive, de forma descentralizada, onde você pode, na zona Sudeste, Centro-Oeste, Leste, Sul e Norte, onde pode participar do curso, e deixa aqui as informações com a atualização no último dia 25 do quatro. Então, exatamente, para enfrentar essa preocupação daquele responsável legal e técnico pelo pequeno negócio ou micronegócio, que tem que se habilitar para ter boas práticas na questão da segurança alimentar. Então, é só deixar isso ilustrado, para a gente certificar que esse conjunto de informações chega, com qualidade, para esses que vendem produtos para consumo na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Bom, está feita a denúncia do Sr. Wlamir. Eu queria informar que, neste momento, alguns assessores, de uma denúncia do Supermercado Pão de Açúcar, da Praça Panamericana, tem produto lá vencido. Estão lá, compraram o produto. Já avisamos a Covisa, e assim que encerramos aqui, estaremos indo até lá. Os Vereadores que acharem que devem acompanhar, estão todos convidados.

Eu passo a palavra ao Vereador Natalini. (Pausa) Muito bem.

Obrigado pela presença. Sr. Wlamir, se puder trazer aqui uma amostra, e nós vamos encaminhar isso aos órgãos competentes.

Pela ordem, nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Nós temos agendado uma reunião da Secretaria Municipal de Saúde, Educação e o Coren, para o dia 8 de junho. Era quanto à discussão da enfermeira nas unidades educacionais. Acontece que a portaria que foi publicada agora, dia 16 de abril, da Secretaria de Educação, ela cobra a exigência do enfermeiro supervisor e os comprovantes de habilitação e indicação desses enfermeiros a partir de já, e isso, praticamente, inviabiliza, pelo *per capita*, o trabalho das entidades conveniadas, que hoje já não conseguem mais a sobrevivência sem esse papel. Se o senhor estiver lembrado, nós questionamos isso junto ao Coren, como é que ficaria a situação da enfermagem dentro das unidades educacionais. Elas não podem ficar, as técnicas ou auxiliares, sem supervisão de enfermagem, e a Secretaria de Educação agora cobra a presença da Supervisão de Enfermagem. Nós não sabemos como isso pode ser feito. A primeira possibilidade seria a contratação. Não há recurso, pelo *per capita*, para contratar enfermeira supervisora. A segunda possibilidade seria a supervisão ser feita em grupos, o que é quase impossível, porque nós não poderíamos agrupar quatro ou cinco enfermeiras, aliás, unidades educacionais com uma enfermeira supervisora à distância. A supervisão tem de estar presente. E a outra situação seria a integração disso com o Programa de Saúde da Família, que passa na porta das unidades educacionais, das creches, e não entra, e não acompanha esse trabalho. Para isso, Sr. Presidente, eu estou requerendo de V.Exa. que essa reunião, para o dia 8 de junho, vai ficar distante demais, já que nós temos um fato novo, agora, dia 16 de abril, da Educação, cobrando isso. Eu gostaria de pedir aos Srs. Vereadores que possam aprovar um requerimento, para que a gente possa antecipar, junto a nossa Secretaria, junto à Assessoria e às demais Secretarias, para que a gente tenha junto aqui a Secretaria de Saúde, Educação e Coren, porque não adianta vir um só.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Qual é a data que o senhor indica?

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, a próxima semana fica muito próximo. Pelo menos, na outra, em quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu peço para a Assessoria Técnica que se, possível, agende, não na próxima terça, na outra terça o requerimento, aqui o pedido do Vereador Paulo Frange, que é de interesse de todos. A votos. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Está aprovado. Quería só registrar a presença do Vereador Zelão, que está aqui desde o início. Eu esqueci de nominar a presença do Vereador e da também Vereadora Noemi Nonato. Há vários requerimentos sobre a mesa. Eu requeiro que sejam dados como lidos os requerimentos. A votos. Os Srs. Vereadores estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

- Leitura dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A votos os requerimentos. Os Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos, permaneçam como estão. (Pausa) Estão aprovados os requerimentos.

Não havendo mais nada a tratar, eu queria lembrar que nós sairemos até à Praça Panamericana. Os Vereadores que quiserem acompanhar, estaremos indo agora até o Supermercado Pão de Açúcar e também já vamos aproveitar para verificar os procedimentos de guarda de alimentos perecíveis, como que está o manuseio em relação às comidas que são fracionadas, queijos, laticínios. Estaremos indo, neste momento, até à Praça Panamericana.

Antes de encerrar, tem aqui um comunicado da Assessoria Técnica, que foi aprovado, o pedido de prorrogação da CPI por mais 120 dias, com término em 5 de 12 de 2010, com prazo máximo à aprovação. "Envio o relatório final até 20 de 12 de 2010".

Estão encerrados os trabalhos de hoje. Boa tarde. Bom trabalho a todos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

FL. Nº 165
Anexo – Notas Taquigráficas
Proc. nº 08-0046/2010
CMSP – CPI-COVISA
Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18 DE MAIO DE 2010

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, com a presença dos Vereadores: José Police Neto, Jamil Murad, Zelão, Milton Ferreira e Aurélio Miguel.

Foram convidados para esta reunião o Conselho Regional de Odontologia de São Paulo e o Conselho Regional de Óptica e Optometria do Estado de São Paulo.

Queria agradecer a presença dos convidados, a representante do Conselho Regional de Odontologia, Dra. Maria Lúcia Zarvos; o representante do Conselho Regional de Óptica, Dr. José Eduardo Moura, Presidente; Dr. Luis Piesigilli, Vice-Presidente Executivo; Sr. Lauh Feitosa, Diretor de Comunicações.

Bom dia. Obrigado pela presença.

Nós vamos iniciar com a Dra. Maria Lúcia Zarvos. Ela tem um compromisso em breve e pediu se pudesse ser escutada em primeiro lugar.

Acho que a senhora tem um Termo de Compromisso. Se a senhora puder ler, eu agradeço.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS - "Eu, Maria Lúcia Zarvos Varellis, convidada para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Antes de passar a palavra à Dra. Maria Lúcia, gostaria de lembrar os Srs. Vereadores da Comissão que saiu matéria no jornal *O Estado de São Paulo*: "Dengue tem alta na Capital. Os casos de dengue na Capital, aqueles que são contraídos no próprio Município, já chegaram a 1.879, até o dia 28 de abril, contra 322 em todo o ano de 2009. Já os registros de casos importados de outros Municípios é de 881 nos quatro primeiros meses, contra 273 nos 12 meses do ano passado. O maior número de registros da Cidade concentram-se na zona Sul, com 569 casos. Bairros com maior incidência de casos são Campo Limpo, Vila Sonia, Butantã e região".

Gostaria de aproveitar de passar uma reportagem veiculada na *TV Record*, justamente um questionamento que tivemos aqui com Covisa, a falta de estrutura, falta de equipamento para poder realizar os serviços. Peço à Assessoria que passe o vídeo.

- Apresentação de vídeo. ("Repórter Ana Paula Padrão: ...aumentaram 80% em todo o Brasil no primeiro trimestre deste ano. O Estado de São Paulo registrou o maior número de mortes: 38....")

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É. Essa é a nossa realidade. Fizemos aqui, apresentaram um vídeo lindo, maravilhoso, mas a realidade é outra. Não tem nenhum representante da Covisa aqui? Não tem, né? Devem estar assistindo lá. O Secretário também.

Tem a palavra o nobre Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de fazer uma observação que esses dados, que já são espantosos, e a imprensa deve ter obtido esses dados na própria Secretaria.

A informação que temos é muito mais do que isso, os dados que temos das pessoas infectadas, contaminadas pelo mosquito da dengue na Cidade de São Paulo. Temos dados que dão conta de mais de quatro mil, viu, Sr. Presidente. Acho que esses dados aí estão muito generosos, tá certo. Essa é a forma que vejo. Há muito tempo, principalmente nas regiões periféricas, a Covisa tem atuado, e lá nem é Covisa, é Surv, nas Subprefeituras, ou seja, uma Supervisão, elas têm trabalhado mediante denúncia da dengue na região. Então, elas não têm, além de não ter o carro, não têm os funcionários suficientes para fazer todas as regiões que têm o problema da dengue na Cidade.

Então, tem uma denúncia que houve um caso na vila tal, na rua tal, eles vão lá e fazem o trabalho naquela região. Houve em outra região, eles correm para lá, quer dizer não tem um trabalho planejado, tá certo? Um plano de atendimento ao combate do mosquito da dengue e, principalmente, nas periferias desta Cidade.

Então, Sr. Presidente, temos informações que a Cidade de São Paulo já ultrapassa as quatro mil, os quatro mil casos de pessoas que foram infectadas pelo mosquito da dengue. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Passo a palavra para o Vereador e Relator Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – De fato, é uma situação escandalosa essa: a dengue crescendo. Mas eu proponho, Sr. Presidente, que a gente ouça a representante do Conselho Regional de Odontologia, que ela tem um horário e nós, posteriormente, vamos voltar nessa questão da Covisa, do combate à dengue. Obrigado, Sr. Presidente.

Nós queríamos fazer algumas perguntas. O Secretário adjunto da Saúde, aqui, do Município de São Paulo, em 5 de março, ele disse e consta no site do Conselho, assim: "O Secretário adjunto fez uma visita ao Conselho Regional de Odontologia e estava se prevendo uma cooperação mútua no campo da fiscalização a fim de coibir o exercício ilegal da Odontologia e outras irregularidades no exercício, na prestação de serviço odontológico". Esse termo de cooperação foi assinado?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Sim, esse termo foi assinado logo após a visita que tivemos do Secretário José Maria Orlando e foi elaborado um documento e, posteriormente, esse documento foi assinado como um termo de cooperação entre as duas partes.

O SR. JAMIL MURAD – E qual tem sido o resultado bilateral até agora? Vocês têm encaminhado casos de irregularidade para a Secretaria ou a Secretaria tem encaminhado para o Conselho, tem algum resultado já?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Nós sempre trabalhamos em parceria com a Covisa na apuração de irregularidades de exercício profissional, de panfletagem, enfim, de alguma irregularidade dentro do exercício profissional. E esse trabalho vem sendo ampliado à medida que vão sendo necessárias essas fiscalizações para a apuração de irregularidades.

P – Existem falsos profissionais e vocês chegam a detectar que não têm registro no Conselho ou, eventualmente, o indivíduo é formado, mas não é registrado, ou mesmo de curioso veste uma roupa branca e monta um atendimento sem estar qualificado para isso aqui no Município de São Paulo?

R – Existem. Existem, sim, irregularidades de pessoas que eventualmente fazem uma faculdade fora do Brasil e vêm exercer aqui e não têm a regularidade da documentação. Eventualmente, existem casos em que a fiscalização flagra o atendimento realizado a um paciente por uma pessoa que não é dentista. Às vezes, pode ser um protético que está realizando algum trabalho. Enfim, têm várias situações em que a gente pode realmente constatar um exercício ilegal.

P – Isso é concreto, quer dizer, isso existe aqui no Município de São Paulo?

R – Existe. Existe. Não só acredito, não só em São Paulo, mas especificamente aqui, sim.

P – Isso é muito importante, porque em várias profissões a gente vê, muitas vezes, essa fraude. Então, a nossa pergunta se dirige a esse esclarecimento aqui.

A senhora confirma isso. (Pausa)

Na prestação de contas do exercício de 2008, consta que a fiscalização do Conselho Regional de Odontologia visitou 19.693 consultórios, clínicas e empresas de convênio na Capital. Essas visitas foram realizadas em conjunto com a Covisa?

R – Muitas delas são realizadas em conjunto, outras isoladas. No caso, muitas vezes, nós recebemos denúncias elaboradas pela Covisa. Então, a Covisa visita algum estabelecimento, detecta alguma irregularidade e nos comunica. Outras vezes, fiscais do Conselho Regional de Odontologia detectam alguma situação e comunicam à Covisa. Nem sempre é possível que essa visita seja feita em conjunto, até porque nós temos uma limitação de número de pessoas para realizar todo esse trabalho. No Município como o nosso, num estado que têm cerca de 75 mil cirurgiões dentistas, é realmente um número bastante elevado e, na medida do possível, essas fiscalizações vão sendo realizadas, mas nem todas podem ser feitas conjuntamente.

P – Dra. Maria Lúcia, a gente vê na televisão – ainda hoje de manhã vi uma publicidade de clínicas que fazem implantes – tem sido detectada irregularidade nesse processo? O Conselho certamente tem um grande trabalho para investigar isso, não é? Essas clínicas de transplante com grande publicidade, como funcionam? Os municípios podem ficar tranquilos ou há riscos, há problemas no material utilizado, no mau exercício profissional, ou uma imposição de um trabalho para os profissionais feito pela empresa contratante e que acaba prestando um mau serviço ao cliente? O que a senhora pode nos esclarecer sobre isso?

R – Na verdade, existem vários aspectos envolvidos quando o senhor se refere a essas empresas prestadoras de serviço. Primeiramente, nós vamos abordar a questão da ética profissional. Então, existe um Código de Ética que rege o exercício profissional e o Conselho Regional de Odontologia tem uma Comissão de Ética a qual está sempre vigilante em relação ao tipo de propaganda que é veiculada em qualquer setor de comunicação. Então, realmente foram apuradas muitas irregularidades no que se refere à publicidade dessas empresas realizadas em televisão e os responsáveis foram chamados. Vários processos foram instaurados até que todas essas irregularidades fossem sanadas para que hoje a gente pudesse ter veiculado na TV, no rádio ou em jornal propagandas que estejam obedecendo ao Código de Ética Profissional. Essa é uma questão – a da ética.

Tem também a questão do exercício profissional dentro dessas empresas no que envolve a qualidade do serviço oferecido, a qualidade de biossegurança dentro desses consultórios de maneira a não levar nenhum tipo de contaminação cruzada para quem está se submetendo ao tratamento. E, na medida do possível, isso também tem sido fiscalizado pelos fiscais que fazem as visitas e apuram a situação dessas empresas.

P – Nós temos aqui, doutora, na *Folha de S. Paulo* de 30 de março, é recente: "Polícia apreende materiais odontológicos irregulares em São Paulo. Advogado é preso". Um advogado de 37 anos foi flagrado por estocar, com fins comerciais, produtos odontológicos sem registro nos órgãos de vigilância sanitária. Quer dizer, ao não ter o registro, o consumidor, o cliente pode estar comprando gato por lebre, um material de outra qualidade, que não dá segurança ou que pode dar infecções ou de uma resistência imprópria e assim por diante.

Então, aqui colocava que tinha uma empresa que só tinha registro para vender espelhos odontológicos e aí eles foram verificar e vendiam brocas, limas, curetas e outros materiais usados por dentistas. A Covisa tem contribuído na investigação desse exercício da odontologia, do material utilizado ou é apenas a Polícia? A senhora é do Conselho, então, acompanha minuciosamente tudo o que acontece nessa área. O Conselho acompanha tudo o que acontece nessa área. Então, é uma opinião importante que a CPI gostaria de conhecer – a sua opinião.

R – Eu vou me permitir abrir um pequeno parêntese aqui para esclarecer que a atuação do Conselho vai muito além até das atribuições que lhe são conferidas. Para os senhores terem uma ideia, eu mesma participo de uma Comissão que foi elaborada com vários Conselhos de Saúde com relação à utilização de antibióticos para evitar a resistência dos microorganismos. Participo, também, de reuniões da ABNT na Sinafer, no prédio da FIESP, representando o Conselho Regional de Odontologia no que diz respeito às normas de fabricação de brocas e instrumentos utilizados no tratamento odontológico. Então, nosso trabalho como Conselho vai nessas várias vertentes. O que eu posso dizer, o que é de meu conhecimento, é que existe um trabalho grande em relação a coibir tanto o armazenamento como a comercialização de produtos que não tenham registro na Anvisa e que não sejam armazenados de forma correta, bem como da fabricação. Hoje está sendo feito um trabalho grande já para não permitir que o produto seja fabricado com materiais que não sejam de segurança para quem exerce e para quem recebe o tratamento. Agora, eu ao posso dizer para o senhor, precisamente em números e quantificar essa vigilância que a Covisa faz em relação a isso. Eu sei que sim, faz, inclusive porque participo também de um grupo técnico dentro da Covisa para reescrever a SS-15, de 1999, que é uma resolução que trata de alguns assuntos pertinentes ao exercício profissional e sei da preocupação que há em todos esses setores.

Agora, eu não teria como apresentar números porque, realmente, foge do meu conhecimento a quantificação dessa fiscalização.

O SR. JAMIL MURAD – A Covisa encaminha para o conselho as irregularidades que eles descobrem ou não?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Encaminha.

O SR. JAMIL MURAD – A senhora poderia, nós vamos fazer um ofício solicitando que a senhora e o Conselho informem os casos que foram encaminhados nos últimos dois anos. O presidente sugere, também, que a gente seja informado dos ofícios que foram encaminhados do Conselho para a Covisa, para que a Covisa tomasse determinadas providências.

O que aparece junto ao público, por meio dos órgãos de informação, é muito uma atuação policial. Se bem que a Covisa também tem esse papel, esse poder de polícia. Muitas vezes, os jornalistas que vão fazer determinadas matérias achando que a Câmara nem poderia se intrometer nisso. Mas nós também temos esse poder, principalmente a CPI, de investigar, de cobrar.

Agora, nós também queríamos, através de ofício, solicitar que o Conselho Regional de Odontologia nos informasse os casos de exercício ilegal da odontologia, pessoas não credenciadas. Desde aquele que fez algum curso no exterior e veio trabalhar aqui, mas não tomou as providências para atuar de maneira regular como os outros profissionais. Então, essa informação. E as outras irregularidades detectadas pela Covisa, para completar então essa informação da senhora. Vocês identificam, assim, indústrias, em geral são pequenas indústrias de produção de material sem a licença da Anvisa?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – É, em relação... Como até...

O SR. JAMIL MURAD – Materiais odontológicos.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Não. O nosso campo de atuação é mais relacionado à fiscalização do exercício profissional. Nós não temos essa ingerência em empresas. Não faz parte da competência do Conselho. Existe sim, alguma estrutura que cuida dessa parte, como eu falei para o senhor, inclusive está sendo feito um estudo, todo mês as empresas se reúnem para discutir a ABNT. Está sendo traduzida a ABNT dos Estados Unidos, as normas americanas trazidas para o Brasil, porém não é competência do Conselho essa fiscalização.

P – Mas, como a senhora cuida do exercício profissional e das consequências do exercício profissional, logicamente, se um material é mal fabricado, ele dá como resultado um mau exercício profissional. O profissional pode ser acionado até juridicamente porque ele foi fazer um tratamento e as coisas se complicaram. A responsabilidade, às vezes, não era do profissional em si, mas do material que ele usou e às vezes usou de boa fé. A empresa fabricante não tinha as credenciais adequadas para... Então, acho que era necessária essa visão. Eu sei que o Conselho Regional de Odontologia é uma instituição muito importante. Conheço a atuação e tem uma alta respeitabilidade. Mas, como tem sido pouco tratado isso de maneira pública, através... Por exemplo, no parlamento a gente cuida dos interesses também da população em geral. Então, quebra essa visão corporativa, o Conselho e o profissional, para incluir, também, as consequências da atuação do profissional que são consequências para a população. Isso é muito importante.

Eu acho que cada vez mais importante, porque essas empresas de implante e tudo têm financiamento, faz através de crédito. Então, acho que é uma coisa positiva, sempre democratizar o tratamento da nossa população, e agora lógico que corre riscos. Eles podem contratar pessoas não credenciadas, trazer de outros países para trabalhar aqui, às vezes de maneira inadequada, e a pessoa sem o registro profissional acaba ficando meio submisso ao comando da empresa. Portanto, uma frente nova de trabalho vai se abrindo nesse processo para o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Dá-me um aparte, Vereador?

O SR. JAMIL MURAD – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só em relação a esse tema de material e implantes. É fato que hoje temos diversos materiais que são importados para o tratamento dos implantes. Quem controla isso é a Anvisa. Como é que está esse controle em relação a esses materiais?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – O que eu tenho conhecimento, é que a Anvisa faz um controle extremamente rígido com relação à qualidade do que é colocado no mercado. Tanto que se o material não obedecer às normas necessárias, não obtém o registro.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sim, mas não tem denúncias de entrada de material paralelo no nosso País? Contrabando?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Que tenha chegado a nosso conhecimento enquanto Conselho Regional de Odontologia, não.

P – Não?

R – Não.

P – Todo material que é utilizado nas clínicas de odontologia, são todos eles autorizados pela Anvisa?

R – Isso eu não posso afirmar, porque eu desconheço.

P – Há denúncias de que há utilização de material que não está autorizado pela Anvisa?

R – Não. Nós não recebemos esse tipo de denúncia.

P – A senhora tem conhecimento se a Covisa exerce algum tipo de fiscalização e controle desse material?

R – Não.

P – É ela que deveria fazer aqui no Município, é o preposto da Anvisa, não é?

R – Sim, eu acredito que sim, mas eu não tenho conhecimento de que é feito.

P – A senhora acredita, mas a senhora é representante do Conselho. A senhora fiscaliza também os profissionais. A senhora não tem conhecimento se a Covisa faz a fiscalização nos estabelecimentos, nas clínicas odontológicas?

R – É como eu disse para o senhor, ela faz essa fiscalização, mas eu não tenho o conhecimento de que essa fiscalização seja feita em relação a componentes de implante, que foi o caso específico que o senhor me inquiriu.

P – Com relação às doenças potencialmente transmissíveis, como hepatite, AIDS, existe algum tipo de procedimento entre a Covisa e os profissionais da área odontológica, seja na parte educativa, normativa, fiscalizatória?

R – Sim, existe sim. Um controle bastante rígido em relação às normas de biossegurança para evitar contaminação cruzada em consultórios odontológicos, muito mais por conta das hepatites B e C do que da AIDS, que a gente já sabe que AIDS não é tão, o vírus HIV não é transmissível tão facilmente no consultório odontológico.

Então, nesse ponto de vista, ...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas a hepatite?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS - Hepatite B e C. Sim, muito.

P – Essa é fácil?

R – Muito, muito fácil.

P – E hoje nós estamos com um grande número de pessoas infectadas.

R – Sim, muitos.

P – Hepatite C e D.

R – Exatamente.

Então, existe uma preocupação muito grande, tanto do Conselho Regional de Odontologia quanto da Covisa, nessa cooperação mútua, em verificar como são as instalações dos consultórios odontológicos, em termos de instalação e de qual o procedimento para limpeza e esterilização do material. E também o Conselho Regional de Odontologia fez várias campanhas de vacinação para imunizar os profissionais contra a hepatite B.

O SR. JAMIL MURAD – O que a senhora acha? Por que é que quando a Polícia vai ela encontra irregularidades e a gente não vê a mesma coisa como resultado do trabalho da Covisa?

R – Sinceramente, eu não saberia responder para o senhor. O que eu imagino é que existe um grande número de clínicas de profissionais atuantes e é impossível que você tenha um controle total e absoluto sobre todos os estabelecimentos. Eu acredito que eventualmente as irregularidades elas podem ser, sim, apuradas e encontradas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JAMIL MURAD – Pois não.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Eu queria perguntar para a Dra. Maria Lúcia o seguinte: aqui na Capital, qual é o número de Conselheiros que fazem essas ações de fiscalização de ruas?

R – Nós somos dez Conselheiros para cuidar de 645 municípios.

P – Na Capital?

R – Na Capital. Mas é que o Conselho Regional...

P – É do Estado.

R – É do Estado. Então, nós somos dez Conselheiros num Estado que tem 75 mil cirurgiões-dentistas e um número de fiscais também...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas fiscais vocês têm na Capital.

R – Temos

P – Qual é o número de fiscais?

R – Você tem esse dado? Por volta de... Nós ficamos entre 25 e 30...

P – Na Capital?

R – ... Fiscais, na Capital. Mais os do Interior.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Eu queria perguntar para a senhora: as ações do Conselho são através de denúncias ou vocês têm um planejamento de trabalho por região da Cidade?

R – Nós temos as duas formas de trabalho. Nós tanto recebemos denúncias como temos...

É, o mais forte, como o doutor aqui está dizendo, é o preventivo. Então, os nossos fiscais saem em campo e vão fiscalizando tudo, desde como a placa está escrita, o número do Conselho, o número de CRO, de inscrição, a especialidade até as instalações e a forma como esse consultório estar instalado.

P – A última pergunta, Presidente: vocês fiscalizam também, quando é denunciado, por exemplo, o serviço público? Por exemplo, o serviço de odontologia dentro das unidades de saúde?

R – Sim, desde que a gente...

P – Porque nós temos conhecimento, doutora, que há alguns equipamentos na Cidade que são de competência do Município, que estão quebrados, falta o esguicho. E a gente foi lá, fiscalizou e presenciou. Não tem um esguicho de água. Quer dizer, é um absurdo. E outros equipamentos, há os equipamentos funcionando 100%, mas aí também já não tem o profissional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – É, a senhora disse que fiscaliza os serviços realizados pelo Município à população. Está a contento? Não há nenhuma... Nunca houve nenhuma denúncia falando que foi mal atendido? Não teve algum problema?

Eu acredito que, pelo número de pessoas que atendem, deve ter acontecido alguma coisa, porque sempre há um erro, isso é normal ao ser humano. O ser humano comete erros.

R – Mas o senhor está se referindo ao exercício em si?

P – Ao serviço público.

R – Ou à instalação do serviço?

P – À instalação e ao exercício.

R – O que eu tenho conhecimento... Eu não tenho conhecimento. Eu até posso me comprometer a verificar isso e trazer numa outra oportunidade, ou por ofício. Realmente, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se a senhora pudesse mandar, nós gostaríamos.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Posso.

P – Porque nós vamos fazer, assim que escutamos todos os Conselhos, diligências. Até poderíamos convidar os diversos segmentos para nos acompanhar e

falar: "Olha, isso está correto, isso não está correto, isso tem de melhorar". Até para que possamos melhorar o serviço que é oportunizado na cidade de São Paulo e as diversas atividades que são feitas na área médica na cidade de São Paulo.

Em relação às mídias diversas de propaganda de clínicas de implantes. A gente verifica que está um grande boom aí, uma febre, um grande número de propaganda nesse sentido, efetuando serviço de baixo custo, oferecendo, principalmente, carga rápida em um curto espaço de tempo.

Eu vou falar aqui com conhecimento. Meu pai – meu irmão que levou, meu pai tem idade – é espanhol, 88 anos, ele fez há dois anos. Arrancaram os dentes bons dele. Ele tinha dente bom. Arrancaram tudo. Quando eu vi, fiquei indignado. Era Soriso. E fez um trabalho muito ruim. Demorou dois anos. Ele não reclamava, não reclamava de orgulho. Aí eu fui verificar e peguei, levei a um outro profissional, tirei fotos, pedi para fazer uma avaliação técnica e mandei para vocês. Mandei ao Conselho Regional de Odontologia porque esse profissional não pode estar atendendo na cidade de São Paulo.

São essas clínicas, Soriso, que fazem milagre. Milagre, na área médica, a gente sabe que não se faz. Não dá para fazer milagre. Um implante tem de verificar primeiro se a pessoa tem condição óssea para receber um implante, depois a calcificação, depois tem a questão da prótese que é colocada. É todo um processo difícil e esse profissional atuava em São Paulo e Recife. Nunca vi isso também. Quer dizer, o paciente tinha de esperar um mês, 45 dias para ser atendido, quando o trabalho deveria ser regular. Atividade com sequência no trabalho.

Se vocês puderem verificar esse Soriso, eu acho que deve deixar a desejar o trabalho deles.

Houve alguma denúncia nesse sentido no Conselho de Odontologia?

R – Existem várias denúncias. Nós recebemos várias denúncias, principalmente em relação a essas clínicas. O que nós temos feito é, realmente, instaurar o processo, trazer para julgamento.

P – A senhora tem vários processos nesse sentido. A senhora pode remeter para nós cópias desses processos, em que casos ocorreram, quais as maiores incidências, para termos maior conhecimento?

Nós vamos pedir oficialmente para a senhora para que a senhora remeta para nós porque a gente verifica, quer dizer, eu tive a oportunidade de ter conhecimento disso porque um familiar meu teve esse problema. Imagino que diversas pessoas, principalmente, as pessoas menos favorecidas devem ter muito mais problemas e, às vezes, pela humildade ficam caladas, ficam quietas e aceitam aquela situação. Isso é uma realidade no nosso país.

Essas denúncias que ocorrem, vocês encaminham para a Covisa? Ela é o órgão de vigilância sanitária, um serviço mal elaborado, muitas vezes, a pessoa pode ir parar no hospital com infecção grave.

R – Dependendo da matéria da denúncia porque, muitas vezes, essa denúncia é ética, como falei anteriormente, por uma propaganda irregular, por alguma coisa desse gênero.

Quando a denúncia envolve mau tratamento e a possibilidade de um desdobramento como o senhor se referiu, um quadro de infecção, sim, a Covisa também é comunicada.

P – As clínicas todas têm CMVS?

R – Tem de ter o registro.

P – Todas têm de ter?

R – Tem de ter.

P – A senhora não sabe qual o número de clínicas que foram fiscalizadas pela Covisa?

R – Não, não sei informar ao senhor.

P – A parceria que vocês têm com a Covisa é em que sentido?

R – Dessa colaboração mútua na fiscalização. Agora, eu não tenho esse número para trazer ao senhor, até porque o Conselho Regional de Odontologia expede mais de 5 mil ofícios por ano. É um número bastante grande, mas tudo o que for necessário em termos de número que a gente traga para esta Comissão, nós poderemos sim trazer, é só uma questão de solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora sabe se a Covisa fechou, ou vocês fecharam, alguma clínica em São Paulo, no último ano ou nos últimos quatro anos?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS - Não, eu não posso, com certeza, responder. Eu sei que muito trabalho foi feito em relação à fiscalização e à vigilância desse serviço oferecido, sei que muitas irregularidades foram apuradas, inclusive fora de São Paulo, em outros municípios, eu tenho conhecimento. E, é possível que o desdobramento final dessas diligências tenha sido o fechamento do consultório até readequação das instalações.

P – A senhora não tem conhecimento, então, de fechamento de nenhuma clínica na cidade de São Paulo pela Covisa?

R – O que eu posso dizer agora, com certeza... Não. Nós podemos ter isso, mas para dizer para o senhor: tenho, não, eu não vou estar dizendo a verdade.

P – Eu vou pedir também a informação e a senhora remete para nós. Uma grande reclamação é dessa empresa Imbra Consultório Odontológico, a senhora tem conhecimento dessa empresa?

R – Tenho conhecimento.

P – A senhora sabe que tem um grande número de reclamações em relação a essa empresa?

R – Tem.

P – E o que fazemos para melhorar para que tenha um número menor de reclamações. Nós estamos falando de saúde. Acho que as empresas que têm o maior número de reclamações são as operadoras de telefonia. Telefone não é questão de saúde, é questão de comunicação, mas saúde é uma questão grave, tem de tomar um cuidado muito grande, um procedimento equivocado traz um prejuízo para o resto da vida para o paciente. Essa Imbra, o Conselho tem tomado alguma medida em relação...

R – Tem.

P – O próprio Soriso também. Eu acho que na Medicina é difícil você querer atender grandes demandas porque você perde qualidade, Medicina é uma coisa muito técnica e as pessoas estão fazendo linha de produção, estão achando que é linha de produção de carro o que na verdade não é. Logicamente, que você hoje tem na oftalmologia - melhorou muito com a tecnologia apropriada - têm técnicas, aparelhagens para fazer cirurgia, um grande número de pessoas, mas tudo bem embasado, com aparelhagens e mesmo assim, às vezes, acontece algum incidente. Difícil, mas um pouquinho pode acontecer.

O SR. JAMIL MURAD - Nós estamos num momento novo no Brasil. A partir de 2003 o Poder Público assumiu programas públicos de assistência odontológica, nunca ocorreu isso no passado. O Ministério da Saúde começou a ter um programa de saúde bucal chamado Brasil Sorridente e que oferece cadeira odontológica e a manutenção, uma parte da manutenção, e a Prefeitura oferece o profissional. Então há parceria entre o Ministério da Saúde e o Município de tal forma que você passa a ter não só o arranca dente, mas você passa a ter o tratamento dentário, a obturação, tratamento de canal, não arranca mais o dente. Isso é novo no Brasil e nós temos aqui no Município de São Paulo a instalação de alguns centros de especialidade odontológica. A senhora sabe quantos centros existem aqui? Como está funcionando? Se tem problema no funcionamento?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS - Eu não sei dizer para o senhor o número exato de centros de especialidade odontológica hoje instalados no Município, sei que esse número vem aumentando, o investimento vem sendo feito no sentido de que haja uma ampliação desses centros de especialidade odontológica que a população possa, na medida do possível, ter acesso às especialidades, mas eu não sei dizer o número exato.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu vou ter de sair porque eu tenho um compromisso com o Secretário, às 11h30, e eu vou ter de sair daqui a pouco. Só queria informar mais algumas empresas que nós pedimos informações ao Procon e nos mandaram: Pacaembu Cirurgias Odontológicas, a senhora conhece? Tem um grande número de reclamações.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS - É um braço... Eu estou sendo informada aqui, desculpe, mas eu preciso de ajuda porque é um... São muitas coisas, é um braço da Imbra, é isso? É uma empresa do grupo Imbra.

P – É, têm várias denúncias. Eu vou ter de me retirar, vou passar, inclusive, a presidência ao relator. A senhora possui um consultório?

R – Sim.
P – Há quanto tempo a senhora tem o consultório?
R – Eu sou dentista há 28 anos.
P – A senhora tem o CMVS.
R – Sim.
P – Teve alguma dificuldade para obtê-lo?
R – Não.
P – Qual foi a condição para senhora receber CMVS?
R – A condição? Eu tive de ir lá fazer toda a documentação e obter. Sinceramente, eu não me lembro, faz um pouco de tempo, mas que eu me lembre eu não tive dificuldade.
P – A senhora já recebeu alguma fiscalização da Covisa?
R – Já.
P – Quando?
R – Eu acredito que tenha sido há uns quatro anos, mais ou menos.
P – E como foi feita essa fiscalização, a senhora pode descrever?
R – Posso.
P – De que forma?
R – Eles quiseram ver qual era a qualidade das instalações, como era a limpeza do consultório, qual era o tipo de equipamento que eu utilizava para esterilização. Acredito que até tenha sido uma fiscalização mais tranquila por conta do tipo de instalação que a gente...
P – A senhora tem. Mas a senhora acha que a forma que a Covisa faz a fiscalização relativa aos consultórios odontológicos está a contento para defender os interesses da população paulistana ou deixa a desejar? A senhora, Presidente do Conselho, lógico que tem toda uma responsabilidade. A gente sabe que nem todos têm, muitas vezes, essa condição. A senhora vê, na semana passada fomos verificar dois supermercados em locais de poder aquisitivo alto, na Praça Panamericana, tinha produto vencido nas gôndolas, fomos aqui no Shopping Eldorado, também outra grande bandeira: Carrefour e Pão de Açúcar. A senhora imagina quando nós fomos fazer diligência na periferia, nós vamos encontrar aqui absurdos na Cidade. Então, no caso, também creio que na Odontologia deve ocorrer isso na periferia, população menos favorecida, tem dificuldades e aí encontra, a pessoa encaminha e tem problema e não tem a quem recorrer. Então, a gente fica preocupado se a Vigilância Sanitária faz o papel dela a contento na cidade de São Paulo nesse sentido.
R – Infelizmente, eu também não sei como dizer para o senhor como são feitas essas...
P – Eles verificam o material reutilizado, ou a procedência, tudo isso quando vai fazer a fiscalização?
R – Sim, eles verificam o nível de limpeza, onde esse material é limpo, porque você não pode ter, é uma exigência inclusive, você não pode ter uma pia para lavar as mãos e lavar o instrumental, tem que ser separado, então é verificado se têm essas duas pias, se o material é limpo num lugar e esterilizado em outro, as condições desse equipamento de esterilização. Inclusive, está sendo feito um trabalho grande com essa SS-15, agora de 99, que eu disse que eu participei, no sentido de eliminar as estufas porque a esterilização, muitas vezes, não é eficaz com esse equipamento, tentando passar tudo para a autoclave. Então, que eu saiba, esse trabalho está sendo feito bem. Agora, eu nunca acompanhei uma diligência para saber e poder trazer maiores informações de como efetivamente ela é realizada.
P – O que nós devemos fazer, nós vamos convidar a senhora até para nos orientar.
R – Vou com muito prazer.
P – Uma pergunta, a senhora que trabalha na área médica, a senhora teria algum problema em relação ao Município - a gente já paga muita taxa aqui na cidade de São Paulo, a gente sabe disso - teria algum empecilho de a senhora pagar uma taxa anual para ser fiscalizada? Porque é a forma que nós teríamos de ter recursos, porque a Covisa não tem recursos, quer dizer, a Secretaria da Saúde tem um bom dinheiro. Tem 20% do Orçamento da Cidade, portanto, chega aí a cinco bilhões de reais para atender a saúde da cidade de São Paulo. Porque a gente tem de encontrar uma forma para que a Covisa realmente faça seu papel em proteger a cidade de São Paulo em relação à vigilância sanitária.
R – Todo ano nós recolhemos uma taxa de alvará de funcionamento.
P – Qual o valor?
A SRA MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Não me lembro desse valor.
O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mais ou menos... A senhora é proprietária, a senhora... Dói no bolso. (Pausa)
R – Eu posso...
P – Mais ou menos: 30 reais, 40, 50, 100?
R – Não lembro.
P – Não sabe. Acha que é aproximadamente cento e...
R – Desculpa!
P – Está bem, depois a senhora informa. Nós vamos ver com os diversos setores, com os segmentos, qual é o valor que pagam à Prefeitura.
R – Mas uma coisa eu queria reiterar, antes que o senhor se retirasse, até em respeito ao que o senhor me disse por conta do seu pai, eu gostaria de deixar clara a posição do conselho que é uma posição extremamente rígida em relação à fiscalização dessas empresas de implante. E não só a IMBRA, mas como todas as outras que vem se colocando no mercado e oferecendo trabalhos, inclusive em relação ao que o senhor disse da carga imediata. Porque nós sabemos que a carga imediata não é procedimento que pode ser oferecido a qualquer paciente. Existe a indicação precisa da carga imediata. Então, nós, inclusive, eticamente, coibimos a propaganda da carga imediata, como se fosse um milagre para qualquer pessoa que vai lá e se submete ao procedimento cirúrgico.
P – A senhora sabe de alguns serviços que são feitos em vans, ônibus, em ONGs, pelo poder público e também por entidades. A senhora sabe como é fiscalizado esse serviço?
R – Então, essa é uma grande preocupação que foi discutida dentro dessa SS-15 e que vai ser publicada, com relação a biossegurança desses serviços oferecidos. Então, por exemplo, existem propagandas de pessoas com cadeira, à beira da piscina: "Venha fazer seu tratamento à beira da piscina". (Risos) Infelizmente, tem isso. Então, estamos vigilantes, esse é um trabalho conjunto feito com a Covisa no sentido de que, por exemplo...
P – Não é igual àquela da Índia, porque eu vi um médico atendendo na Índia, se eu mostrar o vídeo aqui, o pessoal cai duro!
R – Mas é quase isso, porque você colocar uma cadeira na beira da piscina: "Executivo, fazemos o seu tratamento em seu escritório". Então, ele leva uma maleta portátil e ele faz o tratamento.
O SR. JAMIL MURAD – Eu quando venho pela Bandeirantes, de Campinas para cá, tem uma placa enorme dizendo: SPA Odontológico. Em 24h o indivíduo faz qualquer tratamento. Como é que é isso? Como é feito? Vocês já fiscalizaram esse SPA Odontológico?
A SRA MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS — Nós já recebemos, inclusive, denúncia. Nós já...
P – Que tipo de denúncia, que tipo de irregularidade... Obrigado, Presidente!
R – O senhor imagina que numa cidade, como São Paulo, o número de denúncias que nós recebemos, somos 10 conselheiros que se dividem... Então, é assim...
P – Eu vou fazer a solicitação, Maria Lúcia...
R – Por favor, Dr. Jamil.
P – E isso para podermos ter caso concreto, ter a fotografia dessa realidade em defesa... Nós não temos o propósito aqui de fazer espetáculo. Quando

propusemos, o Vereador Aurélio Miguel propôs e todos aprovamos que participamos desta CPI, é em defesa da população, em defesa dos usuários, em defesa da sociedade. Porque as pessoas montam negócios e os negócios são legítimos, desde que siga determinadas regras, que contemplem o interesse do usuário, que não agrida o usuário, que não coloque a sua saúde em risco. Então, como é que é isso, SPA odontológico? Quer dizer, em 24h a pessoa resolve todos os... O que é feito para ter esse milagre de em 24h resolver? Eu não consigo imaginar e é por isso que estou perguntando, como é isso? A senhora pode descrever um pouco.

R – Eu acredito que, não posso dizer ao senhor que efetivamente é o que acontece dentro desse SPA odontológico. Eu acredito que o paciente vá, e primeiro ele tem que fazer uma avaliação inicial para um plano de tratamento, porque não existe a possibilidade de realizar um tratamento sem um planejamento. Eu acho que a partir do planejamento, ele vai a esse local, deve se submeter a um procedimento. Vamos supor que seja um implante. Então, ele se submete ao procedimento de implante e, depois, ele deve ter dentro do spa um protético que trabalha com ele e ele vai colocar elementos – quando possível, a carga imediata – e vai colocar elementos provisórios. É o que o meu conhecimento me permite...

O SR. JAMIL MURAD – Maria Lúcia, mas ali não fala só de... Não fala se é implante. Não fala. Agora, não existe um número de horas que o paciente possa ficar ali, além daquela hora se toma desumano? Impõe um estresse absurdo? Quer dizer, a senhora é dentista, cirurgia dentista há 28 anos, então a senhora estudou muito, exerce uma função importante no Conselho. Quer dizer, o Conselho não se preocupou de ir ver como que esses profissionais...? Certamente se preocupou. Como é que esses profissionais – colegas seus – vão a essa clínica se tratar? Porque, se tem um *outdoor*, não é um, é uma clínica, alguém que tem capital montou isso e ele contrata cirurgiões dentistas para ir lá trabalhar para ele 24 horas.

Então, vocês devem ter tido já a preocupação de saber como é que esses profissionais nossos – que representamos no Conselho – como é que eles estão trabalhando? Que carga de trabalho? Quais as condições em que eles estão trabalhando? Quer dizer, vocês já fizeram uma investigação em um spa odontológico desse?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Realmente, não me lembro. Estamos anotando tudo que o senhor está...

O SR. JAMIL MURAD – Então, vou solicitar um convênio nosso com vocês...

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Com certeza.

O SR. JAMIL MURAD – Para nos dar essa informação, como que funciona o spa odontológico. Peço, inclusive, para se fazer um ofício porque aí vocês vão fazer a verificação para nós. É uma curiosidade mesmo. Sou médico de profissão e fico malutando. E também sou cliente de dentistas. Então, depois de uma hora ali na cadeira do dentista, o sujeito está que não aguenta mais. Então, fico imaginando... E eles dão anestesia geral no cidadão para ele suportar aquele molorzinho o dia inteiro ali para tratar? Vamos supor que não seja implante, que sejam cáries, tratamentos de canal, múltiplos. Então, o indivíduo entra ali e vai ficar o dia todo. Ele aguenta? O que é imposto a esse paciente e a esses profissionais? É uma curiosidade. Toda vez que passo, vejo uma placa enorme e vêm essas perguntas na minha cabeça e não tenho resposta. Acho que seria o momento adequado, inclusive, diante desta CPI, em contato então, com esse depoimento do Conselho Regional de Odontologia, de procurarmos esclarecer isso.

A SRA. SANDRA TADEU – Pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Mas, o Conselho, na verdade, acho que ele só tem ação no que diz respeito ao profissional, não com relação à clínica ou do spa. Ou tem, também, essa ação?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Fazemos a fiscalização do exercício profissional e da ética. Quando o Dr. Jamil diz o que é imposto, por exemplo, para esse paciente, nos meus 28 anos de profissão, posso dizer que, várias vezes, recebi pessoas que disseram assim: "Olha, quero passar o dia inteiro aqui, fazer tudo o que você tem de fazer e não voltar nunca mais, porque odeio vir. Então, venho uma vez só". Se o paciente quer se submeter a esse tipo de condição de tratamento...

O SR. JAMIL MURAD – Nesses 28 anos, quantas vezes a senhora fez isso?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Nenhuma. Não fiz porque trabalho sozinha. Não tenho a menor condição de fazer esse trabalho sequencial. Mas, se pego, por exemplo, um paciente que tem várias restaurações estéticas para fazer, ele pode sentar em minha cadeira e ficar 4 horas com descanso. A gente para, conversa, ele levanta, vai ao toalete, volta. Não é um trabalho ininterrupto.

A SRA. SANDRA TADEU – Mas, se eu tiver uma equipe, não só com dentista, mas se tiver uma equipe em várias áreas, é possível fazer isso, Jamil.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Sim.

O SR. JAMIL MURAD – Vereadora Sandra, V.Exa. viu que entra no terreno nas conjecturas e queremos dar um passo adiante, que é esclarecer como que é isso. Como que é mesmo? O profissional se reveza com o mesmo paciente? Ele trabalha, no período da manhã é um e no período da tarde é outro? Alguns fazem a obturação, o tratamento da cárie. Tem outros profissionais que fazem o canal? Quer dizer, é uma curiosidade. Acho que está na hora de conhecermos como é isso.

A SRA. SANDRA TADEU – Jamil...

O SR. JAMIL MURAD – Em defesa do usuário.

A SRA. SANDRA TADEU – Um aparte. O que mais me preocupa é a questão dessa licença, desse alvará, que você pega pela internet, você apresenta os documentos e, uma vez apresentados os documentos, você já pode montar o seu consultório. Acho isso, assim, um absurdo. Sem uma vigilância, sem a Covisa ir visitar esse consultório, ver se realmente tem essas condições que você está esclarecendo, a questão da esterilização, a questão do raio-x, que a maioria dos consultórios tem o raio-x. Se tem essa condição, se tem essa proteção, tanto para o dentista, quanto para o próprio paciente.

Então, acho que aqui a Comissão, a Covisa, temos de bater muito nessa questão, hoje, de como dar essa licença de funcionamento. Antes de estarmos discutindo como é o funcionamento do spa, como esse spa conseguiu abrir e começar a funcionar. Antes de ele estar funcionando, a Covisa já deveria ter ido lá e ter visto as condições do que é feito. Na verdade, é isso. Estamos discutindo a coisa de trás para frente. É isso que me preocupa.

Gostaria de fazer uma pergunta para você, Maria. Diga-me uma coisa, o ano passado surgiu uma pesquisa, feita nos *shoppings*, entre as manicures. E 10% das manicures, dos cabeleireiros dos *shoppings*, estão contaminadas com as hepatites A, B e C. Há uma pesquisa desse tipo entre os dentistas?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Que eu tenha conhecimento de uma pesquisa efetiva, feita em universidade, não tenho. Mas acredito que sim, porque inclusive porque sou especialista em paciente com necessidades especiais e um desses pacientes é o portador de doença infectocontagiosa. Então, sabemos que o número de pacientes infectados e de profissionais infectados é muito grande. Por isso, inclusive, nesta Casa foi aprovado um projeto em 97, que tornava obrigatório o uso de barreiras mecânicas em consultórios odontológicos para impedir a contaminação cruzada. O que significa isso? Tanto o profissional como o paciente tem de se proteger. O risco de eu me contaminar com a hepatite B e a hepatite C, em meu consultório, por um material que possa entrar em meu olho, ou em minha mucosa nasal ou bucal, ou em algum ferimento que tenha na mão, sem o uso específico da luva, é muito alto. Da mesma forma que, se eu não esterilizar corretamente os meus instrumentais, posso, entre um paciente e outro, fazer essa contaminação cruzada.

Então, sei que há uma preocupação muito grande em nossa classe profissional, na classe médica também. Tenho, inclusive, parente cirurgião cardíaco que tem hepatite B e C e que já foi transplantado. No tempo em que ele estava aqui com a equipe do Zerbini e do Jatene que, talvez, ele tenha sofrido alguma forma de sangue recebido. Enfim, não sabemos como foi essa contaminação. Tenho certeza de que, dentro de nossa...

A SRA. SANDRA TADEU – No meu caso, no ano passado, tratei de hepatite C sem nunca ter tido alguma transfusão. Sou médica também, mas quase não exerci a profissão. E penso, ou dentista, ou manicure, então. E milhões de pessoas estão contaminadas com hepatite C e não sabem. Então, tive uma sorte, porque estou sempre fazendo e comecei pesquisar e, graças a Deus, eu peguei numa fase bem inicial, sem complicações hepáticas. Mas a maioria, quando vai descobrir, ela já está com o fígado cirrótico. Aí vai ter sintomas e o tratamento é extremamente complicado.

Então, é isso que a gente, não sei se as coisas aparecem para a gente começar a se preocupar em termos de saúde pública, não é? Hoje, a esterilização é uma coisa extremamente importante, do material, porque o vírus da Hepatite C é uma coisa, que o HIV cai uma gota ele morre, o vírus da Hepatite C não, ele

fica mais de 72 horas naquela gota ali, ele sobrevive. Então, é uma coisa que tem de ter uma esterilização extremamente importante do material. E o dentário é uma coisa que sangra muito, não é?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Dependendo do caso sangra muito.

A SRA. SANDRA TADEU - Até numa própria limpeza.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – É.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Uma pergunta, Vereadora, nós sabemos que o cirurgião-dentista usa muito o raio-X. Vocês têm um levantamento, qual é a porcentagem de cirurgiões dentistas que pegam a aplasia de medula ou o câncer, pela sobrecarga de raio-x?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Também não sei dizer para o senhor se existe um levantamento científico nesse sentido. O que nós sabemos e que foi, inclusive, publicado, é um trabalho do Israel Chilvarquer, que é um radiologista dentro da área de Odontologia, publicou um trabalho no qual ele refere uma tabela de uma entidade internacional de radiologia, em que diz que a película, o tipo de exposição de raio-x que o paciente recebe na cadeira odontológica para uma radiografia periapical, que é essa radiografia pequenininha que a gente tira, é menor do que a radiação oferecida pela televisão e pelo aparelho celular.

Então, para o paciente o risco é mínimo para as radiografias periapicais, não estamos falando em panorâmicas, que aí já são realizadas em centros de radiologia, com toda a proteção inerente ao estabelecimento. Agora, com relação à dose cumulativa de radiação no cirurgião-dentista, não sei dizer se existe um levantamento com relação à aplasia medular.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - Vou fazer um requerimento para o Conselho Regional fazer uma retrospectiva e verificar se existe esse estudo, porque acho que é muito importante. E a Covisa é o órgão que deve exigir que as condições de instalação protejam, seja o profissional, seja com o paciente. E o Conselho quando ele é o órgão de defesa do profissional ele tem de se preocupar com isso, certamente esse estudo existe. Mas precisavam colocar, esclarecer e ver quais medidas que deveríamos tomar para proteção desses profissionais.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Infelizmente só trazendo um dado que foi também objeto de discussão durante a reestruturação dessa SS-15 é que, em consultório odontológico, existe o aerossol, à medida em que eu vou utilizando o motorzinho, a alta rotação do dentista, ele faz um aerossol e esse aerossol também é contaminado. E aí qual é a distância, o raio de contaminação que esse aerossol provoca, a altura e a distância, o raio? E a gente fez um levantamento e não existem trabalhos tratando sobre isso.

A SRA. SANDRA TADEU - O ar condicionado, também.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Também. Então veja, são vários pontos ...

A SRA. SANDRA TADEU - Fatores.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – ... de interesse de saúde pública que deveriam ter trabalhos e publicações, porém, existe aí uma lacuna de trabalho científico. Então, quando eu digo que não tenho conhecimento é porque, realmente, essa lacuna existe.

JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Um aparte, Vereadora Sandra, um aparte.

A SRA. SANDRA TADEU - Pois não.

JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Eu queria fazer uma pergunta à doutora que é a seguinte, e a gente vê muito isso em periferia, que é assim: tem uma clínica ou um dentista que, por exemplo, para fazer um tratamento de canal é um preço X, e você vai em outro, há 500 metros, e é a metade do preço. Quando se trata, por exemplo, de uma colocação de prótese, às vezes é mais de 50% a diferença de um para o outro. Como pode isso? Será que é generosidade dessas pessoas, é bondade, como que se explica? Isso acontece muito na periferia por quê? Quem mora na periferia, todo mundo sabe, que são pessoas que têm classe social inferior, e aí quando ela vai procurar um desses profissionais, com certeza vai procurar aquele que é mais barato, até porque o seu poder financeiro é muito pequeno. E como que ficam essas coisas? Qual é a explicação que um cobra X, outro cobra a metade e o outro cobra muito menos do que a metade? Queria, se a senhora pudesse, me explicar.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Na verdade a questão do valor cobrado, num tratamento odontológico, é livre arbítrio de quem faz esse tratamento. É óbvio que dentro do tratamento existem vários fatores para você precificar o que você está fazendo. Então, você tem o custo da sua instalação; o custo do seu consultório; o custo do material utilizado; se você está fazendo um trabalho de prótese, o custo que o seu protético cobra, as tabelas são diferentes, você tem protético que pode cobrar, por exemplo, R\$200,00 um trabalho e um outro protético cobrar R\$50,00 esse trabalho. Então, a precificação em consultório odontológico é livre, entendeu?

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Na minha opinião eu acho assim, que a qualidade do produto utilizado, com certeza, não é o mesmo. Por que como você vai cobrar metade se o outro cobra o dobro?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Por exemplo, existem resinas que podem custar, uma resina de restauração, uma bisnaga de dois gramas R\$300,00 e outra que pode custar R\$20,00.

JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Que não é a mesma qualidade.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – É diferente.

JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) - Com a palavra o Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA - Dra. Maria Lúcia, a senhora diz que não sabe quantificar as ações da Covisa. Como o Conselho avalia o desempenho da Covisa na sua estrutura funcional?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Como eu disse anteriormente, no início da minha fala, existe um termo de cooperação, então, quando o Conselho necessita de realizar uma ação em conjunto com a Covisa isso é feito. Entendeu? Agora, a sua pergunta é como o Conselho avalia o desempenho?

O SR. MILTON FERREIRA - Isso, o desempenho.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Sempre que a Covisa é solicitada o trabalho é feito de acordo com o que é previsto, a contento. Entendeu? Não tenho um relato para dizer para o senhor que em determinado momento a Covisa foi solicitada e ela não cumpriu aquele papel que lhe cabia dentro de uma fiscalização.

O SR. MILTON FERREIRA - Em relação aos implantes dentários, qual a formação acadêmica desse profissional? Quem qualifica, se tem uma especialidade, qual o período dessa formação e como que o usuário fica sabendo que esse profissional está apto a realizar esse implante?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – A pessoa que escolhe ser cirurgião-dentista, ela vai fazer uma universidade, após o seu período de formação acadêmica ele vai buscar um curso de especialização em implantodontia. Ele faz o curso e aí ele está habilitado e qualificado para realizar implantes odontológicos.

O SR. MILTON FERREIRA - Essa especialidade consiste de quantos anos?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS - Normalmente, são 18 meses, com uma carga horária aproximada de mil, mil e 200 horas de curso de especialização. O que acontece nesse caso é que, primeiro, o profissional que busca um curso, ele tem de ter critério para escolher, para eleger onde ele vai se formar, buscando uma qualidade efetiva de formação e aí existe, em contrapartida, a formação de uma massa crítica na população no sentido de conscientizar que a pessoa não pode, simplesmente, entrar em algum local e se submeter a um tratamento sem ter conhecimento de quem ele está... São as referências profissionais, né?

Acho que hoje em dia é muito difícil que, da forma como a informação chega a todas as camadas da população, todos têm acesso, hoje, dificilmente uma pessoa busca um tratamento sem antes ter buscado novas opiniões e referências. Então, imagino que também deva ser feito esse trabalho de conscientização e formação de uma massa crítica para que a pessoa possa buscar um profissional de qualidade.

O SR. MILTON FERREIRA – Muito obrigado, devolve a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – Obrigado Vereador Milton Ferreira. Queríamos agradecer a colaboração da Dra. Maria Lúcia e sua equipe, gostaria que a senhora levasse um abraço ao Dr. Razuk, nosso amigo, Presidente do Conselho, foi muito importante o depoimento da senhora. E as perguntas registradas aqui vão na forma de ofício, aquelas que podem nos ajudar ainda mais nesse processo.

Do meu ponto de vista, a Odontologia está passando por uma nova fase, como eu disse. Uma, uma é do grande capital, o indivíduo vem com dinheiro, muitas vezes é um banqueiro e monta uma clínica e aí ele contrata os profissionais e o indivíduo não tem poder de mando nenhum, de organização do serviço, qualidade do serviço, quem determina isso é o dono da clínica que é o dono do capital.

Então, esse período, isso é uma necessidade da população ter mais acesso ao tratamento. E, às vezes, o indivíduo monta uma empresa dessas e cobra uma mensalidade, depois contrata um profissional e impõe um tipo de serviço ao profissional e o profissional vê que o material usado não é o melhor, as condições de trabalho não são das melhores e aí entra a necessidade de um Conselho adaptado a essa nova fase, e mesmo do Parlamento, dos seus vários níveis, os órgãos de fiscalização, porque isso a gente vê em todas as áreas e vamos ver cada vez mais na Odontologia.

Ao lado desse empresariamento a gente vê na Odontologia, na saúde bucal, a entrada do Poder Público. O Poder Público evitou de entrar nisso porque o material custa caro, então eles ficaram de fora. Só que agora a sociedade cobra que a saúde não é só a saúde do coração, do pulmão, do fígado, a saúde é bucal também. Então, as pessoas querem ter o direito de ter saúde bucal.

Particularmente, a partir de 2003, o Ministério da Saúde implantou esse programa do Brasil Sorridente e que tem democratizado o acesso à assistência à saúde bucal. Aí o Conselho joga um papel importante, já disse que lá, quando era Deputado Federal, participei de várias reuniões, só tinha dois parlamentares que eram cirurgiões dentistas, de 513, médicos eram mais de 40, mas cirurgiões dentistas eram só dois.

Então, a gente participava da frente em defesa da saúde bucal e dos interesses dos cirurgiões-dentistas no Congresso Nacional. Eu acho que é cada vez mais importante, Dra. Maria Lúcia, os líderes da odontologia entrarem para a batalha pública, intervir, opinar, escrever artigos, questionar, fiscalizar, através dos órgãos de fiscalização, porque a sociedade precisa disso. Vocês é que têm o conhecimento técnico para logo detectar que alguma coisa está errada ali, e ajuda a defender a sociedade, de uma maneira geral. Então, eu queria agradecer e cumprimentar o conselho regional e sua diretoria.

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Murad) – A Vereadora Sandra queria fazer uma última pergunta. Nós já vamos passar para o depoimento seguinte.

A SRA. SANDRA TADEU – Dra. Maria Lúcia, o que a gente poderia melhorar nessa questão do alvará dos consultórios odontológicos a nível da Covisa, para que a gente agilizasse isso? Porque eu acho... Você acha correto dessa maneira?

A SRA. MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS – Eu acho que, em havendo a inscrição, deveria ser compulsória a visita. Eu imagino que essa seria a melhor forma. Em havendo a inscrição...

P – Que seria uma coisa automática?

R – Que fosse compulsória a visita, para verificar como está a instalação daquele estabelecimento que solicitou a inscrição. Eu acho que seria a melhor forma, porque aí ele pede para instalar e já... E também uma forma de cooperar é que o Conselho pudesse também comunicar o registro de novos profissionais. É isso? A inscrição regular daquele profissional. Entendeu? Ao mesmo tempo em que a Covisa fizesse essa verificação do estabelecimento que solicitou a inscrição, que nós pudéssemos atestar que esse profissional está regularmente inscrito no Conselho.

P – Ah, seria superinteressante.

R – Porque daí não haveria o exercício ilegal, a falta de inscrição no Conselho.

P – Deveria, cada profissional que fosse exigir um alvará, a própria Covisa já entraria com o Conselho para ver se essa pessoa...

R – Um termo de cooperação. Então, a Covisa...

P – Muito interessante isso.

R – Se é, de fato, um profissional, se ele realmente está diplomado e regularmente inscrito no Conselho, porque para ele obter a inscrição no conselho, ele tem que estar regularmente formado.

P – Está certo.

R – E se ele não está inscrito, ele não pode exercer. Então, ele não poderia obter...

P – Correto.

R – Esse alvará de funcionamento.

P – Perfeito. Muito obrigada a todos vocês aí.

R – Eu queria agradecer também a oportunidade de colaborar com esta Comissão, e gostaria de reiterar que o Conselho Regional de Odontologia está extremamente vigilante em relação a essas empresas de implante, que foram amplamente discutidas aqui, tanto do ponto de vista ético, como do exercício profissional e nos colocamos à disposição. Peço desculpas se, eventualmente, eu não consegui trazer dados concretos que esta Comissão desejaria, mas que nós vamos buscar esses dados e oferecer a vocês tudo o que foi questionado aqui, que eu não soube precisamente responder. Está bom?

P – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Nós é que agradecemos, Dra. Maria Lúcia, e se alguns documentos, se for necessário, que esta Comissão entender, a gente pede, por escrito, para vocês. Está bom? Muito obrigado.

Está suspensa por 30 segundos a nossa reunião.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Ferreira dos Santos – Zelão.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Quero anunciar a presença do nobre Vereador Natalini; do Sr. José Eduardo Moura, Presidente do Conselho Regional de Ótica e Optometria do Estado de São Paulo; Dr. Luiz Piesigilli, vice Presidente Executivo; Claudiney Alves de Santana, Delegado Regional, representando o Sr. Lauh L. Feitosa, Diretor de Comunicação; e Carlos César Suart.

Peço ao Sr. José Eduardo de Moura, que leia o termo de compromisso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE MOURA – “Eu, José Eduardo de Moura, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado Sr. José Eduardo. Peço, ao Sr. Luiz Piesigilli, que faça a leitura do termo de compromisso.

O SR. LUIZ PIESIGILLI – “Eu, Luiz Piesigilli, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado Sr. Luiz. Peço, ao Sr. Carlos César Suart, que faça a leitura do termo de compromisso.

O SR. CARLOS CÉSAR SUART – “Eu, Carlos César Suart, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal,

a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado Sr. Carlos César. Peço, ao Sr. Claudiney Alves Santana, que faça a leitura do termo de compromisso.

O SR. CLAUDINEY ALVES DE SANTANA - "Eu, Claudiney Alves de Santana, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da Saúde - Processo RDP Nº 08-46/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Vamos começar com o Dr. José Eduardo Moura. Qual a formação do senhor?

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - Sou bacharel em optometria e ótico de formação técnica.

P - O senhor já ocupou algum cargo no Município, Estado ou Governo Federal?

R - Não senhor. Nunca.

P - O senhor é presidente desde quando?

R - Essa gestão de 15 de fevereiro.

P - O senhor nunca foi funcionário público?

R - Não.

P - Passo a palavra ao relator, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Qual tem sido a interface entre a Covisa e o Conselho de Optometria?

R - Praticamente não existe.

P - É a resposta mais comum que temos ouvido é essa, não existe uma inter-relação.

R - E do lado de cá, se o senhor me permite, existe muita vontade e muito desejo, porque enquanto profissionais da área da saúde da visão, existe muito equívoco com relação a outra profissão e se faz muita confusão nesse sentido. Acompanhei o debate anterior e no nosso caso, o senhor estava dizendo muito bem que saúde bucal é importante para a população. No caso da saúde visual, 80% do córtex cerebral está associado a serviço da visão e não vemos muitas políticas de saúde pública voltadas para a saúde visual. Fala-se muito de integração social, integração digital, mas sequer temos uma política pública para saber se aquela criança que está, aos seis anos de idade, no limite da plasticidade sensorial, tem uma visão que vai dar a ela suporte para crescer como indivíduo, e aí ter a integração digital, aprender o alfabeto e coisa parecida. Então, não existe quase nenhuma iniciativa a esse respeito.

P - Vocês já foram acionados pela Covisa em algum momento, para atuação conjunta ou para resolver algum problema mais afeto à optometria?

R - Não. Isso normalmente vem de cima para baixo, com algo já determinado, sem ouvir o outro lado e a outra parte, que é a parte que nos interessa.

P - Uma denúncia?

R - Isso aparece como um ofício circular, que se resolveu mediante a tal interpretação, que é assim que tem de ser as coisas, sem nos dar ouvido. Em parte, o que acontece em outros estados, como o Distrito Federal, o Conselho Regional do Distrito Federal conseguiu essa abertura e esclareceu certos pontos obscuros. A partir daí a fiscalização se tomou mais a contento para a sociedade, mas nós não conseguimos abrir essa porta.

P - Fomos pesquisar, minha Assessoria pesquisou no site do Conselho, que vocês têm como objetivo apoiar e denunciar à Vigilância Sanitária irregularidades tais como: falta do profissional óptico no estabelecimento.

R - Perfeito.

P - Isso é comum?

R - Muito comum. Acredito que talvez 25% das óticas do Estado de São Paulo estejam regulares. Lamentavelmente, a ótica não está na mão do ótico, mas na mão do comerciante, que é confundido com o profissional ótico de saúde, que tem formação. Esse é um problema seriíssimo, que arrasta o profissional para o lado do comércio.

P - Agora, o usuário que vai ali pedir para fazer uns óculos, esse usuário acaba ficando lesado, prejudicado por falta do profissional.

R - Exatamente.

P - E nesse sentido, o órgão público que deveria corrigir isso, cobrar a execução correta, seria a Covisa, a Vigilância Sanitária. Vocês têm acionado a Vigilância Sanitária?

R - Temos insistido em esclarecer algumas dúvidas e montar esse tipo de parceria, que a Dra. Maria Lúcia disse que existe entre o Conselho de Odontologia...

P - Mas a parceria é a declaração de um propósito de atuação comum, aí você vai a uma ótica, não tem o profissional, só tem o comerciante de óculos, ele pode fazer uma lente errada, com defeito e o usuário vai ficar com um grave prejuízo. Pode ser uma criança que está na fase de alfabetização e o prejuízo é maior ainda. Então é um problema de fiscalização, não é de cooperação, de atuação conjunta, é de fiscalização. Vocês acionam a Covisa ou não? E qual é a resposta da Covisa?

R - Nós não temos nenhum acesso à Covisa, não temos essa interface. Eles não nos recebem.

P - Também encontramos no site do Conselho... Então, vamos fazer um pedido de esclarecimento, quais as vezes que a falta do profissional ótico foi cobrada, que teve uma atitude da Covisa, e vocês vão informar se leve ou se não leve nenhuma.

Inexistência de equipamentos mínimos e essenciais no desenvolvimento da atividade. Vocês colocaram no site que denunciaram à Vigilância Sanitária que em certas óticas, provavelmente dirigidas apenas a ponto de vista comercial e não de uma função de saúde, e não tem o equipamento mínimo para exercer a atividade.

R - Exato.

P - Fica irregular o funcionamento dessa ótica.

R - Perfeitamente.

P - Que medida foi tomada até agora, para corrigir isso?

R - O Conselho não tem a força que ele gostaria de ter, porque o órgão que poderia nos atender e ajudar a esclarecer isso não nos recebe, então ficamos numa situação muito complicada. O que fazemos? Procuramos informar a sociedade com os meios que temos e tentamos esclarecer a opinião pública, para que ela saiba fazer essa diferenciação.

A SRA. SANDRA TADEU - O seu Conselho é reconhecido pelo órgão federal, a sua função, profissão?

R - Não. Nós somos uma associação de classe e estamos no contexto de associação civil, associação profissional.

A SRA. SANDRA TADEU - Como profissão, vocês não são reconhecidos a nível de órgão federal?

R - É. Nós não temos um Conselho. Agora a... interpretação, ela... Nós tivemos alguns casos.

A SRA. SANDRA TADEU - Por exemplo, o farmacêutico. Farmácia, ela é obrigada a ter um farmacêutico.

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - Sim.

P - Como deveria a ótica ter.

R - É, neste caso, existe uma lei que determina que toda ótica deve ter um profissional. Só que aí essa lei, por exemplo, ela é de 1932, da Era Getúlio Vargas. O que acontece? Quando a Vigilância vem me fiscalizar - e isso acontece todo ano -, ela vem com a Lei de 1932. Então, ela me pede uma espiroteira. Vocês conhecem espiroteira? (Pausa) E aí sou obrigado a dizer: A espiroteira, ela não existe mais. Hoje existe uma tomada, com uma resistência, com um ventilador, que são usados para fazer a dobra das ponteiros e das plaquetas.

Então, o agente sanitário, com toda a boa vontade que ele tem, ele não está instrumentalizado para fazer a minha fiscalização. Então, o que nós fazemos, por

iniciativa própria de algumas regiões? Nós convidamos a Vigilância Sanitária, fazemos um curso, fazemos palestra. Mas isso não em nível de Estado, em nível de Município.

Então, volta e meia, nós temos alguns conflitos porque a Anvisa manda, envia algumas circulares que vão em desconformidade àquelas práticas que nós fazemos de reeducação do agente sanitário, mediante a atualidade.

O SR. JAMIL MURAD – Vocês têm uma função muito importante, porque, por exemplo, vocês fazem lente de contato.

R - Perfeito.

P - Trabalham com lente de contato.

R - Perfeito.

P - A lente de contato pode dar infecção, pode dar defeitos na...

R - Ceratopatias, não é?

P - Ceratopatias.

Então, ter condições de funcionamento adequado, seja instrumental, seja de profissional preparado para fazer esse trabalho é fundamental para nossa saúde.

Quer dizer, teria o órgão fiscalizador, teria que atuar para ver se é um curioso que está fazendo lente de contato, se está trabalhando com lente de contato.

Agora, esse órgão fiscalizador está funcionando? O Poder Público, a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, está cuidando disso. Essa é a pergunta que faço?

R - Não.

P - Não está?

R - Não está.

P - Infelizmente, essa é a realidade que nós estamos vivendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - A pergunta que eu queria fazer para o Dr. José Eduardo é a seguinte: o que eu entendi, que ele acabou de dizer agora há pouco, que o acesso à Covisa é muito... À Covisa, não é permitido, às vezes.

R - Perfeito.

P - Quer dizer, vocês não tem o acesso à Covisa.

Agora, da parte de vocês, o que é o objetivo de vocês, dessa parceria, dessas conversas, dessas relações com a Covisa? Da parte de vocês, qual seria o objetivo? Essa é a pergunta que eu queria fazer.

Outra coisa, também, aproveitando, não sei se o senhor vai poder responder, mas em quase em todas as farmácia, a gente encontra lá um pedestalzinho cheio de óculos: é um grau, zero grau...

R - Perfeito.

P - ... 1,5 e tal. Eu queria saber se isso é legalizado ou não é legalizado, porque o povo chega lá enxergando mal, bota os óculos no olho e já sai com óculos na...

R - É, essa questão é uma questão que tem um pano de fundo, sim, muito mais amplo, porque envolve toda uma questão de pirataria, de descaminho de nota fiscal. É um problema sério. E o que acontece? O ótico, enquanto responsável pela ótica, ele visa promover a saúde pública dentro das normas de saúde que a gente segue, a Organização Internacional, os Conselhos Internacionais. Qual é o objetivo do nosso Conselho? É fiscalizar, educar o profissional e educar a sociedade para essas boas práticas de saúde, a exemplo do que acontece no mundo. Então, nós participamos de congressos, de simpósios internacionais. E procuramos estar *pari passu* com o Exterior. É nesse sentido que o Conselho atua.

Com relação aos óculos de farmácia, existiram alguns projetos de lei tentando regulamentá-lo e não houve sucesso. Por quê? Os óculos têm uma medida individual, que interfere na distância pupilar, na distância vértice, no poder divergência, e os óculos quando ele é comprado sem essa avaliação de critérios optométricos, ele pode causar distúrbios da motilidade ocular e do balanço binocular, ou seja, o indivíduo coloca os óculos, tem a sensação de aumento, que lhe é agradável num primeiro momento, mas passa a ter uma série de distúrbios que vão reportar à neurologia, devido a essa falta de fusão, a essa disparidade de fixação e toda uma série de distúrbios que ocorrem nessa área.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Devolvo a palavra para o Relator Jamil Murad.

O SR. MILTON FERREIRA - Pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD - Dou a palavra para a Vereadora Sandra Tadeu e, depois, para o Vereador Milton Ferreira.

A SRA. SANDRA TADEU - Com relação aos estabelecimentos que comercializam óculos e que oferecem também o serviço de exame clínico.

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - Perfeito.

P - Esse tipo de atividade é reconhecido pelo Conselho?

R - É reconhecido pelo Conselho.

P - Existe alguma fiscalização do Conselho nesses estabelecimentos?

R - Não nessa sistemática de autarquia, porque nós não temos esse poder de fiscalização, mas a gente procura praticar essa fiscalização. Inclusive, no nosso site a gente sugere que as pessoas denunciem o mau profissional.

P - Os senhores - parece-me que já disse que - não têm nenhum trabalho conjunto com a Covisa. É difícil esse...?

R - Nesse nível de Estado não. Existem iniciativas municipais que funcionam muito bem.

P - Não. Estado, não. Aqui nós estamos falando em nível de Município.

R - De Município, perdão. Não existe com relação ao Município de São Paulo. Existem nas adjacências, no interior, mas no Município de São Paulo não.

P - O senhor tem conhecimento de medidas que foram tomadas contra esses estabelecimentos irregulares?

R - Sim, essa Circular que teve, no nosso entendimento, uma interpretação equivocada, porque nós tivemos uma derrota no Congresso com relação à regulamentação da profissão. E essa Circular veiculou que a Optometria não era reconhecida porque ela teve essa derrota no Congresso e causou transtorno muito grande. Ora, se ela não foi reconhecida, ela continua como estava, como é, no caso, a Oftalmologia, que também não é reconhecida. Não é?

Então, isso causou uma interpretação por alguns Agentes Sanitários que foi muito danosa para a nossa classe. Nós precisamos intervir, conversar com os Agentes, mostrar a lei, alguns ganhos de causa no Judiciário, para que se, digamos assim, contomássemos esse problema, enquanto Anvisa não nos recebe para discutir essa questão.

P - As lentes e próteses utilizadas para cirurgia, exemplo a da catarata, elas têm alguma fiscalização pela Covisa ou também elas não são fiscalizadas?

R - Eu não tenho conhecimento se elas são fiscalizadas. Eu acredito que existem algumas iniciativas de regulamentação com relação a isso, mas eu não sei dizer se existe uma fiscalização forte nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Pela ordem, o Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA - Ao Presidente do Conselho, Dr. José Eduardo, não é? Eu uso óculos há muitos anos e nunca procurei uma profissional dessa natureza. Qual a formação acadêmica do optometrista?

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - Ele tem uma formação de, praticamente, cinco anos, que equivale a 3 mil horas mais a pós-graduação. Alguns casos de pós-graduação equivalem a, aproximadamente, - não sei se o Professor Carlos pode dizer alguma coisa a respeito, porque ele está na área de educação. Se o senhor me permite passar a palavra a ele?

P - Sim.

O SR. JAMIL MURAD - Nós pedimos para fazer a leitura da...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAMIL MURAD – Já foi feita?

O SR. CARLOS CÉSAR SUART – A formação de nível superior pode ser feita em duas situações: a de tecnólogo e a de bacharel. A de tecnólogo prevê 2.800 horas mais 300 horas de estágio; no nível bacharel 3.600 horas mais o estágio. Ai já dá aptidão ao profissional a exercer a atividade. Agora, não sei se o senhor gostaria de esclarecimento em relação a disciplinas que são ministradas no curso ou só carga horária?

O SR. MILTON FERREIRA – É apto, por exemplo, a fazer diagnóstico e conduta ou não?

O SR. CARLOS CÉSAR SUART – Não. Ele é preparado para reconhecer baixas de acuidades visuais não patológicas, só refrativas.

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA – Com relação a isso, doutor, o óptico optometrista trabalha sobre o olho saudável. Por isso que é bom a gente fazer uma distinção entre saúde visual e saúde ocular. A saúde visual é baseada em mínimo visível, mínimo separável, poder de resolução, máximo contraste, campo visual. Então, não é um método invasivo.

Agora, para que eu possa fazer a medida de uma lente de contato ou de uma dioptria, eu preciso ter conhecimento do olho saudável, então eu sei, o meu currículo, a minha grade curricular, me permite identificar um olho saudável e quando não encontrar um olho saudável, encaminhar para um médico, seja dessa ou daquela área.

P – Qual a relação da sua área profissional com o oftalmologista?

R – Varia de cidade para cidade. Por exemplo: nós enfrentamos uma situação de conflito muito acirrado, que alguns se referem a reserva de mercado. Eu não penso assim, porque são ciências distintas, mas o oftalmologista que exerce a Oftalmologia, que é uma especialidade médica cirúrgica, esse entende que necessita do optometrista para fazer a triagem, para que esse caso de cirurgia de glaucoma, de catarata, de estrabismo, já chegue devidamente triado dentro dos parâmetros. O que não acontece hoje na saúde pública.

Se tem um gargalo enorme na fila de Oftalmologia é porque a maioria das pessoas que estão ali, no nosso entendimento, não precisariam estar ali. Porque apenas de 5 a 10% é considerado patológico; de 90 a 95% são casos refrativos que o próprio óptico optometrista pode resolver. É assim no mundo todo.

P – Correto. Em relação aos laboratórios que confeccionam as lentes, o Dr. Jamil, Vereador, estava agora relatando. Eu tenho pegado alguns casos clínicos através da história na anamnese, tenho feito diagnóstico de uma lesão até por fungos, por quem faz uso da lente, e foi encaminhado ao oftalmo, e não sei se realmente isso foi confirmado.

Nesses casos, o que é que o seu Conselho ou trabalho poderia estar fazendo?

R – Hoje, inclusive, faço até um convite aos senhores, tenho uma palestra sobre isso. São patologias que contraindicam o uso de lente de contato, e vamos abordar o fungo.

O Conselho, como eu disse, ele orienta que o profissional deve trabalhar sobre o olho saudável. Se ele identifica qualquer tipo de patologia, ele deve encaminhar ao setor médico específico, para que seja tratado e feito o diagnóstico. Essa é a recomendação que nós fazemos. Nós não temos nenhuma atividade invasiva ou de cunho medicamentoso.

P – Correto. Obrigado. Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado, Vereador Milton Ferreira. Agora passo a palavra ...

O SR. NATALINI – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Pela ordem, o Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, eu queria agradecer a gentileza de V.Exa., cumprindo o regimento. Queria perguntar ao Dr. José Eduardo Moura, Presidente do Conselho, só para que os Anais da CPI registrem: os senhores são representantes dos profissionais?

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA – Perfeito.

O SR. NATALINI – Não das óticas?

R – Não das óticas.

P – Não das empresas?

R – Não das empresas.

P – Dos funcionários, dos profissionais que normalmente são funcionários das óticas?

R – Exato. É muito bom o senhor esclarecer isso, porque existe muita confusão a esse respeito.

P – Não, eu tenho conhecimento. Eu só estou pedindo para o senhor falar, para o senhor esclarecer nos Anais da CPI, para não ficar nenhum tipo de...

R – Perfeito.

Não, o Conselho, ele representa o profissional e o Conselho ele tem por objetivo educar o profissional e educar a sociedade para as boas práticas de saúde.

P – O senhor é o Conselho... Como são os outros Conselhos profissionais, é um Conselho de regulamentação do exercício da profissão.

R – Exatamente.

P – Além da questão educativa, porque isso todo Conselho procura fazer, não é isso?

R – Exatamente.

P – Só também para os Anais aqui, eu não ouvi o senhor falar, a diferença entre óptico e optometrista.

R – Optometrista. Perfeito.

P – De forma resumida, para a gente ganhar tempo.

R – OK. OK.

O óptico, ele trabalha com os óculos e com a adaptação das lentes de contato. Ele necessita de uma fórmula óptica para que ele possa desenvolver os óculos e a lente de contato. Curiosamente, eles usam praticamente o mesmo equipamento, que são medidas da refração.

O optometrista, ele mede o olho para calcular qual o poder de divergência. São ondas de luz e ele mede isso baseado no método...

P – Quer dizer, o optometrista, ele atua sobre o olho do paciente?

R – Sobre o ato visual.

P – O ato visual.

R – É, de forma não invasiva.

P – De forma não invasiva.

R – Isso. E o óptico atua sobre a fórmula que gera esse ato visual.

P – Está entendido.

E o ortóptico? É fora do seu Conselho?

R – O ortóptico...

P – Outro Conselho?

R – É, o ortóptico... O Brasil, ele tem aí um caminho um pouco tortuoso em relação aos outros países. A nossa ortóptica... Existem dois conceitos de ortóptica. Não gostaria de entrar no mérito da ortóptica, até porque ela está tratando da regulamentação dela agora. Mas o que eu entendo da ortóptica é que ela trabalha sobre desvios de estrabismo, com a função de fazer o cálculo para o cirurgião oftalmologista.

P – O ortóptico trabalha diretamente, vamos dizer assim, com o oftalmologista?

R – Subordinado ao oftalmologista.

P – Tá.

Sr. Presidente, eu ouvi o depoimento do José Eduardo Moura, Presidente, e a queixa dele, que ele nunca conseguiu conversar com o Poder Público, com a área de fiscalização da Vigilância Sanitária, vigilância à saúde. Então, eu queria requerer a V.Exa. que a CPI possa oficialar ao Sr. Secretário de Saúde e também

à direção da Covisa para que eles possam ouvir o Conselho que está aqui hoje e que fez essa observação de que quer conversar e não tem conseguido - não só esse Conselho, como todos os Conselhos que forem afetos à área de Vigilância Sanitária em São Paulo -, que a CPI recomende para que a Covisa possa entabular tratativas e realizar parcerias, no sentido de melhorar a prestação de serviço à população.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado, Vereador Natalini.

Esta Presidência solicita que seja encaminhado um ofício, solicitando ao do Secretário Municipal de Saúde que receba o Conselho, que a gente entende que é muito importante essa parceria e tem contribuições a dar - certo? - com relação à fiscalização da Covisa nesta cidade. Então, a gente vai encaminhar. E agradecer ao Vereador Natalini pela proposta.

O último inscrito de hoje é o... A última pergunta aqui do Vereador, que é o Relator desta Comissão, Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Obrigado, Vereador Zelão.

Tenho informação de que esses óculos de sol estão fora dos padrões legais.

É verdade que 24 milhões de óculos solares ao produzidos no ano e apenas sete milhões são fruto de indústrias, são resultado de trabalho de indústrias idôneas, os outros são de qualidade duvidosa?

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - Lamentavelmente, isso é verdade. Inclusive, enquanto Conselho, nós somos convidados a participar das normatizações que está acontecendo no país. A biótica, a associação da indústria tem nos convidado, e há informações que muitos desses óculos, que vêm, a gente não sabe bem de onde, são inclusive resíduos de lixo hospitalar, que são reciclados e reinjetados, aqueles plásticos, sem nenhuma procedência.

O SR. JAMIL MURAD - Nós queríamos voltar a palavra para o Presidente. Da minha parte, o nosso agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Eu queria perguntar se mais algum Vereador queria fazer uso da palavra. (Pausa) Não havendo ninguém inscrito, eu quero agradecer. Pois não, por gentileza.

O SR. LUIZ PIESIGILLI - O senhor me permite, porque ele ensaiou fazer um comentário em cima do fala do Dr. Murad.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Por gentileza, é o Sr. Luis Piesigilli, não é?

O SR. LUIZ PIESIGILLI - Exatamente. Eu tenho alguns números. Eu sou executivo do conselho e eu gostaria de externar as informações que eu tenho. Nós trabalhamos junto a diversos órgãos da área ótica. Só por curiosidade, no último ano foram destruídos, através desse trabalho que nós temos feito dentro dos órgãos da ótica, 27 milhões de óculos que entraram, de forma ilegal, que entraram, que não tinham as características técnicas necessárias para serem comercializados. Vinte e sete milhões no ano passado. É impressionante isso. Eu queria também externar alguns dados importantes. Eu queria ressaltar esses dados.

O SR. JAMIL MURAD - Só para entender melhor. Quer dizer...

O SR. NATALINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD - Vinte e sete milhões foram destruídos?

R - Destruídos.

P - Por falta de controle de qualidade. Não sabe...

R - Entraram, de forma irregular, no país...

O SR. NATALINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

R - Que não tenha as características necessárias. Nós trabalhamos junto à ABNT. Nós estamos fazendo a normalização de diversos setores da ótica, e já existem várias normas há vários anos funcionando, mas estamos trabalhando especificamente na área dos solares, e com muita brevidade, esses trabalhos deverão ser terminados agora no mês de julho de 2010.

O SR. NATALINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

R - Só para fechar. Só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Assim que ele encerrar, eu te passo a palavra, Vereador.

O SR. NATALINI - Pois não, Presidente.

R - Eu queria deixar bem claro o seguinte: Nós temos aqui, na cidade de São Paulo, em torno de mais de mil óticas.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS – ZELÃO - Pela ordem, Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI - Deixa ele terminar.

R - Nós temos mais de mil óticas. Vinte e cinco por cento apenas têm um ótico responsável interno. São dados coletados por amostragem, porque não temos um relacionamento coerente com a Covisa. Então, apenas 25% delas têm um ótico responsável, e a gente não sabe, efetivamente, o que tem os outros 75%. Então, a imensa maioria da população está sendo servida por pessoas indôneas talvez.

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - E aí, se me permite concluir, existe um monte de diploma de aluguel, no nosso caso.

O SR. NATALINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Antes de passar, pela ordem, eu queria anunciar a presença aqui da Vereadora Noemi Nonato, e queria só perguntar o que quer dizer certificado de aluguel. Depois a palavra fica com o Vereador Gilberto Natalini.

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA - A lei é muito clara e diz que uma ótica só pode funcionar mediante à presença de um ótico diplomado, devidamente registrado e reconhecido na sua associação ou conselho de classe. E o que acontece? Essa lei, lamentavelmente, ela não é cumprida. Então, é muito comum o indivíduo fazer uma xerox do seu diploma e ficar sendo responsável por várias óticas, sem que haja uma fiscalização. Nós não temos um controle sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI - São duas perguntas rápidas. Primeiro, os 27 milhões de óculos que foram destruídos, eles entram no Brasil vindos de onde? O senhor tem informação?

O SR. LUIZ PIESIGILLI - Ah, sem dúvida. Vieram, foram importados de...

P - Contrabando.

R - De contrabando.

P - Está. Segunda pergunta: eles são considerados equipamentos médicos, ou seja, se foram equipamentos médicos, a Anvisa é um órgão responsável pelo controle de importação ou de fiscalização de equipamentos médicos, medicamentos no país. Esses óculos, que são, na maioria, óculos de sol que o senhor falou?

R - Sim.

P - Eles são considerados equipamentos médicos?

R - Não.

P - Médicos? Eles não são fiscalizados pela Anvisa?

R - Não, são fiscalizados pela Anvisa na medida das possibilidades, vamos dizer assim, porque entra por maneiras escusas.

P - E a destruição deles foi feita... A apreensão é feita pela Polícia Federal? É isso?

R - Exatamente. Existe um acordo.

P - Nas lojas de contrabando?

R - As nossas entidades têm um acordo com a receita, com a Polícia Federal e na medida que a gente consegue detectar isso, há essa destruição.

P - Perfeito. Sr. Presidente, mais uma pergunta. O Conselho que os senhores dirigem é um conselho legal, oficialmente reconhecido pelos órgãos públicos,

como sendo um conselho de classe representativo?

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA – Ele é reconhecido, mas ele não é regulamentado.

P – Então, ele não tem... Por exemplo, então, não é como o CRM, por exemplo.

R – Não é como o CRM.

P – Está. Os senhores existem como instituição, mas não é um ponto org, vamos dizer.

R – Não é uma autarquia. Exato.

P – Está. Mas mesmo não sendo uma autarquia, os senhores, como uma associação, vamos dizer, ou uma representação de um conjunto de profissionais, os senhores já tomaram, sabendo que só 25% das óticas de São Paulo possuem o profissional responsável, os senhores já fizeram ou já pensaram em fazer uma representação ao Ministério Público, para que o Ministério Público faça cumprir a lei? Já fizeram isso, alguma vez?

R – Não, não porque a gente acredita que o caminho seria a Vigilância Sanitária para o entendimento. Agora, o senhor acaba de nos dar aí uma ideia.

P – Uma ideia, porque o Conselho Federal, o Conselho Regional, o Conselho Federal de Farmácia, por exemplo, eles bateram muito para que cada farmácia tenha um farmacêutico. Essa é uma luta, é uma guerra que existe. A gente sabe que aumentou muito o número de profissionais nas farmácias, mas nós sabemos que ainda, uma grande parte dela o profissional dá o nome, o registro do Conselho e, muitas vezes, ele não está ali, para responder pelo funcionamento da farmácia. Isso o Conselho de Enfermagem também batalhou muito, para que tivesse as enfermeiras como representantes da profissão. Então, eu... Se o senhor me permite, com toda a tranquilidade, eu sugiro que os senhores... Nós, já fiz o requerimento para oficiar junto à Anvisa a conversação com vocês, mas, uma vez que vocês não são um conselho reconhecido como um órgão autárquico...

R – Perfeito.

P – No caso, aí, teria um poder de fiscalização maior, mas os senhores têm o Ministério Público, que os senhores podem, tranquilamente, fazer a denúncia das 75% de óticas de São Paulo que não tenham o profissional responsável que a lei manda ter, e o promotor público, ele tem a obrigação de ser o fiscal da lei, ele vai tomar as providências, fechando essas óticas que não tenham o profissional. Então, fica aqui a minha sugestão humilde, está certo?

R – Perfeito.

P – Para que os senhores possam realizar essas tratativas. Era isso, Sr. Presidente, que eu queria fazer nessa segunda intervenção.

O SR. JOSÉ EDUARDO MOURA – Sr. Presidente, se me permite, nós estamos aqui aprendendo, e como o senhor nos deu aí a sugestão do requerimento da Anvisa, o mesmo pode ocorrer com o Ministério Público? Como é que nós fazemos para ter esse acesso lá? Podemos ter um encaminhamento da...

P – Eu acho que a própria CPI pode colocar os senhores, imediatamente, em contato com o promotor público...

R – Ótimo.

P – Responsável por esse tipo de fiscalização em São Paulo. Eu mesmo posso fazer, mas a CPI tem todas as condições de fazer isso.

R – OK.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Obrigado. Eu quero agradecer aqui a presença do Conselho de Ótica e de Optometria do Estado de São Paulo. Quero agradecer o Dr. José Eduardo Moura, o Dr. Luiz Piesigilli, Vice-Presidente, o Dr. Claudiney Alves de Santana, Delegado, e o Dr. Carlos Suart.

Queria agradecer a vocês pela colaboração, pela contribuição que deu para essa CPI. Muito obrigado.

Estão suspensos os nossos trabalhos por um minuto.

-Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Ferreira dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Reabertos os nossos trabalhos. Nós estamos recebendo aqui o Sr. Jaime Loza, que é representante do Sindicato dos Trabalhadores, do Sindsep, servidores municipais do Estado de São Paulo.

Está aqui: "O Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquia do Município de São Paulo vem, por meio deste, apresentar uma denúncia à Comissão Parlamentar de Investigação sobre a Covisa, que vem distribuindo bloqueadores solares vencido aos trabalhadores.

Tanto a empresa, tanto a Covisa tem reafirmado através de documentos, ofício em anexo, naturalidade em dar continuidade ao seu uso. No nosso entendimento é um erro reafirmar esta orientação.

Solicitamos avaliação da compra destes produtos."

Então, eu pediria para o Sr. Jaime Loza que fizesse a leitura do texto, por gentileza.

O SR. JAIME LOZA – "Eu, Jaime Loza, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para Averiguar e Apurar Eventual Deficiência no Desempenho das Competências Outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde - Covisa -, especificamente no que tange à Comercialização e Manipulação de Produtos Cosméticos, Alimentícios, Farmacêuticos, Serviços de Saúde e Substâncias de Interesse da Saúde - Processo RDP nº 08-46-2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada."

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Sr. Jaime, o senhor é membro da direção do sindicato?

O SR. JAIME LOZA – Sim, faço parte da Direção Executiva.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Nessa gestão ou em outras gestões?

O SR. JAIME LOZA – Esse é o segundo mandato do qual faço parte dessa direção.

P – Está. Sr. Jaime, então, a gente dá a você a palavra oficialmente para você falar para nós, fazer a denúncia com relação aos problemas, aos produtos referentes a esse ofício que foi endereçado, direcionado aqui para nós da CPI, por gentileza.

R – É, na verdade, desde antes de fevereiro, antes da data marcada aqui na embalagem do protetor, que venceu em fevereiro de 2010, nós, trabalhadores na unidade - estou lotado na zoonose Aricanduva, que fui transferido para a Mooca - recebemos esse protetor e desconsiderando, na verdade, desconsiderando não, considerando que a responsabilidade Covisa no sentido das farmácias e de todos os produtos que está na rede dos mercados, a gente questionou a resposta da Covisa de forma oficial, que foi prorrogando por um prazo de validade de seis meses. Então, a gente acha estranha a distribuição para nós trabalhadores de um produto vencido, que normalmente a ação da Covisa seria recolher esse produto.

P – Vocês, depois que observaram essa data de validade vencida, por acaso alguns dos trabalhadores que utilizam esse produto sentiu alguma diferença na utilização desse produto, se está fazendo efeito, se não está fazendo efeito, durante o uso desse material vencido?

R – Eu não tenho esse controle em relação às 26 unidades no Município todo. Eu posso dizer em relação à minha unidade que eu não tenho conhecimento de nenhum processo que possa ter afetado a pele no uso desse produto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Pela ordem, o Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, queria aqui fazer uma sugestão à nossa comissão. Como foi trazido o produto pelo membro do sindicato, a comissão poderia remeter ao Instituto Adolfo Lutz para que faça a análise do medicamento, do bloqueador solar, desfazendo por fim esta dúvida que os profissionais que nos visitaram há duas semanas, já trouxeram e que tem despacho da Covisa anunciando um hipotético, aqui anunciado pelo sindicato, prorrogação de prazo que me parece que persiste a dúvida.

Na realidade, se a autoridade sanitária municipal anunciou que tal medicamento ou tal bloqueador tem condições de realizar este processo e o nosso sindicato dos trabalhadores tem dúvida disso, acho que não resta outra iniciativa a esta comissão que pedir a análise deste material, de forma a tomar pacífico ou um ou outro entendimento.

Se o medicamento, bloqueador solar, não tem condições de ser utilizado, ele tem de ser imediatamente recolhido. Se o Adolfo Lutz reconhecer que ele tem condição de ser utilizado, por óbvio, mantém-se até o período que o instituto anunciar que o período é bom e servirá para as funções que ele foi empregado,

porque a gente reduz o volume de dúvidas e realizamos o processo de investigação fático quanto ao produto, que me parece tem um fator de 25 para realizar o bloqueio e avançamos em outros temas também importantes ao sindicato.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Pela ordem, Vereador Relator Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Eu levo em consideração o esforço do meu colega, Vereador Netinho, Police Neto, para justificar o uso de um produto vencido. Mas se nós aceitamos esse argumento, então quando nós fomos ao Pão de Açúcar, também poderia ser argumentado que aquele queijo vencido, aquela linguiça vencida e outros produtos também ainda teriam condições de uso por mais certo tempo.

Quer dizer, quando existe a data de validade é porque já houve o estudo, não precisa ser feito um novo estudo pelo Instituto Adolfo Lutz. Já houve o estudo e aquele tipo de produto pode ser utilizado com segurança até aquela data. Eu sei que, seja um produto como esse, de protetor solar, seja uma linguiça ou um iogurte, quer dizer, foi ingerido posteriormente, ele pode também não dar nenhum problema de saúde, mas uma porcentagem de pessoas vai ter problema de saúde.

Por isso que a data de validade é uma margem de segurança, até aqui você protege todo mundo, à medida que avança dessa data, muitos podem consumir aquele produto e não ter nada, só que uma porcentagem vai ter doença, vai ter manifestação, vai ter um prejuízo à sua saúde.

Então, eu acho que o órgão que cuida da vigilância da saúde da população e dos produtos que afetam a saúde, em primeiro lugar ele tem de praticar aquilo que ele prega. Como é que ele fiscaliza e cobra das empresas um comportamento e quando é um produto que ele distribui para os seus funcionários, ele esquece a norma, esquece a regra, esquece a proteção. Não é possível. Não é possível.

Então, nós temos é que cobrar da Covisa por que utiliza isso e que seja imediatamente suspensa a distribuição de um protetor de sol vencido.

E, pelo que vimos naquele noticiário exibido aqui no início da sessão, o que nós vimos? Não é só o protetor solar. Vimos a falta de uniforme, nós vimos a falta de material adequado para o trabalhador até mesmo ser recebido, com mais segurança, pelo morador. O morador vê o indivíduo sem uniforme, ele fica com receio de não ser o representante da Vigilância e não deixa entrar na sua casa para combater o mosquito da dengue.

Então, em vez de justificarmos um produto com data vencida, acho que temos de cobrar para que seja tomada uma medida imediata de correção dessa irregularidade.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Antes de pela ordem, nobre Vereador, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Jaime.

Desde quando, qual foi a data que vocês perceberam que estava vencido, desde quando está vencido o produto que vocês estão utilizando?

O SR. JAIME LOZA – Se não me falha a memória, foi...

P – Não está aí na embalagem?

R – Não, não é aí que está, nós recebemos esses tubos no começo do ano. Na verdade, no próprio mês de fevereiro começamos a receber esses vencidos em fevereiro.

P – Tá. E de fevereiro até aqui, a Covisa não recolheu esse produto?

R – Não, e encaminhou um documento dizendo que...

P – E não repôs o produto?

R – Não. E a gente tem um parecer da Anvisa e do Procon dizendo que essa ação é incorreta.

P – Tá. Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Na realidade, Sr. Presidente, é lógico que a gente precisa separar um pouco o que é uma autoridade sanitária dizendo que o produto pode ser utilizado do Pão de Açúcar, que é um vendedor. Então, não quero aqui trazer a comparação de que o Pão de Açúcar ou Carrefour vão ter a mesma tarefa que tem a Covisa, até porque a Covisa não vendeu esse produto. Então, na realidade, o que ela fez foi reconhecer a capacidade ou não do produto ser utilizado. Me parece que a gente tem dúvida sobre essa capacidade. Por óbvio, a Covisa, se cumpriu sua função de vigilância sanitária, certificou a possibilidade desse produto ser utilizado. O que a gente tem é dúvida nesta certificação.

Então, a primeira coisa é que o produto pode estar sendo usado neste período. Se ele pode estar sendo usado neste período, a partir desta recomendação que a Covisa fez, eu quero compreender que todos os parlamentares têm a preocupação e a cautela com todos profissionais que já utilizaram esse produto. Por isso, o encaminhamento do produto ao Adolfo Lutz. Porque desfaz-se, primeiro, a questão de saúde dos trabalhadores, informando se o produto tem condição de ser usado ou não.

A decisão posterior nossa de dizer o seguinte: "Mesmo sabendo que ele pode ser utilizado, eu quero a substituição de todos eles por novos", acho que pode ser uma decisão que esta Comissão possa vir a recomendar ao Executivo. Mas eu acho que a gente não pode deixar de analisar o produto que foi entregue aos servidores e que pode ter sido utilizado por parte deles à medida que a própria Covisa informou a esses servidores que ele tinha condição de ser usado.

Não quero criar aqui nova polêmica. Quero afastá-la. Mas quero dar a garantia que os profissionais de saúde do Município que utilizaram esse produto não correram nenhum risco. Essa era a tentativa. Agora, se nem isso podemos fazer para os nossos servidores, eu retiro meu pedido de análise do produto, para que a gente não possa informar aos servidores se o produto tinha condição de ser usado ou não.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Pela ordem, nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – É, queria fazer uma solicitação, por escrito, à Covisa, de quando esse, de quando que esse material foi comprado; quando que ele chegou para ser distribuído; se dentro do prazo; fora do prazo; se o responsável, se a Covisa discutiu a utilização de um produto vencido; e qual foi o critério técnico, em que a Covisa baseou-se tecnicamente para liberar o uso.

Vejam, Srs. Vereadores, quer dizer, a análise por algum instituto de qualidade, algum órgão que analisa a qualidade de um produto para a Covisa liberar o produto, eles devem ter algum documento de um órgão específico que avalia que o produto poderia ser liberado.

Então, solicito, também, por escrito, que a Covisa nos informe se eles têm autorização de algum órgão que libera esse produto vencido como um produto que não faça mal à saúde.

Agora, longe deste Vereador, o direito de um colega Vereador solicitar que qualquer órgão possa examinar esse produto. Longe disso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JAMIL MURAD – Não. Não é que mudei. Evitei que, através de um pedido de análise, fosse encoberta uma utilização, um comportamento inadequado da Covisa. Então, primeiro temos de saber se já comprou vencido; por que se comprou uma quantidade muito grande sem planejamento e, aí, venceu, é outra pergunta que fazemos. Depois, se eles verificaram que estava distribuindo um produto vencido. Se não verificaram e foi sem perceber, quem é o responsável por esse lapso. Quarto, queríamos saber se eles têm algum estudo técnico, se basearam em algum estudo técnico para poderem liberar, sem prejuízo à saúde dos servidores, dos trabalhadores. Isso que quero saber.

Agora, logicamente, pode ser feito o pedido. Agora, também, pode ser feito o pedido para o Instituto Adolfo Lutz examinar. Até me somo e assino, também, esse pedido de ser reexaminado. Só que, se der positivo, não altera em nada as perguntas que fiz. Assim como um queijo - ou uma linguiça vencida - com prazo vencido, pode ir para o Adolfo Lutz e falar: "Esse pedaço de linguiça pode ser consumido sem risco, só que, outros pedaços de linguiça, com prazo vencido, podem dar diarreia, podem dar doenças mais graves".

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. NATALINI – Sou, eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos - Zelão) – Nobre Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, acho que a proposta, o requerimento que o nobre Vereador Jamil Murad faz, ele não se contradiz com o requerimento que o nobre Vereador José Police Neto fez. São duas coisas que se complementam.

Então, quero encaminhar a proposta, aqui, para os nossos Vereadores, membros da CPI, que os dois requerimentos sejam encaminhados. O nobre Vereador Jamil Murad fez o seu, o nobre Vereador Police Neto fez o dele. Acho que isso só trará conhecimento e esclarecimento para que possamos trabalhar.

Então, faço essa proposta conciliatória.

O SR. JAMIL MURAD – Eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Estou de acordo, também, com o encaminhamento dado aqui. Só gostaria de fazer uma pergunta, deixar uma pergunta aqui. Não sei se os membros do Sindicato que defende a categoria, os trabalhadores, no combate à endemia. Por que a Covisa, por que a Prefeitura de São Paulo não tira, de vez, esse produto? Por que tem dificuldade de repor, de comprar? Ou compraram muito e tem dificuldade de jogar esse material fora?

Quer dizer, acho que, se tem problema, se está vencido, por que a Prefeitura não faz um contrato? Desde fevereiro por que não fez um... Não comprou um outro lote? Está certo? E fica reaproveitando um produto que está sob suspeita. Então, precisávamos saber qual é essa dificuldade.

Gostaria, de fazer uma observação...

O SR. JAMIL MURAD – Uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Uma última pergunta, nobre Vereador Jamil.

O SR. JAMIL MURAD – Olha, estamos vivendo um período onde a segurança pública é uma preocupação da população. Chega um profissional importante para aquela família, só que ele está sem uniforme. Então, será que é tão caro um uniforme para esses profissionais? Porque isso facilita o contato do profissional, que combate a dengue com o morador daquela residência. Facilita a aceitação do trabalho que ele...

Então, queremos fazer uma pergunta, um ofício solicitando a explicação da Covisa: por que não está fornecendo o uniforme para esses profissionais? Será que é para congelar mais recurso? Porque uma parte do dinheiro da Covisa foi congelada. Será que é para congelar mais recurso? E, logicamente, em prejuízo do combate à dengue, porque a pessoa não entra naquela residência e, ali, pode multiplicar o mosquito da dengue e multiplicar a doença. Estamos aqui, senhores... Aqui, olhem, em 2008, foram encontrados... Tivemos 216 casos de dengue em São Paulo. Em 2009, tivemos 322 casos de dengue em São Paulo. No ano de 2010, até o mês de abril, já são 1.212 casos. É mais que o dobro. São duas vezes e meia o que foi visto em 2008 e em 2009, só em quatro meses. Sei que em outros Estados também têm, Srs. Vereadores. Mas o que quero saber é que temos a obrigação de ajudar a combater a dengue onde representamos o povo, que é aqui em São Paulo. Tenho de cobrar dos órgãos competentes que se combata a dengue no município de São Paulo. Lá em Campinas, espero que a Câmara Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde também cumpram o seu dever. Agora, precisamos cumprir o nosso dever aqui em São Paulo. Por que se congela dinheiro da Covisa e, até mesmo com uniforme, até mesmo com utilização de protetor solar vencido? Por que se faz isso e não se combate a dengue adequadamente? Não podemos aceitar isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – João, você fará uso da palavra? Então, você terá de ler o termo para nós.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – “Termo de Compromisso. Eu, João Batista Gomes, convidado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência do desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância e Saúde – Covisa - especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços e saúde e substâncias de interesse à saúde - processo RDP número 0846/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal, a dizer tudo que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 18 de maio de 2010”.

Farei dois comentários. Um, Sr. Vereador, o encaminhamento que a Comissão está dando. Evidentemente que não nos contrapomos, mas, para nós é interessante que é passado, desde o mês de fevereiro e que o Sindicato vem levantando essa denúncia da questão dos protetores solares, somente agora a Covisa dá uma resposta, dizendo que ela está testando e que é válido por seis meses porque uma determinada farmacêutica testou que o produto tem validade por mais seis meses. O interessante é que é a própria empresa que valida por mais seis meses. Então, vejam só, se qualquer de nós fôssemos em uma farmácia, em uma drogaria, comprar um produto.

Esse produto tem estabelecida uma validade e o farmacêutico diz: “Não tem problema, esse produto vale por mais seis meses”. Bom, esta é uma Casa de Leis, a Covisa tem o papel de fiscalização, se o mesmo papel de fiscalização está dizendo: não é necessário levar em conta o que está escrito no frasco ou no produto, acho que é um precedente muito perigoso.

O encaminhamento que o Vereador José Police Neto está propondo, também não me oponho. Agora, a pergunta é: por que a Covisa, como órgão fiscalizador, não colocou para si a questão de fazer a solicitação a qualquer instituto – Adolfo Lutz ou qualquer outro – para que pudesse de fato confrontar as versões, porque não é só a saúde do servidor, que é muito importante, mas também são as verbas públicas que estão sendo utilizadas. Acho que é disso que está se tratando, é muito perigoso o precedente que pode se abrir. Então um produto venceu, não tem problema, o fabricante está dizendo que tem mais seis meses de validade. Olha só o precedente que está se abrindo, esse que é o perigo, Vereador, porque evidentemente, qualquer produto que tem a validade vencida pode trazer prejuízos à saúde dos servidores, em especial a questão do protetor solar, que sabemos não ser imediato, pode trazer prejuízo em longo prazo, o câncer de pele. É essa a principal questão da utilização do protetor solar. Então, gostaríamos de fazer essa ressalva, porque de fato o que está em jogo, além da saúde do servidor, é o próprio bem público, é a utilização das verbas públicas.

A segunda coisa: acho que é bem importante que a CPI levante as questões, porque assim a Covisa coloca para si a necessidade das respostas, porque desde o mês de fevereiro estamos levantando essas questões: o protetor; os uniformes; o crachá de funcionamento, que foi uma dificuldade ter esses crachás para poder entrar nas casas das pessoas, como é dito na reportagem e, além do mais, é objeto de discussão da Câmara de Vereadores. A questão da falta dos veículos, que foi abordada na reportagem, porque também a falta de veículos acarreta outra coisa: hoje, as caixas d’água não estão sendo vistoriadas pelos agentes, porque eles não podem andar com uma escada nas costas, para subir no telhado da casa e vistoriar a caixa d’água. A pergunta é feita: sua caixa d’água está limpa? O morador diz que está, só que o agente não pode fiscalizar, porque não tem a escada para subir, evidentemente, porque não tem o veículo para transportar a escada. Então, isso é um problema sério. A questão da colocação dos pontos estratégicos e tudo mais. É importante que a CPI também olhe para isso, porque na verdade, o que está em jogo são as condições de trabalho vinculadas à prestação de serviços.

Para encerrar, os Vereadores acompanham a questão dos trabalhadores da zoonose, quanto aos seus contratos. Estamos recolocando essa questão, porque hoje a Prefeitura de São Paulo publicou a renovação dos contratos dos trabalhadores de 2001, conforme aprovação da lei nesta Casa, por três meses, mas a gente ainda tem a pendência dos trabalhadores de 2007, que vence no próximo dia 05 de junho, o contrato desses trabalhadores. E, por analogia, se pegamos toda a legislação federal, hoje, no Município de São Paulo, a gente precisaria ter em torno de 4.400 agentes de combate a dengue especificamente, e temos em torno de 2.500 trabalhadores da zoonose, que fazem o combate a dengue, mas também fazem o combate ao rato e a vigilância geral, zoonositária, cachorro, gato, então gostaríamos de recolocar essa questão. E acho que a CPI também é um espaço para isso, porque evidentemente, se esses trabalhadores forem demitidos e não tiverem a cobertura dos demais trabalhadores, porque não há previsão de contratação de 4.400, evidentemente, que a dengue, no Município de São Paulo, está cada vez mais preocupante. Então, nós, da nossa parte, o Sindicato ao levantar os problemas, evidentemente, que quer colaborar para a solução dos problemas, e nós achamos que a CPI é um espaço para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Obrigado João. Eu queria consultar aqui alguns Vereadores querem fazer uso da palavra? Pela ordem, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Naquela reportagem, você vê que a dengue, teve um período que a dengue não matava, depois chegou um vírus da dengue que dá a dengue hemorrágica e as pessoas começaram a morrer. Aqui no estado de São Paulo mais de 50 cidadãos já perderam a vida por causa de dengue. Sei que

São Paulo não é onde teve mais, por exemplo, em Ribeirão Preto, minha mãe tem 91 anos, ela mora em Ribeirão Preto, mais de 13 mil pessoas já ficaram com dengue e a população é muito menor.

Então, eu sempre fico temeroso, se pegam a dengue hemorrágica vai encurtar a vida dela, tem outros parentes e tem a população de mais de 500 mil habitantes, lá. Muito bem. Então, 13 mil doentes lá e aqui 1.300, aqui é muito menos, mas nós temos de tomar as providências, agentes de combate à dengue estão andando a pé, esse problema do contrato de emergência para transportar os agentes de combate à dengue. São profissionais treinados, também, agora nós conseguimos prorrogar.

O Poder Executivo não pode alegar falta de colaboração, porque a Comissão de Saúde, cujo Presidente é o Vereador Zelão, trabalhou muito, são esses Vereadores que estão aqui, neste momento, nós trabalhamos muito para fazer o Executivo prorrogar o contrato. Felizmente, o Prefeito prorrogou o contrato, felizmente. Mas agora, há necessidade, isso aí é um gasto muito pequeno. Na verdade, é um investimento na Saúde se a gente mantivesse essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Custo-benefício.

O SR. JAMIL MURAD – O custo-benefício é muito alto para se imaginar só em termos de números.

Terceiro, nós precisamos, além do transporte, precisamos dar as condições, seja uniforme, seja o número adequado de agentes de combate à dengue e combate às zoonoses. São Paulo tem de dar o exemplo, São Paulo faz, tem os locais mais avançados em tratamento de saúde e depois vai deixar as pessoas morrerem de dengue? Faz transplante de coração e deixa a pessoa morrer de dengue? É uma contradição inadmissível.

Por isso, que aqui eu não distingo partidos políticos, posições políticas, eu quero fazer uma... Contribuir para fazer uma corrente para que o povo de São Paulo não morra de dengue e, para isso, tem condições, é possível fazer isso. Desde que o Poder Executivo, seja a Secretaria da Saúde, seja o Prefeito, tome medidas para isso. Tem de fazer investimento é no transporte, é no uniforme, é no protetor solar, é no número de funcionários, não dispensar esses funcionários que já estão treinados. Olha aí, são medidas simples de serem tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Pela ordem, Vereador Gilberto Natalini.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, só para lembrar, deixar um registro histórico, que a Câmara Municipal de São Paulo, nas duas ocasiões de pico de epidemia na Cidade, tomou uma medida de auxílio ao Poder Público da Saúde, municipal, estadual e federal, criou aqui o Comitê Civil Contra a Dengue. Não sei, alguns Vereadores que estão aqui não estavam na época, mas foram milhares de pessoas que foram atingidas pelo trabalho de um grupo de Vereadores, com mais de 120 entidades da sociedade civil; foram seis milhões de folhetos distribuídos na época; dezenas ou centenas de reuniões feitas; de visitas; de esclarecimentos, foi uma mobilização da Cidade para colaborar com o Poder Público Municipal no sentido de combate à dengue.

Eu queria, também, lembrar, acho que a nossa preocupação com a epidemia ou com uma futura, com o recrudescimento que está acontecendo da dengue na Capital, é a nossa obrigação. Inclusive, vamos, até diante dos números, nos colocar novamente em alerta para reviver o Comitê Civil, nos colocar na prática à disposição das autoridades sanitárias e da população para mobilizar forças no combate ao mosquito e no combate à doença.

Agora, a dengue não é privilégio da Cidade de São Paulo, a dengue, se o senhor me permite um entre aspas, é uma "preferência nacional". Porque o maior número de casos de dengue acontecidos no Brasil não foi aqui na Capital: Rio de Janeiro, Campo Grande, teve uma epidemia imensa, Espírito Santo, a dengue está descontrolada no território nacional. Nós não vamos conseguir ser uma ilha, por mais que a gente se esforce, não vamos conseguir ser uma ilha. Mas eu reforço a preocupação, não só da CPI como dos Vereadores da Câmara, de que nós temos de barrar e lutar, porque não é possível que a gente não consiga superar a doença, inclusive em colaboração com o Poder Público.

Então, a notícia hoje aqui, no jornal Agora, que diz o seguinte: "... se somam aos 2.400 funcionários que trabalham na atividade de combate à dengue, mais 1.500 de agentes de zoonoses estão sendo contratados por concurso público". Se essa notícia do Agora é uma notícia real, serão 3.900 funcionários que deverão entrar – notícia do jornal Agora que está aqui na minha mão, de hoje – chega bem mais perto dos quatro mil, ou 4.500, que seriam os necessários para dar combate à doença.

Mas, de qualquer forma, acho que temos que nos debruçar sobre isso, sim, Sr. Presidente, o número de casos está aumentando na Capital, é uma preocupação que nós temos que ter, inclusive uma mobilização prática, não só cobrando, que é a nossa função, mas também, além de cobrar, nos colocando à disposição na mobilização civil de toda a sociedade.

Nós sabemos que os mosquitos, na maioria das vezes, eles proliferam dentro das casas das pessoas, onde, muitas vezes, o Poder Público tem dificuldade de entrar e nós podemos ajudar na medida em que temos capilaridade na Cidade, convocar a sociedade civil, convocar os órgãos de imprensa, a Câmara Municipal tem de participar diante dessas ameaças. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito do que está sendo conversado aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) - Para encerrar, Jaime, rapidinho.

O SR. JAIME LOZA – Respondendo ao Vereador Jamil, a gente pode classificar os casos de dengue em dengue clássica, dengue com complicação, dengue hemorrágica, febre hemorrágica da dengue, síndrome do choque da dengue. São várias maneiras de se contrair.

Eu queria falar com relação à quantidade de funcionários necessários e às condições, desde transporte, bota, uniforme, crachá; as Suvs, as 26 unidades atuais, que já foram 31, não têm condições de trabalho. A minha unidade, a gente tem um chuveiro para quem trabalha com veneno, na minha unidade, o forno aparece o céu, isso, na verdade, estou falando da minha, conheço outras, se fossem feitas visitas nessas unidades de zoonoses vocês ficariam horrorizados, com essa situação.

A questão da quantidade de pessoas para combater o vetor, que em outros municípios é muito grande e na nossa cidade, casos confirmados são 2.209, se a gente somasse a esses casos, 2.209, 50% dos casos a serem confirmados.

Os casos a serem confirmados, que estamos marcando para fazer o bloqueio, tarefa nossa, agente de apoio, 1.212, se confirmamos 50%, hoje os casos de dengue são 3.421. A quantidade de funcionário atual, levando em consideração a demissão de 600 trabalhadores de 2007 com experiência em investimentos nesse município, nesses trabalhadores, 600, uma faixa de 390, de 2001 que tem a garantia de emprego por mais três meses e não se aplica a emenda ou artigo 198 para dar estabilidade. Teremos, num número estabelecido pelo Vereador, mil profissionais a menos no sentido de combater esses altos índices. A preocupação de se discutir a questão dessa estabilidade do pessoal de 2001 e a renovação do pessoal de 2007, para gente ter um quadro suficiente de combater a dengue nessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Ferreira dos Santos – Zelão) – Obrigado Sr. Jaime. Neste momento devolvo a presidência dos trabalhos ao nobre Vereador Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Acabei de retomar da SPTuris, vamos realizar um evento importante para a cidade de São Paulo.

O senhor está nos convidando para ir visitar a Suvs? Vamos marcar um dia para fazer essa visita. Vamos entrar em contato com os senhores para fazer essa visita.

Tem a palavra o nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Apenas registrar para não passar em branco, que um órgão de imprensa, que respeito muito, fez um editorial criticando a nossa ida a supermercados para fiscalizar se havia produtos vencidos. Queríamos dizer que respeitamos esse órgão, que inclusive nos distingue – não citou nome – mas foram os Vereadores: Natalini, Netinho de Paulo, Jamil Murad, e no fim do artigo ele compara com outras situações e chega a seguinte conclusão: "esses vereadores aí eles têm ficha limpa..." Acredito que esse aspecto que atuamos honestamente foi muito importante. No entanto, registro que vamos cumprir o nosso dever de fiscalizar, por maior que seja a pressão. Se fala em anarquia, cita casos – não gosto nem de citar para não bater bumbo com coisa absurda –, mas nós vamos fiscalizar visando interesse público. Não temos interesse de fazer piroleira, usar isso como mecanismos espúrios – se bem que o jornal ressaltou isso – "existe CPI que usa de maneira espúria mais esses aí tem ficha limpa..." No final do artigo acabou sendo um elogio aos membros da CPI. No entanto, digo que vamos continuar de maneira séria, adequada, firme, investigando para melhorar a vigilância em saúde e não para aparecer, ou para qualquer

outra finalidade.

Era esse o registro que queria fazer. Não é uma briga com os órgãos de imprensa, porque precisamos deles para difundir opiniões corretas que ajudam a proteger a sociedade. Nós falamos aqui para um conjunto de 100 pessoas. Mas somos 11 milhões na cidade. O órgão de imprensa, quando bem utilizado ele ajuda a proteger a sociedade. Mas de vez em quando vemos esses deslizos. Alias, até me ouviram pelo telefone, expliquei tudo, mas depois no dia seguinte saiu o artigo. Nós, de maneira ativa, honesta, consciente vamos continuar cumprindo nosso dever. Não trabalhamos com calúnia, com fraude, mas com os fatos. Muitas vezes procuramos ter uma diferença de interpretação, mas isso é democrática, troca-se opinião. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Foi oportuna a fala de V.Exa. Até distribui para todos os Srs. Vereadores a resposta que enviamos ao jornal. Nobre Vereador Jamil Murad, o nobre Vereador Natalini não estava presente no início dos trabalhos, nem a vereadora Sandra, nesse sentido vou passar aquela apresentação que teve toda aqui da Covisa, dizendo que era uma coisa fantástica, trabalhava de forma eficaz, eficiente, como poderíamos abrir uma CPI nesse sentido. Vamos mostrar a reportagem da TV Record onde se refere ao aumento do número de dengue na cidade de São Paulo por conta da ineficácia da Secretaria de Saúde, de ter um contrato de locação de veículos para poder levar seus funcionários. Essa é a nossa realidade. Ai há uma pressão grande da mídia, não sei se o Executivo está interferindo nisso, mas ficamos um pouco assustado, porque na verdade os resultados da cidade de São Paulo em termos de arrecadação, justamente se deu em virtude do trabalho desta Casa: de diversas CPIs, diversas subcomissões, da pressão do Legislativo que é independente do Executivo e ai temos resultados brilhantes. Só que a mídia entende quando quer de uma forma, quando quer de outra. Nunca elevando o trabalho dos parlamentares. Infelizmente.

Vou passar a matéria para os Srs. Vereadores que não puderam ver ter ideia da matéria.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Essa é a matéria que saiu, Vereador Natalini, e ai os Índices de dengue, na cidade de São Paulo, aumentando e vem a Covisa, faz uma apresentação aqui, emocionados, chorando aqui, inclusive a supervisora, Dra. Inês. Como é que nós poderíamos fazer uma CPI da Covisa, um órgão brilhante, acima do bem e do mal? São exemplares, funciona perfeitamente. Não. Estamos observando que não funciona perfeitamente. Já estamos observando nos trabalhos que estamos fazendo que não estão fazendo um trabalho à altura da cidade de São Paulo, muitas vezes por falta de orçamento, por falta de uma direção coerente e correta, por falta de um orçamento próprio, uma maior independência talvez, para que pudesse ter as atividades da Coordenadoria de Vigilância melhor na cidade de São Paulo. Então, infelizmente, é triste essa matéria que nós vimos. O Sr. Jaime quer fazer o uso da palavra, Sr. Jaime?

O SR. JAIME LOZA – Isso. Na verdade, por consequência dessa situação no transporte, em dezembro foi criada a portaria 2.106/09, e a criação dessa portaria, por causa da ausência do transporte, dessa questão da licitação, tirou os trabalhadores das Suvs, onde a gente tem que sair da Suvs com as condições, com o transporte, e transferiu parte dos funcionários para as UBSs, para a gente trabalhar a pé a partir das UBSs. E eu queria lembrar que, nas diretrizes nacionais de combate e prevenção à dengue, não classifica a UBS como uma unidade de trabalho. Classifica como ponto de apoio, onde a gente que tomar ou usar um banheiro e assim por diante. É um ponto de apoio, e não a transferência para ser uma unidade... Porque todas as más condições das Suvs foram transferidas para a UBS, parte do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Viu, Vereador Natalini? Hoje, hoje à tarde, eu vou me manifestar também, mas está aqui o editorial, quer dizer, o que pensa o jornal *Diário de S. Paulo*. Quando saiu no editorial é o pensamento do jornal. Está aqui. Editorial: "Ao trabalho sério, Vereadores! Nos últimos dias, Vereadores eleitos para legislar rebaixaram essa condição de fiscais da Vigilância Sanitária da cidade de São Paulo. Assim, vestidos, investiram contra lojas do McDonalds - que nós não fomos, não é? -, do Pão de Açúcar, do Carrefour, em busca de mercadorias estragadas ou com data de validade vencidas. Longe de transmitirem a imagem de humildade de quem se submete a tarefas inferiores, em nome da saúde do consumidor, deram demonstração de oportunismo eleitoral. Somos todos candidatos". Que eu saiba, nenhum dos que estavam lá, Vereador Gilberto Natalini estava também, Vereador Jamil, Vereador Netinho, eu, não somos candidatos a nada, mas o jornal colocou dessa forma. "O espalhamento com quem entraram em cena lembra mais os espetáculos de circo mambembe, com suas feras, palhaços, malabaristas, equilibristas, ilusionistas. Mas ninguém se ilude quanto às reais intenções daquela trupe. -Somos trupe agora-.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Lógico que eu vou. Não tenha dúvida. "Não estavam ali em defesa do consumidor, mas atrás do voto do eleitor. Ao se atribuírem as funções típicas do Executivo, esses membros do Legislativo Municipal agredem o princípio da divisão de poderes, que é base da democracia desde que foi concebido no século XVIII. Quando Vereadores lideram fiscais, instala-se o conflito entre poderes, quebra-se a cadeia de comando dos funcionários, emite-se ao baixo escalão do funcionalismo público um sinal de anarquia. Como adotaram critérios políticos eleitorais e não critérios técnicos para nortear suas ações, o resultado foi pífio, em termos de saúde pública, e nefastos em termos administrativos. Sem ter conhecimento apropriado para isso, ocuparam funcionários que poderiam estar combatendo problemas verdadeiros da cidade, em vez de serem coadjuvantes dessas comédias de erros. Como os políticos brasileiros não são reconhecidos pela qualidade de sua memória, é conveniente lembrar as vezes anteriores em que Vereadores, em busca de votos, lideraram fiscais, gerando um sombrio subproduto das denúncias de achague e corrupção. Os nobres Vereadores de hoje têm ficha limpa nessa área" - Deve estar se referindo a nós, que estávamos lá. Nós todos temos ficha limpa mesmo. Que bom que eles reconheceram isso - "Tem ficha limpa nessa área, mas não custa nada lembrar que a anarquia, uma vez iniciada, costuma escapar de qualquer controle e desandar em desrespeito completo às leis e às normas". Eu mandei para todos os gabinetes isso e agora eu vou ler a resposta que eu fiz, Vereador. Em seguida, eu vou passar a palavra aos Vereadores. Encaminhei ao Caro Jornalista Leão Serva: "Relativamente ao editorial publicado no dia 14 de maio de 2010 no jornal *Diário de S. Paulo*, o Vereador Aurélio Miguel, Líder do PR e Presidente da CPI que investiga os problemas e eventuais irregularidades no trabalho da Covisa tem a expressar o que segue: na edição desta sexta-feira, 14 de maio de 2010, editorial publicado na página 2 do jornal *Diário de S. Paulo*, desconsiderada de maneira equivocada, estreita e preconceituosa, o trabalho de fiscalização do Legislativo Municipal de São Paulo. Limitar a ação dos Vereadores ao ato de elaborar leis é demonstrar desconhecimento da responsabilidade assumida por um cidadão ao ser eleito Vereador. Comparar a ação liderada pelos Vereadores à exibição de trupe circense, mais do que o exercício da liberdade de expressão é uma ofensa desleal e gratuita.

"O autor erra ao considerar que a responsabilidade da fiscalização das coisas municipais seja exclusividade do Executivo. Fiscalizar, caro editorialista, é sim função de um Vereador. Se o autor desconhece isso, bastaria consultar seu diretor de redação — Leão Serva, ex-funcionário da área de comunicações do prefeito Gilberto Kassab — para saber disso. Certamente receberia os subsídios necessários para não incorrer em erro.

Se impedir que a população paulistana consuma produtos vencidos é adotar critérios políticos-eleitorais e não técnicos, então seria interessante que os fiscais do Executivo abandonassem os critérios hoje adotados. Bastou uma simples visita a algumas lojas para flagrar erros que comprometem e muito a fiscalização da Prefeitura paulistana. O 'espetáculo de circo', conforme adjectiva o *Diário de S. Paulo*, descobriu a palhaçada de que é vítima a população: a saúde do consumidor da cidade corre riscos ao não contar com fiscalização adequada. Em anexo segue material que comprova essa incapacidade fiscalizatória" - encaminhei vários materiais em que a própria Covisa diz que só atua quando tem a denúncia e que ela não consegue fazer todas as fiscalizações necessárias. Então, mandei o material, em anexo, que comprova essa incapacidade fiscalizatória.

"O editorialista considera que o consumo de produtos vencidos seja algo menor e que o combate a essa prática seja uma 'comédia de erros'. Erra ainda ao assegurar que ao realizar esse serviço os Vereadores paulistanos não combatem problemas verdadeiros da cidade. São inúmeros e graves os problemas de saúde decorrentes do consumo de produtos inadequados para o consumo e que se encontram à venda, conforme os vereadores da CPI da Covisa flagraram nos supermercados Pão de Açúcar da Praça Pan-americana e o Carrefour do Eldorado.

Convém lembrar alguns dos trabalhos realizados nesta Câmara Municipal, através de CPIs, e que resultaram em fatos positivos para a municipalidade. Só para citar alguns..." - da qual eu participei - "...a CPI do IPTU, presidida por mim em 2009, realizou trabalhos que geraram acréscimo de 3,2 milhões de metros quadrados que não vinham sendo lançados resultando uma arrecadação extra de R\$ 180 milhões de reais e R\$ 50 milhões por ano, sem falar na mudança da

Planta Genérica de Valores que foi atualizada, o que com a Prefeitura tivesse um aumento anual de arrecadação na ordem de R\$ 700 milhões, quase 1 bilhão de reais". Então, isso é trabalho dos Srs. Vereadores, ele esquece quando não sabe o que está falando - "A CPI dos CDMs, em 2005, fiscalizou os clubes desportivos municipais, levantando problemas e apontando sugestões que culminaram com a formação dos clubes-escolas pela atual administração. Já a CPI do ISS dos bancos, mesmo sendo interrompida por uma liminar judicial," – que os bancos conseguiram – "gerou um aumento espontâneo da arrecadação do ISS das taxas de bancos de 33%; e outro exemplo do trabalho 'circense' da Câmara Municipal foi o realizado junto aos bingos da Capital, ação que praticamente acabou com essa prática em São Paulo."

Sem falar na atual Lei do Polo Gerador de Tráfego, que foi trabalho também desta Casa, e que faz hoje a obrigatoriedade dos grandes empreendedores de contribuírem, no mínimo, com 1%, quando gera o Polo Gerador de Tráfego e, no máximo, 5%, e estabelece critérios e normas que a Prefeitura também tem de fazer o seu papel.

"Convém destacar também que o autor denuncia-se como um absoluto ignorante em se tratando de ações públicas" – é um ignorante! Para mim é um ignorante quando fala uma coisa dessas em relação ao tratamento de ações públicas! Desconhece, então é um ignorante da matéria - "Não há por que temer vereadores fiscalizando e obrigando o Executivo a realizar seu trabalho. Não há por que temer até mesmo uma eventual motivação político eleitoral levando vereadores a coibir uma grave irregularidade. Afinal vivemos em uma democracia onde não se deve ter vergonha de votar e ser votado. Mas há muito a temer quando jornalistas se consideram acima do bem e do mal e disparam desinformações cujo único interesse é o de defender o Executivo por motivos que certamente o diretor de redação, Leão Serva, saberá responder. Tenho dúvidas de que a liberdade de imprensa, que respeito e defendo, tenha alguma coisa a ver com isso". Encaminhei, eles abriram um espaço, e eu mandei no mesmo dia. Se fosse no dia seguinte, eles colocariam pouco espaço ou então no dia de hoje, eles abriram para dois mil caracteres e vai sair, creio eu, amanhã no *Diário de São Paulo*. Hoje, eu vou me manifestar em plenário, vou mostrar a matéria e vou ler novamente para que os Vereadores tomem conhecimento. Além de tomar as medidas cabíveis. Vou buscar junto à Procuradoria da Casa, quais as medidas cabíveis que vamos tomar em relação ao jornal por colocar de forma difamatória os trabalhos desta Comissão e dos Vereadores da cidade de São Paulo.

Pela ordem Vereador Natalini.

O SR. NATALINI – Sr. Presidente, quero dar um testemunho pessoal, um relato. Fui Vereador de Oposição no Governo Marta Suplicy. Talvez eu tenha sido o Vereador que mais fiscalizou aquele Governo. Cumpri a minha função de acordo com a máxima de Mário Covas, que eu ouvi muitas vezes falar: quem ganha governa, quem perde fiscaliza. Mas na época que participei de várias CPIs. A que mais, a que nós fizemos um trabalho muito grande foi a CPI das antenas dos celulares. Eu era Vice-Presidente, fiz várias diligências. Pegamos vários problemas graves das empresas de telefonia privatizadas ou estrangeiras que para cá vieram, utilizando água, energia elétrica, espaço público com antenas de celulares que tinham herdado da antiga Telesp. Fizemos aquilo de maneira firme, forte e decente, sem nenhum exagero. Então, participei de muita fiscalização.

Depois no Governo Serra-Kassab eu fui Secretário, por um período, e voltei para cá quando o Serra saiu. Participei da CPI do Passivo Ambiental, da CPI dos Postos de Gasolina. Nessas duas também fizemos uma série de diligências, de fiscalizações que no caso dos postos de gasolina culminaram em um grande trabalho da Prefeitura de São Paulo e da Agência Nacional de Petróleo que fechou em São Paulo quantidade enorme de postos que vendiam gasolina adulterada. Uma CPI que começou anteriormente aquele trabalho que culminou em ação governamental forte nessa parceria.

Na CPI do Passivo Ambiental também levantamos uma série de denúncias sobre áreas da cidade de São Paulo que eram contaminadas, que a população pouco sabia.

Agora, estou na CPI da Covisa e na CPI das Enchentes. Fui na diligência, por necessidade a diligência, encontramos irregularidades. A CPI da Enchente eu não consegui pessoalmente, mas todas as diligências que têm sido marcadas, o meu gabinete está presente. Temos feito na Comissão de Saúde, presidida pelo Vereador Zelão, uma série de vistorias e diligências a órgãos de saúde, tenho ido pessoalmente. Quando não posso, vai a minha assessoria.

O parlamentar tem uma ação tripla, na minha concepção: legislar, reivindicar assuntos de interesse coletivo; e fiscalizar atividades de políticas públicas e posturas da cidade. Ninguém vai transpor as atribuições de um Vereador, regidas pela lei, no sentido de impedir a ação, de impedir o seu trabalho.

Eu acho que ouvi a resposta que V.Exa. deu. V.Exa. poderia falar isso em nome dos membros da Comissão. O artigo, na minha opinião, extrapola o motivo pelo qual fomos lá. Nós trata de uma forma, fazendo uma coisa pejorativa, muito desagradável. Agora, nós aqui estamos acostumados a esse tipo de tratamento, às vezes, da Imprensa que nos transforma em verdadeiros... Acho que não vou falar o termo para não dar mais força para esse tipo de visão. Eu cumprio o meu papel de parlamentar, eu não participei de qualquer tipo de falcúria, eu tenho um mandato, são 10 anos, com contribuição efetiva. Eu não me assusto com isso. Só fico triste porque um órgão de Imprensa que eu respeito, admiro e leio venha em editorial e faça uma colocação desse nível, que eu acho absolutamente fora da postura que temos tido.

Acho que temos de continuar trabalhando, devemos continuar vindo com o espírito de colaborar, como nós fizemos em outras CPIs para ajudar São Paulo a avançar nas suas questões. E tratar essas coisas de uma maneira democrática. Não temos a intenção de calar a boca de ninguém, mesmo porque não vamos conseguir fazer isso. A Imprensa tem de ser livre. Eu não tenho sentimento de raiva, de rancor ou vingança com qualquer jornalista, com qualquer órgão de Imprensa. Nós temos de saber dentro da democracia ainda, vamos dizer, frágil que temos no Brasil, mas caminhando de maneira satisfatória para o futuro, acho que temos de saber lidar, Sr. Presidente. E saber usar o episódio para fazer o órgão de Imprensa crescer, aprender a respeitar os agentes públicos que estão no legítimo direito de fazer a fiscalização.

Quanto à questão colocada aqui dos carros, das kombis, eu acho que a Secretaria fez uma contratação de emergência, foi questionada pelo Ministério Público, abriu uma licitação. Houve um questionamento da licitação e está no Tribunal de Justiça. Está nas mãos de quem vai dizer: vocês acertaram, vocês erraram, vocês pecaram, vocês tiveram boa intenção, vocês tiveram má-fé. A Justiça vai se pronunciar e nós vamos acompanhar. Agora, isso com certeza atrapalhou sobremaneira o oferecimento das condições de trabalho para que os agentes de combate à dengue na cidade de São Paulo pudessem se locomover. Onde está o problema, o erro, a dúvida, eu acho que a Justiça tem toda a condição, tem toda a capacidade de se pronunciar. No final irá apontar para nós o que está acontecendo. Isso não impede que nós possamos nos aprofundar para termos aqui – e temos condição para isso – todas as informações e fazemos nosso próprio juízo.

Essa é a minha intervenção nesse episódio, Sr. Presidente, e quantas vezes forem necessárias eu farei diligências, vistorias de forma independente e ativa, representando a população que me colocou nesta Casa, nesta Câmara Municipal de São Paulo. Quem me pôs aqui foi a população, e à população que eu devo satisfação e obrigações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD – Sr. Presidente, eu havia me pronunciado. Então, repito que nós estamos, eu não concordo com o espírito do editorial. Agradeço a parte que reconhece que nós trabalhamos honestamente. Eu não tomaria medida judicial porque isso faz parte dessa luta democrática, dessa luta dura e difícil. Para nós, é importante continuar a nossa batalha, defendendo o nosso povo. Tem muita coisa a ser feita. A Saúde Pública precisa progredir mais, muito mais. Daqui a pouco estaremos sujeitos à gripe suína que pode tirar vidas. Então, temos muito trabalho em defesa do nosso povo em vez de nos fixar na opinião de um editorialista. Nós respondemos para mostrar que temos a cabeça erguida, não ofendemos ninguém, respeitamos o direito do jornal, do editorialista publicar a sua opinião, e nós estamos dando também a nossa opinião.

A outra questão é junto ao Tribunal de Justiça, a gente ver com a Presidência da Câmara Municipal de São Paulo para fazer uma consulta ao Tribunal de Justiça. Porque assim, se o Tribunal de Justiça não julgar, o que vai acontecer? Vai ficar fazendo contrato de emergência, sem licitação, sem nada, capenga, com agentes de zoonose andando a pé, distribuindo da Suvs para as UBS para temporizar a questão da falta de transporte. Então, através da Presidência da Câmara, temos de dialogar com o Tribunal de Justiça.

Lamentavelmente, Srs. Vereadores, temos uma Secretaria da Saúde que sabia que ia precisar de transporte, por que ficar usando do expediente da emergência? Porque antes do Tribunal de Justiça agir já foi utilizado o expediente de contratação de emergência. O ano de 2011 vai precisar de transporte para combater a zoonose e a dengue. E no ano de 2012? Idem. Em 2013? Idem. Em 2014, também! O senhor acha que a Secretaria de Saúde não sabia disso?

Lógico que sabia! Parece que é para facilitar o contrato de emergência. Não pode administrar, o poder público não pode administrar dessa forma. Tem que mostrar capacidade de planejamento, atuar com eficiência, com competência em nome do interesse público, em nome da vida das pessoas que perdem a vida, como é mostrado por aí.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Vale lembrar, Vereador Natalini, que a CPI só acompanhou. Ela não autuou, não multou porque não é competência dela. Ela só verificou se tinha produtos vencidos, o que foi comprovado com vários produtos que nós verificamos no primeiro e no segundo supermercado, onde foi verificado também.

Há diversos requerimentos sobre a Mesa. Requeiro sejam considerados lidos os papéis. Os Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

- É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Os Vereadores que estiverem de acordo com os requerimentos permaneçam como estão. (Pausa) Aprovados.

Há uma dúvida porque me parece que por determinação da Mesa Diretora, nos dias de jogos do Brasil, que são às 15h, haverá sessões extraordinárias na segunda ou na sexta-feira. Parece que nós temos uma data que era 25 de junho... Não, 15 de junho é que tem jogo do Brasil, é isso? Gostaria depois de ver com os Srs. Vereadores da possibilidade. Porque, na verdade, a gente inicia às 10h, eu não sei como vai ser, se a Casa vai estar aberta. Eu não sei.

Pediria aos Vereadores, se estiverem de acordo, se nesse dia antecipássemos para a segunda ou mudarmos para a quinta ou num outro dia às 10h. Os Vereadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

Comunicamos também o representante do Coren, que viria fazer uma apresentação da metodologia dele em relação à fiscalização.

Então, agradecemos a presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos de hoje.



FL. Nº 185
Anexo – Notas Taquigráficas
Proc. nº 08-0046/2010
CMSP – CPI-COVISA
Acelina Acelismar de Oliveira - RF 10.863

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL
DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA), ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS COMÉSTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE
SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46-2010)

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25 de maio de 2010

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Declaro aberta a 11ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde, processo RDP 0846/2010.

Foram convidados para esta reunião, debate do tema: Profissional de Enfermagem às Seis Creches Combinadas e Diretas; Conselho Regional de Enfermagem; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde e também representando a Associação Nacional de Restaurantes, representada aqui pelo Dr. Carlos.

Suspendo a sessão por alguns minutos.

- Suspendos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Estão presentes os Srs. Vereadores: Gilberto Natalini; Jamil Murad; Zelão; Paulo Frange; Milton Ferreira e Aurélio Miguel.

Vamos começar as oitivas com o representante da Associação Nacional de Restaurantes, Dr. Carlos Augusto Pinto Dias. O senhor tem um Termo de Compromisso à frente. Peço ordem aqui na Casa, podem permanecer todos, mas agora estamos em uma oitiva. Peço respeito a todos aqui que estão presentes, por favor. Peço silêncio, portanto. Por favor, Dr. Carlos, leia o Termo de Compromisso.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – “Eu, Carlos Augusto Pinto Dias, intimado para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar e apurar eventual deficiência no desempenho das competências outorgadas à Coordenação de Vigilância em Saúde – Covisa -, especificamente no que tange à comercialização e manipulação de produtos cosméticos, alimentícios, farmacêuticos, serviços de saúde e substâncias de interesse da saúde - Processo RDP 0846/2010 -, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos do artigo 342 do Código Penal e do artigo 203 do Código de Processo Penal a dizer tudo o que sei a respeito da matéria enfocada.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Bom dia. Obrigado pela presença.

R – Bom dia.

P – Na verdade, o senhor está com uma procuração representando...

R – Sim.

P – O senhor está apto a responder as questões técnicas?

R – Acredito que sim.

P – Está bem. Qual é o cargo do senhor na Associação Nacional de Restaurantes?

R – Eu sou advogado da Associação Nacional de Restaurantes.

P – Quanto tempo o senhor faz parte da Associação?

R – Há vinte anos.

P – E quais as atribuições do senhor?

R – Consultoria jurídica em todas as áreas do Direito, inclusive no que se refere ao Direito Administrativo, ou seja, no que se refere às relações com a Covisa, antiga Semab.

P – O senhor participa de alguma empresa do setor?

R – Não.

P – Nenhuma. O senhor ocupou algum cargo nas esferas municipal, estadual e federal?

R – Nunca. Nunca.

P – Qual é a duração do mandato do presidente e dos outros cargos de sua Associação?

R – Três anos o presidente e os demais cargos, a mesma duração, três anos também.

P – Quantos associados possuem?

R – Nós possuímos, hoje, 130 associados. São mais ou menos 3.800 pontos de venda e que geram 80 mil funcionários nesses 3.800 pontos de venda.

P – Quantos estão no Município de São Paulo?

R – A grande maioria deles.

P – O senhor pode encaminhar uma relação informando o nome do proprietário, endereço, fone, tipo de estabelecimento instalado no Município, planilha eletrônica com extensão xls?

R – Sim, claro.

P – Nós vamos fazer um requerimento e entregamos também.

R – Sem problema.

P – A Associação acompanha o trabalho da Covisa de alguma forma ou tem recebido o acompanhamento da Covisa?

R – Temos. Temos, sim. Vários associados nossos são regularmente fiscalizados pelo órgão e o que nós temos também com a Covisa é que dentro da Associação há preocupação muito grande com a qualidade na higiene e manipulação de alimentos, tanto na cozinha quanto com relação ao alimento em si. Então, nós sempre procuramos a Covisa para que alguns integrantes dela façam palestras e cursos para orientar os associados de uma forma preventiva a dar o melhor trato no restaurante no que se refere ao alimento e à parte da cozinha.

P – A Associação já questionou algum procedimento da Covisa?

R – Não. Não. Não. A gente... A única... Eventualmente, que não é bem um questionamento, mas a colaboração na redação do Código Sanitário.

P – A Associação acha correto e eficaz a fiscalização efetuada pela Covisa nos estabelecimentos filiados?

R – Sim. Sim. Sim.

P – A Associação já recebeu reclamações dos seus associados com relação a essas fiscalizações?

R – Não. Não. Evidentemente que nenhum empresário gosta de ser fiscalizado por qualquer órgão, seja ele qual for. Mas, nunca houve uma reclamação de excesso ou de...

O SR. PAULO FRANGE – Pela ordem, Sr. Presidente. Só nessa questão dele.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Dr. Carlos Augusto, perdoe a interrupção.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Claro, pois não.

P – Os empresários reclamam muito. Podem não reclamar lá para o senhor, mas aqui na Câmara, todos os dias.

R – Desculpe, Vereador, mas que tipo de reclamação?

P – Posso – até para proteger essas pessoas – não citar os nomes. Mas, é uma quantidade muito grande de reclamações da forma como é feita a inspeção da Covisa lá, ou seja, absolutamente longe de qualquer tipo de processo pedagógico. É absolutamente punitivo. Então, me perdoe Vereador, se o Presidente quiser reformular a resposta para efeito de Taquigrafia, eu acho que poderia, agora, defender a categoria. Tem reclamação e muita.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Sim, entendi Vereador. Na realidade, podem os 130, 140 associados da ANR, não estou aqui defendendo os associados, dizendo que eles são melhores ou piores que ninguém. Mas eles estão, de certa forma, são diferenciados em termos qualitativos dentro da cidade, não é? Depois o Vereador vai perceber, vou mandar na lista.

Então nós, efetivamente, dentro da associação não há esse tipo de reclamação, Vereador. É até porque, como enfatizei no início do meu depoimento, os associados se preocupam muito com a forma preventiva. E dentro da associação, além da consultoria jurídica que eu procuro prestar, há também uma nutricionista especializada na questão de higiene e manipulação de alimentos que presta essa consultoria aos associados e também, nós sempre procuramos

com a Covisa, de forma preventiva, que sejam feitos cursos e palestras para ensinar e monitorar os associados para que conduzam bem o seu negócio na parte de higiene e manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quería registrar a presença do Vereador Police Neto.

Como são feitas as fiscalizações e quais as frequências?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Vereador, a frequência é difícil eu dizer com precisão qual seria a frequência, mas ela é feita de forma regular. Muitas vezes ela...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Forma regular, o senhor diz o quê? A cada dois anos, a cada quatro anos, a cada seis meses, a cada ano...

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Eu acredito que a cada ano, cada seis meses, o estabelecimento é fiscalizado e eu acredito que não haja uma... Eles devem, a fiscalização deve voltar mais em se tratando de estabelecimento que apresenta más condições de higiene, o que eu repito não é o caso dos associados da associação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O senhor já esteve presente em alguma fiscalização desse órgão a algum associado? Esteve junto na fiscalização?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Da Covisa, exatamente, não. Eu já estive no tempo que era a Semab que, antes da competência ser transferida à Secretaria da Saúde, no tempo da Semab sim, da Covisa, ultimamente, não.

Esse tipo de fiscalização, normalmente, é atendido pela nutricionista ou pelo responsável técnico do estabelecimento, até porque o meu conhecimento é legal, no que se refere à lei, não tenho o conhecimento técnico específico para acompanhar a fiscalização.

P – Para legalização ou abertura do estabelecimento no nosso Município, quais são os entraves mais comuns encontrados por seus associados?

R – Sem dúvida alguma, a questão do alvará. O alvará de funcionamento, a licença de funcionamento.

P – Entre os seus associados, o senhor sabe informar qual o percentual? Qual o percentual que não possui o alvará de funcionamento e a CMVS, Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde?

R – A grande maioria dos associados possui, certamente, o alvará de funcionamento, eu não posso precisar à V.Exa. um número exato e não gostaria de fazê-lo para não prestar uma informação incorreta. Mas a grande maioria possui o alvará e o CMVS.

Mas o grande problema mesmo, o grande entrave, é a licença de funcionamento, o alvará.

P – Em que sentido a dificuldade?

R – A questão, principalmente, de tempo para que ele seja expedido.

P – Isso nas Subprefeituras ou na Sehab?

R – Nas Subprefeituras ou eventualmente, isso na Sehab quando se trata de local de reunião.

P – A grande dificuldade, então, é a morosidade?

R – A morosidade, sem dúvida.

P – Em média, quanto tempo demora?

R – Eu já vi casos de mais de dois anos para ser expedido um alvará de funcionamento.

P – E quais as justificativas?

R – A justificativa, por morosidade do processo, de sempre.

P – Os seus associados têm alguma dificuldade para obtenção do CMVS...

R – O CMVS não.

P – Não tem dificuldade nenhuma?

R – Não.

P – O licenciamento eletrônico atualmente em vigor está funcionando para seus associados. Existe alguma dificuldade para o licenciamento por meio eletrônico? Já se utilizaram desse expediente?

R – Sim, o licenciamento eletrônico está restrito a pequenos estabelecimentos. Então, eu vejo muito poucos associados fazendo uso do sistema.

P – Do sistema eletrônico. Recentemente tivemos, na mídia, notícias de estabelecimentos comercializando alimentos impróprios, em condições sanitárias inadequadas. O McDonald's do Jabaquara, deve ser associado do senhor.

R – Sim, é associado.

P – Com 40 quilos de carne, hambúrguer vencido. Qual a posição de sua entidade com relação a esses fatos e de que forma vocês atuam?

R – Tá. Esse caso especificamente Vereador, eu não tenho a procuração do McDonald's para tratar do assunto, eu não posso responder pelo McDonald's e também por uma questão ética de, como advogado, eu não posso dar opinião sobre um processo, um caso que está sob os cuidados de outro colega.

Mas, em termos gerais, posso dizer que muitas vezes isso ocorre e esse caso quem acabou apurando foi a Polícia Civil, muitas vezes a mercadoria pode estar separada para troca, pode estar acondicionada para ser inutilizada. Eu não tenho o conhecimento exato do que aconteceu ali e também não poderia emitir opinião sobre o assunto.

P – Mas os senhores não apuram, sendo um associado de vocês? Não há sanção nenhuma ao associado? Uma advertência?

R – Só poderia haver a advertência Vereador, e evidentemente que haveria num estabelecimento que não cumpre com as normas, a associação não gostaria de ter essa empresa como associada, mas depois que se esgotasse o direito de defesa do associado perante o órgão administrativo ou o órgão judicial.

P – Em relação à Covisa, existe algum convênio entre a entidade e a Covisa?

R – Convênio formal não existe. Existe o convênio informal, como disse à V.Exa, no sentido da Covisa promover essas palestras e cursos aos associados para ensiná-los ou para ministrar as boas práticas em questão de higiene e manipulação de alimentos.

P – Aonde são realizados esses cursos e com qual frequência?

R – Via de regra, são realizados ou na associação ou em algum associado. Nós temos, até esse dia,... Recentemente tivemos, acredito que a cada três meses nós realizamos em parceria com a Covisa e os cursos feitos pela própria associação, há um grupo permanente de trabalho nessa questão.

P – Bom, eu estou satisfeito, se algum outro Vereador quiser fazer uso da palavra. Não havendo...

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Um associado, Dr. Carlos, um associado da entidade que o senhor representa aqui, o McDonald's, também foi acusado de fornecer, ser provável responsável de intoxicação após as pessoas tomarem sorvete no McDonald's no Morumbi Shopping, na zona Sul.

Então, é uma sequência de falos, não é? Hambúrguer vencido no McDonald's, depois sorvete. A entidade, que trabalho faz junto aos seus associados? Porque quer manter um bom nome junto aos consumidores e os consumidores querem ter segurança que a sua saúde seja garantida, entendeu? Compra uma mercadoria, paga por essa mercadoria e é um absurdo pagar por uma mercadoria estragada como se fosse normal, não é?

Que atitude a associação toma diante de fatos repetidos como esse?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Como lembrou V.Exa, esse caso do Shopping Morumbi eu desconhecia, o outro, efetivamente, sabia da questão do hambúrguer, não é? Mas o que nós procuramos aos associados, como eu disse, é sempre reforçar por meio desses cursos e palestras a orientação de se tomar cuidado com os alimentos, refere à validade dos produtos, à procedência desses produtos, a dar um bom tratamento à cozinha e seguir rigorosamente as normas do Código Sanitário Municipal.

O SR. JAMIL MURAD – Os restaurantes têm mantido nutricionistas, a orientação é feita?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Sim, pela lei em vigor no Município, todo estabelecimento que não esteja inscrito no Simples, é obrigado a manter um responsável técnico que deve, necessariamente, ser um nutricionista, um engenheiro de alimentos ou um médico veterinário.

Dentro da associação, todos os associados cumprem esse preceito legal e aqueles que estão inscritos no Simples, que são as empresas menores, elas devem apenas ter um responsável técnico que faça o curso na Vigilância Sanitária.

Então, respondendo a pergunta de V.Exa., a grande maioria dos associados que estão obrigados até por lei a ter esse nutricionista ou um técnico responsável, eles efetivamente possuem e, aqueles que não possuem, contam com o apoio e suporte da associação – não possuem porque não estão obrigados – com a nutricionista e o grupo técnico de trabalho encarregado de prestar consultoria necessária nessa área.

O SR. JAMIL MURAD – O senhor representa uma área muito sensível à saúde da população. Um caso, um problema clássico é o palmito de má qualidade que pode provocar uma doença chamada botulismo que é de difícil cura. Frequentemente, a pessoa morre, vai a óbito.

Aqui, num galpão da zona Leste, foi encontrado na Penha 1,5 tonelada de palmito, era embalada ilegalmente num galpão em meio a sujeira, sem controle de qualidade, sem nada. Nós queríamos saber se a entidade tem algum trabalho junto aos seus sócios, junto aos restaurantes, para evitar fornecedores que não têm qualificação, como é que é isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Não, Vereador. Eu posso falar por mim.

P – Ainda hoje, a imprensa divulga a apreensão pela Polícia Civil de seis toneladas de queijo sem procedência. Não sabemos se é queijo vencido, se é queijo contaminado, não sabemos. Ai, ele chega aqui no Brás, nesse caso foi o Brás, e depois é distribuído principalmente em vendas de rua ou então em restaurante. Qual é o trabalho que a entidade faz, a entidade que o senhor representa, para que o fornecedor seja qualificado? Porque, que não se veja apenas o problema comercial. O preço é mais barato e o indivíduo compra aquele. Nós estamos pagando e queremos que o produto tenha qualidade para a gente não morrer de um produto contaminado.

R – Vereador, nessa questão eu posso falar até por mim mesmo que eu venho ao longo desses 20 anos sempre, quando dá consultoria, sempre em nossas reuniões e pelos e-mails que envio aos associados, ou nas cartas, a comunicação que nós fazemos com os associados enfatizando que não é apenas a questão da validade do produto ou se ele está em boas condições, mas também a questão da procedência, ou seja, que ninguém deve manter em estoque ou comercializar produto que não tenha procedência.

No caso dos industrializados, como V.Exa. mencionou do palmito, ele deve ter registro ou no Ministério da Saúde ou no Ministério da Agricultura, mas deve estar registrado em um órgão competente. Isso é sempre enfatizado não só por mim, mas pelo próprio grupo técnico responsável, dentro da associação, responsável pela questão da Vigilância Sanitária.

P – Esse problema, ainda mais numa capital como São Paulo com 11 milhões de habitantes, Grande São Paulo daria 20 milhões de habitantes, é um problema muito sério. Uma grande quantidade ou vai estudar ou, principalmente, vai trabalhar e não dá para voltar para casa para se alimentar, ele tem de se alimentar em lanchonetes, em restaurantes. E aí nós ficamos sujeitos a esse processo.

O *Correio Farense*, de 12 de novembro agora, há poucos meses, noticiou que a polícia apreende comida estragada em supermercado na zona Leste de São Paulo onde foram encontradas salsicha e lingüiça calabresa deterioradas, misturas para pizza mofadas, mussarela, chocolates e carnes com prazo de validade vencido.

Se esse produto estava assim, é porque tem consumo, quer dizer, ninguém mantém à venda um produto vencido, estragado, se é um serviço que não tem resultado nenhum. Quer dizer, o sujeito está cometendo um crime contra a saúde popular e está dando resultado, porque senão ele não repetiria isso.

Então, o que é que a entidade que representa os restaurantes tem tomado de providência, pois não é só um caso? Dia 15 de abril deste ano, agora, faz dois meses, a Polícia apreendeu 15 toneladas de queijo adulterado numa indústria de alimentos na Vila Maria. Esse queijo era distribuído em vários estabelecimentos, incluindo a rede de supermercados Carrefour, conforme matéria no jornal *Folha de S.Paulo*.

Podemos ver que, seja a rede de supermercados, sejam os que fornecem para a rede de supermercados, ou para os supermercados, e os restaurantes que consomem esses produtos é que é o ponto final para as pessoas consumirem esse produto.

Depois, no dia 29 de outubro de 2009, foi fechado um frigorífico na zona Leste, na rua João Graber, 164, que armazenava mais de 30 toneladas de carne com validade vencida ou prestes a vencer. Foram encontradas peças de carne com validade vencida há um ano e meio que haviam recebido novo prazo de validade, datado de janeiro de 2010. Em outras palavras, estava vencido fazia um ano e meio; o sujeito troca o rótulo e fala que aquela carne é de janeiro de 2010.

Se eles, os fornecedores, estão fazendo isso, é porque os seus clientes, que são os restaurantes, estão adquirindo essa mercadoria. Senão, eles não fariam isso. Toneladas e toneladas de queijo, de carne, de salsicha, de lingüiça. O indivíduo não vai fazer isso por nada.

Então eu gostaria de saber, o senhor representa um setor que se esse setor fizer um controle de qualidade do fornecedor, não pelo nome, pela fachada. Mas existe algum critério para saber se o indivíduo não está vendendo gato por lebre, nos restaurantes?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS - Vereador, a primeira questão é que, efetivamente como V.Exa. lembrou, represento os restaurantes, não os supermercados, ou fabricante de palmito ou de queijo.

Nessa questão, principalmente do supermercado, o importante é lembrar, pelo menos dos nossos associados, não há compra no supermercado de mercadoria ou de produtos. Esses produtos, hoje, que são transformados nos restaurantes em refeições são ou diretamente adquiridos da indústria, e essas indústrias são sérias e que têm procedência e tudo o mais, ou do que denominamos hoje de distribuidor logístico, que é uma empresa que se encarrega de comprar os produtos da indústria e distribuir aos restaurantes. Então, efetivamente, inexistente a compra no restaurante.

Sei, e estou falando como... Gostaria de colocar que não estou aqui representando o setor como um todo, mas uma parte dele que é essa associação. Então, dentro dos nossos associados, inexistente essa compra no supermercado, mas eu sei que não é a regra e aí não posso responder pelos outros que compram no supermercado.

Muitas vezes até, Vereador, não é apenas como uma questão de higiene e manipulação. É que, efetivamente, é mais interessante comercialmente, fazer a compra diretamente na indústria por uma questão de preço, porque se elimina um atravessador.

P – Uma outra questão. O que os restaurantes fazem com a sobra de comida do dia? Reaproveita? Distribui para a população carente? O que é feito dela?

R – Não, infelizmente, Vereador, infelizmente ela é totalmente inutilizada ou, em outras palavras, é jogada fora. Infelizmente.

P – Existe alguma possibilidade de aproveitamento.

R – Desde que fosse feita uma legislação específica, e nós, da associação, desde já, estamos dispostos a colaborar, seria perfeitamente possível e grande parte da população poderia ser beneficiada com essas sobras.

Mas, infelizmente, não há, com a legislação em vigor, nenhum dos restaurantes, pelo menos daqui dos nossos, pode manter essas sobras para ser, depois, distribuída para a população carente ou quem quer que seja.

P – O senhor representa uma rede importante de restaurantes.

R – Uma associação.

P – Isso. Uma associação. Representa uma rede importante. Tem ideia do número de toneladas de sobra de comida que é jogada, desprezada?

R – Não.

P – Inutilizada?

R – Não, infelizmente, não tenho. Mas a gente, nós podemos, dentro da associação, fazer esse levantamento por amostragem, fazendo uma pesquisa com os associados, a gente pode conseguir esse dado.

P – Solicito o requerimento de informação oficial para que, num sistema de colaboração, nos fosse oferecida essa informação, mais precisa.

R – Sim, claro.

P – Para se estudar, eventualmente, uma política pública que pudesse compatibilizar os interesses.

R – Isso. Porque nós, inclusive, Vereador, já, há algum tempo, cerca de 15 anos atrás, tentamos fazer isso com entidades carentes, mas esbarramos, mais uma vez, na questão da legislação. É um risco muito grande para o restaurante deixar armazenado uma sobra de alimento, uma sobra de refeição que será

destinada para um instituição carente, e uma fiscalização flagrar aquilo e tomar, entender de forma equivocada o que está fazendo aquele alimento, aquela sobra ali.

O SR. JAMIL MURAD – Ontem, eu e a nobre Vereadora Sandra Tadeu e o nobre Vereador Chico Macena fomos num albergue, fomos em dois albergues. Um com funcionamento razoável, o outro é lastimável, deprimente. Criança de sete meses, de três, de cinco anos, com gente de 80 anos, com problema mental grave, quer dizer, problemas de toda ordem, mulheres, homens, todos no mesmo albergue, com separação muito simplória e uma alimentação muito precária. A sociedade pode funcionar melhor.

R – Pode.

P – Desde que haja boa vontade dos responsáveis. Temos recursos, recursos humanos, recursos materiais, para a sociedade funcionar melhor. Esse é um exemplo que nós vivenciamos ontem à noite e que mostra as contradições. Um comendo a comida muito fraca, e toneladas de alimentos de boa qualidade sendo desprezadas, jogadas fora.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS - Vereador, se V.Exa me permite. Só dizer mais uma vez, Vereador, que desde já nós nos colocamos à disposição desta Casa, na pessoa de V.Exa., para que assim que V.Exa. entender por bem, colaborar no sentido de poder ajudar, efetivamente, essa população carente com as sobras dos estabelecimentos dos nossos associados, desde que isso não represente risco legal a eles.

O SR. JAMIL MURAD – Terminando, Sr. Presidente, queria agradecer a participação, mas gostaria de dizer o seguinte: a nossa CPI se preocupa, principalmente, em proteger a saúde desses milhões de brasileiros que vivem em São Paulo, porque o âmbito nosso é São Paulo.

A Polícia Civil é que tem conseguido detectar comida estragada e vencida. De certa forma, a polícia é um sistema de segurança pública de maneira geral. A Covisa – Coordenadoria de Vigilância à Saúde, deveria se preocupar com a fiscalização dos alimentos, com os locais de atendimento das pessoas etc. Mas estamos vendo esse papel mais desempenhado pela Polícia do que pela Covisa. Então, queremos uma cooperação no sentido de elevar o nível de qualidade da alimentação dos restaurantes, principalmente evitando os produtos deteriorados. O senhor representa uma parte de grandes redes, de grandes restaurantes. Mas mesmo essas que poderiam se imaginar que teriam um nível de qualidade de primeira linha, mas a vida está mostrando que sob a marca das grandes redes tem comida estragada, tem alimento deteriorado. Então, queremos que haja elevação no padrão da oferta da alimentação. Mas eu agradeço a sua cooperação. E nós queremos criar uma legislação que proteja mais a população. E nesse sentido também o que vai ser feito da comida que não vai ser mais utilizada pelo restaurante, estudamos uma fórmula que seja aproveitada pela nossa população. Somos brasileiros e estamos indignados com a situação de que uns vivem com milhões, nada lhes falta, e os outros estão sem garantia de alimentação mínima necessária.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Com a palavra a Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Eu não sei bem se o senhor vai poder me responder essa pergunta, mas, enfim, vou perguntar. Tipo o Bob's, o McDonald's, Habibs, o senhor tem idéia de que tipo de carne que é? Qual a origem dessa carne?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Eu não... O Habibs não é nosso associado, o Bob's e o McDonald's sim. Eu não tenho a menor dúvida quanto ao Bob's e McDonald's que a carne é totalmente certificada, com SIF.

P – Sim, mas o senhor não sabe qual a carne?

R – Não, não.

P – Se é uma carne de primeira, se é uma carne de segunda, se aos pedaços, se é uma boa carne?

R – Não sei, excelência. Al eu peço desculpas, essa eu fico devendo.

P – Se a gente pedir essa informação alguém pode nos mandar essa informação ou não?

R – Pode, acho que pode. Também, a gente apura e, com certeza, informa.

P – Está OK, obrigada.

R – Desculpe, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Sr. Carlos, eu só gostaria que o senhor tivesse, o senhor comentou anteriormente sobre os centros de logística e distribuição de alimentos, tem vários hoje na cidade de São Paulo. O senhor tem conhecimento de diversos?

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – São vários, normalmente tem as redes...

P – Como a gente tem acesso a essas... É para a gente verificar se os alimentos que estão lá estão dentro do prazo, se o acondicionamento está correto... Como é que nós podemos ter acesso a esses centros de logística e distribuição de alimentos?

R – Então, é que são vários, Vereador. E eu efetivamente desconheço o nome ou endereço deles.

P – Existe uma entidade que agrega a todos esses...

R – Eu acredito que eles não possuem uma entidade similar à nossa, mas eu posso averiguar para V.Exa. e voltar a informá-los. Eu averiguo se existe uma entidade similar a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está bem. Muito agradecido pela presença. Obrigado. (Pausa) Pela ordem Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – A ausência de fiscalização da Covisa, nos restaurantes, hoje, o senhor acha que é interessante isso? Porque quando o senhor disse que é fiscalizado, é uma lembrança que o senhor tem da época que a Semab fiscalizava.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Não, não, hoje existe a fiscalização...

P – Há?

R – Há fiscalização nos restaurantes hoje.

P – Só no ato da emissão do...

R – Não, não! Existe a fiscalização, os estabelecimentos são fiscalizados.

P – Em que período? Porque eles afirmaram aqui que é só quando tem denúncia.

R – Então, eu não posso afirmar a V.Exa. a periodicidade até porque são 130 e eu efetivamente não quero ser leviano e prestar uma informação que não tenha precisão. A diferença só, Vereador, é que na época da Semab, em 94/95, o que havia era uma coisa desagradável, pelo menos a nosso ver, a espetacularização daquela atividade da Semab, com a mídia, com revistas, com jornais e tudo mais.

P – Mas havia a fiscalização, havia um livro de registro dessas situações, e hoje não tem mais nada disso. Inclusive, havia um dispositivo que fazia uma manifestação esclarecendo que aquele estabelecimento havia sido fiscalizado pela Semab. Hoje ninguém mais sabe quem é fiscalizado ou não. A informação que nós tivemos do pessoal dos restaurantes aqui, talvez não seja aqueles que o senhor está representando, é que não tem a fiscalização. E se a gente andar aqui no entorno, e estamos falando do nosso dia a dia, a gente vai no Bela Vista, almoça e janta por aqui, ninguém recebe fiscalização não. Na época da Semab tinha. Então, talvez os grandes restaurantes, os restaurantes de porte etc. e tal tenha esse tipo de fiscalização. A própria Covisa diz que só fiscaliza quando há denúncia.

R – Eu vejo a fiscalização, a única, como eu disse a V.Exa, na época da Semab era via uma divulgação em termos de mídia, uma coisa muitas vezes desnecessárias e que causava uma série de prejuízos aos empresários. Então, talvez por isso se tenha presente de que a fiscalização era mais efetiva antigamente do que hoje. Mas eu vejo a fiscalização acontecer normalmente.

P – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Agradeço a presença do Dr. Carlos. Qualquer dúvida, entraremos em contato. Só não esqueça de nos enviar os associados em planilha eletrônica, por favor.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – O Diretor Executivo da nossa associação está aqui, o Roberto...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – De qualquer forma, nós remeteremos o pedido aos senhores.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Claro! Novamente eu reitero, o que esta Casa precisar da nossa associação, nós estamos inteiramente à disposição para esclarecer e ajudar. E mais uma vez, Vereador Jamil, é no sentido de buscar se possível equacionar a questão da distribuição de alimentos, de sobras à população carente. Naturalmente, sobras de produtos em boas condições à população carente, sem o risco do empresário que faça às vezes uma boa ação, uma caridade depois vir a ser penalizado pelos órgãos fiscalizadores.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO PINTO DIAS – Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Agora nós temos aqui o Conselho Regional de Enfermagem, a Sra. Maria Angélica Azevedo. Obrigado pela presença, e pela segunda vez, não é doutora? A Secretaria Municipal da Educação está presente? (Pausa) A Secretaria não veio. Foi convidada e não veio. A Secretaria Municipal da Saúde tem representante? (Pausa) Da Secretaria Municipal de Saúde não temos também? (Pausa) Quando foram convidados? (Pausa) Passada? E não enviaram... (Pausa) Não teve interesse. Foi falado do assunto a eles? (Pausa) Líder do Governo, eu gostaria que se pudesse depois entrar em contato. Tem a palavra o Líder do Governo.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Eu infelizmente vou pedir desculpa à nossa Comissão, foi só ontem que tive a informação de que não tinham as confirmações. Eu já tinha colocado a nossa equipe à disposição, e foi demandado só ontem na parte da tarde. Por isso, não foi possível o nosso auxílio, como tem sido praxe nesta Comissão, para esse debate tão importante que faremos no dia de ontem. Então, ficam as nossas desculpas e o nosso empenho para que, na próxima oportunidade, tenhamos tanto a Secretaria de Saúde como a de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, primeiro, Vereador Paulo Frange. Em seguida, Vereador Jamil Murad.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Presidente, aproveitando que não veio Educação e nem a Saúde, eu gostaria de pedir para que a gente pudesse ter conosco, inclusive informações muito mais reais da representante do Fórum de Educação Infantil, a Rosa Acerba, e a representante do Fórum de Assistência Social, a Darcy, para que a gente pudesse, pelo menos, ouvir o que é que mantém afixação essa atividade aqui, na cidade de São Paulo, é conveniada com o município, para que a gente depois possa ouvir depois Educação e Saúde, quando eles vierem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Elas estão presentes. (Pausa) Então, por favor, sentem-se aqui, à frente. Por favor, qual é o nome, Vereador Paulo Frange?

O SR. PAULO FRANGE – Rosa Acerba.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – De que entidade que é?

O SR. PAULO FRANGE – Fórum de Educação Infantil. E a Darcy...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Rosa?

O SR. PAULO FRANGE – Acerba.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Verba?

O SR. PAULO FRANGE – Acerba.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Acerba.

O SR. PAULO FRANGE – E a Darcy Finzetto, que do Fórum de Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Darcy...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Finzetto.

O SR. JAMIL MURAD – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Finzetto. Pela ordem, Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Queria registrar aqui que a entidade que acabou de se representar aqui, a Associação dos Restaurantes, pelos associados que ela representa, uma rede poderosa de restaurantes de primeira linha, em São Paulo, mas nós tivemos que convocar. Ai, se fosse necessário, a própria Polícia os traria aqui. Ai eles vieram. Logicamente, o representante do Poder Público, representando o Prefeito eleito, não vai deixar de prestar esclarecimentos à população, muito menos a uma CPI. Por isso que eu acho que nós podemos entender que não houve tempo suficiente. O Líder do Governo, Vereador Netinho, está expondo aqui que ele tomou conhecimento ontem. Caiu a ficha ali que ele teria que ter feito essa intermediação junto ao Poder Executivo. Agora, de qualquer forma, o próprio Vereador Netinho, como é um conhecedor profundo da legislação, do Regimento, ele vai esclarecer aos representantes da Secretaria da Educação e da Secretaria de Saúde que o próximo passo será a convocação, e a convocação terá que ser obrigatória.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Pela ordem, Sr. Presidente. Me permite só um aparte?

O SR. JAMIL MURAD – Nós só queremos dizer que não há necessidade de chegar nesse ponto. Afinal de contas, eles são prepostos de um homem público eleito. Então, eles têm que prestar esclarecimento.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Posso, posso só fazer um?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Pela ordem, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É só para a gente contextualizar. Na realidade, o que chegou para mim, a informação é que hoje realizaríamos um debate. Na realidade, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação não estavam sendo convocadas para participar das nossas oitivas. Pelo menos, foi assim que chegou a informação para mim. Eu fiz um esforço, nas três últimas horas do dia de ontem, para tentar levar a conhecimento da Secretaria, que, na realidade, dentro da nossa comissão parlamentar, seria realizado um debate. Então, eu acho que isso afasta um pouco essa preocupação porque, nas oitivas que foram lançadas por esta Comissão, eu acho que nós não tivemos nenhuma ocorrência de ausência de autoridade do Executivo. Nesse caso, acho que a dificuldade que teve de confirmação, tanto da Saúde, como da Educação, é a questão que nós estimulamos aquelas Secretarias, a participar de um debate com a gente, com o tema: "O profissional de enfermagem e as creches conveniadas e diretas". Eu acho que foi aí a dificuldade. Por isso, ontem, no final do dia, era mais de dez horas da noite, o Secretário Alexandre Schneider me deu o retorno, dizendo o seguinte: "Neto, eu não escalei ninguém, porque imaginava que era um debate que vocês fariam". Então, essa foi a resposta me dada, mas deixo aqui consignado que, em todas as oportunidades, na questão das oitivas, a gente tem feito não só um esforço à Liderança, mas o Executivo tem estado à disposição para participar. Então, fica aqui as desculpas. E mais, o desejo de continuar colaborando com a Comissão, como vemos colaborando.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Lamento a ausência das duas secretarias, porque isso foi comunicado há 15 dias. Então, acho que é um tema de importância para a nossa cidade. É um tema que deveriam estar os representantes da Secretaria aqui - tanto da Educação, quanto da Saúde - e, talvez, não vieram aqui porque não atendem as exigências relativas ao funcionamento das creches na cidade de São Paulo - tanto da administração direta quanto da indireta. Só tenho a lamentar, porque, infelizmente, não está tendo a colaboração relativa a um aspecto importante de nossa cidade, que são os nossos bebês, pode-se dizer dessa forma.

Passo a palavra ao nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Não é um problema qualquer. Os presentes aqui são profissionais que trabalham em creche, relacionados com o trabalho em creche, e sabem muito bem o que estamos querendo esclarecer. O noticiário, aqui em São Paulo, infelizmente tem sido recheado de mortes em creches - mortes em creche - violência.

Aqui, dia 17 de março, morte de uma menina de cinco meses em uma creche conveniada da Prefeitura na zona Leste, publicada pelo *Diário de São Paulo*. Em março de 2010, um bebê de dez meses em uma creche municipal, *Jornal da Tarde*: "O IML concluiu que houve hemorragia intracraniana causada por trauma por agente contundente". Ou seja, a criança caiu ou recebeu algum outro tipo de violência. Bebê de três meses em uma creche particular no Rio Pequeno, zona Oeste: a Prefeitura informou que a creche era clandestina, não tinha alvará para funcionar. No dia 10 de abril, o *Diário de São Paulo* noticiou a morte de um bebê de cinco meses, em creche, na rua Limbari, Campo Limpo, zona Sul. A creche atende mais de 200 crianças, com idade até cinco anos. A Secretaria

Bom, eu vou falar diretamente das creches, e o que eu venho acompanhando já há doze, treze anos, no município de São Paulo e todo o Estado de São Paulo também, mas há alguns anos, mais ou menos, oito anos, nós tivemos um trabalho junto à Prefeitura de São Paulo, no qual nos foi apresentada toda a hierarquia, dentro da Prefeitura de São Paulo, com o número de creches, quais as creches que tinham profissionais de enfermagem, quem eram os enfermeiros supervisores e esses enfermeiros existiam. Então, existia uma rede de assistência que foi trabalhada, Coren e Secretária, na época, eu acredito que, não tenho certeza, elas vinculadas à Secretária de Saúde, e esse de Assistência, e esse trabalho foi muito bom, e na época eu lembro que era em torno de 300 creches, entre conveniadas e as de assistência direta. Bom, depois disso, nós acabamos perdendo o contato quando mudou esse convênio e quando eu assumi a superintendência da fiscalização eu me coloquei à disposição do Secretário de Educação para que fizessemos então um novo levantamento do quantitativo de creches e quais as situações em que se encontravam e qual o tipo de assistência prestada. E tive resposta sim, tenho aqui os ofícios, nos quais encaminhei ao Secretário de Educação, que está vinculado às creches, e obtive uma resposta dizendo que as creches que por ventura tenham profissionais de enfermagem

estariam supervisionadas por enfermeiros. Isto de acordo com a portaria 2.215/2009. Tudo isso aconteceu em 2009, foi quando assumi a Superintendência, então recebi do Sr. Secretário Municipal de Educação, Sr. Alexandre, essa resposta.

Mas para o Conselho isto não basta, o que nós precisamos é realmente saber como isto acontece, a operacionalização é creche por creche. Para nós importa cada uma delas, e não contexto geral ou uma lei que diz que é necessária a supervisão do enfermeiro. E nós sabemos que isto não vem acontecendo e, por diversas vezes, por contato telefônico também solicitando a reunião, eu não tive resposta. Acho muito necessária essa conversa e que a gente se posicione mediante isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dona Maria Angélica, não é privilégio da senhora, nós que estamos dentro da Câmara todos os dias, há 12 anos, também não tivemos essa resposta, razão pela qual essa reunião está acontecendo hoje. E seria extremamente importante a presença das outras secretarias, justamente para a gente tentar resolver esse problema de vez.

Então, pelas imagens que vimos, pelas afirmações da senhora, pela técnica que conhecemos na área de Saúde, tratando-se de criança, não temos a menor dúvida da importância do profissional de enfermagem dentro da creche fisicamente, atendente ou auxiliar e supervisionado por um enfermeiro. Acho que essa afirmação não tem contestação de nenhum segmento responsável da sociedade. Acho que estamos falando, com certeza absoluta, de que não estamos tratando de nenhum assunto incoerente ou inaplicável. Ele pode até demorar a ter sua aplicação dentro de um cronograma, mas estamos falando absolutamente dentro de princípios técnicos. Creche tem de ter o profissional de enfermagem e a respectiva supervisão. É isto?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Isso.

P – Isso não vem acontecendo. Chegamos a conversar com o Professor Pinotti, que era médico e achamos que a proximidade era muito grande, e na época ele deixou claro que esse assunto seria extremamente difícil de evoluir, uma vez que dependeríamos muito da ligação e do link com a Secretaria de Saúde, por causa do profissional de enfermagem. E aí vem a dificuldade, se levamos esse profissional da enfermagem para a Educação, ele vai ficar sob a gestão da Educação.

Então, teríamos o profissional de enfermagem e a respectiva supervisão sob gestão da Secretaria de Educação. Na minha visão, isso não é nenhum impeditivo, qualquer atividade que dependa da presença da enfermagem, não obrigatoriamente tem de estar ligada a uma instituição de saúde. A senhora concorda que a Secretaria de Educação tem condição de ter a enfermagem isoladamente, ou seja, sob gestão da Educação, desde que esse profissional de enfermagem esteja sendo supervisionado por enfermeiras?

R – Não tenho dúvida, o enfermeiro ou a equipe de enfermagem pode trabalhar em qualquer segmento, Educação, Saúde, Planejamento, não importa. Importam quais são as competências e qual o tipo de assistência que deverá prestar.

Mas peço permissão para colocar um pouco da minha experiência, já trabalhei no serviço público como enfermeira de Saúde Pública, trabalhei num município bem menor do que este, no interior de São Paulo, mas entendo que os serviços prestados por uma Prefeitura devem ter uma conexão com os demais departamentos da Prefeitura. Portanto, esta Secretaria de Educação com uma equipe da área da Saúde, não pode ser desvinculada da Secretaria de Saúde, que é onde temos o PSF, as unidades básicas; da área de Planejamento, porque precisamos do saneamento, da parte de engenharia, precisamos de uma série de coisas para atender essas crianças. Tive experiências muito positivas, em que cuidei de 3.200 crianças de creches municipais, com o apoio de todos esses departamentos que compõem a Prefeitura e o resultado foi maravilhoso, porque é um trabalho preventivo.

P – Esse assunto foi motivo de um debate na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com representantes agregados de cada um dos partidos da Casa, participaram todos os partidos da Casa, e o Vereador Netinho acolheu num dos capítulos sociais do Plano Diretor Estratégico, a necessidade de políticas públicas integradas. Até então esse texto não estava claro nem mesmo no Plano Diretor Estratégico. E foi acolhido recentemente no texto que vamos tratar, ainda hoje a tarde vamos discutir, a necessidade dessa integração das políticas públicas. O que elencamos no momento, é que a entidade que presta serviços através de uma mantenedora ou direta, o PSF passa pela porta e não entra. E na área de Assistência Social ou do abrigo etc., também é a mesma coisa, o Programa de Saúde da Família tem um foco, mas não entra nos equipamentos que temos.

Então, vou me permitir ouvir o que temos de real acontecendo e, em seguida, gostaríamos de ouvir sua opinião. Antes disso, a senhora conhece a portaria que trata dos convênios da Secretaria da Educação com as creches, com as mantenedoras.

R – Tenho conhecimento sim.

P – A senhora viu que deixa a situação do profissional de enfermagem como facultativo.

R – Exatamente, é facultativo. Agora, é uma prerrogativa da Educação estabelecer ser facultativa ou obrigatória a presença da enfermagem.

P – O problema é que uma vez a entidade buscando esse profissional de enfermagem, e em seguida tem de atender a responsabilidade técnica e, portanto tem de ter enfermeiro supervisor, só que no per capita hoje, esse dinheiro não cabe, essa conta não fecha. Ou seja, isso inviabiliza a operacionalidade de cada uma dessas creches, como a senhora falou muito bem: temos de ver creche por creche e não falar desse universo tão grande. Aí essa creche lá do bairro, pequeninha; ou uma outra creche; ou dentro de uma instituição grande, quando agregamos esse profissional com essa qualificação, com certeza, a gente evitará alguns acidentes, inclusive, com mortes, não tenho dúvida, mas não conseguimos fechar a conta. Aí o assunto entra na contabilidade da Educação.

R – Acredito que realmente é uma dificuldade grande, até pelo número de creches que se tem. Mas como já falei, acredito que algumas saídas nós temos para atender essas crianças de creche, que é o PSF. Não vejo acontecer realmente uma assistência por parte do PSF, onde tem uma equipe de enfermagem, existe um enfermeiro supervisor, que este profissional, técnico ou auxiliar de enfermagem, que está na creche, poderia ser supervisionado sim pelo PSF e dar essa assistência, mesmo porque é competência da equipe de PSF conhecer toda a sua clientela, quer dizer, a sua região de atuação. Não só as creches, mas como o senhor disse, abrigos, asilos, albergues, que é um caso bem caótico, acho que poderíamos ver isso.

P – Dra. Maria Angélica, a senhora está começando a encontrar o caminho que estamos tentando buscar. Ou seja, a senhora entende como legítimo, por exemplo, se eu tenho o técnico de enfermagem numa unidade de Educação, e o PSF está instalada ali do lado, ou a unidade básica de saúde está bem próxima, a enfermeira dessa unidade, pode ser a responsável, supervisora por aquela, ou seja, ela tem de estar fisicamente dentro da mesma unidade, ou ela pode supervisionar estando nessa proximidade?

R – Veja, estamos saindo um pouco daquilo que a lei exige, temos de ter pé no chão, ver qual é a nossa realidade, o que é possível, hoje. Sabemos que o ideal é ter um enfermeiro dentro da creche, em tempo integral. Não sendo possível, temos de buscar algumas alternativas, mesmo porque trabalhamos com crianças, imaginamos crianças saudáveis, que estas auxiliares técnicas de enfermagem estarão para alguma intercorrência. Mas esta enfermeira, que está sob supervisão, uma vez acionada, ela tem de ter disponibilidade imediata.

Então, é isso que temos de garantir, que imediatamente ocorra.

A SRA. SANDRA TADEU – Qual é o número de enfermeiras que temos hoje na Capital? De enfermeiras.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Enfermeiras. Em torno de... bom, na Capital não sei te dizer, até tenho esse número... 30 mil.

P – 30 mil enfermeiras.

R – É. Não é um número exato, mas 32 mil, uma coisa assim. No Estado, 70 mil.

P – No Estado. Porque, na verdade, a gente às vezes discute: "Não, temos de ter uma enfermeira em cada unidade", mas já temos dificuldade nos hospitais e nas unidades básicas, de ter o médico. A falta de recursos humanos é uma questão difícil de estar manuseando hoje.

O SR. JAMIL MURAD – Nós lemos há pouco os acidentes com crianças em creche. O IML, fazendo a autópsia, verificou que a criança morreu por sangramento cerebral, traumatismo craniano. Depois, outro, é possível que tenha sido a...

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Aspiração.

O SR. JAMIL MURAD – Aspiração. Broncoaspiração. Tudo isso poderia ser evitado, é uma pergunta que faço, se tivesse um sistema com a enfermagem, quer dizer, auxiliar técnico e supervisão da enfermeira nas creches de São Paulo?

R – Com certeza.

P - Ou diminuído o número de óbitos, porque está demais o número de óbitos aqui, em creche.

R - Nós sabemos que fatalidades acontecem. Temos crianças que, realmente, têm patologias graves e que as mães precisam sair para trabalhar e não têm onde deixar, e elas acabam ficando na creche. E que precisariam de uma assistência adequada.

Trouxe até para os senhores uma denúncia que caracteriza bem isto, porque nós recebemos poucas denúncias de creche, porque as mães, com a preocupação na creche, não querem denunciar. A gente recebe muito telefonema anônimo. E aí fica muito difícil de apurar. Mas tenho uma aqui que vou ler para vocês, que é justamente que poderá vir a acontecer um problema maior: "Caros amigos, estou com meu filho, meu filho que, por infelicidade do destino, é cardiopata. Ele sofre de uma hipoplasia do ventrículo direito e ventrículo único e fez uma cirurgia de grande porte há um ano. Dei preferência à creche" – falando de qual creche ela está – "tem uma enfermeira todos os dias e uma pediatra uma vez por semana. Mas alguns procedimentos básicos de uma escola ela não cumpre. Ela fez eu mudar o horário do medicamento do meu filho, que saiu do Incor, tomando esse medicamento às 10h e às 22h. E um AAS após o almoço. Hoje dou às 7h e às 19h, e o AAS após o jantar. E o cardiologista disse que não haveria problema, mas ela não sabe diluir o medicamento. Será que ela não quer se responsabilizar? Será que é realmente uma enfermeira? E, pelo que sei, uma enfermeira de uma escola tem a obrigação de cumprir o seu horário. se, por ventura, ela tiver que sair, outra enfermeira ficaria no seu lugar?"

Então, essa pessoa, ela questiona muito, então, ela está dizendo: "Meu filho tem um problema grave. Em que condições ele está sendo cuidado?" É uma criança cardiopata que poderá ter uma intercorrência. E a avaliação prévia de uma enfermeira, das condições dessa criança, poderá já sinalizar, ou ainda, prescrever cuidados mais específicos e é aí que a gente vai estar prevenindo estas ocorrências que foram ditas pelo nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dra. Maria Angélica, essa hipoplasia do ventrículo direito tem uma das cardiopatias mais graves que nós temos. Há correção cirúrgica de altíssima complexidade. Está correta a mudança do horário que o colega disse que pode, e que não interferir no prognóstico da criança, realmente não vai. Mas uma mãe que tem uma doença dessa e que ouviu, na porta do hospital: "ele vai entrar com uma chance muito pequena de sair vivo da cirurgia", porque é uma cirurgia de altíssima complexidade. A hipoplasia do ventrículo direito é uma das cirurgias mais complexas que tem na cardiologia, realmente traz uma insegurança muito grande.

E aí, sim, o diferencial da enfermagem é muito grande, pois qualquer manifestação clínica com essa criança, observada por quem é da Saúde, tem atendimento imediato. Essa criança, com uma redução do nível de oxigenação, pode fazer uma parada cardíaca. E que, observada uma pequena cianose ela vai, com certeza, ao pronto socorro com maior brevidade.

Quanto à presença da enfermagem, estamos absolutamente seguros de que temos de ter e, mais: a supervisão, como a senhora diz, imediata. Nós temos de partir agora para o Brasil que nós temos, o orçamento que nós temos, e para a condição que temos hoje, esse universo de creches que temos na cidade de São Paulo, diretas, e aquelas administradas por conveniadas.

Vou pedir para que possamos... Mas antes, a senhora tem algo mais a mostrar?

R - Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pedirei primeiro à Rosa, para que ouçamos qual é o problema que ela encontra e, em seguida, a Sra. Darcy, para a gente depois poder ouvir a senhora, formar o juízo para que, na próxima reunião, com a Educação e com a Saúde, possamos tratar disso.

A SRA. SANDRA TADEU – Gostaria de parabenizar o Coren. Já fui Secretária da Saúde e, realmente, esse Conselho, desculpem o termo: é ferrado! Ele não dá folga; ele vai e quer saber quantos; na minha época, eram auxiliares de enfermagem, estava transformando-se para técnico de enfermagem, as enfermeiras; quantos estão na sala de vacina. Eles cobram demais e isso é uma coisa extremamente importante. Se o Conselho Regional de Medicina fizesse o mesmo, acho que nós - sou médica - não teríamos tantos problemas como temos hoje. Só queria dar meus parabéns porque vocês são demais.

O SR. JAMIL MURAD – Quero cumprimentar a enfermeira, diretora do Coren, Dra. Angélica, que mostra muita competência, compromisso, tem dados reais, conhece e coloca com propriedade as suas opiniões para contribuir para uma política pública melhor.

Essa exposição anterior, Dra. Angélica, registro que a senhora foi aprovada e elogiada por todos que assistiram. E hoje, mais uma vez, a senhora faz essa exposição com competência, colocando dados com tranquilidade, lucidez sobre o que está propondo. Então, queríamos cumprimentá-la.

Por outro lado, compartilho dessa opinião que o Conselho Regional de Enfermagem está, particularmente, nessa fase recente já – ele sempre teve um bom papel – mas nessa fase recente tem demonstrado uma performance de participação em política pública, saúde, defendendo os profissionais, muito importante.

Mas gostaria de discordar de minha amiga e nobre Vereadora Sandra Tadeu: o CRM também tem tido essa performance, com outras características, mas também com a mesma competência.

Temos trazido pouco o CRM aqui, mas o CRM é um órgão muito atuante, muito sério, com compromisso público. É isso que gostaria de deixar registrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Basta ver o evento. Esta é a semana da Hospitalar, é o maior evento de Saúde do Brasil. Estamos com os hotéis de São Paulo cheios, com o Centro de Convenções cheio. Hoje, sou palestrante lá, sou parceria público-privada, às 17h. O Brasil inteiro está aqui hoje e o percentual de profissionais de Enfermagem impressiona realmente. Mostra que não só trabalham muito, mas que se qualificam, inclusive como palestrantes.

Quero ouvir, então, a Rosa. Queria que você passasse, Rosa, objetivamente, o que é, porque queremos discutir esse processo na prática.

A SRA. ROSA ACERBA – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade feita dentro do Fórum de Educação Infantil, de estar com o Coren. Sabemos que a relação com o Coren é muito tranquila conosco, não temos grandes problemas. Eles seguem uma lei que sabemos que tem de existir e sabemos que tem de ser feito. Mas, assim, temos passado por situações muito complicadas. A grande maioria de nós veio da SAS, antiga SAS, atual SMADS, que tinha esse profissional vinculado à própria SMDAS e que tinha um nutricionista, que tinha um enfermeiro que se responsabilizava por esses técnicos de enfermagem. E como o Dr. Jamil colocou, é o seguinte: hoje estamos com bebês. A grande maioria de nós, conveniadas – e hoje somos, mais ou menos, mil e poucas conveniadas, trezentas e poucas diretas, o que equivale a 123 mil crianças de zero a três anos neste município de São Paulo.

O que aconteceu? Quando se passou para a Educação, a Educação não tem o olhar, infelizmente, de um olhar global dessa criança, onde você junta o cuidar com o educar. Você cuida dessa criança para que ela não tenha esses acidentes que ocorrem, às vezes, fatalidades. Eu mesma, em uma de minhas unidades, já tive uma cardiopatia em que a criança teve uma parada por um problema médico. Acabamos conseguindo, pela própria enfermeira, que era técnica de enfermagem, que era supervisionada pela enfermeira, e que acaba tendo uma outra visão. Acho que não podemos perder, Dr. Paulo, que a nossa situação é uma situação de prevenção. Não somos hospitalais. Não somos da Secretaria da Saúde. Nossa função não é, realmente, estar... A grande maioria de nossas crianças são crianças tidas saudáveis, fora algumas anomalias.

Mas a técnica, as enfermeiras que existiam em SMADS eram as enfermeiras que nos davam a supervisão até de como diluir uma cándida, para que pudessemos passar e fazer todo um processo de limpeza e assepsia corretamente. Ao passarmos para a Educação, isso tudo foi deixado de lado. Então, hoje, inclusive, o profissional é opcional. É uma pena que a Educação e a Saúde não estejam aqui para colocar, realmente, a grande dificuldade. Porque, neste momento, Dr. Paulo, estamos sendo ameaçados de não termos os convênios renovados se não tivermos esse profissional enfermeiro chefe para fazer.

O que acontece? Qual a opção das entidades? Dinheiro não tem, porque não cabe no orçamento. Manda embora o auxiliar de enfermagem. Então, Dr. Jamil, vamos ter mais acidente por aí. O senhor pode esperar que o jornal vai ter mais acidente por aí, com certeza. Ele é preventivo. Essa pessoa vai fazer de um outro modo. (Aplausos)

Então, assim, não há respeito pelas entidades conveniadas, porque, depois, sai no jornal que somos nós que fazemos um trabalho inferior. Só que isso não é correto. Fazemos um trabalho excelente. Mantemos a excelência do trabalho. (Aplausos) Mantemos os profissionais menos pagos do que pagaria na rede direta, mas todos os profissionais são formados.

Agora, já tive propostas, Dra. Angélica, que acho que é um grande desacerto, de profissionais da Enfermagem que falaram: "Olha, é para te assinar um papel? Eu te assino. Eu assino, para você, que estou supervisionando, mas você paga 500 reais como prestador de serviço e você mantém o seu convênio". Não é isso que queremos. Queremos o que tinha antes. Se é pela UBS, se é pela AMA, por onde for, não nos interessa. Interessa que queremos manter esse profissional, porque, de repente, você atender hoje uma creche grande que tem, às vezes, 200 bebês, 200 crianças de zero a um, você tem de ter um técnico

de enfermagem, porque você tem de dar vitamina, sulfato ferroso, medir, fazer a prevenção. Essa criança está crescendo normalmente? Essa criança está se alimentando corretamente? Esse técnico de enfermagem tem essa informação e, com a supervisão do profissional de enfermagem, ele vai fazer o trabalho muito mais corretamente. Só que não temos como arcar – e por isso que queríamos a presença da Educação e da Saúde, para que a Saúde arque com o que é problema dela. Que é o problema desse enfermeiro supervisor que não caia, também, nas creches conveniadas e assim:

"Olha, minha filha, contrate um, senão você não tem convênio assinado". E, depois, somos nós que aparecemos lá na televisão, que vocês mesmos acabaram de trazer aí, pelos acidentes, mas somos nós que estamos lá na ponta com pouco dinheiro, fazendo o melhor trabalho que a gente pode para atender isso.

Então, se vocês não convocarem, não chamarem, não sei os nomes que vocês dão para poder chamar os Secretários aqui, porque nós levamos essa problemática muito antes da Dra. Angélica levar para o Dr. Alexandre, levamos para o Dr. Pinotti também. Na época do Dr. Pinotti, porque era uma grande perda. E o que aconteceu? As entidades foram optando por mandarem embora o seu auxiliar de enfermagem porque a gente tem algumas supervisoras que colocam: "Eu não assino, se esse profissional não estiver lá". Então, manda embora, porque você vai inviabilizar um trabalho inteiro. É muito complicado e, ao mesmo tempo, a gente tem um medo, Dr. Paulo. Eu acho que não é um problema com a Dra. Angélica, muito pelo contrário, porque ela acompanhou isso há muitos anos através da SAS, mas que a gente também não se torne higienista, que a gente não seja hospitalar, porque nós não somos hospitais.

A gente tem hoje nutricionista – que é um grande retrocesso que vem da gestão e que foi para a Educação, falando que a gente tem que pôr propé cirúrgico para andar dentro de uma creche. Não tem mais nada de retrocesso pedagógico do que isso. Até porque as pessoas não têm noção de aonde vêm essas famílias. Você viu aquela creche que vem de um aterro sanitário. Imagine onde essas famílias estão inseridas.

Eu acho que é assim: a gente tem que ter muito cuidado, e isso sempre o Coren teve, as técnicas tiveram, as enfermeiras que eram ligadas a SMADS, a SAS antiga, sempre tiveram, que era de não dar essa conotação higienista e sim uma conotação de cuidado e de prevenção.

O SR. PAULO FRANGE – Mas tem orientação de usar propé na creche?

A SRA. ROSA ACERBA – Temos orientação de usar propé na creche. Algumas supervisoras de educação e algumas nutricionistas ligadas a DME, que tem que usar, porque imagine se você vai entrar com o pé sujo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dra. Angélica, isso, do ponto de vista de enfermagem, com a sua formação, já viu alguma coisa assim ou não?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Hoje o propé para uma unidade onde se diz pessoas sadias, não tem necessidade, porque como é que vamos fazer até dentro das nossas próprias casas, não é? Não tem porquê.

A SRA. ROSA ACERBA – Eu acho que foge muito à realidade, Dr. Paulo. Eu vou contar rapidinho como ela te trouxe um exemplo. Na semana passada, teve uma diretora que me contou que foi chamada assim pela professora: "Por favor, D. Cristiane, venha aqui". Quando ela chegou lá essa criança tinha uma barata dentro da fralda, comendo as fezes da criança. Essa criança veio de casa com essa barata.

Nós temos mães psiquiátricas, aí a gente cai num problema de não ter para aonde encaminhar essas mães, porque a Saúde não atende. Dr. Paulo, a gente quase não tem vacina, a gente vai ter psiquiatra para atender mãe?

Então, eu acho que a gente tem que, realmente, ter noção em que Cidade nós estamos; em que momento, em que País nós vivemos, entendeu? E que a gente pode fazer o melhor. A gente dispensar o auxiliar porque a gente não tem o enfermeiro, a gente está retrocedendo para caramba em todo esse processo.

A gente já questionou de juntar – meu Deus do Céu! – por que não podia ser como antigamente que era assim: tinham enfermeiras por microrregiões, que atendiam aquelas microrregiões e eram supervisoras daquelas auxiliares de enfermagem, técnicas de enfermagem, posterior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Antes de passar para a Darcy, vou perguntar para a Angélica de novo. Angélica, se a Saúde tem a enfermeira, e ela pode trabalhar dentro desse processo de microrregiões, até que paulatinamente nós tenhamos recursos para ter uma em cada unidade e também possamos formar mais enfermeiras, porque essa pirâmide ainda está muito estreita no ápice, no que tange ao número de enfermeiros disponíveis ainda, não é? Isso, do ponto de vista do Coren, teria o aval de vocês ou teria a concordância de vocês?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN – Sem dúvida nenhuma. Entendendo a realidade atual, e isso nós já fizemos no passado, e eu digo: deu certo. Era um trabalho de orientação do próprio Coren em relação a essas equipes e a gente acompanhou isso muito de perto. Então, quando a gente percebia que aquela microrregião estava aquém daquilo que a gente esperava, a gente já chamava o enfermeiro, conversávamos a respeito e resolvíamos o assunto.

Então, se no passado, com um número menor de enfermeiros que nós temos no mercado hoje aconteceu a contento, por que não isso hoje? Eu acho que é um bom exemplo no passado, até de uma forma melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Rosa, só para encerrar, uma pergunta só para você: como é que está a situação da Covisa com as creches?

A SRA. ROSA ACERBA – Hah... Eu posso contar a verdade para eles, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSA ACERBA – Covisa é uma pessoa não presente. A gente tem que ter um número, que a gente vai lá, apresenta e faz a inscrição, lá na Rua Santa Isabel, faz a nossa inscrição, aí nós somos supervisionados por uma pessoa chamada Suvs. Aí eu vou contar só mais uma coisa para o senhor: na última reunião que nós tivemos, nós tínhamos quem vendia hot dog, quem vendia churrasquinho na rua, quem vendia em hotel, quem vendia em restaurante, e nós de creche na mesma reunião para fazer o treinamento. Dá para entender que não deu para ter treinamento nenhum sobre Covisa, sobre a Suvs fazendo isso, porque não batia em nada. E quando a gente perguntava: "Mas, e na creche?" Aí ela falava: "Ah, creche é para um segundo momento; agora a gente também não sabe". Porque também tem isso, Dr. Paulo, as pessoas não sabem trabalhar direito com a gente, a não ser que tenha história. Porque é diferente de uma escola. Você está dentro de Educação Infantil, com crianças de zero a três anos. Então, ela não é presente; ela é uma mera formalidade burocrática, e que vem e também entra em conflito com o que fala a nutricionista da DME. A DME vem e fala uma coisa, o Departamento de Merenda Escolar, ela vem e dá uma normatização que não bate com a Covisa. E aí, a coitadinha da diretora que está lá na creche, ela não sabe se atende à Covisa ou se atende à DME. Elas têm colocações completamente diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu quero, antes de passar a palavra para o Vereador Murad, cumprimentar a você, Rosa. Deixando claro aqui que nós conhecemos a Rosa há algum tempo, muitos aqui a conhecem. A Rosa não é oposição, não é Governo. Ela conta exatamente o que acontece com absoluta facilidade e sem o rabo preso com ninguém. O que nos deixa muito tranquilos com as suas informações.

Só para encerrar a minha pergunta e passar para o Vereador Murad, como é que fica a situação, você falou de ser higienista, a situação dos piolhos nas creches?

A SRA. ROSA ACERBA – (Risos) Olha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Que é um assunto que parece que São Paulo não sabe que existe, mas nós temos tido tanto problema com isso que parece até que se esqueceram de falar dele.

A SRA. ROSA ACERBA – Olha, Dr. Paulo, uma diretora minha brincou comigo na semana passada e falou: "Olha, eu tenho uma criança que nunca vai ter problema de proteína, porque os piolhos caem na sopa, os maiores. Então, ela come os piolhos antes que a gente consiga tirar. Até porque o pai disse que, culturalmente, ele veio da Bolívia e esse é um problema cultural: ele não tira os piolhos, porque ele também tem, a família toda dele tem, os filhos também têm". Acho que é meio genético esse piolho.

A gente não pode tirar os piolhos. A gente faz todo um trabalho – por isso a importância da técnica de enfermagem, de que remédio você vai usar, para ninguém botar vinagre em coca-cola, que era o que se fazia antigamente, e ainda algumas pessoas fazem. Por isso a integração do processo de família, por isso que a educação infantil é uma coisa muito especial, e a educação ainda tem dificuldade de entender que você faz um trabalho com a criança, com a família e com a comunidade. Caso contrário, Dr. Paulo, o senhor está jogando dinheiro público no lixo, se o senhor não fizer isso. Entendeu?

Então é assim: o atendimento, a gente tem um número crescente de piolhos, porque a família tem, eles moram em locais bastante complicados, a gente tenta fazer um trabalho de conscientização. Quando a mãe permite, a gente faz todo um trabalho na casa e assessora para que ela vá ao posto, ou a gente mesmo fornece a medicação para que ela possa fazer o trabalho familiar, porque não adianta tirarmos só da criança que está conosco durante as dez horas. Mas é

uma coisa que teria mais facilidade se nós tivéssemos o Posto de Saúde, o processo todo envolvido, mas a gente tem um problema surtado de piolhos em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Alguma creche ligada ao teu conhecimento recebe visita do Programa Saúde da Família ou não?

A SRA. ROSA ACERBA – Nunca ouvi falar, Dr. Paulo. Eu dirijo 23. Nenhuma das 23 recebeu, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está bom, obrigado.

A SRA. ROSA ACERBA – Eles vão aos albergues, não é? Pelo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou passar para o Dr. Murad. Quer perguntar para a Rosa ou quer aguardar a Darcy?

O SR. JAMIL MURAD – Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade e queria te cumprimentar Rosa, pela exposição, com competência, conhecimento de causa e compromisso de colocar a verdade para a gente buscar caminhos para atingir o objetivo pelo qual vive ou tem vivido em toda a sua vida. Quer dizer, as pessoas que se dedicam a isso – à educação infantil – se especializam e, praticamente, uma parte da vida dessas pessoas é atender essas crianças. Quer dizer, aquilo faz parte da satisfação pessoal.

Além do salário, além da necessidade de sobrevivência daquele profissional, a pessoa, quem trabalha com creche, é uma profissão humanista. Pela exposição da Angélica e depois pela sua exposição vivenciando mais a questão das creches, qual a sua avaliação da política pública em relação à creche, em relação à saúde, prevenção, promoção por meio de alimentos adequados, orientação, vacinação, controle da vacinação. Qual a sua avaliação?

A SRA. ROSA ACERBA – Uma das entidades que dirijo é a Cruzada Pró Infância, fundada pela Dona Perola Byington e a frase dela, em 1930, quando fundou a Cruzada Pró Infância, ela colava que a prevenção é a única saída para este País. Isso em 1930. Estamos em 2010 e muitas vezes tenho a sensação que o Poder Público ainda não entendeu isso. Se ele tivesse entendido isso, ele saberia que o *per capita* que ele nos paga é extremamente insuficiente, e ele paga um *per capita* para a FEBEM de 2800 reais, onde de repente você não preveniu lá atrás e você está lá frente com as causas da não prevenção. Já melhorou muito. Também não posso ser uma pessoa tão pessimista, tenho uma relação sem rabo preso com o Dr. Paulo, muito boa com o Secretário Alexandre Schneider, porque ele tem uma coisa boa que ele ouve. Ele pode não conseguir fazer o que a gente pede, mas ele é uma pessoa aberta a ouvir. Vamos lá, batemos nele, junto o fórum. A saúde não conseguimos conversa.

O SR. JAMIL MURAD – Não é só a senhora, nem os Vereadores conseguem.

R – Não poderia lhe dar exemplos da saúde, porque minhas técnicas de enfermagem, por exemplo, pegam todas as carteiras. Quando falo de prevenção é evitamos obesidade, um monte de coisas. As nossas técnicas fazem isso sem o respaldo da Secretaria da Saúde.

O SR. JAMIL MURAD – Aproveitando sua experiência. O Secretário Schneider, veio várias vezes aqui, pessoa de bom diálogo. Agora, não estamos avaliando as pessoas, mas sim, quais são as políticas do poder público municipal, não é nem só de uma secretaria. Associado a isso, associado à direção, à política da Secretaria da Saúde, que não tem, por meio do Secretário titular não existe diálogo, nenhum. Ele não comparece nem onde a lei obriga a ele comparecer. Qual é o resultado disso, da desconexão entre essas duas secretarias? Qual é a política pública que fica para as creches? Pela sua exposição anterior, já deu para perceber qual é, mas quero consolidar mais isso. A senhora falou assim: teve um período que estava na Secretaria de Assistência, estava melhor do que agora. Como é isso? A política atual está servindo, está conseguindo atender as crianças como deveria ser? Está colocando um conhecimento a favor das nossas crianças de zero a três anos, ou não?

A SRA. ROSA ACERBA – Acho que sim. Acho que foi um grande ganho vir para a educação. As creches têm de estar na educação sim. O que eu acho é que a gente não precisava perder tanto do olhar global que se tinha na Assistência e que se perdeu na Educação, porque Educação ainda é muito uma caixinha fechada. Quando digo o nome do Dr. Alexandre, digo como representante do Dr. Gilberto Kassab. Ele como representante do Governo maior, do Executivo, ele vem correspondendo, porque tivemos avanços de portarias, e não conseguimos ter esse avanço porque ele coloca para nós: "Eu dependo da saúde". Ele fez a proposta pelo que a gente sabe da Saúde bancar esse processo como vinha bancando, e o que ele coloca é que não consegue ter resposta.

O SR. JAMIL MURAD – Então a senhora está respondendo, por isso, que está havendo mortes. Porque a assistência de saúde que tinha, por meio de auxiliar de enfermagem, supervisão de enfermeira, isso deixou de existir. É isso?

A SRA. ROSA ACERBA – É isso.

O SR. JAMIL MURAD – Então temos de registrar que há um problema real e atual que precisa ser superado, não pode permanecer dessa forma.

A SRA. ROSA ACERBA – Porque aí nos estamos no fundo, sendo obrigados, a grande maioria de nós, a dispensarmos esse técnico. Já que ele não é obrigatório, não preciso tê-lo, pela minha portaria, porque o Secretário achou, como única saída, porque a gente não tem o dinheiro, porque ninguém – como uma amiga disse – ninguém vai ganhar 800, 900 reais para ser um enfermeiro supervisor. Ele nem se formou para isso. Quando a gente perdeu nessa parte da saúde, porque a Secretaria da Saúde, não tem... Acredito que é assim: quando o senhor me pergunta o que falta de política pública, falta esse entrosamento que a Dra. Angélica disse há pouco, olha de repente o planejamento tem a ver com o saneamento básico, tem a ver Educação com educação, a Saúde com a saúde.

O SR. JAMIL MURAD – Rosa, sou estudioso dessa questão, sou formado há 41 anos, e acompanho isso há muito tempo. O que encontrei aqui em São Paulo, agora mais ainda como Vereador que vivencio diariamente? Eu achei que mais recentemente tem havido uma fragmentação. Cada área da cidade, a saúde é entregue para uma organização, a Secretaria da Saúde foi desaparecendo como um comando real, como um dirigente real da saúde no município. Ela está sendo substituída por segmentos e cada segmento cuida do seu pedaço. Nenhum desses segmentos, provavelmente, está assumindo as creches.

A SRA. ROSA ACERBA – Infelizmente quem paga somos nós na ponta, a criança, as diretoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Passo a palavra a Sra. Darcy.

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO – Infelizmente, minhas perguntas estariam dirigidas, exatamente, para a saúde. Pelo convite, acho que nenhuma convocação, o Secretário da Saúde viria. Porque o Fórum de Assistência Social, os convênios são voltados com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMADS. Mas nós da Assistência Social, sentimos falta da Saúde. Por exemplo, os abrigos que as crianças e adolescentes vitimizadas e ultimamente temos recebido do Casa, adolescentes com problemas de drogadição ou problemas mentais, onde levar esses adolescentes? Os CAPS não tem psiquiatras infanto juvenil. Os adolescentes surtam dentro dos abrigos. É uma coisa que vocês não imaginam o que acontece nos abrigos quando os adolescentes surtam. Quebram tudo. Os funcionários, coitados, não têm essa condição e não estão preparados para isso. Quando surtam demais chamam o SAMU, vão para o Mandaqui, ficam lá 15 dias, até melhorarem, aí voltam para o abrigo. Mas qual é o acompanhamento ambulatorial para essas crianças? Onde está essa prevenção? Esse tratamento ambulatorial? Nos CAPS não tem psiquiatras infanto juvenil para esses adolescentes. Por essa razão que queria que o Secretário da Saúde estivesse aqui. Não adianta a Assistência Social ter um convênio para abrigar essas crianças. Eles precisam de um tratamento psiquiatra, psicológico. Onde está a Saúde? O senhor falou em política pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Darcy, o nobre Vereador Jamil, contou que tem 41 anos de formado. Quantos anos a senhora tem nessa atividade?

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO – Tenho 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – E você Rosa? 26 anos. São experiências que não podemos subestimar.

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO – Ele falou de albergue. Essa mistura que temos nos albergues, gente. Gente com problema psiquiátrico, gente que vai com problema de alcoolismo e com problema de drogas, higienização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Como é feita a atividade, então, com crianças?

– Manifestações simultâneas.

O SR. JAMIL MURAD – Tem crianças de sete meses, crianças de dois anos, de três anos, juntos lá.

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO – Juntos, surta, gente. Sabe o que é surto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não há exigência nenhuma de enfermagem?

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO – Não, não, não existe. Nem em abrigo nem lá. Nós temos abrigo de zero a seis anos, são portas de entradas de bebês, de

mães com vários problemas que os bebês são abandonados, não temos obrigação, não permite o convênio que se tenha enfermeira. É um abrigo neonatal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Mas não deveria?

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO - Permitiu o convênio ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Dra. Angélica, a senhora não acha? Vamos ouvir a Dra. Angélica aqui.

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO - ... a gente é obrigado a ter outros convênios porque sabe o que fala a SMADS? Nós não somos a Saúde. Entendeu? E é neonatal, é um abrigo neonatal. Você vê os bebezinhos de um dia, dois dias, três dias, entendeu? A gente tem de correr por fora, ver alguém que financie enfermeira – não é nem enfermeira, é auxiliar de enfermagem, porque enfermeira não dá para manter. Então, gente, você vê como que a gente trabalha precariamente para poder manter.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Angélica, a pergunta que eu faço é, segundo a informação dela, esse termo de convênio que foi editado com relação à enfermagem, você acha que para a atividade dela tem de ser mantida, da mesma forma?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Esse convênio ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Mantendo a exigência, mesmo que facultativa, do profissional de enfermagem?

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO - Não é educação, é assistência social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Então, no caso dela é assistência social.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - É, eu acho que caberia a enfermagem, perfeitamente, sei dessa realidade, conheço albergues, abrigos, é uma calamidade. E veja que se a gente tivesse um profissional... Têm albergues imensos que recebem muita gente. Por ali passam mil problemas de saúde. São idosos com doenças crônicas não controladas, gestantes sem pré-natal, crianças sem vacinação, doença transmissível e aí vai. É um lugar onde precisa de uma atenção. E eu vou dizer para vocês que nós precisamos de um enfermeiro urgente nesses albergues, nesses abrigos.

E vou dizer mais, como experiência: fizemos, sou docente também do nível técnico e graduação, e nós temos uma dificuldade muito grande de conseguir estágios para esses futuros enfermeiros, que poderia ser nesses albergues. O quanto poderia se fazer até através de convênio com as universidades? Mas, para que isso ocorra, eu preciso que tenha um enfermeiro fixo nesse albergue para que os demais possam entrar.

Então, veja, tem saída? Tem. E a um custo baixo, nós temos de usar todos os segmentos da sociedade para resolver esses problemas. Então, acredito que essas portarias não deveriam deixar como facultativo, não. Deveria ser obrigatória a presença de um enfermeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Angélica, só para convalidar essa discussão, ontem num jantar da Federação Brasileira dos Administradores Hospitalares, antes de eu ouvir o primeiro "boa noite", tinha as universidades privadas: "Como é que a gente pode fazer convênio para colocar o nosso pessoal vivendo a realidade da Saúde? Com quem que a gente fala?" É impressionante, ontem, três universidades estavam presentes procurando a mesma coisa que você está colocando aí, e universidades que têm formação de médico e enfermagem, nutrição, fisioterapia. E nós teríamos essa oportunidade.

O SR. JAMIL MURAD - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Vereador, tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAMIL MURAD - A Sra. Darcy colocou com muita competência o problema da assistência psiquiátrica. O Conselho Regional de Medicina, no último jornal que envia para a casa de cada médico, publicou um estudo de dois anos sobre os CAPS no Estado de São Paulo. Tem em torno de 200 e poucos CAPS, e eles estudaram 85, uma amostra estatisticamente muito boa que dá a imagem do conjunto dos CAPS.

Então, a D. Darcy retratou, parece que ela estava retratando o que estava escrito no artigo. Quer dizer, vários CAPS não têm psiquiatra, outros CAPS têm médico que não têm registro no conselho regional da profissão, que é o Conselho Regional de Medicina. Portanto, a gente não sabe a confiabilidade que podemos ter na formação desse profissional, nas condições de trabalho desse profissional. Não tem retaguarda para a hora que o médico achar que aquele jovem ou aquele cidadão precisa de uma internação, não tem retaguarda da internação. E se precisar de uma urgência, o tratamento de uma urgência psiquiátrica também não tem retaguarda.

Agora, esse serviço, chamado de Centro de Atendimento Psicossocial, é indispensável. É impossível a nossa sociedade ficar sem essa rede de atendimento, porque as pessoas hoje não podem mais ser internadas para ficar confinadas, presas dentro de um hospital. Os hospitais já foram sendo desativados, felizmente. Então nós queremos usar esse depoimento da Sra. Darcy para realinhar a necessidade de fortalecer a rede dos Centros de Atendimento Psicossocial. Então, esse processo é fundamental. A pessoa vai lá, tem assistência durante o dia, depois, à noite vai para a casa dormir. Recebe atendimento ali, fica, às vezes, o dia todo. Tem atividade de um determinado tipo, fazendo algum afazer para ocupar o tempo, como parte do tratamento dele. Então é uma necessidade. Infelizmente, é essa a realidade. Não tem garantia de assistência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Darcy, voltando a assunto específico da CPI, os equipamentos da assistência social são visitados pela Covisa?

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Nunca foram?

A SRA. DARCY DIAGO FINZETTO - Não, só os abrigos. Os abrigos, a gente já solicitou, porque também é o mesmo problema. Quando a gente chega lá, a gente não sabe em que lugar que a gente vai ser... Qual é o quicê que a gente vai. É do hot dog? É da... Mas como é que é. Aí a gente vai ver como a gente se enquadra, vai adivinhar qual é. Nós não temos uma coisa específica para nós. Entendeu? É que nem as creches. A gente tem de adivinhar qual é o nosso número que se enquadra, o CNES nosso. A gente, mais ou menos, acho que é esse. Esse vai ser o nosso CNES. A gente manda, depois eles mandam de volta e falam: "Não, não é esse número, é outro número". Então, nunca tem o número próprio para creche e nem, muito menos ainda, para a assistência social. E quando a gente preenche o formulário deles, a gente preenche só com duas linhas, porque o resto dos formulários não diz nada com nada para nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - OK, obrigado Darcy. Vou passar a palavra ao Vereador Zelão.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - Quero saudar a todos, a Maria Angélica que já esteve aqui em outra oportunidade. Quero parabenizar a Dna. Darcy e a Rosa pela dedicação, pela coragem e pelo relato.

Olha, essa CPI, que é a CPI da Covisa, e que nós estamos nos debruçando sobre ela, não sei para os outros Vereadores que fazem parte dessa CPI, mas para mim está claro que a Covisa não consegue fiscalizar absolutamente nada. Fico pensando porque ela veio para o Município, que era do Estado, veio para o Município em 2004. Não sei porque veio para o Município de São Paulo, porque as coisas têm de mudar para melhorar. Coisas que mudam para pior... Está certo? Então, eu imagino que ela deveria ficar onde ficou.

Eu queria também, aqui, concordar com algumas falas. Por exemplo, a gente tem recebido e participado, eu participo da Frente Parlamentar em Prol dos Moradores de Rua desta cidade e uma das lamentações do pessoal do Fórum de Moradores de Rua é o seguinte: quando as pessoas passam mal na rua, eles não tem uma referência para onde levar as pessoas, pessoas com crise, seja lá do que for, de álcool, de saúde mesmo, das drogas. Então, o que acontece? O SAMU pergunta o endereço. Se é na rua ele não quer ir buscar.

Eu tenho visitado creches tanto as conveniadas quanto as creches diretas e é vergonhoso, por exemplo, nas próprias creches diretas que a gente vê os próprios funcionários fazendo os serviços. Mulheres fazendo o serviço de pedreiro, as funcionárias das creches pintando, pega a enxada e vai carpir o mato que está entrando nas casas. Essa é uma questão política de prioridade de governo. A gente tem conhecimento de que o cobertor é curto, mas você tem de priorizar algumas coisas. É um absurdo esse tipo de coisa.

Eu, hoje, estou Presidente da Comissão de Saúde da Câmara, participo desta Comissão, tem cinco membros que são da Comissão de Saúde. Mas a gente tem uma relação muito difícil com o Secretário de Saúde deste Município. É um senhor que para ele ninguém existe. É claro que também temos de valorizar as pessoas que têm interesse também, pessoas que trabalham. Por exemplo, o Secretário Adjunto do Januário Montone, que é o que vem aqui na Câmara quando a gente convida, é uma pessoa que a nossa Comissão considera que é uma pessoa boa, um técnico competente e tem boa vontade, que é diferente do Januário Montone porque é o Januário que tem a caneta. Então, quando tem um debate que entra a questão da saúde que ele deveria estar até para assumir os compromissos e ouvir as pessoas, ele não comparece.

Então, para encerrar, Sr. Presidente, eu queria dizer assim, nós, Comissão de Saúde, temos feito muitas visitas à hospitais, postos de saúde, inclusive nos PSFs. Quando eu vi alguém aqui falar de PSF, os PSFs estão todos quebrados, quer dizer, o que funciona na verdade são as equipes de rua, são as agentes comunitárias de saúde, mas quando tem de levar o paciente, a pessoa doente para dentro do posto de saúde, da UBS, chega lá e não tem um médico para atender. Então, é um problema sério esse.

A Comissão de Saúde está produzindo um caderno, um relatório com todas as visitas que nós já fizemos até agora, já solicitando do Secretário uma visita da Comissão e, amanhã, faz 15 dias já que solicitamos essa reunião. Então, a partir de amanhã, a gente vai começar a cobrar do Secretário essa reunião, porque não adianta a Comissão de Saúde ir visitar, detectar os problemas que tem e ficar do mesmo jeito que está, então, a gente prefere não ir. Então a gente vai aguardar que a partir de quarta-feira o Secretário dê uma agenda para nós, porque se não der uma agenda para nós, teremos de fazer uma denúncia, ou através da tribuna da Câmara, ou através dos jornais e emissoras de televisão, mas o que não pode é continuar do jeito que está.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós vamos, antes de encerrar... Darcy, você quer colocar mais alguma coisa? Rosa?

A SRA. ROSA ACERBA - Dr. Paulo, eu só queria colocar mais uma coisa de um medo que me bateu agora na alma. É uma CPI da Covisa, não é? Trazer a Covisa, que não nos conhece, que não conhece o trabalho, não é não nos conhece pessoalmente, não conhece o que é um trabalho de Educação Infantil, o que é um trabalho de albergue, o que ele necessita, que necessita dessas parcerias políticas entre saúde, educação, é uma preocupação que ele venha com normas e com normas de falta de conhecimento. Então, eu acho que a gente vai se encher de normas e: "Olha, tem de ser assim". Vou te dar um exemplo do cachorro.

Nós tivemos Subs que disseram que as creches não podem ter animais e aí nós tivemos que ir lá, o Fórum foi à Superintendência da Covisa explicar: como é que você tem animal em UTIs hoje, que se sabe que esses animais são levados a hospitais para que tenham um trabalho de saúde, lógico, com a assepsia, tem todo o processo aí. E aí eles viram: "Ah, tem razão". Então, a minha única preocupação nessa CPI é que gente não crie mais normas de quem não nos conhece, no dia a dia, só isso.

O SR. JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS - ZELÃO - É o seguinte, quando eu disse aqui que a Covisa não fiscaliza, essa crítica não vai para os funcionários técnicos da Covisa. A gente reclama aqui que é o seguinte: a infraestrutura que é dado à Covisa é precária, não significa para nós aqui absolutamente nada, é muito pequena para uma Cidade desse tamanho com tantos problemas que existem e tantas atribuições que tem a Covisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Funciona de forma herética, né. Angélica você quer fazer os comentários?

A SRA. MARIA ANGÉLICA AZEVEDO ROSIN - Eu quero até agradecer por participar e continuar à disposição, porque eu vejo que essas discussões são muito produtivas e que nós estamos, com certeza, no caminho certo. Quero parabenizar essa CPI, que com a iniciativa que está tendo e indo direto ao problema que hoje ocorre na cidade de São Paulo. Mas, me coloco à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Tem a palavra o nobre Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD - Para terminar eu queria agradecer os expositores e como tem muita gente que veio participar aqui, quero só passar essa mensagem de esperança. O povo brasileiro tem muita capacidade, tem energia, tem vontade de ter uma sociedade melhor. O que foi exposto aqui mostra que há conhecimento já acumulado, existe essa experiência. Nós precisamos colocá-la em prática com os recursos necessários, com o apoio técnico-financeiro necessário e aí nós não teremos problema de assistência, seja social, seja educacional como foi tratado aqui. Agora, como está a política atual é uma política de certo abandono da área social.

Ontem à noite eu estava no albergue, hoje estou ouvindo aqui a questão da creche, quinta-feira passada nós estivemos, o Vereador Zelão como Presidente da Comissão de Saúde, nós estivemos fazendo uma fiscalização, uma vistoria lá, funcionamento da Assistência à Saúde lá na zona Sul, no extremo da zona Sul, então, a gente vê isso. A área social, aquilo que interessa para os mais pobres, para os assalariados, para a maioria da nossa população, essa área não tem política para ela, não tem apoio, não tem dedicação para ela dar certo. Quer dizer que isso que nós estamos vendo aqui, só se pensa em outros assuntos, mas infelizmente é assim e não pode continuar assim porque o resultado é desastroso para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok, antes de encerrar o Vereador José Police Neto quer fazer algum comentário?

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Quero agradecer a presença do Conselho Regional de Enfermagem, do Rogério, mais uma vez veio contribuir, a representação do Fórum que vem aqui trazer as preocupações tanto naquilo que já é um exercício dessas denominações sociais há mais de 30, 40, anos, têm uma história construída na política pública voltada a garantias de direitos. Na realidade na garantias de direitos de crianças, na garantia de direitos de idosos, na garantia de direitos daqueles que precisam de um Estado não solidário, mas de um Estado que garanta qualidade de vida para esse cidadão.

Mas eu quero aqui minimamente discordar do Vereador Jamil Murad, do esforço que a administração tem feito nas duas áreas essencialmente debatidas aqui. A área de Educação, pela primeira vez na história, passa a ter mais de 33% dos recursos arrecadados; área da Saúde, que a exigência constitucional é de 15, estamos batendo 21,5% de recursos investidos.

Sem dúvida nenhuma, o atraso que a cidade de São Paulo tem é gigantesco e será a partir da priorização nos nossos Orçamentos, garantindo recurso, e de uma rede como esta que se apresentou hoje aqui, com o Fórum que faz a sua crítica, mas tem na perspectiva de que no outro lado há cidadãos também comprometidos com uma cidade mais justa, mais sustentável, assim como a representação do Conselho Regional de Enfermagem, que reconhece, num espaço muito próximo, uma política de relação com o Conselho, que pode ser restabelecida, é um pouco dessa linha que queremos adotar.

Não acredito que passemos desse processo sem carregar as críticas que a sociedade tem de fazer a todos nós, independente de nossa responsabilidade com aquele resultado circunstancial.

O que importa é, ao termos a informação, nos compromissarmos com um resultado melhor do que temos hoje. Acho que essa é a questão fundamental. Se a perspectiva de se o problema é meu ou foi criado por outro, foi deixado para trás, se não formos ficar investigando o culpado pela situação hoje não ser aquela ideal, a nossa perspectiva é olhar para frente e ter para frente, sim, uma situação melhor do que a que encontramos no dia de hoje.

Aí acho que essa angústia dos 41 anos de vida pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - De formado.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - De formado do Vereador Jamil Murad - que é superior ao meu tempo de vida - pode ser minorizado. Mas quero garantir que a força da minha juventude vai se somar à sua experiência para que o resultado para aqueles que vêm nos ajudar seja verdadeira.

O SR. JAMIL MURAD - Vamos trocar a idade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - OK. Quero cumprimentar a todos, justificar a ausência do Vereador Aurélio Miguel, o Vereador Presidente, que está em diligência fora, acompanhando, acompanhado da Covisa.

Fica, então, mantida a discussão das convocações para quando o Vereador Netinho conseguir juntar todos para que possamos tratar esse assunto mais uma vez.

Quero agradecer a todos e estão dispensados. Muito obrigado.

Em nome da Comissão, há requerimentos para serem lidos. Indago se possa fazê-los em bloco. (Pausa) Não há Vereadores contrários. Portanto, faremos a leitura em bloco.

- São lidos os seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Os Srs. Vereadores que concordarem com os requerimentos que estão à mesa permaneçam como estão. (Pausa) OK. Estão aprovados.

Estão encerrados os trabalhos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA AVERIGUAR E APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS COMPETÊNCIAS
OUTORGADAS À COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - COVISA, ESPECIFICAMENTE NO QUE TANGE À COMERCIALIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO
DE PRODUTOS COSMÉTICOS, ALIMENTÍCIOS, FARMACÊUTICOS, SERVIÇOS DE SAÚDE E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE
(PROCESSO RDP Nº 08-46/2010)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE ANEXO DE PROCESSO

Este é o volume **01 do anexo 01** do processo nº
08-046/2010, que se encerra à folha nº **197**

Segue o volume **02** que será iniciado a partir da
folha nº **198**

25/05/2010


Acelina Acelismar de Oliveira
Secretária
SGP-17 – RF 10.863